

CY-CERGY PARIS UNIVERSITÉ
ÉCOLE DOCTORALE EDUCATION, DIDACTIQUE ET COGNITION ED EDC 627
LABORATOIRE EMA : ÉCOLE, MUTATIONS, APPRENTISSAGES EMA 4507
DOCTORAT EN SCIENCES DE L'ÉDUCATION ET DE LA FORMATION

UNIVERSITÉ FÉDÉRALE JUIZ DE FORA
UNIVERSITÉ D'ÉDUCATION
PROGRAMME DE POS-GRADUATION EN ÉDUCATION
DOCTORAT EN ÉDUCATION

RECHERCHE DOCTORALE REALISEE EN CO-TUTELLE
(Thèse en français avec résumé long en portugais, en conformité avec l'accord de co-tutelle)

Clarissa Figueira

Du paradigme de l'exclusion à celui de l'oppression. Aux interstices entre travail social,
économie populaire et mouvement social

Île-de-France / Juiz de Fora

2024

UNIVERSIDADE CY-CERGY PARIS
ESCOLA DE DOUTORADO EDUCAÇÃO, DIDÁTICAS E COGNIÇÃO ED EDC 627
LABORATÓRIO EMA: ESCOLA, MUTAÇÕES E APRENDIZAGENS EMA 4507
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA DE DOUTORADO REALIZADA EM COTUTELA
(Tese em francês com resumo expandido em português, conforme convênio de cotutela)

Clarissa Figueira

Do paradigma da exclusão ao paradigma da opressão. Nos interstícios entre trabalho social, economia popular e movimento social

Ilha da França / Juiz de Fora

2024

Clarissa Figueira

Do paradigma da exclusão ao paradigma da opressão. Nos interstícios entre trabalho social, economia popular e movimento social

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Orientador UFJF : Dr. Jader Janer Moreira Lopes

Orientador CY Cergy Paris Université : Dr. Gilles Monceau

Coorientador : Dr. Philippe Lyet

Ilha da França / Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Figueira, Clarissa.

Do paradigma da exclusão ao paradigma da opressão. Nos interstícios entre trabalho social, economia popular e movimento social / Clarissa Figueira. -- 2024.

584 f.

Orientador: Jader Janer Moreira Lopes

Coorientador: Gilles Monceau

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. Trabalho social. 2. Economia popular. 3. Interstício. 4. Exclusão vs opressão. 5. Vida qualificada. I. Lopes, Jader Janer Moreira, orient. II. Monceau, Gilles, coorient. III. Título.

Clarissa Figueira

Do paradigma da exclusão ao paradigma da opressão. Nos interstícios entre trabalho social, economia popular e movimento social

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Aprovada em 18 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Patricia Bessaoud Alonso - Presidente
Universidade de Limoges

Dr. Jader Janer Moreira Lopes - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Gilles Monceau - Orientador
CY Cergy Paris Université

Dr. Philippe Lyet - Coorientador
Askoria

Dra. Maria Zélia Maia de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Maria Tereza Goudard Tavares
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dr. Bertrand Bergier
Universidade Católica do Oeste

Juiz de Fora, 14/11/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Jader Janer Moreira Lopes, Professor(a)**, em 19/12/2023, às 05:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Tereza Goudard Tavares, Usuário Externo**, em 19/12/2023, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BERGIER Bertrand, Usuário Externo**, em 21/12/2023, às 01:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Lyet, Usuário Externo**, em 21/12/2023, às 04:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Zelia Maia de Souza, Professor(a)**, em 11/01/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monceau Gilles, Usuário Externo**, em 30/01/2024, às 07:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Bessaoud Alonso, Usuário Externo**, em 30/01/2024, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1577728** e o código CRC **C74B2650**.

Résumé

Explorant un questionnement de professionnelle du travail social confrontée aux paradoxes de la lutte contre l'exclusion, la recherche a pour point de départ l'invisibilisation de l'économie populaire de la récupération-revente de déchets, dite biffe en Ile de France. Pourtant, elle a rendu visible un réseau qui se déploie à l'international. Les expériences des biffins ont été mises en dialogue avec celles du Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables du Brésil et du Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre du Brésil.

Les stratégies individuelles et collectives en jeu dans ces espaces de production et reproduction de la vie, à distance du travail social institutionnalisé sont analysées à l'aide d'un cadre théorique multiréférentiel articulant analyse institutionnelle, épistémologies du sud et géographie sociale. Une co-tutelle avec une université brésilienne a permis de rééquilibrer une des caractéristiques de ce projet qui est de se situer sur une ligne historique d'exclusion entre deux continents. La dénaturalisation du regard ainsi produite a été renforcée par la place donnée aux acteurs dans une méthodologie inductive et collaborative pour une analyse faisant une place importante à leurs points de vue, donnant à voir une partie de ce qui se construit et se vit dans ces collectifs. Le voyage a joué un rôle clé pour déplacer le regard vers un autre référentiel, échappant au paradigme de l'exclusion qui domine en France. J'ai ainsi découvert le paradigme brésilien de l'oppression dans les racines des deux mouvements sociaux brésiliens concernés, par l'influence de la théologie de la libération et de la pédagogie de l'opprimé de Paulo Freire.

La dimension politique des activités des collectifs vient questionner de manière directe le travail social institué en France. Avoir pensé la lutte contre l'exclusion comme un paradigme a permis de montrer sa tendance à assigner ses destinataires à une place sociale défavorisée dans une circularité des pratiques du travail social qui renforcent ce contre quoi elles sont censées lutter. Les résistances des acteurs ont montré que ce paradigme n'est pas universel. Il ne produit pas uniquement des individus isolés en perte de repères mais aussi des collectifs en reconstruction identitaire.

Surprise de la recherche, "l'analyste vie" révèle deux organisations qui paraissent antagoniques. Du côté des institutions dominées par le paradigme de l'exclusion, la vie semble être déjà écrite par les projets et dispositifs alors que dans les mouvements porteurs du paradigme de l'oppression, elle semble être à écrire collectivement.

Mots clés : travail social, économie populaire, interstice, exclusion, oppression, vie qualifiée

Resumo

Explorando questões levantadas por profissionais de assistência social que se deparam com os paradoxos da luta contra a exclusão, o ponto de partida desta pesquisa é a invisibilidade da economia popular de recuperação e revenda de resíduos, conhecida como biffe, na região de Ile-de-France. No entanto, ela tornou visível uma rede que está se expandindo internacionalmente. As experiências dos biffins foram colocadas em diálogo com as do Movimento Nacional de Recicladores de Materiais Recicláveis no Brasil e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil.

As estratégias individuais e coletivas em jogo nesses espaços de produção e reprodução da vida, à distância do trabalho social institucionalizado, são analisadas por meio de uma estrutura teórica multirreferencial que combina análise institucional, epistemologias do Sul e geografia social. Uma co-supervisão com uma universidade brasileira ajudou a reequilibrar uma das características desse projeto, que é o fato de ele estar situado em uma linha histórica de exclusão entre dois continentes. A desnaturalização do olhar assim produzida foi reforçada pelo lugar dado aos atores em uma metodologia indutiva e colaborativa para uma análise que dá um lugar significativo aos seus pontos de vista, dando a ver uma parte do que é construído e vivenciado nesses coletivos. A viagem teve um papel fundamental na mudança de foco para um quadro de referência diferente, longe do paradigma da exclusão que predomina na França. Descobri o paradigma brasileiro da opressão nas raízes dos dois movimentos sociais brasileiros envolvidos, por meio da influência da teologia da libertação e da pedagogia do oprimido de Paulo Freire.

A dimensão política das atividades dos coletivos desafia diretamente o trabalho social instituído na França. Pensar na luta contra a exclusão como um paradigma possibilitou mostrar sua tendência a atribuir a seus beneficiários uma posição social desfavorecida, em uma circularidade de práticas de trabalho social que reforçam exatamente aquilo contra o que deveriam estar lutando. A resistência das pessoas envolvidas mostrou que esse paradigma não é universal. Ele produz não apenas indivíduos isolados que perderam o rumo, mas também grupos que estão reconstruindo suas identidades.

Surpreendentemente, o "analisador vida" revela duas organizações aparentemente antagônicas. Nas instituições dominadas pelo paradigma da exclusão, a vida parece já ter sido escrita por projetos e mecanismos, enquanto nos movimentos baseados no paradigma da opressão, ela parece estar sendo escrita coletivamente.

Palavras-chave: trabalho social, economia popular, interstício, exclusão, opressão, vida qualificada

Abstract

Exploring the issues faced by asocial work professional confronted with the paradoxes of the fight against exclusion, the starting point for this research is the invisibilization of the popular economy of waste recovery and resale, known as *biffe*, in the Ile-de-France region. However, it has made visible a network that is expanding internationally. The experiences of the *biffins* were put into dialogue with those of the National Movement of Recyclers of Recyclable Materials in Brazil and the Landless Rural Workers Movement in Brazil.

The individual and collective strategies at play in these spaces of production and reproduction of life, at a distance from institutionalised social work, are analysed using a multi-referential theoretical framework combining institutional analysis, epistemologies of the South and social geography. A co-supervision with a Brazilian university has helped to rebalance one of the characteristics of this project, which is that it is situated on a historical line of exclusion between two continents. The denaturalisation of the gaze thus produced was reinforced by the place given to the actors in an inductive and collaborative methodology for an analysis that gives a significant place to their points of view, giving a glimpse of part of what is constructed and experienced in these collectives. The trip played a key role in shifting the focus to a different frame of reference, away from the paradigm of exclusion that dominates in France. I discovered the Brazilian paradigm of oppression in the roots of the two Brazilian social movements involved, through the influence of liberation theology and Paulo Freire's pedagogy of the oppressed.

The political dimension of the collectives' activities directly challenges the established social work in France. Thinking of the fight against exclusion as a paradigm has helped to show its tendency to assign its recipients to an underprivileged social position in a circularity of social work practices that reinforce what they are supposed to be fighting against. Resistance from those involved has shown that this paradigm is not universal. It not only produces isolated individuals who are losing their bearings, but also groups rebuilding their identities.

Surprisingly, the "life analyser" reveals two seemingly antagonistic organisations. In institutions dominated by the paradigm of exclusion, life seems to have already been written by projects and mechanisms, whereas in movements based on the paradigm of oppression, it seems to be written collectively.

Key words: social work, popular economy, interstice, exclusion, oppression, qualified life

Remerciements

Contrairement à ce qui est indiqué sur la page de garde, ce travail est issu d'un collectif large envers lequel « je suis en dette », pour reprendre l'expression de Jules Falquet (2020b) et que je souhaite ici remercier.

Les maîtres d'œuvre de cette recherche sont les acteurs des collectifs qui m'ont accueillie pour ce travail. Sans eux, cette recherche n'aurait pas pu exister. Ils lui ont donné corps en m'acceptant dans leurs organisations et souvent dans leurs quotidiens. Par souci d'anonymat, il m'est impossible de faire des remerciements nominatifs cependant, ils retrouveront des clins d'œil, des références dans le corps du texte dans lesquels ils se reconnaîtront. Je souhaite pour cela les remercier et m'excuser pour tout ce que j'aurais pu dire ou écrire, faire ou ne pas faire qui aurait pu leur porter préjudice.

Ils partagent ce statut de maîtres d'œuvre avec les directeurs de cette thèse, Philippe Lyet, Gilles Monceau et Jader Janer Moreira Lopes qui m'ont accompagnée pendant cinq années dans la construction de ce travail. Je tiens à préciser que j'ai eu beaucoup de chance car au-delà de l'apport scientifique plus que pertinent, ils ont été des soutiens dans les moments de doute, des appuis dans les moments de conflit, des compagnons dans la découverte du monde de la recherche et de l'enseignement. Ils m'ont orientée tout en respectant mes choix et arguments. Moins visibles, j'ai aussi eu la chance de bénéficier d'un comité de suivi de thèse bienveillant et porteur, ainsi que d'un jury de qualification qui, à partir de la lecture de mes premières avancées, a été de bon conseil pour la suite de ce travail. Je les remercie tout particulièrement.

Je souhaite aussi remercier les membres du jury qui vont accompagner la finalisation de ce travail et grâce auxquels un temps de synthèse et de discussion collective sera possible. Clore ce travail pour pouvoir mieux le poursuivre sur d'autres projets.

Au niveau financier, je tiens à souligner le soutien apporté par l'Institut des Amériques dans le cadre d'une bourse de mobilité ainsi que de l'Université Fédérale de Juiz de Fora dans le cadre d'un accueil avec bourse en doctorat sandwich. L'octroi d'un contrat doctoral par CY Cergy Paris Université a aussi été décisif pour la réalisation de ce projet ainsi que l'accès à des postes d'ATER au sein des universités de Rennes 2 et de Paris Nanterre. Je remercie ces institutions pour leurs contributions décisives dans la réalisation de ce travail.

D'autres accompagnateurs issus du monde de la recherche ont permis la réalisation de ce travail, que ce soit par des groupes de recherches, par des temps d'échange pour la publication d'un

article, d'un dossier, ou des temps de préparation de cours... Je souhaite notamment remercier l'ensemble des membres du laboratoire EMA pour leur accompagnement et leur bienveillance et tout particulièrement les responsables de formation qui m'ont initiée la place d'enseignante chercheuse, ainsi que les membres des groupes de travail sur la socio-histoire et sur les espaces d'apprentissage (ApprEs). Au Brésil, je pense bien sûr aussi aux membres du groupe de recherche GRUPEGI de l'UFJF qui m'ont permis de participer et de suivre leurs activités, me sensibilisant au monde de la recherche brésilien. Je tiens aussi à remercier les membres du LISRA et du collectif Rues Marchandes qui m'ont permis une acculturation progressive au monde de la recherche et un regard toujours riche sur mes questionnements. Le groupe de recherche sur les épistémologies du sud a aussi eu une place importante dans ce parcours pour la qualité de nos échanges et le travail collectif réalisé.

Ce travail a parfois envahi mon espace privé et interféré dans ma disponibilité envers mes proches (famille et amis) qui ont, pourtant, toujours été disponibles pour moi. Pour cela, je souhaite les en remercier tout en leur présentant mes excuses pour mes silences et mes absences. Ils ont été des soutiens fondamentaux par leur confiance et les espaces de respiration, de rires et de détente. Je souhaite remercier de manière plus particulière mes parents. Ma mère, pour son amour, sa patience et ses petits plats, mon père pour sa disponibilité et ses conseils de traduction. Ma grand-mère a eu une vraie importance pour la curiosité et la fierté qu'elle a toujours eu envers ce travail. Je souhaite aussi remercier Félix pour son partage et les sacrifices qu'il a réalisés pour que je puisse effectuer ce travail, ainsi qu'Alioune pour son appui indéfectible dans la finalisation de ce travail.

J'espère que la qualité de cet écrit sera à la hauteur de la qualité de tous ces soutiens car ils sont présents derrière chacun de ses mots.

Cet écrit est aussi particulièrement dédié à Chantale.

Sommaire

RESUME.....	1
REMERCIEMENTS	4
SOMMAIRE.....	6
RESUMO DETALHADO EM PORTUGUÊS	11
INTRODUCTION DE LA THÈSE	73
<i>PREMIÈRE PARTIE : UNE RECHERCHE IMPLIQUÉE</i>	80
I. UN CHEMIN DE RECHERCHE QUI SE CONSTRUIT EN MARCHANT	82
1. PREMIER HASARD DE LA RECHERCHE.....	82
2. L'INITIATION À UN AUTRE REGARD.....	84
3. LA RENCONTRE AVEC L'ÉCONOMIE POPULAIRE.....	88
4. PARADOXE OPÉRATOIRE DANS LE CHEMIN DE LA RECHERCHE	90
4. LA RENCONTRE AVEC LES ACTEURS UNIVERSITAIRES DE LA RECHERCHE	91
6. LA RENCONTRE AVEC LES ACTEURS DES TERRAINS DE LA RECHERCHE.....	93
II. QUESTIONNER DANS L'IMPLICATION.....	97
1. CADRE THÉORIQUE DES IMPLICATIONS	98
2. MÉTHODOLOGIE DE L'ANALYSE DES IMPLICATIONS	100
3. UNE SURIMPLICATION DE CHERCHEUSE PAR LE TRAVAIL SOCIAL	102
4. ANCRAGE HISTORIQUE DE L'IMPLICATION PAR LE MÉTIER D'ÉDUCATRICE SPÉCIALISÉE	105
5. POSITIONNEMENT DANS LE CHAMP SCIENTIFIQUE DU LIEN ENTRE RECHERCHE ET TRAVAIL SOCIAL ...	109
6. IMPLICATIONS PERSONNELLES ET EFFETS DE FRONTIÈRES	112
7. UN QUESTIONNEMENT AU PRISME DES COMMANDES DES ACTEURS	117
III. UNE RECHERCHE AUX PRISES AVEC L'INVISIBILISATION	129
1. LA CONSTRUCTION D'INVISIBILITÉS	129
2. INVISIBILITÉ ET RÔLE SOCIAL DE LA RECHERCHE	132
3. ÉCLAIRAGES DE LA MULTIRÉFÉRENTIALITÉ.....	136
CONCLUSION DE LA PARTIE : UNE RECHERCHE IMPLIQUÉE	141
<i>DEUXIÈME PARTIE : L'EXCLUSION, UN PARADIGME INSTITUÉ ?</i>	143
I. L'EXCLUSION, UN LEVIER POUR L'ACTION SOCIALE ?	145
1. PETITE HISTOIRE DU SECTEUR PROFESSIONNEL DE L'EXCLUSION	145

2. DÉFINITIONS DES EXCLUSIONS DANS LE TRAVAIL SOCIAL	147
3. LES THÉORIES DE L'EXCLUSION	148
4. DISCOURS DE L'EXCLUSION À LA GENÈSE DE LA RECHERCHE	154
5. DIMENSIONS PARADIGMATIQUES DE L'EXCLUSION	159
II. DE L'ÉCONOMIE DE LA MISÈRE À L'ÉCONOMIE POPULAIRE	164
1. CONSENSUS ET AMBIVALENCES DE LA DÉFINITION ÉCONOMIQUE DE LA PAUVRETÉ.....	165
2. LA PAUVRETÉ, UN MAL NÉCESSAIRE ?	169
3. LA PAUVRETÉ, UNE OPPORTUNITÉ ÉCONOMIQUE ?	172
4. PAUVRETÉ ET REPOLITISATION DE L'ÉCONOMIE POPULAIRE	180
III. MOUVEMENT SOCIAL ET EXCLUSION	183
1. QUE PEUT ÊTRE UN MOUVEMENT SOCIAL ?	184
2. IMPROBABLES MOBILISATIONS D'EXCLUS.....	188
3. LES MOUVEMENTS SOCIAUX, UNE ARME FORTE POUR LES FAIBLES ?.....	190
4. L'EXCLUSION AU CŒUR DES MOUVEMENTS SOCIAUX LATINO-AMÉRICAINS	195
5. CITOYENNETÉ, PÉDAGOGIES ET MOUVEMENTS SOCIAUX.....	202
6. MISE EN PRAXIS PAR LA PÉDAGOGIE DU MOUVEMENT.....	210
CONCLUSION DE LA PARTIE : L'EXCLUSION, UN PARADIGME INSTITUÉ ?	214

TROISIEME PARTIE : PRATIQUES DE RECHERCHE..... 216

I. PRÉSENTATION DES TERRAINS DE RECHERCHE	218
1. LES RÉCUPÉRATEURS D'ÎLE DE FRANCE	219
2. LE MOUVEMENT DES RÉCUPÉRATEURS DE MATÉRIAUX RECYCLABLES AU BRÉSIL.....	227
3. LE MOUVEMENT DES TRAVAILLEURS RURAUX SANS TERRE.....	234
II. DE LA PRATICIENNE CHERCHEUSE À LA PRATICIENNE CHERCHEUSE APPRENANTE	243
1. UNE POSTURE DE PRATICIENNE CHERCHEUSE	244
2. RECHERCHE ET TRANSFORMATION DES EXPÉRIENCES.....	246
3. LE CHOIX DE L'ETHNOSOCIOLOGIE.....	252
4. LA PRATICIENNE-CHERCHEUSE-APPRENANTE	254
III. UN DISPOSITIF D'OBSERVATION PARTICIPANTE	258
1. QUELLE ENTRÉE SUR LES TERRAINS ?	259
2. QUELLE PARTICIPATION ?.....	262
3. QUEL RECUEIL DES DONNÉES ?	265
4. QUELLE ANALYSE DES DONNÉES ?	273
CONCLUSION DE LA PARTIE PRATIQUES DE RECHERCHE.....	281

QUATRIEME PARTIE : APPROCHE MONOGRAPHIQUE DE TROIS PROCESSUS D'INSTITUTIONNALISATION..... 282

A. BIFFINS D'ÎLE DE FRANCE : DE LA NÉCESSITÉ À LA PASSION DU MÉTIER 287

I. S'ENRACINER DANS L'HISTOIRE, LA CULTURE ET LES ESPACES LOCAUX.....	288
1. LE CHOIX D'UN NOM ET LE CHOIX D'UNE MÉMOIRE.....	288
2. UNE MÉMOIRE SÉLECTIVE	289
3. UNE MÉMOIRE TERRITORIALISÉE.....	293
4. UNE MÉMOIRE QUI OUVRE DES PERSPECTIVES	297
II. S'ORGANISER DANS LA DISQUALIFICATION PAR LA DÉMULTIPLICATION DES PRATIQUES ET DES VISAGES DE LA BIFFE	299
1. UNE ACTIVITÉ DE SURVIE	299

2. UNE ACTIVITÉ AUX PRISES AVEC LA CRIMINALISATION	301
3. DES PRATIQUES DE L'INTERSTICE AU CŒUR DU LIEN SOCIAL	306
4. UNE EXISTENCE PAR LA COMMUNAUTÉ	311
5. UNE COMMUNAUTÉ QUI S'AGRANDIT PAR L'INCLUSION	313
6. UNE COMMUNAUTÉ EN TROMPE L'ŒIL	316
III. EXISTER DANS LES INTERSTICES	319
1. LES PUCES, UN ESPACE MARQUEUR HISTORIQUE DE LA MARGINALISATION DES BIFFINS	320
2. SE CONSTRUIRE DES TERRITOIRES VISIBLES ET INVISIBLES DANS LES INTERSTICES	321
3. DE L'INTERSTICE À L'ESPACE PUBLIC.....	326
IV. DU VÉCU DE LA RÉPRESSION À LA REQUALIFICATION SOCIALE	333
1. VIVRE LA VIOLENCE DE LA RÉPRESSION ET DE LA STIGMATISATION	334
2. SE RECONSTRUIRE PAR LA BIFFE	335
3. PROTECTION, CONNAISSANCE ET RECONNAISSANCE PAR LE COLLECTIF	338
4. UNE RÉSISTANCE ET UN PROCESSUS D'AUTO-FORMATION REQUALIFIANTE.....	339
5. UN TRAVAIL DE PASSIONNÉS ?	340
V. UNE EXCLUSION EN SYSTÈME ?	341
1. LA FORCE DU STIGMATE	342
2. LA RÉCUPÉRATION RÉCUPÉRÉE	343
3. LA DISCRÉTION D'UNE LUTTE ÉCONOMIQUE	347
CONCLUSION DE LA MONOGRAPHIE SUR LES BIFFINS D'ÎLE DE FRANCE.....	348

B. LES RÉCUPÉRATEURS BRÉSILIENS : LA CONSTRUCTION D'UNE IDENTITÉ COLLECTIVE AU SERVICE D'UN POUVOIR POPULAIRE

350

I. LA MÉMOIRE D'UN PASSAGE DE LA PAUVRETÉ ABSOLUE À L'ORGANISATION COLLECTIVE	351
1. INVISIBILISATION D'UN MÉTIER PAR SA PROXIMITÉ AVEC L'ACTIVITÉ DE MENDICITÉ	351
2. UNE EXCLUSION MISE EN ACTES.....	352
3. UNE EXCLUSION MISE EN IMAGES : "L'HOMME AU SAC"	353
4. PASSAGE DE L'INDIVIDU EXCLUS AU GROUPE PROFESSIONNEL EN LUTTE POLITIQUE.....	354
5. DE LA LUTTE DES RÉCUPÉRATEURS DE RUE À LA LUTTE DES CHÔMEURS.....	358
II. ORGANISER L'ENGAGEMENT	362
1. DES MULTIPLICATEURS DE L'INCLUSION SOCIALE.....	363
2. LES VOIES DE L'INCLUSION.....	366
3. UN ENGAGEMENT EN PRINCIPES : AUTO-GESTION ET PROPRIÉTÉ COLLECTIVE	370
4. UN PROTAGONISME EN PRATIQUES DANS LA PRODUCTION ÉCONOMIQUE	372
III. TRANSFORMER LES TERRITOIRES : DE L'EXCLUSION AU COMMUN DE L'INCLUSION	381
1. UN TERRITOIRE RESSOURCE	382
2. UN TERRITOIRE CONTRAINT	384
3. UN TERRITOIRE COMMUN	387
IV. UN PARCOURS DE VALORISATION SOCIALE	395
1. S'INITIER.....	395
2. SE PROFESSIONNALISER.....	399
3. PROPOSER UNE PLACE	401
V. EXISTER DANS L'INVISIBILITÉ	404
1. DES PROFESSIONNELS STIGMATISÉS	404
2. DEUX MODÈLES EN TENSIONS : THANATO-ÉCONOMIE VERSUS ÉCONOMIE DE LA VIE	407
3. TENSIONS ET NORMALISATIONS	412
CONCLUSION DE LA MONOGRAPHIE SUR LES RÉCUPÉRATEURS BRÉSILIENS	414

C. LES SANS TERRE : L'INSTITUTIONNALISATION POLITIQUE ET TERRITORIALE D'UNE LUTTE SOCIALE.....	415
I. UNE MÉMOIRE INSTITUANTE DES ORIGINES DU MST	416
1. FAIRE DE L'UNITÉ À PARTIR DE LA DIVERSITÉ HISTORIQUE DES LUTTES POUR LA TERRE	416
2. THÉOLOGIE DE LA LIBÉRATION ET CONSCIENTISATION	419
3. INSTITUER LA SOLIDARITÉ ET LA COOPÉRATION À PARTIR DE LA MÉMOIRE DE LA NÉCESSITÉ ET DE LA RÉPRESSION	421
II. L'ORGANISATION D'UN HORIZON POLITIQUE	425
1. UNE RÉSISTANCE À L'EXCLUSION	425
2. FAIRE MOUVEMENT EN S'ORGANISANT	427
3. ORGANISER LA TRANSMISSION DES PRINCIPES ET VALEURS	431
4. HORIZONS POLITIQUES DE L'INSTITUTION.....	433
III. UN MOUVEMENT SOCIAL ET TERRITORIAL.....	436
1. UN MOUVEMENT QUI SE STRUCTURE À PARTIR DE SON TERRITOIRE.....	436
2. DES TERRITOIRES EN TENSIONS	438
3. DES TERRITOIRES DE FRONTIÈRES : LA CONSTRUCTION D'UN GOUVERNEMENT DANS L'ÉTAT ?	440
4. DES TERRITOIRES D'ALLIANCES ET DE RÉSEAUX : LA SOCIÉTÉ CIVILE	445
5. DES TERRITOIRES D'ALLIANCE ET DE RÉSEAUX : LES ACTEURS DE LA VIE POLITIQUE	447
IV. LA FORMATION DU SUJET SANS TERRE	449
1. INTÉGRER LE MST, UNE NÉCESSITÉ ?.....	450
2. RESTER DANS LE MST POUR DÉPASSER LA NÉCESSITÉ	453
3. SUBLIMATION IDENTITAIRE PAR L'IDENTITÉ SANS TERRE.....	455
V. LA DIFFICILE DÉSINSTITUTIONNALISATION DE LA VULNÉRABILITÉ	461
1. ARTICULER NÉCESSITÉS COLLECTIVES ET SPÉCIFICITÉS INDIVIDUELLES DANS L'ACCUEIL DE LA DIVERSITÉ	461
2. CONSTRUIRE LA JUSTICE SOCIALE EN ALTERNATIVE À L'ASSISTANCIALISME	464
3. UN MODÈLE ÉCONOMIQUE EN TENSIONS	470
CONCLUSION DE LA MONOGRAPHIE SUR LES SANS TERRE	477
 CINQUIÈME PARTIE : DE LA SURVIE À LA VIE QUALIFIÉE.....	 479
I. DES PROCESSUS SINGULIERS AU-DELÀ DE LA PRÉCARITÉ.....	481
1. DÉPASSEMENTS DE LA PRÉCARITÉ	481
2. RENVERSEMENTS ET JEUX IDENTITAIRES	483
3. EXISTER DANS LES INTERSTICES.....	485
4. NORMALISATION OU CONSTRUCTION D'UN POUVOIR POPULAIRE ?.....	488
5. TENSIONS DANS L'ARTICULATION ENTRE PROJET SOCIAL ET RENTABILITÉ ÉCONOMIQUE	492
II. PASSAGES DU PARADIGME DE L'EXCLUSION À CELUI DE L'OPPRESSION.....	495
1. EMPREINTES DE L'EXCLUSION.....	495
2. LIMITES ET ANOMALIES DE L'EXCLUSION	498
3. LA RÉSISTANCE AU PARADIGME DE L'EXCLUSION	500
4. L'ALTERNATIVE DU PARADIGME DE L'OPPRESSION	502
III. L'ANALYSEUR VIE : UNE SURPRISE DE LA RECHERCHE.....	504
1. LA VIE, UN ANALYSEUR ?	505
2. DÉFINIR LA VIE	508
3. PRIX ET VALEUR DES VIES « EXCLUES »	510
4. BIEN VIVRE ET SOUVERAINETÉ.....	515
5. CONSTRUIRE ET EXISTER EN SOCIÉTÉ : D'UNE THANATO-ÉCONOMIE À UNE ÉCONOMIE DE LA VIE	518
CONCLUSION DE LA PARTIE : DE LA SURVIE À LA VIE QUALIFIÉE	521

<u>CONCLUSION GÉNÉRALE DE LA THÈSE</u>	<u>522</u>
<u>BIBLIOGRAPHIE</u>	<u>528</u>
<u>ILLUSTRATIONS</u>	<u>555</u>
<u>TABLEAUX</u>	<u>560</u>
<u>ACRONYMES : EXPLICITATION ET TRADUCTION</u>	<u>561</u>
<u>ANNEXES</u>	<u>564</u>

I – Palavras iniciais

Ainda estava escuro quando cheguei pela primeira vez ao mercado dos *biffins*, também conhecido como o "Mercado da Miséria" ou o "Mercado dos Ladrões". Apesar de ser 5h30 da manhã, estou longe de ser a primeira a chegar. O presidente da associação de reciclagem que organiza o local já está por lá. Cumprimenta-me rapidamente, está ocupado com uma série de catadores que o interpelam. Cerca de duzentas pessoas já se encontravam naquele espaço e, em dez minutos, as bancas começam a aparecer. A faceta do mercado transforma-se em tempo recorde. Ganha vida em menos de uma hora com a instalação de lonas coloridas no chão. Aparece uma multidão de objetos: roupas, sapatos, panelas, louças, ferramentas de bricolagem, jogos e eletrodomésticos diversos. Algumas bancas são muito pequenas, com apenas um metro de altura, enquanto outras são verdadeiros supermercados com 4 ou 5 metros. Ao fundo, ouve-se o ruído das intensas conversas. Tudo se passa muito rapidamente... Os primeiros clientes estão chegando.

É a primeira vez que vejo o outro lado do negócio de recuperação e revenda de resíduos, também chamado na França como *biffe*, que havia conhecido, anteriormente, através dos olhos de uma assistente social. Trata-se de recuperar objetos das lixeiras das residências, casas de pessoas ou das próprias ruas, para, em seguida, restaurá-los e vendê-los em “mercados”, na sua maioria não autorizados, que se situam, geralmente, em torno das feiras das “pulgas”. Esses *biffins* podem ser vistos percorrendo-se as ruas de lixeira em lixeira e de mercado em mercado. Em *Ile-de-France*¹, eles foram o ponto de partida para esta pesquisa.

Os meus primeiros contatos com esse tipo de negócio e com os seus atores ocorreram no âmbito de um projeto de inclusão social², parcialmente financiado pelo Estado e inserido no quadro das políticas de combate à exclusão social. Considero esse primeiro período num mercado *biffin* autorizado como o reverso da medalha, porque corresponde ao que antes me era imperceptível na minha prática do trabalho social. Durante os cinco anos em que trabalhei nesse projeto de inserção, a

¹ A *Ile-de-France* esta o nome administrativo da região de Paris.

² Em 2011, uma autarquia local foi formada por um grupo de habitantes depois de uma ocupação se incendiar, deixando sem casa cerca de 100 famílias. Foi criado um projeto de integração social, inicialmente financiado apenas pela Câmara Municipal, depois complementado por um financiamento denominado de *Maîtrise d'œuvre Urbaine et Sociale* (MOUS) do governo francês. As famílias foram distribuídas por dois sítios geridos por associações de assistência social. Trabalhei num deles como educadora especializada, responsável pela gestão cotidiana do local e pelo apoio social ligado ao alojamento das famílias.

catação, ao mesmo tempo em que era um recurso fundamental para as pessoas que eu acompanhava socialmente, era também invisível. Os representantes dos financiadores do projeto pediam regularmente sua proibição. Os próprios catadores realizavam-no de forma sigilosa. Para ilustrar esse fato, tomo como exemplo a situação de Lívia, com quem pude trabalhar durante cinco anos e que acompanhei até ela ser realojada. Eu sabia que ela atuava no processo de recuperação-revenda dos resíduos, mas nunca falamos do seu lugar na associação local de catadores, nem da regularidade do seu trabalho. Quando das primeiras observações no mercado, pude perceber que ela desempenhava o papel de intermediária, mediando os conflitos e fazendo traduções entre as línguas romena e francesa. Ela fazia parte da equipe de “*biffins* organizadores”.

Esse mercado foi uma descoberta de um espaço que contrastava com as minhas representações dos chamados “excluídos” enquanto trabalhador social. O meu quadro de referência profissional, adquirido através da formação e da socialização no setor da luta contra a exclusão, levava-me a ver essas pessoas pelo prisma do isolamento social e da necessidade de assistência para poderem alcançar a autonomia. No entanto, estar ali me fez perceber essas mesmas pessoas em ação, organizando autonomamente um espaço de trabalho coletivo para satisfazer às suas necessidades no âmbito de uma rede social bastante rica. Se, na maior parte das vezes, são vistas como indigentes, nesse mercado, eles também podem ser um recurso para outras pessoas que vêm comprar o que eles cataram.

A pergunta inicial desta investigação foi, portanto, o paradoxo da invisibilidade dessa atividade e dessas pessoas, apesar de ser um recurso central para suas vidas. As primeiras formulações da questão estavam muito enraizadas no ponto de vista de uma praticante-pesquisadora do mundo do trabalho social. A atividade de recuperação foi primeiramente questionada como uma potencial alavanca de inserção. Em seguida, distanciei-me do mundo do trabalho social e centrei os questionamentos nas estratégias das pessoas envolvidas na construção das suas próprias soluções através da economia popular.

Embora não tenha sido formulada qualquer hipótese para esta investigação, esta foi orientada por questões enraizadas numa carreira profissional que se prolonga numa carreira científica. A abordagem é indutiva e consiste em compreender o desenvolvimento de três experiências de economia popular em dois continentes diferentes. Um primeiro trabalho foi realizado com um grupo de recolhedores/revendedores da região de *Ile-de-France*, que, como expresse anteriormente, são também conhecidos como *biffins*. Esse coletivo levou-me a conhecer o Movimento Nacional de Recicladores de Materiais Recicláveis (MNCR), no Brasil, um movimento social cujo objetivo é organizar e apoiar os catadores locais na defesa do seu trabalho e dos seus direitos. Em seguida, fui

colocada em contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por uma pessoa próxima que achou que seria interessante para a minha pesquisa. O contato com esse movimento foi feito através do *Comité des Amis du MST*³, uma associação francesa que divulga as suas lutas na França. Esse campo pareceu-me pertinente para o meu trabalho devido ao papel desempenhado na organização das atividades dos camponeses no Brasil e na luta por uma terra produtiva.

O elo entre esses três domínios de investigação é a economia popular. Esse conceito é utilizado porque torna visíveis sistemas que são normalmente considerados como sendo de natureza improvisada, desenvolvendo-se à margem das normas e das legalidades econômicas. O conceito abrange um conjunto de práticas econômicas que se realizam sem capital inicial e cujo objetivo não é a acumulação, mas a possibilidade de reproduzir as necessidades básicas da vida (Razeto, 1996). Esse prisma foi escolhido pela sua capacidade de se centrar nos próprios atores, nos seus recursos e estratégias individuais e/ou coletivas. Embora a escolha do campo de investigação da pesquisadora reflita o seu distanciamento do serviço social, veremos que esse campo profissional continua presente através das implicações da pesquisadora. Ao explorar as práticas específicas da economia popular, esta pesquisa questiona indiretamente as diferentes teorias e práticas de referência dos profissionais que trabalham com os "excluídos". Estes últimos são "incluídos" no grupo social "excluído" em virtude das características definidas pelas próprias políticas de luta contra a exclusão.

As escolhas metodológicas adotadas para esta investigação refletem também um distanciamento do mundo profissional original da pesquisadora que escreve este texto, dando-se, principalmente, através da imersão no campo. Para construir o dispositivo de pesquisa, busquei seguir os atores no seu cotidiano e construir espaços de diálogos conjuntos e reflexões com base nas suas práticas profissionais, bem como nos seus desejos em termos de escolha de diferentes locais de referência para as observações.

O trabalho de campo poderia ter sido alargado a vários outros países do mundo. Por razões de exequibilidade, limitou-se à França e ao Brasil. As diferenças entre os dois países ofereceram uma gama de perspectivas que enriqueceram a análise. Com base no fio condutor da economia popular, os diferentes domínios de investigação foram interligados, permitindo, ao mesmo tempo, uma desnaturalização do olhar. Como a pesquisa foi realizada nesses dois países diferentes, através de experiências com diferentes atividades, catação e agricultura, meu olhar foi muitas vezes desestabilizado. Também tive de me questionar com base nas diferenças entre esses coletivos, como parte constante de um processo de diálogo e de questionamento cruzado. Para isso, os dados foram organizados e compreendidos através da redação de três monografias sobre os três coletivos

³ Comité de Amigos do MST.

implicados nesta pesquisa. Estas são depois colocadas em *ressonância* a partir das suas semelhanças e diferenças, numa abordagem de questionamento cruzado, ou seja, questionando cada campo com base nas singularidades dos outros dois.

O quadro teórico foi também estruturado cruzando perspectivas, apoiado pelo estabelecimento de uma cotutela com a Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brasil) e por uma bolsa de mobilidade do *Institut des Amériques*⁴. Fui apoiada nas minhas explorações teóricas relacionadas com os dois países implicados nesta pesquisa (França e Brasil). Foi desenvolvida uma abordagem multirreferencial (Ardoino, 1993) com contribuições da Análise Institucional, das Epistemologias do Sul e da Geografia Social. A Análise Institucional (Lourau, 1970) foi utilizada em conjunto com as Epistemologias do Sul (Santos, 2016) para perceber as forças em jogo nas transformações sociais, abordagens que se complementaram na compreensão das dinâmicas coletivas dos atores implicados nesta investigação. A Geografia Social (Santos, 2012) enriqueceu-as, notadamente, pela sua capacidade de evidenciar invisibilizações através da análise das materialidades espaciais. Essas forças em jogo puderam, assim, encontrar uma grade de leitura também naquilo que expressam espacialmente. Com essa abordagem, continuei a ser uma praticante-pesquisadora. A bricolagem típica do educador especializado que "junta as coisas num canto" (Rouzel, 2020, p. 6) refletiu-se na utilização de uma variedade de noções e conceitos, dependendo do que revelavam sobre o objeto de investigação. A abordagem é, portanto, multirreferencial (Lyet, 2017) para a construção de uma análise que leva em conta as múltiplas dimensões deste objeto de pesquisa específico.

Para dar conta deste trabalho na forma de um resumo longo em português, em conformidade com os acordos de cotutela entre a Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brasil) e a *CY Cergy Paris Université*⁵, escolho resumir as várias partes da tese. No entanto, colocarei os resultados no centro deste resumo, propondo um desenvolvimento próximo ao do texto completo da tese. Por esse trabalho, traduzi todas as citações originalmente escritas em francês. O resumo será estruturado em cinco partes. A primeira retoma a abordagem inicial que estruturou a pesquisa, analisando o jogo das implicações dos diversos atores da pesquisa. A segunda parte é dedicada a uma revisão da literatura sobre exclusão como o foco inicial da pesquisa. O conceito será examinado como um paradigma (Kuhn, 1983). Ele também será examinado pelo prisma das três dimensões do objeto desta pesquisa : trabalho social, economia popular e movimentos sociais. Em seguida, será apresentado o processo de pesquisa em termos da organização da produção e compreensão dos dados. Dada a diversidade

⁴ Instituto das Américas.

⁵ CY Cergy Paris Universidade.

dos campos de pesquisa, o estudo se baseou em questionamentos cruzados de experiências, que inclui um estágio intermediário de redação de monografias apresentadas na quarta parte deste documento.

A parte final deste trabalho é dedicada a uma análise cruzada dessas monografias, o que nos permite formular os resultados desta pesquisa realizada por meio de uma abordagem indutiva. Analisaremos o que é dito e vivido em cada uma dessas experiências. O diálogo entre as três monografias revela as singularidades de cada um dos grupos. Veremos que a mudança de um paradigma de exclusão para um de opressão foi decisiva para compreender os movimentos implicados nos campos investigados. A escolha de uma abordagem indutiva evidenciou um analisador inesperado na pesquisa : a vida. Ao final desta jornada, faço proposições relativas a uma nova abordagem da exclusão e da economia popular, o que nos leva a repensar o questionamento inicial e os vínculos entre esta pesquisa e o trabalho social institucionalizado no qual ela surgiu.

II – A pesquisa e suas implicações

Ao relatar o processo inicial que estruturou a pesquisa, desde as condições em que surgiram as primeiras perguntas até o estabelecimento da estrutura teórica e dos campos de trabalho, é necessário posicionar a ancoragem do questionamento no problema da exclusão. De fato, a pesquisa está estruturada em torno das perguntas feitas por uma profissional de serviço social, uma educadora especializada, em um projeto de inserção habitacional para famílias de ocupações e favelas. Ela também mostra a importância de mudar a maneira de ver as coisas, o que foi possível graças ao trabalho com um clube de prevenção cujas práticas são muito diferentes das que eu seguia anteriormente. Enquanto eu sempre recebia as pessoas nas instalações e assinava contratos de apoio com elas, esse clube de prevenção vai ao encontro das pessoas na rua, com base no princípio do anonimato e da livre adesão. Para abordar a pesquisa, a praticante do trabalho social precisou, primeiro, mudar sua própria perspectiva.

Destacar essa discrepância mostra a implicação da pesquisadora nesse setor profissional no sentido de "um nó de relações" (Lourau, 1990, p. 113) que nos liga às instituições. A análise institucional compreende isso como um significativo componente da pesquisa. Mesmo não podendo ser quantificado, nunca pode haver um nível zero de implicação, porque "não fugimos das instituições" (Monceau, 2010, p. 14). Estamos "[...] sempre implicados, quer você goste ou não, porque a implicação não é uma questão de vontade, de decisão consciente, de ato voluntário. Ele está no mundo, porque é uma relação que sempre estabelecemos com as diferentes instituições onde nos encontramos, que nos constituem e nos atravessam" (Nascimento, Coimbra, 2008, p. 145).

O desafio é grande. Ele confronta o pesquisador com sua própria negatividade, forçando-o a rastrear os "não ditos institucionais" (Lourau, 1969, p. 9). E, no entanto,

o que é útil ou necessário para a ética e a pesquisa não é a implicação, que já está sempre presente, mas a compreensão da implicação já presente em nosso pertencimento e no não pertencimento, nas nossas referências e nas não referências, na nossa participação e não participação, nas nossas supermotivações e desmotivações, nossos investimentos ou não investimentos libidinais (Lourau, 1990, p. 113).

Para Lourau (1997), essa análise é importante por sua contribuição em termos de conhecimento: "a implicação é um instrumento de produção de conhecimento" (Lourau, 1997, p. 8). A socioclínica institucional (Monceau, 2018) estende as implicações em jogo a todos os atores, dando ao pesquisador um lugar na intervenção. O pesquisador intervém. "Ele 'se coloca entre' os sujeitos implicados em uma situação que deseja estudar" (Monceau, 2015b, p. 218).

Para rastrear esses "não ditos" e refletir sobre minhas próprias implicações e as dos trabalhadores de campo que participaram da pesquisa, usei anotações do diário de campo e transcrições de entrevistas. Também localizei as encomendas e solicitações feitas para esta pesquisa. A encomenda é a *explicitação* oficial dos objetivos e expectativas do patrocinador. As solicitações são formuladas pelos atores da pesquisa e correspondem às suas expectativas e desejos não oficiais com relação à pesquisa (Monceau, 2018).

Este trabalho deu sentido ao meu distanciamento do trabalho social, escolhendo pesquisas e campos nos quais o trabalho social institucionalizado, praticado como educadora, não intervém. Estou, de fato, superimplicada. O que, à primeira vista, pode parecer uma falta de implicação parece, "quando você vai direto ao ponto" (De Saint Martin, 2019a), ser uma superimplicação no campo institucional do trabalho social. Para Lourau (1990, p. 113), "a superimplicação é a ideologia normativa do excesso de trabalho, da necessidade de se implicar". Portanto, é possível interpretar esse afastamento profissional da ação social como o efeito de um forte vínculo com a instituição, sua história, seus valores e suas práticas, especialmente por meio da escolha de realizar um projeto de pesquisa cujos questionamento e trabalho de campo são baseados na experiência profissional. Portanto, a pesquisa está firmemente enraizada no campo da exclusão.

Quanto aos atores do campo de pesquisa, eles se envolveram em um jogo de implicações que questiona as dimensões visíveis e invisíveis da construção do objeto de pesquisa e a maneira como olhamos para ele. Em todos os três grupos, os atores viram uma oportunidade de se tornarem conhecidos. Suas solicitações mostram a necessidade de serem reconhecidos e contados, de serem lembrados e até mesmo de conquistar um lugar para si na história. Tornar tudo visível, sem dizer

tudo, é, portanto, um dos elementos fundamentais da pesquisa, pois condicionou o acesso ao trabalho de campo.

O trabalho sobre as implicações também permite dar sentido ao quadro teórico da pesquisa, que é multirreferencial (Ardoino, 1993; Lyet, 2017) e composto pela análise institucional, pelas epistemologias do sul e pela geografia social. Essas três abordagens acompanham o jogo de luz e sombra nesta pesquisa por meio de sua capacidade de perceber os elementos invisibilizados da sociedade. Santos (2016) mostra que a visibilidade é uma questão de lugar social, que revela efeitos entre duas zonas que ele chama de Norte, operando no registro de direitos e hegemonia, e de Sul, operando no registro de violência e exploração. Essa contribuição permite destacar uma das questões em jogo nesta pesquisa, que é a construção da visibilidade em um processo de questionamento concebido a partir do que Santos nomeia de Norte, sobre práticas que parecem ser construídas no Sul, por coletivos marginalizados com status social desvalorizado e estratégias invisibilizadas.

A análise institucional apoia esse processo porque suas ferramentas teóricas permitem evitar a essencialização institucional, uma vez que todos os fenômenos interagem dentro de um campo de forças sociais. Trata-se de uma maneira de considerar experiências que, à primeira vista, não são muito instituídas, a fim de examinar seu lugar nessa interação de forças e seu potencial para instituir. A aproximação entre a abordagem da análise institucional e as epistemologias do sul nos convida a analisar esses processos cruzando a linha de invisibilização descrita como abismal por Santos (2016), em outras palavras, a pensar sobre esses processos de um ponto de vista diferente, olhando precisamente para o que, em nossas representações, pareceria ser o mais insignificante. Dessa forma, os "excluídos" podem se tornar catadores de materiais recicláveis, pequenos agricultores, portadores de uma força social instituinte. Pensar em termos de instituições nos leva a construir uma genealogia desses coletivos e traços históricos de seu lugar nessas relações de poder. A invisibilização pode ser lida em termos de potencial.

A geografia social assume seu lugar nesse diálogo teórico sobre a invisibilidade por meio de um olhar sobre as imagens. Milton Santos (2012) enfoca os vínculos entre espaços e sociedade e propõe a construção de uma nova geografia social. Para Buléon e di Méo (2005, p. 5), o objeto da geografia social é "o processo de construção permanente da relação sociedade-espço". Santos faz referência a Briceno (1974, p. 3-4) para enfatizar que "o espaço não é inocente, pois serve à reprodução social" (Santos, 2012, p.109). Moreira Lopes (2021) também transpõe essa ligação entre espaço e sociedade no contexto dos estudos da geografia da infância sobre os espaços de aprendizagem, apresentando a importância de se interessar por eles, pois revelam a materialidade de um projeto pedagógico. É por meio dessa capacidade de tornar visível que essa abordagem é aqui

chamada, sem esquecer, no entanto, a advertência de Santos (2012) contra uma abordagem que se concentre apenas nas materialidades visíveis. Assim, ela perderia as dimensões sociais invisíveis, pois "o que chamamos de invisível torna-se o elemento mais importante da explicação, porque nos leva além da forma e da aparência, para nos oferecer o que está por trás do fenômeno" (Santos, 2012, p. 167). Como a espacialidade é uma interação homem-sociedade-espço, ela pode ser trabalhada de acordo com as contribuições das epistemologias do sul e da análise institucional, na responsabilidade do pesquisador para com a sociedade. As luzes da multirreferencialidade assumem aqui seu pleno significado por meio da metáfora dos vagalumes que Lyet (2017) utiliza.

III- A exclusão é um paradigma estabelecido ?

O conceito de exclusão é essencial para pensar acerca da marginalização dos grupos envolvidos nesta pesquisa. Entretanto, o estado da arte mostra uma falta de precisão em relação ao que se define por esse termo. Em suas raízes, está a ideia de desajuste, que é um de seus primeiros significados. Na década de 1970, era uma expressão usada para descrever a situação de pessoas que não tinham lugar econômico na sociedade, ou seja, não tinham emprego. O fenômeno permaneceu marginal e podia ser questionado pela ótica da dificuldade de adaptação dessas pessoas. Com a crise econômica da década de 1980, o termo voltou a ser usado, mas agora dizia respeito a um setor mais amplo da sociedade. Dessa forma, a inadaptação é questionada pelo processo econômico que produz seus excluídos. As análises sociológicas são tingidas por essa ideia de deficiência, mas, acima de tudo, do ponto de vista do vínculo social. Quando os autores abordam a exclusão, eles a questionam como um fracasso do vínculo social, para o qual o desemprego contribui ao desfilar as pessoas (Castel, 1995). O interacionismo e a escola de Chicago, por outro lado, invertem essa visão ao mostrar a riqueza dos vínculos sociais que são construídos em meio à exclusão.

Hmaid (2004) mostra que, a despeito de sua imprecisão, essa noção gerou uma série de políticas públicas e mecanismos na França, dos quais o projeto de inserção de ancoragem de pesquisa faz parte. Ela foi implantada no discurso, na teoria e na prática. Hmaid (2004) mostra o papel estruturante do conceito porque, por meio da noção de percurso, ele permite pensar e construir práticas relativas ao crescente número de desempregados e ao aumento da pobreza sem revolucionar as políticas ou as instituições. A cultura coletiva que se desenvolveu e o vínculo entre as teorias e as práticas dos atores permitem ver uma comunidade operando dentro de um paradigma no sentido de Kuhn (1983).

Para Kuhn (1983), quando os seres humanos pensam sobre o mundo, eles nunca estão em contato direto com a realidade. Eles a pensam por meio de crenças, por meio de uma cultura que lhes

permite estruturar a realidade. Um paradigma constitui uma comunidade de práticas para as quais são modelos de solução de problemas que possibilitam a estruturação da realidade que mobiliza. Ao apresentar o problema da desigualdade em termos de processos individuais, a exclusão constitui uma perspectiva específica que orienta as práticas usadas para resolver o problema apresentado. No contexto do projeto de inserção no qual o questionamento da pesquisa surgiu, encontramos uma maneira de pensar a pobreza em termos de percurso pessoal, financiando e fornecendo apoio social destinado a mudar os caminhos dos membros do projeto e levá-los à inserção, que, nesse caso, significa acesso à alojamento. Dessa forma, a solução está vinculada ao pensamento por trás do problema. Para Kuhn (1983), cada paradigma tem sua própria necessidade. No campo da luta contra a exclusão, vemos um exemplo em que ele se impõe aos diversos atores, profissionais e pessoas visadas pelo campo. Regras, códigos e padrões são organizados e instituídos por essa comunidade para garantir que o paradigma perdure. A exclusão cria um sistema que permite que ele seja produzido e reproduzido. No entanto, como qualquer paradigma, a exclusão também produz suas próprias anomalias que a economia popular parece ser capaz de revelar.

Com relação à dimensão econômica das atividades dos coletivos, é importante pensar sobre a exclusão também nessa dimensão. Nas definições de pobreza propostas pelos economistas, encontramos a mesma dualidade de raciocínio apresentada na sociologia. Tradicionalmente, a pobreza é vista como falta de dinheiro ou falta de acesso às necessidades sociais, como alimentação ou moradia. Sen (2000a) rompe com essa abordagem, ao focar as capacidades das pessoas como capacidades de serem e de se tornarem indivíduos, com base nas habilidades que mobilizam em resposta ao seu ambiente. Aqui, a carência também pode ser lida em termos de potencial.

Essa abordagem é reforçada na sociologia dos movimentos sociais que, ao considerar a dificuldade das pessoas excluídas de se mobilizarem coletivamente, destaca a surpresa dos *mouvements des sans*⁶ na França dos anos 1980. Assim, as características das pessoas excluídas contribuem para tornar a organização coletiva improvável devido à dificuldade de essas pessoas se identificarem como um grupo desqualificado (Paugam, 1991). Isso porque afirmar que se pertence a um grupo estigmatizado é uma forma excessiva de violência que impede a formação de coletivos. A heterogeneidade das situações das pessoas que são consideradas excluídas e seus recursos limitados também são vistos como obstáculos. No entanto, a experiência dos *mouvements des Sans* mostra que a exclusão é uma forma de violência que também pode ser um recurso para os movimentos sociais.

⁶ Pode ser traduzido por movimento dos sem, expressão que surgiu na França na década de 1990 e reúne uma série de movimentos de pessoas em situações precárias, sem moradia, sem emprego, sem documentos etc.

Enquanto, na França, o *mouvement des sans* permaneceu mais genérico, na América Latina, a pobreza está no centro da mobilização social por meio dos chamados movimentos populares (Gohn, 2007) que exigem acesso a necessidades vitais, como emprego, moradia e alimentação. Assim, por tradição, em vários campos, emergem movimentos, como o da Teologia da Libertação, que gerará um movimento que Löwy chamou de "cristianismo da libertação" (1998), de atores radicalmente comprometidos com os mais desfavorecidos. A pedagogia assumiu seu lugar nesse movimento por meio da influência de Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido (1974), segundo a qual a missão do educador é acompanhar os oprimidos em um processo de conscientização, levando-os a romper a "cultura do silêncio" e a assumir seu lugar na sociedade, transformando a raiva em rebelião e possibilitando futuros alternativos e a construção de utopias coletivas. Essas duas influências moldaram vários movimentos na América Latina, inclusive o Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST), que, por meio de suas influências, teorizou uma pedagogia do movimento que faz do movimento social um processo pedagógico.

IV- As práticas da pesquisa

A interação entre os atores e seus relacionamentos é examinada pelo viés de sua espacialidade, apresentando a multiplicidade de lugares encontrados no decorrer desta pesquisa. Em determinado momento, tive a sensação de que estava me perdendo espacialmente na pesquisa. Por isso, tive de organizar os dados na forma de um atlas composto de três partes, com base nos três coletivos com os quais trabalhei. Cada um dos 46 locais foi, portanto, um ponto de entrada nesse tríptico. Para cada local, produzi uma folha de apresentação, mas também uma folha de perguntas com base na contribuição do local para a pesquisa. Um exemplo do formulário está em anexo. A abordagem espacial do processo de pesquisa também se refletiu no trabalho de mapeamento incluído no formato longo da tese.

A organização reticular da pesquisa é materializada e também fornece informações sobre como esses coletivos funcionam. Ela especifica os espaços que eles consideram representativos de suas práticas. Por exemplo, os catadores da região de *Ile-de-France* me levaram aos seus locais de trabalho, tanto aos mercados autorizados quanto aos não autorizados. Depois de recuperar objetos das caçambas das pessoas, na rua ou de itens volumosos, que eles limpam, consertam e reformam, eles os vendem em mercados que geralmente não são autorizados, perto de mercados de pulgas, mercados de alimentos e mercados de produtos de segunda mão, que são locais importantes para encontrar clientes. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) me levou para conhecer o que eles consideram ser sua primeira cooperativa, a Asmare, na cidade de Belo Horizonte,

Minas Gerais, Brasil. Eles me apresentaram à Comissão Pastoral da Rua, a organização cristã que os ajudou a se estabelecerem. Pude conhecer os membros da Associação Nacional de Catadores e catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), a associação de suporte técnico que eles criaram, bem como o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), o instituto de pesquisa que também os ajudou a se estruturarem. Posteriormente, optamos por concentrar a pesquisa em duas áreas para um período de imersão mais longo. Para o MST, da mesma forma, a primeira fase consistiu em me mostrar algumas de suas instalações no Brasil (acampamentos, assentamentos, cooperativas de produção, cooperativas de apoio técnico, centros de formação, lojas, mercados, feiras etc.). Em seguida, escolhemos uma área de referência para a pesquisa, um acampamento no estado de Minas Gerais.

Esse itinerário espacial, com sua abundância de espaços, foi possível graças à imersão nos coletivos, que começou como profissional. Foi por meio dessa ancoragem como profissional que entrei em contato com o coletivo de catadores da região de *Ile-de-France*. Por meio de meu trabalho como educadora, eu já havia estabelecido uma relação de confiança com alguns de seus membros. Como resultado, fui rapidamente integrada à vida cotidiana deles, alguns dos quais já faziam parte de mim. No que diz respeito ao MNCR, eu me beneficieei de um adiamento dessa confiança porque eles me foram apresentados pelos catadores da *Ile-de-France*. Com o MST, o caminho foi mais tortuoso, com uma forma de passagem intermediária através da associação do Comitê de Amigos do MST na França que, após um ano, atestou meus objetivos e permitiu que eu fosse recebida pelo movimento no Brasil. O praticante é, portanto, o fator estruturante desta pesquisa. Essa posição foi combinada com a de uma pesquisadora. As posições estão entrelaçadas (Kohn, 2001), como o trabalho sobre implicações já demonstrou. Entretanto, gostaria de mencionar uma terceira postura que me pareceu decisiva nesse processo, a de aprendiz. De fato, esta pesquisa fez parte de um programa de formação que, acredito, sempre me permitiu estar em uma posição de curiosidade, escuta e experimentação. Vivi muitas experiências com os atores dos campos. Por exemplo, eles me formaram em catação, tal como é praticado na região de *Ile-de-France* e também no Brasil ; em agricultura familiar e, em particular, em capina, uma atividade central na agricultura. Eles me ensinaram sobre seus problemas e suas lutas. Seu apoio me transformou. Também gostaria de enfatizar que esse processo de pesquisa gerou uma dívida com cada um dos autores que conheci. Estou me referindo aqui a Falquet (2020b), que encontrou as palavras para expressar um sentimento que compartilho: "Estou em dívida". Ela

disse isso sobre seus campos de pesquisa durante a apresentação de seu livro *Imbrication* no CADTM⁷ internacional⁸.

Apresentar esse dispositivo é também apresentar seu próprio sistema de visibilidade (Nicolas Le Strat, 2020). Ele nos permite entender o que nos dá a ver. No entanto, sua invisibilidade também cria visibilidade. De fato, no decorrer desta pesquisa, que durou cinco anos, nunca fui coletar materiais com os catadores, apesar dos inúmeros convites. Interpreto esse fato como um limite à minha imersão e à dificuldade de me confrontar a um estigma. Essa invisibilidade é, portanto, um indicador da força desse estigma. A parte invisível desta pesquisa também foi construída de acordo com os atores e, neste texto, os nomes das pessoas, locais e associações foram tornados anônimos, a não ser quando houve um acordo claro e com a preocupação de não comprometer o anonimato do coletivo como um todo.

O dispositivo de pesquisa encontra um quadro teórico deste na etnossociologia (Lapassade, 1991) e baseia-se na imersão : seis meses na associação de catadores na *Ile-de-France* e minha participação no coletivo *Rues Marchandes* desde abril de 2020 ; um mês e meio dividido em três viagens com o MNCR ; participação no *Comité des Amis du MST* desde 2015, e três meses de imersão em espaços do MST no Brasil divididos em três viagens. O processo de pesquisa deve ser visto como uma observação participante, pois foi por meio da imersão que os dados foram construídos. De fato, ela condicionou o acesso ao trabalho de campo e a realização de entrevistas, sejam elas formais ou informais, individuais ou coletivas. Os diversos materiais de pesquisa foram organizados em um documento que foi anexado ao trabalho. Dessa forma, foi possível trabalhar a reflexividade com os diversos atores durante nossas trocas, que às vezes tinham o papel de "feedback de pérolas" (Monceau, 2003). Nessa perspectiva, o sistema também faz parte de uma abordagem sócio-clínica institucional, que é determinada, em particular, pela solicitação recorrente das partes interessadas de não serem consideradas como objetos de pesquisa.

O sistema e a análise dos dados também são orientados pela abordagem indutiva que foi utilizada. Depois de classificar os dados por local, transcrevi as entrevistas na íntegra. Também transcrevi trechos de algumas reuniões. Os dados foram analisados por uma codificação por tentativa e erro, com base em categorias nos discursos e em minhas anotações de observação. As categorias foram escolhidas com base em sua recorrência, relevância e, em alguns casos, raridade. Devido à abundância de experiências e suas diferenças, tive de criar uma monografia para cada coletivo, que

⁷ Comitê para a abolição de dívidas ilegítimas

⁸ Apresentação do livro *Imbrications - Women, race and class in social movements (Imbricações - Mulheres, raça e classe nos movimentos sociais)*. Conferência como parte da reunião de outono de 2020 do CADTM (Comitê para a Abolição da Dívida Ilegítima). Vídeo disponível: <https://www.cadtm.org/Video-Imbrications-Femmes-race-et-classe-dans-les-mouvement-sociaux>

serão apresentadas no restante do texto. As monografias permitiram refletir a partir das experiências de cada coletivo, para, em seguida, poder cruzar os dados e as perguntas de forma mais eficaz.

O questionamento cruzado proporcionou reflexão, nomeadamente por desnaturalizar o olhar com o cruzamento de uma variedade de realidades que, devido às suas diferenças, permitem-nos repensar o que pode ser visto como universal, particular ou singular. A pesquisa foi realizada com três grupos diferentes, com duas atividades diferentes (agricultura e catação), em dois países diferentes. Essa abordagem foi ainda mais rica porque minha posição como ex-praticante do trabalho social me levou a internalizar universais que acabaram se revelando não mais do que particularidades. Foi ao entrar em diálogo com outras singularidades que minha visão foi aguçada. Assim como a multirreferencialidade (Ardoino, 1993, Lyet, 2017) leva a uma diversificação de perspectivas, o questionamento cruzado leva a uma multiplicação de referências e experiências para pensar.

Os resultados deste trabalho foram, portanto, construídos por meio de uma abordagem qualitativa, na qual o aspecto subjetivo foi trabalhado por meio das implicações e do apoio de meus orientadores de tese.

V – As monografias

As monografias são parte integrante deste trabalho. Elas apoiam o questionamento cruzado de experiências, permitindo-nos mergulhar nas particularidades de cada coletivo. Elas também são uma ferramenta fundamental na ciência social de Le Play (Hamel, 2010) e da escola de Chicago (Dufour, Fortin, Hamel, 1991). Esta última é uma das correntes fundadoras da etnossociologia (Lapassade, 1991). A coerência metodológica é acompanhada por uma coerência de pontos de referência epistemológicos em uma continuidade entre o dispositivo de observação participante e a ferramenta de monografia.

Com base em uma estrutura comum, as monografias nos permitem entrar nos detalhes de cada experiência de forma descritiva, a fim de dar conta das estratégias organizacionais dos coletivos. Eu as abordei a partir de uma perspectiva sócio-histórica, com base nas memórias orais e escritas que os atores construíram. Em seguida, analisei seus arranjos organizacionais, suas territorialidades e suas vivências dos processos. Em cada coletivo, identifiquei as tensões que são expressas e observadas em seus processos de institucionalização.

Os campos são descritos com base em experiências locais, integrando uma dimensão individual obtida durante entrevistas e trocas informais possibilitadas por períodos de imersão. O ponto de vista dos atores é levado em consideração ao expressar seus sentimentos e suas análises das

organizações das quais participam. Essa dimensão localizada é colocada em diálogo com as dimensões sociais e sócio-históricas das organizações por meio de uma análise da dinâmica em ação em termos de transformação social. Portanto, elas permitem um diálogo entre as diferentes escalas sociais. Veremos que, nessas monografias, foi dado um lugar significativo à memória dos coletivos em questão. A "pequena história" de cada coletivo estudado interfere constantemente na "grande história" da política (Bessaoud Alonso, 2008). Os atores encontrados no decorrer dessa pesquisa estão subjetivamente implicados nessas interferências, talvez ainda mais porque os coletivos são frequentemente descritos por eles como famílias.

Nesta pesquisa, ao ler a apresentação da abordagem e do dispositivo, são perceptíveis as diferenças de escala entre os diferentes coletivos. O MST e o MNCR são movimentos que operam em escala nacional ou mesmo internacional, enquanto os catadores da Ile-de- France parecem operar em um território mais limitado. Cada coletivo é considerado um "caso" (Becker, 2016) por causa de sua autonomia social e em relação aos outros. Foi possível construir monografias porque os *biffins* da Ile-de-France, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e o Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra constituem, cada um, uma comunidade de prática com uma identidade coletiva identificada. Decidimos dividir as monografias em unidades sociais correspondentes a grupos que se definem como tal por meio da prática de um negócio (*biffe*, catação, agricultura) e da criação de um “comum”, cujo nome é um indicador simbólico. Esse “comum” (Dardot; Laval, 2014) se torna visível pela referência compartilhada ao nome de uma atividade e ao nome de um movimento social. Uma leitura das monografias mostra que o nome do negócio (*biffe*) pode assumir a aparência de uma escolha política.

O uso de monografias aqui difere significativamente das abordagens tradicionais, pois não busca ser exaustivo. Além do problema prático do formato de uma tese de doutorado, as monografias foram produzidas com o objetivo de esclarecer as questões decorrentes da pesquisa. Para cada caso, as estratégias dos diversos atores foram abordadas por meio de uma grade analítica sistematizada, para permitir uma reflexão que não pretende ser analógica, mas diferencial, com base nas características de cada coletivo. Não se buscou fazer comparações termo a termo, pois isso poderia levar a um empobrecimento das experiências ao se concentrar em suas semelhanças. O questionamento cruzado (Kasper, 2022) adota uma abordagem diferente, colocando os dados em diálogo com base nas singularidades, particularidades e universalidades de cada caso. A grade analítica foi montada para fornecer uma base para questionar as estratégias dos atores na construção de suas próprias soluções baseadas na economia popular. A ideia aqui foi jogar com os "pontos focais" da pesquisa (Becker, 2016), permitindo questionamentos cruzados. Ela é composta de :

- 1 A memória dos coletivos
- 2 Como eles são organizados ?
- 3 Qual territorialidade dos atores ?
- 4 O que é a vivência dos processos ?
- 5 Tensões no processo de institucionalização

Portanto, essa estrutura foi projetada para mostrar os processos de coletivos considerados "excluídos" em seus vínculos com a sociedade. Em resistência a esse status, os dados da pesquisa mostraram estratégias para se ancorarem em uma história, uma comunidade e um território que envolvem subjetividades individuais e estão ligadas a questões sociais. A ideia deste projeto é também refletir sobre as dimensões globais desses coletivos a partir de uma perspectiva e experiência muito locais.

VI- *Biffins d'Ile-de-France*: da necessidade à paixão pelo trabalho

Esta monografia mostra que os *biffins* da região de *Ile-de-France* formam uma comunidade com muitas faces. Suas vivências da estigmatização e da repressão histórica levou-os a desenvolver estratégias para se adaptarem à situação, que vão da massificação à discrição. Essa história lhes dá uma vantagem para valorizar sua atividade por meio de seu papel e de suas raízes históricas no território de Paris, especialmente na criação dos mercados de pulgas, que agora fazem parte do capital histórico e turístico da cidade. Apresentada como uma vitória, a criação desses mercados de pulgas também pode ser vista como um marcador da luta territorial perpétua dos *biffins*, que mostra, em longo prazo, uma dinâmica contínua de limitação de suas áreas de venda e coleta. Dessa forma, a alternativa que eles organizam está se tornando uma parte cada vez mais incongruente de nossa sociedade. Embora útil em tempos de publicidade sobre questões ambientais e de aquecimento global, sua utilidade social não é reconhecida, se tomarmos como indicador a adaptação dos espaços de trabalho autorizados às necessidades dos *biffins*.

Díficeis de serem padronizados, eles geralmente têm um status precário. Assim, vários projetos políticos e comunitários estão se esforçando para integrá-los a fim de resolver o problema da *biffe*, dando-lhes acesso a outros recursos e a possibilidade de parar com essa atividade. No entanto, o trabalho de campo torna visível atores que têm pleno conhecimento coletivo e práticas

compartilhadas que vão além dos problemas de insegurança econômica. De fato, a comunidade pode ser vista como uma família em que a atividade é vista como um recurso de ajuda mútua e solidariedade, que lhes permite atender às suas necessidades mínimas enquanto realizam uma atividade benéfica para a natureza e a sociedade.

Esta monografia coloca diferentes pontos de vista em perspectiva e destaca a estranheza de um sistema que marginaliza uma atividade histórica, enraizada na cultura da região de Paris e estruturada por uma comunidade organizada. A pesquisa mostrou que os *biffins* fazem parte do tecido social da área em que trabalham. Não se limita aos catadores, mas envolve toda uma gama de atores locais, comerciantes ou moradores locais. Os conflitos sobre o uso do espaço público estão presentes. Vimos, por exemplo, as tensões geradas pelo mercado não autorizado e sua repressão perto da Porte de Montreuil. A repressão é organizada para garantir a tranquilidade do espaço público, que acaba ser para todos ao torná-lo inacessível a todos por meio da instalação de barreiras. Os *biffins* mostram que esses conflitos de uso às vezes são reforçados por sua marginalização, que os coloca entre a vulnerabilidade e a ilegalidade, principalmente quando a repressão os obriga a fugir rapidamente, abandonando seus produtos e reforçando a crítica como prática econômica suja.

No entanto, os espaços dos *biffins* parecem atender às expectativas daquilo que o próprio trabalho social chama de inserção, fornecendo espaços para trabalho, vínculos sociais e participação política. Essa última dimensão é realizada na *Ile-de-France* de várias maneiras pelos três coletivos existentes e pelos amigos desses coletivos, em resistência a um processo de inexistência que atravessa e condiciona essa comunidade.

VII- Os catadores brasileiros : construindo uma identidade coletiva a serviço do poder popular

Uma análise do processo de institucionalização da presença territorial física e simbólica do MNCR mostra a continuidade da tensão fundadora do movimento como uma necessidade de existir, de viver, que foi estruturada em reação a um processo de apagamento dos atores que as imagens estigmatizantes associadas a eles e as práticas de criminalização dos catadores de rua demonstraram. Os membros do MNCR se referiram especialmente à imagem mítica do Homem do Saco que pega as crianças, coloca-as em um saco e as sequestra. Alguns deles ouviram pais dizendo isso a seus filhos quando passavam. O apagamento do espaço público também é descrito pelas operações de limpeza organizadas pelos administradores da cidade, com a atividade de rua sendo associada à mendicância (Oliveira Freitas, 2005).

A reversão dessa marca que sustentava sua organização coletiva é lembrada pelos fundadores do movimento como tendo sido possível graças aos praticantes da teologia da libertação. Como um movimento cristão que optou por uma "opção preferencial pelos pobres" com um forte compromisso com a caridade consciente que leva à libertação dos oprimidos (Löwy, 1998), a comissão pastoral de rua identificou os catadores como um grupo à parte na rua, com uma organização coletiva e regras, e se envolveu com eles na cidade de Belo Horizonte. A entrevista com uma das pessoas que realizaram esse apoio fala sobre a importância para os catadores de se reconhecerem como trabalhadores. Foi quando eles começaram a lutar por seus direitos.

O movimento também foi estabelecido com base em outra contribuição da teologia da libertação : a importância de compartilhar e passar adiante. Dessa forma, a organização se tornou massiva, porque uma das prioridades era construir espaços para todos, para aumentar o número de experiências nas quais os catadores tivessem um papel decisivo.

Como resultado de seu desenvolvimento, o movimento agora tem uma dimensão estabelecida, pois eles conseguiram criar suas próprias ferramentas para lutar e estruturar a economia. Eles criaram sua própria associação, a ANCAT, que financia e organiza o suporte técnico para garantir a lucratividade das cooperativas. Em 2014, o movimento conquistou o reconhecimento da profissão no registro brasileiro de profissões⁹. O comércio também é agora reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho¹⁰. Foram criados órgãos de diálogo e negociação, como o Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Recicladores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIICS), com a participação de representantes do MNCR. Esses elementos são os marcadores de uma institucionalização de seu reconhecimento político.

Nesse processo, porém, eles parecem estar enfrentando tensões. Eles ficam presos entre a necessidade de rentabilidade econômica e a realização de seu projeto social. Surgem questões sobre o gerenciamento de materiais, especialmente porque o que é classificado é o que pode ser vendido. Portanto, uma quantidade de produtos é considerada um resíduo apenas porque não há mercado para ela. É nesse ponto que a dimensão ambiental entra em conflito com a dimensão comercial da atividade. A inclusão dos mais vulneráveis também é discutida como um problema, porque sua inclusão pode se tornar problemática devido à necessidade de lucratividade. Se eles trabalharem mais lentamente, teremos de encontrar as ferramentas que lhes permitam continuar esse trabalho. As observações mostraram que foram encontradas soluções.

⁹ Classificação Brasileira de Ocupações, código 5192.

¹⁰ Código 9361.

Uma das principais tensões identificadas na monografia é a possível instrumentalização de seu movimento pelas autoridades públicas, que se sentem tentadas a desenvolver novas formas de operações de limpeza. Exemplo disso foi a realização de um censo dos catadores em aterros sanitários, iniciativa que foi criticada por um dos catadores em conversa informal tida com ele. O princípio da equivalência estendida parece estar expresso aqui, pois, ao institucionalizar a possibilidade de trabalhar como uma cooperativa, o movimento se depara com o desafio de continuar a trabalhar também com os catadores de rua. Mais uma vez, soluções estão sendo planejadas. Embora alguns membros falem de sua exclusão e estigmatização no passado, esse processo de institucionalização também destaca a fragilidade de seu reconhecimento na luta perpétua para não serem recuperados e para manter o poder sobre sua organização econômica e política.

VIII - Os *Sem Terras* : a institucionalização política e territorial de uma luta social

O MST é considerado um dos principais movimentos sociais do Brasil e da América Latina. Ele existe há 40 anos e está envolvido na vida política do país. Sua influência é internacional por meio de sua participação em federações de organizações de agricultores, como a Via Campesina. Além disso, foi identificado por outros movimentos sociais brasileiros como uma referência em termos de formação e construção de uma luta social ligada aos problemas de acesso à terra, o que também levou à criação de ferramentas econômicas e educacionais para seus membros. Até o momento, o MST permitiu que 350.000 famílias obtivessem acesso à terra e levou à criação de 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1.900 associações. No que diz respeito à educação, 2.000 escolas públicas foram construídas em suas áreas. 200.000 crianças, adolescentes e adultos tiveram acesso à educação básica. 50.000 adultos aprenderam a ler e escrever. 2.000 alunos fizeram cursos técnicos avançados e mais de 100 cursos universitários foram criados em parceria com universidades públicas de todo o país¹¹.

A monografia sobre esse movimento social mostra suas várias faces, bem como as de seus membros : atores estigmatizados, atores econômicos, atores solidários e políticos, todos atualizados de acordo com o contexto e os objetivos de suas ações. Como um ator camaleão, o movimento desenvolveu, ao longo de sua história, a capacidade de transformar e de se adaptar nessa articulação entre individualidade e voz coletiva estruturada pela criação da forte identidade dos *Sem Terra*. Nos últimos 40 anos, o movimento se espalhou pelo Brasil e internacionalmente. Multiplicou seus

¹¹ Dados do site do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra : <https://mst.org.br/>

espaços, acampamentos, assentamentos, cooperativas, centros de formação etc. Construiu coerência por meio da institucionalização de uma organização coletiva regida por normas, valores e princípios transmitidos desde seus primórdios. Assim, essa organização optou pelo movimento e pela transformação. Assim, ele está em constante mudança, conforme demonstrado pelo surgimento de novos temas, como gênero, LGBTQI+ Sem Terra e a economia solidária.

Os membros do movimento expressam sua capacidade de "abraçar todas as causas"¹² em um status que lhes permite múltiplas transformações. De fato, a organização do movimento social não tem status oficial. Seus membros não têm nenhuma afiliação legal com o movimento. Como resultado, pode assumir muitas formas diferentes localmente, evoluindo a distância das estruturas oficiais. Uma de suas características distintivas é que cada membro recebe uma tarefa, uma missão, para construir esse movimento coletivo, que joga com os limites e as tensões em que se encontra. Embora busque ser visível, ele também mantém um elemento de invisibilidade. Nem tudo pode ser dito sobre ele, porque esse jogo é o que lhe permite encontrar um equilíbrio entre o que o institui e o que pretende institucionalizar.

Essa organização está alinhada com a construção do poder popular conforme teorizado por Mendez (2015) e ecoa na organização do MNCR, uma força coletiva que também funciona infiltrando-se nos diferentes espaços e instituições da sociedade. O movimento constrói isso inscrevendo sua existência em diferentes territórios por meio da criação de espaços com características heterotópicas, que funcionam como "contraespaços", colocando o projeto do movimento em prática localmente.

A economia também é um campo de ação no qual adquiriu uma dimensão internacional por meio de sua produção. O poder popular construído pelo MST, portanto, parece funcionar ocupando espaços cujas dimensões são intersticiais em termos de sua localidade e da possibilidade que dão aos indivíduos, por sua vez, de existir. Em virtude de sua escala e de sua história, torna visível a fragilidade de um argumento destinado a desacreditar a agricultura familiar, mostrando que ela pode ser uma solução para os indivíduos e para a sociedade. Tal atividade pode até ser lucrativa e proporcionar uma vida confortável, quando realizada em um ambiente cooperativo.

Nesse sentido, esta monografia também torna visível a força da atribuição à pobreza, pois as estratégias identitárias e econômicas utilizadas para formar o sujeito *Sem Terra* parecem incentivar a reversão do "sem", no entanto, sem anulá-lo. É assim que um membro de uma cooperativa interpreta liminares emitidas pelo Instituto de Reforma Agrária (INCRA). A cooperativa agora proporciona aos seus membros um conforto material real. Esse sucesso parece ser questionado pelo INCRA que diz

¹² Citação de um membro do MST

aos membros da cooperativa que eles não atendem mais aos critérios da Reforma Agrária e não podem mais permanecer na terra. O efeito da categorização como "pessoas vulneráveis" continua a se manifestar nessas situações. O objetivo deste estudo não é tomar uma posição ética ou legal, mas o exemplo destaca a experiência de uma atribuição que resiste à institucionalização de um movimento social que permite que algumas pessoas se libertem dele, para usar o termo escolhido por Bergier (2010).

IX – Diálogos com os campos

Da sobrevivência à vida qualificada

A leitura das três monografias evidencia a diversidade dos campos dessa pesquisa, construídos em torno de um questionamento da economia popular como alavanca de inserção. É através dessa interrogação inicial e das atividades dos atores que se desenvolveu a coerência desta investigação, apesar de uma diversidade que, inicialmente, era pouco visível para um olhar condicionado pelo paradigma da exclusão. A invisibilidade produzida por esse paradigma foi tanto mais poderosa quanto teve um duplo impacto, com a prática da profissão de educadora especializada para a inserção de pessoas "excluídas" da habitação e do emprego, e a influência de um conjunto de teorias, por vezes implacáveis, sobre a desqualificação social. Cercada, a praticante-pesquisadora tinha dificuldade em pensar. As páginas seguintes foram tanto mais difíceis de escrever quanto o trabalho de campo e as observações fugiram a esse paradigma. Não o derrotam, mas parecem evoluir a seu lado. No entanto, alguns membros dos coletivos apropriaram-se do paradigma. A palavra exclusão aparece nas trocas, mas faz eco de um modo de pensar as situações que as práticas dos atores parecem contradizer. Por outro lado, alguns atores rejeitaram explicitamente esse paradigma, com uma forma de raiva porque o sentiram como um ataque.

A especificidade desta investigação é que ela se posiciona do ponto de vista dos atores. Assim, fui levada, transportada, para os meandros de grupos à margem da sociedade, mas também à margem da marginalização por exclusão. Essa posição levou-me a questionar o paradigma que, do seu ponto de vista, parecia ser um sistema que se autoperpetuava e se autorreproduzia. Uma vez deslocado o olhar, todas as dinâmicas de resistência a esse paradigma foram reveladas. Elas aparecem nos mundos construídos e significados pelos atores. Depois de olhar para os diferentes grupos de forma independente, proponho-me a cruzá-los para analisar o que nos dizem as suas diferenças e semelhanças. O exercício consistirá em colocar em perspectiva os seus pontos de vista a partir das

questões que levantam quando considerados em conjunto e em relação a elementos teóricos multireferenciados.

Processos singulares para além da precariedade

Seguir os atores desta investigação conduziu a uma grande variedade de contextos e de organizações de coletivos. O que estruturou sua lógica foi os seus próprios posicionamentos e a realização de uma economia popular. Ao ler as monografias, a exclusão parece ser uma perspectiva possível para analisar as dinâmicas de cada coletivo, porque têm certas características. No entanto, é também uma abordagem da qual se distanciam, exploram as vezes, e ultrapassam. Essa abordagem dialógica das monografias permite-nos ver como os atores se posicionam em relação a esse paradigma. Para isso, proponho refletir sobre as suas estratégias individuais que, no entanto, parecem delinear um processo com características comuns de superação da precariedade no qual a identidade desempenha um papel central. Os três coletivos serão examinados sob o prisma da sua institucionalização em termos de normalização e da junção entre projetos sociais e rentabilidade econômica.

Superar a precariedade

As monografias permitem-nos compreender o processo de superação da precariedade do ponto de vista dos atores. De fato, este é um tema recorrente que resulta da análise das observações e que se reflete na forma como os atores exprimem os ganhos ligados à sua participação nos coletivos. Eles aproveitaram a pesquisa para explicar os processos que os distanciam da desqualificação pela exclusão. O cruzamento das três experiências permitiu identificar os modos como a precariedade é ultrapassada por uma série de necessidades às quais esses coletivos podem responder.

Em relação à economia popular, os três coletivos fazem referência à organização da sobrevivência pela própria necessidade biológica fundamental de alimentação. No entanto, os atores não se limitam à satisfação das suas necessidades básicas, a esse aspeto biológico e alargam-na à importância da habitação e à possibilidade de financiar a educação dos seus filhos. Esses coletivos permitem-lhes construir uma vida cotidiana que está também associada à saúde mental. Para além da reprodução das necessidades primárias e da socialização, a participação nos coletivos é explicada como uma forma de ultrapassar até problemas mentais. Alguns membros de cada coletivo, por exemplo, dizem ter-se curado da depressão.

Esses aspectos são complementados por uma dimensão ética do engajamento das pessoas. Alguns membros afirmam que não estão ali por necessidade econômica, mas por interesse na atividade, por desejo de realizar valores pessoais ou de participar de uma luta social. Contudo, esses relatos estão à margem das atividades dos catadores franceses e brasileiros. Na maioria dos casos, participam numa base *ad hoc*. Por outro lado, as entrevistas com os membros do MST mostram que alguns se engajam porque isso está de acordo com seus projetos de vida, seus valores, por aventura ou mesmo por um chamado místico. Nesses casos, em seus relatos, as pessoas dizem que foram "capturadas" pelo movimento.

Encontramos também uma diferença entre o campo francês e o brasileiro na visão da aprendizagem possibilitada por esses coletivos. Os membros do MST e do MNCR formalizam sua importância nos processos dos quais participam. Esses são vistos como um desenvolvimento pessoal, muitas vezes expresso no verbo "crescer". Em contrapartida, os catadores da *Ile-de-France* não mencionaram essa dimensão. As observações mostraram a existência de uma transmissão de saber-fazer, nomeadamente no que diz respeito à prática do seu negócio. Aqui podemos ver um efeito do apoio de que os coletivos se beneficiaram e, em particular, para os atores brasileiros, um efeito das contribuições da teologia da libertação. Embora os coletivos se diferenciem na forma como falam da aprendizagem, todos exprimem orgulho no seu trabalho com o uso das palavras dignidade e orgulho, que são também parafraseadas pela expressão "viver sem pedir".

A superação da precariedade, portanto, vai além da simples resolução das necessidades primárias das pessoas, embora isso seja apresentado como fundamental pelos atores. No MST, costumamos dizer que o primeiro e mais importante passo de um movimento social é apresentar soluções concretas antes de propor projetos políticos. É o que fazem todos os coletivos ao organizarem espaços de economia popular. Todavia, esses coletivos não se limitam a desenvolver uma atividade econômica. São vividos como espaços de laços sociais, que permitem uma vida sã e de acordo com os valores de cada um. Aqui encontramos uma diferença entre os movimentos de catadores franceses e brasileiros e o MST. O MST também reúne membros que dizem ter vindo para realizar um projeto pessoal de luta social e política. Assim, a superação da precariedade parece ser alcançada através da resolução de necessidades primárias e da construção de um lugar social alternativo àquele oferecido pela pobreza.

Reversões e jogos de identidade

Esses novos lugares são definidos, nomeadamente, pela construção de identidades sociais (Dubar, 2022) no centro desses processos. Enquanto identidades *para si* e *para os outros* (Dubar,

2022), as monografias mostram a sua força na formação de coletivos. Estruturaram-se com base na memória, na defesa e nos símbolos utilizados. O cruzamento de duas atividades diferentes (a agricultura e a recuperação) mostra que, para além da atividade econômica, há uma dimensão de estatuto social que é importante na desqualificação social associada à economia popular. De fato, dá-nos uma perspectiva da força da ligação com o lixo, como refere Cavé (2015, p. 22): "O lixo remete para um mundo sombrio e reprimido. Matéria em estado de degradação ou de dissolução, o lixo provoca-nos ansiedade e procuramos afastá-lo da nossa vista, porque a noção de 'nada' incomoda-nos". Este é dado como um dos motivos de estigmatização pelos catadores franceses e brasileiros. No entanto, podemos constatar que essa atividade não detém seu monopólio através das imagens que definem a identidade dos catadores, mas também a dos pequenos agricultores. No Brasil, os catadores são associados ao Homem do Saco¹³ e, na França, a uma personagem preocupante. Os pequenos agricultores também têm o seu próprio estigma, um dos quais é o Jeca Tatu¹⁴ (Bleil, 2009).

As monografias mostram que essas imagens estigmatizantes correspondem a identidades *para os outros*, no sentido de que provêm de identificações exteriores ao grupo social. Os atores não se identificam com elas. Pelo contrário, denunciam-nas e trabalham para reconstruí-las, o que lhes permite inverter o estigma, construindo *para si* próprias identidades que os valorizam. Essas identidades estão na base de identidades sociais mais ou menos frágeis, consoante os grupos e os seus contextos, mas todas elas são construtoras de instituições através da superação de identidades estigmatizantes. Os elementos captados variam conforme os locais e os contextos, dando origem a identidades diferenciadas. Os catadores do MNCR relacionam-se com uma identidade profissional, antes de mais nada, pela construção de uma identidade *para si* como trabalhadores, que se tornou uma identidade social pelo reconhecimento da sua utilidade social no nível local, nacional e internacional. As cooperativas da região metropolitana de Belo Horizonte assinaram contratos com os poderes públicos para efetuar coletas. A profissão foi reconhecida no registro das profissões brasileiras e pela Organização Internacional do Trabalho.

Esse reconhecimento internacional não parece ter tido impacto nos catadores da *Ile-de-France*, para os quais o processo de reconhecimento local é limitado. No entanto, o nome que os define e que é utilizado nesta investigação, *biffin*, é ilustrativo do reconhecimento que obtiveram enquanto atores históricos da vida cultural parisiense. A monografia sublinhou que escolheram esse termo porque ele institucionaliza a memória da sua inclusão na história dos *chiffonniers*, os inventores dos mercados de pulgas de Paris. Dessa forma, filiam-se a um grupo profissional cujo reconhecimento

¹³ Cf. monografia sobre o MNCR, personagem popular que agarra as crianças para as meter no seu saco.

¹⁴ Ver a monografia sobre o MST, personagem popular meio homem, meio animal, que ilustra a preguiça e a falta de cultura do campesinato.

é incerto e cujo papel como solução ecológica é reafirmado nas suas versões mais recentes. No caso do MST, a sua identidade é reforçada pela criação do grupo *Sem Terra*, cuja dimensão profissional se desvaneceu em relação à dimensão política, mas continua a ser um elemento constitutivo apoiado pelo desenvolvimento de cooperativas técnicas e de comercialização. Essa articulação entre as dimensões políticas e econômicas contribui para o seu reconhecimento, como mostra um dos extratos de entrevista da monografia, em que uma habitante local explica a sua admiração pelos *Sem Terra* pela qualidade da sua produção. Dessa maneira, a sua identidade social toma forma pela sua utilidade como atores da soberania alimentar popular.

As monografias também mostram diferenças nos processos de institucionalização dessas identidades. Enquanto a identidade do MNCR parece ter sido estabilizada nas cooperativas de referência da pesquisa, vimos que as identidades do MST e dos catadores são pressionadas pela criminalização. Quando confrontados com a luta contra a exclusão, os catadores atendem às expectativas, reivindicando acesso ao trabalho, à moradia e aos direitos sociais. Nessas situações, observei que eles às vezes invisibilizam seu trabalho de catador ou, ao contrário, utilizam-no para conscientizar os poderes públicos de que são indivíduos para os quais o Estado não está cumprindo seu contrato social. Em situações de repressão, as observações mostraram que eles podem reagir destacando sua identidade profissional, mas também, ao contrário, invisibilizando sua atividade. Encontramos aqui uma estratégia do MST de jogar com as ilusões identitárias através do teatro invisível que utilizam quando o contexto lhes impõe discrição. A criminalização das ocupações de terra os obriga a agir incógnitos, mas também os leva a ações massivas para tornar visível sua identidade, como as manifestações públicas.

Por esses jogos de identidade, vemos que as alavancas utilizadas para ultrapassar o estigma inicial se ancoram numa memória coletiva que constitui o coletivo, mas que vai para além dele, designando um lugar e um papel social para os *biffins* da *Ile-de-France*. Esse lugar pode também ser construído por meio da autodefinição e do desenvolvimento de uma utilidade social baseada em atividades desenvolvidas enquanto grupos profissionais. É a combinação dos dois que parece permitir aos atores obterem reconhecimento. Nesse panorama, cada coletivo produz, assim, a sua própria identidade política em oposição à atribuição de um estatuto de “excluído”. O MST parece se diferenciar pela institucionalização do sujeito *Sem Terra*, baseando esse reconhecimento na própria origem de sua exclusão, a falta de acesso à terra. A inversão aqui se reflete nesse jogo de palavras, que é também um jogo de lugares e de identidades sociais.

Existindo nos interstícios

As tensões institucionais exprimem-se igualmente nas espacialidades materiais e simbólicas¹⁵ dos atores. Para eles, trata-se de questões essenciais para a possibilidade de exercerem as suas atividades econômicas e, por conseguinte, para a sua subsistência. Vimos que os atores tiram partido dos interstícios sociais para desenvolver as suas soluções. Encontramos essa prática nos três coletivos, que se estruturam em torno de espaços e recursos com estatutos ambivalentes. Os catadores utilizam os resíduos como propriedade abandonada, enquanto os membros do MST utilizam o caráter improdutivo da terra para reivindicar seu usufruto. Através de suas ações, eles transformam esses elementos em recursos, destacando, assim, sua dimensão intersticial, pois estão situados em um espaço intermediário. Em urbanismo, os interstícios são espaços vagos porque não têm construção ou função definida (Tonnelat, 2003). Assim, para Tonnelat (2003, p.135), "estes espaços não são definidos pelo que são, mas pela sua envolvente espacial e/ou temporal, que os constitui como 'vazios entre'". Na maior parte das vezes, esses espaços têm a característica de poderem inserir-se num jogo de visibilidade-invisibilidade propício ao desempenho de atividades que requerem discrição social. Esses espaços podem, portanto, ser utilizados como refúgios para os sem-abrigo ou como áreas de atividades econômicas à margem das regras e normas oficiais, como é o caso dos atores que encontramos durante esta investigação.

É nesse tipo de espaço que os *biffins* desenvolvem as suas atividades. A discrição que proporcionam permite-lhes escapar à repressão. No entanto, essa invisibilidade pode tornar-se visível quando o número de pessoas e a frequência de utilização perturbam. Esse fato sublinha a particularidade dos espaços intersticiais: estão no meio, permitindo apropriações que devem permanecer temporárias. Por exemplo, um catadora observou que o mercado não autorizado de Porte Montmartre pode, por vezes, ser frequentado por 1000 pessoas. Paradoxalmente, verificou que, nesse caso, a repressão é menor, provavelmente devido ao número de catadores. Existem também mercados não autorizados na Porte de Montreuil, que aparecem todas as semanas e que, por vezes, assumem a forma mais alargada de uma *grande sauvette*.

Os *biffins* utilizam um interstício que é também geopolítico entre duas cidades na Porte de Montreuil, cuja gestão é partilhada entre a cidade de Paris e a cidade de Montreuil. Aqui, o intervalo permite-lhes jogar com as suas responsabilidades em matéria de segurança pública e aproveitar os momentos de tensão entre as duas cidades sobre os meios mobilizados para reprimir os espaços de mercado, o que gera interrupções na ação repressiva. O período intermediário dá-lhes espaço de

¹⁵ A espacialidade é aqui entendida como a relação entre o indivíduo e o espaço. Trata-se de refletir sobre as relações com os espaços (Lussault, 2007).

manobra. Os *biffins* veem-no como uma oportunidade. O que vemos aqui é a materialização das tensões institucionais que atravessam os vários atores envolvidos na atividade. Assistimos a um processo de institucionalização, baseado na negociação entre o instituidor de um espaço dedicado aos moradores, onde a venda sem direito ou título é proibida, e o instituidor de práticas de catação, que, movido pelo constrangimento da ausência de espaços de venda autorizados, cria os seus próprios espaços. No entanto, o instituído parece aqui fugidio, e as tensões entre o instituído e o instituinte refletem-se nesse jogo do gato e rato, numa perseguição perpétua entre os catadores e a polícia.

Nas outras áreas de pesquisa, a materialização das tensões institucionais se expressa de forma diferente. Nas áreas ligadas ao MST, é o caráter improdutivo da terra que forma o interstício. No caso do acampamento de referência da pesquisa, o interstício é formado por terras onde não há produção agrícola e cujo proprietário, no momento da ocupação, está sendo processado por corrupção. No momento da ocupação, essa terra tinha, portanto, um estatuto ambivalente porque a sua função social, ou seja, a produção agrícola, em conformidade com as regras da constituição, não estava sendo cumprida. A monografia mostra que situação de enclave do acampamento reflete a força das tensões a que está sujeito. São muitas as fronteiras, construídas pelos próprios moradores e pela atividade mineradora após o rompimento da barragem. As entradas e as saídas são marcadas pela identidade do movimento. Dessa forma, constrói-se uma fronteira que espacializa essa contrainstituição. Como vimos anteriormente, os membros do acampamento distinguem dois mundos, o de dentro e o de fora do acampamento. Expressam as suas diferenças através de uma organização, valores e identidades diferentes. A contrainstituição que se materializa no acampamento não utiliza meios físicos de confronto, mas, ao organizar a visibilidade, questiona o instituído.

No caso do movimento de reciclagem brasileiro, o inquérito permitiu-nos observar a institucionalização do movimento por meio da criação de um compromisso entre os valores da solidariedade e da partilha e a inserção num sistema econômico que funciona com base no princípio da rentabilidade. Isso se reflete nas cooperativas que operam através da venda de materiais a empresas de reciclagem, mas também em eventos pontuais, como a campanha de reciclagem organizada durante o carnaval e financiada por uma empresa de bebidas. O processo de mobilização dos catadores brasileiros levou à institucionalização dos espaços por eles geridos. Estes deixaram de ser interstícios, tendo sido territorializados pelos diferentes atores. No entanto, o ponto de partida da mobilização é de fato intersticial, uma vez que as suas primeiras lutas foram contra operações de limpeza organizadas por gestores públicos. A rua era aqui um meio-termo para os catadores, entre a possibilidade e a erradicação de uma existência espacial.

Entendemos que o interstício, tal como Tonnelat o descreve, é "um lugar de liberdade e de espaço para respirar" (Tonnelat, 2003, p. 135). É constituído como tal pelas diferentes organizações cujas práticas mostram a sua ambivalência, posicionando-as num meio-termo, entre o instituído e o instituinte. O vazio é uma oportunidade para os atores se exprimirem, para existirem de acordo com as suas próprias regras. Dessa forma, o interstício permite-lhes manter a sua posição quando a ordem dominante lhes atribui a desvalorização social. A palavra "interstício" remete para a sua raiz latina, *stare, status*, que significa "estar de pé" (Rey, 1993).

Vemos que, em função das estratégias dos atores, certos espaços existem porque permanecem interstícios, como quando os *biffins* de *Ile-de-France* mantêm uma atividade não declarada em torno dos mercados. Todavia, nas dinâmicas de organização coletiva, observamos também a importância que tem para os atores a sua institucionalização. Essa institucionalização é conseguida por um forte sentimento de identidade territorial. Em cada coletivo, encontramos a presença de símbolos. A bandeira da associação de catadores que administra os mercados está sempre presente. O MST também exhibe os elementos de sua identidade nos espaços que reivindica, enquanto os catadores do MNCR sinalizam frequentemente sua adesão na entrada das cooperativas ou no interior delas. A estratégia aqui, portanto, é que os atores se apropriem dos espaços intermediários e os tornem seus próprios, em reação ao estigma institucionalizado que os empurrou para esses mesmos interstícios. Encontramos aqui a abordagem tão bem expressa por um catador brasileiro: "Nós damos valor". Podemos também entendê-lo como um valor para os atores que realizam este trabalho, que aqui envolve dar-se espaços e torná-los seus territórios.

Normalização ou reforço do poder popular?

A construção da resistência dos atores à atribuição de um estatuto social desqualificado tem, assim, origem na necessidade de sobrevivência alimentar, mas vai também para além dela, dependendo das estratégias e modos de ação dos atores. Constitui-se em diferentes registros, em diferentes dimensões e estratégias, ao mesmo tempo que tem origem num constrangimento ligado à pobreza. Vários modos de ação são utilizados para ultrapassar os estatutos sociais estabelecidos que, segundo os atores, não lhes permitem viver. A análise institucional fornece um quadro para pensar essas diferentes estratégias, distinguindo entre modos de ação institucionais, não institucionais e contrainstitucionais (Lourau, 1973, p. 31-33).

Para Lourau e Lapassade (1974), a instituição não tem uma materialidade pré-definida porque o seu conteúdo corresponde à "forma assumida pela reprodução e produção das relações sociais num

dado modo de produção" (Lourau; Lapassade, 1974, p. 170). Constitui, assim, um conjunto de relações geradoras da produção de formas sociais que, nesta investigação, atribui aos atores uma posição social inabitável. Os atores apresentaram essa posição social como uma articulação de impedimentos materiais e simbólicos para viver, através da atribuição de estigmatização sob a forma de violência física e simbólica. A materialidade institucional é aqui multifacetada, uma vez que se expressa pelos indivíduos que afeta (de Saint Martin, 2014). Para Lourau, a instituição é, nesse sentido, um "ventríloquo" (Lourau, 1969, citado por de Saint Martin, 2022, p. 59) podendo, pois, ser apreendida pelos significantes que produz, em constante mutação em função dos seus diferentes momentos : instituído, instituinte e institucionalização. Estes constituem a dinâmica da instituição que Monceau metaforiza como um "tecido de contradições em evolução" (Monceau, 2003, p. 15).

Os indivíduos, ao estarem implicados na instituição, podem ajudar-nos a compreendê-la, nomeadamente no domínio da pobreza e da exclusão, parecendo ser o tecido constituído por múltiplas dimensões. A análise das estratégias dos atores pode ajudar-nos a compreender as questões e as dinâmicas em jogo. No caso da França, o inquérito identificou inicialmente o peso do paradigma da exclusão a partir da própria experiência da pesquisadora. No caso do Brasil, a pesquisa permitiu identificar certas forças em ação por meio da observação das estratégias de resistência dos atores de campo. Dessa forma, podemos identificar modos de ação institucionais, não-institucionais e contrainstitucionais (Lourau, 1973) a partir de suas estratégias frente a essa necessidade comum de superação de uma atribuição à pobreza. Para Lourau, os modos de ação institucionais consistem em estratégias que reforçam as normas, os valores e os sistemas estabelecidos. Ao fazê-lo, reforçam o sistema que produz a ordem estabelecida, aqui apresentada pela atribuição à pobreza, enquanto exibem o objetivo oposto. Os modos de ação não institucionais adotam formas de oposição a esse sistema que podem ir da luta organizada à resistência clandestina, cotidiana e de baixo perfil. Lourau (1973) inclui, nesse tipo de modo de ação, os movimentos de retirada de uma instituição. As ações contrainstitucionais opõem-se à instituição por meio da construção de alternativas práticas e concretas. Para Lourau, trata-se aqui de caracterizar experiências de vida coletiva que são uma crítica em ato do sistema" (Lourau, 1973, p. 33). Assim, ao contrário da oposição não institucional, uma alternativa concreta é posta em prática.

Ao ler as contribuições das monografias sobre as formas de organização dos atores, é interessante constatar que as práticas da economia popular transformam as suas organizações em contrainstituições. Com efeito, as três mobilizam esse modo de ação, construindo espaços de práticas que são alternativas mais ou menos contestadas à legalidade. Os *biffins* de *Ile-de-France* utilizam a zona cinzenta criada pela lei sobre os resíduos e a regulamentação sobre as vendas de garagem para

criar espaços de trabalho. Da mesma forma, o MST utiliza as disposições da reforma agrária para desenvolver acampamentos que são a base da sua organização popular. Os catadores brasileiros, no seio das cooperativas, construíram formas de organização inclusivas. Cada coletivo joga com a legalidade para obter o reconhecimento das suas práticas e para desafiar o sistema que levou à sua exclusão. A atividade econômica é aqui central, pois dá aos atores um lugar na ação. A catação ou a agricultura obrigam os grupos a agir. São movidos pela necessidade de sobreviver com os alimentos. A decisão de organizar a atividade econômica em torno de valores inclusivos ligados a um projeto social torna esses espaços ainda mais semelhantes a contrainstituições. Para cada coletivo, o objetivo é criar espaços de solidariedade, de partilha e de apoio à sua comunidade. Há uma crítica em ação ao instituído, invertendo a posição social inicialmente atribuída.

No entanto, as monografias mostram também a importância dos modos de ação institucionais na estabilização desses espaços. O objetivo dos coletivos é também o de institucionalizar as suas práticas instituintes. Para isso, forjam-se alianças e constroem-se pontes com o Estado. Os coletivos têm de construir argumentos que permitam uma inteligibilidade mútua. Lourau (1973) interpreta essa estratégia através do princípio de equivalência alargado que se exprime no efeito Mùhlmann como "o processo pelo qual forças sociais ou marginais, ou minoritárias, ou anômicas (ou as três ao mesmo tempo) tomam forma, são reconhecidas por todo o sistema de formas sociais já existentes. O instituído aceita o instituinte quando pode integrá-lo, isto é, torná-lo equivalente às formas já existentes" (Lourau, 1973, p. 25). Assim, no âmbito das estratégias institucionais, verificamos que os atores procuram tornar-se inteligíveis para além da posição social que lhes é atribuída.

Vimos que os catadores (*biffins*) da região da *Ile-de-France* criam um jogo baseado em representações de exclusão, destacando a sua situação econômica para lembrar a responsabilidade dos gestores políticos. Da mesma forma, um *biffin* utiliza, por vezes, a sua situação pessoal quando fala em público, em reuniões oficiais, como em uma reunião para apresentar o plano de segurança de Porte Montmartre, para lembrar aos gestores públicos que a atividade também existe porque eles não cumprem as suas responsabilidades em termos de inclusão social. Se os *biffins* da região de *Ile-de-France* desenvolveram uma capacidade impressionante de viver ao lado do sistema oficial, realizando mercados de forma discreta e escondida, também se mobilizam para obter espaços de trabalho autorizados. Os espaços conquistados refletem a ambivalência entre a ação institucional e não institucional, com um mercado permanecendo simbolicamente nas mãos dos coletivos, através da gestão de uma associação representativa da comunidade, e outro mercado gerido por uma associação do setor do trabalho social. Essa segunda área é considerada um fracasso por alguns catadores.

O MST implementa a mesma estratégia ao criar espaços com quadros sociais de referência consensuais. Isso é feito desde a ocupação da terra, identificando as terras que não atendem às expectativas da constituição brasileira quanto à sua função social, para que possam ser consideradas como parte da reforma agrária legal. Essa conformidade pode chegar a uma negociação com o proprietário, que às vezes se interessa em vender suas terras para o INCRA. No entanto, a advocacia oficial critica essa reforma agrária no Brasil como falsa. Com altos índices de concentração fundiária, Stedile (2012), membro do MST, afirma que ela não pode ser considerada eficaz no Brasil. Ele a define como uma política de criação de assentamentos. No entanto, o MST é um dos principais atores dessa política. O princípio da equivalência alargada também se encontra, por exemplo, no processo de uniformização da produção agrícola do movimento através da criação de redes de revenda em circuitos curtos. Dessa forma, as ações do movimento tornam-se inteligíveis para a sociedade, ao mesmo tempo que também estabelecem a posição inicial dos membros do movimento, atribuindo-lhes um lugar diferente no sistema estabelecido. Esse lugar não se limita ao de pequeno produtor. Isso porque algumas experiências evoluíram ao ponto de terem uma dimensão econômica internacional, como no caso da produção de arroz biológico, que fez do movimento o primeiro exportador de arroz biológico da América Latina.

Essa estratégia está bem patente nas ações dos catadores brasileiros que, com o apoio de cristãos ligados à teologia da libertação, procuraram, primeiro, mudar as suas condições de vida e de trabalho. Ao fazê-lo, procuraram modificar a posição social que lhes era atribuída. Para isso, procuraram alterar a forma como o seu estatuto era retratado, exprimindo-se como trabalhadores e não como mendigos ou moradores de rua. Continuaram a desenvolver uma estratégia de posicionamento econômico das estruturas ligadas ao movimento, nomeadamente através da criação da Associação Nacional dos Catadores (ANCAT), que presta apoio técnico para melhorar a produtividade das associações e cooperativas, bem como para se candidatar a financiamentos de gestores públicos e fundações. O seu papel é também o de construir parcerias, por vezes com empresas multinacionais¹⁶. Assim, não há ruptura com uma ordem econômica estabelecida que levou à exclusão dos catadores, mas, sim, a ações para construir um lugar dentro dessa ordem.

No quadro dos três coletivos, no entanto, vemos que a ruptura com uma ordem estabelecida é feita internamente por meio de práticas econômicas de inclusão e por um processo de formação de um sujeito coletivo. O princípio da equivalência alargada e o efeito Mühlmann podem ser discutidos, uma vez que a institucionalização através da conformidade com o instituído parece fazer parte de uma estratégia dos atores em conformidade com a profecia inicial dos coletivos criados, que é a de

¹⁶Parcerias que estão tomando forma como parte da "plataforma de logística reversa" no Brasil: <https://ancat.org.br/>

construir um lugar social valorizado para comunidades ligadas por atividades econômicas específicas (catação, pequena agricultura). Nesta pesquisa, a dinâmica instituinte dos coletivos se estende na construção de alianças para a aceitabilidade dos membros dos coletivos e para a modificação do instituído. Mendez (2015) destaca essa estratégia nos movimentos sociais brasileiros por meio da construção do poder popular. Estudando as influências e as experiências práticas que existiram no continente latino-americano, o autor destaca uma redefinição do significado de poder como um poder que se constrói e "não como um objeto que se apreende" (Mendez, 2015, p. 26) através da construção de espaços de experimentação emancipados da opressão, autônomos e interligados. As populações subalternizadas estão no centro desse processo, porque são os seus atores. Para Mendez (2015), o "horizonte utópico" dessas experiências é a "autonomia integral" : "Ser autônomo, para o povo como para um indivíduo ou uma sociedade inteira, é ter a capacidade de questionar constantemente a sua própria lei de existência. Sem essa possibilidade, o sujeito popular está condenado a permanecer na subordinação" (Mendez, 2015, p. 313). Assim, as estratégias institucionais e contrainstitucionais dos atores também podem ser interpretadas como ferramentas de construção desse poder popular que tem a especificidade de buscar se infiltrar em todas as dimensões sociais para modificá-las (Mendez, 2015).

Tensões na articulação entre projetos sociais e rentabilidade econômica

Nas três monografias, vemos que os coletivos resistem à atribuição de um estatuto social desvalorizado através da organização coletiva de uma prática econômica. No campo de tensões associado a esses coletivos, vemos uma ligação entre o estatuto social e as práticas econômicas. O questionamento cruzado permite questionar a constituição dessa posição social que é desvalorizada pelo tipo de atividade. De fato, para os catadores, o estigma é muitas vezes pensado como estando ligado ao próprio objeto do seu trabalho, o lixo. No entanto, verificamos que a agricultura familiar também é estigmatizada. Quando as imagens míticas do *biffin* ladrão e do homem do saco são mencionadas, elas têm a ver com a imagem do *Jeca Tatu*¹⁷, que ilustra um sistema de representações desqualificadoras do trabalhador rural. O questionamento cruzado permite compreender que o que está em jogo nas posições sociais dos atores vai além do tipo de atividade que eles exercem. Está, antes de mais nada, ligado aos poucos benefícios que dela retiram e ao estatuto social que dela deriva.

¹⁷ Ver a monografia sobre o MST, personagem popular meio homem, meio animal, que ilustra a suposta preguiça e a falta de cultura do campesinato.

Vemos aqui que a posição social dos atores dessas atividades está ligada à sua rentabilidade econômica. De fato, essa ligação é uma das estratégias utilizadas pelos atores que, através das suas atividades, constroem uma sobrevivência econômica baseada numa mudança do seu estatuto social inicial. As entrevistas mostram que, para essas economias de base, a rentabilidade é uma dimensão importante, mas é apresentada como sendo de igual ou mesmo menor importância do que a dimensão social. Em cada organização, encontramos atores que se referem à noção de família para evocar sua importância em suas vidas. No contexto do MST e dos *biffins* de *Ile-de-France*, pude encontrar pessoas que explicaram ter vindo para realizar um projeto de vida ou simplesmente para se divertirem. Um membro do MST disse-me que tinha vindo pela aventura ; também ouvi falar de um *biffin*, que é bastante conhecido no mercado de Porte Montmartre pelos preços muito elevados que cobra, o que lhe permite não vender e ter sempre artigos em estoque para poder voltar à sua banca.

Nas três organizações, podemos ver que a dimensão social é fundamental. No caso dos catadores de *Ile-de-France*, isso se reflete na importância da sociabilidade entre eles, bem como na construção da solidariedade através da ajuda mútua e da procura de soluções para as necessidades individuais, tal como ilustrado pela procura de financiamento para um assistente social por parte da associação de catadores. Os catadores brasileiros sublinham a importância das relações sociais construídas nas cooperativas. O mesmo acontece com o MST. Dessa forma, a dimensão comunitária desses coletivos é reforçada. Na verdade, eles procuram se fortalecer por meio da inclusão constante de novos membros, que é vista como uma forma de solidariedade, mas também como uma necessidade na luta pelo direito ao trabalho. A inclusão assume a forma de solidariedade quando os membros da associação de *biffins* empurram uns aos outros para dar lugar a qualquer pessoa que queira vender nos espaços de mercado que negociaram. Os catadores brasileiros da cooperativa procuram construir pontes com os seus colegas que trabalham na rua. O MST é apresentado como um movimento acolhedor que abre espaço para todos os tipos de pessoas.

No entanto, essa inclusão também faz parte de uma necessidade ligada à luta dos atores. O MST enfatiza a importância de ser um movimento de massa. É isso que constrói sua força política. Os catadores do MNCR também precisam dessa massificação para dar visibilidade às suas ações. Os catadores da região de *Ile-de-France* sentem-se por vezes embaraçados com o aumento do seu número, uma vez que alguns catadores preferem manter a discrição e o anonimato. Outros consideraram que o grande número de catadores é uma forma de proteção contra a repressão do mercado, pois, perante um grande número de catadores, a polícia decide, por vezes, não intervir.

Se a inclusão apoia o projeto social dos atores, ela é limitada pela dimensão econômica dos projetos. A análise desses três coletivos mostra a força dessa dimensão, pois parece ser ela que pode

pôr em causa as experiências. Os catadores da região de *Ile-de-France* sublinham a diminuição do acesso aos recursos devido ao aumento do número de contentores e ao desenvolvimento de um novo estatuto para os resíduos, que passaram de desperdício a recurso. Os catadores brasileiros falaram das dificuldades financeiras de algumas das suas cooperativas as quais estão sujeitas às variações dos preços dos materiais. Uma das cooperativas gostaria de apoiar os catadores de rua, comprando diretamente os seus materiais a um preço melhor do que o cobrado pelos comerciantes privados de sucata, mas isso não é possível porque a cooperativa não tem dinheiro suficiente. Os catadores mais velhos ou com baixo ritmo de trabalho devido a problemas de saúde são contratados, mas isso é limitado pela necessidade de rentabilidade da cooperativa. Para o MST, a inclusão é um apoio real à função social do movimento que, à medida que se desenvolve, aumenta a partilha de certos recursos. Para esse movimento, a pesquisa não revelou qualquer indício de que a dimensão social seja limitada pela rentabilidade econômica, uma vez que esse campo é plenamente investido pelos atores como um espaço de luta para desenvolver o poder popular.

Essa tensão entre o social e o econômico permite-nos ver a força da instituição de uma posição social estigmatizada. Podemos constatar que os *biffins* da *Ile-de-France* lutam para serem reconhecidos como atores históricos e ambientais importantes para a cidade de Paris. Mas sua atividade só é inteligível para os gestores públicos, quando é apresentada sob o prisma da precariedade. A experiência das *Rues marchandes*¹⁸ é uma tentativa de legitimar esses atores através da pesquisa sobre uma atividade popular. Apesar da sua filiação à *Maison des Sciences Humaines Paris Nord*¹⁹ (MSH) e da organização de colóquios e de trabalhos escritos, a legitimidade da pesquisa parece ser anulada pelo estigma ligado ao trabalho dos *biffins*. No que diz respeito ao MNCR, foi-nos dito que, a despeito das numerosas conquistas do movimento em matéria de reconhecimento do ofício, como a inscrição no registro internacional dos ofícios da Organização Internacional do Trabalho e no registro brasileiro, o reconhecimento como agentes econômicos ainda não foi alcançado. Os membros de uma cooperativa filiada ao MST estão vendo o usufruto da terra que conquistaram ser posto em causa porque já não cumprem os critérios da reforma agrária brasileira legal, devido ao supostamente elevado rendimento que obtêm com a sua agricultura.

A atribuição a uma força social desvalorizada mostra aqui seu poder através do retorno do instituído, apesar dos deslocamentos efetuados pelos atores para construírem eles próprios um lugar social alternativo. Essa análise é apoiada por um diálogo entre as diferentes experiências. Embora os pontos de partida sejam os mesmos, as monografias mostram também sua diversidade, enriquecendo

¹⁸ Ruas comerciais.

¹⁹ Casa das Ciências Humanas do Norte de Paris.

a análise da construção de um processo de superação da precariedade pelos atores. Pudemos observar que, ao mesmo tempo que os atores resistem a essa atribuição através de práticas econômicas e sociais, a essencialização de suas posições resiste a essas estratégias. Aqui, a análise institucional permite-nos observar as forças em ação que nos levam a questionar o paradigma inicial da investigação por exclusão. A articulação com a práxis dos atores mostra uma discrepância entre os efeitos normalizadores do paradigma da exclusão e a riqueza das soluções concebidas para dele escapar. Os atores colocam uma palavra no centro dessas tensões : vida.

Passagem do paradigma da exclusão para o da opressão

A investigação revela tensões nos processos postos em prática pelos coletivos, sinal da sua resistência a um paradigma de exclusão que parece capturá-los e atribuir-lhes um lugar desqualificado. Esse paradigma foi o ponto de partida desta pesquisa, com um questionamento inicial enraizado no trabalho social institucionalizado e nas economias populares vistas como potenciais alavancas de inserção. Os atores mostraram os limites desse modelo de pensamento em diversos contextos, ao mesmo tempo que o incorporaram no seu discurso e análise como ponto de referência para as suas atividades. Proponho-me agora questioná-lo com base no seu impacto na visão, no pensamento e nas práticas dos grupos envolvidos nesta investigação. Dessa forma, tentaremos esboçar os traços de uma alternativa que está tomando forma nas resistências em jogo.

Pegadas de exclusão

Enquanto paradigma, a exclusão deixa uma marca nas pessoas que a põem em prática. Esse conceito constitui um modelo de organização social através da definição de lugares hierárquicos, dando, assim, corpo a normas sociais. No setor específico do acesso à habitação, assistimos à definição de critérios para os excluídos como indivíduos sem habitação, com poucos rendimentos, sem trabalho, necessitando de assistência para poderem usufruir de todos os seus direitos fundamentais. Aqui vemos o negativo do que caracteriza a população "incluída", com uma vida normal, instalada numa casa, com um salário elevado para um trabalho valorizado que lhe permite viver de forma independente. Seria interessante aprofundar as características desse modelo, analisando a grande diversidade de objetivos individuais e de mecanismos de inserção. Não foi essa a escolha desta investigação. No entanto, houve um momento da pesquisa em que pudemos questionar

uma forma de subjetivação do campo, numa articulação entre a interiorização e a exteriorização das suas normas e valores.

Durante o estudo exploratório efetuado no âmbito de um mestrado, tive a oportunidade de trabalhar em conjunto com uma antiga colega que tinha se formado como educadora especializada e que havia trabalhado na mesma associação que eu. Chegamos à conclusão de que éramos incapazes de pensar a *biffe* na região de *Ile-de-France* de outra forma que não fosse através do prisma do paradigma da exclusão. Os membros da associação dos *biffins* contestaram-nos porque estávamos falando da atividade como um problema. Associo esse tique de linguagem e de pensamento a uma interiorização de um modelo para pensar as situações sociais "diferentes" sob a forma de problemas a resolver. Parece-me que aqui encontramos a incorporação de treze anos de prática profissional de apoio social com pessoas vistas como "desfavorecidas", que voltam para nós como um bumerangue através da sua exigência de serem reconhecidas como sendo o oposto dessa desqualificação social. Os *biffins* disseram-nos repetidamente que sua atividade não é um problema, mas uma solução. Dessa forma, estão mudando o seu estatuto de problemas de ordem pública para o de agentes socialmente úteis. Para ilustrar a nossa resistência à inserção, eis uma cópia do lembrete que escrevemos em conjunto para as nossas revistas de investigação:

Quadro 1 – Extrato de diário de bordo

Extrato do diário de bordo, 15 de fevereiro de 2016 :

A *Biffe* é a solução.

Os *biffins* são pessoas que já estão incluídas.

- as suas atividades profissionais

- rede social

- ação cívica enquanto membros de uma associação baseada num modelo democrático (republicano) de redistribuição através das quotas e da reutilização de fundos para o desenvolvimento da associação (computador, caminhão) no interesse coletivo dos *biffins*

Assim, o Estado, ao não reconhecer o seu estatuto de cidadãos, trabalhadores e atores sociais, os exclui.

Objetivo: O Estado deve adaptar-se...

Já estão adaptados à sociedade republicana pelo seu modo de funcionamento.

Local: Já são cidadãos de Montreuil.

Nacional: O Estado deve dar-lhes a oportunidade e o direito de serem cidadãos em nível nacional, ou seja, de participarem plenamente no funcionamento redistributivo da nossa república.

Assim: um sistema de solidariedade entre cidadãos

O que é o modelo republicano? Qual é o modelo atual?

Por que o trabalho social?

Fonte: Elaborado pela autora e uma ex-colega educadore especializada

Perante as observações dos *biffins*, tivemos a sensação de ter sofrido uma forma de condicionamento nos nossos modos de pensar e de praticar a sociedade, uma sensação de que tínhamos retido uma pegada ligada ao nosso percurso profissional. Assim, nossas implicações como

praticantes foram viradas do avesso pela abordagem dos *biffins*, uma mudança provocada por uma nova postura para nós, a de pesquisadores. Esse momento tem as características da liminaridade porque, em um pedaço de papel, registramos essa mudança da posição de praticante para a de pesquisadora (De Saint-Martin, Pilotti, Valentim, 2014). No entanto, falo aqui de praticantes-pesquisadores porque, embora tenhamos começado a adotar a postura de pesquisadores a essa altura, nossas implicações ainda nos ligavam ao mundo do trabalho social. Pela minha parte, essa implicação mantém-se forte até hoje, alimentando a pesquisadora e sendo alimentada por ela. A partir deste trabalho improvisado sobre nossas implicações, descobrimos um reflexo de pensamento enraizado no paradigma da exclusão. Como analisou Paugam (1991), a forma como esse paradigma é construído pode ser vivida como uma desqualificação social pelas pessoas a quem é atribuído o estigma da exclusão. Isso mostra que, nesse paradigma, é o problema que domina, resultando na invisibilidade do que os atores dizem estar vivendo e do significado que dão às suas estratégias e situações.

Aqui encontramos a linha divisória entre os incluídos e os excluídos evocada por Xiberras (1993), que é também estruturada por uma invisibilização que Santos (2006) teoriza como uma linha abissal formada por uma história de ideias que invisibiliza cada lado da linha para o seu outro lado. As fronteiras do campo de exclusão surgem quando o praticante-pesquisador, desafiado pelos atores da investigação, tem de transformar o seu olhar. Na investigação acima descrita, tornou-se evidente que o *biffin*, incluído no campo da exclusão, era visto como um indivíduo desfavorecido em dificuldades, que precisava ser ajudado a satisfazer às suas necessidades em termos de um percurso de vida que só poderia ser resolvido por meio de um processo de inserção. O trabalho de investigação salientou a necessidade de transformar essa percepção para pensar de forma diferente. Também desafiou a relevância da questão original sobre o potencial dessa economia como alavanca para a inclusão. Esse resultado de pesquisa funcionou aqui como um pré-requisito para o inquérito exploratório, permitindo-nos pensar em todas as áreas de investigação.

Limites de exclusão e anomalias

As observações feitas durante a pesquisa mostraram que os *biffins* podem passar de uma identidade de pessoas precárias e desfavorecidas para uma identidade profissionalizada quando são vistos de um ponto de vista fora do campo de exclusão que lhes permite perceber os seus espaços de autodefinição. É interessante verificar que essa identidade reivindicada sofre uma distorção quando a atividade é vista do ponto de vista de certos gestores políticos. Torna-se, assim, uma atividade econômica com contornos administrativos ilegais. Os *biffins* tornam-se delinquentes, como mostra a

evolução jurídica da atividade, que passou do estatuto de infração para o de delito com a criação do delito de venda ambulante pela lei LOPPSI 2, do dia 15 de março de 2011. Isso confirma a importância dos paradigmas na constituição dos fenômenos sociais e da cultura de referência utilizada para os definir. Encontramos esse mesmo jogo identitário com os catadores de materiais recicláveis, que conseguiram institucionalizar essa denominação em resistência ao nome “lixeiro” que os associa ao lixo. Como vimos, a identidade Sem Terra passa a ter um significado político que permite reinterpretar essa condição social de exclusão da terra pela pertença a um movimento social que institui o seu contrário: a redistribuição da terra através da reforma agrária popular.

Essas variações de identidade marcam as fronteiras de diferentes fenômenos sociais que envolvem os mesmos indivíduos. Desse modo, o paradigma da exclusão mostra os seus limites em termos sistêmicos. Enquanto conjunto de práticas, ações e dispositivos realizados com um objetivo específico, tem aspectos sistêmicos. O grupo de estudos "Filosofia em sentido lato", dirigido por Pierre Macherey, no seu relatório do seminário de 19/03/2008 sobre *A estrutura das revoluções científicas* de Kuhn (Macherey, 2008), constata essa semelhança entre paradigma e a noção de sistema, bem como um paradoxo na obra de Kuhn (1983). Ao refletir sobre as "revoluções" da ciência, Kuhn (1983) mostra como o paradigma produz repetição e circularidade. Dessa forma, torna-se um sistema que, no entanto, gera revoluções. Para o autor, o paradigma não pode se reproduzir indefinidamente, sendo isso que o distingue de um sistema, pois o paradigma é "uma unidade que não se reduz completamente aos elementos que logicamente o compõem e que poderiam tomar seu lugar" (Kuhn, 1983, p. 31). Ele é constituído por um elemento implícito que se revela gradual e recorrentemente por meio do desenvolvimento de anomalias.

Há um eco com o paradigma da exclusão, que parece gerar as suas próprias anomalias. Enquanto praticante-pesquisadora, o campo de investigação permitiu-nos observar esse fato de forma mais precisa através da experiência dos *biffins*. As nossas observações mostram que o paradigma da exclusão evacua, para além da dimensão da identidade, algumas das estratégias das pessoas, porque não se enquadram nos seus possíveis pontos de referência. A atividade dos catadores é, portanto, desviante. Isso parece refletir-se na forma como é tratada na gestão da ordem pública. A *biffe* é penalizada e podemos ver que esse tratamento produz exclusão e precariedade através das consequências materiais das medidas tomadas. Por exemplo, a repressão dos espaços de venda não autorizados faz com que os catadores tenham de vender os seus produtos, mantendo, assim, a sua economia com um nível de rentabilidade financeira muito baixo. As multas e o confisco dos seus bens sem inventário limitam fortemente os seus recursos económicos e as possibilidades de organização coerente desses espaços de mercado. A violência é, por vezes, física, como o exprimiram

alguns catadores durante as entrevistas e os habitantes locais numa reunião pública sobre o ordenamento do território em Montreuil. A violência é simbólica quando as pessoas envolvidas na luta contra a exclusão são utilizadas como limite para a aceitabilidade da atividade, se esta for vista como temporária, condicionada pela pobreza e em vias de ser resolvida através de apoio social. É nessa direção que se encontra o *Carré des Biffins* em Porte Montmartre, visto por alguns *biffins* como uma traição e uma nova desapropriação de um dos seus espaços de trabalho e de vida.

Os lugares brasileiros da pesquisa criaram um efeito de lupa sobre essas anomalias através da escala das atividades desenvolvidas em nível nacional e internacional. Uma atividade tradicionalmente vista como uma atividade de miséria, por ser de pequena escala, torna-se uma atividade formalizada, construída por um grupo profissionalizado que tem também uma dimensão política internacional, bem como uma dimensão comercial no caso do MST. O olhar sobre as questões e as possibilidades da *biffe*, economia popular e desqualificada, está mudando. Paugam (1991) define a desqualificação social associada à precariedade como decorrente da necessidade de assistência. Vemos que, para os *biffins* de *Ile-de-France*, apesar da sua estigmatização pela essencialização de um estatuto social excluído, a importância da assistência é relativizada por uma atividade que lhes permite se desligarem dela. A observação de Paugam (1991) de que os precários não conseguem organizar-se coletivamente devido à força do estigma e à recusa de se associarem a essa identidade parece ser contrariada pelas práticas desse coletivo.

Resistência ao paradigma da exclusão

Monceau (1997) apresenta a resistência no campo da Análise Institucional como uma "força social que opera em oposição a outra força social chamada poder" (Monceau, 1997, p. 50). Nem o campo da exclusão nem a atividade de catação parecem, à primeira vista, ser forças ou poderes sociais. No entanto, as anomalias do campo mostram uma forma de resistência dos *biffins* a um modelo que lhes atribui a posição de "excluídos". As interações entre o mundo da *biffe* e o trabalho social são recorrentes, não são anedóticas. Para além do projeto de Montreuil e da experiência de investigação que os liga, há cada vez mais oportunidades de cruzamento. Podemos referir o projeto do *Carré des Biffins* em *Porte Montmartre* e as raízes históricas das atividades da associação Emmaüs (Bergier, 1992; Brodriez-Dolino, 2008). Constatamos que, dos três locais históricos dos *biffins* no território da antiga Zona, dois espaços estão ligados dessa forma. Na periferia da feira das pulgas de *Saint Ouen*, o mercado autogerido pelos catadores perdeu um espaço que foi cedido à associação Aurore para gerir e organizar. Na *Porte de Montreuil*, a fim de limitar o espaço disponível pelos

mercados informais dos catadores, a prefeitura de Paris procurou um operador para se instalar na praça central da Porte. Emmaüs Coup de Main abriu aí um centro de reciclagem. Aqui, o poder do paradigma da exclusão impõe-se aos catadores.

A análise institucional permite-nos questionar as dinâmicas que se desenvolvem entre a *biffe* como atividade econômica popular e como atividade de miséria. Verificamos que o trabalho social institucionalizado se impõe aos *biffins*, recuperando e gerenciando seus espaços e a sua atividade. Territorialmente limitados, por conseguinte, alguns deles estão preocupados com o desenvolvimento da sua atividade pelos atores da política de inserção social. Marc, um *biffin*, não ignorou o espaço ocupado pelo centro de reciclagem Emmaüs Coup de Main em Porte de Montreuil. Também constatou a proliferação de pontos de entrega fechados para produtos usados destinados ao sector de reciclagem e exprime regularmente sua preocupação quanto ao acesso ao seu material de trabalho, os resíduos. Quanto a Pascale, ela própria catadora, o paralelismo recorrente entre a reciclagem dos resíduos e a reciclagem das pessoas provoca nela picos de cólera, que pude constatar nomeadamente à saída de um encontro organizado pela *Réseau Francilien du Réemploi*²⁰ (REFER) com uma das associações de catadores da região de *Ile-de-France* e várias associações de reinserção com atividades de reciclagem e de reutilização. A sua reação foi concisa : "Estão sempre a tentar inserir-nos, mas nós não queremos ! Não precisamos ser integrados, já estamos integrados !".

Pascale aponta aqui um limite do paradigma da exclusão, ao mesmo tempo que evoca a estratégia adotada por alguns *biffins*, que consiste em resistir ao modelo da inserção social, trabalhando para definir a sua atividade, construir suas memórias profissionais e criar espaços de organização e trabalho coletivos. Essa estratégia desenvolve-se a par do paradigma da exclusão e da repressão numa dinâmica não institucional (Lourau, 1973). A dialética da resistência de Monceau (1997a) permite-nos identificar as diferentes estratégias dos *biffins* nesse campo de tensão. Estas têm, alternadamente, uma dinâmica defensiva, ofensiva e integradora.

A monografia destacou a luta dos catadores em 2006 perante a ameaça de despejo de alguns deles do seu espaço de vida numa praça, bem como um aumento da repressão nos seus espaços de venda. Para se defenderem, organizaram um movimento social e formaram uma associação. Embora essa defesa se baseie na necessidade de sobrevivência face a uma repressão extrema e numa forma de intransigência em defesa do negócio do *biffe* e do seu modo de vida, a dinâmica de destruição do poder característica do movimento defensivo (Monceau, 1997a) não se afirma. Não se exprime sob a forma de uma voz coletiva. No entanto, aparece em certos momentos da investigação, como quando Danielle me fala da sua relação com outra pesquisadora que tinha sido marcada pelas suas invectivas

²⁰ Rede da *ile-de-France* de Reutilização

contra o prefeito do 18º bairro de Paris. Gritou-lhe para que saísse do seu palácio porque "os mendigos, o povo esta na rua". Nesse momento, a sua postura é defensiva, no sentido de Monceau (1997), utilizando a invectiva numa luta de poder com o prefeito, que simboliza o poder.

Essa resistência se torna integrativa quando os catadores utilizam suas características de precariedade para lembrar os gestores políticos da sua responsabilidade. Dessa forma, resistem ao modelo de inserção social apropriando-se do seu discurso e utilizando-o para apoiar sua própria luta pelo acesso aos espaços de trabalho. No entanto, essa estratégia mudou com a criação de uma dinâmica ofensiva através da evolução do discurso dos atores e da criação de uma nova forma de poder através da legitimação da sua identidade profissional e da afirmação de um papel social como atores ecológicos. Aqui, distinguem-se do modelo de exclusão, que tende a se impor na definição da sua identidade, formalizando uma identidade e práticas alternativas. A sua organização coletiva e o seu posicionamento como alternativas para a sociedade permitem-lhes posicionar-se como um poder, ou seja, como um grupo social que reivindica um papel político.

A alternativa ao paradigma da opressão

No Brasil, a relação com o paradigma da exclusão coloca-se de forma diferente porque não parece ser o prisma dominante para os atores. De fato, as monografias mostraram que existe um ponto comum nas memórias dos atores sobre a gênese dos movimentos: o papel da teologia da libertação. Sua abordagem da pobreza opõe-se à do paradigma da exclusão, tomando em consideração o indivíduo e oferecendo-lhe ajuda. Vimos anteriormente que Löwy (1998) apresenta a teologia da libertação como um movimento social do cristianismo de libertação pela sua "capacidade de mobilizar as pessoas para um objetivo comum" (Löwy, 1998, p. 54). O que rompe com o paradigma da exclusão é o processo de conscientização que se constroi com o povo a partir de uma releitura da Bíblia. Löwy (1998) apresenta o pensamento de Gutiérrez, teórico da teologia da libertação, da seguinte forma :

Ele insistia antes de tudo na necessidade de romper com o dualismo herdado do pensamento grego : não há duas realidades, uma "temporal" e outra "espiritual", nem duas histórias, uma "sagrada" e outra "profana"; há apenas uma história, e é nesta história humana e temporal que a redenção, o reino de Deus, deve ter lugar. Não se trata de esperar a salvação do alto : o Êxodo bíblico mostra-nos "a construção do homem por si mesmo na luta política histórica". Ele torna-se assim o modelo de uma salvação que não é individual e privada, mas comunitária e "pública", onde o que está em jogo não é a alma do indivíduo enquanto tal, mas a redenção e a libertação de todo um povo escravizado. Nesta perspectiva, os pobres já não são objetos de piedade ou de caridade, mas, como os escravos hebreus, os atores da sua própria libertação (Löwy, 1998, p. 71).

Esse pensamento contrasta fortemente com o pensamento do cristianismo clássico, uma vez que se trata dos pobres se realizarem na terra e não no céu, numa luta pela sua própria realização. Além disso, essa forma de caridade inverte a visão tradicional dos pobres como objetos. Para a teologia da libertação, o desafio é fazer dessa caridade uma dinâmica de conscientização e libertação dos pobres, pelos pobres, de sua própria dominação como sujeitos e atores do processo. Vimos também que esse pensamento está ligado ao de Paulo Freire e à pedagogia do oprimido (Freire, 1974).

Essa ancoragem põe em evidência um elemento-chave que diferencia o paradigma da exclusão do paradigma da opressão : a centralidade dos atores. De fato, as monografias mostraram semelhanças nas três áreas de investigação em termos do confronto das pessoas com a pobreza. Podemos utilizar a definição de Simmel (1998), utilizada por Paugam (1991) para definir a pobreza. Simmel (1998) encontra, na necessidade de assistência, um prisma para definir esse grupo social heterogêneo :

Os indivíduos que, sob diferentes estatutos ou ocupações, se encontram nessa situação não estão de modo algum agrupados num conjunto sociológico particular, diferente do estrato social a que pertencem. É apenas quando recebem assistência - ou talvez quando a sua situação global deveria ter exigido assistência, embora esta ainda não tenha sido dada - que se tornam membros de um grupo caracterizado pela pobreza. Este grupo permanece unido não pela interação dos seus membros, mas pela atitude coletiva que a sociedade, no seu conjunto, adota em relação a ele (Simmel, 1998, p. 98).

Do ponto de vista da teoria de Paugam (1991), a desqualificação social é um dos elementos dessa atitude coletiva da sociedade, reforçada pelas práticas assistenciais que estão na base do paradigma da exclusão. Pensar a pobreza em termos de opressão abre uma via alternativa de luta contra a exclusão. A assistência já não está no centro das práticas. Vimos que ela é denunciada pelos membros dos coletivos brasileiros e franceses. Por exemplo, um *biffin* explica a importância dessa atividade porque lhe dá autonomia econômica e permite-lhe não ter de pedir nada. No caso dos atores brasileiros, encontramos essa dimensão na dificuldade que manifestam em pedir ajuda à família e aos amigos. Como a assistência social é limitada, a assistência pública não fornece meios suficientes para viver. Um dos membros do MST, que é também assistente social, vê-la como um meio de alienar as pessoas. A independência e a autonomia econômica são um elemento importante no discurso dos atores das economias populares. A assistência parece ser vista como um meio de estabelecer a dominação sobre os indivíduos.

Essa crítica da assistência é possível graças ao paradigma da opressão, que permite aos indivíduos relerem a sua situação. A teologia da libertação permite aos "excluídos" repensar a sua situação. Para o povo, o *pobretariado*, não se trata mais de sofrer a desqualificação da sociedade, mas de refletir sobre ela como uma opressão, uma injustiça que o indigna e o estimula a agir. Esse tipo de

reflexão parece fundamental para os movimentos brasileiros como alavanca de ação e mobilização para a construção de alternativas concretas. Aqui, a indignação torna-se uma força motriz para a construção de coletivos e para a criação de alternativas, opondo-se à instituição da exclusão, que atribui aos “excluídos” a responsabilidade pelas suas situações. A indignação permite definir responsabilidades coletivas e sociais, eliminando os obstáculos à organização coletiva dos “excluídos” identificados por Paugam (1991).

A formação no paradigma da opressão, através do trabalho de campo brasileiro, permitiu à pesquisadora dar sentido às práticas dos *biffins*, nomeadamente nessa inversão da sua situação, através da sua persistência em apresentar a sua atividade, a *biffe*, como uma solução e não como um problema. Com base na sua indignação, os *biffins* estão criando uma série de espaços para reivindicar o direito à *biffe*, o direito a um lugar. Nesse movimento, o estigma da desqualificação social é neutralizado, permitindo uma identificação coletiva valorizável e a construção de processos de superação da pobreza. A interação entre os paradigmas da opressão e da exclusão permite ver a exclusão como uma forma possível de opressão que, ao mesmo tempo, gera formas de vida através dos movimentos instituintes de resistência que gera.

O analisador vida: uma surpresa para a investigação

No final desta pesquisa, a praticante-pesquisadora sentiu-se eticamente desconfortável com alguns dos instrumentos teóricos que escolhera e com a análise dos dados de campo que estes forneceram. O quadro teórico ligado ao paradigma da exclusão parecia ser um constrangimento que não permitia dar conta das experiências e das questões expressas pelos atores da economia popular aqui em causa. A análise institucional contribuiu para mostrar os limites desse paradigma e para se centrar nos pontos de vista das pessoas. A exclusão foi um quadro a ser ultrapassado, com o apoio da análise institucional que permitiu refletir sobre as forças alternativas que se traduzem em teorias e práticas. Uma das dificuldades desse exercício foi a identificação de um quadro teórico alternativo que enriquecesse o significado da investigação. Assim, houve uma fase de “passeios exploratórios” com diferentes autores e temas. Um tema chamou-me a atenção pela sua ausência no paradigma da exclusão : a questão da vida. Em retrospectiva, percebi que corresponde a uma das minhas primeiras impressões fortes do campo brasileiro, com o confronto com vidas que não têm preço, não têm valor.

Fassin (2018) aborda essa questão articulando a vida biológica e a vida biográfica. Ao fazê-lo, constrói uma proposta teórica que lhe permite articular seus dois campos disciplinares, a medicina e a sociologia. Trabalhando sobre a forma como as vidas são tratadas, mostra a importância da ligação

entre essas duas dimensões, com base em situações de vida constrangida e abusada, como as dos refugiados. O direito contemporâneo que ele enuncia em termos de desigualdade no tratamento das vidas, entre "fazer viver" e "deixar morrer", traduz algumas das minhas experiências enquanto trabalhador social, bem como os processos de constituição de vidas desiguais (Fassin, 2005). Faz eco ao aparecimento da vida nesta investigação como um elemento fundador para os membros dos coletivos. Aqui, a vida é inesperadamente inserida num campo de lutas sociais, econômicas e políticas. Ela também é vista através do paradigma da exclusão. Escolhi trabalhar com ela como analisador devido à discrepância entre os significados que lhe são atribuídos pelas várias instituições, uma discrepância que foi primeiro sentida e depois objetivada pela pesquisa.

A vida é um analisador ?

A vida não pode ser pensada como um analisador, se nos referirmos apenas ao campo lexical utilizado nos discursos decorrentes do paradigma da exclusão, porque ela tem aí o seu lugar. Existe uma espécie de consenso lexical entre os discursos dos atores dos coletivos abrangidos pela investigação e esse paradigma. No entanto, a palavra "vida" não parece ter o mesmo significado ou uma utilização consensual entre os atores. Voltei, então, ao projeto de inserção onde trabalhei como educadora especializada. Recolhi rastros do que os seus operadores tinham para dizer²¹. A análise dos documentos recolhidos revelou que a noção de vida é utilizada como uma ferramenta, como elemento de enquadramento dos dispositivos (regras internas de convivência coletiva, regras de vida cotidiana, regras de convivência coletiva) e para definir os espaços e os lugares do trabalho social (espaços de vida, espaços de vida em comum, ambiente de vida, unidades de vida). Essa instrumentalização é cristalizada nas designações dadas aos dispositivos de trabalho social²². O conceito de vida é também utilizado como indicador para definir os grupos-alvo da ação social²³.

Por isso, esse conceito permite também que os atores pensem nas diferentes dimensões da vida dessas pessoas para definir os campos de ação do trabalho social²⁴. O trabalho social deve,

²¹ A lista dos intervenientes e dos documentos utilizados encontra-se em anexo.

²² Elementos identificados pela análise do discurso: o Conselho da Vida Social, o Observatório da Vida Estudantil, as operações da Cidade das Férias, o Inquérito Nacional de Informação e Cotidiano (IVQ), o Contrato de Inserção na Vida Social (CIVIS).

²³ Elementos identificados pela análise dos discursos: vida na rua, vida difícil segundo a citação de uma pessoa de acolhimento, nível de vida, condições de vida, idade de integração na vida ativa, ruptura das condições de vida, esperança de vida, indicadores de ligação entre a vida familiar, a vida profissional, a vida política ou a vida económica, circunstâncias da sua vida, contexto da vida das pessoas, doentes que não têm autonomia na vida, pessoas de acolhimento cuja idade e estado de saúde já não lhes permitem viver de forma independente.

²⁴ Elementos identificados pela análise do discurso : Respeito pela vida privada (não interferir), vida relacional; assistência nas "tarefas cotidianas", apoio no final da vida, atividades cotidianas, melhoria das condições de vida, assistência nas diferentes atividades da vida, assistência nas atividades cotidianas, ajuda à vida ativa, respeito pelo direito à vida familiar,

portanto, estar inserido no cotidiano das pessoas e nas diferentes dimensões da sua vida. Do mesmo modo, a temporalidade do trabalho realizado é também pensada através da vida (o longo prazo no amadurecimento da vida de um adulto, ao longo da vida da pessoa acolhida, o amparo na vida de cada dia, o tratamento dos conflitos da vida cotidiana). A vida é um dos objetivos definidos para o desenvolvimento em termos de "projetos de vida", "escolhas de vida" para "viver de acordo com a dignidade humana".

No entanto, há discrepâncias na forma como a palavra "vida" é utilizada. A análise das leis e dos relatórios de orientação para a implementação das políticas públicas evidencia o desenvolvimento de receitas prontas para a implementação do trabalho social. Por exemplo, a melhoria da participação na vida social passa pelo desenvolvimento de atividades desportivas e culturais e pelo acesso a férias (CNLE, 2001-2003). Aqui, a vida é concebida e construída a partir do exterior, distante das pessoas em causa. No entanto, a voz do Conselho Nacional de Políticas de Combate à Pobreza e à Exclusão Social²⁵ (CNLE) reconhece o impacto das leis na vida das pessoas e apela para a realização de estudos sobre o impacto dos diferentes textos e políticas na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. Em 2006, o relatório da CNLE concedeu uma certa margem de manobra às pessoas em causa, tendo em conta as suas opções de vida. O relatório afirma que essa liberdade de escolha deve ser respeitada.

Esses diferentes discursos propõem uma normalização e uma construção *a priori*, sem valorizar a colaboração com as pessoas em causa. Esses discursos de exclusão não escapam à análise dos paradigmas de Kuhn (1983), que mostra que são de natureza quase sistêmica, porque contêm anomalias. Uma dessas anomalias em relação à vida encontra-se no relatório de atividades de 2008 da associação que gere o projeto de inserção que serviu de ponto de partida para a investigação, num texto escrito por um centro de hospedagem²⁶. É o único dos numerosos equipamentos da associação que institucionaliza um discurso sobre a dimensão prazerosa da "vida" que apoia, nomeadamente, desenvolvendo um trabalho sobre a vida afetiva e sexual das pessoas que acolhe. Esse centro de hospedagem propõe-se centrar na vida interior das pessoas para se opor a uma lógica de sobrevivência. A dissonância é um indício da função analisador da vida. Para Lourau (1973) :

A análise institucional, porque procura desvendar a ação do instituído (o Estado, o sistema económico, a ideologia dominante) em todas as organizações, não pode

apoio à vida social, melhorar a participação na vida social (desenvolvimento de atividades desportivas e culturais e acesso a férias, subsídio de férias solidário), vida profissional, ter em conta a globalidade do ambiente de vida, fazer face aos encargos da vida cotidiana, conciliar a vida familiar e profissional, informação jurídica necessária à vida cotidiana, apresentar as bases institucionais e sociais da vida, qualidade de vida.

²⁵ O CNLE é um organismo francês, criado em 1992, que representa os principais decisores e atores, institucionais e voluntários, implicados nas políticas de luta contra a pobreza e a exclusão social. É responsável perante o Primeiro Ministro.

²⁶ Um estabelecimento residencial para adultos com deficiência no âmbito de um Estabelecimento e Serviço de Apoio pelo Trabalho (ESAT), que desenvolve quatro atividades: um jardim zoológico, um restaurante, espaços verdes e florestais e uma oficina agrícola.

privilegiar as "propriedades homeostáticas" dos agrupamentos sociais. Pelo contrário, o seu objetivo é descobrir o negativo que não foi integrado, 'recuperado' ou ultrapassado, através dos analisadores que fazem manifestar o impensado da estrutura social (Lourau, 1973, p. 26).

O negativo não integrado da noção de vida no paradigma da exclusão reside na ausência de discurso das pessoas em causa. A vida é um analisador pelo silêncio das suas vozes. No entanto, a pesquisa de campo realizada mostra a sua presença na produção de sentido dos atores. Além disso, por vezes, ecoa o discurso dos atores institucionalizados aqui analisados, ao evocar a importância do preço da vida como o preço financeiro a pagar para poder viver. O analisador vida tem interesse para esta investigação porque fornece informações sobre o que está incorporado na sobrevivência e na vida dos atores visados pelas políticas de luta contra a exclusão. Interessa também do ponto de vista epistemológico porque permite articular as análises institucionais e as epistemologias do sul, tornando visível uma parte do que se pode assumir como o fundamento de uma linha abissal que torna ilegíveis dois mundos em tensão, o Norte e o Sul (Santos, 2006). A metáfora da linha de invisibilização, dita abissal pela extensão da separação que produz, é uma referência que Santos (2006) utiliza nas epistemologias do sul para ilustrar os limites gerados por processos de dominação que descreve como históricas e epistemologicamente enraizadas.

Definir a vida

Fassin (2018), ao passar em revista as múltiplas definições de vida, mostra-nos a sua complexidade a partir de duas das suas dimensões, a biológica, "a vida como fato da natureza", e a biográfica, "a vida como fato da experiência" (Fassin, 2018). Cita Canguilhem (1990) para realçar a tensão entre essas dimensões: "Talvez não seja possível, ainda hoje, ir além desta primeira noção : está vivo, é o objeto do conhecimento biológico, qualquer dado de experiência do qual podemos descrever uma história compreendida entre o seu nascimento e a sua morte" (Canguilhem, 1990, corpus 23). Canguilhem (1990) diz-nos como é difícil pensar essas duas dimensões em conjunto, como Fassin (2018) ilustra com o desenvolvimento de investigações científicas distintas sobre essas questões. Para teorizar sobre essa dualidade, Canguilhem (1990) apoia-se no pensamento de Aristóteles, que mostra que a língua grega utiliza duas palavras para falar da vida : *zôê* como o "simples fato de viver", comum a todos os seres vivos ; e *bios* como "um modo de viver específico de um indivíduo ou de um grupo" (Agamben, 2002, p. 9). Hannah Arendt também (1961) faz esta distinção :

Delimitada por um princípio e um fim, ou seja, pelos dois acontecimentos supremos do aparecimento e do desaparecimento no mundo, esta vida segue um movimento estritamente linear, provocado, no entanto, pelo mesmo motor biológico que anima todos os seres vivos e preserva perpetuamente o movimento cíclico natural. A principal característica desta vida especificamente humana, cujo aparecimento e desaparecimento constituem acontecimentos neste mundo, é que ela própria está sempre cheia de acontecimentos que, no final, podem ser contados, podem formar a base de uma biografia (Arendt, 1961, p. 143).

Conquanto a vida seja determinada pela sua dimensão biológica, também se alimenta do biográfico, que pode, por isso, ser objeto de investigação para as ciências humanas. Uma análise dos vários projetos de investigação sobre o tema mantém essa dificuldade de articulação com a vida biológica. Fassin (2018) mostra que a vida, na maioria das vezes, não é um objeto em si para a antropologia, mas, sim, um meio para pensar outros temas, como a família, a religião e as instituições políticas. Na antropologia, a vida biológica é abordada pelos *social studies of science*, que se interessam por ela da mesma forma que as ciências biológicas, físicas e até informáticas. A antropologia social e cultural, por outro lado, aborda a vida na sua dimensão vivida através de monografias sobre as condições de vida e as tradições de grupos sociais locais. Apenas a antropologia médica parece ter tentado ligar essas duas dimensões (Fassin, 2018). Fassin refere-se a Ingold (2010, 2011) no seu projeto de "trazer a antropologia à vida", centrando-se na vida na sua multiplicidade e nos seus movimentos, utilizando o conceito de linhas de vida e as suas ligações com a história, os seus movimentos e as suas ligações com a sociedade. Kohn (2007), por seu lado, propõe ir "para além do humano" (Kohn, 2007, citado por Fassin, 2018, p. 28) para pensar a vida em todas as suas formas, animais e vegetais. Pitrou (2014) propõe tomar "a vida como um objeto", convidando ao estudo das representações sociais de diferentes características vitais e biológicas, tais como "crescimento, reprodução, degeneração, cicatrização e adaptação" (Pitrou, 2014, citado por Fassin, 2018, p. 29).

Para Fassin (2018), esses projetos não têm em conta a tensão entre o biológico e o biográfico. Assim, propõe um quadro conceitual para tentar reunir os elementos dessas abordagens sob a forma de um "puzzle reconstituído", uma "composição antropológica constituída por três elementos cuja montagem revela, como um puzzle reconstituído, uma imagem : a desigualdade do valor das vidas" (Fassin, 2018, p. 32). Os elementos dessa composição são as formas de vida, a ética da vida e a política da vida. A partir dessa diferenciação entre *bios* e *zôë*, Fassin (2018) constrói um projeto científico cuja chave parece ser o seu passado pessoal, uma vez que, primeiro, foi médico, antes de se formar em sociologia. Na sua investigação, sublinha a pertinência dessa abordagem, analisando as histórias de vida para identificar a forma como as vidas são consideradas e tratadas. O quadro teórico que escolheu e os domínios que investigou fazem eco aos dados da pesquisa.

Fassin interessa-se por vidas forçadas e precárias. No seu livro de 2018, centra-se mais especificamente naquilo a que chama "nômades forçados" na França e na África do Sul, também mais conhecidos como refugiados, migrantes, requerentes de asilo ou estrangeiros ilegais. Como salienta, essas situações põem diretamente em causa as políticas dos diferentes Estados :

O fato de a atitude de muitos Estados em relação aos refugiados parecer reduzir sua existência à sua expressão mais elementar não significa que eles próprios se deixem reduzir a ela. A infeliz confusão entre as duas coisas tende a contribuir para a desvalorização da vida dos refugiados, à qual eles, no entanto, resistem tenazmente com a sua dignidade. E o mesmo se aplica a todos os indivíduos que se vêem confrontados com as duras provações de uma vida precária (Fassin, 2018, p. 105-106).

Aqui ele abre uma perspectiva para a análise de dados de campo. O cerne da análise de Fassin (2018) diz respeito à forma como as vidas são tratadas. Propomos utilizar esse quadro teórico de uma dualidade da vida entre o biológico e o biográfico para olhar para esses processos de resistência dos atores face a atribuições sociais desqualificantes. A economia popular é um ponto de partida para pensar o que é construído nessas vidas impedidas.

Preço e valor das vidas "excluídas"

Está emergindo um consenso entre os atores das políticas de luta contra a exclusão e os apoiantes dos seus projetos de vida sobre a importância da dimensão material da vida. A instrumentalização da vida no discurso dos atores do campo social conduz a uma tendência para reduzir a sua essência às condições necessárias para a viver. A análise do discurso apresentada anteriormente mostrou a definição de características de vidas "precárias" como pessoas que precisam de apoio para poderem viver. A partir dos documentos da pesquisa, verificamos que esses critérios se centram em elementos materiais, tais como as condições de vida, a rudeza da vida ou os padrões de vida considerados em relação à inserção profissional. A vida autônoma é também um critério utilizado, como no caso das "pessoas cuja idade e estado de saúde já não lhes permitem viver autonomamente" (CNLE, 2006-2008). Desse modo, a precariedade está ligada à definição de Simmel (1988) do grupo social dos pobres em termos de necessidade de assistência, prestada ou não. Ele refere-se aqui à dimensão biográfica da vida e ao poder de cada indivíduo sobre essa biografia.

No que diz respeito às soluções, os atores das políticas de luta contra a exclusão estão ativando o analisador dinheiro (Guillier, 2001/2002), propondo-se responder a essa necessidade, em parte, através de ajudas financeiras aos indivíduos. No seu relatório 2001-2003, a CNLE propôs "criar um nível mínimo de recursos indispensáveis à vida" (CNLE, 2001-2003), bem como "garantir a cada

um os recursos necessários para viver de acordo com a dignidade humana" (CNLE. (2001-2003). As pessoas consideradas como tendo perdido a sua autonomia devido a uma deficiência são igualmente visadas por essa abordagem, sendo que a atualização 2003-2005 do relatório observa que :

às pessoas com deficiência deve ser garantida a liberdade de escolher o seu próprio projeto de vida, graças a uma compensação pelas consequências da sua deficiência e a um salário condigno que promova uma vida independente digna e a participação na vida social através da organização da comunidade (CNLE, 2003-2005, p. 15).

A assistência é aqui entendida como uma ajuda financeira para pagar o preço da vida necessária não só ao seu desenvolvimento biológico, mas também ao seu desenvolvimento biográfico, quando se fala de vida social e de autonomia.

Esse preço da vida é também evocado pelos atores desta investigação e parece estar no cerne do que estrutura suas ações colectivas. Esse preço a pagar por necessidade reflete-se no desejo de sobreviver, no sentido de se manter vivo. A economia popular, enquanto tal, é um ponto de referência no discurso de cada coletivo. Por exemplo, Françoise, uma *biffine* francesa, explica que a *biffe* é uma das formas de sobrevivência na rua : "Quando se vive na rua, é preciso sobreviver. Estamos tirando o lixo. Depois, encontramos-nos com os *biffins* que nos indicam onde trabalhar". Vimos que os catadores começaram a se organizar para resistir a uma situação de pobreza absoluta (Oliveira Freitas, 2005) que põe em risco a sua vida biológica. Encontramos também esse preço a pagar no discurso dos membros que entraram para o MNCR sem terem sido anteriormente catadores de rua. Eles falam da importância da atividade no acesso à renda para sua subsistência e de suas famílias. Essa necessidade é ecoada nas falas de alguns integrantes do MST como uma obrigação de aderir ao movimento para sobreviver.

Ao incluírem no seu discurso a necessidade de pagar esse preço para poderem viver graças às suas atividades econômicas, os atores desta investigação evocam indiretamente um valor da vida que liga as dimensões biográfica e biológica. De certa forma, invertem a abordagem de Fassin (2018), que revela as desigualdades através de avaliações financeiras, nomeadamente no que diz respeito ao cálculo das indenizações em caso de homicídio ou de morte. Fassin (2018) remete para Simmel (1987), que traça os montantes devidos pelas famílias cujos membros cometeram um homicídio. Fassin (2018) toma também o exemplo das indenizações às vítimas do atentado de 2001 ao *World Trade Center* nos Estados Unidos. Constata que o cálculo do valor da vida em termos de perda econômica para as famílias deu origem a grandes diferenças: "As indenizações pagas às famílias variam entre 788.000 dólares para as classes baixas e 6 milhões de dólares para as classes altas. Em média, a indenização pela morte de uma mulher representava 63% da soma equivalente para um homem" (Fassin, 2018, p. 126).

O valor sagrado da vida é posto em causa por essas práticas de avaliação. Os dados da investigação também a põem em causa ao apontarem a existência de um custo necessário para viver. Embora esse custo possa parecer igual para todos, a desigualdade reside nas diferentes formas como as pessoas têm acesso aos meios para o pagar. Para os membros dos coletivos ligados a este inquérito, que organizam a sua atividade para sobreviver, a pesquisa mostrou que o acesso aos recursos necessários é impedido por um sistema estigmatizante. Fassin (2018) descreve-o da seguinte forma : "Para excluir ou explorar indivíduos ou grupos, é preciso justificar as ações perante os outros e perante si próprio. A desvalorização dos indivíduos ou grupos em causa serve de justificação para o tratamento que lhes é imposto" (Fassin, 2018, p. 144).

Essa observação cruza as três monografias com uma característica particular dos movimentos brasileiros. Enquanto as observações de campo mostram que eles instituíram suas atividades, nas anotações dos diários de campo, encontramos elementos de inquietação sobre o valor da vida de seus membros :

18 de outubro de 2019:

Acho que voltar do Brasil foi muito difícil. Eu estava muito cansada e não queria voltar para o Brasil. Todos os que me perguntavam como tinha corrido, eu dizia-lhes que tinha sido cansativo.

Digo-lhes que o que me estava a cansar era a violência no país. Acho que isso me atingiu em cheio.

Uma das coisas que mais me marcou foi a minha troca de impressões com a Claire. Ela perguntou-me como correu o Brasil, e eu disse-lhe, como sempre faço, que foi cansativo... Porque lá havia muita violência. Lá, a vida não tem preço... que lapso, não é no mesmo sentido que na França ; a vida das pessoas que encontrei no terreno não tem preço porque não tem nenhum preço, não vale nada.

As notas que se seguem referem-se à observação das condições de vida dos membros de uma das cooperativas que me acolheram. O trabalho de campo decorreu durante um período de chuva intensa, tal como descrito no diário de bordo:

27 de janeiro de 2020:

Ainda falta um mês, mas o tempo passa tão depressa. É outro mundo.

Sobrevivi às inundações. 44 mortos e 19 desaparecidos. 2 trabalhadores da cooperativa perderam as suas casas. Há um dos jovens que trabalha no exterior e o rapazinho com um grande sorriso, que ficou com um pedaço de vidro preso no dedo. A casa deles caiu por causa da chuva. Os deslizamentos de terra no Brasil são frequentes... e mortais, mas como diria o padre na cerimônia em memória dos mortos de Brumadinho²⁷, não é a chuva que mata as pessoas, são as políticas públicas... ! De fato, as políticas de habitação são inexistentes, sem gestão urbanística, ou apenas nos bairros ricos. Os bairros ocupados²⁸ não são cuidados, e é aí que as casas caem, mas

²⁷A referência aqui é ao rompimento da barragem da mineradora Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019, no município de Brumadinho, que matou 270 pessoas e poluiu o rio Paraopeba.

²⁸ Os bairros ocupados no Brasil são bairros construídos sem autorização ou título oficial e onde as autoridades locais não são responsáveis pela melhoria das vias públicas.

não só... também nos bairros pobres das encostas. Nessa região, essa chuva é perigosa para os pobres, ou seja, para a grande maioria da população.

Com poucos rendimentos, os membros da cooperativa veem as suas vidas ameaçadas pelo local onde vivem. A maior parte deles vive em zonas de risco devido às inundações anuais. Conforme anotado no diário de campo, dois membros da cooperativa que me receberam perderam suas casas após deslizamentos de terra, o que ilustra essas condições de vida. Os integrantes do MST não são poupados dessa desvalorização de suas vidas, como mostra a situação do acampamento de referência da pesquisa, às margens do rio Paraopeba. O crime²⁹ de represamento do município de Brumadinho levou à poluição do rio, o que parece estar tendo um impacto na saúde dos habitantes. Os moradores me mostraram feridas que, segundo eles, aparecem e desaparecem na pele. Logo após o rompimento da barragem, houve uma epidemia de dengue³⁰ devido a desequilíbrios no ecossistema local. Não consegui recolher informações objetivas sobre o impacto da catástrofe na saúde dos habitantes, mas, de um ponto de vista francês, é interessante constatar a ausência de medidas de proteção, nomeadamente durante o período das cheias, quando o nível do rio subiu, poluindo toda a parte baixa do campo onde se situa a escola. Apesar do seu estatuto oficial, não houve qualquer apoio das autoridades locais para remover a lama que impedia a sua utilização. Esse trabalho foi efetuado por membros do acampamento, apesar dos riscos para a saúde associados à toxicidade da lama.

A situação dos *biffins* na região da *Ile-de-France* pode parecer menos surpreendente, uma vez que a sua vida biológica não parece estar diretamente em jogo. No entanto, as observações no terreno deveriam ser completadas por um trabalho específico sobre a sua saúde. Sem os poder contar, pude observar que as questões de saúde estão presentes no discurso dos atores, com uma representação de que os *biffins* têm uma saúde frágil e estão mais doentes do que a população normal na França. Por exemplo, durante uma conversa informal, um dos membros de uma associação de catadores disse-me que muitos dos que lá estavam quando a associação foi criada já morreram. Isso exprime indiretamente a experiência das "vidas nuas", cuja existência cotidiana consiste em organizar a sua subsistência através do exercício de uma atividade criminalmente punível.

Do ponto de vista de Agamben (1997), essas vidas aparecem como "vidas nuas" que se posicionam em oposição à sacralização da vida por "um limite para além do qual a vida dos homens, porque deixa de ser politicamente relevante, [...] não é mais do que uma 'vida sagrada'" (Agamben, 1997, p. 150). Chama-lhes assim porque perdem toda a proteção e soberania face à violência potencial, que, por outro lado, pode ser exercida com total soberania. Para Agamben (1997), essas

²⁹ Nome popular para a ruptura da barragem devido à negligência da empresa em termos de manutenção operacional.

³⁰ Doença transmitida por mosquitos, uma variante da qual pode ser fatal.

vidas são "matáveis". Ele as coloca no extremo oposto de uma forma de vida politicamente relevante, a que chama "vidas qualificadas". Fassin (2018) mostra que a violência pode ser exercida por procuração, desde que seja apoiada por um imaginário estigmatizante. O "deixar morrer" como estratégia política de diferenciação entre diferentes vidas está enraizado nesse sistema (Fassin, 2018). Para o autor, "na desigualdade por exclusão, considera-se que a pessoa não tem utilidade social, podendo mesmo representar um custo social ; a sua vida não tem valor para a sociedade" (Fassin, 2018 p. 144). Encontramos aqui um sentido para as vidas ligadas a esta investigação, que vimos serem apanhadas na lógica da exclusão através da estigmatização e da criminalização. Embora os sistemas de proteção social na França ofereçam, em determinadas condições, uma ajuda para pagar o preço dessas vidas, esse quadro teórico coloca esse sistema em tensão com a importância da soberania das vidas. Assim, uma vida cujo preço não pode ser pago diretamente pelos indivíduos é uma vida condicional. Ao procurar os meios para o fazer, os atores desta investigação colocam indiretamente duas questões : a qualidade e a soberania das suas vidas.

Bem viver e soberania

A vida biológica é, portanto, uma questão para os atores, que a ligam a uma vida biográfica construída a partir das diferentes atividades da economia popular. A sobrevivência é central neste processo, mas está ligada à noção de viver bem, entendida como viver melhor. Essa noção aparece no discurso dos atores brasileiros e franceses, mas em contextos diferentes. Para os catadores de *Ile-de-France*, a boa vida parece estar ligada à construção da solidariedade no seio do grupo social dos "pobres" com o qual se identificam. Um *biffin* reformado descreve da seguinte forma o trabalho efetuado pela associação e pelos seus membros, que também são *biffins*: "O que fazemos é ajudar as pessoas. Vendem para viver. Recolhem do lixo para viver, ou às vezes para viver melhor". Viver melhor exprime-se também pela realização de uma atividade quando esta não é necessária para viver : "É surpreendente porque não preciso dela para viver, mas vou na mesma, vou, venho". Se a pessoa se surpreende com essa atração, é difícil interpretar o que está por detrás dela, mas exprime um sentimento de que a vida está melhorando. Esse espanto cruza-se com outras observações feitas no terreno entre os *biffins* da *Ile-de-France*, que constataam a intensidade das relações sociais e a entreaajuda no seio do grupo. Além disso, Bazin e Rullac (2012) constroem um dos perfis típicos dos *biffins* com a imagem do "reformado sociável" que participa nos espaços de venda como espaços de socialização. As observações efetuadas no decurso desta investigação mostram que essa característica é comum a todo o grupo. Ligada à dimensão da sobrevivência está a referência recorrente à

socialização por meio da participação numa família, independentemente da idade ou da situação familiar.

Os membros dos coletivos brasileiros veem o viver bem como parte de uma luta social. Para uma das integrantes do MST, o viver bem se constrói dentro do movimento, pois permite enfrentar desafios, inclusive o de se alimentar bem e vender produtos saudáveis. Mas ela não vê dessa forma, pois, para ela, o "viver bem" começa com a oportunidade de se alimentar corretamente :

A dificuldade hoje é a venda, é o fluxo. É um desafio, de fato, porque [...] vai-se para a rua e faz-se publicidade, dizendo “Venham comprar ! Este é um bom produto ! Fui eu que o plantei e colhi !” É um verdadeiro desafio. É preciso ter força e coragem. Está-nos no sangue. Por vezes, nem sequer quero vender. Digo a mim próprio que nem sequer quero ficar rico. Preocupo-me muito com a alimentação, em viver bem.

Como acampada, ela descreve um dos elementos da luta do Movimento Sem Terra a partir daquele momento específico, a ocupação da terra, considerada o coração da luta. Com essa fala, ela indica a importância que atribui à participação nesses processos para se ter uma vida boa. Se, para tal, "é preciso ter força e coragem", isso faz eco a um dos nomes com que os integrantes do movimento se autodenominam, *lutadores*, termo que pode ser traduzido como militante, mas que, por sua raiz etimológica na luta, dá-lhe maior força e faz do militante um lutador, um herói popular.

O Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil também é visto como um espaço de construção de vidas melhores, como descreve um dos membros do instituto de pesquisa, o INSEA, que ajudou a estruturar o movimento social. Para ele, o bem viver está enraizado nos valores do cooperativismo, entre a solidariedade e a soberania dos cooperados :

Dizemos que as cooperativas são lugares onde a vida é boa porque acolhem toda a gente. Acolhem aqueles que foram expulsos pelo sistema, os excedentes do exército... Ali, há membros LGBT, que vivem sem problemas com os outros membros. Têm emprego, há idosos, jovens... mulheres... A convergência aqui é garantir um rendimento. Eles [os membros das cooperativas] acabam por construir formas de convivência num local de trabalho autogerido em que não há patrões e onde a liberdade está presente.

No entanto, os cooperados também veem o cotidiano dessas cooperativas como parte de um processo de luta que também tem um preço para a sua vida biológica :

Para mim, a catação significa deixar o peso para trás. Significa tratar doenças incuráveis porque pensamos que não há cura. Por isso, por vezes, vemos pessoas em casa, a chorar, a dizer a si próprias que não têm meios. Dizem para si próprias: "Que triste, não posso fazer isto, não posso fazer aquilo...". E lá estão eles, a lamentar-se, à espera que as coisas venham do céu. Tens pernas, braços, uma cabeça para pensar, um coração para viver, pois bem, vamos à luta ! Todos aqui... Olha como é bom... Estás cansado, doem-te as pernas.

Essa membro de uma cooperativa explica que, para ela, a luta é uma forma de utilizar plenamente os seus recursos para viver. O seu principal recurso é o seu corpo. Encontramos aqui o que está na base da economia popular enquanto atividade que se desenvolve sem capital e cujo objetivo não é a acumulação, mas a produção e a reprodução dos meios necessários à vida.

Podemos ver que essa luta, na qual os cooperados se intitulam "guerreiros", tem um custo físico. Viver bem está ligado a uma luta que tem um custo para o corpo. A posição do acampamento de referência para a investigação ligado ao MST coloca também a questão do preço biológico a pagar na luta. No diário de bordo, encontramos um traço da dificuldade em compreender a importância desse preço para esse movimento social :

16 de agosto de 2019 :

Sobre a situação do acampamento X³¹, sinto que a Flávia está na defensiva quando lhe pergunto por que é que o movimento está a deixar o acampamento no mesmo local, tendo em conta os riscos para a saúde das pessoas... Ela responde que deixar não é uma solução, especialmente no contexto atual, temos de lutar para manter o que já foi conquistado e o acampamento faz parte disso.

Essa troca não deve ser vista como uma injunção para permanecer no acampamento. Ela dá sentido à situação das pessoas do acampamento que se queixavam de problemas de saúde ligados à poluição do rio enquanto permaneciam na zona. As minhas observações não me permitiram avaliar o risco para a saúde das pessoas. Mostraram simplesmente que as pessoas se interrogavam sobre esse risco nos seus comentários. A poluição do rio provocou a partida de um grande número de famílias, mas o acampamento continuou a existir. Nesse caso, o preço a pagar por uma vida boa pode parecer o preço da própria vida. Essa dimensão reflete-se também nos termos "combatentes" e "guerreiros". Ao destacar o que é mobilizado para pagar o preço dessa vida, esse simbolismo também permite ver o valor que é dado a essa vida. Fassin (2018) também observou essa dimensão soberana das vidas constrangidas pela possibilidade de algumas pessoas se permitirem sacrificá-la. Ele apresenta o suicídio como um meio extremo de exercer a soberania sobre suas vidas.

Nessas comunidades, viver bem parece ser uma combinação entre a necessidade de satisfazer às necessidades biológicas, como a alimentação, e a necessidade de conseguir conquistar um lugar na sociedade. A participação em coletivos é, portanto, enfatizada pela sua função socializadora. Embora os brasileiros não tenham articulado diretamente a noção de vida e de socialização no seu discurso, essa dimensão está presente porque as cooperativas de catadores são locais onde as pessoas fazem amigos pela primeira vez, e o MST funciona como uma família. Assim, a vida biológica e a posição

³¹ Acampamento de referência da investigação do MST.

social parecem estar ligadas, o que também é indicado pela presença espacial dos atores, cada um dos quais luta pela apropriação dessas posições. Para os catadores da região de *Ile-de-France*, isso se reflete em seu balé incessante com a polícia, um jogo de gato e rato. Os catadores do MNCR asseguraram os seus lugares no seio das cooperativas. A primeira etapa da luta dos membros do MST é estabelecer o seu lugar nos espaços dos acampamentos. As observações mostraram (Lussault, 2007) que há uma luta por uma vida social e biológica, que se materializa por meio do acesso a um território como um espaço individual e coletivo.

Construir e existir em sociedade: de uma thanato-economia a uma economia da vida

Não são apenas as vidas individuais que estão em jogo nesses coletivos. Ao compreender que "o local contém o global" (de Saint Martin, 2019a, p. 14), a análise institucional permite pensar nas estratégias utilizadas pelos atores para utilizar o global para desenvolver o seu local. As monografias mostram que a construção de uma vida individual melhor está ligada à construção de um lugar social que se reconstitui através da interação da escala individual com a da sociedade. O processo que emerge, apesar da diversidade de experiências observadas durante a investigação, permite que as pessoas passem de "vidas nuas", "privadas de valor político" e, portanto, "matáveis", para vidas qualificadas às quais é conferido valor político (Blondel; Delzescaux, 2018). Para isso, vimos que o gatilho é um jogo de desconstrução-reconstrução de identidades para formar um grupo social de referência. Dessa forma, os vários estigmas associados a essa combinação de atividade econômica e estatuto social marginal podem ser externalizados e transformados em identidades positivas de trabalhadores e agentes econômicos com elevada utilidade social.

Os catadores organizados num movimento social no Brasil expressam o seu orgulho em serem catadores porque são membros de um grupo profissional a serviço do meio-ambiente e da sociedade. Expressam-no através do desejo de se "reformarem como catadores" ou do orgulho de participarem na limpeza da cidade. Para os catadores da região de *Ile-de-France*, a dimensão ambiental é forte e é acompanhada por um processo de profissionalização, que levou um deles a se descrever como "gestor de resíduos". A requalificação da vida dos membros do MST passa pela incorporação de uma identidade *Sem Terra*, cuja dimensão política existe, entre outras coisas, através da proposta de um projeto de reforma agrária popular. Assim, para os três coletivos, a requalificação das suas vidas passa pela valorização das suas atividades individuais : separar os materiais do lixo ; procurar objetos para reparar, limpar e revender ; cultivar produtos alimentares saudáveis ; requalificar-se na sociedade. Os catadores enfatizam seu papel ambiental. Os membros do MST enfatizam a sua luta pela justiça social

e ambiental e a soberania alimentar popular. O processo de requalificação de suas vidas passa pela conscientização e divulgação de seu papel social, ambiental e político. Dessa forma, desencadeia-se um processo de valorização coletiva em que o grupo pode constituir-se como uma minoria ativa, inicia-se a construção do reconhecimento, as vidas podem ser qualificadas e a exigência de justiça social torna-se audível (Fraser, Honneth, 2003).

O reconhecimento passa, portanto, pela possibilidade de romper com a condição social de "pobre", aberta pelas práticas da economia popular na construção da dignidade. O estatuto de uma pessoa em situação de dependência (Simmel, 1998) é ultrapassado pelas possibilidades que os coletivos constroem para si próprios a fim de sobreviverem. Dignidade é um termo utilizado no discurso dos atores dos três contextos em referência à possibilidade de independência, à possibilidade de poder encontrar soluções por si próprio, sem ter de pedir, sem estar dependente de outros ou de um sistema de proteção social. Requalificar essas vidas significa restaurar a soberania das pessoas sobre suas próprias individualidades. Mais uma vez, a soberania individual articula-se à escala mundial por meio de uma economia popular que abre possibilidades de soberania sobre a sua vida, resolvendo as suas necessidades, mas também sobre a forma como as vidas são tratadas através da luta coletiva pela justiça social. Aqui, a economia popular assume uma dimensão historicamente enraizada. A economia já não deve ser entendida como um sistema econômico para os "precários", mas como um espaço de lutas populares. O termo "popular" assume aqui o significado que lhe é dado por Noiriel (2018) no seu histórico da França "de baixo", como aquilo que é "relativo ao governo dos homens" numa "luta constante" (Noiriel, 2018, p. 9).

Através da economia popular, os "pobres" trabalham para construir a sobrevivência no duplo sentido recordado por Fassin (2018) de continuar a viver e viver depois da morte. A vida biológica é construída através da subsistência, mas também vemos a construção de uma vida biográfica tenaz e soberana que parece ter precedência sobre a vida biológica através da inscrição social das atividades dos atores.

Neste momento trágico [referência à última entrevista de Derrida a um jornalista quando sabia que estava morrendo], sobreviver, no sentido tanto de "continuar a viver" como de "viver depois da morte", *fortleben* e *überleben*, ou seja, estar presente no mundo durante algum tempo ainda e permanecer presente ao mundo através do trabalho deixado para trás, misturou a vida física que estava a passar e a vida social que a prolongava, reabilitando a primeira na categoria da segunda (Fassin, 2018, p. 107).

Esse segundo sentido de continuar a viver é uma preocupação dos atores e faz parte da dimensão política dada às suas vidas. A "obra" desses atores é uma construção do seu cotidiano que eles pretendem prolongar através de objetos que perduram no tempo. Aliás Cada coletivo mantém

um *síte* na internet em que é possível reconstituir a sua história. No entanto, podemos constatar que as memórias são formadas em diferentes níveis de formalização entre os movimentos, porque, nos *sites* dos coletivos franceses, não existe uma inserção específica sobre suas raízes. Contudo, isso é construído diariamente pelos atores, seja nos espaços de comunicação ou num recipiente menos esperado, como o saco de plástico em que Françoise guarda os vestígios dessas vidas dia após dia, à falta de algo melhor porque, para ela, pertencem a um museu. Deveria haver um museu da *biffe*.

Os movimentos brasileiros, por seu lado, institucionalizaram esse trabalho de construção de uma memória. Essa abordagem é importante para eles, como me referiu um dos fundadores de uma cooperativa a propósito deste trabalho de pesquisa, para contar a sua experiência, transmitir a sua luta e assegurar que esta permanece disponível para as gerações futuras. No *site* do movimento, essa memória é constituída por uma história do MNCR, uma coletânea das diversas obras, escritos e eventos relativos ao movimento e um memorial em homenagem aos membros falecidos. É no Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra que a memória parece ter sido mais institucionalizada. As homenagens aos membros falecidos são onipresentes. Acampamentos, assentamentos e centros de formação são tradicionalmente nomeados em homenagem a um "lutador". Os cursos de formação do movimento transmitem essa missão de recolha de memórias. Pude observar que, em diferentes turmas e em diferentes institutos de formação, os educandos foram designados para realizar essa tarefa. Tinham de recolher e anotar os vários elementos da vida cotidiana do grupo de turma e depois disponibilizá-los a todo o grupo. Essa formação reflete a dimensão do trabalho de comunicação realizado pelo movimento sobre as suas atividades, desde o nível local ao internacional.

Assim, a sobrevivência desses coletivos ultrapassa a dimensão biológica da noção para se inscrever num processo de construção de vidas qualificadas cujo valor político se reflete em ações que interagem com a sociedade. Vimos a importância da possibilidade de uma identificação valiosa para a construção do reconhecimento social. Mas, como Honneth sugere no seu debate com Fraser (Fraser ; Honneth, 2003), é um passo que permite exigir justiça social. Os atores desses coletivos levam-nos a pensar nessa reivindicação como um processo cuja dimensão fundamental é a inscrição social. Como vidas qualificadas, é a possibilidade de ação e de um lugar social que está no centro das suas construções. No entanto, a sobrevivência que se constrói quer ser soberana pela possibilidade de ir para além da vida biológica. Embora existam diferenças de escala e de estrutura entre os coletivos franceses e brasileiros, as várias alianças e espaços partilhados entre esses movimentos mostram que essa vontade de soberania está sendo tecida em transversalidade.

X - Em conclusão

Para mim, enquanto praticante-pesquisadora e aprendiz, esta investigação foi além de um exercício acadêmico que visava à inserção no mundo da pesquisa. O diálogo com as suas instituições e os seus membros foi fundamental para a sua realização, mas, em retrospectiva, o coração deste projeto parece-me ter sido o encontro de pessoas de mundos sociais diferentes e, por vezes, muito distantes. Elias (1991) ilustra a interdependência dos membros de uma sociedade com a metáfora de uma rede que "não é outra coisa senão a junção de diferentes fios" (Elias, 1991, p. 57), para a qual

nem o conjunto desta rede, nem a forma que cada um dos diferentes fios assume no seu interior, podem ser explicados com base num único desses fios, nem em todos os fios em si mesmos; só podem ser explicados pela sua associação, pela sua relação uns com os outros. Essa relação cria um campo de forças cuja ordem é comunicada a cada um dos fios (Elias, 1991, p. 57).

Foi essa interdependência que possibilitou a realização deste trabalho, enraizado na interrogação de uma profissional sobre a ação social em relação a um dos seus fios no entanto paradoxal, a sua ligação à economia popular. A partir daí, construiu-se um caminho que conduziu a múltiplas relações. A investigação evoluiu a partir desses encontros, tal como a pesquisadora que, apanhada nesse campo de forças, não teve outra escolha senão ser formada e transformada por ele.

Sob a forma de um "acompanhamento da pesquisa", surgiu uma rede de atores ligados entre si, constituída por trabalhadores do mundo da economia popular e do mundo da pesquisa. A partir dessa rede, os territórios também se desenvolveram em nível internacional. O projeto foi implantado até ao Brasil, onde encontrou membros do MST e do MNCR, e foi co-tutelado com a Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brasil) sob a orientação do Professor Jader Janer Moreira Lopes. Essa parceria universitária permitiu um equilíbrio entre as bases teóricas na França e no Brasil, de acordo com os territórios abrangidos por esta investigação, mesmo que as representações e as relações entre os indivíduos sejam por vezes desequilibradas. Por vezes, o caminho percorrido foi óbvio, pontuado por acontecimentos fortuitos, como os sucessivos encontros não programados com o MNCR, mas, outras vezes, foi acrobático, devido à distância e às representações dessa diversidade de mundos sociais. Parece-me que a cotutela nos permitiu reequilibrar uma das características deste projeto, que é de se situar numa linha histórica de exclusão entre dois continentes, cujos vestígios pude observar, ligados à colonização, mas também às atuais relações políticas e econômicas internacionais. Por exemplo, o acolhimento de uma mulher branca e francesa para fazer investigação no Brasil nem sempre foi fácil. O fato de estar ancorada numa instituição pública de pesquisa brasileira foi importante para regular essas relações. Essa cotutela enriqueceu igualmente os intercâmbios e a fertilização teórica cruzada associados ao trabalho de investigação coletiva, que

também foi realizado sob cotutela. A rede assim formada permitiu uma fertilização cruzada de contribuições ligadas à geografia da infância, à análise institucional e à pesquisa conjunta multirreferenciada. O suporte teórico desta investigação reflete a fertilização cruzada da experiência de campo.

Nesta pesquisa, a viagem desempenhou um papel fundamental para focalizar o olhar e a análise num quadro de referência diferente do da exclusão. As várias experiências vividas permitiram desnaturalizar o olhar do pesquisador e confrontá-lo com o paradigma brasileiro da opressão através das raízes de dois movimentos sociais brasileiros, a partir da teologia da libertação. Essa desnaturalização do olhar foi apoiada pelo lugar dado aos atores numa metodologia colaborativa inspirada, entre outras coisas, nas epistemologias do sul (Santos, 2016) para as quais a questão fundamental é a participação da investigação nas transformações sociais construídas pelos atores no terreno. Assim, não são os atores que são convidados a participar na investigação, mas a própria investigação que é convidada a participar na vida dos campos em que está a ser desenvolvida. Esta é uma das formas em que a metodologia foi aplicada nesta investigação. Participei sempre na vida do trabalho de campo, partilhando o seu cotidiano e as fases que atravessavam quando lá estive. No entanto, também convidei as partes interessadas a participar na construção da pesquisa, nomeadamente seguindo as suas escolhas em termos de áreas de referência para a investigação. Assim, as observações foram efetuadas nos espaços que eles consideravam representativos das suas práticas. As trocas e as discussões informais conduziram por vezes a "feedbacks de pérolas" (Monceau, 2003). Tomei em consideração e explorei as referências teóricas dos atores. Dessa forma, as suas participações podem ser lidas de forma discretas, até ao trabalho de análise dos dados. Essa metodologia permitiu construir uma perspectiva baseada no ponto de vista dos atores. Esse viés pode ser questionado pela proximidade que estabelece com os campos de investigação e uma possível convivência com os seus objetivos. Eu mesma não consigo determinar com exatidão a extensão desse fato, mas a abordagem foi sempre discutida com os meus orientadores de tese e colegas pesquisadores. Espero que tenham atuado como salvaguardas. Todavia, é também esse fato que sustenta o valor deste trabalho de investigação, enquanto análise enraizada num determinado ponto de vista baseado nas representações dos atores no terreno, dando a conhecer parte do que aí se constrói e vive.

Em termos de resultados, a dimensão política das atividades dos coletivos dessa pesquisa questiona diretamente o trabalho social estabelecido na França. Tal como um projeto de pesquisa que está chegando ao fim, as questões e os acionadores da investigação estão sendo clarificados. A sensação de mal-estar de uma profissional de serviço social confrontada com os seus paradoxos

parece fazer sentido. Ao longo do meu trabalho, ao partilhar o cotidiano das pessoas que são apoiadas socialmente no âmbito da luta contra a exclusão, pude sentir as anomalias desse paradigma, nomeadamente através das práticas económicas desses "beneficiários", que são intersticiais e imprevisas no "mundo peludo e multifacetado da intervenção social" (De Jonckheere, 2013). De Jonckheere refere-se à intervenção social como um "objeto peludo",

devido à sua forma indefinível e ao fato de ser um composto de diversos e múltiplos elementos, tais como conceitos, crenças, valores, experiências, normas e prescrições várias [...]. [...] Por conseguinte, interessar-se pela intervenção é interessar-se pelas forças sociais que a afetam. Não se pode tomar a intervenção como objeto de conhecimento sem descrever todas as prescrições e ideias que a envolvem, mas também os interstícios que fissuram este aparente monólito, pelo que o social não só determina a intervenção, como deixa espaços indeterminados nos quais se podem intrometer ações imprevisas (De Jonckheere, 2013, p. 35-36).

Aqui, é a economia popular que se intromete e coloca o paradigma da exclusão em tensão com uma soberania que parece ter dificuldade em acompanhar.

A relação de cada coletivo com o serviço social é única. Nos testemunhos dos catadores franceses, encontramos vestígios de um serviço social que controlava os indivíduos e separava as famílias, como nos conta Françoise na história da sua vida. Ao atualizar essa relação, a posição de praticante-pesquisadora permitiu-me ver como esse setor é utilizado pelos *biffins*. Como fui inicialmente conhecida no seio desse grupo como "educadora especializada", esse estatuto rapidamente se espalhou e pediram-me para redigir dossiês e ler cartas. Dessa forma, pude constatar, em primeira mão, o recurso recorrente ao serviço social, mas também a falta de acesso a serviços financiados e a prestações sociais. Os seus pedidos refletem também a escassez de locais onde se pode aconselhar sobre essas questões. Pude também observar a dimensão racional desse sistema, na procura de soluções concretas para problemas concretos, como encontrar alojamento, receber o subsídio para adultos com deficiência, receber a Renda de Solidariedade Ativa (RSA) etc. A tensão com os catadores surge quando o trabalho social é utilizado para os reduzir ao estatuto de utilizadores desse dispositivo. A experiência de violência vivida por Françoise aquando da abertura do *Carré des Biffins* em Porte Montmartre é um exemplo disso mesmo : ao assumir a gestão desse mercado, a associação Aurore desestruturou, de certa forma, a soberania que os catadores construíram através dessa atividade, tornando-se gestores dos seus espaços de trabalho e reforçando a desqualificação social que advém da atribuição do estatuto de "pobre" (Paugam, 1991).

Nessa perspectiva, os coletivos mostram-nos alternativas na realização desse trabalho social a partir da possibilidade de construí-lo de forma soberana. Vemos que cada coletivo tenta reapropriar-se das tarefas do trabalho social e colocá-las à sua disposição, nomeadamente através da ajuda mútua, que pode ser comparada ao trabalho social comunitário. Vimos que os catadores brasileiros também

trabalham para integrar os seus pares nas suas cooperativas através de sistemas de partilha de lucros que estabelecem um equilíbrio de acordo com a situação de cada um. Da mesma forma, durante uma conversa com um dos membros do MST sobre o trabalho social, ele me disse que esse trabalho é realizado pelos próprios *Sem-Terras*. Ele me deu o exemplo de uma pessoa idosa de quem ele cuida e das coletas que podem ser feitas para ajudar um companheiro necessitado. Ele deu-me uma visão geral da ação social desenvolvida no seio da comunidade. Através do sistema de formação e de entreaajuda, os *biffins* conseguem formar referentes como Lívia, que se tornou uma pessoa de referência para os outros quando falam a mesma língua, e a quem ela orienta e aconselha em seus procedimentos administrativos.

Vimos que esse trabalho social está também estruturado de forma assalariada nos três movimentos. Uma das associações de catadores da *Ile-de-France* prevê o recrutamento de um assistente social para os seus membros. Outro exemplo é a associação ANCAT, que financia os seus próprios trabalhadores sociais. Nesse contexto, o trabalho social é diferente do trabalho para o qual fui formada como educadora especializada. Quando pergunto a um trabalhador social da ANCAT sobre seu trabalho, ele me diz que sua função é apoiar os membros do movimento na organização e gestão de suas atividades. O MST financia a formação de trabalhadores sociais para alguns de seus membros. Podemos ver aqui uma estratégia de reequilíbrio das relações que foi criticada por alguns membros do MST. Trata-se de uma forma de neutralizar a relação de dependência induzida pela relação de ajuda e permitir que o trabalho social seja realizado sem ambiguidades, de acordo com as necessidades dos destinatários. Essa postura derruba o paradigma da exclusão, pois o usuário passa a ser o financiador da ação social a ele dedicada.

Algumas correntes, como o trabalho social radical (Faisca; Paturel, 2021), parecem inspirar-se nessa crítica em ação. Os catadores brasileiros evocam a possibilidade de realizar um trabalho social "pós-consumo" à imagem dos seus valores e objetivos. A partir dessas propostas, podemos reler a importância da soberania para passar das vidas nuas às vidas qualificadas. De fato, elas recordam-nos o poder limitado dos atores na construção das soluções que lhes dizem respeito no domínio da exclusão na França, quando se trata de espaços de vida que lhes são destinados. Vemos, assim, dois modos de organização da vida aparentemente antagônicos. No campo da exclusão, a vida parece já ter sido escrita pelos projetos e dispositivos, enquanto que, no campo da economia popular, parece estar tornando-se uma vida a ser escrita coletivamente. Desse modo, as vidas qualificadas tornam-se formas de vida para as instituições que as desqualificaram.

Pensar a luta contra a exclusão como um paradigma permitiu evidenciar a sua tendência para atribuir os seus alvos a uma posição social desfavorecida e desqualificada. Pensar em termos de

paradigma põe em evidência a circularidade das práticas que reforçam aquilo contra o que se pretende lutar. Vemos tensões expressas a partir do interior do paradigma, como no caso de um antigo diretor do *Carré des biffins* da associação Aurore, que fala da "ilusão de inserção" e da capacidade dos *biffins* para subverter as representações dos pobres em que se baseia. Para ele, os *biffins* põem em causa a visão da pobreza como um desajustamento individual, questionando a dimensão social dessa pobreza. Esta pesquisa mostrou que as anomalias se tornam ainda mais evidentes quando deslocamos o nosso ponto de vista para observar o que foi possível graças às viagens e ao cruzamento de experiências. Se, para Kuhn (1983, p. 99), a anomalia pode "eventualmente levar a uma mudança de paradigma", o objetivo desta investigação não era defender uma mudança dessa natureza, mas observar o que estava acontecendo paralelamente. Tal como as anomalias do paradigma da exclusão, a resistência dos atores mostrou que este não pode ser universal e que não produz apenas indivíduos isolados que perderam o rumo, mas também grupos que reconstroem as suas identidades. Gostaria de citar Danielle, que reivindica o direito de viver de acordo com os seus próprios valores: "Estamos a borrifar-nos para os subsídios deles ! O que nós queremos é poder viver ! Queremos poder trabalhar !".

Ela traz consigo um analisador, a vida, que ilumina as questões em jogo nesses coletivos. Esta pesquisa confirmou que as economias populares discutidas têm a função de possibilitar a sobrevivência, que tradicionalmente se limita a necessidades vitais, como alimentação e saúde. O cruzamento de experiências mostrou que os espaços criados pelos coletivos vão para além disso, pois são também vividos como alternativas de socialização reforçada, sendo uma das alavancas o pertencimento a identidades coletivas valorizadas. A sobrevivência parece ser redefinida em termos da importância da construção de uma posição social soberana. A sobrevivência é aqui entendida no sentido de existir. As observações mostraram as ligações íntimas entre a vida biológica e a vida biográfica. Um modo de vida é construído pelos atores, mas é impossível pensar nele porque as normas são específicas de cada coletivo. Enquanto Fassin (2018) assinala que as teorias críticas nunca trabalharam sobre o que seria uma vida boa, a soberania é proposta pelos atores para a definir. Nesses processos, pudemos observar vidas requalificadas que são também vidas instituintes porque abalam as ordens estabelecidas. Desse modo, são duplamente perturbadoras da ordem estabelecida, tanto em termos de vidas nuas como de vidas qualificadas.

Ao final desta jornada, a pegada do paradigma da exclusão continua a ser expressa em minhas implicações, levando-me a questionar a relevância desta pesquisa no papel social que ela poderia ter em referência ao pensamento de Foucault (1971). Ele mostra como o discurso da pesquisa contribui para o funcionamento de uma determinada ordem mundial. Portanto, quando chegou a hora de fazer

um balanço, uma das minhas primeiras perguntas foi sobre o papel desta pesquisa no reforço do paradigma da exclusão. Embora os resultados da pesquisa possam questioná-lo, esse paradigma tem sido um fator estruturante para a pesquisa, assim como é um fator estruturante para o trabalho social. Ao lhe dar maior visibilidade, teria eu lhe dado maior força ? Entretanto, esta pesquisa também mostra a riqueza de práticas que existem ao lado desse paradigma, inspiradas especialmente pelas influências do paradigma da opressão. Conquanto esse paradigma esteja muito presente e teorizado no Brasil, ele me parece ter recebido pouca atenção nas teorias francesas. No entanto, esta pesquisa mostra que traços dele podem ser encontrados na França hoje, como na afirmação do trabalho social radical (Faisca; Paturel, 2021). Acho que seria interessante continuar esta pesquisa acompanhando os vínculos e as redes que se estruturam no pensamento antiopressão, notadamente em suas ramificações para o trabalho social, tornando visíveis teorias e práticas para repensar a construção de vidas soberanas e, portanto, qualificadas.

Introduction de la thèse

Il fait encore nuit lorsque j'arrive pour la première fois sur le marché biffins qui est aussi parfois appelé « marché de la misère », « marché aux voleurs ». Malgré les 5h30 du matin, je suis loin d'être la première. Le président de l'association de récupérateurs qui organise le marché est déjà présent. Il m'accueille rapidement car il est occupé avec une série de vendeurs qui le sollicitent. Environ deux cents personnes sont déjà arrivées et, en une dizaine de minutes, les stands commencent à apparaître. Le visage de la Halle du marché se transforme en un temps record. Il prend vie en moins d'une heure avec l'installation de bâches au sol de toutes les couleurs. Une multitude d'objets apparaissent : des vêtements, des chaussures, des casseroles, de la vaisselle, des outils de bricolage, des jeux, de l'électroménager. Les stands sont de tailles différentes, certains sont très petits, à peine un mètre, d'autres sont des vrais supermarchés de 4 ou 5 mètres. Le brouhaha des discussions s'entend de manière feutrée. Tout cela est très rapide... Les premiers clients arrivent.

C'est la première fois que je vois l'envers du décor de l'activité de récupération-revente de déchets, aussi appelée en France la biffe, que je percevais auparavant par un regard de travailleuse sociale. Elle consiste en la récupération d'objets récupérés dans les poubelles des particuliers ou dans la rue puis leur remise en état pour être revendus sur des marchés en majorité non autorisés, qui se déroulent le plus souvent aux abords des puces et des brocantes. Il est possible de les voir, ces biffins, en train de travailler dans les rues de poubelles en poubelles et de marchés en marchés. En Ile de France, ils sont le point de départ de cette recherche.

Mes premiers contacts avec l'activité et ses acteurs ont eu lieu dans le cadre d'un projet d'insertion³², financé en partie par l'État et inclus dans le cadre des politiques de lutte contre l'exclusion. Je considère ce premier temps sur un marché biffin autorisé comme l'envers du décor car il correspond à ce qui m'en était avant imperceptible. Pendant cinq années de travail sur ce projet d'insertion, alors que la biffe était une ressource fondamentale pour les personnes que j'accompagnais socialement, elle était en même temps invisibilisée. Les représentants des financeurs pour le projet demandaient régulièrement son interdiction. Les récupérateurs eux-mêmes la réalisaient tout en la

³² En 2011, une municipalité est interpellée par un collectif de riverains en raison de l'incendie d'un squat qui mettait dans la rue un groupe d'une centaine de familles. Un projet d'insertion est construit, tout d'abord avec le simple financement de la ville puis complété par un financement MOUS (Maîtrise d'œuvre Urbaine et Sociale) de l'Etat. Les familles sont réparties sur deux terrains gérés par des associations du secteur du travail social. Je suis intervenue sur l'un d'eux en tant qu'éducatrice spécialisée en charge de la gestion quotidienne du site et de l'accompagnement social lié au logement des familles.

passant sous silence. Pour l'illustrer, nous pouvons prendre l'exemple de Livia avec qui j'ai travaillé pendant cinq années et accompagnée jusqu'à son relogement. Je savais qu'elle faisait un petit peu de récupération mais nous n'avions jamais évoqué sa place dans l'association locale de biffins ni la régularité de son travail. Au moment des premières observations, sur le marché, elle avait la fonction de personne relais, médiatrice en cas de conflits et pour la réalisation de traduction entre les langues roumaines et françaises. Elle faisait partie de l'équipe de biffins organisateurs. Ce marché a donc été la découverte d'un espace en contraste avec mes représentations de travailleur social sur les dits « exclus ». Mon référentiel professionnel, acquis par la formation et la socialisation dans le secteur de la lutte contre l'exclusion me faisait voir ces personnes au prisme d'un isolement social et de la nécessité d'une assistance pour qu'ils accèdent à une autonomie. Et pourtant, l'envers du décor contraste et permet de voir ces mêmes personnes en action, organisant en toute autonomie un espace de travail collectif pour subvenir à leurs besoins au sein d'un réseau social qui paraît riche. Alors qu'ils sont le plus souvent vus comme sans ressources, sur ce marché ils peuvent eux aussi être une ressource pour autrui qui vient leur acheter ce qu'ils ont récupéré.

Ainsi, la question de départ de cette recherche s'est constituée sur le paradoxe de l'invisibilisation de cette activité alors qu'elle est une ressource centrale pour les personnes qui la réalisent. Les premières formulations de la question étaient très ancrées dans un regard de praticienne-chercheuse issue du monde du travail social. Aussi, l'activité de récupération a été tout d'abord questionnée en tant que potentiel levier d'insertion. Une distance a ensuite été prise avec le monde du travail social pour recentrer le questionnement sur les stratégies des acteurs dans la construction de leurs propres solutions par l'économie populaire.

Pour cette recherche, il n'a pas été formulé d'hypothèse mais elle est guidée par un questionnement ancré dans un parcours professionnel qui se prolonge dans un parcours scientifique. L'approche est inductive et consiste à analyser le développement de trois expériences d'économie populaire sur deux continents différents. Un premier travail a été réalisé avec un collectif de récupérateurs-revendeurs de déchets en Ile de France, aussi appelés biffins. Ce collectif m'a permis la rencontre avec le Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables (MNCR) au Brésil, mouvement social qui a vocation à organiser et soutenir les récupérateurs du territoire dans la défense de leur travail et de leurs droits. Ensuite, j'ai été mise en relation avec le Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre (MST) par une de mes proches ayant projeté qu'il serait intéressant pour ma recherche. J'ai ainsi été mise en contact avec ce mouvement par le biais du Comité des Amis du MST, association française qui est le relais de leurs luttes en France. Ce terrain m'a semblé

pertinent pour ce travail par leur rôle dans l'organisation de l'activité des paysans au Brésil, confrontés à la difficulté d'accès à une terre pour travailler.

Ce qui fait lien entre ces trois espaces de la recherche est l'économie populaire. Ce concept est convoqué car il permet de rendre visible des systèmes considérés communément comme de l'ordre de la débrouille, se développant à la marge des normes et légalités économiques. Ce concept recouvre un ensemble de pratiques économiques se réalisant sans capital initial et pour lesquelles la finalité n'est pas une accumulation mais la possibilité d'une reproduction des besoins essentiels à la vie (Razeto, 1996). Ce prisme a été choisi pour sa capacité à focaliser le regard sur les acteurs eux-mêmes, leurs ressources et stratégies individuelles et/ou collectives. Si la prise de distance avec le travail social apparaît dans le choix des terrains de la recherche, nous verrons que ce champ professionnel reste présent par les implications de la chercheuse. Cette recherche, en explorant des pratiques singulières d'économie populaire, questionne de manière indirecte les différentes théories et pratiques de référence des professionnels intervenants auprès des « exclus ». Ces derniers étant « inclus » dans le groupe social des « exclus » par les caractéristiques définies par les politiques de lutte contre l'exclusion.

Les choix méthodologiques adoptés pour cette recherche témoignent aussi d'une prise de distance avec le monde professionnel d'origine de la chercheuse, principalement par l'immersion dans les terrains. Le dispositif de recherche s'est tout d'abord construit avec le parti pris de suivre les acteurs dans leurs quotidiens et de construire les espaces d'observation à partir de leurs pratiques professionnelles ainsi que de leurs volontés en termes de choix des différents lieux de référence pour les observations. Ce « suivi de recherche » a permis d'accompagner le déploiement d'un réseau d'acteurs allant jusqu'à l'international. Les terrains auraient pu se démultiplier sur plusieurs autres pays du globe. Pour des raisons de faisabilité, le travail s'est limité à la France et au Brésil dont les différences sont autant de perspectives qui enrichissent l'analyse. A partir du fil conducteur de l'économie populaire, les différents espaces de la recherche se sont articulés tout en permettant une dénaturalisation du regard. La recherche étant menée dans ces deux pays différents, au travers d'expériences aux activités différentes, récupération et agriculture, mon regard y a souvent été déstabilisé. Il a fallu que je me questionne aussi à partir de ce qui fonde les différences entre ces collectifs, ceci dans une logique de mise en dialogue et de questionnement croisé. Pour se faire, la mise en forme et l'analyse des données reposent sur la rédaction de trois monographies concernant les trois collectifs de cette recherche. Elles sont ensuite mises en résonance en fonction de leurs similitudes et différences dans une démarche de questionnement croisé, c'est à dire en interrogeant chaque terrain à partir des singularités des deux autres.

Le cadre théorique s'est aussi structuré dans un croisement des perspectives soutenu par la mise en place d'une cotutelle avec l'Université Fédérale de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brésil) ainsi que par l'obtention d'une bourse de mobilité de la part de l'Institut des Amériques. J'ai été accompagnée dans mes explorations théoriques liées aux deux pays de cette recherche (la France et le Brésil). Une démarche multiréférentielle (Ardoino, 1993) a été construite avec les apports de l'analyse institutionnelle, des épistémologies du sud et de la géographie sociale. L'analyse institutionnelle (Lourau, 1970) entrant en dialogue avec les épistémologies du sud (Santos, 2016) dans l'analyse des forces en jeu dans les transformations sociales, ces approches ont été complémentaires pour appréhender les dynamiques collectives des acteurs liés à cette recherche. La géographie sociale (Santos, 2012) les a enrichies notamment par sa capacité à donner à voir des invisibilisations au travers de l'analyse des matérialités spatiales. Ces forces en jeu ont ainsi pu trouver une grille de lecture aussi dans ce qu'elles expriment spatialement. Par cette approche, je suis restée praticienne chercheuse. Le bricolage, typique de l'éducatrice spécialisée qui « amasse dans un coin des bricoles » (Rouzel, 2020, p. 6), s'est retrouvé dans l'utilisation de notions et concepts variées, en fonction de ce qu'ils donnent à voir de l'objet de recherche. L'approche est donc multiréférentielle (Lyet, 2017) pour la construction d'une analyse prenant en compte les multiples dimensions de cet objet de recherche particulier.

Pour rendre compte de ce travail, je propose un parcours qui se structure en cinq parties. La première permettra de mieux comprendre la genèse de cette recherche en retraçant son parcours depuis l'apparition du questionnement dans le cadre d'une pratique d'éducatrice spécialisée. Il s'agit de positionner l'ancrage du questionnement et la constitution de la recherche par une série de rencontres entre individus mais aussi avec des théories. Dans cette partie, la démarche est analysée au prisme des implications de ses acteurs selon la démarche de l'analyse institutionnelle pour laquelle leur analyse est source de connaissances. Cette analyse est faite par une relecture des matériaux de recherche, du journal de bord et des différents entretiens réalisés. Il s'agit, dans cette partie, de montrer comment cette recherche était d'abord prise dans le paradigme (Kuhn, 1983) de l'exclusion. La description du parcours a permis de montrer la dimension structurante, pour cette recherche, d'une sensation de décalage entre mes observations de professionnelle sur le quotidien d'un projet d'insertion et les attendus de l'institution. Le travail des implications a aussi permis de voir comment les différents acteurs se positionnent par rapport à la recherche et ce qu'ils en attendent. Cette analyse rend visible les enjeux dans lesquels la recherche est prise en questionnant les liens de la chercheuse avec les différentes institutions qui composent ce processus dont les terrains de recherche font partie. J'ai aussi tenté de mieux saisir les implications des acteurs des terrains pour identifier des pistes

d'analyse concernant leur appropriation de ma recherche en fonction de leurs enjeux collectifs et parfois individuels. Cela pourra se lire dans les différentes demandes et commandes faites à la chercheuse. Réfléchir au jeu des implications qui constituent ce travail permettra de mieux saisir les différentes dimensions de l'objet de cette recherche ainsi que les enjeux à l'œuvre dans sa constitution.

La seconde partie est consacrée à une revue de littérature sur l'exclusion en tant que point d'ancrage initial de la recherche. Cette partie a pour objectif de présenter une série d'approches théoriques sur l'exclusion pour mieux en cerner les enjeux dans les terrains de la recherche. Ainsi, l'exploration théorique se constitue à partir de l'objet de la recherche tout en participant à sa construction. Confrontée aux spécificités des terrains de la recherche, j'ai décidé de l'orienter en fonction de trois des dimensions liées aux terrains et aux origines de cette recherche. L'exclusion est tout d'abord questionnée au prisme du travail social, ce qui permet de montrer son poids dans ce secteur professionnel. Nous verrons que ce concept influence une série de pratiques et de dispositifs dans le secteur. Pour une meilleure contextualisation, il m'a semblé important de poursuivre par un retour historique sur la notion ainsi que sur les différentes approches sociologiques qui l'ont orientée. Constatant une articulation entre théories et pratiques, l'exclusion est aussi questionnée en tant que paradigme (Kuhn, 1983). Je propose aussi de prendre en compte certaines théories économiques pour réfléchir à l'interprétation de ce paradigme dans ce domaine où la dimension financière de la pauvreté est une approche dominante par le biais d'une évaluation des manques qui lui sont liés. Mais elle peut être aussi pensée comme une opportunité pour la création de nouveaux marchés. L'approche par l'économie populaire permet de la repolitiser en repensant les pratiques économiques de ces « exclus » en fonction de ce qu'ils apportent à la société. Ainsi, l'articulation entre activité économique et lutte politique des acteurs organisés en mouvements sociaux (MNCR et MST) prend sens. L'exclusion est ici pensée comme une oppression. Nous explorerons deux références principales mobilisées par ces deux mouvements sociaux sur cette notion : la théologie de la libération et la pédagogie des opprimés de Freire (1974).

Il sera ensuite temps de présenter le dispositif de recherche dans l'organisation du recueil de données et de leurs analyses. Je présenterai les trois terrains de cette recherche : les récupérateurs revendeurs de déchets en Ile de France, le Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables au Brésil et le Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre au Brésil. Il sera, dans cette partie, question de l'itinéraire spatial de la recherche ainsi que de sa mise en place. Nous présenterons la dimension immersive du travail de recherche. Celui-ci a en effet été réalisé en pratiquant l'observation participante dans une approche ethnosociologique (Lapassade, 1991) et selon une

posture de praticienne-chercheuse (Kohn, 2001). Ma recherche a également une dimension socio-clinique institutionnelle par la mise en réflexivité des acteurs dans les différents échanges provoqués par la recherche (entretiens formels ou non, individuels ou collectifs, moments de négociation du dispositif ou de restitution partielle). La méthodologie de recherche est, par ailleurs, dans un équilibre fragile entre les diverses implications de la chercheuse et de ses interlocuteurs et dans le croisement entre différents cadres théoriques de référence. En référence à l'analyse institutionnelle, nous pouvons dire que cette méthodologie est élaborée en interférence entre les différentes commandes et demandes liées à la recherche mais aussi entre les différents outils théoriques mobilisés pour les penser.

La participation des acteurs de terrain à la construction du processus varie en fonction des espaces. Nous verrons que les récupérateurs d'Ile de France ont été parties prenantes et décisionnaires dans le cadre du collectif Rues Marchandes qui est un des espaces liés à cette recherche. Sur les autres espaces, cette participation s'est traduite par le choix de lieux pour l'immersion orientant ainsi le recueil de données en fonction de ce que les acteurs considèrent comme représentatifs de leurs pratiques. La chercheuse a souhaité respecter les zones de confidentialité délimitées par les acteurs. Dans cet écrit, les noms de personnes, de lieux et d'associations ont été rendus anonymes sauf en cas d'accord clairement donné et avec le souci de ne pas mettre en péril l'anonymat de l'ensemble du collectif. La participation des acteurs de terrains se lit de manière feutrée dans l'analyse par des échanges récurrents sur la recherche, sous la forme de restitutions perlées. Nous retrouvons dans ce dispositif une démarche qui est liée à la socio-clinique institutionnelle et déterminée par une demande des acteurs de ne pas être considérés comme des objets de recherche.

Face à la diversité des terrains de recherche, l'analyse a dû se construire à partir d'un questionnement croisé des expériences qui comporte une étape intermédiaire de rédaction de monographies présentées dans la quatrième partie de cet écrit. Pensées à partir d'une trame commune, les monographies permettront de rentrer dans le détail de chaque expérience de manière descriptive pour rendre compte des stratégies d'organisation des collectifs. Je les ai approchées dans une optique socio-historique à partir des mémoires orales et écrites que les acteurs se constituent. Je me suis ensuite intéressée à leurs modalités organisationnelles ainsi qu'à leurs territorialités et vécus des processus. J'ai dégagé, dans chaque collectif, les tensions qui s'expriment et s'observent dans leurs processus d'institutionnalisation.

La trame de ces monographies, destinées à mieux cerner les stratégies des acteurs, repose sur le questionnement de cette recherche et montre l'intérêt d'une articulation entre des échelles locales et des échelles globales. Les terrains sont décrits à partir des expériences locales, intégrant une

dimension individuelle recueillie lors des entretiens et des échanges informels rendus possibles par les temps d’immersion. Le point de vue des acteurs est pris en compte à partir de l’expression de leurs ressentis et de leurs analyses sur les organisations auxquelles ils participent. Cette dimension localisée est mise en dialogue avec les dimensions sociétale et socio-historique des organisations par une analyse des dynamiques à l’œuvre en termes de transformation sociale. On verra que, dans ces monographies, une place importante a été donnée à la mémoire des collectifs concernés. La “petite histoire” de chaque collectif étudié interfère en permanence avec la “grande histoire” politique (Bessaoud-Alonso, 2008). En cela, la recherche tente aussi de répondre à une des demandes des acteurs de produire une trace de leurs mémoires soutenant ainsi leur participation à l’histoire (Maia de Souza, 2012). Les acteurs rencontrés dans le cadre de la recherche sont subjectivement impliqués dans ces interférences, peut-être d’autant plus que les collectifs sont souvent décrits par eux comme des familles.

Le travail des monographies montrera que ces échelles se croisent tout comme les éléments de tension qui varient et ont des effets différents en fonction de l’échelle à partir de laquelle on les analyse. Nous verrons, sur chacune de ces expériences d’économie populaire, comment les individus s’insèrent dans des collectifs et y construisent collectivement des stratégies de lutte contre des formes d’exclusion institutionnalisées en transformant des interstices en espaces alternatifs et instituants.

La dernière partie de ce travail est consacrée à une analyse croisée de ces monographies permettant de formuler les résultats de cette recherche menée selon une démarche inductive. Nous y analyserons ce qui se dit et se vit dans chacune de ces expériences. La mise en regard des trois monographies fait apparaître les singularités de chacun des collectifs. On verra que le passage du paradigme de l’exclusion au paradigme de l’oppression a été décisif pour l’analyse. Nous y verrons aussi apparaître une surprise produite par la démarche inductive avec un analyseur inattendu dans la recherche : la vie. Au terme de ce parcours, les analyses proposent une approche nouvelle de l’exclusion et de l’économie populaire, ce qui conduit à repenser le questionnement de départ et les liens entre cette recherche et le travail social institutionnalisé où elle a émergé.

PREMIERE PARTIE : UNE RECHERCHE IMPLIQUEE

Voyageur,

Jamais je n'ai cherché la gloire
Ni voulu dans la mémoire
des hommes

Laisser mes chansons

Mais j'aime les mondes subtils
Aériens et délicats
Comme des bulles de savon.

J'aime les voir s'envoler,
Se colorer de soleil et de pourpre,
Voler sous le ciel bleu, subitement trembler,
Puis éclater.

A demander ce que tu sais
Tu ne dois pas perdre ton temps
Et à des questions sans réponse
Qui donc pourrait te répondre ?

Chantez en cœur avec moi :
Savoir ? Nous ne savons rien
Venus d'une mer de mystère
Vers une mer inconnue nous allons
Et entre les deux mystères
Règne la grave énigme

Une clef inconnue ferme les trois coffres
Le savant n'enseigne rien, lumière n'éclaire pas
Que disent les mots ?
Et que dit l'eau du rocher ?

Voyageur, le chemin
C'est les traces de tes pas
C'est tout ; voyageur,
il n'y a pas de chemin,
Le chemin se fait en marchant
Le chemin se fait en marchant
Et quand tu regardes en arrière
Tu vois le sentier que jamais
Tu ne dois à nouveau fouler
Voyageur ! Il n'y a pas de chemins
Rien que des sillages sur la mer.
Tout passe et tout demeure
Mais notre affaire est de passer
De passer en traçant
Des chemins
Des chemins sur la mer

Antonio Machado, Poème extrait de *Champs de Castille*, Collection Poésies, Gallimard, 1981.

I. Un chemin de recherche qui se construit en marchant

Je choisis la métaphore du chemin pour ce qu'elle illustre du parcours réalisé à l'occasion de ce projet de recherche. Son point de départ ne date pas de la date d'inscription en doctorat à l'université. La recherche a commencé avant. Me questionnant sur son déroulé, j'ai pu constater ces ramifications dans ma pratique professionnelle, elle-même articulée à des références toutes personnelles. Pourtant, une série de hasards a ponctué le chemin. Ils m'ont permis d'y avancer. Dans les sciences, cela a déjà été partagé dans d'autres parcours. Ainsi, Sophie Boniface (2013, p. 16) fait appel à un discours de Louis Pasteur rappelant que "dans les champs de l'observation, le hasard ne favorise que les esprits préparés" (1922-1939, p.131). Je réinterprète cette préparation au niveau plus personnel de cette recherche car le parcours n'a pas été subi, ma pensée y a tout d'abord été préparée. Ce sont par ces hasards que je me suis retrouvée sur cette route. Pour mieux comprendre les enjeux de cette recherche, les résultats qu'elle pourrait amener, il me semble important de commencer ce parcours en en faisant le récit.

1. Premier hasard de la recherche

Le point de départ de cette recherche est, tout d'abord, un hasard professionnel d'éducatrice spécialisée se retrouvant sans poste de travail, "Sans Bureau Fixe"³³. En effet, suite à une fin de mission, je me retrouve disponible pour tout nouveau projet de l'association. Cela se concrétise avec l'arrivée, deux mois plus tard, d'un nouveau dispositif de gestion locative atypique. Il s'agit d'assurer la gestion locative et l'Accompagnement Social Lié au Logement d'une cinquantaine de familles issues des bidonvilles et hébergées par une mairie de la Seine Saint Denis³⁴, en Ile de France. Elles sont stabilisées sur un terrain municipal et un squat, depuis déjà 2 années. La proposition m'est faite. Je me souviens de mes premières réticences face à un problème d'entente avec un membre de la future équipe, face à l'aspect très politiquement encadré du projet et à la précarité de la mission.

³³ Expression utilisée par l'auteur auprès de sa direction pour signifier la particularité d'une période professionnelle sans poste de travail, dans le secteur de l'accès à l'hébergement et au logement amenant à travailler avec des personnes dites "Sans Domicile Fixe".

³⁴ La Seine Saint Denis est le département le plus pauvre de France.

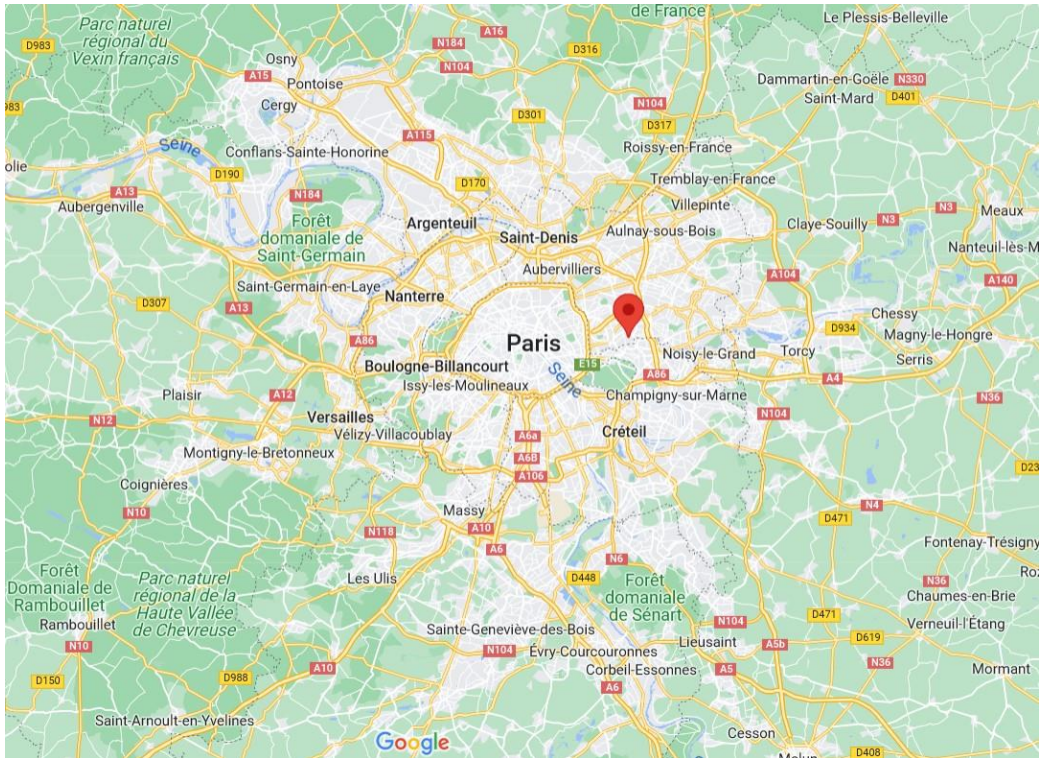


Figure 1 : Localisation du projet d'insertion, photo réalisée avec l'aide du logiciel Google Maps le 08.06.23.

Ce projet se veut "innovant". Il engage le mandat politique de la maire de l'époque et une pression se fait sentir dès la négociation de l'action. Le projet fait parler dans l'association car elle accepte d'assurer la gestion d'un site d'hébergement, dont les conditions matérielles ne correspondent à aucun standard, alors que le milieu de l'hébergement est marqué par l'importance de l'humanisation des structures. 2011 s'inscrit dans une période pendant laquelle des financements sont débloqués pour rénover les structures d'accueil et offrir des chambres individuelles aux personnes hébergées. Le projet de stabilisation des familles est aux antipodes. Par manque de budget, les conditions d'accueil sont très difficiles. Les familles sont hébergées en caravanes, sans accès individuel à l'eau. Les réseaux électriques sont dangereux. Le site ne comporte que 2 douches et 2 toilettes pour 146 personnes. Ils sont, de fait, inutilisables. 5 familles du projet sont stabilisées dans un squat insalubre. Ce mot ne décrit pas les odeurs, l'absence de lumière, l'entassement dans une même pièce de vie, l'humidité, la présence des cafards, ni la sensation que le sol de l'étage peut tomber à tout moment sur les personnes vivant au rez-de-chaussée.

Les stéréotypes se déroulent à foison. Les familles portent l'étiquette "roms". Elles sont toutes membres d'un groupe familial très élargi, originaires de de la région d'Arad en Roumanie

et parlent le roumain ainsi que le romani³⁵. Les stéréotypes vont s'exprimer dans l'enceinte de l'association : "on ne peut rien pour eux", "ils ne veulent pas travailler", "il faudra faire attention à tes affaires "³⁶. Le milieu amical n'est pas épargné et les anecdotes se multiplient. Un tel a fréquenté des gitans dans le sud de la France et a bien vu tous les trafics auxquels ils se prêtent... Et la violence... L'expression "panier de crabes" illustre bien le premier regard que j'ai porté sur ce dispositif d'insertion. J'ai pourtant le choix entre plusieurs propositions et c'est celle-là que je choisis. Je me souviens aussi du moment de cette décision. Elle s'est prise dans le bureau du directeur de l'association. Il sera le premier à me montrer la possibilité de regarder les choses autrement et me présente le projet comme une opportunité unique de partager le quotidien d'un groupe social si peu connu. Ma curiosité pour ces "Éternels étrangers de l'intérieur" (Robert, 2007) se confirme. Rétrospectivement, je me rends compte que ce directeur est le premier à m'avoir invitée dans ce cheminement vers un autre angle de vue.

2. L'initiation à un autre regard

L'équipe se forme : trois collègues, tous travailleurs sociaux, deux éducateurs spécialisés et une Conseillère en Éducation Sociale et Familiale (CESF). Malgré notre mission de gestion du site, nous sommes bien les derniers à arriver. Ce détail a toute son importance dans la déconstruction d'une pratique de l'action sociale intériorisée. Pour la première fois, dans ma vie professionnelle, je suis accueillie par les personnes vivant sur un dispositif d'hébergement. Le projet a, en fait, déjà débuté depuis 2 ans. Les familles étaient présentes sur le territoire de la ville depuis 10 ans, allant de squats en squats, au gré des expulsions. L'incendie de leur dernier lieu de vie sera le déclencheur du projet. Un collectif d'habitants de la ville se mobilise, interpelle la mairie qui fait le choix de stabiliser les familles sur le territoire. Elles sont environ 100. Elles seront, tout d'abord, installées sur 2 terrains différents, un avec des garages qui serviront d'habitation, et un autre avec une installation en tentes. Les moyens financiers étant limités, la mairie interpelle l'état et fait le choix d'un hébergement en caravanes. Les familles sont déplacées sur deux autres sites du territoire en faisant appel à des associations différentes.

Le projet débute officiellement en 2009. Le terrain sur lequel je vais intervenir est tout d'abord donné en gestion à un couple de médiateurs qui vivent sur leur lieu professionnel. L'accompagnement social est confié à un club de prévention ayant un service spécialisé

³⁵ Langue parlée par les membres de la communauté appelée "roms".

³⁶ Série d'expressions entendues dans le cadre professionnel, de mémoire.

d'accompagnement pour les jeunes "roms" du département. Le club de prévention crée une équipe spécifique pour l'accompagnement social des familles du terrain, avec trois travailleurs sociaux. Cette association dispose aussi d'un poste de coordinateur action tsigane pour l'ensemble du département. Il s'agit d'un poste d'appui aux acteurs sociaux par l'apport d'une expertise et la réalisation de médiations entre familles tsiganes et les services publics ou associatifs. Le poste est occupé par un anthropologue, spécialisé sur cette thématique. En 2011, l'association pour laquelle je travaille est sollicitée pour assurer la gestion du site et accompagner les familles dans l'accès à un logement.



Figure 2 : Photo du site d'accueil des familles (Benarrosh-Orsoni, 2011)

Les membres de l'équipe du club de prévention seront nos collègues directs. Même si nous ne travaillons pas pour la même association, nos missions se croisent via l'accompagnement social des familles. Nous nous rencontrons au quotidien et organisons des réunions bimensuelles. Une fusion des équipes se réalise dans la pratique. Ces nouveaux

collègues auront un rôle dans le cheminement de cette recherche. Le postulat de départ de l'action sociale en club de prévention est, en soit, un renversement des pratiques d'action sociale que j'ai pu développer jusque-là. Mon action s'est toujours réalisée dans des cadres institutionnels formalisés avec la signature de contrats liant les personnes à leur hébergement et rendant celui-ci, de manière plus ou moins explicite, conditionnel à une adhésion aux démarches d'accompagnement préconisées. Le club de prévention travaille à l'inverse. Il s'agit d'équipes de travailleurs sociaux, allant à la rencontre des "usagers", dans la rue, où ils se trouvent. L'accompagnement social se construit à partir de l'anonymat et de la libre adhésion des jeunes. Ce club de prévention, par son histoire, a fait des choix pédagogiques qui sortent des outils classiques de l'action sociale institutionnalisée. L'équipe intervenant sur le projet est composée de trois travailleurs sociaux aux profils atypiques, non diplômés de l'action sociale et d'un anthropologue, ressource pour l'ensemble des acteurs sociaux du département sur les questions d'accompagnement des personnes dites "tsiganes". Travaillant déjà depuis deux années avec les familles, ces collègues vont m'accompagner dans la rencontre des personnes et dans la compréhension du terrain. Ils vont m'amener à construire un regard de l'intérieur sur la vie du lieu, tout d'abord en mettant à mal les stéréotypes qui m'habitent. Le premier exercice sera de dégager l'étiquette "roms" de ma pensée du projet en me poussant à formaliser un projet pour le service sans utiliser ce mot.

Par la suite, mon regard et ma pratique évolueront dans le quotidien de l'organisation du terrain, les échanges, les analyses du vécu mouvementé du projet, et notamment autour d'un concept : le "pour toi, pour moi". Cette illustration a été donnée par notre collègue anthropologue, de manière informelle, pour comprendre la dynamique d'accompagnement social possible dans le cadre du projet. Le travail social permet des espaces d'analyse de la pratique parfois incongrus. Cette discussion aura lieu dans une voiture. Avec une autre collègue, nous échangeons sur la difficulté à accompagner les familles dans les démarches car, souvent, elles ne les finalisent pas. Un exemple banal et récurrent est le non-envoi des demandes et dossiers réalisés comme pour la demande de logement social, ou la demande de Couverture Maladie Universelle. La personne participe aux rendez-vous, le dossier est rempli, les pièces administratives réunies, le courrier est fermé avec l'adresse de l'organisme mais pourtant, il reste dans le dossier de la personne. Souvent, il n'est pas posté. Le même constat est partagé en ce qui concerne la participation des familles à la vie du lieu et au respect des règles de fonctionnement. La participation aux réunions de fonctionnement du site demande une énergie de mobilisation forte de la part des travailleurs sociaux. Dans le langage du travail social, le constat est fait d'une « difficulté de l'adhésion des familles au dispositif d'accompagnement qui

a été construit pour eux et qui leur a été proposé et auquel elles ont adhéré par la signature d'un contrat »³⁷.

Le "pour toi pour moi" est une possibilité d'alternative qui pointe une caractéristique de ce dispositif d'insertion : sa verticalité. Si les familles sont libres d'y adhérer, l'enjeu d'un refus limite cette possibilité. Dans le cadre de ce projet d'insertion, ne pas adhérer au dispositif proposé, mettait en péril leur hébergement sur le lieu qu'elles occupaient depuis déjà deux ans. De plus, les familles ne participent pas à la construction des solutions proposées. Leur marge de négociation se construit dans la relation d'accompagnement social, dont une des caractéristiques est de dépendre de la qualité de la relation humaine. Sur cet aspect, le travail social institutionnalisé propose de construire la relation d'accompagnement dans une bonne distance³⁸. L'énoncé de ce concept me semble être un indicateur de l'ambivalence de l'action sociale envers un de ses fondements : le lien social. Notre collègue anthropologue bénéficie d'un autre point de vue et d'une autre position avec les familles qui lui permet de voir et penser nos pratiques différemment. En formalisant le "pour toi pour moi", il nous propose de construire une alliance réciproque avec les familles, en leur proposant des démarches et actions pour elles mais aussi pour nous. L'idée est ici de construire une vie collective qui permette de trouver des espaces bénéfiques à l'ensemble des acteurs liés à ce projet d'insertion. Dans cette proposition, nos intérêts de professionnels sont liés aux intérêts des "hébergés". Une forme d'égalité des statuts s'y réalise.

Ce n'est qu'au début de ma recherche que je réussis à comprendre cette proposition, signe de la difficulté du changement de regard et de pratiques dans un cadre d'action contractualisé et institutionnalisé. Cependant, sensibilisée au quotidien à cette posture, mes pratiques s'en inspirent, et me permettent d'entrevoir une solution que les acteurs mettent en œuvre, à la marge des solutions institutionnalisées que nous leur proposons. En effet, la forme de travail social qui était attendue de ma part en tant que professionnelle avait créé une grille d'observation et d'actions intériorisée correspondant aux critères d'accès des dispositifs utilisés (titre de séjour, contrat de travail, mise en place des droits liés à la santé, niveau de langue...). La mise en tension avec les grilles d'observation et d'actions des personnes l'a petit à petit déformée mettant en valeur des écarts pris en compte dans la préparation de cette recherche.

³⁷ Phrase qui regroupe des éléments de discours utilisés dans le travail social institutionnalisé.

³⁸ Concept clé de l'action sociale pour construire une relation d'accompagnement adaptée.

3. La rencontre avec l'économie populaire

Le travail en commun avec une des collègues sur l'insertion professionnelle, elle-même originaire de la communauté des voyageurs sera décisive pour la rencontre avec l'activité d'économie populaire de récupération-revente de déchets (Bonjean, 2011), ici questionnée. Elle est rendue possible par le positionnement horizontal de l'équipe, qui prend en compte les compétences et savoirs des personnes du projet. Cette rencontre se fera avec l'aide des acteurs eux-mêmes. Ils en sont le premier levier. L'économie de la récupération de déchets va devenir un polémique point de départ d'un parcours d'accès aux droits pour une grande partie des familles. L'activité se déroule au quotidien sur le site. Les familles chargent et déchargent des camions remplis de matériaux. Les personnes dénudent des câbles³⁹ devant leur caravane. Des tas de déchets s'amoncellent dans les espaces privés des familles. La déchetterie voisine du site nous interpelle car ils voient certaines personnes du projet essayer de récupérer directement dans leurs bennes. Une dame me dit même avoir un accord amical avec un salarié de la déchetterie qui lui met de côté des câbles et de la ferraille. C'est grâce à une des personnes hébergées que cette activité va devenir un des points de départ d'un ancrage social des familles sur le territoire.

Ce récupérateur sollicite ma collègue car il a trouvé le moyen de régulariser sa situation administrative grâce à cette activité, en l'enregistrant officiellement par un statut auto-entrepreneur d'achat revente de déchets non triés. Il a fait la démarche auprès de la chambre de commerce locale et demande conseil sur le suivi administratif. Ma collègue me sollicite et nous nous lançons dans un tour d'horizon juridico-administratif sur le statut et l'activité. Sollicitant nos partenaires, nous constatons que cette officialisation permet l'attribution d'un numéro de sécurité sociale, qui est, pour les roumains, à l'époque des mesures transitoires⁴⁰, le sésame pour pouvoir entamer un aléatoire processus administratif et juridique d'accès à des droits sociaux. Nous reproduirons cette démarche avec une grande majorité des familles. Elle permettra leur régularisation administrative. Cependant, nous avons rencontré des difficultés à la faire

³⁹ Les câbles électriques contiennent des matériaux. Pour les récupérer, il faut enlever l'enveloppe plastique. Elle peut être brûlée ou retirée à l'aide d'un couteau. C'est la deuxième technique qui est couramment utilisée par les personnes du projet.

⁴⁰ Statut juridique temporaire qui peut être décidé par chaque pays membre de l'Union Européenne pour les membres d'un état nouvellement entré dans l'union. Ces mesures permettent de mettre en place des restrictions concernant les droits des personnes originaires de ces pays. En France, elles ont été appliquées par la limitation de l'accès au travail sous réserve d'une demande préalable de titre de séjour et d'autorisation de travail, permettant un contrôle sur leurs activités. Ces mesures prise dès 2007 et levées le 31 décembre 2013 pour les roumains et bulgares (Gisti, Romeurope, 2013).

reconnaître, tout d'abord au niveau administratif. En effet, le métier exercé par les récupérateurs ne concerne pas des déchets non triés mais bien un travail minutieux de tri des déchets. Cependant, la case n'existe pas au sein de la Chambre du commerce. Pour pouvoir énoncer précisément cette activité, il faudrait passer par la Chambre de l'Artisanat, procédure plus longue et exigeante administrativement. Elle est plus difficilement accessible pour les personnes que nous accompagnons. Nous décidons donc de rester dans cet interstice administratif, permis par le statut "d'achat et revente de déchets non triés", pour permettre des démarches plus rapides.

Ce choix d'une officialisation de l'activité de récupération de déchets sera largement remis en question par les financeurs du projet. Cette activité n'est pas reconnue. Elle est qualifiée de "sale", "bruyante", "dangereuse"⁴¹. La démarche d'officialisation est vue comme une pratique opportuniste d'accès aux aides sociales. Régulièrement, des demandes seront faites pour interdire l'activité de récupération sur le site. Elles émanent de la mairie et des voisins du terrain. Nous arriverons à la maintenir grâce à la conviction du directeur de l'association. Les négociations seront récurrentes durant les cinq années qu'a duré le projet. L'argument principal pour maintenir l'activité sera l'impossibilité de couper une des principales ressources économiques des familles dans un contexte de limitation de leurs droits par les mesures transitoires⁴², et dans le cadre d'un hébergement pour lequel l'association demande le paiement d'une participation financière de 30 euros mensuels. L'activité restera dans un entre-deux car nos demandes de mise en place d'espaces de travail protégés seront refusées. La tolérance laissée passera aussi par notre discrétion. Dans les bilans d'activités, nous ne mettons pas en avant ce travail. Bien au contraire, nous le passons quelque peu sous silence. Lorsque des remarques nous sont faites, nous rappelons la liberté d'action de chaque famille dans le cadre du droit français. Et pourtant, ce statut auto-entrepreneur a permis leur régularisation et a contribué à la réussite du projet puisque, comme le rappelle Martin Olivera (2016), au terme du projet, 90% des familles correspondaient aux critères de relogement. 80% des mêmes familles ont été effectivement relogées, grâce à la construction conséquente de logements sociaux et associatifs, ainsi qu'à l'accès à des logements privés classiques en province.

⁴¹ Terme parfois entendu en réunions partenariales, utilisés dans des mails, expressions retrouvées par un travail de mémoire de l'auteure.

⁴² Le statut des mesures transitoires limite le droit d'accès au travail avec une demande d'autorisation de travail à faire par le futur employeur, ainsi que le paiement, auprès de la DIRECCTE, d'une taxe pour le recrutement d'un ressortissant des pays concernés par le futur employeur.



Figure 4 : photo des logements associatifs construits dans le cadre du projet. Source : site internet de l'association gestionnaire



Figure 3 : photo des logements sociaux construits en partie à destination des familles du projet. Source : site internet du bureau d'étude ayant travaillé sur le projet

4. Paradoxe opératoire dans le chemin de la recherche

C'est dans ce vécu professionnel qu'un embryon de questionnement sur l'économie populaire est apparu. Il s'est construit tout d'abord par le constat d'un décalage entre la qualification de l'activité en tant qu'économie "sale", "bruyante", "dangereuse" et son importance en tant que ressource pour les familles. J'ai pu observer que ce travail dépassait le simple aspect utilitaire. Sur le terrain, il se faisait en famille. C'est un travail physiquement difficile qui demande beaucoup d'énergie pour des revenus limités. Il nous est arrivé de trouver des propositions d'emploi pour certains récupérateurs. Des contrats officiels, peu payés mais avec des conditions de travail nous paraissant plus sereines. Les récupérateurs du terrain ont accepté ces postes. Certains y ont trouvé une insertion professionnelle stable. D'autres n'en ont pas suivi les règles (horaires, tâches demandées). Parfois, ils ont été en difficulté car ont réalisé des journées de travail doubles, travail salarié la journée et récupération en soirée et nuit. La récupération paraissait donc être un point de repère structurant pour les familles, demandant des connaissances et compétences. Ma réflexion était à ce moment-là très intuitive.

J'ai ressenti l'expression d'un paradoxe de l'action sociale dans le traitement de l'activité qui oscille entre la recommandation de travailler à partir du projet des familles, de leurs propres ressources sans arriver à construire une prise en compte institutionnalisée de ces propres ressources. Comme l'a analysé Martin Olivera (2016), cette prise en compte et le parcours des familles sur le projet s'est construit à la marge, dans une informalité que l'analyse institutionnelle me permet de penser aujourd'hui comme possiblement instituante (Lourau,

1970). Dans son article, Olivera (2016) qualifie le climat politique d'hostile, correspondant aux tensions qui se répercutent sur l'équipe et le projet. Un autre agacement professionnel, face aux mutations et instrumentalisation de l'action sociale, a accompagné mes actions. Un changement de direction est venu accentuer l'impact des évolutions du secteur par la nouvelle gestion publique, sur les pratiques de l'équipe. Cela s'est traduit par la multiplication du nombre de tableaux à remplir et à communiquer, à des acteurs non impliqués dans l'accompagnement social des familles (préfecture, chargé de projet de la mairie, association œuvrant sur le deuxième terrain...). Les informations transmises étaient personnelles et normalement soumises à une "discretion professionnelle" en perte de repères (problèmes de santé, niveau de langue française, démarches d'insertion...). Le titre même de ces tableaux peut questionner : "tableau de suivi MOUS⁴³ roms". Ne plus avoir d'appui institutionnel a transformé l'agacement en colère que je vois aujourd'hui comme un des moteurs de cette recherche (Bourdieu, 2000). Les financements liés au projet se sont arrêtés, les familles ont été relogées. Une opportunité de changement professionnel est apparue. La reprise d'une formation est vue comme une bonne opportunité de questionner ce paradoxe. Elle permettrait une continuité à ce regard décalé ?

4. La rencontre avec les acteurs universitaires de la recherche

Ce paradoxe lié à l'économie de la récupération trouvera, en effet, une continuité dans le cadre de l'Économie Sociale et Solidaire. Ce secteur d'activité connaît une médiatisation croissante en 2015. Elle est présentée comme une piste de renouvellement pour le travail social institutionnalisé. Des formations s'y développent et elles me semblaient être un espace possible pour la prise en compte des savoirs et compétences des personnes dans la construction de leurs propres parcours d'insertion. C'est par ce biais que le chemin bifurque vers le monde universitaire. Cependant, la recherche n'y est pas la préoccupation centrale. Cette remise en contact se fait sous l'angle d'une possible évolution professionnelle par un diplôme de master. Pourtant, les questions théoriques qui y seront soulevées vont affiner l'intérêt pour un angle de vue alternatif.

Dans le cadre d'un master "Économie Sociale et Solidaire", je rencontre le champ théorique de l'économie solidaire (Laville, 2013) qui est une particularité du champ scientifique plus vaste de l'ESS⁴⁴. Les questions d'appropriation citoyenne de l'économie y sont

⁴³ MOUS : Maîtrise d'Oeuvre Urbaine et Sociale, type de financement mobilisé par l'Etat pour ce projet d'insertion

⁴⁴ Économie Sociale et Solidaire

questionnées ainsi que les courants de pensée plus dominants sur les dynamiques économiques (Polanyi, 1983). Durant cette année de formation, je trouverai un espace pour donner du sens à des observations spontanées de terrain. Les espaces de pensée continuent de s'emboîter logiquement les uns aux autres. La pédagogie du master, à dimension plus professionnelle, me permettra une acclimatation progressive à la pensée scientifique. Cette pédagogie me laisse la possibilité d'expérimenter une pratique de la recherche dans un cadre personnalisable. La recherche prend le visage d'un espace de liberté et, peut-être, un moyen de faire de l'action sociale autrement.

Le chemin continue avec la rencontre de mes directeurs de thèse. Une amie me met un livre entre les mains. Le nom de l'auteur m'intrigue : Les chercheurs ignorants. Le titre me parle : "La recherche collaborative : une révolution de la connaissance" (2015). J'y pressens un autre espace de liberté pour continuer à penser et travailler avec les terrains que je connais déjà depuis le master. La piste du doctorat ne va pas s'ouvrir si facilement. Elle nécessite un processus, quelques frayeurs, un projet de thèse à rédiger pour lui trouver un cadre approprié. La recherche de directeurs de thèse a été une étape à part entière. Elle a nécessité une série de mails, suivie de beaucoup de réponses négatives accompagnées d'une formule de politesse, beaucoup ont déjà trop de doctorants... Juste avant le découragement, Philippe Lyet ouvre une possibilité. Le délai est très court car tout doit être bouclé avant les vacances d'été. En "Chercheur ignorant", il est intéressé par le projet. Il le confirme lors d'un rendez-vous dans l'institut de formation en travail social où il travaillait. Le doctorat pourra être rattaché à l'université par une collaboration avec Gilles Monceau du laboratoire EMA (Écoles, Mutations, Apprentissages). Tout va très vite. Nous faisons un rendez-vous, montons un dossier et en un mois, un contrat doctoral m'est accordé. Je suis impressionnée par la chance qui m'a accompagnée. Un socle, une base solide est enfin posée : un financement, une indépendance scientifique accompagnée et une équipe qui va m'aider à développer une multitude de références dans un nouveau réseau d'idées. L'analyse institutionnelle (Lourau, 1970) repensée dans une approche socio-clinique institutionnelle (Monceau, 2018) et l'approche multi-référencée (Lyet, 2017) seront de nouvelles perspectives de questionnement.

C'est à partir de ce socle que je vais faire deux autres rencontres soutenant. La première me reconnecte directement avec le champ de références théoriques croisé dans le master d'Economie Sociale et Solidaire. Un membre du laboratoire EMA me propose de participer à un groupe de travail sur les épistémologies du sud. J'y retrouve la dynamique qui m'avait permis de donner du sens à mon mémoire de master. Le regard est posé dans

l'importance d'une réciprocité avec les terrains de recherche par la prise en compte de leurs enjeux. Dans ce groupe, le questionnement central y est épistémologique, sur le développement de méthodologies dépassant un regard critique et réfléchissant la recherche comme un espace ressource pour les acteurs dans un processus de transformation sociale émancipatrice.

La deuxième rencontre se fera au Brésil, par le biais de mes directeurs de recherche via l'opportunité de bénéficier d'un stage au sein du groupe de recherche Grupegi⁴⁵ (Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância) animé par Jader Janer Moreira Lopes de l'Université Fédérale de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brésil). Ce stage sera transformé en co-tutelle et sera une vraie opportunité pour ancrer la théorie aussi dans le champ géographique d'une partie des terrains de recherche, le Brésil ; mais aussi pour construire une pensée spatiale de ces terrains en tant qu'espaces de société. La spécialisation du groupe porte sur les espaces pédagogiques. L'accent est mis sur une réalité brésilienne d'articulation entre éducation et mouvement social pour un travail avec des espaces mis à la marge, pourtant instituants, porteurs d'une possible émergente transformation sociale.

6. La rencontre avec les acteurs des terrains de la recherche

Dans une tradition professionnelle d'éducatrice spécialisée qui consiste à "suivre" des familles pour construire un parcours d'insertion sociale, je me suis astreinte à "suivre" les acteurs des terrains de cette recherche. Dans une optique de partage et de découverte, j'ai fait le choix de me laisser porter par les terrains, sans poser d'hypothèse préalable, tentant de construire une compréhension et une connaissance des enjeux de leur activité. Il me fallait tout de même un point de départ qui a été une évidence. Lors de mon travail sur le projet d'insertion avec des familles issues de bidonvilles, j'avais eu des contacts avec une association de récupérateurs d'Île de France. Je les avais rencontrés avec une dame accompagnée dans le cadre du projet, pour voir si cette association pouvait trouver une place dans le parcours des familles. De mon côté, la démarche n'était pas allée plus loin car j'étais prise dans l'engrenage du quotidien du projet. J'ai été surprise d'apprendre que cette dame a, par contre, continué à travailler avec eux. Elle y a pris une place de membre, en tant que récupératrice et a participé à des vide-greniers, des marchés organisés par l'association et à des moments de mobilisation politique. Curieusement, elle ne m'en avait jamais parlé alors que je la "suivais" de manière très régulière. Le contact a

⁴⁵ Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (Groupe de Recherche et d'Etudes en Géographie de l'Enfance).

donc été facile et l'accueil convivial. De plus, je n'ai pas retrouvé que cette dame dans ce collectif, mais aussi d'autres personnes que je "suivais", encore une fois, attentivement en tant qu'éducatrice spécialisée.



*Figure 5 : Photo d'un des marchés de l'association de récupérateurs en Ile de France.
Source : page facebook de l'association.*

Très rapidement, je suis intégrée aux activités, aux réunions. Je deviens, petit à petit, actrice du fonctionnement associatif. La structure regroupe quelques centaines de membres. Ses objectifs sont la défense des intérêts des récupérateurs ainsi que l'organisation de "marchés d'économie locale issus de la récupération recyclage et de la revalorisation des déchets"⁴⁶. Cette immersion va me surprendre et je vais découvrir un réseau d'acteurs dont je ne soupçonnais pas l'existence. Dans cette optique de défense politique de ses membres, l'association est liée aux réseaux internationaux de récupérateurs. Elle participe à des événements internationaux comme la Cop 21. Il y a, de temps en temps, des rencontres avec d'autres collectifs internationaux. C'est

⁴⁶ Citation des statuts officiels de l'association.

par ce biais que je vais faire connaissance avec le deuxième groupe qui acceptera de participer à cette recherche. Dans le cadre de l'association, on me propose d'accompagner une délégation de militants brésiliens du Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables (MNCR) dans la visite d'un marché historique de récupérateurs d'Île de France. Avec une collègue récupératrice, nous passons la journée ensemble, à Porte de Montreuil. Nous nous baladons, échangeons des contacts. Une invitation est lancée à venir les rencontrer au Brésil. Dans cette même dynamique, je suis amenée à participer au collectif Rues Marchandes, en tant que membre de l'association de récupérateurs. Cet espace fait lien entre le monde de la recherche et les terrains de ma recherche. Cependant, il n'appartient pleinement ni au monde universitaire, ni au monde de l'économie populaire. Il s'agit d'un collectif informel qui s'organise au sein du LISRA (Laboratoire d'Innovation Sociale par la Recherche Action), lui-même hébergé par la MSH Paris Nord. Son objectif est de développer des savoirs sur l'activité de la récupération, dans une logique de recherche action et avec les acteurs concernés. Les maîtres mots y sont l'horizontalité par l'auto-gestion. Dans ce groupe, on retrouve des chercheurs récupérateurs ou non récupérateurs et des récupérateurs, chercheurs ou non chercheurs, c'est-à-dire des personnes qui intègrent le collectif par le biais de la recherche et d'autres qui l'intègrent par l'activité de récupération. Le nombre de membres est fluctuant, de cinq à vingt personnes. Il est composé de six récupérateurs et quatre chercheurs stables. Les autres membres changent régulièrement, universitaires, membres d'associations, curieux... Hugues Bazin⁴⁷ est présent depuis le début du collectif et précise que les récupérateurs qui le composent sont les mêmes depuis le début de l'expérience. Ceci souligne la centralité des récupérateurs. Les statuts ne sont pas fixés car les récupérateurs sont des chercheurs et les personnes plus socialisées au milieu de la recherche sont invitées à participer aux activités des récupérateurs.

⁴⁷ Hugues Bazin fait partie des premiers membres du collectif. Il est aussi l'auteur d'une étude qualitative sur les biffins (Bazin, Rullac, 2012)..



Atelier public de recherche- action avec les récupérateurs vendeurs

Invitation à l'atelier public de recherche-action «
La biffe comme écodéveloppement en milieu
urbain » Le 14 décembre 2016 de 14h à 17h30 –
salle 414 MSH Paris Nord – [...]

Figure 6 : document de communication sur l'atelier public de recherche action organisé par Rues Marchandes en 2016. Source : site internet Rues Marchandes

Le troisième collectif qui sera acteur de cette recherche consiste en un pas de côté par rapport aux acteurs de la récupération mais il s'inscrit dans une cohérence du questionnement par des liens concrets entre ces terrains. Cependant, il procède de la même dynamique ; suivre un chemin, des indications, des acteurs et des réseaux. Cette fois-ci, la piste a été ouverte par une amie, en contact avec le comité des Amis du MST (Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre du Brésil). C'est elle qui pressent une logique dans ce parcours. Elle propose de me mettre en contact avec ce comité, et par ce biais, rencontrer le Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre. J'accepte cette proposition car elle me parle. Je fais un lien entre sans terre et sans toit. Je suis le fil de ma curiosité envers un mouvement social historique reconnu et sur un territoire, le Brésil, qui me rattache à des racines plus personnelles. Je me lance donc dans le "suivi" de cette association. Je me laisse guider, je participe, je questionne, je prends des notes... J'accompagne les militants qui viennent en France. C'est ma première rencontre avec un militant de ce mouvement qui va me conforter sur une cohérence à poursuivre ma recherche sur ce chemin, à partir de ces 3 espaces différenciés. Chargée de l'accueil d'un membre de la coordination du MST brésilien en France, je profite de nos temps libres entre plusieurs activités pour la réalisation d'un entretien dans lequel je pose indirectement la question de cette cohérence. Voici une retranscription de sa réponse :

"C : Le Mouvement des Sans Terre, est ce qu'il s'adresse à des personnes précaires, pour toi ? Est-ce que je peux dire ça, ou pas ?

D : Dans quel sens ?

C : Dans le sens de personnes qui n'ont pas accès... qui sont un peu exclues... que le système exclut...

D : Juste les Sans Terre, les précaires, qui n'ont pas accès à la terre, à leur travail, à l'école, à la lecture. C'est déjà la base du mouvement c'est ça, ce sont des personnes précaires, sans rien."⁴⁸.

Hors enregistrement de nos échanges, ce militant me dira qu'il connaît bien le travail des récupérateurs. Il a lui-même été récupérateur au Brésil pendant toute son enfance, jusqu'à sa rencontre avec le MST.

C'est donc un puzzle qui est en train de se construire articulé par les hasards, les liens entre les acteurs, leurs réseaux de résistances. Un chemin s'est organisé autour de cette proposition de participer et de discuter des enjeux de pratiques souvent invisibilisées. Cette démarche de recherche s'est construite collectivement. Si l'écrit que vous lisez aujourd'hui est rédigé par une seule personne, de manière individuelle, il n'en porte pas moins toutes ces voies.x.

II. Questionner dans l'implication

Ce début de parcours de recherche met en valeur l'imbrication des acteurs et la dynamique impliquée de sa construction autour de pratiques invisibilisées remettant en question la prise en compte de personnes considérées "exclues" par l'action sociale institutionnalisée en France. Penser ce parcours à partir du concept d'implication (Monceau, 2010) amène à mettre en perspective ses enjeux dans la construction d'un questionnement des inégalités sociales, des exclusions à partir de situations vécues au quotidien et en fonction d'enjeux forts liés à la survie qui s'inscrivent dans des dynamiques de société et des cadres théoriques qui aident à les penser. Ainsi, chaque élément du dispositif prend sa place d'acteur, c'est-à-dire agissant et créatif sur ce dispositif. Positionnée dans le cadre d'une recherche de doctorat, j'ai une centralité en tant qu'organisatrice de ces éléments par le travail de présentation et de construction d'un dialogue théorique. Cependant, cette centralité ne s'inscrit que dans le cadre d'un point de vue, impliqué

⁴⁸ Extrait de la discussion avec le premier membre du Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre rencontré.

dans une situation aux multiples contextes, multiréférentielle (Lyet, 2018a) et collectivement construite.

Pour appréhender la problématisation de ce parcours, j'ai choisi de m'appuyer sur l'approche de la socio-clinique institutionnelle (Monceau, 2018) pour l'importance qu'elle donne aux implications des acteurs de la recherche. Elle permet un espace pour réfléchir aux dynamiques des situations de recherche, ici marquées par la construction assumée de liens entre les différents acteurs et espaces. De ces implications découle un angle d'attaque, une problématisation toute personnelle et en même temps collective en lien avec le vécu des expériences et les choix mêmes des acteurs de la recherche en termes d'espaces à rencontrer et de discours sur ces espaces. Ce sont ces discours qui accompagnent la construction d'un questionnement orienté par les enjeux et implications de tous les acteurs. Je vous propose donc maintenant une lecture de ce parcours au prisme de ses implications, en positionnant l'apport théorique de la socio-clinique institutionnelle, puis en mettant en discours les questionnements liés à cette démarche aussi en fonction des enjeux des acteurs les ayant façonnés.

1. Cadre théorique des implications

A partir des années 60, parmi les pères de l'analyse institutionnelle, Lourau et Lapassade, se sont attachés à développer une pensée centrée sur l'institution qui permet de regarder une dynamique invisibilisée par la sociologie traditionnelle de l'époque. Claire de Saint Martin prend l'exemple de la "démarche bourdieusienne" qui propose une sociologie regardant les phénomènes dans leur globalité mais aussi de manière verticale. Par l'analyse institutionnelle, la proposition est faite d'appréhender ces phénomènes aussi dans leur articulation individuelle, locale. Ainsi, "la puissance de l'analyse institutionnelle est de considérer que le local contient le global et que toute réalité observée dit quelque chose du global" (de Saint Martin, 2019a, p. 14). Pour se faire, l'institution prend une place centrale dans l'analyse. Elle est définie par Lourau en négatif comme n'étant "ni une "chose" (version sociologiste), ni un fantasme (version psychologiste) mais un processus : le mouvement des forces historiques faisant et défaisant les formes. La mise à plat constituée par la description des trois moments philosophiques - universalité, particularité, singularité - doit être transportée sur un registre dynamique. Universalité = institué ; particularité = instituant ; singularité = institutionnalisation" (Lourau, 1978, p. 69).

L'échelle individuelle intervient quand Lapassade définit que "L'institution c'est un système de normes. Et c'est *aussi* un système de rapports sociaux institués par les normes, et les modifiant." (Lapassade, 1971, p. 187). Ainsi, l'on pressent l'importance d'un nœud dans toute recherche car "l'implication est un nœud de rapports" (Lourau, 1990, p. 113) qui nous lie aux institutions. Toute la difficulté du travail des implications se trouve dans la résistance à les penser : "J'appelle implication l'ensemble des rapports que l'intellectuel refuse, consciemment ou non, d'analyser dans sa pratique, qu'il s'agisse de rapports à ses objets d'étude, à l'institution culturelle, à son entourage familial ou autre, à l'argent, au pouvoir, à la libido et en général à la société dont il fait partie." (Lourau, 1981, p. 24). Cette définition est donc à différencier de conceptualisations plus "utilitaristes" (de Saint Martin, 2019a) correspondant à un degré d'engagement dans une institution. L'implication au sens de l'analyse institutionnelle ne se quantifie pas. On ne peut atteindre un niveau zéro d'implication car "On ne fuit pas les institutions" (Monceau, 2010, p. 14). On est "[...] toujours impliqué, que cela vous plaise ou non, car l'implication n'est pas une question de volonté, de décision consciente, d'acte volontaire. C'est dans le monde, parce qu'il s'agit d'une relation que nous établissons toujours avec les différentes institutions où nous nous trouvons, qui nous constituent et nous traversent." (Nascimento, Coimbra, 2008, p. 145).

Le défi est de taille. Il confronte le chercheur à sa propre négativité, le poussant à traquer les "non-dits institutionnels" (Lourau, 1969, p.9). Pourtant, "Ce qui, pour l'éthique, pour la recherche, est utile ou nécessaire, ce n'est pas l'implication, toujours déjà-là, mais l'analyse de l'implication déjà-là dans nos appartenances et non-appartenances, nos références et non-références, nos participations et non-participations, nos surmotivations et démotivations, nos investissements ou non-investissements libidinaux" (Lourau, 1990, p. 113). En ce qui concerne le chercheur, elles peuvent se situer à deux niveaux : les implications primaires, concernant directement les institutions de la recherche ; et les implications secondaires concernant l'articulation de la recherche avec l'univers de référence social, historique, culturel de chacun (Lapassade, Lourau, 1974). Lourau précisera un triptyque pour définir les modes de relations des individus dans la construction de groupes sociaux. Ils proposent de travailler les dimensions libidinales, organisationnelles et idéologiques notamment sur la thématique de la déviance (Monceau, 2010). Monceau a repris ce triptyque pour penser les implications de manière plus large (Monceau, 2012).

L'analyse des implications devient centrale dans la démarche de l'analyse institutionnelle. Lourau lui donne cette place en tant que garante scientifique : "l'implication

n'est plus la vague écume à la surface de la scientificité, mais l'instrument privilégié" (Lourau, 1977, p. 49) ; mais aussi pour son apport en termes de savoirs : "l'implication est un instrument de production de connaissance" (Lourau, 1997, p. 8).

La prolongation de ce courant se réactualise notamment dans le cadre de la socio-clinique institutionnelle (Monceau, 2018) qui garde le concept d'implication comme "un concept "pivot" (Monceau, 2009, p. 117). Elle conserve une inscription en tant que "méthode d'intervention sur le terrain" (Lapassade, Lourau, 1974, p. 173). Monceau la pensera comme un moyen de « venir entre » et de pénétrer ainsi l'épaisseur sociale d'une situation" (Monceau, 2009, p. 181). Il la pense de manière complexe. Les implications en jeu sont élargies à l'ensemble des acteurs : « C'est peut-être alors le fait de "venir entre" (inter-venir) qui définit le mieux l'intervention comme mode de recherche. Le chercheur « vient entre » des sujets impliqués dans une situation qu'il souhaite étudier. La pratique de la recherche, quand elle se fait intervention, suppose donc une posture complexe : le chercheur vient d'ailleurs (il est donc extérieur aux situations étudiées) mais il vient au plus près des sujets et des institutions. » (Monceau, 2015b, p. 218).

Au regard de cet apport théorique, le chemin parcouru dans le cadre de cette recherche dévoile l'importance de ses imbrications. Découvrant au fur et à mesure de la poursuite de ce chemin un cadre théorique porteur de sens, une partie de ce chemin peut aujourd'hui être pensé à posteriori. Le choix de la socio-clinique institutionnelle permettra de démêler les enjeux des acteurs dans un parcours dans lesquels ils se jouent, allant parfois jusqu'à des enjeux vitaux. Ce courant s'inscrit dans ce projet de recherche de manière d'autant plus cohérente que l'analyse institutionnelle est fortement implantée au Brésil (L'Abbate, Mourao, Pezzato, 2013, Romagnoli, 2014, Barembly, 2012).

2. Méthodologie de l'analyse des implications

Pour travailler sur les liens des différents acteurs avec la recherche, je me suis concentrée sur, tout d'abord, mes propres liens avec cette recherche dans l'effort d'en cerner les enjeux en termes de regard porté sur les terrains. Pour se faire, j'ai travaillé sur mes implications personnelles et professionnelles qui orientent mon questionnement en tant que femme blanche, inscrite dans une histoire familiale mais aussi professionnelle de l'action sociale. J'ai, ici, tâché de me positionner dans mon rapport aux institutions qui croisent cette recherche et mon

parcours personnel, en lien avec les propres histoires de ces institutions. Pour cela, j'ai utilisé les écrits qui entourent cette recherche, à partir de la proposition de Lourau.

Le rapport à l'écrit est présenté par Lourau comme un outil majeur pour saisir cet insaisissable des implications pour l'observation d'un terrain de recherche : "L'observateur, avant de "s'impliquer" (au sens de s'engager plus ou moins), est impliqué sur le terrain. Cette implication, en tant qu'objet d'analyse, est ce qui rend fiable un dispositif d'observation. L'analyse dont il est ici question est-elle pensable en dehors de la tenue d'un journal ou de tout autre exercice équivalent ?" (Lourau, 1988, p. 39). Cette question ouvre la voie d'une affirmation car l'insaisissable ne peut se faire dans le cadre de l'écrit normé. L'ouvrage qu'il consacre au journal de recherche est une présentation des résultats d'un travail sur les écrits de type journaux de recherche mais qui ne sont pas destinés à être publiés. Il cherche dans cette démarche à regarder ce qu'apporte l'écrit, en dehors des normes intériorisées et institutionnalisées, car, dans les écrits destinés à la "cité scientifique", "Il ne suffit pas de dire "je ne vois que ce que je veux bien voir.". Il faut ajouter : " je ne vois que ce que je veux écrire." (Lourau, 1988, p. 15). Dans ce travail, Lourau cherche à comprendre le fonctionnement de ces écrits, diaristes, en tant qu'Hors Texte, non publiable, intime. Il constate qu'ils sont des espaces, sous la forme de journal dans le journal, s'affranchissant des normes et règles d'écrits destinés à être. En cela, ils sont des espaces pour penser et révéler ce qu'il appelle l'intimité de la recherche : "Intimiste ne signifie donc pas seulement ou toujours narcissique ; autoréférentiel, autobiographique. Tout autant que l'intimité du narrateur, c'est l'intimité des choses, des rapports sociaux, leur "inquiétante étrangeté" que révèle l'écriture diaristique. (...) Ce qui est également mis à jour l'auteur et/ou pour l'éventuel lecteur c'est l'inquiétante intimité de la recherche, du travail de création." (Lourau, 1988, p. 16).

Dans cette intimité et Hors Texte, Lourau désigne un espace pour les implications car il "éclaire, dans le phénomène des journaux de terrain, d'enquête, de recherche, utilisé en sciences sociales, le nécessaire débordement intimiste comme lapsus permanent, écoulement non prémédité de tout ce qu'il ne faut pas dire, révélateur du pain quotidien du chercheur : les actes manqués de la recherche " (Lourau, 1988, p. 24). Je retrouve ici l'injonction de mes directeurs de thèse de, surtout, tout noter, même les maladies, les coups de fatigue, tout noter ! L'écrit a donc accompagné ce chemin sous la forme de notes parfois rapides, spontanées, parfois plus réfléchies, proposant des pistes d'analyses et de questionnements. Dans le cadre de ce travail de réflexion sur les implications de la recherche, je me base sur une relecture des quelque deux cent cinquante pages rédigées en format numérique et six cahiers remplis à la main,

aléatoirement, sur quatre années. Je vais y traquer les moments de "débordement diaristique-intimiste" pour analyser ce processus et ses "rapports sociaux très concrets qui organisent (et sont organisés par) l'acte de recherche" (Lourau, 1988, p. 25). Pour cette "analyse interminable" (Monceau, 2010, p. 26), il m'a aussi semblé intéressant d'utiliser certains écrits formels produits pour ce qu'ils disent de ma position avec les terrains de recherche. J'ai aussi analysé les enregistrements réalisés avec les acteurs de la recherche, sur des moments d'entretiens mais aussi des moments de vie du quotidien.

Le travail ne concernera pas uniquement mes implications de chercheuse mais bien le jeu des implications de l'ensemble des acteurs ayant participé au chemin, pour mieux comprendre les enjeux nichés dans ces interactions et les questionnements induits orientant la création d'un objet de recherche. En socio-clinique institutionnelle et en analyse institutionnelle, les implications peuvent se comprendre aussi par un travail sur les commandes et demandes qui apparaissent. La commande est l'explicitation officielle des objectifs et des attentes du commanditaire. Elle peut être formalisée par écrit. Les demandes sont formulées par les acteurs de la recherche et correspondent à leurs attentes, souhaits, non officiels envers la recherche (Monceau, 2018). Elles sont donc des outils pour cerner les implications de la globalité des acteurs. Traditionnellement, ce travail sur les implications de l'ensemble des acteurs se réalise par des échanges et une analyse collective. Dans le cadre de cette recherche, il s'est réalisé dans la sphère académique notamment dans les échanges avec les directeurs de thèse ou les différents groupes de travail. Concernant les acteurs des collectifs liés à cette recherche, l'analyse des implications de chacun n'a pu se faire que de manière sporadique, dans le cadre de discussions informelles. Des implications, des demandes et commandes se lisent donc dans les documents officiels qui encadrent la recherche ainsi que dans les entretiens et notes des journaux de recherche. Je vous propose ici de les réfléchir en fonction de leur rôle dans la problématisation de cette expérience de recherche.

3. Une surimplication de chercheuse par le travail social

Un des points structurant du lien individuel avec cette recherche se situe dans un lien de professionnelle de l'action sociale. En effet, l'ébauche du questionnement sur l'économie populaire est apparue dans le cadre d'une pratique professionnelle, due au hasard de la rencontre avec l'activité de la récupération-revente de déchets. Cependant, cette rencontre a fait écho dans ce qu'elle a révélé de l'institution d'action sociale. L'activité de récupération-revente de ferraille

a, ici, été un analyseur de l'institutionnalisation du travail social dans le contexte local d'un projet d'insertion. Dans le cadre de l'analyse institutionnelle, René Lourau (1970) le conceptualise comme "ce qui permet de révéler la structure de l'institution, de la provoquer, de la forcer à parler." (Lourau, 2003, p. 283). Ce constat se fait a posteriori, à partir d'un travail de reconstitution du processus initial de la recherche. Cette activité a mis en évidence l'intensité d'un paradoxe au sein de l'action sociale mais aussi dans l'implication personnelle vécue avec cette institution, par la logique des souvenirs reconstruits. La mémoire n'est pas un témoin fidèle, mais dans le cadre d'un travail sur l'implication, elle semble être un outil pertinent car elle donne à voir la subjectivité d'un rapport avec une institution.

Au début de ce travail de recherche, je me suis positionnée comme en rupture avec l'action sociale. Je l'ai traduit dans plusieurs écrits comme un "décalage" et argumenté par une remise en cause de l'action sociale institutionnalisée forte. Ainsi, dans le projet professionnel envoyé pour ma candidature au master du CNAM⁴⁹ (Conservatoire National des Arts et Métiers) sur l'Économie Sociale et Solidaire, je soulignais mon vécu d'une modification de mon contexte professionnel, rendant impossible le travail social en lui-même :

"Dans le cadre de mon parcours professionnel en tant qu'éducatrice spécialisée et coordinatrice sociale dans une association œuvrant principalement dans le domaine de l'hébergement, j'ai constaté une modification du cadre de mon action qui a accentué les paradoxes du travail d'accompagnement social.

En effet, travaillant dans une association professionnalisée avec des collègues uniquement salariés, j'ai toujours travaillé dans un cadre contrôlé avec des attentes en termes de résultat. Cependant, la prise de risque, la recherche de solutions innovantes et la défense des valeurs de l'association faisaient partie de ce travail associatif.

Suite à une réorganisation de l'association au niveau national, j'ai vu apparaître des tensions nouvelles au sein des équipes et une rationalisation du travail effectué, réfléchi en termes de coût. Des suppressions de postes ont rendu la charge de travail ingérable avec un accompagnement social mis de côté au profit de missions de gestionnaires de la précarité. Le dialogue avec les décideurs s'est tendu et les besoins de terrain n'ont plus été le point de départ de l'action. L'association a perdu de sa liberté d'action qui était pourtant au cœur même de sa création comme le souligne Jean Louis Laville : « Deux buts interpénètrent

⁴⁹ Grande école parisienne qui développe notamment des formations pour les personnes en reprise d'études.

dans l'idée associative : celui de coopérer volontairement et librement, celui de créer une solution à un problème précis. ». (Laville, Sainsaulieu, 1997) "⁵⁰.

Possible effet d'une institutionnalisation, une phrase synthétise cette critique dans le renversement des valeurs ressenti : " Contrairement à son objectif premier, le dispositif d'action sociale me semble être devenu lui aussi créateur d'exclusion et d'inégalités."⁵¹.

Nous voyons ici se dessiner une remise en question face aux mutations de ce secteur professionnel qui a été théorisé par l'arrivée de nouvelles formes de gestion publique. Dans le travail de mémoire de fin de master, j'ai continué à me positionner comme participante du champ de l'action sociale mais dans une nécessaire rupture avec celui-ci pour aller chercher les ressources et dynamiques propres des acteurs dits "précaires". La démarche et le choix des espaces de recherche était ainsi exprimée :

"Ces trois projets peuvent paraître très éloignés les uns des autres par des contextes géographiques et des activités de production différentes. Cependant ils m'ont tous semblé faire sens dans mon questionnement initial sur les moyens mobilisés par des personnes dites « précaires » pour construire leurs propres solutions, tout en me questionnant sur la place du travailleur social dans ce parcours. J'ai souhaité découvrir les activités des membres de ces organisations pour voir si leurs modes de fonctionnement pouvaient créer des alternatives pour les dispositifs d'action sociale actuels."⁵².

Ces écrits sont institutionnels. La place aux lapsus y est moindre car l'écrit a été standardisé. Cependant, ils expriment ce sentiment de décalage vécu par une professionnelle avec un secteur en mutation, ainsi qu'une continuité de la pratique professionnelle dans un déplacement d'espace : le monde de la formation qui est, par la suite, devenu le monde de la recherche. Ce qui pourrait être lu, au premier regard, comme une désimplication semble, "lorsque l'on y porte attention" (de Saint Martin, 2019a) se réaliser comme une surimplication vis-à-vis du champ institutionnel de l'action sociale. Claire de Saint Martin (2019a) souligne la pertinence de ce concept de Lourau, qu'il a formalisé à la fin de sa carrière. Il y a consacré peu d'écrits. Pourtant, il permet de renforcer le sens premier de l'implication en tant que lien structurant à une institution et de le différencier de la notion d'engagement. Pour Lourau, "La

⁵⁰ Extrait du projet professionnel envoyé au CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers, Paris) pour une candidature au master Économie Sociale et Solidaire, Juin 2014.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

surimplication, elle, est l'idéologie normative du surtravail, de la nécessité de s'impliquer." (Lourau, 1990, p.113). Ainsi, il est possible de lire ce désistement professionnel de l'action sociale comme l'effet d'un lien fort avec son institution, dans son histoire, ses valeurs et pratiques. Un flou réside car cette surimplication "résiste à l'analyse, reste implicite, indicible et invisible." (de Saint Martin, 2019a, p. 111). C'est peut-être bien cette mise en absence dans le choix des terrains, dans la pensée première du questionnement qui pourrait en être un signe ? Une ambiguïté se dessine donc dans la posture de recherche par la volonté d'une rupture avec un passé professionnel. Pourtant elle se construit dans une continuité et en maintient le lien, ne serait-ce que par le choix de débiter ce parcours avec les personnes anciennement accompagnées en tant qu'éducatrice spécialisée.

4. Ancrage historique de l'implication par le métier d'éducatrice spécialisée

Pour cerner le regard que j'ai pu porter sur les terrains de cette recherche, base de son questionnement, énoncer un lien avec l'action sociale n'est pas suffisant. Il me semble important de comprendre l'ancrage historique de référence de cette institution car le questionnement de cette posture de recherche dans son "ici et maintenant" requiert une analyse "de cette institutionnalisation de cet ici et maintenant" (Monceau, 2008, P. 21). C'est bien le processus d'institutionnalisation qui est questionné par mon choix, notamment lorsqu'il se construit en réaction face aux mutations du secteur professionnel. Ainsi, le lien, l'implication ou surimplication, existe notamment dans les éléments d'héritage qui sont donnés comme constitutif du métier d'éducateur spécialisé ainsi que de la réactualisation de ses pratiques. Ces repères historiques donnent à penser la prophétie initiale de ce métier, c'est-à-dire le sens initial que cette institution se donne. Pour cela, j'ai utilisé le livre de Capul et Lemay, De l'éducation spécialisée, (2004) qui m'avait été indiqué lors de ma propre formation au sein de l'IRTS (Institut Régional de Travail Social) de Montrouge et dont les auteurs sont liés à cette institution car tous deux éducateurs spécialisés.

L'ancrage historique de ce métier en France, reconstitué par ces deux auteurs permet de mieux en comprendre le nom. Dans un travail de synthèse des influences et acteurs de la constitution du métier, ils identifient la préoccupation pour l'éducation d'enfants déclassés, mis à la marge car dits "spéciaux" comme fondatrice. Capul et Lemay (2004) présentent des écrits dès 1160 traduisant cette préoccupation pour les "enfants exposés". Ils font référence à l'ordre du Saint Esprit, fondé par Guy, comte de Montpellier qui crée un accueil pour ces enfants à

partir de la pédagogie monastique pensée par Saint Benoît (480-543). Cette pédagogie prônait un accueil bienveillant qui aurait orienté les pratiques de ce lieu sans être représentatif du traitement des enfants "exposés" à cette époque car la méthode carcérale par les asiles et hospices correspondait plus à la règle. C'est par la Renaissance que Capul et Lemay (2004) continuent le parcours historique. Ils font ressortir l'apport du philosophe Jean Louis Vivès (1492-1540), qui dans "*De l'assistance aux pauvres*" (publié à Bruges en 1526) développe l'importance d'éduquer les enfants des nécessiteux, car ils "s'éduquent actuellement dans la perversion" (Vivès, 1943, p. 188). À la même époque, d'autres précurseurs, comme le médecin et philosophe Jérôme Cardan (1501-1576) ou un bénédictin Pierre de Ponce de Léon (1520-1584) sont insérés dans cette histoire pour leur intérêt envers les enfants sourds et muets, souvent qualifiés de "monstres"⁵³, dans l'objectif de les instruire. Le parcours continue et montre l'alternance du métier entre une préoccupation pour les enfants particuliers car porteurs d'un handicap physique ou frappés par la pauvreté.

C'est Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838), médecin et pédagogue, qui fait consensus en tant que référence du début de la pensée de l'éducation spécialisée. Il est considéré comme un pionnier car il ne se satisfait pas d'un diagnostic d'inéducabilité pour "*le Sauvage de l'Aveyron*". Cet enfant "sauvage", découvert en 1800 est déclaré "idiot", maladie incurable à l'époque. Itard ne se contentera pas de ce diagnostic et décide de le prendre en charge par la mise en place d'une "éducation spéciale"⁵⁴. Il fixe des objectifs : "« L'attacher à la vie sociale en la lui rendant plus douce que celle qu'il menait alors et surtout plus analogue à celle qu'il venait de quitter ; réveiller la sensibilité nerveuse par les stimulants les plus énergiques et quelques fois par les vives affections de l'âme, la joie et la colère ; étendre la sphère de ses idées en lui donnant des besoins nouveaux et en multipliant ses rapports avec les êtres environnants ; le conduire à l'usage de la parole en déterminant l'exercice de l'imitation par la loi impérieuse de la nécessité. » (Capul, Lemay, p. 33). L'histoire raconte qu'avec l'aide de son éducateur, le jeune a évolué et le diagnostic a été infirmé.

Une forme de défi et d'engagement auprès d'enfants vulnérables, marginalisés en raison d'un handicap ou d'une situation sociale est donc inscrite dans l'histoire de l'éducation spécialisée par les auteurs. Le défi est, de leur redonner une place en utilisant l'éducation. C'est

⁵³ Montaigne reprend cette appellation dans Montaigne, Essais, Livre II, chap. XXX : D'un enfant monstrueux (1^e éd. 1580).

⁵⁴ Capul et Lemay précisent que ce terme a été utilisé par Itard (Capul, Lemay, 2004).

par cette dynamique que Capul et Lemay (2004) expliquent le terme d'éducation spécialisée : "Éducation dite "spécialisée" non pas tant peut-être en raison de méthodes ou de compétences singulières que parce que renvoyant d'abord à des fractions de populations estimées "spéciales", à un moment, c'est à dire "pas comme les autres". Le choix de cette formulation témoigne d'une orientation : le sort de "ces enfants-là" ne peut se comprendre pleinement que par référence aux enfants du tout-venant, c'est à dire en premier lieu à l'éducation, donc au corps social, à la société globale." (Capul, Lemay, 2004, p. 18).

Le lien est clairement établi par ces auteurs entre éducation et société. Il le décrit comme une des évolutions du métier. Jusqu'aux années 1980, ils signalent que les structures développant cette éducation spécialisée étaient, tout d'abord, centrées sur les enfants et les jeunes. Un élargissement de l'âge se fait dans le domaine du handicap, dans les années 1960 avec la création des CAT (Centre d'Aide par le Travail) pour les adultes handicapés. L'approche de la jeunesse en termes de prévention de la délinquance ouvrira aussi son champ d'action auprès de jeunes jusqu'à l'âge de 25 ans. Pour les auteurs, c'est dans les années 1980 que les problématiques vont se démultiplier notamment face à la crise économique et une augmentation de la pauvreté en France. L'éducation spécialisée va accompagner la création de structures d'accueil et d'accompagnement aussi pour des adultes. L'accent sera mis sur la prévention, l'intégration et l'insertion (Capul, Lemay, 2004).

Ma professionnalité d'éducatrice spécialisée s'inscrit dans ce secteur plus spécifique du métier. Avant ma reprise de formation, j'ai exercé en tant qu'éducatrice spécialisée pendant onze années auprès de familles et/ou de personnes isolées, sans domicile. J'ai très majoritairement travaillé en centre d'hébergement accueillant des familles issues de la rue. L'association dans laquelle j'exerçais organisait ses activités autour de l'hébergement de personnes isolées et familles précaires. Le dispositif principal était un Centre d'Hébergement et de Réinsertion Sociale (CHRS) pour hommes seuls autour duquel se sont développés d'autres services d'hébergement et d'accès au logement : centre d'hébergement d'urgence, appartements de coordination thérapeutique, logements passerelles, accompagnement social lié au logement. Ainsi, la culture de cette association s'inscrit dans l'historique propre à l'action sociale liée à l'hébergement qui porte en son sein le paradoxe d'une action dans les murs, entre valeurs de solidarité et contrôle social de populations considérées marginalisées.

En effet, le retour historique fait sur la prise en compte de la pauvreté par Castel (1995) montre la porosité entre deux définitions du pauvre qui en ont influencé la prise en charge. Le pauvre laborieux, conservant un lien à l'emploi reste possible et le pauvre marginal en rupture

avec l'emploi. Dans une société du salariat (Castel, 1995) la référence d'une insertion sociale est construite à partir de son référentiel. Les ancêtres des Centres d'Hébergement et de Réinsertion Sociale sont, en 1953, tout d'abord pensés pour accueillir et normaliser des personnes en situation ou en risque de prostitution, les sortants de prison, les vagabonds et les personnes sortants de structures médicales⁵⁵. Si la massification de la pauvreté liée à la crise économique a entraîné une ouverture des critères⁵⁶, la présence d'éducateurs spécialisés au sein de ces structures fait écho à l'utilisation du propre terme initial de centre de réadaptation sociale, remplacé par réinsertion sociale dans les années 1970. Ainsi, ces structures accueillent des personnes sans solution d'hébergement avec l'objectif de les réadapter, de les réinsérer. L'éducation spécialisée sera un des outils. Ici se lit un paradoxe de réponse à des situations générées par des crises économiques dans une dynamique d'accompagnement individuel de personnes pensées "inadaptées".

Concernant la structure dans laquelle j'ai travaillé, elle s'inscrit dans l'histoire de la prise en compte des pauvres par l'Eglise. L'association nationale a été créée par un prêtre catholique, dans les années 1950 sous la forme de cités. La cité dans laquelle j'ai travaillé a été créée en 1954 pour l'accueil, en France de jeunes travailleurs d'Afrique du Nord. Ces structures sont présentées comme des outils pour une pédagogie de la charité, permettant de la mettre en acte pour faire vivre et ainsi se démultiplier l'amour de Dieu (Dubrulle, 2017). Ces cités seront dès leur création des espaces séculiers, pour, conformément à sa réflexion d'une pédagogie de la charité, permettre une diffusion dans l'ensemble de la société et "réunir les charitables". Par les conditions d'hébergement en collectif, aux entrées et sorties réglementées, la présence d'agents d'accueil et de sécurité, nous retrouvons des aspects qui peuvent être aussi lus en termes de domination indirects et de contrôle social (Foucault, 1972, 1975). Le creuset de ce paradoxe d'une impossibilité à accompagner les personnes en fonction de leurs propres références et ressources trouve ici une piste de fondement historique, rendant certaines institutions parfois schizophréniques (Autès, 1999).

En effet, nous trouvons aussi, dans ce champ, la préoccupation pour les personnes mises à la marge. Elle est constitutive de l'institution qui structure cette profession. Cette préoccupation est structurante de mon parcours professionnel et entre en accord avec des implications plus familiales. Le choix de ce métier s'est fait aussi à partir d'une histoire familiale

⁵⁵ Décret du 29 novembre 1953.

⁵⁶ Loi du 19 novembre 1974.

dont une partie intègre le récit d'un visage de résistance pendant la 2^{ème} Guerre Mondiale, ainsi que des liens affectifs avec mon oncle, considéré handicapé. Je pense avoir investi ce travail pour le défi qu'il comportait et qu'une phrase, attribuée à Fernand Deligny par Joseph Rouzel (2018), éclaire. Il répond ainsi au questionnement d'un journaliste ayant passé un temps avec les jeunes autistes de Monoblet : "Mais ici, [rétorque Deligny], on fabrique de l'humain." (Rouzel, 2018, p. 170). Indices d'une surimplication, ces implications semblent se déplacer dans mon parcours de chercheuse par le choix de terrains à la marge, auprès de personnes disqualifiées et cependant, en processus de construction de leurs propres solutions.

5. Positionnement dans le champ scientifique du lien entre recherche et travail social

Ainsi, il se pourrait que ce soit bien l'humain qui soit au centre de la démarche de recherche entamée. Cette démarche n'est pas originale et s'inscrit dans une dynamique qui a joué un rôle dans les sources de l'analyse institutionnelle et, par ce biais, de la socio-clinique institutionnelle. Lapassade en reconstitue les traces dans l'histoire de la sociologie nord-américaine, dans l'ouvrage "L'ethnosociologie" (1991). Il dégage l'importance des liens entre le travail social et la sociologie dans la constitution de l'école de Chicago. Le mouvement des enquêtes sociales, aussi appelé "Survey movement" s'est développé à partir du début du 20^{ème} siècle avec la réalisation d'enquêtes de terrain par des acteurs plus attachés à une réforme de type action sociale que par une approche scientifique, dans des quartiers considérés pauvres. On peut noter aux États-Unis, le Pittsburgh Survey, grande enquête auprès d'ouvriers de l'industrie, sous la direction de Paul U. Kellogg (Horne et Savoye, 1988 ; Savoye, 1994). En Angleterre, les liens sont forts avec le "settlement movement" qui est considéré comme un mouvement d'intervention sociale historique. Dans la même démarche, des étudiants s'installaient dans les quartiers populaires pour y réaliser des monographies dès 1884. L'objectif était plus réformiste que scientifique.

Cependant, ces enquêtes ont donné lieu à des "classiques" de l'observation participante. On peut prendre pour exemple, le travail réalisé par William Foote Whyte à Boston. En France, les enquêtes de Le Play et de son école est aussi une référence (Lapassade, 1991). En illustration concrète de ces liens entre le travail social et la sociologie, nous pouvons noter que l'enquête du "Pittsburg Survey" aux États-Unis a fait l'objet d'une communication en 1928 à la Conférence internationale de service social, à Paris. L'école de Chicago a des liens forts avec ces démarches et de nombreux étudiants, à sa création, étaient issus du travail social.

Une rupture s'est faite entre deux sociologies. Une qui serait plus "traditionnelle" selon les termes de Lapassade (1991) et une qui aurait le souci de s'articuler avec une intervention sociale. Lapassade (1991) note d'ailleurs que, dans cette logique, Everett Huges dit que "la sociologie fut un mouvement social avant de devenir une matière d'enseignement universitaire" (Huges, 1971, p. 543). Cependant, l'école de Chicago a permis de développer un positionnement de recherche centré sur les interactions en tant qu'enjeu de la production de savoirs sur les phénomènes sociaux étudiés. Cela reste un apport important dans la démarche d'ethnosociologie avec des observations fines, en immersion. C'est dans cette dynamique que Lapassade inscrit la démarche de "l'ethnosocioanalyse" qui s'attache à se dérouler dans une forme d'intervention. Gilles Monceau, dans la lignée de Lapassade et de Lourau, sur la base des concepts de l'analyse institutionnelle rappelle l'importance de l'intervention dans la démarche socio-clinique institutionnelle car "admettre que le chercheur est en relation avec les autres, ceux avec qui il mène la recherche, c'est admettre que son action, à commencer par sa "simple" présence, change la situation qu'il regarde, écoute et finalement dérange. En analyse institutionnelle, ce dérangement n'est pas seulement assumé, il est méthodologiquement produit." (Monceau, 2013, p. 95).

Les implications personnelles en jeu dans cette recherche semblent donc trouver une filiation naturelle avec ce champ théorique. Le processus de recherche en est d'ailleurs largement imprégné étant donné qu'un de mes directeurs de recherche en est porte-parole (Monceau, 2018). Il travaille régulièrement avec Philippe Lyet (2017) qui pense la construction scientifique aussi à partir de la subjectivité du chercheur. Si je ne les ai pas reconnus immédiatement par ces affiliations théoriques et plutôt pensés comme des bienfaiteurs, permettant un financement et, quelque part une commande, ce travail d'analyse me permet de penser qu'eux, ont reconnu la démarche. Ils se pourrait que ce soit la raison de leur soutien, avec la conséquence importante d'impliquer cette recherche dans ce cadre théorique.

Ce cadre n'est pas clos, car la perspective de la socio-clinique institutionnelle s'est affiliée à un débat épistémologique plus large sur le rapport aux terrains de la recherche et aux savoirs des acteurs. La construction d'analyse et de savoirs scientifiques par la recherche conjointe et multiréférentielle dialogue avec cette perspective (Lyet, 2016). Philippe Lyet pense la coopération avec les acteurs de terrain dans le cadre des recherches sur le travail social, en lien direct avec les implications et la démarche dans cette recherche (Lyet, 2018b). Gilles Monceau co-préside avec Marguerite Soulière, le réseau Recherche Avec. Cette participation est un choix fort de création d'un espace collaboratif pour penser les recherches en Sciences

Humaines dans un logique de coopération avec les acteurs des terrains. Le collectif se positionne comme un espace de transversalité scientifique à partir de ce positionnement coopératif : "À l'origine (...), se trouve la volonté commune de chercheurs d'orientation qualitative de travailler ensemble transversalement à leurs champs de recherche, domaines disciplinaires et pays. Ceci afin de construire collectivement des cadres d'analyse et des démarches de recherche associant les sujets concernés à la production de connaissances tout en travaillant les pertinences épistémologiques et éthiques dans le contexte sociopolitique actuel." (Monceau, Soulière, 2017, p. 1).

Les débats organisés par ce collectif posent la question de la participation des acteurs à la construction de savoirs les concernant. Des propositions basent, entre autres, leurs démarches scientifiques sur des savoirs émiques. Cet enjeu mène à la réflexion sur la fonction politique de la recherche et son usage, thématique qui rejoint le débat ouvert par les chercheurs s'affiliant aux épistémologies du sud (de Sousa Santos, 2016). Cet enjeu et lien sont énoncés par les co-présidents du réseau Recherche Avec : "Ces réflexions nous conduisent aux visées politiques de la recherche avec, qui trouve un nouvel élargissement dans la lignée des recherches-actions participatives dont certaines s'affirment aujourd'hui, en lien avec une épistémologie dite « du sud » (de Sousa Santos, 2016), dans leurs dimensions militantes assumées qui rejoignent certaines expérimentations françaises (Monceau, 2015)." (Monceau, Soulière, 2017, p. 4).

Les références théoriques qui accompagnent le processus participent donc d'un réseau épistémologique, éthique, et politique. Le troisième acteur qui permet de formaliser une dimension internationale de ce projet de recherche s'inscrit aussi dans ce réseau par des liens d'accompagnement de projet de recherche avec le laboratoire EMA (Écoles, Mutations, Apprentissages). La proposition de co-tutelle faite par Jader Janer Moreira Lopes entre en cohérence dans ce paysage aussi par le biais d'une de mes implications professionnelles. La spécificité de son regard est d'être spatial. Jader Janer Moreira Lopes (2005) est géographe de l'enfance. Sa thématique de recherche peut paraître éloignée du sujet ici traité. Et pourtant, cette spatialité est une préoccupation déjà rencontrée dans le cadre d'une expérience professionnelle en tant qu'éducatrice spécialisée. J'ai animé des temps de formation pour une équipe de travailleurs pairs d'un projet d'accompagnement social sur les bidonvilles. Ces professionnels ont la caractéristique d'avoir eux-mêmes eu un parcours de vie en bidonville. L'objectif de la séance était de leur parler de l'insertion sociale. J'ai tenté d'expliquer ce qu'était l'insertion, en lien avec l'exclusion. Le fil de l'explication m'a menée à discuter de la place, être dehors ou dans la société. Leurs regards dubitatifs m'ont confronté à une certaine absurdité spatiale de

mon explication et de ces concepts. Ainsi, un questionnement de professionnelle est resté concernant les espaces, places, laissées, appropriées par les personnes et collectifs dits "précaires". L'apport de la géographie de l'enfance est un outil pour les penser.

6. Implications personnelles et effets de frontières

Dans mon journal de recherche un élément revient de manière récurrente, marquant en cela une certaine centralité. Il se voit si on prend en compte la subjectivité de la recherche exprimée. Il s'agit d'une sensation de passer d'un monde à un autre, perpétuellement, entre chaque espace de recherche et surtout avec les espaces de la "normalité" qui sont hors des espaces de recherche. La normalité n'est pas forcément le retour au quotidien mais plutôt le retour à des espaces aux repères bien intégrés. Il y a bien sûr l'effet des voyages. Les distances sont grandes entre la France et le Brésil :

"27 janvier 2020 :

C'est bizarre, je me sens dans une vraie bulle au Brésil... comme si les choses étaient coupées avec la France. D'ailleurs... je crois que je suis en train d'oublier des rendez-vous ...

Il reste un mois, mais le temps passe si vite. C'est un autre monde."⁵⁷.

Cependant, ce n'est pas tant la distance géographique ou climatique entre ces deux territoires qui est évoquée mais la sensation de changer de monde social au sein d'un même territoire géographique. L'immersion dans les terrains de recherche permet de ressentir ces passages de frontières. Cela est, par exemple, ainsi exprimé dans les notes de recherche :

"27 janvier 2020 :

J'ai discuté un peu avec le traducteur et comme il me l'a dit... il y a une différence entre pauvres et misérables.

Et dans ce voyage, je vois qu'il y a une différence avec les riches qui font passer les pauvres pour des misérables.

Je reviens sur mon idée... Il y a plusieurs mondes. Aujourd'hui, je suis passée du monde des récupérateurs au monde des hypers riches... J'ai lorgné sur ce tennis club avec sa grande

⁵⁷ Extrait des notes de journal de recherche.

piscine vide... Mais il faut une invitation... et en même temps, en tant que française ... ce sera difficile."⁵⁸.

Les frontières sont nombreuses dans les espaces rencontrés. Les marchés des récupérateurs en Île de France se réalisent à la frontière des marchés officiels, aux portes de Paris, à la frontière entre 2 villes. Les récupérateurs du Mouvement brésilien vivent dans des territoires déclassés, par-delà des frontières avec les quartiers surclassés. Les membres du MST vivant en campement⁵⁹ ou *assentamento*⁶⁰ marquent eux-mêmes leurs frontières territoriales, en signe d'appropriation, mais surtout pour leur protection. La spatialisation ne paraît pas être, dans ces espaces, un phénomène aléatoire. Elle est un marqueur de l'histoire, de la situation et des dynamiques des espaces. En géographie de l'enfance, Jader Janer Moreira Lopes exprime clairement que la disposition des lieux, l'organisation est un document pédagogique (2021). Cela éclaire l'importance de ces frontières, délimitations, passages de frontières pour comprendre les terrains de recherche. Un militant du MST exprime assez clairement ce passage de frontière :

"Je vais faire un marché dans la zone sud, dans la zone riche et c'est drôle parce que l'année dernière, il y a une dame qui est venue au stand, qui a pris du riz emballé... Et elle m'a dit, "ce riz est des Sans Terre ?". Je lui ai dit que je fais partie, je suis des Sans Terre. Elle m'a fait une accolade comme ça ! Elle m'a dit que "ça faisait tellement longtemps qu'elle voulait trouver un marché des Sans Terre ! Qu'elle nous admire beaucoup, notre travail, notre production de riz". Elle a entendu que nous sommes les meilleurs producteurs d'Amérique latine. Je suis allé chez elle dans la zone sud. Je lui ai ramené des choses dans sa maison et il y avait le drapeau du mouvement sans terre dans sa maison, dans la zone sud ! et cette personne avait beaucoup d'admiration alors qu'avant non [dans le contexte des échanges, cet « avant » est très général, avant que leur réputation ne s'améliore]."⁶¹.

Il exprime ici le passage momentané d'une frontière sociale, même si la présence des symboles du mouvement dans la zone Sud peut laisser espérer un passage plus stable. Cette

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Installation des familles sans titre officiel sur des terres dont la propriété ne garantit pas la fonction sociale. Ces terres sont considérées improductives. Les membres du MST les occupent pour en revendiquer l'usufruit dans le cadre de la Réforme Agraire.

⁶⁰ Littéralement installation, mais dans le cadre du MST, il est le nom donné aux terres conquises officiellement par la lutte. Les paysans ont un droit d'usufruit individuel sur chaque lot de terre. l'assentamento correspond à l'ensemble local des terres, divisé en lots individuels.

⁶¹ Citation issue d'un échange avec un membre du MST au Brésil.

limitation sociale, géographique des espaces, les constituent en interstices. Les espaces sont à la marge de la société et n'en sont pas dominants, ils en sont même disqualifiés. Cette disqualification se traduit dans le journal de recherche par la sensation de traverser des mondes, accompagnée d'une présence forte de la violence. Elle peut se traduire par de la peur dans les journaux de recherche. Cette inquiétude est présente de manière forte dans le cadre des temps d'immersion auprès du MST :

"15 mars 2019 :

J'ai une vraie inquiétude en termes de sécurité et un stress sur mon entrée au Brésil, sur une possible attaque de l'ENFF (Ecole Nationale Florestan Fernandes), comme il y a déjà eu il y a 2 ans. Je fais même un cauchemar dans lequel il y a une attaque dans l'école. Une personne tue tout le monde, quand elle arrive à X, elle ne le tue pas parce qu'il est noir. Il le regarde en disant « pas toi par ce que tu es noir ». Puis je ne sais pas comment, je réussis à le tuer et quelque part à sauver X.

Ce cauchemar calme mon stress. Ce terrain n'est pas neutre et rien que d'y aller, c'est déjà une implication... car il faut passer outre les problèmes de sécurité."⁶².

Il s'agit ici d'une inquiétude liée à un climat politique perturbé à la suite de l'élection du président Jair Bolsonaro et de l'emprisonnement de l'ancien président Luiz Inácio Lula da Silva en 2019. Ce contexte est marqué par une augmentation des discours d'extrême droite et des attaques contre le MST qui a été catégorisé par Bolsonaro comme organisation terroriste (de Alcântara Aragão, 2019). Dans ce contexte la violence est de mise et parfois mise en scène que ce soit dans une optique de menace ou de dénonciation. Dans cet extrait de journal, il est évoqué une « possible attaque de l'ENFF » qui fait écho à “ l'*Operação Castra*”, ou opération Castra qui est une opération qui s'est déroulé le 4 novembre 2016 avec l'entrée de forces policières au sein de l'Ecole Nationale Florestan Fernandes. Les images et les discours qui ont entouré cet événement en ont aussi diffusé la violence (de Alcântara Aragão, 2019). Nous pouvons prendre la photo qui suit pour illustration :

⁶² Extrait des notes du journal de recherche.



Figure 7 : message posté sur le compte twitter du MST, « la police envahit l'ENFF_Officiel #Toutlemonde appuie le MST #Lutterestundroit (traduction de l'auteure). Source : de Alcântara Aragão, 2019.

On lit cette violence aussi sur les autres terrains. Je prendrais pour exemple l'épisode des inondations à Belo Horizonte qui ont entraîné une série de glissements de terrain. Vivre les conditions d'un quartier populaire, mal urbanisé et à proximité des quartiers sinistrés donne aussi un ressenti de cet abandon des espaces des récupérateurs :

"27 janvier 2020 :

Il reste un mois, mais le temps passe si vite. C'est un autre monde.

J'ai survécu aux inondations... 44 morts et 19 disparus. 2 récupérateurs de la coopérative ont perdu leur maison. Il y a une des jeunes qui travaille dehors et le petit jeune, au grand sourire, qui s'était coincé un bout de verre dans le doigt. Leur maison est tombée à cause de la pluie. Les glissements de terrain au Brésil sont fréquents... et meurtriers, mais comme dirait le curé de la cérémonie de mémoire aux morts de Brumadinho, ce n'est pas la pluie qui tue les gens, ce sont les politiques publiques... !" ⁶³.

⁶³ Extrait des notes du journal de recherche.

La frontière est aussi exprimée dans certains silences et actes non réalisés. J'ai de nombreuses fois été invitée à faire la collecte des déchets en rue avec les récupérateurs d'Île de France et je n'ai jamais réussi à accepter, de peur de voir ce stigmatisme me coller aussi à la peau. Il s'agit là d'une violence multiforme qu'il ne faut pas associer à de la peur d'une violence directe sur ma personne. J'ai eu des appréhensions, mais je n'ai jamais été mise en danger. Par contre, j'ai ressenti cette violence de manière diffuse, dans les conditions de vie des personnes, leurs parcours, leur santé... Je l'ai vécue comme une forme de violence de l'extérieur. Ce possible quiproquo a pu être soulevé lors d'échanges avec des collègues qui m'ont ici accompagnée dans un travail d'explicitation de mes implications :

"18 Octobre 2019 :

J'ai une incompréhension récurrente avec les personnes. C'est arrivé 2 fois, mais je pense plus, car les personnes n'ont peut-être pas posé de questions et je n'ai pas pu comprendre l'incompréhension.

Quand je leur dis que ce voyage a été dur à cause de la violence du pays, de la violence de l'univers que j'ai découvert, les personnes m'ont deux fois demandé si je me suis sentie en danger. La première fois, je dis que ça a pu arriver dans les grandes villes mais jamais sur mes terrains. Ce qui m'a fait le plus peur a été le jaguar... mais comme je n'en ai jamais vu... Pas de problème, juste peur d'en voir. Je me rends compte quand je parle de violence, les personnes pensent à un danger physique alors que je parle de toute la violence des inégalités sociales, la violence institutionnelle qui existe à l'échelle d'un pays avec des personnes n'ayant pas accès à la santé. Cette discussion avec le mec du MST qui était camelot avant, la dame qui m'a hébergée avec sa thrombose, la coopérative de retraités qui me parle des violences entre les factions⁶⁴... Ces récits de pauvreté à la rue.... Cette autre dame qui était avant à la rue, la violence du campement Patria Livre par la pollution du fleuve par le barrage de Brumadinho... !

Il va falloir que je réfléchisse à cette violence et à comprendre pourquoi elle est décuplée alors que j'en ai vécu des violences en Île de France, institutionnelles.... Économiques... Mais pas de plein fouet. Je pense que le voyage démultiplie les sensations, je crois qu'il me met dans un état de vulnérabilité.... Drôle d'utiliser ce mot... Aurait-il vraiment un sens ? État de fragilité qui m'empêche de me ressourcer aussi bien que quand je suis chez moi. Je

⁶⁴ Il est ici fait référence

rentre le soir et je suis chez moi, mon environnement me ressource... Au Brésil, je n'ai pas cet espace et c'est bien compliqué, donc il y a une accumulation de violences".⁶⁵.

Ici, se trouvent questionnés les univers mêmes sur lesquels m'ont menée les acteurs de terrain de la recherche au fur et à mesure de mes investigations de ce paradoxe d'une activité économique impensée comme une ressource dans le cadre d'un projet de travail social institutionnalisé. Le ressenti de la violence est bien sûr construit à partir de mon propre statut personnel de femme blanche de classe moyenne. Ce qui s'exprime ici me semble être lié à l'immersion sur les terrains, impliquant ma propre subjectivité. Nous retrouvons ici le lien avec le paradoxe premier cependant exprimé de manière subjective sous la forme d'une frontière entre plusieurs mondes et du ressenti sous la forme d'une violence, d'un stigmat, de conditions de vie physiquement difficiles, précaires et peu sécurisées. Le prisme de pensée de ces situations par l'inadaptation continue de se décaler par la découverte d'une autre facette de la précarité.

7. Un questionnement au prisme des commandes des acteurs

Penser les implications des acteurs dans le cadre de cette recherche ne peut se faire qu'au travers des écrits, du journal de bord, des retranscriptions d'entretien et des documents officiels liés à la recherche. En effet, le contexte sanitaire a réduit les possibilités d'accès aux terrains et empêché des temps de travail collectif avec les acteurs de cette recherche. Les commandes informent sur les attentes officielles (Monceau, 1996), réglementaires liées à la recherche et se trouveront notamment dans les documents et temps officiels. Concernant les demandes, elles informent sur les attentes des acteurs de manière souvent plus individuelles (Monceau, 1996). Les moments de présentation, de négociations sont des moments importants pour la lecture de ces enjeux. La recherche s'est effectuée en deux temps. Un premier temps exploratoire, lors du master 2 réalisé au CNAM, s'est effectué avec une commande ne correspondant tout d'abord pas à une dynamique de recherche. Le master étant professionnel, les terrains étaient considérés comme des stages, et l'écrit devait être un écrit professionnel. Avec l'entrée en thèse, une nouvelle commande a été négociée.

Cependant, le contact avec les terrains de la recherche s'est fait sur cette commande liée au master. Ainsi, l'association de récupérateur a été contactée sur la base d'une proposition de

⁶⁵ Extrait du journal de recherche, après le 2^{ème} terrain au Brésil.

leur "donner un coup de main"⁶⁶. Il en est de même pour le comité des amis du MST et le mouvement brésilien de récupérateurs. Cette négociation a toutefois évolué avec la réalisation de la recherche dans le cadre d'une thèse. Les enjeux liés à une commande et aux demandes se sont réactualisés. Des demandes sont aussi apparues au cours des échanges avec les acteurs. Elles éclairent les enjeux liés à cette recherche, les choix et stratégies mises en place dans les discours sur les pratiques ainsi que les espaces mis en valeur par les acteurs. Il est intéressant de les cerner pour la construction d'un questionnement respectant ces enjeux, les accompagnant dans une forme d'éthique liée à la pensée du projet de recherche en tant que construction collective. Leur importance se situe dans une perspective de construction des savoirs, pour en expliciter la dynamique ainsi que dans le respect des implications de chacun dans ce processus.

Il y a peu de documents officiels écrits qui encadrent cette recherche. En effet, il n'y a pas eu, au départ de la recherche, de documents signés avec les acteurs des terrains de recherche au moment de la construction de la démarche de recherche. Le projet vient officiellement d'une sollicitation de ma part, envers les acteurs, sous la forme d'un "aller vers" qui a été formalisé par les obligations légales d'une recherche faite au nom d'une université brésilienne. En co-tutelle, cette recherche s'est aussi construite par l'harmonie des différences de cadres entre la France et le Brésil. L'accord signé entre CY Cergy Paris Université et l'Université Fédérale de Juiz de Fora donne pour seule commande le respect des législations de recherche du Brésil et de la France ainsi que la réalisation de temps au sein des deux universités. Ainsi, une régulation des relations avec les acteurs de la recherche s'est insérée dans ce projet car le Brésil demande la signature d'un « formulaire de consentement libre et éclairé » pour la participation à la recherche. Ce document a été signé par la suite avec les différents terrains et a amené à la reformulation d'une commande rétrospectivement en termes d'objectifs de la recherche : « comprendre le processus d'organisation d'acteurs de l'économie populaire (récupérateurs de matériaux recyclables et agriculture familiale) ». Ainsi, l'aller vers s'est vu officialisé par un engagement écrit qui renforce aussi l'obligation de respect d'un anonymat et l'importance d'une réciprocité des relations dans la recherche.

Cette recherche est aussi très encadrée financièrement par une aide à la recherche octroyée par l'Institut des Amériques, une bourse de stage de l'Université Fédérale de Juiz de Fora et un contrat doctoral qui a permis sa réalisation sur trois années et demie. Ainsi, plusieurs institutions ont financièrement signalé leur intérêt pour cette recherche sans toutefois introduire

⁶⁶ Citation de note de journal de recherche.

de commande en termes de contenu. L'Institut des Amériques demande à être visible en tant que financeur de la recherche. Le financement du stage par l'UFJF consistait en un échange entre deux mondes universitaires qui a facilité la construction d'une dimension internationale de la recherche sans induire de commande directe sur le déroulé de la thèse. La commande se trouve peut-être dans les documents liés au contrat doctoral. L'université de CY Cergy Paris Université tient la faisabilité de la recherche grâce à son financement par un contrat doctoral qui a permis à la chercheuse de vivre de ce travail. En analyse institutionnelle, l'argent est un analyseur sensible qui a même eu un rôle dans des débats sur le financement des interventions de socioanalyse et leur légitimité (Guillier, 2001/2002). Guillier souligne que "le paiement de l'intervention est la matérialisation finale de la contractualisation d'une commande." (Guillier, 2001/2002, p. 18). La relecture de cette commande par les contrats universitaires est intéressante car elle définit un aspect de l'objet de recherche, des places et des statuts. En effet, les terrains de recherche sont multiformes, ils croisent une multiplicité de thématiques. Pourtant, le contrat doctoral donne un angle d'attaque, en écho avec mes implications et le contenu du projet de recherche initialement proposé :

"Article 2 : conditions de préparation du doctorat

La doctorante contractuelle prépare un doctorat sur le thème : travail social"

Le travail social est encore une fois présent en tant qu'élément officiel de la commande.

Cette commande officielle est assumée par les directeurs de thèse encadrant la recherche. Ils en sont les supérieurs hiérarchiques. La négociation du dispositif se réalise donc avec eux dans un espace lié à la recherche scientifique. Il impose d'argumenter, de discuter en fonction de référentiels théoriques. Le référentiel de la *Recherche avec* est donc un élément qui pourrait être cadrant. Par contre, la mise en pratique de la direction de la thèse m'a laissé un espace de liberté dans les choix théoriques et le rythme de découverte des référentiels. Ainsi, ce cadrage n'est pas unique. Il m'a permis de fonctionner selon la technique bien connue en travail social, du bricolage. Joseph Rouzel, ancien éducateur spécialisé, aussi théoricien du métier, l'évoque dans sa proposition de méthodologie de la praxis de l'éducateur spécialisé : "Le bricoleur ne produit pas comme l'industriel. Il amasse dans un coin des "bricoles" en se disant que ça peut toujours servir." (Rouzel, 2020, p. 6). C'est un peu cette démarche, issue de la pratique d'éducateur spécialisé qui accumule des informations, des lieux ressources, des idées, des jeux, des techniques d'animation... pour pouvoir être prêt face à l'inédit de chaque situation. Cette pratique m'est restée et je la pratique dans le cadre de cette recherche en accumulant,

conservant et annotant des théories, des concepts, des méthodes... qui m'aident dans la compréhension de ce que j'observe, ce que je vis avec les acteurs, sur les terrains de cette recherche.

La posture de *Recherche avec* (Monceau, Soulière, 2017) et la recherche conjointe (Lyet, 2016) basées sur une coopération, des échanges et de l'écoute permettent d'entendre quelques-unes des demandes et peut-être d'esquisser des commandes qui découlent du dispositif de recherche. L'officialisation des liens avec les récupérateurs en Île de France s'est faite oralement, dans un café, sur la base d'une participation à la vie de l'association pour "donner un coup de main" et par la suite être autorisée à utiliser ce vécu pour la rédaction d'un rapport. Une ambiguïté de positionnement par rapport à ce terrain apparaît rapidement en ce qui concerne la dimension recherche de ma présence. Étant sur un premier terrain, avec les récupérateurs d'Île de France, en lien, pour une bonne partie, avec des personnes que j'accompagnais socialement auparavant, une proximité et une confiance ont continué. Sur ce terrain, connue, j'ai été, dès les premiers contacts avec l'association, à proximité avec un statut et une fonction repérés par les acteurs. Pourtant, ma présence se voulait différente, je pensais la fonction de travailleuse sociale derrière moi, sans pour autant construire de distance avec les personnes. L'objectif était bien de participer à la vie de l'association, pour mieux la connaître, en cerner les enjeux et parfois, aider l'organisation à avancer. Étant inscrite en master professionnel, la commande officielle lors de ce premier contact était d'ailleurs la réalisation d'un stage, donnant lieu à un mémoire professionnel. Cette proposition a donc été transmise au moment de la négociation du terrain de recherche :

« 21.11. 2015 : Prise de contact par téléphone avec Fred sur la base d'une ancienne collaboration dans le cadre de la MOUS⁶⁷. Je l'avais contacté pour voir comment travailler avec lui et quel intérêt pour les personnes de la MOUS. Participation à une réunion avec Ivana. Le projet m'avait semblé intéressant mais les personnes de la MOUS ne semblent pas assumer l'activité de récupération et pas prêts à se mettre dans une dynamique associative. De plus, à cette époque, il n'y avait pas encore de marchés. Pas d'orientation faite.

⁶⁷ Maîtrise d'Oeuvre Urbaine et Sociale, qui correspond au financement du projet d'insertion. Couramment, nous utilisons ce sigle pour nommer le projet.

Contact téléphonique : « Salut Clarissa » il se souvient de moi et de mon travail. Contact sympathique et avenant. Négocie une invitation au restaurant. RDV pris pour deux semaines plus tard.

RDV du samedi 21.11 : dans un café. Samuel a 30 minutes de retard. Nous l'attendons avec Philippe, biffin de l'association qui en profite pour nous expliquer l'association. Fred arrive. Nous demande nos objectifs de stage. Réponse sous la forme de "donner un coup de main". OK pas de souci. D'ailleurs une réunion de quartier avec des associations. Nous y allons, on retrouve Bruno. On se présente, quelle formation. Fred nous demande directement si on peut aider certains biffins. OK. Réunion associative hors sujet. On rentre. RDV pris pour réunion du conseil de quartier.”⁶⁸

En ce qui concerne le collectif Rues Marchandes, il n'y a pas eu de moment d'officialisation car l'intégration au collectif s'est faite naturellement en tant que chercheuse actrice de l'association de récupérateurs. L'ancrage recherche du collectif n'a pas créé de discussion autour de cette thèse. Elle s'est intégrée au paysage comme un élément et une continuité logique pour le collectif. Ils m'ont même appuyée et aidée dans cette démarche en me donnant des contacts pour la recherche d'un financement. Cependant, la démarche de recherche s'inscrit dans le cadre théorique du Laboratoire d'Innovation Sociale par la Recherche Action (LISRA) dont le collectif fait partie et défini par un manifeste (annexe 1). Concernant le collectif Rues Marchandes, l'objectif défini collectivement est la création d'espaces d'expérimentation sociale sous la forme de tiers espaces de la recherche action. Ces tiers espaces sont créés à partir de l'activité des récupérateurs, sous la forme de marchés de vente de leur récupération. Face à l'instabilité juridique et à la stigmatisation de cette activité, le seul espace d'expérimentation concrètement réalisé entre 2019 et 2022 s'est tenu dans le cadre d'un partenariat avec un collectif de gestion d'un squat sur la ville d'Aubervilliers. Par contre, nous avons dans le même temps réalisé des actions de négociation avec les services de la mairie de la ville pour une institutionnalisation de cet espace, sans succès.

Avec le Mouvement des Récupérateurs de Matériaux Recyclables au Brésil, le contact s'est aussi fait en deux temps, une première rencontre en tant que membre de l'association de récupérateurs français et une deuxième rencontre en tant que membre du collectif Rues Marchandes. Les traces des négociations proviennent des mails ainsi que des notes de journal de recherche. La première rencontre est négociée sur la base d'une simple découverte de leur travail au Brésil. La dynamique de recherche est le point de départ de la deuxième rencontre.

⁶⁸ Extrait de journal de recherche, les noms des personnes ont été rendus anonymes.

Un projet de recherche est joint à la demande. Je précise le cadre institutionnel de la recherche (Université), ainsi que les objectifs. Je mets aussi en avant ma participation au collectif Rues Marchandes pour continuer de travailler avec les récupérateurs. En filigrane de ce mail, on peut lire une volonté de réciprocité et d'action qui lie la rencontre avec les récupérateurs brésiliens aux récupérateurs français. La commande sera officiellement formulée oralement lors d'une réunion, dans un des locaux du mouvement. Les notes prises sont succinctes :

"1^{er} juillet 2019 :

Je présente ma recherche, la nécessité de faire avec les personnes, mon intérêt pour le travail de base... Que je voudrais que ce travail soit utile et pas juste un écrit que personne ne lira. S'il peut être utile à tout le monde... ce serait bien.

Ils sont intéressés, réfléchissent aux lieux où je pourrais aller... "69

Lors de cette réunion, ma proposition n'a pas été modifiée. Elle a été simplement acceptée. Les acteurs y ont trouvé un intérêt qui a été formulé de manière plus officielle lors d'une deuxième réunion d'organisation. Ils me commandent une restitution de mes premiers résultats au mois d'octobre 2020 ainsi que ma participation à un temps de formation des récupérateurs. C'est à mon tour d'accepter cette commande que je n'ai pas encore pu honorer en raison de la limitation des déplacements dans le cadre de la crise sanitaire. Ce temps a été organisé en juillet 2022, sous la forme d'une restitution des résultats de la recherche.

En ce qui concerne le MST, le parcours a été plus sinueux. Les statuts de membre du comité des Amis du MST et de chercheuse ont été fortement entrelacés. Le mouvement est allé plus vite que moi dans l'organisation de ma venue pour mon deuxième terrain, réalisée dans le cadre de la thèse. À l'occasion de la venue d'une délégation en France, le MST lance une invitation à une formation à l'École Nationale du mouvement pour un membre du comité. Nous nous concertons, qui doit y aller ? Qui peut y aller ? Le choix est restreint. Mon nom sort. C'est une opportunité rare, et même une forme d'honneur dans le cadre de référence du MST. Cependant, cette proposition est faite en tant que simple membre du comité. Je n'ai pas encore eu le temps d'aborder le cadre de ma recherche avec les interlocuteurs brésiliens. Les membres du comité français le savent mais pas la coordination des relations internationales du mouvement. La négociation se réalise avec l'université, je peux me rendre à cette formation en tant que terrain de recherche. Je n'arrive pas à avoir de réponse de la part du Brésil avant mon

⁶⁹ Notes de journal de recherche

départ. Je ne pourrai présenter mon projet de recherche qu'après la formation, de manière officielle :

"19 juin 2019 :

Hier, j'ai eu le RDV avec Cassia. Je lui ai présenté ma recherche en lui retraçant son historique à partir de mon travail auprès de familles issues de bidonvilles en Ile de France. J'ai un peu simplifié en disant que j'y avais travaillé pendant 10 ans, cela évite de devoir décrire ce qu'est une MOUS...

Je lui ai expliqué que, devant faire face à la demande de contrôle des populations, j'ai préféré arrêter de travailler et ai repris mes études. J'ai donc partagé l'expérience des récupérateurs de deux groupes (recherche-récupération et association de récupérateurs essayant de s'organiser). Ma question est de faire un dialogue entre les récupérateurs en Île de France, les récupérateurs brésiliens et le MST pour voir en quoi les personnes s'émancipent par le biais de cette économie populaire. Montrer que cette économie est plus qu'une économie de la survie mais participe bien d'un processus d'émancipation.

Elle a adoré le sujet et l'a trouvé très beau. Elle va me mettre en contact avec le MST du Minas Gerais car il y a plein d'expériences. En plus, son compagnon est du Minas Gerais ;

Elle me parle :

- des campements MST urbains
- une coopérative à Juiz de Fora
- Campo Meio, il y a un préassentamento qui fait la production de café Guiai.
- Un collectif de femmes qui fait de la phytothérapie
- + Elle fait le lien avec Armazem do campo car c'est la réunion de ces économies populaires.
- + Elle fait aussi le lien avec le Congrès du Peuple qui est la tentative de ranimer les bases du mouvement, que ce soit dans une dimension urbaine et rurale."⁷⁰

Ainsi, elle déroule une liste de potentiels espaces pour mon projet de recherche et nous nous mettons d'accord pour le Minas Gerais. Elle me donne par la suite le contact d'une coordinatrice locale qui organisera ma prise de contact avec le campement Patria Livre. Avec le MST le début de la recherche s'est donc réalisée dans une forme d'ambiguïté entre deux statuts, militante et doctorante. Une fois la présentation du projet formellement réalisée, l'accord

⁷⁰ Extrait de journal de recherche

pour cette recherche s'est fait sur la base de ma proposition. La négociation a pris la forme d'un consensus et d'un accueil intéressé. Cependant, à la fin de cette recherche, je pense que ma relation avec ce mouvement reste fondée et structurée par mon statut de membre du comité français et dans la construction d'une réciprocité.

8. Un questionnement au prisme des demandes des acteurs

Cet accueil de la part des organisations me semble être un signe que cette recherche s'articule avec les enjeux des acteurs. D'ailleurs, des demandes, apparues par la suite vont venir confirmer cette hypothèse. Les récupérateurs français m'ont clairement demandé de les aider à trouver des espaces de travail, pour stocker, mais aussi pour vendre. Cette demande est récurrente. Ils m'ont aussi demandé de regarder avec eux, comment s'organiser en coopérative. Une récupératrice, avant de quitter l'Île de France, m'a légué ses souvenirs de biffe en me demandant de perpétuer la mémoire des récupérateurs. Une autre m'a demandé de ne pas les regarder en objets de la recherche. On m'a aussi demandé de remplir des documents administratifs, de chercher des solutions d'hébergement, d'aider dans la logistique de transport des affaires de vente en voiture... Les demandes ont été multiples et de l'ordre d'un soutien à leur activité mais aussi à la mémoire, donc quelque part à la visibilisation de leur travail et de leurs luttes. Ceci se fera, pour l'association des récupérateurs en m'intégrant dans leurs tâches quotidiennes, administratives, logistiques, politiques. Ainsi, une demande d'adhésion à leur projet se construit dans l'action. Cet accès n'est pourtant pas destiné à tout révéler car un débat est construit autour des éléments à dévoiler et d'autres à ne pas dévoiler. Par les tableaux suivants, je propose de synthétiser les demandes que j'ai pu noter au cours de la recherche.

Tableau 1 : synthèse des demandes liée à l'association de récupérateurs en Ile de France

Codification de la demande	Item lié aux matériaux de recherche
<i>Chercheuse, une alliée pour l'association et ses membres</i>	Participer aux tâches courantes de l'association
	Construire des outils de plaidoyer politique
	Participer aux activités politiques de l'association
	Accompagnement social
	Faire partie du groupe

	Se réunir
<i>Recherche pour découvrir et apprendre</i>	Partager les savoirs et les expériences
	Formation, capacitation des biffins
<i>Recherche comme outil politique</i>	Faire grandir l'association
	Faire parler de l'association
	Construire de la visibilité
	Rendre public, parler des récupérateurs
<i>Une recherche en responsabilité avec les collectifs</i>	Ne pas tout dire
	Enjeux de l'invisibilité / visibilité dans le cadre de la recherche

Tableau 2 : Synthèse des demandes liées au collectif Rues Marchandes

Codification de la demande	Item lié aux matériaux de recherche
<i>Position de chercheuse qui pourrait contribuer matériellement ?</i>	Trouver des solutions concrètes
	Demande de soutien logistique
<i>Recherche comme outil politique</i>	Être valorisés, en fonction de leurs propres repères
	Faire connaître le métier de récupérateur
<i>Recherche pour découvrir et apprendre</i>	Partages d'expériences et de savoirs
	Avoir des restitutions sur les avancées de la recherche
<i>Recherche pour participer à la mémoire des collectifs</i>	Écrire, perpétuer l'histoire des biffins
<i>Une recherche en responsabilité avec les collectifs</i>	Association de récupérateurs et collectif Rues Marchandes regroupés
	Ne pas envisager les biffins comme des personnes à insérer
	S'intéresser aux récupérateurs

Le mouvement des récupérateurs brésiliens trouve, par notre collaboration, un point d'accès vers la France. Ils m'ont sollicitée pour les aider à organiser un séjour en France. Ils m'ont demandé des avis sur des partenaires financeurs potentiels. Certains membres du MNCR

m'ont sollicité pour que je les mette en contact avec des membres du MST. J'ai été présentée pour valoriser les projets auprès de financeurs... Cependant, je pense que leur intérêt principal réside dans ma présence en tant qu'outil de formation pour les membres des coopératives. Cela s'est confirmé par la curiosité de certains récupérateurs pour l'organisation du travail en France. Le mouvement m'a d'ailleurs déjà commandé un temps de restitution des premiers résultats de la recherche qui pourra être dans cette visée de formation, elle aussi demandée. La recherche est aussi vue par certains de ces acteurs comme un moyen de laisser une trace écrite, historique de leurs activités. Pour ce travail, certains m'investissent d'une forme de responsabilisation éthique par rapport à mon lien avec le collectif en me demandant indirectement de croire en leur projet, de reformuler ce que je vais pouvoir entendre pour que ce soit valorisable mais en même temps, ils me demandent de ne pas tout dire.

Tableau 3 : Synthèse des demandes liées au MNCR

Codification de la demande	Item lié aux matériaux de recherche
<i>Recherche pour découvrir et apprendre</i>	Emmener les personnes en France
	Partage des expériences
<i>Recherche pour faire du lien avec d'autres collectifs</i>	Être un lien avec les récupérateurs français
<i>Recherche comme outil politique</i>	Faire grandir la coopérative
	Être un outil politique auprès du CRAS ⁷¹ local
	Donner de la visibilité en écrivant un livre
	Donner de la visibilité
<i>Recherche pour participer à la mémoire des collectifs</i>	Leur faire une restitution écrite pour laisser une trace historique
	Laisser une trace écrite
<i>Une recherche en responsabilité avec les collectifs</i>	Croire en leur projet
	Reformuler, sélectionner ce qui m'est dit pour que ce soit bien
	Ne pas tout dire, garder des choses secrètes

⁷¹ CRAS : [Centro de Referência da Assistência Social](#), Centre de Référence d'Assistance Sociale.

Durant le temps passé sur les espaces du MST les demandes ont été multiples, comme leur envoyer du matériel (chargeur solaire...), leur parler de la France, leur montrer des photos, cuisiner un plat français, leur apporter des graines, leur parler de l'agriculture en France... Je retrouve en fait les mêmes demandes que celles des récupérateurs dans le cadre de l'agriculture et s'insérant plus dans la vie quotidienne des personnes. Pourtant, c'est aussi ce mouvement qui fera la demande la plus symbolique politiquement et engageante pour le cadre institutionnel de la recherche. Je fais ma deuxième période de terrain au moment de la négociation à l'amiable, mais juridiquement encadrée, de l'expulsion du campement qui m'accueille. La coordinatrice de la région m'informe de la venue du juge et me sollicite pour un courrier d'appui de la part de l'université. Elle me dit que tous les éléments sont bons pour étoffer le dossier du campement. Tout cela doit être fait en 3 jours. L'université, par le biais d'un de mes directeurs de recherche répond dans le délai et délivre un courrier attestant du partenariat avec le campement. Il s'agit d'une écoute et une acceptation forte de répondre à une sollicitation du mouvement qui fonde le principe de *Recherche avec* dans une réciprocité. Elle sera complétée, ici aussi, par une forme de demande de positionnement responsable qui soit vigilant aux réalités sociales brésiliennes qui me sont racontées. Un appel est fait à tout raconter mais aussi à ne pas divulguer certains secrets.

Tableau 4 : synthèse des demandes liées au MST

Codification de la demande	Item lié aux matériaux de recherche
<i>Recherche pour découvrir et apprendre</i>	Emmener les personnes en France
	Échanges d'expériences sur la réalité des mouvements sociaux en France
	Échanges de pratiques et expériences
	Réciprocité et partage des expériences
	Un processus d'apprentissage pour moi et de la réciprocité par le partage des contextes
	Participer à la formation des élèves de l'école
<i>Participer au développement du MST</i>	Créer des espaces du MST en France
<i>Position de chercheuse qui pourrait contribuer matériellement ?</i>	Aide matérielle sur les chargeurs de portable
	Contributions matérielles et aussi en terme de partage de savoirs

<i>Laisser une trace écrite</i>	Faire un article
<i>Une recherche en responsabilité avec les collectifs</i>	Être attentive à la réalité sociale brésilienne
	Être dans le dialogue
	Tout raconter
	Ne pas parler des secrets

Le regard porté sur les commandes et demandes permet de mieux comprendre les enjeux de chaque acteur de cette recherche. L'acceptation de participation à cette recherche s'est faite sur la base d'un partenariat. Le statut de participante aux projets est ce qui m'a permis des conditions d'accueil et de travail facilitées. La recherche paraît s'inscrire, pour les acteurs, dans une continuité des relations déjà construites de soutien à leur démarche. Cette acceptation pourrait être pensée comme une forme de mandat pour une utilisation de l'espace de la recherche qui soit compatible avec leurs enjeux. Ils apparaissent de manière assez claire sur l'utilisation de la recherche comme un moyen de rendre visible leurs projets et difficultés tout en respectant certains secrets de leurs organisations. Elle me semble vue comme une opportunité pour se faire connaître, pour que l'on parle d'eux. L'objectif est donc de réussir à concilier ces commandes et demandes dans la construction d'un objet de recherche qui puisse, lui aussi, se mettre en mouvement ; un objet de recherche qui soit aussi au service des acteurs de terrain.

Ainsi posée, nous voyons que la problématique de cette recherche se trouve au cœur d'enjeux de visibilité/invisibilité construits en fonction des points de vue, de grilles de lecture utilisées et de dispositifs de mise en sens des praxis d'acteurs. Pour lire des terrains imbriqués dans ces processus, les outils théoriques doivent permettre le dépassement de points de vue normalisés pour amener la possibilité d'un regard tiers sur des situations aux multiples lectures possibles. Je vous propose de construire ici, un point de vue au croisement de trois influences, l'analyse institutionnelle, les épistémologies du sud et la géographie sociale en tant que lunettes pour penser les matériaux d'observation et les données recueillis dans le cadre de cette recherche. Il me semble maintenant important de faire discuter les questionnements que soulèvent cette démarche avec les dimensions épistémologiques des phénomènes d'invisibilisation nous ramenant aux enjeux éthiques et aux fonctions sociales des propres processus de recherche.

III. Une recherche aux prises avec l'invisibilisation

Honneth (2005) propose une définition de l'invisibilité à partir de l'ouvrage de Ellison (1969) "L'homme invisible" qui débute, dans son prologue, par un récit à la première personne sur le vécu d'une invisibilité. Le narrateur raconte comment on ne le voit pas, comment on "regarde au travers" de lui. Il donne une explication à cette invisibilité par « l'œil intérieur » de chacun qui ne permet pas de le voir en raison des références qui nous habitent. Nous apprenons dans la suite de l'ouvrage que cette personne qui donne son ressenti a la peau noire et que ceux dont il dit ne pas être vu ont la peau blanche. Dans ce sens, l'invisibilité est construite par le regard de chacun, par des dispositions individuelles ne permettant pas de voir. A partir de cette notion, Honneth propose de construire une épistémologie de la reconnaissance car le processus même d'interaction sociale s'inscrivant dans des référentiels de valeurs morales neutralise notre regard, nos "yeux intérieurs". Dans cette démarche de recherche, nous constatons la mise en perspective de nos « yeux intérieurs » par le travail des implications qui permet de penser d'où les points de vue liés à la recherche se construisent. En cela, il met en valeur un problème épistémologique au cœur de cette recherche par la pratique même de chercheuse ainsi que par la spécificité des terrains dont les implications montrent l'invisibilisation.

1. La construction d'invisibilités

Honneth (2005) donne à penser que l'invisibilité est une question de perception. Celle-ci est par ailleurs abordée par Kohn et Nègre (2003). Ces deux auteurs nous montrent l'importance de nos perceptions dans la construction d'un regard observateur. Ils soulignent ce piège de l'observation dans la construction scientifique par la part d'invisibilisation d'un processus qui, en construisant un regard sur une situation construit en fait un non-événement par ce qui n'est pas observé, n'est pas intégré à la compréhension : "La situation déborde de toute part ce que l'humain peut en connaître. L'événement observé n'est pas la situation. L'événement est ce sur quoi l'observateur porte son attention. Du même coup, celui-ci crée un non-événement, puisqu'il choisit de ne pas donner sens à certains aspects de la situation." (Kohn, Nègre, 2003, p. 166).

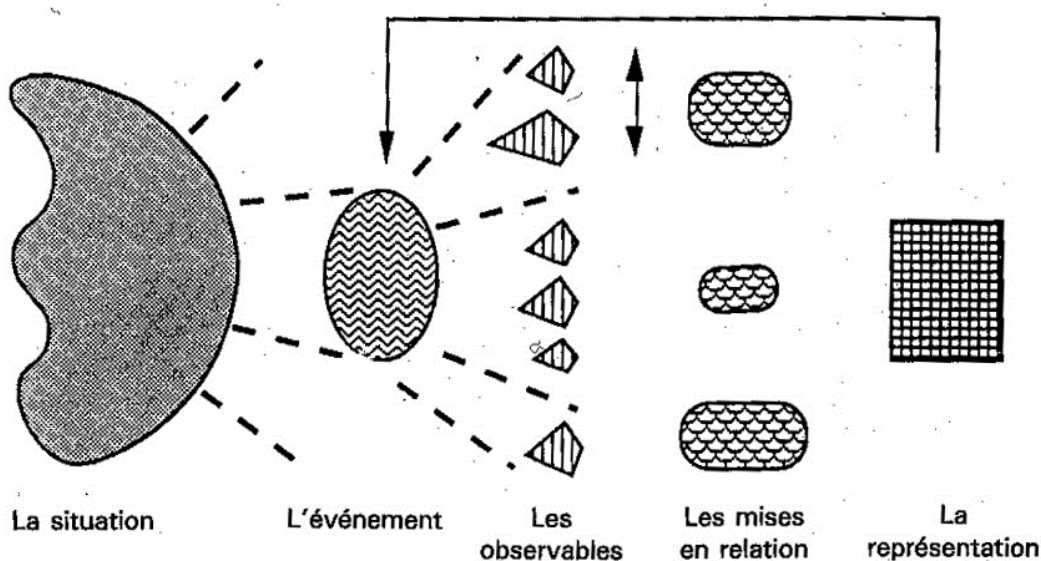


Figure 16. Les espaces et les temps des inférences

Figure 8 : Les espaces et les temps des inférences. Source : Kohn, Nègre (2003, p. 166)

Ce schéma tiré de leur ouvrage *Les voies de l'observation* (Kohn, Nègre, 2003) pointe les invisibilisations des constructions de catégories objectivantes dans l'observation d'une situation. Schématisées en pointillés, elles se construisent donc dans le même sens que le regard que nous allons porter sur une situation. Ainsi, nos perceptions interagissent avec le sens que nous théorisons. Pour Kohn et Nègre, nos habitus (Bourdieu, 1980) entrent en jeu en tant que "schèmes de perception, de pensée et d'action" dans cette construction. Ainsi, c'est la dimension historique de ce processus qui est énoncé car l'habitus "Produit de l'histoire, l'habitus produit des pratiques individuelles ou collectives, donc de l'histoire ; il assure la présence active des expressions passées qui, déposées en chaque organisme sous la forme de schèmes de perception, de pensée et d'action, tendent, plus sûrement que toutes les règles formelles et toutes les normes explicites, à garantir la conformité des pratiques et leur constance à travers le temps." (Bourdieu, 1980, p. 91). Par l'intermédiaire de ce concept, Kohn et Nègre font une place à l'histoire dans la construction de nos représentations et leur permanence.

En cela, ils discutent avec l'analyse institutionnelle qui pense cette permanence en tension entre instituant et institué. L'histoire est vue sous l'angle d'un processus. La permanence a donc à voir avec le principe d'équivalence élargie qui consiste à une régulation de l'instituant par l'institué en intégrant les éléments qui lui sont acceptables. Ainsi, Lourau évoque « « crise

sacrificielle » qui fait passer le mouvement dans le moule de l'institution, de manière souvent très progressive et même imperceptible pour une grande partie des acteurs et des témoins » (Lourau, 1973, p. 25). Le processus d'institutionnalisation, par ce principe d'équivalence élargie déforme l'instituant en intégrant ses éléments équivalents et entendables pour ses propres normes et règles. Un des outils de l'analyse institutionnelle, pour saisir ces dynamiques, selon Lourau est la recherche du négatif toujours présent mais qui n'a pas été intégré par l'institution (1973). Ces éléments sont des analyseurs qui vont rendre visible ce négatif invisibilisé dans le processus d'institutionnalisation. Ainsi, nous voyons que ce rapport de tension entre visibilité et invisibilité se joue aussi dans ce cadre théorique. L'analyseur peut apparaître de manière inattendue, à l'occasion d'un événement « surprise » qui va le mettre en discussion. Sa visibilité peut aussi être une stratégie dans la recherche lorsque les « yeux intérieurs » du chercheur réussissent à en appréhender des éléments malgré la force de nos représentations sociales.

C'est ici que Santos (2016) entre en dialogue avec ces auteurs car il réfléchit aux modalités de construction des savoirs, leurs fonctions, leurs usages sociaux et rapports à l'invisibilité sur un temps long. Dans la lignée de Foucault pour qui la science produit un discours porteur d'un ordre social et politique (1971), il met en exergue la construction d'un ordre du monde par une pensée positiviste dans une épistémologie de l'aveuglement. Les épistémologies du sud sont pensées à partir d'une critique de la pensée moderne occidentale dite « hégémonique » représentée par les méthodologies de recherche hypothético-déductives. Sa critique est basée sur une démarche de construction de savoirs et de vision du monde créant des absences et impliquant des relations de domination. Pour Santos, ce modèle ne s'exprime pas uniquement au niveau scientifique mais aussi à un niveau social en appuyant la constitution d'inégalités sociales. Sa pensée définit la création d'une ligne qu'il nomme abyssale de séparation entre deux mondes qui ne sont pas géographiques, le Nord et le Sud fonctionnant sur des registres qui s'articulent entre eux. Un Nord fonctionnant sur le registre des droits et de l'hégémonie ; et un Sud, sur le registre de la violence et de l'exploitation. Il prend l'exemple historique de la construction des colonies. Dans ce processus, les dynamiques de violences et d'exploitation ont, pour lui, été rendues invisibles par le modèle de pensée occidental générant une ligne abyssale entre deux mondes. Un questionnement sur les espaces d'humanité découle de la représentation de cette délimitation. Grosfoguel et Cohen (2012) le réalisent en mettant en dialogue Santos (2016) avec Fanon (2002) sur cette définition de lignes imbriquées

définissant des statuts d'humanité et de non-humanité en fonction de zones d'être et de non être abyssalement délimitées.

La fonction sociale de la science est donc fortement rappelée dans les représentations et fonctionnements sociaux qu'elle induit. Santos le discute pour aller au-delà de l'habitus (Bourdieu, 1980) et de la reproduction sociale (Passeron, Bourdieu, 1964) en proposant de construire une épistémologie accompagnant les transformations sociales émancipatrices (2006). Ce terme est lui-même imprégné de valeurs et de représentations. Il y fait référence dans un processus de dépassement d'une pensée abyssale fondatrice d'injustices sociales. Son appel est clair, la justice sociale ne peut se construire que par la justice cognitive. Je trouve un écho aux implications des acteurs de la recherche dans leurs demandes d'utiliser ma recherche en tant qu'espace de publicisation de leurs activités, en tant que média pour raconter et construire une histoire, leur histoire en réaction à la construction de leurs invisibilités.

2. Invisibilité et rôle social de la recherche

Cette demande des acteurs de la recherche de participer à une construction de leur histoire lue au prisme de l'invisibilisation et de la justice cognitive (Santos, 2016) fait écho à l'éthique et la responsabilité de la recherche. Nous voyons dans le parcours précédemment présenté des effets d'invisibilisation et de distorsion de sens, rejoignant ainsi la sociologie des absences construite par Santos : « la non-existence est produite chaque fois qu'une certaine entité est tellement disqualifiée qu'elle disparaît et devient invisible ou qu'elle est défigurée au point de devenir inintelligible » (2016, p. 252). Son analyse le mène à souligner que « ce qui n'existe pas est en fait activement produit comme non existant » (2016, p. 251). L'enjeu de ce travail rejoint la préoccupation de Laville, Pleyers et Bucolo : « le rôle du chercheur en sciences sociales est de lever le voile sur ce qui a été « invisibilisé ». » (2017, p. 18). Cela renforce la préoccupation de cette recherche pour les interstices et pour comprendre comment chaque acteur de chaque monde social y met en place des stratégies pour dépasser les limites de son monde social de référence et construire des solutions en lien avec ses objectifs. Face à l'invisibilisation, voire la criminalisation de ces stratégies interstitielles, leur analyse est liée à une éthique de recherche. Elle demande un engagement de la part du chercheur pour rendre intelligible les dynamiques de ces interstices.

Cependant, la demande formulée par les acteurs concernant une contribution de cette recherche dans la construction de leur propre histoire est ambivalente car elle s'accompagne de

la demande de "ne pas tout dire". Ainsi, l'invisibilisation ne semble pas seulement procéder uniquement de l'orientation d'un regard de l'extérieur mais aussi d'un jeu des propres acteurs qui nous rappellent encore une fois à cette responsabilité du chercheur envers les collectifs avec lesquels il travaille mais aussi envers le monde académique, en tant que service public d'état légitime par la délégation que lui octroient les citoyens en démocratie. Il ne s'agit pas, ici, de penser que les résultats de cette recherche auront un impact social fort, mais bien de positionner la responsabilité qui doit être pensée pour ce travail envers les acteurs proches mais aussi envers la société. La production d'un discours scientifique, pour reprendre la pensée de Foucault, crée un ordre de discours qui pose un débat clé sur la construction des savoirs (1971). L'objectivité de la science est perpétuellement en débat. Les épistémologies du sud y participent et sont souvent questionnées sous l'angle d'une épistémologie militante. Ce jeu de visibilité, invisibilité en est un élément car il est une des clés des résultats de recherche.

L'analyse institutionnelle et les épistémologies du sud construisent des pistes pour la prise en compte de ces enjeux. En effet, ces deux courants se croisent dans la proposition de dispositifs scientifiques de *Recherche avec* les acteurs. L'analyse institutionnelle dans son actualisation par la socio-clinique institutionnelle (Monceau, 2018) propose une construction des savoirs en discussion avec les acteurs. Le chercheur inter-venant (Monceau, 2009) dans les situations se trouve à proximité et pense les savoirs émergents en fonction des enjeux des acteurs mais tout en y étant extérieur. Les épistémologies du sud, par un de ses objectifs d'accompagnement des collectifs dans leurs processus de transformations sociales émancipatrices (Santos, 2006), peuvent paraître plus idéologiquement marquées dans un parti pris avec les acteurs. Si l'appel est fait à un engagement des chercheurs, le processus d'accompagnement se réalise dans la possibilité d'une démocratisation des outils de la recherche pour les collectifs par le médiateur du chercheur qui les traduit, les adapte, les conçoit en fonction des situations dans lesquelles il les insère.

Lyet (2017) constate la dimension pédagogique des recherches qui se construisent conjointement avec les acteurs de terrain, dont l'analyse institutionnelle (Lourau, 1973) et la socio-clinique institutionnelle (Monceau, 2018) font partie. Il décrit un processus de recherche qui est aussi une formation des acteurs de terrain avec laquelle elle est réalisée tout en soulignant la difficulté de le reconnaître comme un élément central de la recherche. Ses analyses de dispositifs de recherche montrent que ce processus reste considéré comme un élément à la marge :

« Les produits des scientifiques sont, en effet, faits pour contribuer à leur discipline et, donc, parce qu'ils sont construits dans le registre du jeu de société de cette discipline (avec ses textes, ses rôles, ses scénarii), ne sont pas faits pour contribuer à la dynamique des institutions des acteurs avec lesquels les scientifiques travaillent. Parfois (souvent ?), ce qui compte pour nos cochercheurs acteurs sociaux, c'est d'avoir compris et de penser autrement leur place pour tenter d'autres stratégies.

Et, si j'ose dire, ce n'est déjà pas si mal. Mais je me rends bien compte, pour en avoir discuté à plusieurs reprises avec des collègues scientifiques, que cette idée est comme un coup de tonnerre dans leur imaginaire. » (Lyet, 2017, p. 111)

Santos (2016), dans sa proposition d'épistémologies du sud donne à ses résultats une centralité par le rappel à une fonction politique de la recherche, mise à la disposition des acteurs investis dans des mouvements de transformation sociale émancipatrice. Ainsi, ce qui peut paraître idéologiquement marqué, allant à contre-courant de la responsabilité sociale d'une recherche en toute neutralité peut aussi être pensé comme une prise en compte de cette responsabilité sociale et éthique envers les acteurs mais aussi envers la société à qui sont destinés ces travaux.

La géographie sociale prend sa place dans ce dialogue théorique sur l'invisibilité par un regard en images. Décidant de dépasser l'approche géographique descriptive des espaces naturels, Milton Santos (2012) se concentre sur les liens entre espaces et société et propose de construire une nouvelle géographie sociale. En cela, il rejoint les approches de Lefebvre, de Di Méo et de Buléon. Lefebvre, inspiré par le marxisme s'intéresse, entre autres, à la production de l'espace dans une dialectique « socio-spatiale » (Puisais, 2022) pour en cerner les multiples dimensions en tant qu'espace social, façonné par l'homme. Ainsi, l'espace lui aussi peut résister ou se voir transformé. Cependant, pour Lefebvre (1974), toute transformation sociale doit passer par une transformation spatiale. Cette imbrication entre matérialité spatiale et relations sociales est ainsi pensée par di Méo et Buléon (2005) :

« Les rapports spatiaux correspondent aux liens affectifs, fonctionnels et économiques, politiques et juridiques ou purement imaginaires que les individus et les groupes tissent avec les espaces géographiques où ils vivent, qu'ils parcourent ou qu'ils se représentent. Au total, ce sont ces « rapports de rapports », sociaux et spatiaux, qui définissent une grande variété de « combinaisons spatiales ». Ces dernières, riches de leurs productions matérielles et paysagères décrivent l'espace social dans sa forme générique comme dans ses déclinaisons plus singulières (les espaces sociaux), lieux et territoires. Ces espaces et/ou territoires (nous reviendrons plus loin sur le distinguo), qui sont en fait des « espaces-temps

», peuvent être définis comme les formes concrètes et symboliques, spatialement organisées et dynamiques, que produisent les activités socio-culturelles des hommes. L'espace social se construit au rythme des luttes (de catégories et de classes) et des enjeux qui engendrent la différenciation sociale de la surface de la terre. Cette différenciation s'appréhende aussi à travers la diversité des pratiques d'individus inscrivant leur vie dans un espace d'action socialement normé, mais néanmoins ouvert aux aventures, aux inventions du quotidien. » (Buléon, di Méo, 2005, p. 4)

La géographie sociale pensée par ces trois auteurs a donc pour objet « le processus de construction permanente de la relation société-espace » (Buléon, di Méo, 2005, p. 5). Santos fait référence à Briceno (1974, p. 3-4) pour souligner que « l'espace n'est pas innocent puisqu'il sert à la reproduction sociale » (2012, p.109). Moreira Lopes (2021) transpose d'ailleurs ce lien espace et société dans le cadre d'un travail de géographie de l'enfance sur les espaces d'apprentissage en présentant l'importance de s'y intéresser car ils donnent à voir la matérialité d'un projet pédagogique.

Lussault exprime ce rapport entre espace et dimension sociale par un régime de visibilisation des substances sociales :

« De l'affirmation de la présence du Tout – la société multidimensionnelle – dans la partie – la dimension spatiale – découle le fait que l'idée d'un objet de société non spatial, comme celle d'un objet spatial uniquement spatial, sans aucune substance sociétale, est une aporie. L'idée fondamentale du caractère ectoplasmique des choses sociétales sans leur dimension spatiale nous incite à réfléchir au fait que l'espace, et notamment sa part matérielle, constitue ce qu'on nommera un principe de réalité sociétale. Par leurs spatialités, d'une variété infinie, les substances sociétales deviennent visibles, leur existence se cristallise : parler d'espace, c'est évoquer le régime de visibilité des substances sociétales. Cette advenue au visible, cette présentation aux regards, semble un processus clef dans le fonctionnement des groupes humains – j'y reviendrai en permanence. Une telle conception multidimensionnelle fonde la volonté d'élaborer une science sociale de l'espace qui entend rendre intelligibles des faits de société à partir du « plan de coupe » particulier qu'offre l'analyse de la dimension spatiale. » (Lussault, 2007, p. 40).

C'est par cette capacité à rendre visible que Lussault évoque la possibilité de faire parler l'espace pour qu'il nous donne des preuves. Pour cela, il prend l'exemple de Rosa Parks qui refuse de laisser sa place à un homme blanc dans un autobus aux États Unis en 1955. Par cet acte spatialisé, elle rompt avec les lois ségrégationnistes intégrées au quotidien. Utilisant

l'espace, elle fait la preuve d'une injustice spatiale et sociale. Sa revendication est rendue publique par Martin Luther King et entraîne un mouvement de boycott des réseaux d'autobus qui est à l'origine de la suppression de ces lois dans les autobus, reconnues comme anticonstitutionnelles. L'espace par sa matérialité semble permettre de rendre visible des processus d'autant moins perceptibles qu'ils sont intégrés comme des éléments naturels dans nos systèmes de représentations. Cependant, si elle rend visible, Santos prévient d'une démarche qui ne s'attacherait qu'aux matérialités visibles en passant à côté des dimensions sociales invisibles car « ce que nous appelons l'invisible devient l'élément le plus important de l'explication, car il nous conduit au-delà de la forme et de l'apparence, pour nous offrir ce qui est derrière le phénomène. » (Santos, 2012, p. 167).

Je propose ici une instrumentalisation de ces théories car le cœur de cette recherche n'est pas l'espace mais les pratiques de collectifs que la notion d'exclusion semble invisibiliser. L'approche de la géographie sociale semble être un point de vue pertinent pour réfléchir à ces dimensions. La spatialité étant une interaction homme-société-espace, elle peut se travailler en accord avec les apports des épistémologies du sud et de l'analyse institutionnelle dans une responsabilité du chercheur envers la société.

3. Eclairages de la multiréférentialité

La multiréférentialité prend ici tout son sens par la métaphore des lucioles que Lyet utilise dans le cadre des Recherches Conjointes Multiréférentielles (RCM) :

« Ce « jeu de société » des RCM est le jeu d'une science modeste, qui ne se revendique plus comme fournisseuse d'une « lumière » pour les autres acteurs sociaux mais, de manière plus réaliste, de petites « lucioles » (Herreros, 2015) pour des cochercheurs invités à découvrir leur chemin en allumant de leur côté leurs propres bougies. Cette science modeste sait qu'elle ne change pas le monde, ses acteurs sont satisfaits lorsqu'ils constatent que leur travail a contribué à pluraliser un peu les références des institutions, celles des cochercheurs acteurs sociaux, mais aussi celle de l'institution scientifique et, d'une certaine manière, à redistribuer en partie les cartes du jeu social. » (Lyet, 2017, p. 219).

Nous voyons que dans ce parcours, les acteurs de la recherche se démultiplient, qu'ils soient du champ de l'économie populaire ou de la recherche académique. L'approche de Lyet (2017) permet de voir leur intérêt dans cette prise en compte des effets d'absences, d'impensés

déjà évoqués. Ainsi, la démultiplication des acteurs permet dans la multiréférentialité de multiplier les éclairages d'un objet de recherche collectivement construit.

Il s'agit donc ici de penser la place de chacun pour permettre la construction collective de savoirs pris dans les ambivalences des implications et des invisibilisations. Par la pensée postabyssale, Santos (2016) propose de construire une justice cognitive en réfléchissant aux modalités de construction des savoirs. Cela passe par une démarche de prise en compte des absences construites par la pensée positiviste, en travaillant à partir de ces absences. Il nomme ce courant sociologie des absences en raison du repérage des invisibilisations. Ces absences sont la base de la réalisation d'une sociologie des émergences qui potentialise les démarches, les dynamiques de collectifs actifs contre ces absences tout d'abord en les prenant au sérieux, en les pensant dans le potentiel futur qu'ils construisent. Santos (2016) repère que les mouvements sociaux en sont des acteurs importants. Il en voit les membres comme les principaux sociologues des émergences. Ainsi, il donne toute sa place aux acteurs des terrains de cette recherche participant à des mouvements sociaux. Le chercheur est pour lui un accompagnateur. Il est en retrait par rapport aux acteurs de terrain. La construction des savoirs est réalisée par les acteurs de terrain. Si l'accompagnement est normalement une compétence forte d'une praticienne chercheuse issue du travail social, cela n'a pas été ici possible. En effet, le travail universitaire est normalisé et, dans le cadre d'un doctorat, la co-signature d'une thèse avec les acteurs de terrain ne correspond pas à ses attendus. De plus, ce travail demande un engagement et co-présence forte. Mendez (2015) évoque les tensions entre les mouvements sociaux et le monde universitaire par les attendus de neutralité de ce dernier. Il y a entre ces deux mondes un décalage fondamental d'objectif des actions. Les mouvements sociaux cherchent une transformation sociale quand le monde académique travaille à la construction de savoirs scientifiques. Les formes de savoirs populaires sont en dehors du champ de la recherche scientifique en termes de résultats, même s'ils y ont une place en tant qu'objets de recherche.

Ainsi, la proposition d'un chercheur accompagnateur de collectifs dans leurs objectifs de transformation sociale, par la recherche trouve difficilement une place dans le cadre d'un doctorat universitaire. Cependant, Mendez propose pour son projet de philosophie engagée la figure du chercheur « amphibie » de Maristella Svampa (2008) qui sont :

« ceux engagés dans les mouvements objets de leurs études, qui participent à leur vie, partagent leurs aspiration et peuvent même en être membres. Mais, à la différence des intellectuels organiques, ils développent leur activité dans le monde académique dont ils suivent en partie les règles. » (Mendez, 2015, p. 17)

Cette recherche trouve dans cette figure un positionnement tenable pour y construire une multiréférentialité et ainsi démultiplier les éclairages possibles. Je retiens donc de la proposition de Santos (2016) l'importance de prendre les acteurs au sérieux dans la construction de cette analyse pour tenter de déjouer les pièges de cette ligne abyssale invisibilisatrice.

Ce préalable est permis par l'analyse institutionnelle qui se dégage d'une approche essentialisant des phénomènes sociaux. Le terme institution est trompeur dans cette approche car le courant s'est construit à partir d'une réflexion sur une double définition de l'Institution. Lourau dégage un sens entendu de l'Institution en tant que formes sociales établies et propose de travailler le concept en se détachant de ce sens pour le penser en tant que processus : « L'institution, c'est l'acte de production ou de reproduction des formes sociales dans lesquelles nous vivons. Instituer, c'est pouvoir. » (Gilon, Ville, 2002, p. 75). Les outils théoriques de l'analyse institutionnelle permettent d'échapper à une essentialisation institutionnelle car tout phénomène interagit dans un champ de forces sociales. C'est ici une manière de prendre au sérieux les expériences au premier abord peu instituées pour se pencher sur leur place dans ce jeu de forces, sur leur potentiel instituant. La mise en dialogue de l'approche de l'analyse institutionnelle et des épistémologies du sud invite à analyser ces processus en traversant cette ligne abyssale dessinée par Santos (2016), c'est à dire à penser ces processus en décalant le point de vue et en s'intéressant justement à ce qui, dans nos représentations, paraîtrait le plus anodin. Ainsi, les "exclus" peuvent devenir des récupérateurs de matériaux recyclables, des petits agriculteurs, porteurs d'une force sociale instituante. Penser en institution amène à construire une généalogie de ces collectifs, des traces historiques de leur place dans ces rapports de force. Ainsi, l'invisibilisation se lit en termes de potentiel.

En « amphibie » (Svampa, 2008), la multiréférentialité se construit par la possibilité d'un lien entre des acteurs d'univers et bien souvent de langages différents. Participer de la construction de plusieurs permet une acculturation à leurs normes, règles et valeurs. Ainsi, l'acculturation au monde universitaire a été un processus et mes compétences langagières ont évolué. Après avoir passé une dizaine d'années à écrire des rapports sociaux et à parler un français hybridé pour me faire comprendre de personnes parlant de multiples langues différentes, j'ai pu ressentir lors de ma reprise d'études en Master ce que les acteurs de terrain peuvent vivre lors d'une première rencontre avec le monde de la recherche. Choc et sidération lorsque j'assiste en début d'année à une soutenance de mémoire et que je ne comprends absolument pas ce que Mr Jean Louis Laville dit lorsqu'il pose une question à l'étudiant qui présente son mémoire de fin d'année. Avec mon ancienne collègue en travail social qui a aussi

repris ses études, nous nous retrouvons ensemble en cours, à noter tous les mots que nous ne comprenons pas, à sourire face à l'adversité de cette nouvelle langue que nous avons dû apprendre. Aujourd'hui, je suis en capacité de parler une langue de plus, la langue académique et donc de permettre une traduction pour construire un travail de recherche avec des personnes aux références variées.

En traduisant, il est possible de construire l'activité que Lyet propose en référence à Ardoino (1993) :

« de rechercher avec les acteurs des références plurielles pour rendre compte de la manière complexe et multidimensionnelle dont le problème se construit progressivement. Le processus concret consiste alors à passer d'un système de référence à l'autre en fonction des besoins d'analyse et des réactions des acteurs sociaux dans les espaces de discussion. »
(Lyet, 2017, p. 110)

Le bricolage (Lévi-Strauss ([1962] 2008) est, dans sa démarche, une dimension importante qui fait écho à ma pratique de la recherche liée à des habitudes de travailleuse sociale, sous la forme d'un « jonglage » avec les référentiels pour bricoler une analyse de la multidimensionnalité du problème qui se découvre. » (Lyet, 2017, p. 110).

Nous retrouvons dans la multiréférentialité un des fondamentaux de la socio-clinique institutionnelle (Monceau, 2018) car, dans ce courant, la construction des savoirs se fait par les échanges collectifs, par la mise en discussion de points de tensions des situations vécues. Cependant, le chercheur tient une place de tiers extérieur formalisant les savoirs émergents de ces interactions. Pourtant, un point de consensus se dessine autour de l'aspect collectif de la construction des savoirs et de l'importance de leur appropriation par les acteurs. Les « restitutions perlées » (Monceau, 2003) en sont un exemple en tant que mise en place d'échanges réguliers sur les résultats provisoires des recherches. Le lien entre savoirs et actions peut se lire aussi dans la méthodologie d'une recherche par la résistance théorisée par Monceau à l'occasion de sa thèse avec une recherche qui provoque l'institution. En référence à Kant, "Résister, c'est donc refuser son accord, ce n'est pas dire "non", et c'est encore moins prendre les armes. C'est une volonté négative, un refus obstiné de consentir à un pouvoir, même irrésistible." (Monceau, 1997b, p. 123). Sa proposition de méthodologie de recherche par la résistance se comprend donc par un travail de perturbation d'ordres et de schémas de pensée établis qui passe par le questionnement qui peut être amené par le chercheur ou déjà présent et mis en exergue dans les interactions.

Le travail du négatif se fait donc dans une construction dialectique des savoirs de manière collective. Comme cela sera expliqué plus en détail dans la suite de cet écrit, dans cette recherche, le contexte sanitaire a empêché la pleine réalisation d'échanges réguliers sur les résultats de la recherche cependant, la construction des résultats s'est nourrie des interactions avec les acteurs, de leurs référentiels et conceptualisations. Je trouve ici une piste de résolution d'un de mes questionnements initiaux concernant notamment le MST sur comment construire des analyses de phénomènes sociaux qui ont déjà été analysés par les acteurs eux-mêmes. Pour le travail avec ce mouvement social, j'ai été confrontée à la multitude d'ouvrages et de travaux qu'ils ont publiés et réalisés. Cela m'a permis de continuer ce questionnement en m'intéressant aux références de chaque collectif qui m'ont transmis une série de références théoriques que j'ai pu noter dans mes journaux de recherche. Je les ai pris en compte pour me familiariser avec leur propre champ de cohérence. Les ouvrages précis sont cités, qui sont des classiques des sciences humaines brésiliennes (Ribeiro, 1995, Freyre, 2003, Prado, 1969). Des livres reviennent régulièrement en tant que référence du champ théorique du MST (Caldart, Pereira, Alentejano, Frigotto, 2012, Caldart, 2013, Estevam, Costas, Boas, 2015, Peloso, 2012). Des noms d'auteurs sont cités en référence : Leonardo Boff, Frei Betto, Florestan Fernandes, Joao Pedro Stedile. Des échanges avec quelques travailleurs sociaux ont permis de dégager des pistes : Luckas, Jose Paulo Neto, Marilda Iamamoto. Des films ont aussi été conseillés par les membres du MST :

- Sérgio Buarque de Holanda, "Raizes do Brasil"
- Conrado Berning : "O anel de tucum"
- Tete Moraes "Terra para Rosa" (film sur le début du MST)
- Helvecio Ratton : "Batismo de sangue"

Les membres du MST sont les plus prolixes en termes de références théoriques. Les récupérateurs brésiliens m'ont fait découvrir Carolina Maria de Jesus et se réfèrent souvent au livre de Jesse de Souza, *A elite do atraso* (2017). En ce qui concerne les récupérateurs français, je n'ai pas retrouvé de références dans mes notes de recherche. Cependant, de mémoire, je me souviens que leur connaissance des auteurs les concernant est personnelle. Ils m'ont parlé d'« Olivier » (Bonjean, 2011), de « Mélanie » (Duclos, 2020) qui sont des chercheurs qui ont publié des ouvrages sur eux. Ils les connaissent pour le lien que la recherche de ces auteurs a créé.

Ce premier référencement n'a pas pour but de construire une inégalité entre les expériences mais me mène à penser une multiréférentialité des savoirs en résistance comme

une égalité entre les différents types de savoirs. Sur les terrains, des différences apparaissent avec certains acteurs ayant plus investi le champ académique, cependant, pour construire cette écologie, le cadre théorique ici proposé invite aussi à penser leurs pratiques en termes de savoirs expérientiels, de savoirs du quotidien ayant la même validité que les savoirs scientifiques. Je tenterai donc de les positionner comme des points de départ de l'analyse des données recueillies en traquant les possibles concepts propres aux acteurs. La géographie sociale, par son ancrage matériel sera encore ici un outil pour les penser. Tout en rappelant l'étymologie du verbe exister le rattachant au sens de se placer, Lussault le questionne en tant qu'action spatiale permanente (2007). Ainsi, les savoirs du quotidien s'expriment aussi dans l'espace et contribuent à une pensée des processus dans le repérage de continuités mais aussi de possibles hétérotopies (Foucault, 2004), des espaces en rupture avec la continuité spatiale. Cette multiréférentialité, par la mise en dialogue de différents types de savoirs, a en fait été un fil conducteur de cette recherche depuis son début par la richesse des apports de chaque individu y ayant participé et qui m'ont formé pour que j'arrive à finaliser le travail ici présenté.

Conclusion de la partie : Une recherche impliquée

Alors que la démarche de recherche permet de cerner le tissu de relations sociales et institutionnelles qui ont structuré cette recherche, le travail sur les implications a permis de penser certains enjeux de ces articulations. La tension qui constitue le socle de ce travail est issu d'une pratique d'éducatrice spécialisée qui a vécu un paradoxe concernant la prise en compte de l'économie de récupération revende de déchets réalisée par des personnes issues de squats, en Ile de France, et bénéficiant d'un accompagnement social au titre d'un projet d'insertion. C'est le constat de l'absence de reconnaissance de ce travail par les institutions financeuses du projet qui a fait naître le questionnement de cette économie en tant que levier d'insertion. Le cheminement s'est prolongé dans le monde académique, vu comme un espace ressource pour penser le travail social autrement et avec l'utopie de l'utiliser pour continuer à y réaliser un travail social autrement. Le tissu de relation s'est étendu par l'intégration d'un laboratoire de recherche (EMA, Ecoles, Mutations, Apprentissages), l'obtention d'un financement et surtout l'accompagnement de trois directeurs de thèse, deux en France et un au Brésil, en co-tutelle. Les cadres théoriques de l'analyse institutionnelle (Lourau, 1976), de la socio-clinique institutionnelle (Monceau, 2009), de la multiréférentialité (Lyet, 2017) et de la géographie sociale (Moreira Lopes, 2005) se sont donc insérés dans ce parcours. Par une co-tutelle avec l'UFJF au Brésil, les relations académiques ont suivi les relations liées avec les

terrains de recherche qui se sont parallèlement étendues au Brésil avec la rencontre de deux mouvements sociaux, le Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables et le Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre. La démarche permet déjà de voir la dimension internationale des collectifs rencontrés, d'autant plus forte que ces rencontres se sont faites à partir de la France, par le biais des récupérateurs pour le MNCR et sur proposition amicale pour le MST. Le tissu social fait réseau au regard des interconnexions entre les acteurs.

Les acteurs s'insèrent par un jeu d'implications qui va questionner les dimensions visibles et invisibles de la construction d'un objet de recherche et du regard que l'on peut porter dessus. Certains acteurs s'impliquent pour maintenir une continuité de lien avec la travailleuse sociale qui les aidait dans leurs différentes démarches. Parfois, ces liens sont devenus des amitiés. D'autres semblent s'impliquer car ce travail fait écho à leurs projets. Ils y voient l'opportunité d'un espace pour le faire connaître. Leurs demandes montrent leur besoin d'être reconnus et racontés, de rester dans les mémoires, voire de se construire une petite place dans l'histoire. Rendre visible sans toutefois tout dire est donc un des éléments fondateurs de la recherche car il a conditionné l'accès aux terrains. Nous avons aussi vu que la visibilité est une question de place sociale avec des effets entre deux zones que Santos (2006) nomme nord, fonctionnant sous le registre des droits et d'une hégémonie et sud fonctionnant sur le registre de la violence et l'exploitation. La recherche a aussi pour défi de construire de la visibilité dans un questionnement pensé à partir de ce que Santos appelle le nord par l'ancrage académique du doctorat, sur des pratiques qui semblent se construire dans le sud par des collectifs à la marge par leur statut social et mettant en place des stratégies invisibilisées.

DEUXIEME PARTIE : L'EXCLUSION, UN PARADIGME INSTITUTE ?

« La vertu de ce concept d'exclus et de tous les débats qu'il permet, est d'exclure la question de l'origine de « l'exclusion ». » (Verdès-Leroux, 1978, p. 65)

Le parcours de recherche ainsi que le croisement des enjeux de ses différents acteurs esquissent les premiers traits d'un objet à étudier. Celui-ci apparaît comme se constituant dans les marges de la société définies, pour les premiers acteurs chronologiques de la recherche, par le champ de l'action sociale institutionnalisée. Il se construit à partir d'une activité économique invisibilisée, souvent qualifiée d'économie de la misère (Moreau de Bellaing, 2000 ; Milliot, 2011) : le travail de la récupération-revente de déchets. Pourtant, les enjeux des acteurs laissent penser qu'elle peut s'organiser de manière collective, voire politique. Faisant voyager cet objet au Brésil, cette dimension politique est soulignée par la constitution en mouvement social d'échelle nationale (MNCR). On constate que cette forme peut aussi croiser l'activité des petits agriculteurs sans terre du Brésil organisés au sein du MST. Il s'agit bien ici d'un choix de chercheuse de mettre en dialogue ces collectifs aux contextes et pratiques variées tout d'abord pour leurs liens pratiques effectifs. Ce questionnement croisé des expériences est constitué par un respect des éléments que les propres acteurs de terrain ont choisi de me faire rencontrer et en accord avec la démarche qui leur a été présentée.

Le point de départ de cette démarche, est de questionner ce qui se déroule dans cette invisibilité. Quels sont les leviers activés par les acteurs pour se construire des solutions à partir des marges dans lesquelles ils sont relégués ? Ainsi, cet objet questionne la marginalité et ces prises en compte à partir du point de vue des acteurs concernés. La marge pourrait devenir le centre lorsque l'on construit les savoirs à partir de celle-ci. Il me semble donc important de, tout d'abord, tenter de nommer ce qui construit cette marge pour ensuite la croiser avec les champs d'activité des acteurs qui sont économiques, politiques et sociaux. Je propose donc ici de situer l'objet de recherche à partir des discours qui le constituent, des différentes théories pour penser cette misère, son économie, ainsi que leurs possibles organisations collectives, et possibles rôles sociaux.

I. L'exclusion, un levier pour l'action sociale ?

La démarche de recherche est ancrée dans le travail social par son point de départ. Comme je l'ai montré en première partie, c'est dans le cadre d'un travail social institutionnalisé que les premières questions sont apparues chez une praticienne éducatrice spécialisée intervenant dans le champ de la lutte contre l'exclusion par l'accompagnement à l'accès au logement. L'espace de la première rencontre avec les acteurs de cette recherche est un projet d'insertion par le logement de familles issues de bidonvilles. L'objet de recherche peut donc se dessiner à partir des expressions de l'exclusion dans ce point de départ de la recherche ainsi que par un questionnement sur ses différentes visions au prisme de l'institution et des différentes théories qui ont permis de la penser.

1. Petite histoire du secteur professionnel de l'exclusion

L'analyse historique de Pascal (2014) montre comment le travail social s'est fondé, en France, sur le paradoxe d'une pauvreté à combattre tout en mettant en œuvre des solutions qui l'ont parfois entretenue et cela dans une dynamique d'acteurs y trouvant une valorisation sociale. Les toutes premières actions étaient de l'ordre de la charité et portées par l'Eglise catholique. Les paroisses accueillaient ses membres les plus fragiles et leur fournissaient un secours matériel pour les protéger des risques vitaux, famine et maladie. Au 19^{ème} siècle, avec la Révolution Industrielle, se développe une paupérisation massive des nouveaux ouvriers et la perte des liens de solidarité traditionnels. La misère est visible, considérée comme sanitaires et socialement dangereuse. C'est dans ce contexte que les « œuvres sociales » se multiplient. Pascal Henri montre qu'elles sont fondées sur des idéologies variées : catholiques sociaux, protestants, solidarisme... L'enjeu principal est de s'attaquer aux causes de la pauvreté mais surtout de maintenir la paix sociale.

Dans les premiers temps du travail social, Pascal (2014) montre qu'il est un secteur peu défini, que les acteurs s'approprient en fonction de leurs idéologies et intérêts, un agglomérat d'intérêts divers. La religion utilisera les œuvres sociales pour agrandir le nombre de ses croyants et renforcer son influence sur la société ; les femmes de classes sociales favorisées vont y trouver un statut et y engager les prémisses de leur émancipation. Ce secteur est déjà le cœur de tensions liées à des approches variées, parfois opposées. Ainsi, le récit de cette histoire, met en valeur l'absence de ce que les professionnels du secteur appellent aujourd'hui les « bénéficiaires ». Pourtant, ils en sont les destinataires avec le but d'éradiquer la misère mais

aussi de pacifier la société. Le récit fait par Pascal (2014) de l'histoire du travail social mène à penser qu'il se constitue à partir d'intérêts variés mais envers une même catégorie de personnes : les nécessiteux. La constitution du travail social semble institutionnaliser conjointement la position sociale du groupe des pauvres, en accord avec la définition que Simmel (1998) en donne, d'un groupe hétérogène existant par le regard que la société pose sur lui en tant que catégorie d'individus ayant besoin d'une aide, qu'il la reçoive ou pas.

Nous retrouvons de nos jours ce principe d'institutionnalisation d'un statut social avec la définition du travail social donnée dans un texte de référence pour les futurs professionnels de l'action sociale : « Ce terme générique [travail social], (...) englobe une mosaïque de professions (...) dont l'objet est la socialisation des personnes en difficultés. » (Jaeger, 2017, p. 263). Cette approche qui s'est développée dans la construction de ce secteur professionnel, autour d'une aide que l'on donnerait à des individus supposés en avoir besoin, qui seraient des dépositaires silencieux de cette aide forcément nécessaire et adaptée, montre ses limites avec les crises économiques dès la fin du 20^{ème} siècle. Le secteur professionnel se confronte à une massification de personnes « en difficulté ». Les tensions et réappropriations de l'objet du travail sont incessantes. Les professionnels sont soumis à des enjeux paradoxaux (Amiguet, Julier, 2004). C'est bien à partir du vécu d'une limite et d'une impuissance face aux « nouvelles formes de pauvreté et d'exclusion sociale concomitantes aux problèmes du chômage de masse et à la montée des précarités » (Avenel, 2016, p. 119) que des représentants de professionnels, de « bénéficiaires », des élus des collectivités territoriales et des experts s'associent pour développer une théorisation des pratiques de développement social et de travail social collectif lors des derniers Etats Généraux du Travail Social (Dagbert, 2015).

En 2014, les travailleurs sociaux de l'*International Association of Schools of Social Work* (IASSW)⁷² s'orientent aussi vers une prise en compte de la dimension collective dans l'intervention sociale ainsi qu'un réengagement éthique auprès des personnes accompagnées :

« Le travail social est une pratique professionnelle et une discipline. Il promeut le changement et le développement social, la cohésion sociale, le pouvoir d'agir et la libération des personnes. Les principes de justice sociale, de droit de la personne, de responsabilité sociale collective et de respect des diversités, sont au cœur du travail social.

⁷² Association Internationale des Ecoles de Travail Social, association d'établissements de formation qui s'est donné comme but de promouvoir et développer « l'excellence dans la formation, la recherche et l'érudition en travail social à travers le monde, dans la poursuite d'un monde plus juste et plus équitable », cf. site internet : <https://www.iassw-aiets.org/about-iassw/mission-statement/>

Etayé par les théories du travail social, des sciences sociales, des sciences humaines et des connaissances autochtones, le travail social encourage les personnes et les structures à relever les défis de la vie et agit pour améliorer le bien-être de tous. » (Jaeger, 2017, p. 265).

Cette définition présente le positionnement d'un courant de pensée parmi la diversité qui compose ce secteur professionnel. Les principes auxquels elle se réfère sont hautement politiques. Si les bénéficiaires du travail social semblent trouver ici des porte-voix, ils ne sont toujours pas leurs propres porte-parole.

2. Définitions des exclusions dans le travail social

Ainsi, le secteur professionnalisé du travail social participe, par ses discours, à la création d'un référentiel sur les marges de notre société constituée de populations à insérer, à accompagner. Cela se comprend notamment autour de la rhétorique de l'exclusion considérée comme apparue dans les années 70 avec le texte de René Lenoir *Les exclus* (1974), qu'il a publié alors qu'il était Directeur général de l'action sociale. Pourtant, cet écrit ne reprend pas le terme utilisé en titre au sein du texte. Il y est en fait question d'inadaptation sociale. Ainsi, l'ouvrage est l'occasion de la définition d'un pan de la population touché par "la pauvreté et le dénuement" (1974, p. 28), « un Français sur dix si on se limite à l'inadaptation sociale et un sur cinq si on y ajoute la débilité physique ou mentale, fait partie de cette autre France » (1974, p. 10). Des catégories sont repérées : « Des marginaux, des inadaptés, des immigrés, des prostituées, des délinquants, des fugueurs, des familles en difficulté, des enfants en danger » (1974, p. 101), « la jeune fille qui commençait à se prostituer, le jeune délinquant, le névrosé à la recherche de la drogue » (1974, p. 86), « vagabonds, exdétenus, prostituées, mère célibataires » (1974, p. 87), « individus perturbés ou dans le désarroi » (1974, p. 107), « les milieux perturbés, les groupes fragiles et les familles à risques élevés » (1974, p. 115), « on les retrouvera plus tard aigris, voire inadaptés » (1974, p. 122). La question n'est pas ici traitée sous l'angle de critères économiques mais bien dans un registre "criminologique" (Verdès-Leroux, 1978) qui ouvre la voix à une des critiques faites à la notion d'exclusion en tant que « molle », ne permettant pas une analyse de ce qu'elle définit (Castel, 2004, p. 35).

Cependant, cette notion va trouver une opérationnalité dans la construction des politiques publiques françaises à partir du début des années 90 (Damon, 2018). Elle sera centrale notamment dans deux rapports financés par le Commissariat au Plan (Nasse, 1992 ;

Fragonnard, 1993). La campagne présidentielle de 1995 sera imprégnée de cette notion appelant les candidats à définir un programme à partir de ce problème. Paugam (1996) note que la notion se développe aussi dans le domaine scientifique avec l'ouverture d'un programme du département des sciences de l'homme et de la société du CNRS sur les "Modes de participation et processus d'exclusion". L'Union Européenne n'est pas exempte de cette influence avec le lancement d'un appel d'offres sur "Intégration sociale et exclusion sociale en Europe". Dans ce foisonnement d'applications de la notion, Paugam la pense comme le signe d'une évolution de la société vers un nouveau paradigme pour penser ses propres dysfonctionnements sous la forme d'un "processus de refoulement hors de la sphère productive des populations les moins qualifiées". Paugam et Castel (1996, 2004) s'accordent pour montrer son influence dans la recherche de solutions face à des problématiques hétérogènes dans la sphère de l'action publique et déclinées sous forme de dispositifs au sein du travail social.

Le changement de paradigme s'inscrit dans une continuité car nous retrouvons cette thématique actuellement dans la "Stratégie nationale de prévention et de lutte contre la pauvreté" définie par la Délégation interministérielle à la prévention et la lutte contre la pauvreté. La notion y est diffuse, elle y est présentée comme un "sentiment d'exclusion" (p. 4), une "situation d'exclusion" (p. 29), un risque nécessitant une intervention "en cas d'événement et de ruptures qui peuvent conduire à l'exclusion" (p. 40). L'expression "risque d'exclusion" est utilisée plusieurs fois dans le texte (p. 87, 88, 89). Ainsi, elle amène à préconiser des actions de "prévention de l'exclusion à l'âge adulte" (p. 47). Cette thématique est aujourd'hui affichée par le ministère des Solidarités et de la Santé comme liée à la lutte contre la pauvreté et la lutte contre la précarité alimentaire⁷³. En cela, il reprend l'institutionnalisation juridique de la notion, utilisée dans le Code de l'action sociale et des familles en 1992, puis en 2008 en son chapitre V : "Lutte contre la pauvreté et les exclusions. (Articles L115-1 à L115-5)". L'exclusion est donc liée à la problématique de la pauvreté. C'est d'ailleurs au sein de ce paradigme qu'elle a été rencontrée dans le cadre de cette recherche.

3. Les théories de l'exclusion

Au-delà de l'approche pratique de l'exclusion construite dans le cadre du travail social institutionnalisé, cette notion est aussi pensée en sociologie par la recherche de ce qui fait

⁷³ Cf. Site internet du Ministère des Solidarités et de la Santé, rubrique Lutte contre l'exclusion.

société, cohésion sociale. Martine Xiberras (1993) en propose un tour d'horizon dans *Les théories de l'exclusion*. Elle débute ce parcours par les théories de la sociologie classique, puis s'intéresse à la sociologie de la déviance, à l'interactionnisme symbolique et aux théories de la sociologie contemporaine. Ainsi, elle retrace différents modes de penser la cohésion sociale et le lien social qui la structure. Ce parcours permet de dégager une ambivalence de la notion d'exclusion à partir de deux grands courants dans le regard porté sur ses phénomènes. A partir de Simmel, Durkheim et Weber, un courant théorique se dessine qui réfléchit l'exclusion comme des défaillances de la société tandis qu'un autre courant semble s'intéresser à ce qui se constitue à partir d'elle.

Prenant pour point de départ la sociologie classique, Xiberras (1993) met en discussion les approches de Weber, Durkheim et Simmel. Elle nous amène à percevoir une définition des processus d'exclusion qui se fait par défaut. En s'intéressant à la cohésion sociale, ils dessinent les traits de ses dysfonctionnements. Pour Durkheim, l'anomie est la figure de ces processus fondée sur une perte des représentations collectives et la désagrégation des cadres sociaux intégrateurs traditionnels. Elle est pensée au travers d'une forme de mort sociale qu'est le suicide. Concernant Simmel, le processus se dessine au travers de choix de pensée sociétaux construits sur la dynamique de la différenciation. Si l'augmentation de la densité de population mène à une plus grande proximité physique, elle s'accompagne d'une mise à distance de l'autre, par une perception de ses caractéristiques dans ses différences, menant à une dissolution des groupes sociaux et à une exclusion de certains individus considérés comme étrangers. Pour Weber, "l'esprit du capitalisme" ne s'attache pas à couvrir ses propres vides liés à la diffusion de valeurs désenchantant le monde. Ainsi, ces auteurs pensent l'exclusion à partir de la pensée d'un dysfonctionnement de la cohésion sociale. Elle est ici un défaut lié à la modernité qui déstructure les représentations collectives ainsi que les repères d'intégration traditionnels. Le concept d'anomie utilisé par Durkheim est donc mis au cœur de l'exclusion par ces trois sociologues.

La sociologie de la déviance amène une rupture dans la manière de penser l'exclusion. L'école de Chicago, en prenant pour objet le développement urbain et en utilisant la métaphore écologique, va poursuivre la réflexion de Durkheim et de Simmel en questionnant le fonctionnement social à partir des solidarités qui s'y expriment. La rupture réside dans le regard porté sur l'exclusion car elle n'est plus abordée par défaut mais à partir du postulat que dans les groupes qui s'y constituent, dans leurs territoires, se construisent des modalités de liens sociaux spécifiques. Un type propre de solidarité y est reconstruit. L'interactionnisme symbolique va

renforcer cette rupture en s'intéressant à la déviance en tant que pratiques socialement sanctionnées. Ce courant propose de dépasser une analyse par les caractéristiques des individus ou par leur environnement. La démarche est de construire une connaissance de ces pratiques en prenant en compte l'ensemble du système dans lesquelles elles sont insérées. Ils questionnent l'interaction de ces groupes avec la société et, notamment, de l'intérieur en portant un regard sur ce qui constitue ces déviations mais aussi comment elles sont constituées par les groupes dits déviants. Si le concept d'outsiders (Becker, 1985) correspond à un groupe considéré comme déviant, il peut aussi correspondre à une personne en dehors de ce groupe. Dans son analyse par le stigmat, Goffman (1975) permet de penser la transversalité dans ces collectifs (Pain, 2019) construite par cette intériorisation identitaire disqualifiante. L'école de Chicago et l'interactionnisme symbolique mettent en exergue la relativité de la déviance dans un rapport à la norme dont la définition diffère en fonction des places, statuts et point de vue.

Concernant la sociologie française, Xiberras (1993) présente les apports de Foucault, Barel, Duvigneaud et Maffesoli dans une pensée de l'exclusion ambivalente. Foucault met à jour, par son étude historique de la criminalité, la constitution de cette exclusion par un contrôle social qui se renforce. Barel (1982) analyse l'exclusion au prisme de l'invisibilité qui la constitue dans l'objectif de lui redonner corps. Il repère des caractéristiques dans les typologies de personnes dites exclues comme leur pauvreté économique et l'hétérogénéité de leurs situations parlée sous un même terme : la marginalité. Il détecte une forme de « marginalité mythique » (Barel, 1982, p. 43) dans les discours des sciences sociales, des médias et des personnes concernées, car elle est associée à des phénomènes variés qui, associés, ne font pas événement. Duvigneaud (1986), en s'intéressant à la personnalité anémique qui se construit dans les marges, relève aussi une ambivalence de positionnement avec des identités plongeant dans l'anomie jusqu'à la mort sociale alors que d'autres sont vecteurs de création de référentiels alternatifs et d'innovations sociales. Maffesoli (1988) va, quant à lui, s'intéresser à l'anomie par le biais de la violence en tant qu'objet de recherche. Il observe de multiples formes de violences, totalitaire quand elle est produite par un ordre social dominant ; anémique quand elle est produite par des groupes ou collectifs porteurs de valeurs alternatives et banale quand elle apparaît de manière peu coordonnée, ponctuelle. La violence banale qui correspond à des mouvements de révoltes localisés comme des incendies, des bris de matériels... peut se constituer en violence anémique si elle s'organise et se structure autour d'un message et de valeurs alternatives. Ainsi, le vide de l'anomie est pensé comme une "effervescence sociale" (Xiberras, 1993). Et c'est ici la caractéristique de ces théories de reprendre l'anomie non pas en

tant que vide mais en tant que plein dont il y a à analyser le contenu. Xiberras (1993) dégage de ces travaux l'observation de la possible reconstitution de liens sociaux au sein des groupes à la marge mais sans construction de liens avec l'extérieur de ces groupes.

Le parcours continue avec la sociologie contemporaine qui réfléchit l'exclusion au prisme de son questionnement sur la création d'un nouvel ordre social. Mary Douglas (1989) traite cette question à partir de la force du lien social. Elle repère la constitution de « groupes latents » dont la caractéristique est d'être porteurs de valeurs nouvelles sans être stabilisées. Ces groupes latents constituent possiblement l'émergence d'un ordre social. Elle montre comment l'exclusion renforce ces groupes. Le panorama de l'exclusion du point de vue de la sociologie contemporaine se conclut par la proposition de sociologie de l'action de Touraine pour permettre un regard sur les organisations sociales possiblement porteuses de changement social. Sa proposition traduit sa préoccupation pour les dynamiques qui permettent à la société d'agir pour sa propre construction. Touraine s'intéresse aux mouvements sociaux en y pensant aussi la place de l'acteur. Il voit ces organisations comme des processus de constructions d'une historicité par la construction de nouvelles valeurs, de transformations sociales, d'une autre histoire. Ce sont ces acteurs qui vont donner forme à ces mouvements par leur investissement dans les processus. Cette sociologie se construit dans l'intervention, en contact direct avec les membres des organisations pour construire leur récit, mais aussi en opposition, par la recherche des autres points de vue et par la confrontation de ces discours aux opposants. En intervention, le chercheur est extérieur à la situation mais y participe par les échanges avec les acteurs, par le partage de ses analyses, la construction d'un "échange aussi prolongé que possible entre l'action et l'analyse" (Touraine, 1978, p. 191). L'approche de la sociologie contemporaine amène donc à penser les sujets à la marge dans leur potentiel de construction et de diffusion d'alternatives. Cependant, elle met aussi en valeur la fragmentation sociale dans laquelle les mouvements sociaux traditionnels sont éparpillés : "face à une immense majorité silencieuse, on ne distingue plus que quelques minorités actives que l'on confond pêle-mêle avec la marginalité et la déviance" (Xiberras, 1996, p. 166).

Dans la 2^{ème} édition de son ouvrage (1998), Xiberras complète ce panorama par une postface précisant les débats ayant eu cours entre les deux éditions. Sur la période concernée, elle évoque une utilisation du concept dans la construction de politiques sociales centrée sur la définition de publics exclus et la construction de dispositifs d'insertion. Ainsi, elle constate que l'exclusion mène à la construction d'une "ligne de partage" entre les in et les out, qui englobe une série de valeurs réactualisant la définition du normal et pathologique (Canguilhem, 1943).

Dans cette période la construction de savoirs a continué avec notamment l'ouvrage dirigé par Paugam "L'exclusion : l'état des savoirs" (1996) qui dresse un état des lieux à partir de la notion de désagrégation du lien social, de parcours et d'expériences territoriales, ethniques ou culturelles de l'exclusion et de démarches d'intégration. Au niveau scientifique, les concepts de désaffiliation (Castel, 1995) et de disqualification (Paugam, 1991) sont abordés. Ces deux auteurs semblent renouer avec l'approche par l'anomie de la sociologie classique tout en se connectant à la sociologie de la déviance par une analyse de l'exclusion en tant que processus rappelant le concept de carrière utilisé par Goffman (1975). Ces deux auteurs (Castel et Paugam) s'intéressent aux parcours des individus dans l'exclusion.

Pour Castel, l'exclusion se pense comme un parcours de baisse progressive des liens sociaux qui ont pour axes principaux, dans la société française de l'époque, le travail et les relations sociales de proximité comme la famille ou le voisinage. Il observe que cette perte des liens sociaux, qu'il nomme "désaffiliation" traduit un cheminement des personnes d'une zone d'intégration qui correspond à des liens sociaux stabilisés par un emploi ainsi que par une inscription dans des liens sociaux de proximité forts ; à une zone de désaffiliation qui correspond à la perte de ces liens par le chômage et un isolement social caractéristiques de l'exclusion. Entre ces deux zones, Castel repère une zone de vulnérabilité dans laquelle les liens sont fragilisés mais l'isolement n'est pas radical. Il s'intéresse donc aux processus de construction de l'anomie (Durkheim, 1976) et repère la centralité des liens sociaux dans l'évolution des situations individuelles vers la désaffiliation. Pour Castel, l'État devrait jouer un rôle primordial dans la protection des individus en mettant en place des politiques de prévention ou de réparation de l'exclusion. Le champ du travail social lié aux luttes contre l'exclusion s'inscrit dans cette démarche.

L'ambivalence perdure avec Paugam qui va rendre visible la dimension stigmatisante de la pauvreté par son institutionnalisation dans le champ du travail social. En se questionnant sur ce que les relations des usagers avec les services sociaux permettent de comprendre de leur appropriation du statut de personnes en situation de précarité économique et sociale, il relativise l'importance du rôle des politiques publiques dans la lutte contre l'exclusion. Son analyse semble faire de ces politiques un vecteur de stigmatisme pour ceux qui en sont destinataires. Paugam part du constat de la relativité d'une définition de la précarité. Il utilise donc la définition de Simmel qui lie pauvreté et assistance :

« Ce n'est qu'à partir du moment où ils sont assistés – ou peut-être dès que leur situation globale aurait dû exiger assistance, bien qu'elle n'ait pas encore été donnée – qu'ils

deviennent membres d'un groupe caractérisé par la pauvreté. Ce groupe ne demeure pas uni par l'interaction de ses membres, mais par l'attitude collective que la société, en tant que tout, adopte à son égard. ».

Il repère trois idéaux types de populations en fonction de trois phases identifiées dans le processus de disqualification sociale : les fragiles, les assistés et les marginaux. Dans l'apprentissage de la précarité, les fragiles vivent une crise de statut social qui les pousse à tenir à distance les dispositifs d'aide sociale pour ne pas être identifiés au groupe des pauvres. Les assistés s'installent dans ce statut et négocient avec cette nouvelle identité en utilisant les dispositifs d'aide tout en développant un plaidoyer qui rend audible leur situation. Les marginaux se situent au plus haut point du stigmate avec une position de pauvreté installée et la nécessité de subvenir à leurs besoins de manière quotidienne. Elle peut prendre la forme d'une « marginalité conjurée » dans le cas de personnes qui vont tout tenter pour modifier leur statut. Elle peut aussi être vécue dans une « marginalité conjurée » pour les personnes qui vont organiser leur vie dans ce statut par la création d'espaces de vie ou de réseaux de socialisation. Ces personnes vont tenter de rendre leur vie vivable en utilisant les possibilités de cette vie marginalisée. Nous retrouvons ici l'analyse de Goffman : « parmi les siens, l'individu stigmatisé peut faire de son désavantage une base d'organisation pour sa vie, à condition de se résigner à la passer dans un monde diminué. » (1975, p.33). Pour Paugam, la disqualification sociale est le « discrédit de ceux dont on peut dire, en première approximation, qu'ils ne participent pas pleinement à la vie économique et sociale » (1991, p. 17). Ses trois idéaux-types (fragiles, assistés, marginaux) montrent le poids identitaire de cette disqualification et le mènent à conclure l'impossibilité pour ces groupes de s'organiser collectivement en raison de l'impossibilité de s'auto-définir par cette identité ainsi que de la revendiquer.

Xiberras (1993) fait le constat d'une effervescence scientifique autour de la notion que les chercheurs ont pourtant du mal à définir à partir d'un référentiel cohérent. Les travaux montrent la difficulté d'une fragmentation du propre concept autour de pratiques et de publics segmentés, remettant parfois en doute sa propre logique. En cela, elle réaffirme l'importance de la pensée par la complexité pour la travailler en décroissant les savoirs et disciplines à partir de situations particulières. Saisissant les différents fils de l'exclusion dans leur complexité, elle incite la recherche à ne plus se questionner à partir de défaillances du lien social mais bien à partir de la richesse et complexité des différents types de liens sociaux que l'exclusion mène parfois à invisibiliser.

Cet état des lieux proposé par Xiberras (1993) amène à une proposition épistémologique pour sortir du paradigme de l'approche de l'exclusion comme défaillance du lien social. Dans cette recherche, il est pris acte de l'ouverture d'un champ épistémologique transdisciplinaire, construisant des savoirs dans une posture renversée, à partir de la construction des liens sociaux dans l'exclusion. Les épistémologies du sud (Santos, 2006) s'insèrent dans cette proposition en tant que théorie post-critique portant l'exclusion en son centre par la construction de l'objet social de l'exclusion abyssale. Santos (2006) la rend visible à partir d'un parcours historique des rapports de violence entre deux mondes qui ne sont pas géographiques. Il pense cette "ligne de partage" (Xiberras, 1998) comme une séparation construite entre un nord, fonctionnant sur le registre des droits et d'une hégémonie et un sud sur le registre de la violence et l'exploitation. Les références sont ici faites à l'exploitation des peuples comme lors de la colonisation, mais aussi de manière plus actuelle dans les phénomènes d'esclavage et de surexploitation par le modèle économique capitaliste. Cependant, tout l'intérêt de cette image est qu'elle est accompagnée par une réflexion sur le rôle de la science dans ce processus qui a participé à rendre illisible ce sud et la violence exercée par le nord sur lui dans une tradition positiviste de construction des savoirs à partir des référentiels dominants du Nord.

C'est par une écologie des savoirs du Sud que Santos aborde la complexité. Sa proposition se différencie en donnant le statut d'acteurs de ces savoirs aux propres personnes du Sud. Nous retrouvons ici la proposition d'une *Recherche Avec* les acteurs, mot d'ordre d'un réseau international lié à cette recherche qui est pour partie affilié à l'analyse institutionnelle (Monceau, Soulière, 2017). Un écho se fait entre ces propositions lorsque Santos évoque l'importance d'une sociologie des émergences potentialisant les expériences du Sud et que l'analyse institutionnelle envisage les phénomènes sociaux dans la dialectique instituant, institué, institutionnalisation. Si l'exclusion n'est pas le cœur de ce courant, il est un outil pour penser les expériences en émergence. Nous voyons ici que les processus de l'exclusion ont à voir avec un zonage de la société parfois invisible. L'approche des théories de l'exclusion en montre toute la relativité en fonction des points de vue.

4. Discours de l'exclusion à la genèse de la recherche

Comme présenté dans la première partie, la découverte des premiers acteurs de la recherche, acteurs de l'économie populaire de la récupération s'est faite sur un projet d'insertion pour des familles issues de squats et de bidonvilles en périphérie parisienne. La recherche a donc pour

point de départ un ancrage dans le champ de l'exclusion car, comme indiqué précédemment, c'est par un regard de professionnelle formée à la « lutte contre l'exclusion » que des premiers questionnements sont nés. En effet, le projet s'est réalisé de 2009 à 2014, temps de positionnement des politiques sociales dans une dynamique de lutte contre les exclusions qui ont un effet direct sur le projet en tant qu'éléments de cadrage. Le SAHU (Site d'Accueil et d'Hébergement d'Urgence) est financé à moitié par le biais de l'Etat dans le cadre d'une Maîtrise d'œuvre Urbaine et Sociale (MOUS) et par la ville, en financements propres. La mise en place a été réalisée par deux associations, le club de prévention Rues et Cités ainsi que la Cité Myriam. Une analyse des éléments de discours liés au projet et aux institutions montre que l'ensemble de ces acteurs s'inscrivent dans une approche de leurs actions par l'exclusion, de manière plus ou moins directe⁷⁴.

En tant qu'acteurs du travail social, recevant des subventions publiques pour la mise en place du projet, ces deux associations sont liées au cadre juridique des politiques sociales. La loi n° 98-657 du 29 juillet 1998 d'orientation relative à la lutte contre les exclusions fait de la « lutte contre les exclusions » un « impératif national » destiné « à connaître, à prévenir et à supprimer toutes les situations pouvant engendrer des exclusions. » (loi n° 98-657 du 29 juillet 1998). Les acteurs de ces politiques sont définis :

« L'Etat, les collectivités territoriales, les établissements publics dont les centres communaux et intercommunaux d'action sociale, les organismes de sécurité sociale ainsi que les institutions sociales et médico-sociales participent à la mise en œuvre de ces principes. » (loi n° 98-657 du 29 juillet 1998).

Ces deux associations liées au projet en faisaient partie en tant qu'institutions sociales. Ce cadre est rappelé par la loi n° 2002-2 du 2 janvier 2002 rénovant l'action sociale et médico-sociale quand elle se positionne sur une définition de l'action sociale :

« L'action sociale et médico-sociale tend à promouvoir, dans un cadre interministériel, l'autonomie et la protection des personnes, la cohésion sociale, l'exercice de la citoyenneté, à prévenir les exclusions et à en corriger les effets. » (loi n° 2002-2 du 2 janvier 2002)

Ici, la loi ouvre le champ d'action des acteurs en faisant de la lutte contre les exclusions une des dimensions de l'action sociale, articulée à la promotion de l'autonomie, de la protection des personnes, de la cohésion sociale et de la citoyenneté. Ces dynamiques de promotion

⁷⁴ Un tableau synthétisant les différents éléments permettant l'analyse est mis en annexe (4).

permettent de limiter les phénomènes de marginalisation, de mise à l'écart social qui sont entendues dans le terme exclusion. Elles participent à la lutte contre les exclusions.

Le regard initial est ici aussi influencé par le cadrage juridique lié à son financement spécifique MOUS. La circulaire du 2 août 1995 relative aux MOUS pour l'accès au logement des personnes défavorisées n'utilise pas le concept d'exclusion de manière explicite, mais elle s'inscrit dans le même champ par les situations pour lesquelles ce financement est dédié : « les situations pouvant nécessiter l'intervention d'une MOUS doivent correspondre aux plus dramatiques et aux plus marginalisées, c'est-à-dire à celles qui restaient jusque-là sans réponse. » (Circulaire du 2 août 1995). Intégrées dans les politiques de lutte contre l'exclusion, les personnes destinataires du projet MOUS semblent correspondre aux plus exclus des exclus, ceux pour qui il n'y a pas d'autre solution, associés dans ce texte à la marginalité.

Cette mission correspond donc au projet associatif de l'Association des Cités du Secours Catholique (ACSC) dont la Cité Myriam fait partie. Mon questionnement de départ s'est construit en tant que salariée de cette association. L'exclusion est énoncée dans leur projet associatif de 2007 dès la première mission : « Assurer l'hébergement, l'accompagnement et l'insertion des personnes en situation d'exclusion ou de handicap » (Association des Cités du Secours Catholique, 2007). On le retrouve dans l'ensemble du texte ainsi que dans le rapport d'activités de 2008. Il est utilisé notamment pour définir les personnes destinataires des dispositifs gérés par l'association : « personnes en grande exclusion », « personnes en situation d'exclusion ou de handicap ». Un champ lexical se construit avec l'utilisation d'une série d'appellations pour définir les publics ciblés dans le rapport d'activité 2008 : « publics en situation de précarité sociales ou de handicap », « personnes touchées par l'exclusion sociale et le handicap », « personne accueillie », « personnes hébergées », « populations précaires », « personnes en grande précarité », « les exclus du marché du travail », « personnes très éloignées de l'emploi et du monde du travail », « personnes en grande exclusion », « personnes sans domicile fixe », « population en marge » (ACSC, 2008). Pour l'ACSC le champ n'est pas fermé, il se perpétue et son action est destinée aussi aux « nouvelles » pauvretés et autres exclusions qui ne manqueront pas d'apparaître. » (ACSC, 2008).

Cependant, ce prisme se modifie lorsque l'on s'intéresse au deuxième acteur associatif du projet, le club de prévention Rues et Cités. Si, sur leur site internet, le projet de la MOUS est présenté comme en lien avec leur mission historique de lutte contre l'exclusion et les inégalités, les destinataires du projet ne sont plus présentés comme des réceptacles d'une action

sociale mais comme des « personnes participant à la MOUS »⁷⁵. Une anomalie se dessine ici dans le champ lexical lié à l'exclusion.

Dans ce panorama, l'analyse d'une série de textes de cadrage légaux ou associatifs montre un champ qui se construit au travers des différents acteurs sur l'espace qui a fait naître la question de recherche et qui a formaté le regard de la chercheuse en tant que praticienne, éducatrice spécialisée sur cet espace. L'analyse documentaire ici réalisée permet de construire un champ lexical lié aux politiques de lutte contre l'exclusion et aux discours construits par deux associations agissant sur un dispositif qui participe de la mise en place de cette politique. Des mots clé apparaissent pour nommer le phénomène social de l'exclusion, les démarches de solution et les personnes qui en sont destinataires.

On observe une certaine homogénéité dans ce champ lexical qui met en valeur un angle de vue créé à partir des discours liés à la « lutte contre les exclusions ». Ce champ lexical est diversifié sur les manières de l'exprimer. L'exclusion y est d'ailleurs déclinée en une pluralité d'exclusions. Les références montrent que lorsque l'on pense à l'exclusion, on pense la société en négatif, par la fragilité des individus, leurs vulnérabilités, précarités, pauvretés, difficultés, handicaps, marginalités et isolement. Ces mots clés recoupent les théories de l'exclusion par leur capacité à travailler sur les défaillances de cohésion sociale. Castel définit un processus d'exclusion organisé en trois zones : intégration, vulnérabilité et exclusion. Paugam souligne comment le processus de disqualification sociale peut mener à une marginalisation pérenne et organisée. Ce processus est pensé sous la forme d'étapes par Paugam et Castel que l'on retrouve dans une certaine graduation de l'exclusion avec des « personnes en situation d'exclusion » et d'autres en « situation de très grande exclusion » ainsi que ceux qui sont « les plus exclus », « les plus démunis ». La graduation se retrouve dans la possibilité d'attribuer une temporalité à la pauvreté car elle peut parfois être « persistante » ce qui suppose la possibilité d'une pauvreté fugace, temporaire et éventuellement définir ainsi la carrière (Becker, 1985) de chaque individu dans l'exclusion.

L'isolement peut se faire de plus en plus fort et s'inscrire dans ce processus par la désaffiliation repérée par Castel avec une rupture des liens sociaux liée à une perte d'emploi et à la fragilité de la place d'un individu. Sur cet isolement, une image peut faire référence : la photo de l'homme présenté comme à la dérive sur la couverture du livre *Les naufragés : avec*

⁷⁵ Source : <http://www.ruesetcites.fr/projets-realises>

les clochards de Paris de Declerck (2003). La construction d'un champ lexical lié à l'exclusion montre que cette dérive est aussi exprimée sous la forme d'une fatalité. Les personnes sont « en situations » d'exclusion. Elles peuvent aussi être « touchées » par celle-ci ou y basculer : « des trajectoires, des processus, des gens qui décrochent et basculent ». Cette fatalité menace. Elle est un risque spécifique pour certains individus dont quelques caractéristiques sont données : « femmes et des hommes risquant, notamment en raison de leur handicap ou de leur appartenance à un groupe social éprouvant des difficultés particulières d'insertion de se trouver confrontées à des situations de pauvreté persistante ». Cette fatalité est exprimée au travers du champ lexical de la santé, avec l'idée que l'on pourrait la traiter, la prévenir : « traiter des cas individuels », proposer un « traitement préventif ». La possibilité de l'éliminer est exprimée lorsqu'« aller vers l'élimination des situations d'exclusion sociale frappant les enfants » est un objectif. Le lexique utilisé peut questionner sur une possible pensée de l'exclusion sous la forme d'une pathologie sociale.

Il y a donc une forme de déconnexion du discours lié à l'exclusion de la possibilité d'en penser les causes. Cette proposition de champ lexical montre que la focale porte sur le phénomène en lui-même. Les destinataires de l'action de lutte contre les exclusions sont des individus, des personnes touchées par l'exclusion. Elles sont « fragiles », « précarisées », « défavorisées ». On constate la référence à un processus qui génère une identification des personnes à l'exclusion. Le discours et les pratiques sont d'ailleurs concentrées sur ces personnes, en tant qu'individus et non sur les causes de l'exclusion. Cette essentialisation dépasse parfois la définition par une caractéristique de l'exclusion comme on le voit lorsque les destinataires des actions sont nommés par une caractéristique ethnique comme pour les Roms. Cela apparaît ici car l'analyse porte sur des documents liés au projet d'accompagnement socio-professionnel de familles Roms roumaines à Montreuil. Il est intéressant de voir que, dans le cadre de ce projet, les caractéristiques liées à l'exclusion ne sont plus explicitées. Cette origine supposée « Rom » paraît suffisante en termes d'argumentation pour mobiliser les financements et les acteurs du champ de la lutte contre l'exclusion.

Nous pouvons aussi questionner ce champ lexical au prisme de sa normativité pensant l'exclusion comme une inadaptation sociale et une marginalisation. Ainsi, l'exclusion peut être vue comme un repère, une ligne qui sépare des groupes sociaux, les exclus et les inclus, les adaptés et les inadaptés. Dans cette logique, les actions peuvent porter sur les personnes, pour les normaliser et c'est la proposition des pratiques dites d'insertion et d'intégration mises en œuvre dans les institutions de la lutte contre les exclusions et notamment le travail social. Une

critique est formulée régulièrement sur le travail social. Nous pouvons prendre pour exemple, la conférence gesticulée d'un éducateur spécialisé, Nicolas Gaillard qui s'appelle *La magie du travail social... Ou comment faire disparaître les pauvres et les inégalités ?* » (2021). Dans cette conférence gesticulée, l'auteur met en cause la fonction sociale du travail social en tant qu'outil permettant d'invisibiliser les causes de l'exclusion par une focalisation sur les personnes victimes de ces inégalités. La vue et la pensée semblent être ici orientées par un consensus que l'on peut questionner en tant que paradigme.

5. Dimensions paradigmatiques de l'exclusion

Nous voyons se dessiner un ensemble d'acteurs liés par la formalisation du problème social de l'exclusion que ce soit dans le champ de la théorie comme dans celui des pratiques. Ces acteurs agissent et interagissent dans le même champ en fonction de leurs places et objectifs particuliers. Les institutions politiques décident des orientations à prendre dans la gestion de l'exclusion par la construction de lois d'orientations, de circulaires et de plans d'actions pluriannuels. En cela, ils décident des orientations que prendront les financements dédiés à ces plans d'action et attribuées aux opérateurs de ces politiques, le plus souvent des associations qui vont mettre en œuvre de manière concrète les différentes orientations. Ces orientations sont majoritairement mises en œuvre par des associations ou des services publics. Dans le cadre du projet MOUS sur lequel a débuté la démarche de cette recherche, les acteurs engagés sont deux associations du secteur social qui ont mobilisé sur le dispositif une équipe de cinq travailleurs sociaux, une équipe d'encadrement et une équipe technique. L'adjoint au maire et le coordinateur du projet pour la mairie ont une place active et un rôle direct dans le projet. Quant aux familles destinataires, elles acceptent, utilisent ce cadre d'action et s'installent sur le site qui a été créé pour les accueillir.

Elles partagent donc des activités et prennent en charge de manière commune l'objectif de lutte contre l'exclusion. En cela, elles font communauté au sens de Dardot et Laval :

« On comprend surtout que les termes « communis », « commune », « communia » ou « communio », tous formés sur la même articulation de cum et de munus, veuillent donc désigner non seulement ce qui est « mis en commun » mais aussi et surtout ceux qui ont des charges en commun. » (2014, p. 23)

Nous avons vu que, défini comme tel, le phénomène social de l'exclusion a généré une série d'acteurs pour lutter contre. Ce concept a tout d'abord été utilisé, en France, par Pierre

Massé en 1969 (Hmaid, 2004) pour penser la mise de côté de certains profils de personnes par une organisation économique qui va choisir ses élus et ses exclus en fonction de ses besoins et rendements. Ce terme apparaît en pleine période de croissance économique et ne semble tout d'abord concerner qu'une infime partie de la population française. Cependant, Lenoir (1974), déjà cité précédemment, va le réutiliser dans le titre de son livre *Les exclus*. Il y dessine une série de profils en risque d'exclusion. Il évoque ici une frange de la population plus large que celle précédemment pensée dans le cadre de l'exclusion. Pour lui, il s'agit d'un français sur 10 concerné par ce phénomène en raison de ses inadaptations. Il dresse une diversité de profils qui va entraîner une critique de la notion comme étant peu précise sur ce qu'elle tend à analyser. Verdès Leroux souligne que la forme de ce concept, peu défini, permet d'articuler de nombreux discours, théories et analyses tout en rendant impossible un travail sur les raisons de l'exclusion qui sont évacuées par le concept. Selon elle, « La vertu de ce concept d'exclus et de tous les débats qu'il permet, est d'exclure la question de l'origine de « l'exclusion » (Verdès Leroux, 1978, p. 65).

Hmaid (2004) indique que le terme ne s'est pas directement imposé car il paraît concerner une part marginale de la société. C'est dans les années 80 que la crise économique et la montée du chômage vont pousser à renouveler les politiques de gestion des inégalités, en les orientant vers la prise en compte d'un marché du travail dégradé. Ainsi, le RMI (Revenu Minimum d'Insertion) naît. Hmaid indique qu'il est un élément central du contexte à partir duquel la notion d'exclusion va se redéployer dans les discours, théories et pratiques. Dans la lignée de la mise en place du RMI, l'intérêt pour les parcours des personnes en situation de précarité se développe. On y voit la diversité des situations des personnes. La pensée de l'exclusion se renouvelle et constitue une nouvelle manière de penser les inégalités sociales en tant que parcours individuel de la précarité à l'exclusion. L'exclusion permet de sortir d'une impasse méthodologique pour penser la pauvreté en mettant l'accent sur un processus qui peut mener à des situations d'extrême pauvreté (Hmaid, 2004). Dans les années 1970, les inégalités sociales vont être pensées au prisme de la précarité, pour exprimer l'augmentation de « nouvelles pauvretés ».

Ce rapide retour sur les origines et les usages du concept d'exclusion montre son ancrage dans une vision individualisée des inégalités sociales qui a permis de développer une série de théories, d'analyses mais aussi de dispositifs et de lois dans le champ. Nous retrouvons ici les acteurs liés au projet qui a généré le questionnement de la recherche. En cela, elle s'inscrit, elle aussi, initialement dans ce champ. L'analyse par les discours sur l'exclusion liés au projet

recoupe la critique faite par Verdès-Leroux en tant que concept qui évacue toute analyse sur les propres raisons du phénomène défini. Dans le champ lexical travaillé, on retrouve cette critique car les termes utilisés vont concerner des personnes « en situation de difficulté » ainsi que des solutions allant de la compensation des difficultés à l'accompagnement des personnes pour les rendre plus adaptés au marché du travail. Hmaid (2004) montre le rôle structurant du concept car il permet, par la notion de parcours, de penser et construire des pratiques concernant la démultiplication des chômeurs et l'augmentation des phénomènes de pauvreté sans révolution des politiques ou des institutions. Cette culture collective qui s'est développée, l'articulation entre les approches théoriques et les pratiques des acteurs permettent de voir une communauté qui fonctionne dans un paradigme au sens de Kuhn (1983).

Pour Kuhn, l'être humain, quand il pense le monde, n'est jamais en contact direct avec la réalité. Il le pense au travers de croyances, d'une culture qui lui permet de structurer une réalité. Il peut, ainsi, penser la culture collective qui lie les chercheurs entre eux, au sein d'une communauté de pratiques, de repères collectifs qui fonctionnent en paradigmes. Ce sont des modèles de résolution de problèmes qui permettent de structurer la réalité mobilisée par une communauté. Ils proposent un ensemble de principes qui font consensus et que, pour le monde scientifique, les chercheurs utilisent, ainsi, leurs recherches et résultats nourrissent ce paradigme :

« les paradigmes, c'est-à-dire les découvertes scientifiques universellement reconnues qui, pour un temps, fournissent à une communauté de chercheurs des problèmes types et des solutions. » (Kuhn, 1983, p. 11)

Posant le problème des inégalités en termes de processus individuels, l'exclusion constitue un regard spécifique qui oriente les pratiques de résolution du problème posé. Ainsi, nous retrouvons dans les politiques de lutte contre l'exclusion l'importance d'une forme de protection par la possibilité d'accès à un revenu minimum mais qui doit participer d'un travail des personnes sur leurs parcours pour éviter l'exclusion comme l'indique son nom au moment de sa création, le Revenu Minimum d'Insertion. Dans le cadre du projet sur lequel le questionnement de recherche est apparu, nous retrouvons l'importance de la pensée de la pauvreté dans un parcours personnel par le financement et la réalisation d'un accompagnement social voué à modifier les parcours des membres du projet et à les mener vers une insertion qui se traduit, dans ce cas précis par l'accès à un logement. Ainsi, la solution est pensée en fonction de la manière d'en poser la problématique.

Pour Kuhn, cela va au-delà avec un paradigme qui va aussi orienter le choix du problème à analyser dans la communauté scientifique :

« L'établissement d'un paradigme apporte à une communauté scientifique, entre autres choses, le moyen de choisir des problèmes dont on peut supposer qu'ils ont une solution, tant que l'on tient le paradigme pour acquis. » (Kuhn, 1983, p. 63)

Ainsi, l'accueil des familles Roms sur la ville de Montreuil est possible car on suppose une résolution de leurs situations « problématiques » par la réalisation d'un accompagnement social, pour l'accès à un logement. Cette dynamique participe à une auto-alimentation du champ car la définition de l'exclusion permet une acception de types de situations très variées. Ainsi, les personnes choisies comme destinataires des actions concordent avec les dispositifs mis en place. Ici, se trouve une critique récurrente au sein du monde de l'hébergement social. Toute structure d'hébergement est vouée à accueillir et pour cela, elle a besoin de faire sortir des personnes de la structure. Le secteur de l'hébergement d'urgence était, avant la loi DALO (Droit Au Logement Opposable) et le PARSA (Plan d'Action Renforcé en direction de personnes Sans Abri) épargné par cette tension car les durées y étaient limitées. Pour exemple, une structure famille pouvait accueillir pendant 15 jours renouvelables une fois ; une structure pour personnes seules (hommes ou femmes) isolées pouvaient accueillir pendant 7 jours, renouvelables une fois. Au terme de ces durées, les personnes pour qui aucune orientation n'avait pu être trouvée étaient remises à la rue, même en présence d'enfants. Ces deux exemples de durées d'hébergement étaient, à l'époque, plutôt luxueuses au regard de ce qui pouvait être proposé aux familles par le 115⁷⁶. Etant donné la pénurie d'hébergement, en 2007, les refus de mise à l'abri étaient monnaie courante. Pour les familles, une priorité était mise pour les enfants de moins de 3 ans⁷⁷. Les familles avec enfants de plus de trois ans restaient le plus souvent à la rue. Face à la pénurie de places d'hébergement et face à l'augmentation des attentes en termes d'évaluation des résultats, les structures d'hébergement ont pu être critiquées pour la mise en place de critères de sélection des personnes. Ainsi, le champ de l'hébergement, légalement inconditionnel, a développé des stratégies de sélection des personnes accueillies pour pouvoir

⁷⁶ Numéro de téléphone d'urgence sociale, anonyme et gratuit, qui oriente les personnes appelant vers un hébergement d'urgence (association ou hôtel) en fonction des profils et des disponibilités.

⁷⁷ Cette information vient du parcours professionnel de l'auteure qui a travaillé au 115 de la Seine Saint Denis en tant qu'écoutante pendant une année et a eu à mettre en œuvre la politique de gestion de la pénurie de places.

remplir ses obligations en termes de résultats et pour pouvoir continuer à remplir sa mission d'accueil.

Pour Kuhn, chaque paradigme a une nécessité propre. Dans le monde scientifique, il s'impose au chercheur à qui il est destiné. Dans le secteur de la lutte contre l'exclusion, nous voyons ici un exemple dans lequel il s'impose à ses différents acteurs, professionnels et personnes destinataires du champ. Des règles, codes et des normes sont organisés et institués par cette communauté qui vont permettre de faire perdurer le paradigme. Il tient aussi par la constitution d'une culture collective, de représentations communes qui s'acquièrent dans les équipes de professionnels mais aussi dans le cadre des formations aux métiers. Kuhn le repérait concernant le monde de la recherche. Il indiquait que « C'est l'étude des paradigmes qui prépare principalement l'étudiant à devenir membre d'une communauté scientifique particulière avec laquelle il travaillera plus tard. » (p. 30) . Dans le secteur de la lutte contre l'exclusion, les formations pour l'accès aux métiers dédiés peuvent être comprises comme jouant cette fonction. Celle-ci paraît d'autant plus pertinente que, pour pouvoir devenir un professionnel du secteur, de nombreux métiers sont encadrés par l'obtention d'un diplôme d'état⁷⁸. La formation y est soumise à des orientations décidées à l'échelle nationale. Il y a une forme de normalisation des professionnels du champ par ce processus de formation qui participe à un fonctionnement en boucle du paradigme. Ainsi, il s'apparente à un système qui s'auto-alimente, qui est intériorisé et naturalisé. Si le paradigme d'une science ordinaire semble relever d'un habitus dans la vie sociale, il est possible de se questionner sur un habitus lié à l'exclusion.

Ce dialogue entre apports théoriques et genèse de la recherche permet de l'ancrer dans le champ de l'exclusion tout en questionnant la relativité de cette notion. Les apports théoriques ont mis en valeur l'ambivalence de la notion partagée entre défaillance du lien social et observation d'une richesse de pratiques invisibilisées par la première optique. Il était ici important de réaliser un dialogue entre théories et pratiques pour souligner ce paradoxe d'un concept dont la propre utilisation semble être vecteur d'une invisibilisation d'une partie de ses dimensions. De plus, l'articulation entre théories et pratiques fonde la dimension paradigmatique de l'exclusion créatrice d'un système qui lui permet de se produire et se reproduire. Ainsi, elle semble laisser son empreinte sur nos sociétés notamment en France avec

⁷⁸ Un diplôme d'État est une certification reconnue par le ministère de tutelle du secteur professionnel concerné. Ce sont des diplômes nationaux inscrits dans le répertoire national des certifications professionnelles (RNCP) qu'il est possible d'obtenir après une formation dans un domaine spécifique. Ils sont obligatoires pour exercer un métier précis encadré par l'État.

la création d'un ensemble de lois et dispositifs de lutte contre l'exclusion. Nous avons aussi vu les liens de la notion avec l'économie notamment lorsqu'elle se définit en partie par la perte d'un emploi. Un lien se construit aussi avec la notion de mouvement social lorsqu'un des effets de la disqualification sociale que l'exclusion entraîne est analysé comme rendant impossible toute organisation collective en raison de la force du stigmat (Paugam, 1991). Je propose maintenant de partir à la recherche des traces du paradigme de l'exclusion dans les théories et pratiques de l'économie ainsi que des mouvements sociaux.

II. De l'économie de la misère à l'économie populaire

A la lecture du parcours de la recherche, nous avons vu que l'activité de récupération-revente de déchets a mené à une série de conflits entre les différents acteurs du projet d'insertion sur lequel le questionnement est apparu. Cette série de conflits, que ce soit au niveau interne, entre les habitants, entre les habitants et les équipes, ainsi qu'avec les décideurs et financeurs font de l'activité de récupération-revente de déchets un analyseur. Dans le cadre de l'analyse institutionnelle, René Lourau (1970) le conceptualise comme "ce qui permet de révéler la structure de l'institution, de la provoquer, de la forcer à parler." (Lourau, 2003 [1970], p. 283). Se référant au concept d'action sociale, il se pourrait qu'elle fasse parler aussi la société, et notamment le positionnement de l'exclusion. Cet analyseur a rendu visible un paradoxe du projet d'insertion puisque c'est en partie cette économie qui a permis la réussite du projet alors qu'elle y a été invisibilisée. Comme le rappelle Martin Olivera (2016), après 5 années de financement, au terme du projet, 90% des familles correspondaient aux critères de relogement et 80% des mêmes familles l'ont été effectivement, par la construction conséquente de logements sociaux et associatifs et l'accès à des logements privés classiques en province.

Le déblocage des situations administratives, l'accès à des droits en tant que personnes installées sur le territoire français est passé par un bricolage administratif qui a largement utilisé l'activité de ferrailage. Ce sont les personnes elles-mêmes qui ont trouvé le moyen d'officialiser leur activité par la création d'un statut auto-entrepreneur pour l'activité "d'achat et vente de déchets non triés". L'équipe sociale les a accompagnés dans les méandres de la démarche mais de manière informelle et en contradiction avec l'avis des financeurs. Cette situation illustre l'ambivalence de l'action publique dans sa difficulté à réinterpréter ses propres codes et normes en classifiant une économie comme misérable alors qu'elle constitue une des principales richesses et moyens de vie des personnes. Cette économie confronte le travail social à son

paradoxe récurrent entre contrôle normatif et accompagnement des personnes à partir de leurs savoirs et compétences. Elle insère le questionnement dans le champ de l'économie par la non prise en compte des systèmes construits par les personnes que l'on définit comme exclues. L'exclusion, qui est au point de départ du questionnement de la recherche, comporte ici une dimension économique.

L'activité de la récupération a révélé un paradoxe institutionnel dans l'articulation entre économie et solutions proposées localement à la question sociale de la pauvreté. Je propose de travailler tout d'abord à partir d'une réflexion sur les prises en compte de l'exclusion dans le champ économique. Pour cela, nous verrons comment elle y est définie et la place que les modèles économiques donnent à cette problématique sociale. Nous réfléchirons ensuite plus spécifiquement à la prise en compte de l'exclusion dans le champ de l'Economie Sociale et Solidaire puis nous questionnerons les enjeux des systèmes économiques à la marge dont les qualificatifs sont multiples : économies de la misère, informelles, zones grises... L'objectif est de voir comment le champ de l'économie s'est approprié le champ de l'exclusion et comment les formes considérées comme informelles d'économie se positionnent par rapport aux modèles institutionnalisés.

1. Consensus et ambivalences de la définition économique de la pauvreté

L'état de l'art sur la prise en compte de la pauvreté par les théories économiques met à jour une série de tensions et désaccords que ce soit au niveau des définitions de la pauvreté mais aussi au niveau de sa place dans le système économique et des réponses à apporter. Cependant, un point fait consensus sur la pauvreté au moment de la création de l'économie politique au 18^{ème} siècle : la pauvreté est vue comme une situation malheureuse, comme le précise Mardellat :

« Cette histoire des discours et idées sur la pauvreté au temps de l'économie politique nous fait assister à l'émergence de l'idée insistante et relativement nouvelle que la pauvreté, comme souffrance individuelle, tare sociale ou menace politique, est toujours un malheur, malheur qu'on doit combattre par tous les moyens possibles. Identifier, classer, compter et mesurer, expliquer – oui, mais toujours pour agir sur la pauvreté – secourir, assister, réduire, et, si possible, éliminer. » (Mardellat, 2010, p. 11).

Ce consensus semble se prolonger aujourd'hui et se retrouve dans les mots utilisés pour le dire : pauvreté, paupérisme et misère. La pauvreté et le paupérisme ont la même racine latine *pauper* qui indique une situation de nécessité sous la forme d'un manque matériel. Le terme misère se distingue par sa racine latine *miseria* « malheur, adversité, souci, peine » (Rey, 1993). Mardellat (2010) note cette distinction pour poser la question du point de vue économique d'un lien irrémédiable entre pauvreté et misère. Comme nous le verrons par la suite, la réponse est nuancée en fonction des courants théoriques. Par contre, le consensus s'exprime par le lien récurrent entre les termes. Rey l'intègre d'ailleurs dans la définition du mot pauvre :

« L'emploi de pauvre comme nom est attesté dès les premiers textes (1050) pour désigner une personne dans le besoin. De nos jours, il a changé de connotations et évoque, plus que pauvreté, une idée forte de « misère » (le pauvre ne vivant que de charité). » (Rey, 1993, p.1455)

La pauvreté est donc lue comme un malheur économiquement ancré qu'il faut combattre. Cependant, sa définition dans le champ de l'économie semble ouvrir des perspectives pour dépasser une vision focalisée sur les manques matériels liés aux situations de nécessité. Dans un entretien réalisé en 2009 avec Lasida et Lompo, Dubois présente les deux approches de la pauvreté dans la pensée économique. Il montre la rupture occasionnée par le concept de capacités (Sen, 2000b) avec la vision traditionnelle de la pauvreté comme un manque de ressource.

L'approche traditionnelle de la pauvreté s'intéresse donc à l'absence de ressources financières des individus. La pauvreté est ici liée aux conditions de vie des personnes, à leur niveau de vie. L'analyse de la pauvreté est monétaire mais pas uniquement car elle porte sur les manques mais aussi sur les biens tels que les actifs, les relations sociales, les droits. La pensée de la pauvreté en termes de ressources se fait de manière multidimensionnelle. Cette approche permet de définir des seuils de pauvreté. On parle notamment de pauvreté extrême voire absolue qui fixe un seuil d'accès à un panier alimentaire permettant d'assurer les calories nécessaires à la survie ainsi que l'accès à des biens de première nécessité comme le logement, le transport et l'habillement. Le seuil de pauvreté relative correspond, quant à lui, à la structure de la distribution du niveau de vie dans un groupe social donné. Il s'agit de penser ici des seuils de ressources moyens par rapport à l'ensemble d'un groupe ou d'une société. Pour exemple, l'Union Européenne fixe ce seuil à 60% du revenu médian des pays membres.

Dubois (2009) nous explique la dimension politique de ces seuils qui vont être utilisés de manière différente en fonction des contextes. Ainsi, la pauvreté relative qui prend en compte le positionnement des personnes dans une société est favorisée dans des contextes de paix économiques alors que la pauvreté absolue sera plus utilisée dans les contextes de crise. Ces deux propositions de mesures ont la caractéristique commune d'être fondées sur des indicateurs objectivables. Tel n'est pas le cas pour la mesure de la pauvreté subjective qui s'intéresse au ressenti des personnes de leurs situations socio-économiques amenant souvent de forts décalages avec les mesures de seuils objectifs. A partir de ces approches, des indicateurs sont construits pour évaluer l'incidence de la pauvreté en nombre d'individus, son intensité en termes d'écarts par rapport aux seuils proposés et les inégalités sociales. Ces mesures permettent un calcul du coût de politiques pour permettre aux populations d'atteindre les normes définies en termes d'accès aux différents biens utilisés pour le calcul des seuils. Le suivi de ces indicateurs dans le temps permet d'évaluer leur temporalité qui peut être chronique ou temporaire.

Pour Dubois cette approche mène à caractériser « trois de ses principales manifestations : un niveau de vie insuffisant, des conditions de vie ou d'existence inadéquates, et l'absence de patrimoine ou d'actifs. ». (2009, p. 36). L'approche en tant que niveau de vie insuffisant est l'approche la plus ancienne de la pauvreté qui consiste à penser les manques de ressources des personnes par rapport à une norme considérée comme suffisante. Lorsque l'on s'intéresse aux conditions de vie, l'on peut en détailler les différentes dimensions que ce soit en termes de biens de consommation, d'éducation, de santé ou de relations sociales. L'absence de patrimoine ou d'actif pousse à réfléchir les possibilités matérielles des individus en termes de propriétés de capitaux permettant d'investir dans des activités pour sortir de la pauvreté.

Une rupture avec cette approche par le manque de ressources se réalise à partir de la pensée d'Amartya Sen (2000b) sur les capacités qui la critique comme limitée par un raisonnement sur ce que les personnes ont ou n'ont pas, qui ne prend pas en compte les compétences nécessaires à l'utilisation de ses biens. Pour dépasser cette critique, il propose de se baser sur ce que les personnes sont capables de faire et d'être à partir des ressources dont elles disposent. Il s'intéresse donc à l'accès à ces ressources, aux compétences que les personnes y développent pour leurs capacités d'être et de devenir. Cette vision de la pauvreté se focalise sur ses potentialités. Pour Sen (2000b), la pauvreté est le nom donné au non-accès aux capacités fondamentales. Le terme capacités est un néologisme tiré de l'anglais qui élargit le sens de « capacité à faire » par la prise en compte des capacités effectives des personnes mais

aussi de leurs capacités potentielles qui s'exprimeront en fonction de leurs possibilités de choix et sont donc en lien avec les possibilités de chacun en termes de libertés de choix. Il s'agit ici de questionner l'espace des possibles des individus dont Sen montre la forte limitation pour les personnes en situation de pauvreté.

Dans cette approche, des listes de « capacités élémentaires » comme l'alimentation ont pu être dressées par Sen. Quant à Martha Nussbaum (2000), elle dresse une liste de « capacités humaines fondamentales » prenant en compte les contextes sociaux des individus. Cette approche inclut donc une vision de la pauvreté objective, subjective et inscrite dans une temporalité. On s'y intéresse à l'accessibilité des différents biens ainsi qu'aux perspectives désirées par les individus dans la construction de leur parcours de vie pour repérer les pistes de capacités à renforcer dans le cadre de politiques de lutte contre la pauvreté.

Pour Dubois (2009), les deux approches se complètent même si elles sont classiquement pensées dans des champs disciplinaires séparés. L'approche en termes de ressources financières est consacrée par les économistes alors que celle par les *capabilités* malgré un fondateur économiste, paraît être plus développée par les sociologues. Ces approches montrent que l'exclusion est vue au prisme de la pauvreté dans le champ économique. Nous retrouvons cependant dans cette analyse, une ambivalence déjà présente dans les approches sociologiques de l'exclusion entre une pensée par défaut indiquée par la possibilité de lister des capacités non accessibles ; et une pensée en tant que potentiel à partir du moment où le regard resocialise les processus en s'intéressant aux possibles effets des capacités des individus.

Cette ambivalence se retrouve dans les deux tendances que Piketty (2015) dégage sur la prise en compte économique des inégalités. La vision monétarisée des économistes libéraux classiques mène à l'injonction à laisser le cercle vertueux du marché se dérouler car, par la libre concurrence, il amènera une solution à ce manque de ressources. Piketty nomme cette position de « libérale de droite » de laquelle il distingue une « position traditionnelle de gauche » qui détermine la cause de la pauvreté dans le système capitaliste pour laquelle la solution passe par des luttes sociales pour organiser une meilleure redistribution des ressources notamment par un interventionnisme de l'Etat dans la vie économique. Ces deux approches sont fondées par des travaux d'économistes qui diffèrent en fonction de leurs modèles de référence. La persistance de ces ambivalences réaffirme l'importance de l'angle de vue déjà évoqué précédemment. Elle permet aussi de penser les conséquences sur les politiques et pratiques de l'exclusion de cette invisibilisation paradigmatique qui découle du point de focale choisi.

2. La pauvreté, un mal nécessaire ?

Le père fondateur de l'économie politique moderne est Adam Smith, qui est aussi un des fondateurs de la pensée libérale de l'économie. Ce courant s'intéresse notamment aux phénomènes d'enrichissement économique qui marquent le début du 19^{ème} siècle avec l'industrialisation, moment de Grande Transformation sociale en Europe appelée « révolution industrielle » par Arnold Toynbee dans des leçons faites en 1881 et publiées à titre posthume en 1884. Pour Lallement (2010), au 19^{ème} siècle, la pensée sur la pauvreté évolue. Elle ne relève « plus de la charité, du maintien de l'ordre public, de la morale ou de la philosophie politique, mais d'une discipline scientifique nouvelle, l'économie politique » (p. 120). Elle est donc insérée dans la réflexion de ce courant en tant que défaut d'enrichissement d'une partie de la population. Les fondements de cette pensée économique se questionnent sur le modèle capitaliste qui se développe à partir du travail salarié selon les règles du marché (Duboeuf, 1999). Elle devient « une grille d'analyse de la pauvreté » (Lallement, 2010, p. 120) ainsi que l'outil de référence pour traiter cette question sociale. Ainsi, la pauvreté n'est plus une thématique dédiée de la charité, de l'ordre public, de la morale ou de la philosophie politique. Par son point de vue particulier, l'économie politique amène une modification du regard sur la pauvreté. Elle va tenter de la résoudre par une compréhension et mise en application des lois économiques de l'époque.

Lallement (2010) montre comment cette dimension économique de la pauvreté va jusqu'à imprégner le regard des auteurs de littérature du 19^{ème}. Il prend l'exemple d'un passage du livre de Stendhal, *Lucien Leuwen*, écrit en 1834 mais publié uniquement en 1894, dans lequel une scène de la révolte des tisserands de Lyon s'invite au sein du récit d'une histoire d'amour populaire. Un passage du livre met en scène la pauvreté de ces tisserands :

« Le linge étendu aux fenêtres pour sécher faisait horreur par sa pauvreté, son état de délabrement et sa saleté. Les vitres des fenêtres étaient sales et petites, et beaucoup de fenêtres avaient, au lieu de vitre, du vieux papier écrit et huilé. Partout une vive image de pauvreté qui saisissait le cœur, mais non pas les cœurs qui espéraient gagner la croix en distribuant des coups de sabre dans cette pauvre petite ville. » (Stendhal, 1952, p. 993).

Cette œuvre s'inscrit dans les préoccupations de nombreux auteurs du 19^{ème} comme Victor Hugo et son ouvrage emblématique *Les Misérables*. Lallement donne aussi en références Balzac, Sue, Zola, Dickens, Andersen... Ainsi, « Cette question [la pauvreté], jusqu'à la fin du siècle, mais surtout dans sa première moitié, ne cessera de préoccuper les économistes et les écrivains. Car jamais peut-être l'interpénétration de la littérature et de l'économie n'a été aussi

forte. » [Cholet et Hecht, 2006, p. 6]. Nous voyons donc que la création de l'économie politique s'inscrit dans un contexte de prise en compte de la dimension économique de la pauvreté au sujet de laquelle cette nouvelle discipline acquiert la légitimité d'y apporter des solutions fondées sur un raisonnement scientifique dont découlent des lois économiques considérées comme naturelles.

Dans ce cadre, l'économie politique aborde cette question sociale à partir de la pensée libérale liée à son fondateur, Adam Smith. Il pose les bases de cette pensée :

« C'est le marché qui organise l'emploi des ressources, la répartition des revenus et la distribution des produits les plus appropriés. Ce qui limite le champ d'intervention de l'Etat. » (Duboeuf, 1999, p.11)

La pensée économique libérale est basée sur le postulat que l'enrichissement constant d'une société la mène à une prospérité globale. Les libéraux classiques définissent la richesse comme l'augmentation de la production par le travail des agents d'une société. Ils placent le marché comme l'élément pivot du système en tant que force régulatrice des échanges par la libre concurrence et le comportement rationnel des agents d'une société. Pour illustrer la force du marché Smith prend l'image d'une « main invisible » (1776) qui guiderait les individus dans un comportement rationnel de construction de l'intérêt général. Dans cette théorie, si les intérêts sont individuels, la libre concurrence permet de construire de manière la plus efficace et à moindre coût des réponses aux demandes sociales. Ainsi, l'intérêt privé s'articule et permet à l'intérêt général de se réaliser à la seule condition de ne pas entraver la libre concurrence. C'est sur cette loi économique que les libéraux classiques se fondent pour refuser toute intervention de l'Etat dans la vie économique d'une société. Dans ce champ, la pauvreté n'est pas mise à la marge. Selon Duboeuf :

« Smith est sensible à la misère des travailleurs ; la mécanisation du travail, dit-il, les abrutit et l'injustice règne dans les rapports entre salariés et entrepreneurs, or, pour lui, la différence de savoir-faire entre les hommes n'est pas naturelle, elle résulte de la division du travail. L'inégalité matérielle n'est donc pas moralement justifiée, mais elle est socialement efficace. Elle pousse les individus à travailler et épargner, donc à enrichir la nation. » (Duboeuf, 1999, p. 13).

La pauvreté paraît ici être vue comme un levier pour la libre concurrence dans sa force de réalisation des intérêts collectifs. Pour Smith, la pauvreté semble être un élément nécessaire

à l'enrichissement des nations qui, cependant, disparaîtra au fur et à mesure d'une vie économique structurée par la libre concurrence.

Ricardo et Malthus semblent avoir un rapport plus utilitaire à la pauvreté et vont jusqu'à demander la suppression des lois d'assistance aux pauvres au titre de la croissance du capital. Duboeuf (1999) dégage de ce positionnement l'appui pris par les libéraux sur les inégalités sociales pour le projet d'une croissance économique maximale. Ils reconnaissent les souffrances des pauvres mais ils les jugent « inévitables » et elles ne doivent pas entraver la dynamique de croissance dont le fer de lance est, pour Ricardo, la classe essentielle des capitalistes qui investissent. Lallement met, quant à lui, en valeur une ambiguïté de positionnement des libéraux qui pensent la pauvreté comme un mal nécessaire tout en exprimant une compassion pour leurs souffrances : « Celui qui peut nous indiquer comment atteindre ce but [la suppression des lois d'aide aux pauvres] avec le maximum de sécurité et un minimum de violence est le meilleur ami des pauvres et de l'humanité. » (Ricardo, 1817, p. 127).

La pensée libérale économique classique a donc une vision utilitariste de la pauvreté et des inégalités fondée sur un discours dont le statut scientifique limite la réfutabilité. Pourtant, Lallement (2010) nous avertit sur les risques de considérer les lois économiques comme naturelles :

« En tant que science, l'économie a pour vocation de formuler des lois. Si l'économie politique vise à l'exactitude et à l'objectivité, les lois qu'elle formule doivent respecter le statut des lois naturelles, universelles et nécessaires. En définissant la problématique légitime et les normes du discours autorisé sur la pauvreté, l'économie politique écarte les positions romantiques, généreuses mais utopiques. Le risque est alors de voir l'économie devenir une mécanique infernale, régie par des lois qui s'imposeront objectivement, au mépris de toute considération humaine. Paradoxalement, une économie gouvernée par des lois naturelles dépasse les économistes mais aussi les citoyens de toute emprise possible sur la vie économique. C'est ce problème qui va faire débat entre les économistes. » (Lallement, 2010, p. 136-137).

Mardellat se joint à cette critique en montrant que l'analyse des discours des économistes, sociologues et philosophes, à l'époque de la création de l'économie politique ont soulevé les limites de penser la pauvreté uniquement sous l'angle de lois naturelles de l'économie. La sociologie et la philosophie rappellent dès cette époque l'importance d'intégrer de la morale et de l'éthique à la réflexion :

« Le malheur de la pauvreté n'est pas seulement un défi pour la raison et la rationalité – sa perspicacité, sa clarté, sa cohérence et sa maîtrise. Le malheur de la pauvreté fait aussi obstacle aux tentations, récurrentes à l'époque, d'une science sans morale ou émancipée de tout jugement éthique. La science avec son exigence de rationalité ne parvient pas à étouffer l'interrogation morale que le malheur de la pauvreté fait surgir. » (Mardellat, 2010, p. 11)

L'économie politique, en insérant la pauvreté dans ses analyses a aussi construit une approche que l'épistémologie de l'époque a séparé de la morale et de l'éthique. L'analyse des fondateurs de cette science la pensent à partir de lois qu'ils considèrent naturelles. Cependant, d'autres disciplines comme la sociologie et philosophie rappellent l'importance de la morale et de l'éthique. Dégagée de ces approches, les économistes classiques sont concernés par cette inégalité, lue comme un malheur qui est cependant nécessaire puisqu'il soutient l'augmentation de la production par le marché et la libre concurrence. Cette vision utilitariste semble se réactualiser dans les années 1980 par la pensée des classes les plus pauvres comme un marché de consommation à développer.

3. La pauvreté, une opportunité économique ?

Depuis les années 90, la prise en compte des marges sociales par les économistes s'inscrivant dans une tradition de pensée libérale a évolué. Nous entendons ici le courant de pensée qui défend le non-interventionnisme de l'Etat sur le fonctionnement du marché et de la libre concurrence. En effet, alors que les économistes classiques faisaient de la pauvreté un mal nécessaire, les théories du capitalisme social (Guérin, 2020), aussi appelé social business semblent la voir comme une opportunité au travers l'approche BOP (Bottom Of the Pyramid), de Prahalad (2010) et du business social pensée par Yunus (2008). Dans ces deux approches, il s'agit de mettre les outils du capitalisme au service des plus nécessiteux. Yunus propose de le faire en développant un capitalisme inclusif qui renonce à tout profit. Par l'ensemble de pratiques créées à partir de ce courant, la pauvreté semble avoir aussi une fonction économique dans sa capacité à générer des modèles productifs. Le mouvement du capitalisme social a un écho retentissant. L'articulation entre objectifs sociaux et économie est reprise pour le développement d'un capitalisme aux multiples qualificatifs :

« qualifié d'« inclusif » (Prahalad, 2010), de « créatif » (Gates, 2008), de « responsable » (Cormack, Gudman, 2009), ou encore de « bienveillant » (Benioff, Southwick, 2003) ». (Guérin, 2020, p. 93)

La phrase de Bill Clinton en quatrième de couverture de l'ouvrage de Polack et Warwick est significative par le statut de la personne qui l'énonce :

« Libérer le pouvoir de la libre entreprise pour commencer à répondre aux besoins vitaux des pauvres... tout en faisant du profit [est] l'une des propositions les plus prometteuses de notre temps. » (Polack, Warwick, 2013)

C'est par la théorie BOP (Bottom Of the Pyramide) qu'une première formalisation du capitalisme social semble s'être dessinée. Elle a, par la suite, inspiré la création d'une série de projets dédiés aux personnes disposant de peu de ressources financières, désignées par l'expression du "bas de la pyramide". Nous devons ces termes à l'économiste C.K. Prahalad qu'il a développé dans un livre très vendu : *The Fortune of the Bottom of the Pyramid*⁷⁹. Il fait cette proposition dans une représentation pyramidale de la société en fonction des revenus individuels :

Exhibit 1: The World Economic Pyramid

Annual Per Capita Income*	Tiers	Population in Millions
More Than \$20,000	1	75–100
\$1,500–\$20,000	2 & 3	1,500–1,750
Less Than \$1,500	4	4,000

* Based on purchasing power parity in U.S.\$
Source: U.N. World Development Reports

Figure 9 : The world Economic Pyramid, la Pyramide Economique Mondiale (traduction de l'auteure) (Prahalad, 2010)

Ainsi, Prahalad met en valeur le fait que le haut de la pyramide, constitué des personnes disposant de plus de 20 000 dollars par an, représente en nombre le premier tiers de la population mondiale (entre 75 et 100 millions de personnes), suivie des personnes disposant de 1 500 dollars à 20 000 dollars par an (entre 1 500 millions et 1 750 millions). Il constate que c'est vers ces personnes que les entreprises concentrent leurs efforts de vente de produits, en mettant de côté dans leurs démarches, les personnes disposant de moins de 1 500 dollars annuels alors qu'ils sont largement plus nombreux (4 milliards). Il propose donc d'adapter la stratégie capitaliste vers ces populations par la création d'une production adaptée. Cette démarche

⁷⁹ La Fortune du Bas de la Pyramide, traduction de l'auteure.

permettrait de faire baisser la pauvreté par l'accès à des produits de consommation, et permettrait l'ouverture d'un vaste marché jusqu'alors non exploité.

Avec l'ouvrage *Le nouveau capitalisme* (2008), Yunus propose que les outils du capitalisme soit la solution à la pauvreté sous la forme d'un système économique éthique s'attellant à résoudre les problèmes d'accès aux biens des populations tout en renonçant à tout profits qui doivent systématiquement être réinvestis dans les entreprises et non distribués à des actionnaires. Ainsi, il propose de conserver les règles capitalistes de la libre concurrence et de la propriété privée tout en les articulant avec les valeurs altruistes des entrepreneurs qui vont mettre leur énergie à la disposition des personnes les plus défavorisées pour éradiquer la pauvreté. Une règle est à respecter : « pas de pertes, pas de profits » (Yunus, 2008). Ainsi, « le marché dispose soudain d'options nouvelles et sensationnelles. Il devient plus intéressant, plus attrayant et plus concurrentiel. Les préoccupations sociales font leur entrée » (Yunus, 2008, p. 58 cité par Guérin, 2020, p. 93). Yunus va développer et exporter son modèle à partir du micro-crédit et de la Grameen Bank.

Cet ensemble de discours sur un capitalisme humain a généré un large intérêt, par exemple, au sein de la Banque Mondiale qui va chercher à comprendre la taille de ce marché dans un rapport en 2007 (Hammond et coll.) et l'évalue à quatre milliards de personnes et 4.7 trillions de dollars US. Le modèle le plus connu pour ces entreprises est celui de l'alliance par des *joint-venture* (Perrin, 2020) qui sont créées par plusieurs partenaires décidant de mettre en commun la propriété, les bénéfices et les risques. Ainsi, la Grameen Bank⁸⁰, créée par Yunus au Bangladesh en 1983 s'est associée avec des multinationales comme Danone⁸¹, BASF⁸² ou Veolia⁸³. Le premier projet, en 2006, est le fruit d'un partenariat entre la Grameen Bank et Danone pour la vente de yaourts hyperprotéinés au Bangladesh. La Grameen Bank était chargée du financement de la création d'une usine de production ainsi que de la commercialisation des produits. Danone est en charge de l'appui technique pour la conception du produit. Pour ce projet, Danone a créé un fond de soixante dix millions d'euros (Perrin, 2020). D'autres projets suivent au Bangladesh pour la distribution d'eau avec Veolia, de moustiquaires avec BASF, d'appareils de suivi de la grossesse et de la santé avec Intel, de vente de vêtements avec

⁸⁰ Banque de micro-crédit aussi appelée « Bank for the poor », « banque pour le pauvre », sur leur site internet (traduction de l'auteure) : <https://grameenbank.org/>

⁸¹ Multinationale de l'agroalimentaire

⁸² Multinationale de la chimie : <https://www.basf.com/global/en.html>

⁸³ Multinationale de gestion de l'eau, des déchets et de l'énergie : <https://www.veolia.com/fr>

Uniqlo... Cependant, le social business ne se cantonne pas aux pays dits en voie de développement et des projets se développent par exemple en France avec la création de la marque Bon et Bien en 2014 qui est le fruit d'une alliance entre Mc Cain, E. Leclerc, l'agence d'intérim Randstad, la Banque alimentaire et l'Association française des producteurs de pommes de terre pour soutenir les producteurs de pommes de terre des Hauts de France. Les légumes invendus car au format non standard sont utilisés pour faire des soupes mises en vente dans les grandes surfaces concernées.

Le social business se développe aussi en dehors des grandes entreprises avec le développement d'initiatives locales de petites échelles. Dans ce cas, la Grameen Bank peut être un soutien financier. Des associations peuvent se reconverter au social business comme Amelis qui œuvre dans les services à domicile pour les personnes âgées. Les institutions internationales s'engagent aussi dans ce processus comme l'USAID (United States Agency for International Development) Agence des États-Unis pour le développement international) ou la Banque africaine de développement (BAD). En 2013, la collaboration entre l'USAID et l'organisation Yunus Social Business est ainsi décrite :

« Notre collaboration avec Yunus Social Business est représentative de notre nouveau modèle de développement : un modèle qui regroupe les partenariats et l'innovation pour proposer des solutions durables à certains des problèmes les plus urgents auxquels nous faisons face. [...] Nous partageons une vision en ce qui concerne la manière d'affronter les défis sociaux, économiques et environnementaux du monde en développement, et nous avons hâte de donner des résultats aux communautés les plus pauvres et vulnérables du monde »⁸⁴.

Le modèle essaime jusqu'aux organisations sportives comme le comité international olympique qui signifiera publiquement son intérêt. La candidature de Paris pour les jeux Olympiques de 2024 a d'ailleurs été l'occasion d'un partenariat avec le Yunus Center. Secteur clé, la formation va aussi se saisir de ce modèle et les grandes écoles, les universités, la recherche en management ont créé des cursus sur cette thématique. Ainsi, l'école des Hautes Etudes Commerciales (HEC) a créé une chaire sur le *social business* présidée par Yunus et Martin Hirsch, ancien haut-commissaire aux Solidarités actives, avec un parrainage de Danone,

⁸⁴ US Official News, 27 juillet 2013, « Washington, usaid and Yunus Social Business Announce Collaboration to Promote Social Business

Schneider Electric et le Groupe Renault. Une des affiches de leur campagne est parlante concernant le rapport à l'exclusion :



Figure 10 : Campagne HEC. source : Etudiant Le Figaro en ligne⁸⁵

⁸⁵ Disponible : https://etudiant.lefigaro.fr/article/la-nouvelle-campagne-de-hec-paris-moquee-sur-internet_d03a149e-ab7f-11e8-8771-8f9ab1a049e0/?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR1Kv7a920Bu2im7TOkOwZfuym6h_ProY66yI2SQ-PuxEiSDZoFy8KtSb1g#Echobox=1535699060

L'affiche a d'ailleurs été parodiée à l'image des critiques qui peuvent être faites sur ce modèle économique :



Figure 11 : parodie d'une affiche HEC. Source : Le Figaro Etudiant⁸⁶

De manière plus argumentée, Perrin (2020) et Guérin (2020) soulèvent des réserves sur le social business dans sa capacité à réaliser les objectifs sociaux qu'il se donne à partir d'études de terrain des projets réalisés. En termes de constructions, le bilan paraît « mitigé » pour Perrin. Il observe un décalage entre les projections de développement de l'activité et le réel dans le cadre du projet initial de vente de yaourts au Bangladesh en partenariat entre la Grameen Bank et Danone. Alors qu'une cinquantaine d'unités de production étaient attendues⁸⁷, seule une usine a été construite. Humberg (2011) l'analyse par une inadaptation des produits avec les besoins locaux. Ainsi, le directeur des ventes rurales de Grameen Danone semble faire un aveu de cet échec : « Nous ne pouvons pas apporter la nutrition à tout le monde, parce que les très pauvres ne peuvent simplement rien acheter. Ils ont besoin de la charité. ». Il souligne ici un point de critique récurrent sur le social business qui découle de son postulat de départ que l'accès à des biens de consommation permettra aux populations de sortir du malheur de la

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ A.-C. Husson-Traore, « Danone crée une micro-usine avec le prix Nobel de la Paix », Novethic, 18 octobre 2006.

pauvreté. Les différentes expériences semblent montrer que cela n'est pas automatique (Guérin, 2020).

En effet, la vente de certains biens et services a connu des résistances comme par exemple pour les fours à combustion ou les latrines améliorées qui se sont confrontés à des résistances culturelles. Le développement des micro-crédits et des assurances s'est aussi fait avec de fortes résistances (Guérin, 2020). Ainsi, l'adaptation des propositions est questionnée notamment quand elle consiste à rendre payant un service jusque-là gratuit. Nous pouvons prendre l'exemple des « e-agentes » qui circulent dans les campagnes du Bangladesh pour proposer des services d'informatiques, des informations sur l'hygiène, la santé ou l'agriculture. Elles remplacent ici un travail qui était fourni gratuitement par les assistantes sociales (Huang, 2016). De même, la vente d'eau purifiée par Véolia et la Grameen Bank ne se sont pas développées autant que prévu malgré la pollution à l'arsenic de l'eau des puits qui est gratuite en raison d'un prix de vente trop élevé et un décalage trop fort avec les repères locaux (Servet, 2013).

Dans la pratique, l'impératif de rentabilité apparaît comme un frein aux objectifs sociaux des projets. Il permet aussi de questionner le modèle dans ses fondements éthiques. Il apparaît comme une opportunité par ses promesses :

« Le social business arrive à point nommé dans la tension entre inégalités et richesses. À l'heure du retour des réactions politiques et du changement climatique, le social business intéresse ceux qui veulent trouver l'outil universel permettant de faire baisser la pression sociale et écologique sans changer le système en place. » (Perrin, 2020, p. 80-81)

Sans amener de solutions aux causes structurelles de la pauvreté, le capitalisme social est aussi parfois perçu comme un outil pour l'ouverture de nouveaux marchés sous couvert d'une éthique solidaire :

« Le capitalisme s'est construit sur l'extraction de travail gratuit de nature diverse, qu'il s'agisse des activités de soin nécessaires à la reproduction de la force de travail ou des médiations sociales mobilisées pour recruter et contrôler la force de travail puis vendre et fidéliser. Le capitalisme social, du moins certaines de ses composantes, poursuit cette logique d'extraction, pas tant pour produire – cette question n'a pas été étudiée ici –, mais pour distribuer ses services ou ses marchandises. » (Guerrin, 2020, p. 109).

Le constat est dur sur certains projets lorsque Guerrin les questionne au prisme de l'accaparement des richesses et du partage des risques. Elle met en valeur des processus de

travail sous payé, presque gratuit de la part des bénéficiaires de ces projets : « L'analyse de la fabrique quotidienne de ces marchés dévoile des formes renouvelées d'extraction de travail gratuit, questionnant ainsi sérieusement le partage effectif de la valeur. » (Guerrin, 2020, p. 102). Guerrin se réfère ici aux travaux de Da Costa (2013), Berndt (2015), Isaurralde (2017), Huang (2016), Schwittay (2011) ainsi qu'à ses propres travaux pour dégager le rôle central des femmes dans la réalisation des projets du capitalisme social. Elles sont des acteurs privilégiés pour la création de ces nouveaux marchés en raison de leur forte insertion dans les économies morales locales. Ainsi, elles déploient une forte énergie, cependant peu rémunérée, pour inscrire les produits dans des réseaux locaux. Schwittay reprend d'ailleurs l'image des « mains agiles » qui étaient utilisée pour décrire le travail des femmes pendant la période de l'industrialisation. Dans le cadre du capitalisme social, elle la transforme en « pieds rapides » pour illustrer les kilomètres parcourues par les femmes dans le cadre d'un projet de social business au Costa Rica, chargées de vendre des produits informatiques. Cette forme d'exploitation est renforcée par le peu de partage des risques qui oblige les femmes à développer toutes sortes de stratégies pour les ventes et peut renforcer les situations de dépendances et d'inégalités face à certains membres de la communauté. Guérin prend aussi l'exemple des micro-crédits pour illustrer le report du risque sur les personnes « bénéficiaires » des projets avec un impératif de rentabilité qui pousse à une tolérance zéro concernant les défauts de remboursement accompagnée de pressions mentales et parfois physiques. A partir des travaux de Guérin (2015), Mader (2016) et Servet (2015) elle met en valeur l'absence de protection des populations locales en cas d'échec du projet qui, ainsi, se voient être porteuses d'une grande partie des risques financiers liés aux projets.

Le capitalisme social montre le processus d'insertion de l'exclusion dans une logique de marché issue de la pensée libérale classique. Pensant la pauvreté à partir de ses propres critères, le secteur privé à but lucratif a donc construit un ensemble de dispositifs et pratiques de lutte contre le problème de la pauvreté. Les ressorts en sont l'augmentation du pouvoir d'agir des populations vulnérables en tant que consommateurs insérés dans un système capitaliste et l'ouverture du champ des politiques sociales classiquement une prérogative publique au secteur privé. Le référentiel et les exclusions sont ici pensées à partir d'un référentiel financier que ce soit en termes de revenus individuels mais aussi dans la structuration de solutions insérées dans le système de rentabilité capitaliste. Ainsi, l'économie correspond à un champ d'actualisation des tensions lié au paradigme de l'exclusion notamment à partir de deux modèles ainsi décrits par Laville :

« Aujourd’hui comme hier, deux projets s’affrontent : l’économie morale émanant d’un souci du commun ; et d’une solidarité démocratique luttant contre les inégalités d’une part ; la moralisation des pauvres correspondant à une volonté d’invalidation de l’économie morale, qui substitue la philanthropie à la solidarité démocratique d’autre part » (Laville, 2015, p. 413).

Perrin (2020) montre comment le récit du social business tend à s’imposer et à invisibiliser les expériences liées au deuxième modèle notamment en les insérant dans son propre modèle par un discours large et inclusif. Cependant un courant de pensée se situe en contrepoint de ce modèle en réfléchissant au rôle du capitalisme sur les inégalités et les moyens de les réguler. Le changement de perspective va jusqu’à mettre en cause un sophisme économiste qui consiste à penser le marché comme le mécanisme primordial de l’économie (Polanyi, 1983), générant ainsi des questionnements alternatifs à partir des ressources des acteurs, des notions d’économie populaire et d’économie solidaire.

4. Pauvreté et repolitisation de l’économie populaire

L’approche par l’économie populaire croise l’action sociale en apportant un autre regard sur leur objet commun, l’exclusion. Elle est peu définie et se confond souvent avec l’économie informelle, souterraine, illégale parfois appelée économie de la misère (Moreau de Bellaing, 2000). Le changement d’approche épistémologique a été notamment fait par des auteurs d’Amérique Latine. Elle se comprend à partir du sophisme économiste de Polanyi ⁽¹⁹⁸³⁾ déjà évoqué précédemment qui consiste à confondre économie et marché. *L’Homo economicus* est le fruit de cette conception (Demeulenaere, 2003). L’homme serait capable d’atteindre un niveau de satisfaction maximale en optimisant l’utilisation de ses ressources. Dans la même lignée, *Homo hominis lupus est*⁸⁸ (Hobbes, 1669) est un postulat sur une forme d’individualisme humain qui structure le comportement au regard de l’économie et de la société avec pour priorité la réalisation des intérêts individuels au détriment de l’intérêt d’autrui.

Déconstruisant ces présupposés, Polanyi (1983) propose de penser l’économie de manière substantive dans une vision qui dépasse le questionnement classique de l’économie en tant que science de gestion rationnelle d’une ressource rare. Il relie l’économie à l’ensemble des relations sociales et à l’environnement que l’homme construit dans l’organisation de son mode

⁸⁸ Expression de Hobbes en latin qui se traduit par « L’homme est un loup pour l’homme ».

de vie et de sa survie. En cela, il paraît rejoindre le sens étymologique du terme économie qui vient du grec *οἰκονομία* / *oikonomía* : « l'administration de la maison » ; construit à partir de *oikos* (maison) et *nomos* (gérer, administrer)⁸⁹. En ce sens, il s'agit d'administrer sa maison, par extension, sa vie et survie. Dans ce principe, le regard est élargi et permet de voir d'autres principes économiques que le marché. À partir d'une analyse sociologique et historique des différentes organisations, Polanyi en repère quatre principales. Le marché concerne l'échange de biens et services dont le prix est fixé par l'offre et la demande en fonction de la rareté. La redistribution concerne les systèmes de capitalisation de biens par une entité chargée de les redistribuer à l'ensemble de la société. Le système des impôts en France en est un bon exemple. La réciprocité est le principe d'échange entre deux entités basées sur le lien social. L'économie domestique concerne l'organisation des biens et services au sein de la cellule intra-familiale. Ainsi, l'analyse dépasse une vision de l'économie qui concernerait uniquement des actes liés au marché mais bien tout un ensemble de pratiques humaines.

Dans cette approche l'économie populaire concerne « l'ensemble des activités économiques et des pratiques sociales développées par les groupes populaires en vue de garantir, par l'utilisation de leur propre force de travail et des ressources disponibles, la satisfaction des besoins de base, matériels autant qu'immatériels » (Sarria Icaza, Tiriba, 2005, p. 217). Ces ensembles de stratégies modifient le regard sur les personnes que le travail social définit comme « exclus », « inadaptées », pourtant en vie, actives, autonomes et ayant déjà développé des solutions. Lorsque les différentes visions économiques du traitement de ces situations proposent de donner une aide à ces « exclus », l'économie populaire voit la force de ces « exclus ». Pour exemple, les recherches de Razeto (1993) ou Corragio (2008) ont permis de questionner les stratégies économiques se développant à la marge du capital en les situant dans une démarche de reproduction sociale. L'anthropologue Lomnitz (1998) va découvrir une richesse de mise en réseaux et de coopération de la part des populations les plus pauvres, pour pouvoir survivre.

Si cette épistémologie a été construite en Amérique Latine à partir du foisonnement des expériences populaires, elle a un écho en France avec l'existence, moins visible, d'un ensemble de systèmes économiques qui paraissent se développer au même rythme que l'exclusion du secteur marchand dominant et du salariat. Le nombre de professionnels sans statut légal ni

⁸⁹ Références étymologiques tirées du CNRTL (Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales) : <https://www.cnrtl.fr/>

autorisation d'exercer augmente. Nous pouvons prendre l'exemple des biffins, récupérateurs revendeurs aux portes de Paris, dont les marchés sont de mieux en mieux achalandés. L'offre dans le secteur de la mécanique automobile favorise une démocratisation de la mobilité et lutte contre l'obsolescence programmée (Ndiaye, 2017). Tout ceci sans compter sur les liens de proximité : les vendeurs de fruits et légumes, les professionnels du marron chaud, les ouvriers de la ferraille.... La liste est loin d'être exhaustive et mérite d'autant plus une attention particulière qu'elle est peu visible.

Les activités d'économie populaire sont d'autant plus d'actualité qu'elles ont des liens proches avec l'Economie Sociale et Solidaire, un secteur aujourd'hui en plein essor par la multiplication des projets, l'attention politique et médiatique. Les structures qui composent ce champ sont très variables. La passerelle se situe dans la proximité entre l'économie populaire et l'économie solidaire, définie par Eme et Laville comme :

« L'ensemble des activités économiques soumis à la volonté d'un agir démocratique où les rapports sociaux de solidarité priment sur l'intérêt individuel ou le profit matériel ; elle contribue ainsi à la démocratisation de l'économie à partir d'engagements citoyens. » (Eme, Laville, 2006, p. 303).

A partir d'une étude des projets d'économie populaire en Amérique Latine et notamment au Brésil, Guérin, Laville et Fraisse posent « l'hypothèse que l'économie solidaire désigne un processus de démocratisation de l'économie populaire. » (Fraisse, Guérin, Laville, 2007, p. 248).

L'économie populaire en tant qu'expérience de gestion collective d'une activité, le plus souvent portée par des liens communautaires, s'approche de l'économie solidaire lorsqu'elle est accompagnée d'un plaidoyer public. Dans cette dynamique, elle est porteuse de transformation sociale pour ses acteurs :

« Si l'économie solidaire s'inscrit dans la consolidation et la démocratisation de ces pratiques économiques ancrées dans un tissu populaire, une telle perspective suppose une visée politique assumée permettant de relier la lutte pour l'amélioration des conditions de vie des membres au combat pour les droits économiques et sociaux. » (Idem, p. 252).

Ces expériences font donc partie d'une multitude d'autres expériences qui se construisent aujourd'hui et dont certaines sont fortement visibles et ont acquis une légitimité dans la société. L'utilisation du terme même de populaire relativise la différenciation avec

l'économie solidaire car, si l'on reprend l'analyse historique de Noiriel (2018), renvoyant à la notion de peuple, la spécificité du terme populaire est de s'inscrire dans un "enjeu de lutte constant" (2018, p. 9).

Ainsi, la question de l'exclusion, d'un point de vue économique peut être repolitisée à partir des pratiques même des acteurs du champ. Nous retrouvons toute l'ambivalence des points de vue qui peut amener à considérer des économies sous l'angle de la misère financière mais souvent substantivée et accompagnée d'un imaginaire disqualifiant. Des analyses et référentiels théoriques vont mener à en regarder les richesses en ne se focalisant pas uniquement sur la recherche d'un profit ou la maximisation de la rentabilité. La notion de richesse est déplacée et construite à partir des discours des acteurs. Le terme d'économie populaire montre que ce basculement de regard prend en compte l'inscription dans un système de domination dont l'exclusion est un des symptômes. Les pratiques peuvent ainsi aussi être questionnées par cette inscription dans des rapports de force de société.

III. Mouvement social et exclusion

Le questionnement de cette recherche passe donc aussi par le champ des mouvements sociaux si on pense ce parcours en termes de résistance à l'exclusion. Ce choix théorique est avant tout déterminé par un choix pragmatique fait par les acteurs de terrains qui ont choisi l'organisation en mouvement social ou en association et, dans ce dernier cas, ils entretiennent des liens réguliers avec ces mouvements. Ces liens et cette autodéfinition amènent donc la recherche à prendre en compte les dimensions collectives et politiques des activités réalisées par les acteurs. Le détour théorique est ici proposé pour outiller la recherche sur ce qui peut être entendu par mouvement social en sociologie, ainsi que les principales approches développées pour se questionner sur la place de l'exclusion dans ce champ. Alors que des tensions apparaissent entre des théories qui pensent la difficulté pour des personnes précaires de se mobiliser, nous irons voir ce qui s'est passé lors de la médiatisation des « mouvements des Sans »⁹⁰ en France, dans les années 80 qui semble être ici un contre-exemple. Nous nous intéresserons aussi au paradigme latino-américain des mouvements sociaux qui nous mèneront à penser la centralité de l'exclusion dans ces collectifs et l'importance de la pédagogie pour ces processus. Nous verrons que ce paradigme vient bousculer et enrichir les repères théoriques sur

⁹⁰ Expression qui apparaît en France dans les années 1990 et qui agrègent une série de mouvements de personnes en situation de précarité, sans logement, sans emploi, sans papier...

les mobilisations présentés auparavant. Par ce fil, nous constaterons le lien qui se tisse avec l'éducation populaire et les pédagogies critiques.

1. Que peut être un mouvement social ?

Pour définir ce que peut être un mouvement social, je propose de nous référer dans un premier temps aux analyses de Neveu (2019). Il soulève la difficulté d'appréhension par le sens commun qui les pense comme « Des personnes ayant en commun un intérêt ou une profession ont une revendication à faire valoir. Elles se mobilisent, utilisent des armes familières comme la grève, la manifestation. » (Neveu, 2019, p.5). Cependant, cette approche ne permet pas de saisir l'ensemble des actes de revendications et il se pourrait que le sens commun associe des phénomènes qui n'entrent pas dans son champ. Neveu prend les exemples de l'Intifada ou d'une grève de la faim des sans-papiers. Il bouscule ici nos perceptions en détaillant leur approche en tant qu'actions collectives aux dimensions politiques. Il analyse les mouvements sociaux au travers de leurs arènes et espaces ainsi que dans leurs processus d'institutionnalisation.

Face à la grande variété de phénomènes d'actions collectives, il propose, tout d'abord, de repérer celles qui se réalisent de manière intentionnelle. En cela, il exclut les bouchons sur les routes lors des jours de grand départ en vacances alors qu'ils ont le même effet que les ralentissements volontaires provoqués sur les routes par des chauffeurs routiers lors « d'opérations escargots ». Il retient pour critère la volonté de coopération et de concertation des acteurs tout en soulignant la difficulté de différencier un mouvement social de certaines organisations collectives comme l'entreprise. Il tente une différenciation par l'aspect artificiel de ces organisations malgré les nouvelles techniques de management qui consistent à provoquer chez les salariés des effets d'engagements presque identitaires pour leur lieu de travail (Boltanski, Chiapello, 1999, cités par Neveu, 2019). Il explique ainsi l'utilisation faite par Olson (1966) de grilles d'analyse issues de l'économie pour travailler sur les mouvements sociaux. La position de Neveu sur une différenciation entre mouvements sociaux, organisations et marchés n'est pas tranchée et il fait appel à Friedberg (1992) pour inviter à les penser comme un « dégradé de situations plus ou moins structurées et formalisées par des normes et dispositifs de régulation, eux-mêmes plus ou moins centralisés et visibles » (Neveu, 2019, p. 9). Neveu propose une synthèse qui introduit la notion de cause en tant qu'objectif commun des acteurs :

« Il s'agit d'un agir-ensemble intentionnel, marqué par le projet explicite des protagonistes de se mobiliser de concert. Cet agir-ensemble se développe dans une logique de revendication, de défense d'un intérêt matériel ou d'une « cause ». (Neveu, 2019, p. 19).

Il cite Blumert (1946) pour faire le lien entre cette proximité des mouvements sociaux en tant qu'organisations et leur dimension politique par une action qui se réalise telle des « entreprises collectives visant à établir un nouvel ordre de vie » (Blumert, 1946, cité par Neveu 2019, p. 9). Pour Neveu, l'action des mouvements sociaux « ne peut se déployer que « contre » un adversaire désigné ». Ainsi, il exclut du champ les activités d'entraide ou de coopération comme le mouvement mutualiste tout en rappelant que ces activités ont souvent des liens de complémentarité avec les mouvements sociaux. Il entend aussi le politique dans un sens restrictif. La dimension politique des mouvements sociaux se constitue dans un

« appel aux autorités politiques (gouvernement, collectivités locales, administrations...) pour apporter, par une intervention publique, la réponse à une revendication, qui impute aux autorités politiques la responsabilité des problèmes qui sont à l'origine de la mobilisation » (Neveu, 2019, p. 10).

Il souligne d'ailleurs la spécificité du cas français dans lequel les mouvements sociaux vont accompagner la formation du droit social par des adresses et revendications auprès des différents gouvernements. La tendance à l'interpellation des états est d'ailleurs considérée comme un processus historique selon Tilly (1976, 1986) que Neveu propose d'expliquer par la démultiplication des politiques publiques sectorielles. Les champs d'action des états se démultiplient et deviennent l'enjeu de luttes pour l'obtention de certains droits ou aides locales.

Les mouvements sociaux se développent dans de multiples espaces qui sont pour partie des arènes en tant que « système organisé d'institutions, de procédures et d'acteurs dans lequel des forces sociales peuvent se faire entendre, utiliser leurs ressources pour obtenir des réponses – décisions, budgets, lois – aux problèmes qu'elles soulèvent. » (Neveu, 2019, p. 14). Ces arènes peuvent exister en dehors du mouvement social comme l'arène juridique quand les familles de victimes du sida font appel à la justice pour dénoncer des transfusions sanguines contaminées. Cependant, le mouvement social a la spécificité d'être lui-même possiblement créateur de ses arènes comme dans l'organisation de ses manifestations ou grèves. Dans ce cas, ces arènes ont pour Neveu la valeur d'un appel « comme cri, comme demande de réponse à un problème » (2019, p. 15) ainsi que sous la forme juridique d'appel à une instance supérieure qui est, dans ce cas, l'opinion publique. De plus, ces arènes non institutionnelles jouent le rôle de pont vers les arènes institutionnelles. Cependant, cette définition ne doit pas limiter la compréhension des

mouvements sociaux comme l'outil des dominés dans un sens essentialisé (Neveu, 2019). Lorsqu'il réfléchit aux rapports de pouvoir liés aux mouvements sociaux, l'approche sociologique lui permet de rappeler qu'elle est relationnelle et n'est donc pas figée dans un contexte particulier. Offerlé (1994) prévient d'une distinction simplificatrice entre mouvement social et groupe de pression car ils sont liés et un mouvement social peut s'institutionnaliser sous la forme d'un groupe de pression. Ainsi, la domination est relative dans le cadre des mouvements sociaux car le statut des acteurs peut évoluer en fonction de la mobilisation. De plus, des acteurs de la classe considérée comme dominante peuvent aussi se mobiliser s'ils perçoivent des atteintes à leurs intérêts.

« Les individus concrets ne se retrouvent pas pour l'Action collective. Ils se rassemblent pour adresser une pétition au Parlement, organiser une campagne d'appels téléphoniques, manifester devant la mairie, détruire des métiers à tisser mécaniques, se mettre en grève (Tilly, 1976, p. 143)

Tilly introduit ainsi l'idée de la création de « répertoires d'action collective » qui diffèrent en fonction des mouvements et évoluent avec le temps de chaque mouvement. Selon Tilly ces répertoires se structurent et s'organisent sous la forme de modèles d'actions en fonction de l'institutionnalisation en cours du mouvement. Il note aussi une progression historique de ces répertoires avec des actions plus locales avant la révolution industrielle. Ils consistaient en un détournement de pratiques déjà existantes au sein d'une communauté, à l'échelle d'un espace vécu. Agulhon (1970) a ainsi pu repérer l'utilisation de mannequins de paille ou des parodies de processions dans le Var, sous la Restauration. C'est à partir du 19^{ème} siècle que les répertoires d'actions vont s'élargir aux grèves et manifestations d'ampleur nationale, accompagnant aussi le processus de centralisation des pouvoirs sur la même échelle. Neveu note aussi une pacification des actions avec un recours à la violence qui baisse. Neveu (2019) signale un nouveau répertoire en train de se dessiner par l'enchevêtrement entre ONG internationales, mouvements sociaux et experts sous la forme d'expressions en réseaux et de développement d'expertise sur les questions soulevées.

Ce nouveau répertoire rappelle à la question de l'organisation car elle est une dimension des mouvements sociaux en termes d'institutionnalisation, de pérennité et de réussite. Certains mouvements sont issus d'organisations déjà existantes quand d'autres vont construire leur organisation au cours de leurs expériences. Les formes peuvent être plus ou moins rigides comme une organisation syndicale, une coordination plus ou moins centralisatrice ou des associations... Gamson (1975) à partir d'une enquête sur des mobilisations aux Etats-Unis entre

1800 et 1945, montre que les mouvements sociaux qui ont construit des outils de « bureaucratisation » qui peuvent être la rédaction de statuts, la présence d'un cahier d'adhésion, une organisation hiérarchisée des rôles et fonctions des membres, ont plus de chance d'atteindre leurs objectifs (70% des cas). L'organisation semble donc aussi être une dimension décisive pour les mouvements sociaux.

Par cet ensemble d'éléments, nous voyons que la définition d'un mouvement social en sociologie se distingue d'une pensée par le sens commun en fonction du référentiel d'actions traditionnellement utilisé à l'époque actuelle. Les critères qu'il retient sont la réalisation d'une action collective volontairement organisée pour une cause, contre un adversaire identifié et qui sollicite l'arène politique. Neveu positionne cette définition comme correspondant à la partie basse droite du modèle réalisé par Kriesi :

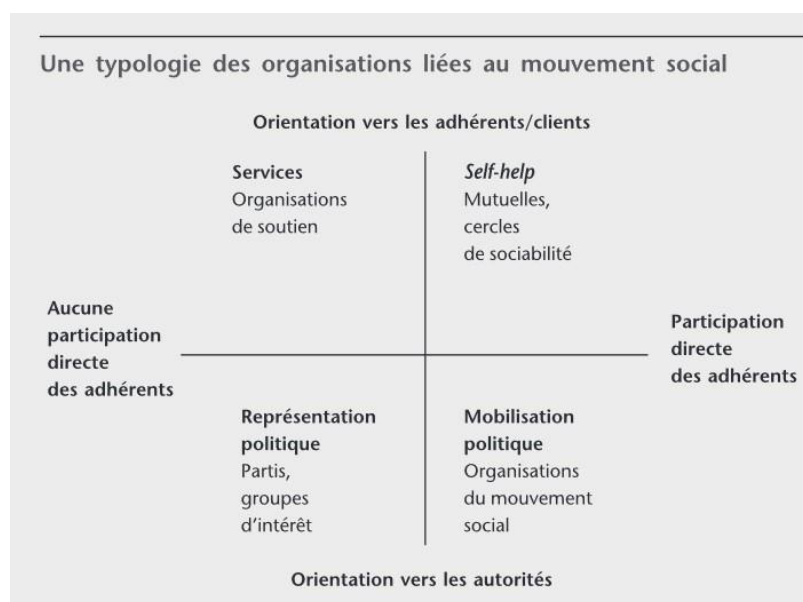


Figure 12 : Une typologie des organisations liées au mouvement social. Source : Kriesi, 1993, cité par Neveu, 2019.

Le modèle de Neveu laisse peu de place à l'exclusion par des critères d'un mouvement social qui est centré sur la revendication politique collective. Ainsi, les organisations intégrant des logiques d'entraide ou de secours ne sont pas prises en compte en tant que mouvement social de manière directe alors qu'elles sont les espaces principaux des personnes dites « exclues ». En effet, les espaces de solidarité leur permettent de trouver des solutions immédiates à certains problèmes qu'elles rencontrent et de construire collectivement des solutions dans le cas des espaces d'entraide. Cependant, elles incluent peu de possibilités de

modifications des causes structurelles des situations d'exclusion qui semblent pouvoir passer par la force de mobilisation politique des mouvements sociaux, toutefois souvent analysée comme fragile.

2. Improbables mobilisations d'exclus

Si l'exclusion n'est pas au cœur du modèle de Neveu, elle traverse la discussion théorique qu'il propose, montrant les difficultés de construction d'un mouvement social de personnes exclues. L'identité est un des éléments freins pour ces constructions. Dubar (2022) la détermine comme un processus qui permet de construire l'unité d'un individu tout en lui donnant des espaces d'adaptation et d'évolution en fonction de la socialisation de chacun. Elle découle d'actes d'*attribution* ainsi que de *reconnaissance* dans des allers retours permanents entre le regard d'autrui et le regard que nous portons sur nous-mêmes. Les mobilisations politiques sont donc des espaces forts de jeux identitaires d'autant plus que la prise de position qui est liée à la participation à un mouvement peut être « éminemment classant tant pour l'individu mobilisé que dans le regard des tiers » (Neveu, 2019, p. 77). Ainsi, Neveu prend l'exemple de la participation d'une personne ayant la peau noire, en Alabama, à un mouvement de défense des droits civiques pour illustrer le jeu identitaire possible. Par cette participation, il s'affranchit de l'image stigmatisée du « nègre » qu'il a pu intérioriser. Sur un temps long un mouvement peut avoir valeur d'institution de valorisation identitaire.

L'identité constitue donc une perspective pour les personnes dites « exclues » dans une dynamique de reclassement par le biais d'un mouvement de protestation collective. Cependant, Neveu souligne que, si elle peut être un levier pour des identités stigmatisées, elle peut aussi être un frein si elle ne propose pas d'identité acceptable. Ainsi, Maurer et Pierru (2001) repère ce défaut d'identité comme un empêchement à la mobilisation des chômeurs. L'éclairage de Champagne (1990a), par le biais de son analyse des mouvements paysans, montre l'importance d'une identité valorisante pour permettre aux mobilisations collectives de devenir des espaces de possibles auxquels on s'identifie et à partir duquel on peut construire. Neveu relie cette importance au processus appelé par Marx comme le passage d'une « classe en soi » à une « classe pour soi » en tant que conscience de la capacité collective à participer à l'histoire.

Cette analyse rejoint le point de vue de certains sociologues de l'exclusion lorsqu'ils la pensent comme une défaillance du lien social rendant peu probables le développement d'actions collectives. Ainsi, Paugam définit la disqualification sociale tel un « statut social spécifique,

inférieur et dévalorisé, marquant profondément l'identité de ceux qui en font l'expérience » (1991, p. 132) sous la forme d'une « identité négative » (*idem*). Il se réfère au concept de stigmatisme développé par Goffman (1975) en tant que construit social d'un décalage entre l'identité vécue et l'identité sociale. Le stigmatisme prend naissance dans ce décalage. Il naît dans l'interaction : « Le normal et le stigmatisé ne sont pas des personnes, mais des points de vue » (Goffman, 1975, p. 161). Dans cette étude, Paugam constate que « Cet effort de différenciation, individuelle, qui peut s'expliquer par le caractère intolérable de l'identité négative, s'oppose à la cohésion du groupe et donne l'impression d'une vie collective éclatée ou d'un monde défectueux. » (1991, p. 207). Il observe que le poids de la stigmatisation est un frein à la constitution des personnes sous la forme d'un collectif de défense de leurs intérêts car elle cristallise chez les personnes cette identité négative et les pousse à des stratégies de différenciation.

La position sociale des disqualifiés semble donc contraindre leur accès à un rôle collectif actif. Pourtant, la contestation existe et Neveu trouve dans le modèle d'Hirschman, « défection, prise de parole et loyauté » (1995), un outil pour les penser dans les « entre-deux des protestations » qu'il rend observables. Pensé à partir de situations de consommateurs face à des entreprises, le modèle semble s'adapter aux contestations sociales. En effet, Hirschman a repéré trois comportements face à un mécontentement : la défection, la prise de parole et la loyauté. La défection se fait sans bruit et le consommateur se dirige vers un autre produit. Elle est renforcée par la concurrence. Transposant le système d'analyse sur des questions sociales, Neveu prend l'exemple d'un service public de l'enseignement qui deviendrait défectueux et qui créerait une opportunité pour des structures d'enseignement privée. Ainsi, la défection limite le recours à la prise de parole notamment des classes sociales les plus aisées qui peuvent plus facilement se diriger vers le secteur privé. La loyauté se traduit par une fidélité à un produit ou une entreprise malgré le constat de défaillances. Neveu prend ici l'exemple de l'engagement des militants dans des partis politiques qui parfois les paralysent en les poussant à une forme d'inertie. Elle peut être favorisée par des rituels ou des responsabilités comme la réalisation de parrainages. Lorsque la défection et la loyauté ne sont pas possibles, la prise de parole prend place dans une dynamique qui peut être vue comme un embryon de mouvement social.

Neveu enrichit le modèle d'Hirschman (1995) par la possibilité d'un quatrième comportement, « l'apathie » en référence à Bajoit (1988), « entre loyauté résignée ou déçue à la cause et défection secrète, présence passive et peu investie. » (Neveu, 2019, p. 27). L'apathie fonctionne pour Bajoit comme une résistance silencieuse dans des rapports de force dont l'inégalité ne permet pas d'autre stratégie. Neveu en retrouve des exemples dans les travaux sur

l'Afrique de Bayart, Mbembe et Toulabor (1992) ou de Bennani-Chraïbi et Fillieule (2003) sur les mondes arabes. Cette apathie se décline dans un dégradé de comportements perceptible par une observation fine comme la dérision, l'humour noir ou une soumission feinte. Il les illustre par un proverbe éthiopien : « Quand passe le puissant seigneur, le sage paysan s'incline profondément et pète silencieusement. » (cité par Neveu, 2019, p. 27).

Le travail de Scott (1985) sur les stratégies de résistance des habitants d'un hameau à l'accaparement des ressources par un groupe dominant, permet à Neveu de penser cet espace entre loyauté et prise de parole comme une arme des faibles en le précisant. Il souligne que lorsque la défection ou la prise de parole sont rendus suicidaires par un système trop inégalitaire, les plus démunis ont majoritairement pour seule solution de se soumettre et se conformer à ce système. Cependant, ils le font tout en percevant son injustice et ils y résistent par une série d'actes microscopiques qui peuvent être vus comme des soupapes « pour rendre l'insupportable supportable » mais aussi comme les prémisses sur lesquels peuvent se fonder un mouvement social. Il appelle à ne pas penser que « les armes des faibles ne peuvent être que de faibles armes. » (Neveu, 2019, p. 29).

3. Les mouvements sociaux, une arme forte pour les faibles ?

Une série d'expériences des mouvements sociaux en France semble contredire la tendance de ces analyses à penser la mobilisation collective de personnes exclues comme improbable autour de ce qui a été appelé les « mouvements des Sans », à partir de années 80. Indicateur de l'empreinte de ces mouvements, l'expression est toujours présente dans les discours. Bergier l'utilise pour évoquer les « sans télé » (2010b), les « sans portable » (2016). Pourtant, cette période est aussi marquée par un discours sur la fin des mouvements sociaux et une crise des mobilisations sociales. La surprise est donc double, tout d'abord pour leur apparition dans une époque considérée comme étant de faible mobilisation et aussi pour ses acteurs, des personnes dites à faibles ressources et disqualifiées. Les premières manifestations se sont déroulées dans la deuxième moitié des années 80 avec des occupations de squats par des personnes sans logement, des occupations d'agence pour l'emploi par des chômeurs. Elles deviendront très visibles dans les années 90 avec les marches contre le chômage des printemps 1994, 1997, et 1999 ; avec l'occupation de l'immeuble de la rue du Dragon en plein Paris, en décembre 1994 ; et avec le « mouvement des chômeurs » de l'hiver 1997-1998 (Sommier, 2001). Ces actions se construisent avec l'appui de nouvelles organisations dans le champ de

l'exclusion comme le Mouvement national des chômeurs et précaires (MNCP), créé en 1986 par Maurice Pagat ; l'Association pour l'emploi, l'information et la solidarité des chômeurs et travailleurs précaires (Apeis), constituées en 1987 dans le Val de Marne par des responsables du Parti Communiste, des membres de la CGT (Confédération Générale du Travail)⁹¹ ainsi que d'associations caritatives comme le Secours Populaire et la Croix Rouge ; le Comité des Mal Logés (CML) qui deviendra le Droit au logement (Dal) en 1990 ; le Comité des sans-logis (CDSL), crée en 1993 par le DAL pour élargir le spectre des personnes mobilisées aux plus démunis ; Agir ensemble contre le chômage (AC !) fondé en 1993 avec le soutien de syndicalistes et déjà réunis dans la revue *Collectif*, et dans le collectif Droits devant !! (Dd ! !) qui avait été créé pour soutenir l'occupation de la rue du Dragon (Sommier, 2001). Garcia (2012) retrouve une trace du choix de l'appellation de cette série de mouvements dans « l'Appel des Sans » du collectif Droits devant !! le 20 décembre 1995, issu d'une collaboration entre le DAL, le CdSL, AC !, le MNCP, l'APEIS, et la CGT pour les organisations principales.

A partir de cette expression, « Mouvement des Sans », une série de questions sociales s'aggrave qui concernent le champ de l'exclusion. Leurs thématiques sont prégnantes dans les années 90, exprimées par les situations de manque que vivent une partie de la population : Sans logement, Sans papier⁹² et Sans emploi. Ces questions sont traditionnellement portées par des grandes associations caritatives historiques comme Emmaüs, le Secours Catholique ou le Secours Populaire, dans une logique de collaboration avec les pouvoirs publics. Ces dernières sont considérées comme des gestionnaires de ces questions sociales par les solutions qu'elles proposent (centre d'hébergement, chantiers d'insertion, accompagnement social...). Elles favorisent historiquement un rapport non conflictuel avec l'état (Viguié, 2013). Avec les « mouvements des Sans », des nouveaux acteurs entrent sur la scène de l'exclusion qui se différencient par leurs stratégies. Ils rompent avec la logique de négociation et cherchent l'instauration d'un rapport de force avec les groupes décisionnaires. Garcia note qu'ils « se distinguent des organisations existantes par leur activisme et un discours beaucoup plus radical, fondé sur un usage offensif du registre des droits. ». (2012, p. 18). Leurs mobilisations sont visibles et spectaculaires. Ils demandent l'opérationnalité des droits sociaux existants ainsi que la création de nouveaux comme pour un revenu minimum, une couverture maladie pour tous

⁹¹ Syndicat qui était à l'époque majoritaire aux élections professionnelles.

⁹² L'expression « Sans papier » fait référence à la situation irrégulière sur le territoire de personnes étrangères qui ne disposent pas du papier espéré, le titre de séjour, qui officialiserait la légalité de leur séjour en France.

ou le droit à un logement. Une série de lois dans les années 90 ont d'ailleurs été inspirées de ces revendications : le revenu minimum d'insertion (RMI) créé en 1988, la loi Besson pour le logement de 1991 qui met en œuvre un droit au logement et la couverture maladie universelle (CMU) en 1999.

Ces acteurs viennent donc en contre-exemple par rapport aux projections de certains auteurs sur la difficile mobilisation de personnes dites exclues par la visibilité qu'elles ont gagnée et leur capacité à faire mouvement que ce soit par un appui populaire mais aussi par leur rôle dans la vie politique et sociale du pays. Garcia (2012) en s'intéressant aux ressorts de la médiatisation de ces mouvements rappelle qu'ils sont des enjeux fondamentaux des mobilisations contemporaines pour « obliger « l'adversaire » à céder, indépendamment du rapport de force sur le terrain » (Garcia, 2012, p. 12). Cependant, la concurrence est rude et la difficulté de l'accès à cet espace se traduit par la constitution de ce qu'Offerlé appelle un « cimetière de causes » (1994, p. 126) avec toutes les causes qui n'ont pas trouvé d'écho par la médiatisation. La surprise est donc d'autant plus grande lorsque les « mouvements des Sans » font irruption dans l'espace médiatique. Le mouvement de chômeurs de 1997-1998 est d'ailleurs pensé par Bourdieu comme un « miracle social », « un événement extraordinaire » (1998, p.102) et appelé par la presse de « tremblement de terre politique », « une explosion sociale »⁹³. L'analyse de ce mouvement est, pour Maurer et Pierru, d'autant plus intéressant que le « seuil d'insensibilité structurelle à leurs revendications a longtemps été (et est toujours) très élevé » (2001, p. 373).

Pour réfléchir au processus permettant aux mouvements sociaux de devenir une arme forte pour les faibles, nous allons partir de l'analyse faites par Maurer et Pierru spécifiquement sur le mouvement des chômeurs de 1997-1998. Ils repèrent une configuration inédite qui a permis l'émergence du mouvement de chômeurs et qui s'est mise en place au cours des 20 dernières années. Ils la pensent comme un « système d'action protestataire » pour sa fonction de représentation politique des chômeurs, en tant que « l'ensemble des groupements, des organisations et des associations qui contribuent chacun à sa manière à la construction d'un groupe de référence » (Lagroye, 1997, p. 251). Les organisations qui ont structuré ce mouvement ont certaines caractéristiques. Leurs militants sont en majorité des chômeurs. Par leurs projets politiques, elles tentent de répondre aux urgences de leurs membres en articulant aides sociales et revendication politique. Ainsi, elles sensibilisent ces mêmes membres à

⁹³ *L'Événement du Jeudi*, 22-28 janvier 1998.

l'action politique. L'aide d'urgence devient une passerelle vers un travail de revendication politique.

Les structures étant d'échelle locale, les mobilisations restent donc, tout d'abord, locales et concernent uniquement les interlocuteurs directs de chaque collectif. Au milieu des années 1990 l'organisation Agir ensemble contre le Chômage va se donner l'objectif d'être un organisateur de mobilisation qui permette à cet ensemble d'acteurs de se coordonner et d'avoir une action plus collective et à l'échelle nationale. De plus les syndicats minoritaires drainent des militants qui voient dans les « mouvements des Sans », l'opportunité de reprendre contact avec les couches sociales qui échappent aux syndicats majoritaires. Ils se lancent donc sans relâche dans un syndicalisme de terrain. Cette dualité des membres des organisations entre chômeurs et syndicalistes, entre prise en compte de l'urgence quotidienne des chômeurs et projet politique plus global va créer des tensions dans le collectif. Ainsi, se dévoilent une des dynamiques des luttes politiques et de ses représentations qui, d'après Maurer et Pierru, est d'autant plus fort qu'il s'agit de personnes démunies :

« Logiques qui ne sont jamais aussi puissantes que lorsque, dans le cas des groupes et/ou individus « à ressources faibles », généralement peu prédisposés à une prise de parole autonome, ces intérêts sont pour partie pris en charge par des groupements et des individus dont les propriétés sociales sont bien souvent aux antipodes de celles des « représentés ». »
(Maurer, Pierru, p. 385)

Cependant, Maurer et Pierru précisent que l'intégration des chômeurs aux organisations a permis d'augmenter les ressources organisationnelles tout en précisant le sens du concept. Elles ne se limitent pas aux aspects matériels comme les moyens financiers ou logistiques mais, selon Bagguley (1991), elles sont aussi des savoir-faire et compétences permettant de faire vivre la mobilisation et de créer des alliances. Dans ce système inédit, les personnes issues du syndicalisme vont amener leurs compétences en termes de communication avec les médias. Ils amènent des clés pour se faire comprendre. La maîtrise de leurs grilles de compréhension permet de construire un discours qui fait écho médiatiquement ainsi que des actions qui seront rendues visibles et reprises. Maurer et Pierru prennent pour exemple les « pillages virtuels » de supermarchés. Ainsi, les entrepreneurs de mobilisation engagent des processus de réparation de la souffrance sociale par la « scandalisation » (Offerlé, 1994). La médiatisation permet le développement de processus de « causalité circulaire déclenchée par la presse et qui fait durer le mouvement » de sorte que « plus la presse "en parle" et produit un travail de mobilisation en

faveur du mouvement, plus celui-ci se sent face au pouvoir politique d'une force inespérée » (Champagne, 1990b, p. 33).

Lagneau et Lefébure (1999) montrent un niveau de réactivité des journalistes bas qui entraîne une surmédiatisation des actions des chômeurs et participent à en faire une cause nationale et à générer une mobilisation supplémentaire avec des nouveaux militants ou des collectifs qui se créent sur toute la France. De plus, en lien avec l'hypothèse de Tarrow (1998) sur l'importance des configurations des acteurs politiques dans les évolutions d'un mouvement, il semblerait que le jeu médiatique se soit aussi construit en écho à des jeux de pouvoir liés au gouvernement et aux partis politiques. Cette configuration a donc bénéficié aux entrepreneurs de contestation qui ont réussi à mobiliser les chômeurs et la société sur leurs revendications, aussi en fonction d'enjeux qui leur sont plus personnels ou qui dépendent de leurs organisations.

Maurer et Pierru complètent leur recherche par une analyse compréhensive de l'engagement des militants chômeurs en partant de l'hypothèse que les entrepreneurs de mobilisation, s'ils ont la capacité de générer un sentiment d'injustice chez les militants, il est important de voir comment ce sentiment est vécu par ces derniers. Cette approche permettrait de dégager leurs possibles « ressources compensatoires » (Maurer, Pierru, 2001, p. 390), fonctionnant comme des leviers de mobilisation malgré des ressources considérées comme faibles. Ainsi, ils repèrent deux éléments qui viennent bousculer les discours traditionnels sur l'engagement. Les chômeurs laissent apparaître qu'ils s'engagent dans le mouvement car ils y trouvent un espace de socialisation. Ils nuancent l'importance des revendications et se disent parfois opposés à certaines. La dimension politique d'un mouvement social peut donc ne pas être ce qui amène l'engagement qui se réalise ici sous la forme d'un acte social. Les sociologies traditionnelles réfléchissent l'engagement à partir de ce qui la favorise en observant les prédispositions des militants. Les chômeurs nous apprennent que ces prédispositions peuvent aussi être des manques comme l'isolement en tant que manque de relations sociales. Ils retrouvent aussi des formes de colère qui se distinguent de celles analysées par exemple sur les mouvements ouvriers car elle n'est ni politique, ni collective. Cette colère semble trouver ses racines dans un désarroi personnel qui trouve dans le mouvement un espace d'expression. Ainsi, les conclusions récurrentes sur la présence d'une frustration, sur l'importance de la dimension politique et sur l'importance d'avoir un adversaire nommé pour une « cause contre » trouvent ici un contrepoint.

Les entretiens réalisés avec les chômeurs n'invalident pas les thèses de Paugam sur la disqualification sociale (1991) et la difficulté d'afficher publiquement son appartenance à un

groupe social stigmatisé. Maurer et Pierru retrouvent la violence de ce processus tout en observant des possibilités pour le dépasser :

« Le passage à l'acte, l'engagement concret dans une mobilisation, est bien souvent porteur d'une forme de violence pour les chômeurs qui franchissent ce pas. Parce que le chômage est socialement construit de telle sorte que les chômeurs se voient opposer un déni de parole, l'engagement public constitue une transgression. Pour les chômeurs les plus démunis de capitaux sociaux et culturels, l'entrée progressive dans un mouvement permet d'atténuer partiellement cette violence. (2001, p. 403).

Ainsi, les aides d'urgence fournies par les organisations fonctionnent comme une porte d'entrée pour des membres qui deviendront militants. Le processus de socialisation prendra toute sa place et fonction dans un accompagnement vers les activités qui sont aussi politiques. Dans ce processus, c'est bien la « réaffiliation » qui est dite comme centrale par les chômeurs dans leur engagement. Ainsi, l'exclusion devient une ressource au sens de la sociologie des mouvements sociaux pour l'engagement des acteurs.

Maurer et Pierru (2001) montrent donc comment ce processus s'est construit dans une interaction entre entrepreneurs de mobilisation et chômeurs qui se sont engagés dans ces espaces en fonction d'intérêts différents mais qu'ils ont réussi à articuler. La surmédiation du mouvement a d'ailleurs participé à la construction de sa réalité en rendant visibles des actions locales dans un effet démultiplicateur sur l'ampleur du mouvement qui a, en même temps, soutenu la mobilisation de nouveaux acteurs. Maurer et Pierru (2001) soulignent que dans cette expérience la désaffiliation est une ressource pour l'engagement des membres chômeurs qui deviennent eux-mêmes des ressources pour les mouvements. Ainsi, ce qui empêchait les mouvements dans les analyses de certains sociologues devient fondamental pour la réalisation du « miracle social » (Maurer, Pierru, 2001) de la mobilisation de personnes précaires.

4. L'exclusion au cœur des mouvements sociaux latino-américains

Ce même miracle prend une tout autre dimension lorsqu'on le fait voyager sur un autre continent, l'Amérique Latine, et plus précisément, un autre pays, le Brésil. La mobilisation de personnes exclues, précaires y devient un trait caractéristique des mouvements sociaux. Pourtant, nous retrouvons une similitude de pensée avec l'impossible mobilisation des exclus que l'on retrouve dans la pensée de Paugam. En se basant sur les analyses de Sader et Paoli (1988), Tavares (2018) indique que certains des penseurs politiques les plus conservateurs du

début du 20^{ème} siècle, comme Oliveira Vianna, Azevedo Amaral et Alberto Torres niaient la capacité d'organisation du peuple brésilien au titre de leur hétérogénéité. Ainsi, selon ces penseurs, ce peuple n'aurait pas de "vocation à la solidarité et à l'universalité" (Sader, Paoli, 1988, p. 42) ; "il n'était pas un vrai peuple, avec une expression représentative ordonnée dans la société" (idem, p.42).

Quant à Gohn (2007), elle réfléchit sur ces décalages entre paradigmes de pensée des mobilisations latino-américains, nord-américains et européens. Elle explique que la sociologie brésilienne s'est largement inspirée de ces deux derniers modèles avec parfois un manque de prise en compte de différences historiques et socio-économiques. Elle retrace une petite histoire de leur utilisation en Amérique Latine. Nous pouvons citer les théories évolutionnistes dans les années 50 qui avaient une vision du développement sous la forme d'une succession d'étapes. Par ce prisme, la marginalité sociale a été vue comme une défaillance culturelle ou une simple problématique qui se réglerait au fur et à mesure du développement économique du pays. Ont suivi des études qui ont mis l'accent sur la participation sociale des individus (vus isolément) pour permettre leur intégration. C'est à partir de la théorie de la dépendance de Cardoso et Falleto (1970) que l'on a porté attention aux spécificités de l'Amérique Latine. Ils ont notamment inspiré le travail de Kowarick (1975) qui fait de la marginalité le produit des modèles capitalistes implantés dans les pays dits sous-développés. Le problème n'était donc pas de les intégrer mais de les comprendre comme des personnes exclues du capital et en même temps, nécessaires pour ce processus d'accumulation dans un contexte de surexploitation de la main d'œuvre dans les zones urbaines et de la constitution d'une large armée de réserve de main d'œuvre non qualifiée issue de la campagne. Dans les années 70, c'est le paradigme marxiste qui est adopté de manière prédominante en Amérique Latine. Elle sera remplacée par les théories des nouveaux mouvements sociaux dans les années 80. Dans les années 70, il faut noter aussi l'apport des modèles nord-américains notamment sur les théories des réseaux sociaux. Pour Gohn (2007), ces présences ont généré un « orphelinat théorique » pour les chercheurs latino-américains qui ont été pris dans les modèles européens dans les années 90.

Pour constituer une approche des mouvements sociaux en Amérique Latine, Gohn dégage, tout d'abord, les spécificités des formes de lutte en Amérique Latine. Le passé colonial du continent est une caractéristique forte avec l'importance de l'esclavage et de la mise en servitude des indigènes basé sur la monoculture et l'exploitation intensive des ressources naturelles. Cela se prolonge jusqu'au 20^{ème} siècle puisque les quelques pays qui se sont industrialisés l'ont fait en fonction des besoins des fleurons de l'économie capitaliste

internationalisée. Gohn cite en référence Freire (1933), Azevedo (1944), Prado Jr (1969), Furtado (1967) et Oliveira (1972).

La deuxième caractéristique citée par Gohn (2007) concerne le processus de construction des états qui, en Amérique Latine, sont le fruit d'intenses luttes avec des gouvernements dans lesquels une majorité des élites représentent des intérêts économiques. Les relations avec les populations sont marquées par des périodes de gouvernements autoritaires qui fondent une citoyenneté particulière car dans les périodes de transition vers la démocratie, l'enjeu était non seulement la réappropriation de l'Etat par les populations, mais aussi la régulation des lois dans des contextes de pouvoirs en place arbitraires et d'exception. De la seconde Guerre Mondiale aux années 60, les gouvernements populistes (Weffort, 1978) ont consolidé une culture des relations populations-pouvoir étatique en tant que relations de domination par l'instauration de relations de clientélisme avec des politiques basées sur des échanges de faveurs avec les populations. Ces gouvernements ont développé largement des projets de développement à partir de l'industrialisation et de la création de biens de consommation. Des mouvements de résistance se sont tout de même constitués localement, notamment par l'important travail de certains courants de l'Eglise.

Cependant, ils n'empêchent pas la vague de régimes militaires qui s'impose dans les années 1960 avec des politiques autoritaires ainsi que des projets de développement basés sur trois piliers : entrepreneuriat national, capitalisme international et pouvoir militaire. Ce sont les années 1970 et 1980 qui marquent la fin de la militarisation des pouvoirs et le début d'un processus de redémocratisation des états qui sera fécond en termes de mobilisations sociales car soutenu par ces mouvements tout en leur permettant de se développer. Dans cette période, ils gagnent en ampleur et visibilité que ce soit pour une démocratisation des états ou pour des luttes plus spécifiques (Brant, 1975 et 1980 ; Gohn, 1982 et 1985 ; Kowarick, 1987 ; Scherer-Warren et Krisckhe, 1987 ; Sader, 1988). La culture politique se modifie et passe du clientélisme à une citoyenneté collective basée elle-même sur des droits collectifs notamment pour les groupes sociaux discriminés et opprimés. La globalisation a ensuite touché l'Amérique Latine avec son cortège de dérégulations des économies. Les entreprises privées et publiques se sont réorganisées et la main d'œuvre a dû devenir polyvalente. Cette nouvelle période a amené une forte augmentation du chômage et de la pauvreté. Les politiques sociales sont vues comme néolibérales (Sader et Gentili, 1995) et les mouvements sociaux évoluent avec l'apparition de

nouveaux acteurs comme les ONG⁹⁴ internationales qui prennent place dans le paysage des luttes sociales.

A partir de ce parcours, Gohn (2007) dégage des caractéristiques des mouvements sociaux latino-américains qui positionnent l'importance des phénomènes de pauvreté et d'exclusion dans leurs constitutions. Elle remarque une hégémonie des mouvements populaires, constitués de personnes issues de cette classe sociale marquée par ces phénomènes. Leurs revendications se situent sur des thématiques concrètes de besoins essentiels pour vivre comme la terre, le logement, l'alimentation ou l'accès à des équipements collectifs de base. Gohn souligne qu'elles ne sont en rien modernes et s'inscrivent dans la tradition des revendications des personnes exclues. En raison du passé colonial latino-américain, la question des indigènes est prégnante et s'inscrit dans cette tradition. En effet, ils vivent le plus souvent dans des situations de grande misère dans les banlieues urbaines des grandes villes ou des situations de désagrégation culturelles dans des petits villages. Leurs luttes sont liées aux enjeux de propriété de la terre et donc assez sensibles pour les intérêts économiques qu'elles croisent. Elles sont d'ailleurs parfois liées aux mobilisations concernant l'accès à la terre qui ont fait de la question agraire un lieu emblématique pour la violence des conflits. Cette question reste un tabou pour les classes dominantes. Le MST, un des terrains de cette recherche, est un des mouvements centraux dans ce champ et qui démontre pleinement les inégalités latino-américaines. Cependant, dans les analyses, la dimension économique des mouvements sociaux a pu invisibiliser certains aspects socio-culturels comme la question du genre dans la militance avec une présence massive des femmes dans les mobilisations. Les nouveaux mouvements sociaux viennent requestionner ces aspects par leurs préoccupations sur la place des femmes, de personnes à la peau noire, ou bien pour l'environnement... Ces nouveaux mouvements sociaux existent aussi en Amérique Latine mais la tradition politique du clientélisme et l'importance du patriarcat ont limité leur influence qui est restée très locale. Si leurs thématiques sont aujourd'hui pensées au sein des mouvements sociaux traditionnels, en articulation avec leurs projets plus globaux, les préoccupations dominantes en Amérique Latine restent liées aux besoins en termes de conditions de vie des classes populaires. Pour illustrer cette articulation, nous pouvons prendre l'exemple du *féminisme paysan et populaire* développé au sein de la Via

⁹⁴ Organisations Non Gouvernementales

Campesina (Via Campesina, non daté)⁹⁵. Concernant leur positionnement à l'état, Gohn voit une différence importante dans les revendications liées à la pauvreté avec les paradigmes européens et américains. Il n'y est pas revendiqué d'intégration sociale à l'Etat car sa responsabilité est engagée dans les processus d'exclusion avec des politiques sociales qui fragmentent, sans résoudre les raisons structurelles de la pauvreté, de la faim ou du chômage.

Les mouvements sociaux en Amérique Latine ne sont pas systématiquement opposés aux pouvoirs en place malgré une période d'opposition aux dictatures militaires. Il y a, dans la relation aux Etats, une variété de choix stratégiques. Il en est de même concernant les modes d'actions. Gohn (2007) montre qu'ils ont la capacité d'évoluer dans leurs stratégies et modes d'actions qui vont de l'action violente lorsque le dialogue avec les autorités n'est pas possible, à l'utilisation des médias pour faire porter leurs voix. Cela ne date pas uniquement de l'avènement des réseaux sociaux et était déjà réalisé avant, par exemple par l'intermédiaire des radios communautaires dans les bidonvilles. Ces outils ont d'ailleurs parfois été des outils pour développer des projets d'éducation populaire. En réaction, une des principales stratégies des gouvernements est l'institutionnalisation des mouvements sociaux et de leurs revendications par des lois ou la création d'organes prenant en charge les questions concernées. La rigidité de ces dispositifs empêche la résolution de tout problème, ainsi, une culture de la pratique informelle s'est développée mettant en valeur l'importance des réseaux de connaissance et d'influence pour faire avancer des situations et revendications sociales. Des proximités peuvent donc exister avec les sphères décisionnaires. D'ailleurs, l'hétérogénéité des mouvements sociaux en Amérique Latine est aussi à l'image de la diversité des volontés politiques des différents acteurs. En effet, en fonction des projets, des liens se créent avec certaines organisations. Ces liens peuvent devenir subversifs avec la création de « contre-mouvements officiels » par certains partis politiques sous la forme de mouvements sociaux défendant leurs intérêts.

Gohn (2007) note aussi une grande diversité dans les modes d'organisation de ces mouvements par exemple en termes de gouvernance, d'articulations politiques, de projets politiques... Quelques soient les thématiques abordées. Les intellectuels y sont des acteurs importants qui se font les intermédiaires des relations avec les médias et avec les organismes d'Etat. Ils ne viennent pas des mêmes catégories sociales que les membres des organisations

⁹⁵ Document produit et édité par la Via Campesina, il n'est pas daté. Téléchargeable ici : <https://viacampesina.org/fr/wp-content/uploads/sites/4/2021/11/VI%CC%81A-CAMPESINA-feminismo-campesina-y-popular-DIGITAL-FRANCAIS2.pdf>

cependant, contrairement au cas de l'Europe, ils sont minoritaires par rapport à eux. Avec ce point commun, des formes variées de faire politique se développent avec de nouvelles modalités pour les mouvements contemporains qui renouvellent les traditionnelles alliances avec les syndicats et l'Eglise. Toutefois, l'importance de l'Eglise catholique reste une caractéristique qui se dégage car les mouvements sociaux à forte reconnaissance au niveau international sont ceux qui ont eu l'appui de la théologie de la libération (Figueira, à paraître). Il s'agit d'un mouvement religieux au sein de l'Eglise catholique qui s'est positionné comme devant agir prioritairement pour les pauvres en leur donnant les outils pour se libérer de leurs oppressions par la conscientisation. Gohn (2007) fait le lien entre l'importance de l'Eglise et le passé de la colonisation qui en a fait un « synonyme d'espoir ».

Les années 1990 marquent une période de crise pour les mouvements sociaux entraînant quelques changements dans les organisations et les pratiques. Avec la fin des gouvernements autoritaires, l'Eglise et les agences pourvoyeuses de fonds ont recentré leurs actions sur les processus de redémocratisation de l'Europe de l'Est. Les mouvements sociaux se sont trouvés confrontés à des problèmes de financements qu'elles ont compensés par le développement d'économies informelles à l'image du mouvement des « seringueiros⁹⁶ » qui ne luttent pas uniquement pour leur droit à la terre mais aussi pour vendre leurs produits sur des marchés plus compétitifs. L'importance de la dimension économique a donc augmenté pour ces organisations. Nous voyons que ce sont plus les mouvements sociaux qui ont travaillé sur des questions très locales qui ont été fragilisés dans le courant des années 1990, alors que ceux qui ont travaillé sur des problématiques globales comme les revendications des peuples indigènes, l'environnement... se sont renforcées. Les articulations entre les mouvements sociaux sont récentes en Amérique Latine et s'il existe des personnes qui participent à plusieurs mouvements depuis les années 1970 voire 1980, c'est, par exemple, en 1989 que les mouvements populaires créent la Central dos Movimentos Populares⁹⁷ (CMP). Avec l'appui des ONG, ils ont notamment développé des structures de soutien et de renforcement des compétences technologiques pour leurs membres. Le modèle nord-américain du « mouvement organisation » est ainsi arrivé en Amérique Latine par ce biais. Les collectifs ont développé des expertises sur la recherche de financement, sur la pratique de réseaux et partenariats, sur la participation à des

⁹⁶ Ouvriers agricoles chargés de la récolte du latex en Amazonie et qui se sont organisés en mouvement social à partir des années 70, 80, et qui ont dans ce cadre développé des modes de production originaux et performants (Schmink, Wood, 2010).

⁹⁷ Centrale des Mouvements Populaires, traduction de l'auteure.

politiques publiques opérationnelles, ainsi que sur la formation de ses cadres et militants. Par ces différentes activités, ils gagnent en dimension organisationnelle qui vont enrichir leur manière de faire mouvement social et tentent de répondre notamment à la problématique de raréfaction des ressources financières.

A partir de ces analyses des mouvements sociaux en Amérique Latine, mis en discussion avec les paradigmes de pensée européens et nord-américains, Gohn (2007) propose une définition qui élargit la proposition de Neveu (2019) en intégrant un ensemble d'acteurs pour leurs rôles dans la vie politique qui se constituent en mouvement à partir d'espaces non institutionnalisés :

« Les mouvements sociaux sont des actions sociopolitiques construites par des acteurs sociaux collectifs appartenant à différentes classes et couches sociales, qui s'articulent dans certains scénarios de la conjoncture socio-économique et politique d'un pays, créant un champ politique de force sociale dans la société civile. Les actions sont structurées sur la base de répertoires créés à partir de questions et de problèmes liés à des conflits, des litiges et des différends vécus par le groupe dans la société. Les actions développent un processus social et politico-culturel qui crée une identité collective pour le mouvement sur la base d'intérêts communs. Cette identité est fusionnée par la force du principe de solidarité et construite sur la base référentielle de valeurs culturelles et politiques partagées par le groupe dans des espaces collectifs non institutionnalisés. Les mouvements génèrent une série d'innovations dans les sphères publiques (étatiques et non étatiques) et privées ; ils participent directement ou indirectement à la lutte politique d'un pays et contribuent au développement et à la transformation de la société civile et politique. Ces contributions sont observées lors de l'analyse de périodes historiques de moyenne ou longue durée, au cours desquelles les cycles de protestation décrits sont observés. Les mouvements participent au changement social historique d'un pays et le caractère des transformations qu'ils génèrent peut-être progressif, conservateur ou réactionnaire, en fonction des forces sociopolitiques auxquelles ils s'articulent dans leurs réseaux denses et des projets politiques qu'ils construisent par leurs actions. Ils sont soutenus par des entités et des organisations de la société civile et du monde politique, avec des agendas construits autour de demandes socio-économiques ou politico-culturelles qui englobent les questions conflictuelles de la société dans laquelle ils opèrent. »⁹⁸ (Gohn, 2007, p. 252)

⁹⁸ Traduction de l'auteure.

Cette définition met à l'honneur les processus de subjectivité qui se construisent au sein des mouvements sociaux fondés sur la construction d'une identité collective structurante pour les individus et pour la société en tant que force politique. Elle positionne le conflit comme un temps du mouvement social mais qui n'en est pas une condition. Ce qui fait mouvement, chez Gohn, est la participation à la transformation sociale d'une société qui est historique. En cela, elle semble faire écho à la définition de Touraine : « un mouvement social est l'action collective organisée par laquelle un acteur de classe lutte pour la direction sociale de l'historicité dans un ensemble historique concret » (Touraine, 1978, p.49). Ils sont donc présentés comme des acteurs instituant dans le champ des forces sociales, l'instituant étant pensé par l'analyse institutionnelle comme niant l'institué. Au regard de ces définitions, ce courant théorique donne des outils pour entrer au cœur de ce jeu de forces, par sa capacité à s'affranchir des échelles traditionnelles d'analyse (micro, méso, macro). L'analyse institutionnelle permet ainsi de saisir les liens entre les dimensions subjectives des mouvements sociaux et leurs effets politiques et sociaux, dimensions centrales pour la lecture des mouvements sociaux latino-américains.

5. Citoyenneté, pédagogies et mouvements sociaux

Regarder les mouvements sociaux à partir de l'Amérique Latine permet de percevoir les liens entre mouvements sociaux et éducation par le biais de leurs subjectivités rendant visible la praxis qui s'y construit. Selon Gohn (2001), le concept de citoyenneté permet de faire parler cette praxis dans le lien construit entre individus et politique. Il permet de penser les mouvements sociaux comme des processus aux caractères pédagogiques tout en participant à l'évolution du concept en fonction des systèmes politiques et économiques.

Historiquement, la citoyenneté marque une différence de statut et de droit en fonction de la place économique et sociale des personnes. Elle a tout d'abord été pensée par Diderot comme liée à la propriété qui garantirait une indépendance économique permettant d'accéder à une conscience désintéressée et à un intérêt pour la gestion des biens communs. Locke met quant à lui les caractéristiques propres de la classe travailleuse en question dans une différence de statut des citoyens. Ne travaillant qu'avec leurs mains, ils n'auraient pas la capacité d'avoir des idées et ne pourraient donc pas avoir de morale politique. Par cette incapacité à penser, leurs actions iraient jusqu'à mettre en péril l'ordre social. Il n'est donc pas possible de leur octroyer le statut de citoyen (Mac Pherson, 1978). Il y a donc une inégalité qui se construit entre « le citoyen-propriétaire et le non-citoyens non-propriétaire » (Gohn, 2001, p. 12). Au 18^{ème} siècle

cette conception évolue avec le rationalisme qui va constituer la citoyenneté à partir d'une conscience libre et éduquée. La transformation de la société étant pensée comme un processus lié à la rationalité, le citoyen doit avoir l'éducation nécessaire pour le réaliser indépendamment de son statut de classe. Avec l'installation du capitalisme au 18^{ème} siècle, l'éducation est mise à son service et doit former l'humain pour qu'il réponde à ses besoins c'est-à-dire lire, compter et avoir des bases en géométrie et mécanique. Ainsi, il serait aussi une main d'œuvre obéissante et disciplinée. Cette période est donc marquée par une « citoyenneté passive » (Gohn, 2001) qui a des caractéristiques morales de discipline permettant une harmonie sociale. Au 20^{ème} siècle cette notion continue d'évoluer et est perçue comme un ensemble de droits et devoirs des individus régulés par les Etats. Avec le développement du néolibéralisme, le citoyen devient « civilisé », membre d'une communauté et solidaire de ses pairs. L'éducation est ici aussi conservatrice car il s'agit de former à cette coopération qui va permettre à la société de construire son processus de modernisation.

A l'instar de ces visions, une troisième acception apparaît, celle de la « citoyenneté collective » issue des mouvements sociaux et constituée par la dénonciation des inégalités économiques et sociales qui sont exacerbées par l'hégémonie d'une société de consommation et d'une course au bénéfice qui surexploite l'homme (Gohn, 2001). Elle se développe en Amérique Latine dans les années 1980 avec la fin des gouvernements militaires et le processus de redémocratisation de la société qui est accompagné de la démultiplication de mouvements sociaux. La *citoyenneté collective* est mise en pratique à partir de revendications pour la mise en place de droits collectifs notamment pour les groupes sociaux opprimés. L'éducation occupe une place centrale dans ces espaces car le mouvement social est un processus éducatif en soit, au sein duquel elle se construit par les jeux identitaires et le quotidien des mobilisations : « Elle se construit comme un processus interne, au sein d'une pratique sociale en cours, fruit de l'accumulation des expériences engendrées. »⁹⁹ (Gohn, 2001, p. 16). Ainsi, elle rejoint l'analyse de Neveu (2019) qui souligne l'importance de la subjectivité dans ces processus car l'engagement de chaque individu va au-delà de la revendication collective mais s'ancre dans un rapport individuel d'expérience avec les nouvelles valeurs en construction. Cependant, pour Gohn (2001) ces identités individuelles s'effacent dans la constitution de l'identité collective du mouvement social.

⁹⁹ Traduction de l'auteure.

C'est donc une forme de praxis qui est à l'œuvre dans ces luttes par les liens entre action et pensée de l'action perpétuellement en évolution :

« Le mouvement social désigne l'action des hommes dans l'histoire. Cette action implique une action - à travers un ensemble de procédures - et une pensée - à travers un ensemble d'idées qui motivent ou fondent l'action. Il s'agit, par conséquent, d'une praxis. » (Gohn, 2007, p. 247).

Cette praxis enrichit le constat de Neveu (2019) sur la production des ressources par le mouvement social lui-même. Si certaines lui préexistent, d'autres sont construites au cœur de la mobilisation notamment par la praxis qui s'y met en place.

Articuler citoyenneté, pédagogie, praxis et mouvement social découle d'une tradition de pensée en Amérique Latine dont nous pouvons citer deux influences majeures : la théologie de la libération et la pédagogie des opprimés. Ils sont d'ailleurs cités par Gohn lorsqu'elle fait un retour sur les sources des mouvements sociaux en Amérique Latine (2007). La théologie de la libération est tout d'abord une pensée théologique qui s'est constituée à la fin des années 70 au sein de l'Eglise et qui a eu un fort retentissement sur le continent latino-américain. Confrontés au *pobretariado*¹⁰⁰, des membres de l'Eglise catholique vont réfléchir au sens même de la charité pour mettre en œuvre leur choix de prendre une « Option préférentielle pour les pauvres ». Cette expression est un compromis qui découle de la Conférence générale de l'épiscopat latino-américain de Puebla (1979). Elle marque une rupture car, pour les théologiens de la libération, les êtres humains doivent d'abord se penser dans leur corporéité, se reconnaître mutuellement comme des êtres concrets avec des besoins. Ainsi, la pauvreté est la négation de Dieu. La lutte contre cet état est donc une remise en ordre de la place de Dieu sur notre terre. Cette perspective bouleverse l'ordre traditionnel de faire église car les valeurs de l'éthique religieuse ne sont plus transcendantales mais se construisent à partir de la pratique. Pour Gutiérrez « La communauté chrétienne professe une « foi qui opère par la charité ». Elle est – et doit être – charité efficace, action, un engagement au service des hommes. La théologie est réflexion et attitude critique. L'engagement de charité, de service, est premier. La théologie vient après, elle est un acte second. » (1985, p. 35).

Gutiérrez définit la théologie de la libération comme une forme de praxis car elle s'insère dans des aller-retours permanents entre pratiques et théorisations, une réflexion qui « se situe à

¹⁰⁰ Terme qui apparaît et est utilisé à l'époque pour définir la pauvreté massive en Amérique Latine. Ce terme vient de l'espagnol, mélange de « pauvre » (*pobre*) et « prolétariat » (*proletariado*).

l'intérieur d'une manière différente de relier la pratique et la théorie » (Gutiérrez, 1986, p. 10). Dans ce processus, les théologiens de la libération vont, entre autres, utiliser les sciences sociales avec un intérêt particulier pour les théories marxistes pour ce qu'elles leur apprennent de la pauvreté en Amérique Latine. Ils se lient d'affinité avec la critique du capitalisme qui y est développée, qu'ils comprennent comme une source de la misère contre laquelle ils ont décidé de s'engager :

« L'injustice née de cette société est le fruit des relations capitalistes de production qui donnent obligatoirement naissance à une société de classes portant la marque de la discrimination et de l'injustice [...]. La classe dominée n'a pas d'autre issue pour se libérer que de suivre le long et difficile chemin, déjà commencé, qui mène à la propriété sociale des moyens de production. C'est là le fondement principal d'un gigantesque projet historique de transformation globale de la société actuelle en une société nouvelle dans laquelle il devient possible de créer les conditions objectives permettant aux opprimés de récupérer l'humanité dont ils ont été dépouillés [...]. L'Évangile appelle tous les chrétiens et tous les hommes de bonne volonté à s'engager dans ce courant prophétique. » (Los obispos Latinoamericanos entre Medellín y Puebla, 1978, p. 71, cité par Löwy, 1998).

Dans la libération, au prisme de ce courant, nous retrouvons aussi le sens étymologique de l'autonomie venant du grec « *autonomos* » : qui est régi par ses propres lois (Rey, 1993), auquel se lie la définition donnée par Mendez (2015) pour qui « Être autonome, pour le peuple comme pour un individu ou une société toute entière, est d'avoir la capacité de remettre en question en permanence sa propre loi d'existence. Sans cette possibilité, le sujet populaire est condamné à rester dans la subordination. » (2015, p. 313). L'autonomie est au cœur de ce mouvement dans la manière de construire cette « Option préférentielle pour les pauvres » en renversant la perspective traditionnelle de la charité qui en fait un objet. Dans cette praxis, l'enjeu est de faire de cette charité une dynamique de conscientisation et de libération du pauvre, par le pauvre, de ses propres dominations en tant que sujet et acteur du processus.

Pour les théologiens de la libération, si l'autonomie est accompagnée avec une attention à chaque individu, sa portée n'est pas individuelle. Inspirés par les analyses marxistes, « l'Option préférentielle pour les pauvres » doit mener à changer fondamentalement les fonctionnements et les places sociales : « C'est à partir du peuple opprimé que s'opèrent le questionnement radical de l'ordre social actuel ainsi que l'abolition de la culture oppressive. Il n'est pas d'autre manière de mener à bien une véritable révolution sociale et culturelle. » (Gutiérrez, 1986, p. 201). Cette théologie ne se pense pas comme révolutionnaire mais comme une praxis insérée dans ces

processus pour les rendre plus critiques : « La théologie de la libération ne cherche pas à justifier chrétiennement des options déjà prises, elle ne veut pas être une idéologie chrétienne révolutionnaire. (...) elle part précisément de l'insertion dans un tel processus et elle essaie de contribuer à le rendre plus critique à l'égard de lui-même, donc plus radical, plus global. » (Gutiérrez, 1986, p. 48-49).

De cette pensée découle une série de pratiques locales liées à la gauche chrétienne que Löwy appelle le « christianisme de la libération » (1998). Il ne fait pas référence ici à une forme d'organisation structurée d'actions mais à une démultiplication d'initiatives locales que les points communs ont mené à aussi parfois appeler « l'Église des pauvres ». Si ce mouvement est parfois considéré comme une « une utopie théologique et une fiction sociale » (Daudelin cité dans Löwy, 1998, p. 54), elle a pourtant pris corps par une série d'actions envers les classes les plus populaires par des acteurs de l'Église mais aussi n'appartenant pas à l'Institution. Des prêtres, des ordres religieux, des évêques ainsi que des mouvements religieux laïques (Action Catholique, Jeunesse Ouvrière Chrétienne, Jeunes Ouvriers Chrétiens), des structures chrétiennes œuvrant directement avec les populations comme les réseaux de commissions pastorales, les « communautés ecclésiastiques de base » (Lesbaupin, 1997) ainsi que des organisations locales créées par des personnes engagées dans ces communautés comme des associations de quartier, des clubs de femmes, des ligues paysannes... se sont mobilisées pour la libération des pauvres.

Dans ce mouvement, une proximité s'est construite avec le travail de Paulo Freire et sa pédagogie des opprimés qu'il envisage lui-même parfois sous les angles de la liberté et de la libération (Freire, 1971, 1972, 1973a, 1973b, 1975a). Sa pédagogie a aussi parfois été renommée pédagogie de la libération (Hedjerassi, 2016 ; Freire, Freire, 2018 ; Costa, 2016 ; da Silva Rêses, Pereira, 2013 ; Dussel, 2000). Da Silva Coelho et Malafatti (2021) retrouvent plusieurs points de passage entre ces deux courants que ce soit en termes de relations sociales, de vision du monde, de projet pédagogique ou d'idéologie qui leur font dire que Freire fait partie de ce mouvement que Löwy a appelé le « christianisme de la libération ». Il s'agit d'un ensemble de pratiques qui ne participent pas d'une organisation coordonnée mais qui s'insèrent dans une même vision du monde guidée par des « représentations, idées et orientations cognitives, unifiées à l'intérieur par une certaine perspective, par un certain *point de vue* socialement conditionné"¹⁰¹ (Löwy, 2000, p. 13, souligné par l'auteur). Freire est d'ailleurs

¹⁰¹ Traduction de l'auteure.

aussi une des références du *Dictionnaire historique de la théologie de la Libération* (Cheza, Saavedra, Sauvage, 2017). L'ensemble des liens repérés par les auteurs leur font penser que « cette même vision sociale du monde n'est pas partagée au hasard ou par coïncidence, mais elle est construite par des expériences issues de processus similaires »¹⁰² (Da Silva Coelho, Malafatti, 2021, p. 9).

La biographie de Freire montre des collaborations et des similitudes d'expériences entre Freire et les théologiens de la libération. Un des moments forts semble être son exil au Chili de 1964 à 1969 qui était une époque d'effervescence politique avec l'élection de Eduardo Frei, démocrate-chrétien. D'après Gadotti, Freire y a trouvé un « espace politique, social et éducatif très dynamique, riche et stimulant, qui lui a permis de réétudier sa méthode dans un autre contexte, de l'évaluer dans la pratique et de la systématiser sur le plan théorique. » (1996, p. 72). C'est d'ailleurs dans ce contexte qu'il aurait rédigé *Pédagogie des opprimés* (1974). Lors de cet exil, il y a rencontré des défenseurs de la théologie de la libération comme Plínio de Arruda Sampaio. Par la suite, aux Etats Unis, il construira des liens avec le prêtre Richard Shaull et au Brésil, avec Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, représentants de cette pensée théologique.

Une reconnaissance mutuelle s'instaure dont on trouve des traces par exemple dans un des ouvrages majeurs de Gutiérrez :

« Pour qu'une telle libération soit authentique et complète, elle doit être prise en charge par les peuples opprimés eux-mêmes, et pour ce faire, elle doit partir de leurs propres valeurs. Ce n'est que dans ce contexte qu'une véritable révolution culturelle peut être menée à bien. De ce point de vue, l'un des efforts les plus créatifs et les plus fructueux entrepris en Amérique latine est l'œuvre de Paulo Freire, qui s'est donné pour mission d'améliorer les conditions de vie de la population. L'œuvre de Paulo Freire, qui vise à créer une "pédagogie de l'opprimé". Par une "action culturelle" - qui unit théorie et praxis - désaliénante et libératrice, les opprimés ont perçu et modifié leurs relations au monde et aux autres. Les idées et les méthodes de Freire continuent à faire leur chemin (Gutiérrez, 2000, p. 151-152).

Freire va lui aussi faire référence à ce courant. Par exemple, il cite l'ouvrage d'Assman, un des pionniers, *Opresión-liberación : desafío a los cristianos* (1971) pour son travail sur le rôle des églises dans l'éducation populaire (Freire, 1978).

¹⁰² Idem.

En termes de valeurs on ne peut qu'observer une même radicalité d'engagement auprès des personnes démunies qui, pour Freire, est basée sur des valeurs chrétiennes comme retrouvé dans une compilation de notes sélectionnées par sa deuxième femme, Ana Maria Araújo Freire :

« Il y a quelque chose d'autre qui ne peut être sous-estimé, et encore moins nié, dans l'explication de mon choix politico-pédagogique progressiste. Quelque chose qui n'a jamais été compris par les chrétiens autoritaires et les non-chrétiens, opposés les uns aux autres mais égaux dans leur sectarisme et leur primarisme : les marques de ma formation chrétienne. [...]. Je n'ai jamais pu comprendre comment il serait possible de concilier l'amitié avec le Christ et exploitation d'autrui, la bonne volonté du Christ avec la discrimination de race, de sexe, de classe. » (Freire, 2003, p. 121).

Nous retrouvons dans l'engagement de Freire et dans sa proposition pédagogique la centralité de la conscientisation des populations opprimées par la construction d'une praxis dont la finalité est de transformer le monde en transformant la colère en utopie :

« Une des questions centrales à laquelle nous devons nous confronter est celle de la transformation des postures rebelles en postures révolutionnaires qui nous engage dans un processus radical de transformation du monde. La rébellion est un point de départ indispensable, le détonateur de la juste colère, mais elle n'est pas suffisante. La rébellion qui dénonce doit se prolonger jusqu'à une position plus radicale et critique, révolutionnaire. La transformation du monde implique la dialectisation entre dénoncer la situation déshumanisante et annoncer son dépassement, c'est-à-dire, au fond, annoncer notre rêve. » (Freire, 2006, p. 93)

Dans son discours d'acceptation au Conseil Œcuménique de Genève, il exprime clairement la radicalité de son positionnement pédagogique : « Il faut que vous sachiez que j'ai pris une décision. Ma cause est celle des Damnés de la Terre. Il faut que vous sachiez que j'ai choisi la révolution. » (Simpfendorfer, 1989, p. 153, cité par Pereira, 2017, p.27).

Nous retrouvons la même articulation entre marxisme et christianisme chez Freire et dans la théologie de la libération dont une trace récurrente est la construction d'une praxis pour un apprenant sujet de l'histoire guidée par un « enseignant critique » (Pereira, 2017, p. 47) :

« Le professeur qui pense juste laisse transparaître aux apprenants qu'une des beautés de notre manière d'être dans et avec le monde, en tant qu'êtres historiques, est la capacité de le connaître en intervenant sur lui. » (Freire, 2006, p. 45).

En tant que pédagogue, l'école est, pour lui, un espace important dans lequel il a tenté de mettre en place sa pédagogie tout en se confrontant aux immobilismes de l'institué. Son expérience de secrétaire de l'éducation de São Paulo en 1989 en sera un espace. Il lance un programme d'amélioration des infrastructures, d'amélioration des conditions de travail des enseignants, de renouvellement des contenus des cours et surtout de réorganisation de son administration pour qu'elle soit plus démocratique. « Changer le visage de l'école » est la formule qu'il choisit pour une synthèse de ce programme qu'il espère être une manière de « réinventer le pouvoir » (Freire, 1975b, p. 175) pour mettre en place sa pédagogie et faire de l'école un espace au service des opprimés dans une lutte contre les injustices sociales. Un extrait de sa lettre pour « ceux qui font l'éducation avec nous »¹⁰³ exprime la portée de sa vision de l'école :

« Nous n'appelons pas le peuple à fréquenter l'école pour qu'il reçoive des instructions, des consignes, des recettes, des menaces... ni pour le réprimander ou le punir, mais pour qu'il participe à l'élaboration d'un savoir qui va au-delà de sa seule expérience concrète et immédiate. Ce savoir doit prendre en compte les besoins du peuple et devenir un outil de lutte lui permettant d'être le sujet de sa propre histoire. La participation du peuple à la création de la culture et à l'éducation rompt avec une tradition qui ne considère que seule l'élite est compétente et sait ce qui est nécessaire pour la société.

L'école doit, en outre, devenir un foyer de culture populaire au service de la communauté. Il ne s'agit pas de « consommer » cette culture mais de la recréer. L'école doit aussi devenir un espace d'organisation politique des classes populaires.

L'école comme lieu d'enseignement et d'apprentissage, sera alors un lieu de débat, de réflexion, de proposition où l'organisation populaire se renforce en pensant sa propre expérience. Les enfants des travailleurs doivent trouver dans cette école les moyens de leur auto-émancipation intellectuelle indépendamment des valeurs de la classe dominante. » (Freire, 1991)

La biographie de Freire montre la résistance au changement de l'institution qui semble se lire entre les lignes de sa démission en 1991, deux années après sa nomination. Si l'école résiste, l'instituant de sa pédagogie semble avoir trouvé un espace d'exercice hors ses murs, au sein des mouvements sociaux. La théologie de la libération et la pédagogie des opprimés en

¹⁰³ « Lettre adressée à l'attention de ceux qui font l'éducation avec nous à São Paulo » rédigée par Freire et publiée dans le Journal officiel de la municipalité de São Paulo le 1^{er} février 1989, reproduite dans Freire, 1991.

sont des fondamentaux en Amérique Latine car ils ont soutenu et influencé la création de nombre d'entre eux. Le MST en fait partie et maintient ses liens avec ces deux courants par l'intermédiaire de la Commission Pastorale de la Terre et par sa praxis d'une pédagogie du mouvement.

6. Mise en praxis par la pédagogie du mouvement

La pédagogie de Freire s'adresse donc à l'ensemble des opprimés, enfants et adultes. Si sa subversivité semble avoir du mal à s'exprimer pleinement dans un cadre scolaire traditionnel, les mouvements sociaux s'en saisissent et notamment le MST qui en fait une de ses références pour la théorisation de la pédagogie du mouvement. Ainsi, le « caractère essentiellement pédagogique de la révolution » (Freire, dans Pereira, p. 55) soulevé par Freire s'ancre et trouve un écho dans un mouvement de transformation sociale pour lequel la référence de Gohn (2001) à une *citoyenneté collective* semble trouver corps dans le concept de *sujet collectif*.

La pédagogie du mouvement peut être comprise dans deux nuances de sens, comme pratiques mises en place au sein du Mouvement Sans Terre ou comme théorisation construite pour penser la dimension pédagogique des mouvements sociaux. Ces deux sens sont en fait liés car la pédagogie du mouvement résulte des pratiques et du travail d'analyse des expériences au sein du MST. Elle s'est construite pour mettre en mots le processus de formation qui agit dans ce mouvement. Elle permet aussi de penser l'éducation en dehors du cadre classique de l'école pour être à la disposition de la praxis révolutionnaire de ce mouvement :

« Réfléchir à la manière dont chaque action - qu'il s'agisse d'une occupation, d'une marche, d'un type de production alimentaire - peut contribuer au processus de formation de ses sujets : en tant que sans-terre, en tant que paysans, en tant que travailleurs, en tant que classe ouvrière, en tant qu'êtres humains ; quelles valeurs elle propose, nie ou renforce ; quelle posture elle encourage face à la lutte, à la société, à la vie ; et quels défis de dépassement elle pose à leur humanité¹⁰⁴. » (Caldart, 2012b, p. 549).

Elle est donc intimement liée et participe au processus de transformation sociale. Sa dimension praxistique marque une continuité avec les influences marxistes de la théologie de la libération et de la pédagogie des opprimés pensée pour une transformation sociale :

¹⁰⁴ Traduction de l'auteure.

« La Pédagogie du Mouvement réaffirme, à notre époque, la radicalité de la conception de l'éducation, en la pensant comme un processus de formation humaine qui se déroule dans le mouvement de la praxis : l'être humain se forme en se transformant lui-même en transformant le monde¹⁰⁵ » (Caldart, 2012b, p. 548)

Un écho se fait avec une des phrases célèbres de Freire qui affirme que « personne ne se libère seul, personne ne libère autrui, les hommes se libèrent ensemble, par l'intermédiaire du monde » (Freire, 1974, p. 44). Le sujet ne peut donc être que collectif en tant « qu'association de personnes qui finissent par avoir une identité d'action dans la société, et donc de formation et d'organisation en vue d'intérêts communs et d'un projet collectif »¹⁰⁶ (Caldart, 2012b, p. 550). Le sujet collectif se constitue en citoyenneté collective notamment par sa capacité à interroger la société et à se construire une place dans le jeu des forces politiques :

« La reproduction ou la continuité historique d'un sujet collectif dépend de sa capacité de projection en tant que sujet politique, c'est-à-dire en tant que sujet collectif qui fait effectivement une différence dans la corrélation des forces politiques dans la société à un moment donné - une différence en raison de la force matérielle de sa lutte, ou parce qu'il devient en quelque sorte capable d'interroger la "manière d'être" de la société (les relations sociales de production) et le "mode de vie" (la culture) qu'elle reproduit et consolide, en provoquant la réflexion de la société sur elle-même.¹⁰⁷ » (Caldart, 2012b, p. 551)

Les mouvements sociaux, par leurs actions sont des espaces de création de ces sujets collectifs. Les liens sont si étroits que le mouvement social est positionné comme le principal éducateur dans cette pédagogie.

« Il s'agit de la Pédagogie du Mouvement des Sans Terre, dont le principal sujet éducateur est le mouvement lui-même, non seulement lorsqu'il travaille dans le domaine spécifique de l'éducation, mais fondamentalement lorsque sa dynamique de lutte et d'organisation vise un projet de formation humaine. Il y a un processus de formation qui commence par l'enracinement des sans-terre (condition des travailleurs de la terre qui en sont privés) dans une collectivité, qui ne nie pas leur passé et signale un avenir qu'ils pourront contribuer à construire, et qui se poursuit dans le mouvement contradictoire, discontinu, conflictuel, de production d'une identité collective qui montre à ces travailleurs que le pouvoir dans la

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

construction de l'avenir ne sera pas le leur en tant qu'individus isolés, mais en tant que sujet collectif, en tant que classe¹⁰⁸. » (Caldart, 2012b, p. 549).

Pour Caldart, c'est le processus en lui-même qui permet la formation du sujet collectif par la constitution d'une identité forte qui permet d'entrouvrir des espaces pour que ce sujet soit un acteur collectif du processus historique. Ainsi, « l'enracinement » permet la projection dans une identité et un projet collectif. Le mouvement en « signalant un avenir » semble être pensé comme un espace qui permet de reconstruire des utopies, en écho à la place du rêve dans la pédagogie des opprimés (Freire, 2006) qui permet de rompre avec la « culture du silence », la subjectivation des oppressions et transformer la colère en rébellion. La force de ce sujet collectif semble mener Caldart (2000) à envisager de penser les mouvements sociaux comme des sujets pédagogiques : « une collectivité en mouvement, qui est active et qui agit de manière intentionnelle dans le processus de formation des personnes qui la constitue »¹⁰⁹ (Caldart, 2000, p. 319).

Si l'éducateur est le mouvement social, la lutte sont les « circonstances éducatives » (Caldart, 2012b, p. 549) dans lesquelles se constituent les matrices et principes de la pédagogie du mouvement en tant que : « Processus éducatifs fondamentaux ou potentiellement (con)formateurs de l'être humain »¹¹⁰ (Caldart, 2000, p. 335). Caldart en envisage cinq à partir de la lutte sociale, de l'organisation collective, de la terre, de la culture et de l'histoire. Elle en dégage les fonctions pédagogiques en se questionnant sur les apprentissages qui se construisent dans les tensions provoquées par un projet collectif de transformation sociale dont la dynamique met en jeu l'enracinement des personnes dans le groupe pour le mettre en mouvement ainsi que l'expérience du travail et des modes de production liés à la terre. La culture « Sans Terre » est un espace transformateur par ce mode de vie produit qui construit un présent alternatif tout en produisant de la mémoire et de l'histoire.

L'école traditionnelle paraît donc un espace limitatif pour l'utilisation de ces principes, notamment dans le contexte de dégradation des structures scolaires qui a accompagné leur démocratisation par la massification du nombre d'élèves (Tavares, 2016). Cependant, le droit à l'éducation est une dimension centrale de la lutte de ce mouvement social. Elle le pense comme un droit à une éducation de proximité, de qualité dont la base est la réalité vécue par les apprenants. Ainsi, le MST participe aux discussions et propositions pour une éducation

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Traduction de l'auteure.

¹¹⁰ Idem.

paysanne qui dispose d'un référentiel¹¹¹ légalement encadré et spécifique au Brésil (Santos, Souza, Antônia 2007). Concernant l'école, tout comme Freire voulait y réinventer le pouvoir, le MST lutte pour la mettre à disposition des « Sans Terre ». Elle participe donc des matrices pédagogiques du mouvement qui structure la construction collective d'espaces formatifs auto-gérés et alternatifs comme les centres de formation et les écoles itinérantes du mouvement. Tout comme le MST occupe des terres pour construire une Réforme Agraire populaire, il propose aussi d'occuper l'école pour permettre à tous d'y avoir accès mais aussi pour s'en occuper « afin que les pratiques scolaires et les processus pédagogiques soient multipliés là où le Mouvement peut se percevoir, et où la pédagogie a vraiment ce sens de cultiver la vie et de produire des personnes »¹¹² (Caldart, 2000, p. 408).

Penser les liens entre mouvements sociaux et exclusion mène à cerner des invisibilités au sein même de ce champ de la sociologie qui a parfois condamné les groupes disqualifiés à l'immobilisme social. Si la période des « Mouvements des Sans » fait contrepoint en France, c'est en Amérique Latine que l'on voit la limite de ces analyses dans un contexte de pauvreté massive. En effet, les analyses de Gohn (2001, 2007) montrent la centralité des classes populaires dans les mouvements sociaux sur ce continent, qui les classent pauvres, précaires, exclues. Elle montre l'importance des contextes économiques et politiques locaux sur la démultiplication de ces mouvements et ouvre la piste vers deux influences majeures : la théologie de la libération et la pédagogie des opprimés. Ces deux influences montrent la place de la pédagogie dans une praxis qui se veut révolutionnaire. Il s'agit de conscientiser les opprimés pour leur permettre de trouver la force pour la rébellion et l'utopie. Ces idées sont devenues des pratiques comme le montre l'expérience du MST mais aussi l'ensemble des expériences qui constituent le champ des pédagogies critiques. Pereira (2017) désigne Freire comme le fondateur de ces pédagogies qui visent « la transformation sociale vers une justice globale » (de Cock, Pereira, 2019, p. 7) et qui ont pour espaces privilégiés les mouvements sociaux. Elles touchent ainsi un ensemble d'exclusions qui ne sont pas uniquement économiques mais aussi culturelles et sociales comme pour le cas de la pédagogie critique féministe, de la pédagogie queer ou la pédagogie critique de la race en éducations (Pereira,

¹¹¹ L'éducation rurale est notamment officiellement encadrée par les « Orientations Opérationnelles pour l'Education Élémentaire dans les Ecoles Rurales » de 2001 (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo).

¹¹² Idem.

2017). Mouvement social et exclusion ne peut donc se penser que dans un triptyque dont le liant est la pédagogie.

Conclusion de la partie : L'exclusion, un paradigme institué ?

La marginalisation des collectifs concernés par ce travail de recherche rend le concept d'exclusion incontournable pour les penser. Cependant, l'état de l'art réalisé montre son manque de précision par rapport à ce qu'il définit. A ses racines, se trouve l'idée d'inadaptation qui est une de ses premières acceptions. Il prend sens pour décrire la situation, dans les années 70 de populations qui ne trouvent pas de place économique dans la société c'est-à-dire, pas d'emploi. Le phénomène reste marginal et peut être questionné au prisme d'une difficulté d'adaptation de ces personnes. Avec la crise économique des années 1980, le terme reste mais va concerner une part plus large de la société. Ainsi, l'inadaptation est remise en question par le processus économique qui produit ses exclus. Sociologiquement les analyses sont teintées de cette idée de défaillance mais surtout du point de vue du lien social. Lorsque les auteurs abordent l'exclusion, ils la questionnent comme une défaillance du lien social à laquelle le chômage participe en désaffiliant les personnes (Castel, 1995). L'interactionnisme et l'école de Chicago, vont, quant à eux, inverser le regard en montrant la richesse des liens sociaux qui se construisent au sein de l'exclusion.

Au regard des activités économiques des collectifs, il était important de réfléchir l'exclusion aussi dans cette dimension. Nous retrouvons dans les définitions de la pauvreté proposées par les économistes la même dualité de raisonnement. Traditionnellement, elle est pensée comme un manque financier ou un manque d'accès à des besoins sociaux comme l'alimentation, le logement. Sen (2000a) marque une rupture en s'y intéressant à partir des capacités des personnes en tant que capacités d'être et de devenir des personnes à partir des compétences qu'elles mobilisent en fonction de leur environnement. Le manque peut donc, ici, aussi être lu en termes de potentiel.

Cette approche se renforce dans une approche par la sociologie des mouvements sociaux qui, tout en pensant la difficulté pour les exclus de se mobiliser collectivement, souligne la surprise faite par les mouvements des sans dans les années 1980 en France. Les caractéristiques des personnes exclues sont vues comme rendant improbables des organisations collectives par la difficulté d'identification à un groupe disqualifié. Se revendiquer comme appartenant à un groupe stigmatisé est une violence excessive qui empêche les collectifs de se former.

L'hétérogénéité des situations des personnes dites exclues et leur peu de ressources mobilisables sont aussi vus comme des freins. Pourtant, l'expérience des « Mouvements des Sans » montre que l'exclusion est une violence qui peut aussi être une ressource pour les mouvements sociaux.

Si en France, cet exemple reste anecdotique, en Amérique Latine, la pauvreté est au cœur des mobilisations sociales par ce qui est appelé les mouvements populaires (Gohn, 2007) revendiquant l'accès à des besoins d'utilité vitale comme l'emploi, le logement ou l'alimentation. Une tradition se constitue à partir de la théologie de la libération qui va générer un mouvement que Löwy a appelé « christianisme de la libération » (1998), d'acteurs radicalement engagés envers les plus démunis. La pédagogie prend place dans ce mouvement par l'influence de Paulo Freire et la pédagogie des opprimés (1974) dans laquelle l'éducateur a pour mission d'accompagner les opprimés dans un processus de conscientisation les menant à rompre la « culture du silence » et à reprendre place socialement en transformant la colère en rébellion et en rendant possible des futurs alternatifs et la construction d'utopies collectives. Ces deux influences ont façonné nombre de mouvements en Amérique Latine dont le MST qui a d'ailleurs par ses influences théorisé une pédagogie du mouvement faisant du mouvement social un processus pédagogique.

TROISIEME PARTIE : PRATIQUES DE RECHERCHE

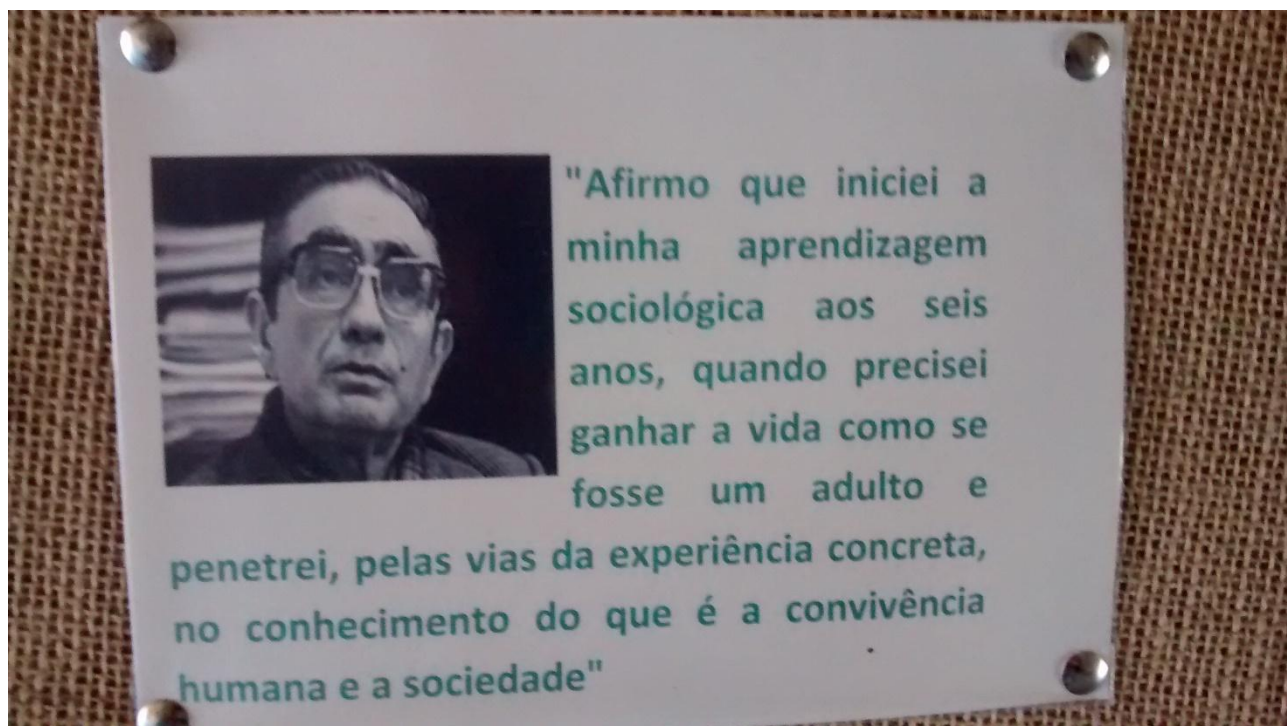


Figure 13 : citation photographiée sur les murs d'un des centres de formation du MST. Photo de l'auteure.

« J'affirme avoir commencé ma formation sociologique à l'âge de six ans, lorsque j'ai dû gagner ma vie en tant qu'adulte, et que je suis entré par les voies de l'expérience concrète dans la connaissance de ce que sont la coexistence humaine et la société. »¹¹³. Florestan Fernandes

¹¹³ Traduction de l'auteure.

Les questionnements de cette recherche se sont tout d'abord construits à partir d'un cheminement qui m'a menée à suivre des acteurs. Ils ont créé un fil conducteur par leurs discours et leurs pratiques, mis en dialogue avec les apports théoriques. Ainsi, l'« objet » de cette recherche a du mal à porter ce nom car il est en perpétuel mouvement. Il a d'ailleurs été mis en discussion comme tel par une biffine qui s'est sentie heurtée par le travail que je réalisais en précisant que cela lui donnait l'impression d'être considérée comme un « objet ». Cet échange a hanté l'ensemble du processus pour sa dimension éthique et épistémologique dans une recherche en sciences humaines. Il m'a interpellée dans la construction de la méthodologie et du dispositif produisant des effets jusqu'aux résultats. Il dévoile certaines tensions de l'exercice : comment ne pas chosifier tout en répondant aux critères académiques d'une recherche doctorale ; comment écrire sans figer ni essentialiser ; comment retranscrire la multiréférentialité dans un travail à auteur unique ?

Le parti pris a donc été d'une construction collective du dispositif de recherche, c'est-à-dire en concertation avec les acteurs de terrain. En un sens, je pourrais dire que ce sont eux qui ont imposé la méthodologie par leurs spécificités et leurs interpellations et ont donc orienté ce qui est ici pensé par un dispositif d'autant plus important à expliciter qu'il est un élément déterminant des éclairages d'une recherche :

« Une des premières fonctions d'un dispositif est donc de faire la part entre ce qui mérite d'être vu et ce qui est tenu à distance, entre ce qui sera jugé digne d'être pris en compte et ce qui sera maintenu dans l'ombre, entre ce qui accédera à une visibilité (une reconnaissance) suffisante et ce qui restera obscur. C'est donc à partir de son régime propre de visibilité que le dispositif est en capacité de redistribuer la situation, de la réaligner, en un mot de lui donner sens." (Nicolas-Le Strat, 2020).

Indiquant ce qu'il permet de voir et de ne pas voir, le dispositif sera abordé tout d'abord abordé par une présentation des terrains de la recherche, puis par une présentation de la manière dont j'ai construit ma posture pour finir par une présentation des types de matériaux obtenus ainsi que la méthodologie d'analyse utilisée.

I. Présentation des terrains de recherche

Sous la forme d'un « suivi de recherche », dans lequel on retrouve les compétences et les réflexes professionnels d'une éducatrice spécialisée qui suit les personnes et les accompagne, les terrains ont été constitués à partir de ses rencontres et surprises. Ils se situent

donc dans un tissu de relations sociales qui s'est construit autour du questionnement initial sur l'économie populaire et l'insertion sociale. Ce tissage a ouvert un voyage en plusieurs temps dont le point de départ a été l'Ile de France par la rencontre avec les récupérateurs-revendeurs de déchets qui y travaillent. Le rythme de ce parcours a parfois créé des ambiguïtés de positionnement en tant que praticienne-chercheuse avec une première étape que je peux aujourd'hui considérer comme exploratoire. Elle s'est réalisée dans le cadre du mémoire de master 2 économie sociale et solidaire suivi au moment de ma reprise d'études et a consisté en une immersion au sein d'une association de récupérateurs en Ile de France et auprès du MST au Brésil. En ce qui concerne le MNCR, ce temps a été l'occasion d'une première rencontre. La deuxième étape de ce travail correspond au début du doctorat avec un approfondissement des liens avec les terrains ainsi que la nécessité de les concentrer sur des espaces choisis et sur des temps plus longs.

Dans ce processus de recherche, des espaces de réflexion se sont démultipliés. Ils ont été possibles en Ile France auprès des biffins, récupérateurs-revendeurs de déchets et au Brésil, auprès du Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables et du Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre. Le cheminement a dans un premier temps perdu la praticienne chercheuse. Pour organiser cette multitude j'ai dû utiliser la méthode de l'atlas, référençant en fonction de chaque collectif, les différents espaces de la recherche, en ordre chronologique de la découverte. Je présenterai ces différents terrains en amenant des éléments de compréhension sur ce que sont ces collectifs et leurs liens avec la recherche en fonction de ses différents temps. Je proposerai ensuite un travail de cartographie pour mieux appréhender les spatialités de cette recherche.

1. Les récupérateurs d'Ile de France

La relation avec le collectif de récupérateurs s'est tout d'abord construite avec une association initialement rencontrée en tant qu'éducatrice spécialisée. J'avais été contactée car ils avaient repéré mon action auprès de familles investies dans l'activité. Ils ont souhaité nous connaître et se faire connaître pour envisager des collaborations. La rencontre a été ponctuelle. J'ai participé à une réunion avec Livia, une dame dont je réalisais l'accompagnement social et qui était récupératrice. Ensuite, je n'ai plus eu de contacts avec cette association, cependant, Livia y a participé de manière très active. C'est par elle que j'ai repris contact au moment du mémoire de master 2 au CNAM. J'y ai retrouvé de nombreuses personnes que j'accompagnais

auparavant en tant qu'éducatrice spécialisée. Ils me regardaient donc comme une travailleuse sociale. S'ils avaient, de ce fait confiance en moi, ils me sollicitaient aussi régulièrement pour des informations liées à leurs situations administratives. Lors de cette enquête exploratoire, ma présence répondait à un besoin de l'association d'avoir un travailleur social. Je n'ai cependant pas rempli cette fonction mais j'ai pu apporter mes connaissances du métier. Ma participation active dans l'association répondait aussi à une attente liée au projet pédagogique du master qui était professionnel et articulait un mémoire de recherche avec un stage professionnel.

L'association concernée est sous le statut de la loi 1901, composée de « biffins », elle s'est constituée en 2012 et œuvre pour la reconnaissance de leur droit à cette activité. Ils utilisent le terme "biffe" pour évoquer la pratique de récupération-revente de déchets. Il s'agit d'un terme historique qui renvoie à la culture du métier. La biffe est ainsi définie par Rullac et Bazin (2014) :

« La biffe se définit comme une activité marchande de revente d'objets usagés qui proviennent de la récupération, suite à un abandon, un don ou un échange. Ces objets donnent lieu à une revente en l'état ou après une remise en valeur. La vente se déroule dans l'espace public dans un temps donné : elle a lieu régulièrement dans la semaine et aux mêmes horaires. (...) Le plus souvent, les objets sont présentés au sol, posés sur un tissu ou une bâche aisément repliable (Rullac, Bazin, 2014, p. 68).



Figure 14 : photo d'un marché biffin dit "à la sauvette". Source : journal en ligne 20 Minutes, article "Insécurité rue Dejean : « Attaquer la mairie et l'Etat pour les mettre face à leur responsabilité »", 9 mai 2016. <https://www.20minutes.fr/paris/1842355-201605>



Figure 15 : Photo d'un marché biffin autorisé . Source : site internet association de biffins

La bâche est utilisée car elle permet au vendeur d'être plus mobile et plus rapide face aux interventions policières obligeant à un déplacement rapide.



Figure 16 : intervention policière sur un marché non autorisé. Sources : site internet association de biffins

C'est bien contre cette répression que l'association lutte. Les statuts associatifs sont clairs. Les objectifs de l'association sont de :

« Défendre les intérêts des biffin.e.s et des adhérent.e.s de l'association »

« Faire connaître l'activité économique individuelle de subsistance issue de la récupération en zone urbaine : le droit à la biffe »¹¹⁴.

L'association développe des activités de plaidoyer autour de ce métier dans les espaces de réunion, par des manifestations, en participant à des forums sur la récupération... Elle vise aussi au développement d'espaces de vente protégés pour ses adhérents. Elle obtient sa première autorisation pour un marché mensuel sur la ville de Montreuil en 2013, suite à une demande réalisée dans le cadre de l'Agenda 21. Le premier marché se réalise en mars 2013 et existe toujours aujourd'hui. L'activité de l'association s'est développée. Elle organise aussi un autre marché mensuel dans Paris et a obtenu un espace de travail pour un projet de ressourcerie-recyclerie sur la ville de Bobigny, accueillant aussi des marchés réguliers. L'association comprend environ 250 membres.

J'ai été en immersion pendant 6 mois auprès de cette association pendant le premier temps exploratoire de la recherche. J'ai, à cette occasion, réalisé des observations directes notées dans un journal de terrain. L'immersion a duré de janvier à juin 2016. J'ai ainsi pu suivre les membres dans l'organisation de leurs événements, dans leurs prises de paroles publiques, dans leurs réunions qu'elles soient internes ou avec des partenaires, des collectivités locales... Par cette immersion, j'ai été totalement intégrée à l'association et vue comme une de ses membres à part entière. J'ai ainsi parfois participé aux prises de décision et à des écrits de l'association. Malgré la barrière de la langue, j'ai pu réaliser 6 entretiens avec des membres francophones¹¹⁵.

C'est par leur biais que j'ai rencontré le collectif de recherche action Rues Marchandes, animé par Hugues Bazin, membre du LISRA (Laboratoire d'Innovation Sociale par la Recherche-Action), lui-même affilié à la MSH Paris Nord (Maison des Sciences de l'Homme Paris-Nord) et hébergé au Campus Condorcet depuis avril 2020. Ce collectif est, comme présenté précédemment, composé de chercheurs et de récupérateurs. Son objectif est d'offrir un espace, sous la forme d'un tiers lieu, pour l'expérimentation sociale, avec les biffins, et la

¹¹⁴ Source, site internet de l'association.

¹¹⁵ Cf. tableau récapitulatif des matériaux de la recherche mis en annexe (5).

construction de savoirs sur cette activité. Le collectif organise des rencontres scientifiques et des colloques notamment dans le cadre du partenariat avec la MSH Paris Nord.



Figure 17 : document de communication pour le forum débat organisé par Rues Marchandes en 2016. Source : site internet du collectif Rues Marchandes¹¹⁶.

Ces espaces de mise en dialogue sont articulés à des espaces d'expérimentation de l'économie populaire de la récupération revende de déchets. Cependant, la négociation des espaces est rude et ils se font dans des espaces de la marge comme le montre l'expérience du marché réalisé mensuellement au sein du squat le Satellite à Aubervilliers qui a du s'arrêter en même temps que l'expulsion du lieu.

¹¹⁶ <http://recherche-action.fr/ruesmarchandes/>



Figure 18 : décoration d'entrée du marché réalisé au squat Satellite. Photo de l'auteure.



Figure 19 : document de communication sur le marché réalisé au sein du squat Satellite. Source : site internet Rues Marchandes.



Figure 20 : photo d'un marché réalisé par le collectif Rues Marchandes sur le squat Satellite. Photo de l'auteure.

Le collectif Rues Marchandes suit l'optique de recherche action proposée par le LISRA et définie dans son manifeste¹¹⁷. Le collectif a aussi sa propre charte. Le collectif s'inscrit dans une démarche de recherche action. Dans ce collectif, je retrouve des récupérateurs qui sont aussi membres de l'association de biffins.

J'ai eu l'opportunité de m'inscrire dans une pleine participation à ce collectif de 2016 à 2023. Lors de la phase exploratoire de la recherche j'ai participé au collectif en tant que membre de l'association de récupérateurs. Pour la deuxième étape, j'y étais présente en tant que chercheuse et membre active. J'ai donc, ici aussi, pu participer au quotidien de l'association, aux temps publics et aux temps d'organisation internes. J'ai pu constater la difficulté de négociations d'espaces expérimentaux notamment par le suivi d'une négociation sur deux années avec la ville d'Aubervilliers. Les marchés ont été des moments d'observation directe et participante durant lesquels j'ai pu tester la position de chercheuse mais aussi celle de biffine en tenant un stand de vente, avec le compagnonnage des autres membres. Par ces temps de partage, je dispose de la richesse de nombreux échanges informels mais j'ai aussi pu réaliser quatre entretiens avec des membres biffins du collectif. Les données recueillies sont sous forme de notes dans un journal de terrain, d'enregistrements de réunions et d'entretiens ainsi que de photos. J'ai aussi eu accès à la littérature grise et aux documents institutionnels du collectif¹¹⁸.

Les espaces du terrain de recherche se démultiplient donc concernant la récupération n Ile de France et ne se limitent pas aux seuls espaces liés aux deux collectifs. D'autres lieux ont été visités sur la proposition de leurs membres. En effet, les biffins ont la particularité de démultiplier eux aussi leurs participations aux espaces et collectifs en fonction de ce que chacun propose. Pour en rendre visible l'organisation spatiale, je vous en propose une cartographie qui correspond aux lieux sur lesquels s'est déroulée la recherche, c'est-à-dire, qui ont l'objet d'observation et ont nourri la réflexion. Une multitude d'autres lieux existent, cependant, le rapport des biffins à la cartographie de la part des récupérateurs est ambivalent. Certains la refusent de peur d'être plus facilement localisables par les forces de l'ordre et d'autres y voient un outil pour faire connaître leur métier. Nous avons plusieurs fois tenté la construction d'une cartographie globale sans jamais trouver de consensus. Dans le cadre de cette présentation du dispositif de recherche, j'ai donc listé les lieux en fonction de l'ordre chronologique de leur découverte :

¹¹⁷ Document mis en annexe (1).

¹¹⁸ Cf. tableau récapitulatif des matériaux de la recherche mis en annexe (5).

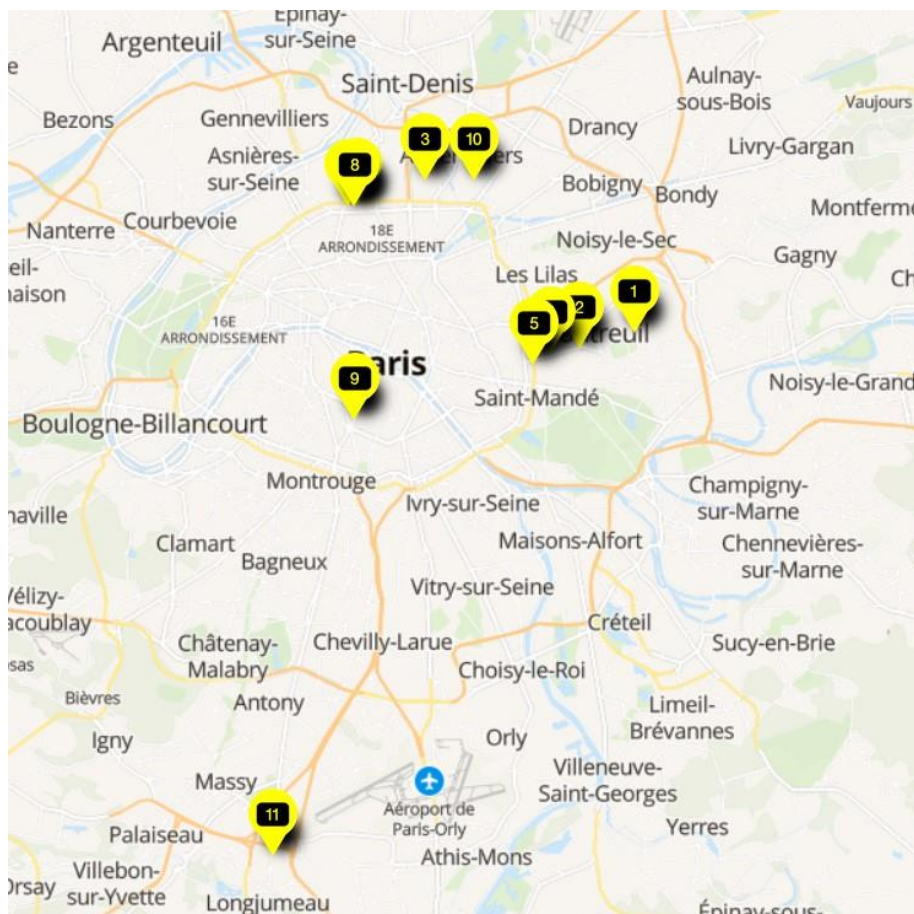


Figure 21 : localisation des terrains de recherche liés aux récupérateurs d'Ile de France.
Source : document réalisé par l'auteure sur umap / openstreetmap.

Les repères correspondent aux espaces suivants :

- 1 Projet d'insertion et d'hébergement pour des familles issues de bidonvilles
- 2 Marché mensuel autorisé de l'association de récupérateurs
- 3 Collectif Rues Marchandes / LISRA
- 4 Lieu de réunions et de convivialité le Café Facteur
- 5 Marché de récupérateurs non autorisé de la Porte de Montreuil
- 6 Carré des biffins, marché de récupérateurs géré par l'association Aurore à la Porte Montmartre
- 7 Marché de récupérateurs non autorisé de la Porte Montmartre
- 8 Association Sauve Qui Peut
- 9 Marché des Grands Voisins co-gestion Aurore et association de biffins
- 10 Marché Satellite organisé par le collectif Rues Marchandes
- 11 Brocante sur le parking de l'hôtel social le Parthénon

Les espaces se cantonnent au nord et à l'est de l'Ile de France qui correspond aux quartiers les plus populaires mais aussi au territoire de proximité de la praticienne-chercheuse, conditionné par le point de départ de la recherche qui correspond au projet d'insertion de familles issues de bidonvilles. Ce projet étant au nord-est de Paris, le suivi de ces personnes dans leurs activités semble donc montrer l'importance d'une proximité territoriale. Les guides biffins de cette recherche l'ont donc aussi inscrit sur le territoire de leurs pratiques. La brocante du parking de l'hôtel social le Parthénon semble faire exception car elle se trouve dans le sud de Paris. Elle a été insérée dans le projet de recherche par le biais d'un partenariat entre le LISRA et le centre social Intermèdes Robinson qui commence à développer des activités autour de la biffe. Cette extension territoriale n'est donc pas le fait des pratiques de récupérateurs mais plutôt le fait du tissu de relations liés aux praticiens-chercheurs.

2. Le Mouvement des Récupérateurs de Matériaux Recyclables au Brésil

En ce qui concerne la récupération au Brésil, elle est différente de celle réalisée en France. Elle ne se fait pas via la récupération d'objets, mais via des matériaux en raison de la différence de qualité entre les déchets français et les déchets brésiliens et de l'existence d'entreprises qui rachètent directement les matériaux aux récupérateurs. La collecte se fait en rue. Les matériaux (canettes, cartons, papiers, différentes sortes de plastiques, métaux...) sont triés puis revendus directement aux entreprises de recyclage. Le MNCR a débuté à Belo Horizonte dans l'état du Minas Gerais, au Brésil, avec l'appui de la Commission Pastorale de la rue, liée à la théologie de la libération. Ce mouvement existe depuis 2001 pour la défense des droits des récupérateurs et l'amélioration de leurs conditions de travail. Ces luttes ont permis la reconnaissance du métier dans le registre des métiers brésiliens¹¹⁹, et par l'Organisation Internationale du Travail¹²⁰. Le mouvement a soutenu la création de 1752 coopératives et associations au Brésil.

¹¹⁹ Classificação Brasileira de Ocupações, code 5192

¹²⁰ Répertoire ISCO (International Standard Classification of Occupations), code 9161.

Ils expriment ainsi leurs objectifs :

« Nous recherchons la valorisation de notre catégorie de récupérateurs qui est un travail et a son importance (...) Notre objectif est de garantir le protagonisme populaire de notre classe, qui est opprimée par la structure du système social¹²¹.

Leur mission est de :

« Contribuer à la construction d'une société juste et durable à partir de l'organisation sociale et productive des récupérateurs de matériaux recyclables et leurs familles »¹²².



Figure 22 : Photo d'une mobilisation du MNCR. Source : site internet du mouvement.

Avec ce mouvement, le hasard a beaucoup participé à la rencontre. En effet, le premier contact s'est fait par le biais de l'association de récupérateurs qui a accueilli une délégation de militants de ce mouvement pendant une journée. Ils m'ont sollicitée pour les accompagner avec Françoise, une des biffines de l'association. Nous leur avons donc fait la visite commentée et historique du marché non autorisé de la Porte de Montreuil grâce aux connaissances de

¹²¹ Site internet du MNCR : <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento>, traduction de l'auteur.

¹²² Site internet du MNCR : <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento>, traduction de l'auteur.

Françoise et à mes compétences de traduction. A partir de ce moment, un rendez-vous est pris pour que je les rencontre au Brésil. Une fois sur leur territoire, je n'ai pas eu besoin de les contacter. J'étais accueillie par le MST sur la Foire de la Réforme Agraire de Belo Horizonte (Minas Gerais). C'est un moment de vente de produits agricoles du Mouvement ainsi que de fêtes, de conférences et de concerts liés à la culture du MST. Devant une scène, dans une foule, je rencontre un des membres de la délégation du MNCR. Ainsi, notre deuxième rendez-vous est organisé et il m'emmène quelques jours plus tard visiter quelques-uns de leurs lieux sur la ville et, en tant que membre fondateur du mouvement, il accepte que nous fassions un entretien.

Durant la phase exploratoire, nos contacts ne sont pas allés plus loin. C'est avec l'entrée dans la recherche doctorale que je les ai de nouveau sollicités pour continuer un travail avec eux. Encore une fois, c'est le hasard qui a œuvré et facilité notre rencontre. Accueillie dans un centre de formation du MST pendant un mois, je prenais tous les matins un petit-déjeuner dans le restaurant collectif avec les autres personnes du centre. Un matin, alors que je suis à une table avec mon café, deux membres du MNCR s'asseyent en face de moi, dont une que j'avais rencontrée lors de mon dernier voyage. Nous nous reconnaissons et le contact est pris pour notre troisième rendez-vous. La place du hasard peut paraître curieuse et intéressante dans le fonctionnement des relations avec le MNCR, cependant, sur les deux rencontres fortuites, il est à noter qu'elles se sont toutes faites dans des espaces créés par le MST. Ces coïncidences donnent une indication sur la place du MST dans le panorama des mouvements sociaux au Brésil en tant que liens entre organisations. Ils informent aussi sur le fonctionnement réticulaire de ces mouvements.

A partir de ce contact avec le MNCR, le réseau a continué à s'agrandir par une rencontre avec une des membres de la Commission Pastorale de la rue qui a aidé les récupérateurs à s'organiser en mouvement social. J'ai été amenée à rencontrer les membres de l'INSEA (Institut Nenuca pour le Développement Durable). Cet institut de recherche a accompagné les récupérateurs dès le début du mouvement dans la structuration de leur activité économique. J'ai eu aussi des temps d'échange avec les membres de l'ANCAT (Association Nationale de Récupérateurs et Récupératrices de Matériaux Recyclables). Cette association a été créée par les membres du mouvement pour l'embauche de techniciens, au service des coopératives du mouvement, pour leur donner un appui en termes d'ingénierie du recyclage et de négociation avec les filières commerciales du recyclage.



Figure 23 : photo d'une coopérative de récupérateurs liée au MNCR à Belo Horizonte, Minas Gerais. Source : photo de Gilberto Chagas.

J'ai aussi pu rencontrer l'équipe du CICLOS (Parc technologique de recyclage populaire) qui est un centre de formation sur le recyclage par la production agroécologique créée par l'INSEA. Cet espace est dédié à être un lieu de formation pour les récupérateurs mais aussi pour les agriculteurs voisins. Le projet draine avec lui des partenariats institutionnels (ONG, programmes d'extensions universitaires, organes politiques locaux).



Figure 24 : Illustration du projet de centre de formation CICLO géré par l'INSEA. Source : site internet de l'INSEA



Figure 25 : photo prise sur le centre de formation CICLO. Source : photo transmise par l'INSEA.

Ces différents acteurs m'ont emmenée à la rencontre de certaines coopératives et associations du Minas Gerais. Ils m'ont mise aussi en contact avec des récupérateurs du mouvement à Rio de Janeiro. Dans cette multitude d'espaces, j'ai pu réaliser des observations directes et participantes. J'ai pris des notes consignées dans un journal de terrain. J'ai aussi pu participer à des réunions publiques ainsi qu'à des réunions d'organisation et à des temps de formation. Dans la deuxième phase de la recherche, le MNCR m'a proposé de me stabiliser sur deux coopératives pour avoir une connaissance plus fine du travail qui s'y réalise. Le choix a été fait de deux qui étaient aussi proches de terrains de MST pour pouvoir questionner les liens entre ces deux mouvements. En immersion de trois semaines sur une des coopératives et deux semaines sur une autre coopérative, j'ai pu réaliser 35 entretiens¹²³.

¹²³ Cf. tableau récapitulatif des matériaux de la recherche mis en annexe (5).

Les espaces visités peuvent être ainsi cartographiés :



Figure 26 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle du Brésil.
Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap

À l'échelle du Brésil, la grande majorité des terrains est restée sur la région de Belo Horizonte, avec une petite incartade sur la ville de Rio de Janeiro.

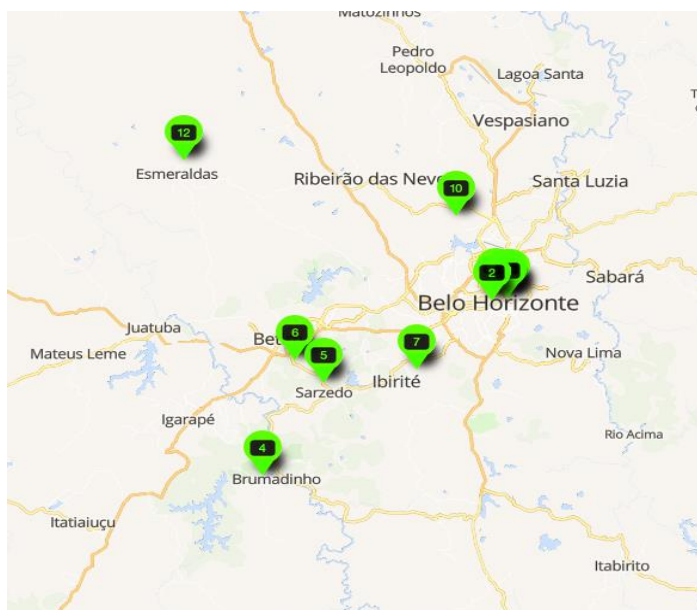


Figure 27 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle de la région de Belo Horizonte. Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap

La majorité des espaces rencontrés ont été dans la banlieue de la ville de Belo Horizonte. Cependant, des espaces se trouvent aussi au centre de la ville :

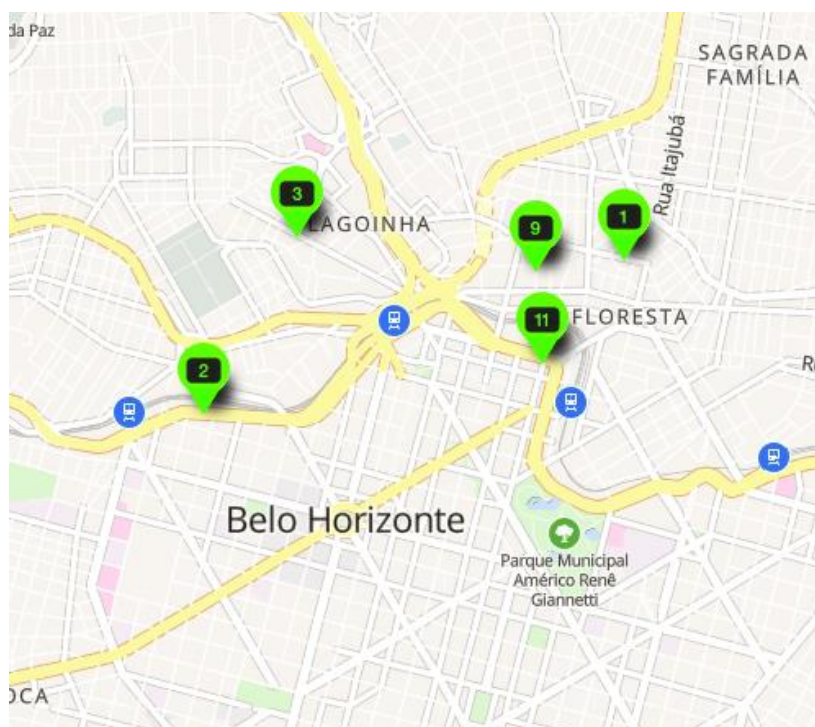


Figure 28 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle du centre ville de Belo Horizonte. Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap

Les repères correspondent aux espaces suivants :

- 1 Local de l'INSEA et de l'ANCAT
- 2 Association ASMARE
- 3 Local de la commission pastorale des peuples de la rue
- 4 Association ASCAVAP
- 5 Association ACAMARES
- 6 Association ASCAPEL
- 7 Coopérative Coopersoli
- 8 Association ACAMAN
- 9 Projet de mise en place de compostage, partenariat entre le programme d'extension de l'UFMG et le MNCR
- 10 Cooperative Coopersol
- 11 Espace de travail pendant l'opération de tri des déchets du carnaval
- 12 CICLOS (centre de formation en agro-écologie et récupération)

Les récupérateurs du MNCR m'ont donc donné accès à une multitude de leurs espaces qui ne se cantonnent pas aux coopératives de recyclage mais s'ouvrent à la diversité des structures auxquelles ils sont liés. Ils ont ainsi créé leur association de soutien technique (ANCAT) et ont toujours une forte proximité avec l'INSEA, l'institut de recherche les ayant aidés à organiser leur activité économique dès leurs débuts. Cet institut est aussi créateur du centre de formation CICLO dédié au MNCR et aux paysans locaux. Le mouvement a une dimension nationale, cependant, dans le cadre de cette recherche, les espaces de référence sont principalement localisés autour de Belo Horizonte (Minas Gerais) qui est aussi le lieu historique du mouvement puisque sa première coopérative y a été fondée (Acamares) par ceux qui font aussi partie des membres fondateurs du mouvement.

3. Le Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre

Les observations liées au MST amènent le questionnement de recherche dans le monde rural brésilien. Ce mouvement social est considéré comme le plus important au Brésil, voire en Amérique Latine. Depuis 39 ans, il existe en tant qu'organisation de lutte pour l'accès à une terre pour des petits agriculteurs qui en sont démunis. Il s'est créé de manière officielle en 1984. Il est né de la constitution de collectifs locaux de résistance aux violences de propriétaires terriens envers la main d'œuvre agricole et au processus de « grillage » des terres au Brésil. Il s'agit d'un processus d'appropriation des terres par le biais d'une falsification des titres de propriété. Le nom de "grillage" viendrait de l'insecte, le grillon, qui, enfermé dans une boîte avec les documents leur donne un aspect vieilli et authentique.

Les diverses organisations de luttes locales ont décidé de se constituer en Mouvement pour permettre une coordination nationale. Leur objectif premier est l'accès à la terre pour toute personne « sans terre » et la lutte pour une justice sociale. Au fur et à mesure de leur histoire, ils ont développé un programme de Réforme Agraire qui associe à la démocratisation de la terre une série de revendications sociales, économiques et environnementales dans une logique de construction d'un pouvoir populaire (Fernandes, 2000, Martins, 1998, Stedile, 1997, Löwy, 2003).



Figure 29 : Photo des drapeaux du MST. Source : site internet du MST.

Pour se faire, la base de leurs actions est l'occupation de terres improductives au sens donné par la Constitution brésilienne de 1988. Elle définit que toute terre dont le propriétaire ne respecte pas sa fonction sociale devient un bien de l'état à redistribuer aux petits agriculteurs. Les propriétaires ont l'obligation légale de cultiver leurs terres de « manière rationnelle et adéquate »¹²⁴ tout en respectant les « ressources naturelles »¹²⁵, le droit du travail pour favoriser un « bien être des propriétaires et des travailleurs »¹²⁶. Le mouvement attire ainsi l'attention du gouvernement sur ces terres improductives et lutte pour l'attribution de leur usufruit à ses membres. Cela passe par un processus légal, coordonné par l'organe d'état appelé l'INCRA¹²⁷. Chaque occupation de terre se déroule différemment. Les durées exprimées par les membres du mouvement pour récupérer les terres ont été de 2 ans à 18 ans.

¹²⁴ Constitution brésilienne de 1988, article 186.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Institut National de la Colonisation et de la Réforme Agraire.



Figure 30 : photo d'un campement organisé par le MST. Source : site internet du MST.

Si l'issue des négociations est favorable aux membres du mouvement, l'INCRA délivre un droit d'usufruit pour chaque famille du processus d'occupation. La terre est divisée en parcelles dont la taille est définie par des critères de qualité du sol, de possibilité de revente de produits. L'occupation devient alors un *assentamento*¹²⁸. Par un système de coordination de la base de ses membres, le mouvement appuie les producteurs pour la commercialisation des produits, l'organisation coopérative de la production, la réalisation de marchés... Il les outille par un vaste réseau de scolarisation sur les savoirs de base, des formations en agroécologie, et de formation politique. À ce jour, le MST a permis l'accès à la terre pour 350 000 familles, la création de 100 coopératives, 96 agro-industries, 1900 associations. En ce qui concerne l'éducation, 2000 écoles publiques ont été construites dans leurs espaces. 200 000 enfants, adolescents et adultes ont eu accès à une éducation de base. 50 000 adultes ont pu être

¹²⁸ Littéralement installation. Dans le cadre du MST, il est le nom donné aux terres conquises officiellement. L'*assentamento* correspond à l'ensemble local des terres, divisé en lots individuels.

alphabétisés. 2000 étudiants ont eu des cours techniques supérieurs et plus de 100 cours universitaires créés en partenariat avec des universités publiques de tout le pays¹²⁹.

Entrant en contact avec le terrain de recherche de la France, par le biais du Comité des Amis du MST en France en 2015, mon insertion dans le mouvement s'est faite à partir d'un espace de collaboration internationale, considéré par les militants comme sa prolongation, un de ses *bras armé*¹³⁰ en Europe. J'ai été insérée dans un mouvement inverse de celui de ses bases sociales. En effet, ma formation au mouvement ne s'est pas réalisée à partir de l'espace de l'occupation mais elle s'est faite à partir de ses relations internationales. J'ai tout d'abord eu accès à ce *bras armé*, j'ai rencontré des membres de la coordination nationale, à l'échelle de la Fédération du Brésil, accueillis par le comité en France. J'ai par la suite été accueillie pendant un mois et demi sur différents espaces au Brésil (campements, *assentamentos*, coopératives, centre de formation). Lors de ce voyage, les temps d'accueil sur les différents lieux étaient courts (de 2 à 5 jours) mais nombreux. Ils ont donc permis une vue d'ensemble des différentes activités du mouvement et de leurs articulations.

Par la suite, j'ai été invitée à participer à la première formation en langue française réalisée à l'école nationale Florestan Fernandes avec un groupe de militants de mouvements sociaux venant du Maghreb, d'Haïti et de l'Afrique francophone. Je considère ce temps comme une étape dans les relations construites avec le MST. Ensuite, en concertation avec la coordination des relations internationales, nous avons décidé de l'État du Minas Gerais comme ancrage de ma recherche et en concertation avec la coordination de l'état, nous avons repéré un *assentamento* et un campement comme espaces de référence pour mon terrain de thèse. Ainsi, j'ai été accueilli dans des familles qui faisaient partie des coordinations locales. Restant sur une durée plus longue (un mois sur le campement et une semaine sur l'*assentamento*), j'ai pu m'approprier les lieux en participant à leur quotidien. L'insertion dans le mouvement a donc été progressive et accompagnée de riches échanges formels et informels sur le sujet et le projet des Sans Terre.

Dans l'ensemble de ce parcours j'ai toujours été accompagnée d'un journal de terrain qui contient mes observations ainsi que des compte-rendus de discussions informelles. Dans l'enquête de terrain réalisée au sein du MST, j'ai pu constater la porosité d'une différenciation

¹²⁹ Chiffres venant du site internet du Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre : <https://mst.org.br/>

¹³⁰ Expression régulièrement entendue auprès des militants du MST sur les comités d'amis internationaux.

entre entretien formel et informel. En effet, certains entretiens paraissaient plutôt être des discussions informelles et inversement. Le degré de formalisation des entretiens n'était pas stable car ils étaient souvent faits en mouvement, lors d'une marche ou d'une visite. Sur de nombreux entretiens, le nombre des participants s'est agrandi au fur et à mesure du moment et en fonction des allers et venues des personnes. J'ai aussi été largement confrontée à la peur de l'enregistreur. La majorité des données sont donc issues du journal de terrain. J'ai pu participer à des réunions publiques, des temps de mobilisations, ainsi qu'à des temps d'organisation interne sur certains espaces.

Au cours des différents déplacements dans les espaces du MST, que ce soit en France depuis 2015, ou au Brésil en 2016, 2018, 2019 et 2022, les lieux de références de cette recherche se sont encore une fois démultipliés. Ils peuvent ainsi être cartographiés, tout d'abord pour l'échelle internationale :



*Figure 31 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle internationale.
Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap*

Les espaces rencontrés en France sont les suivants :

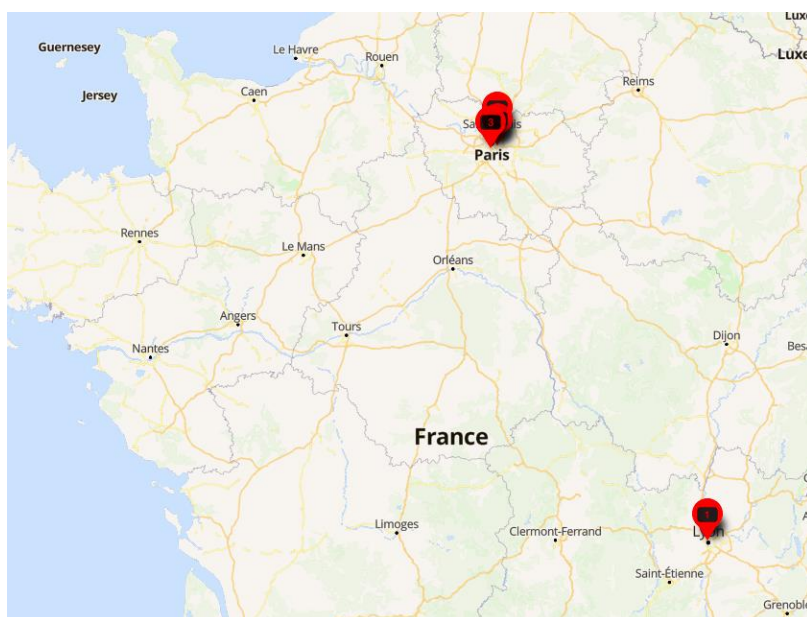


*Figure 32 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle de la France.
Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap*

- 1 Comité des Amis du MST Lyon, comité historique et le plus important en France.
- 2 Fête de l'Humanité, ici référencée car le comité y tient chaque année un stand au nom du MST. Un espace fédérateur pour le comité.
- 3 Association France Amérique Latine, une association ressource importante pour le comité.
- 4 Les Filles du Facteur, lieu associatif qui a accueilli certaines activités du comité.

Les espaces rencontrés au Brésil sont les suivants :



Figure 33 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle du Brésil.
Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap

- 1 Foire de la culture de la Réforme Agraire annuelle à Belo Horizonte, Minas Gerais.
- 2 Coordination nationale du Mouvement.
- 3 Boutique et espace culturel du mouvement, Armazem do Campo, São Paulo.
- 4 École Nationale Florestan Fernandes.
- 5 Assentamento, Sergipe.
- 6 Campement, Sergipe.
- 7 Campement, Sergipe.
- 8 Centre de formation, Rio Grande do Sul.
- 9 Centre de formation, Rio Grande do Sul.
- 10 Assentamento, Rio Grande do Sul.

- 11 Assentamento, Rio Grande do Sul.
- 12 Coopératives de commercialisation COOPTEC / COOPAN, Rio Grande do Sul.
- 13 Coopérative de production et commercialisation, Rio Grande do Sul.
- 14 Coopérative, Monte Veneto, Rio Grande do Sul.
- 15 Campement urbain, Rio Grande do Sul.
- 16 Secrétariat régional, Rio Grande do Sul.
- 17 Boutique et espace culturel du mouvement, Armazem do Campo, Belo Horizonte.
- 18 Campement Patria Livre, Minas Gerais.
- 19 Assentamento Denis Gonçalves, Minas Gerais.

La démultiplication des terrains de la recherche pour le MST est exacerbée notamment en raison du programme de découverte construit par le mouvement lors du premier voyage qui m'a emmenée du nord au sud du Brésil. Si elle est liée à une stratégie d'accueil des militants, elle est aussi une image du foisonnement d'expériences construites par ce mouvement. Elle ancre la dimension territoriale de l'enjeu des conquêtes liées à la terre qui est d'ailleurs visible sur ce travail de Girardi, concernant l'ensemble des occupations et *assentamento* qui ne sont pas toutes réalisées par le MST :

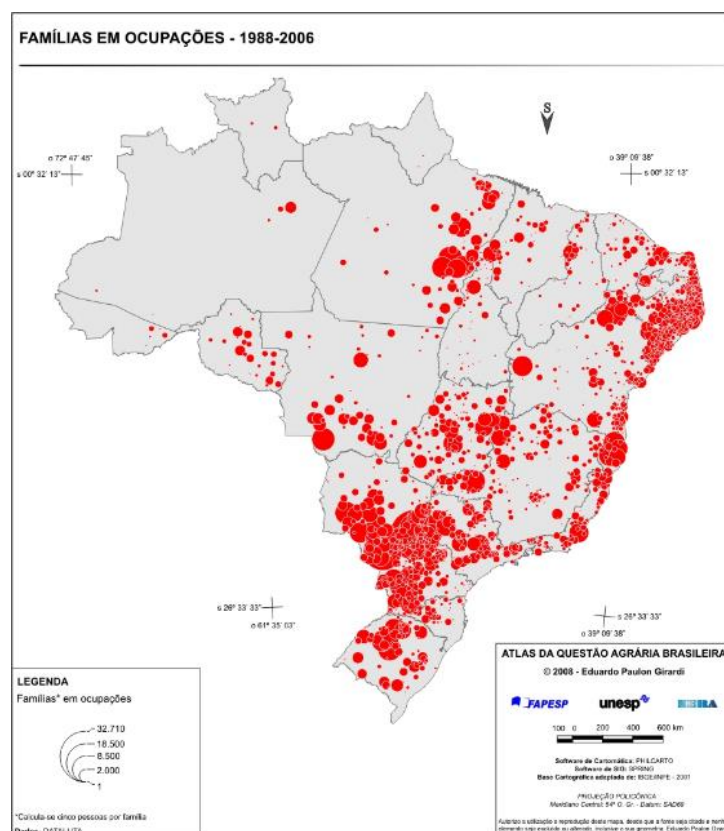


Figure 34 : Familles en occupations de 1988 à 2006.
Source : Girardi 2008.

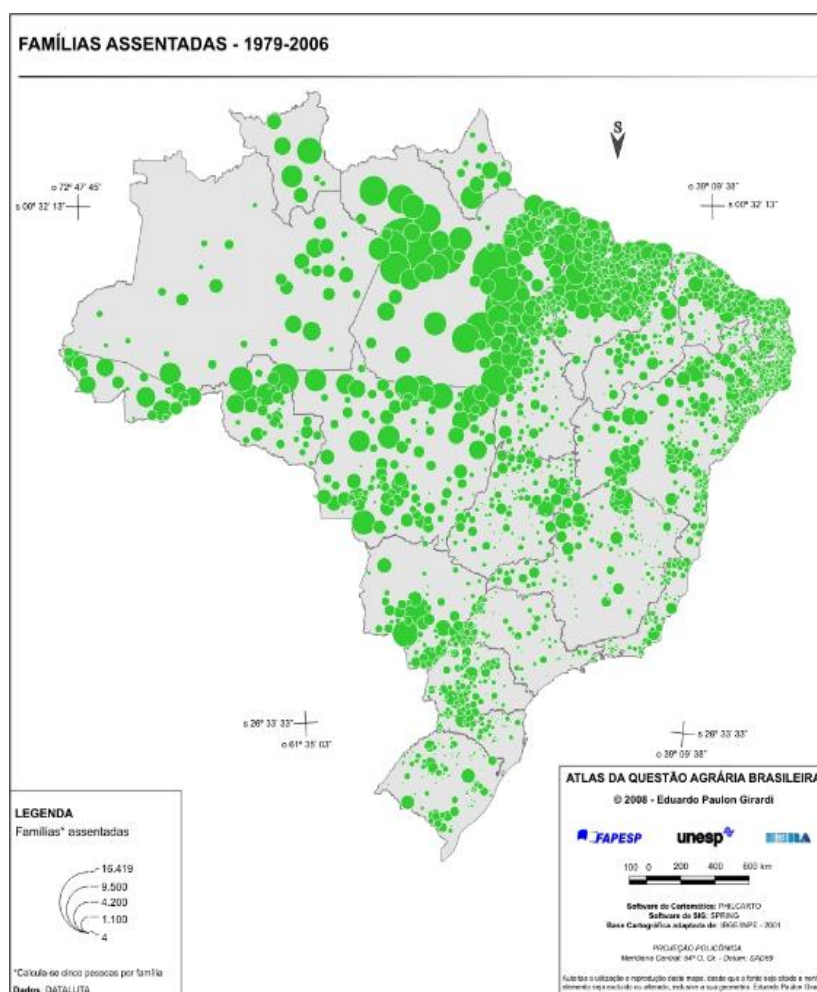


Figure 35 : familles en assentamento de 1988 à 2006. Source : Girardi, 2008.

Cette présentation des terrains de la recherche montre des différences spatiales entre les collectifs. Les espaces sont moins nombreux concernant les récupérateurs en Ile de France. Le MNCR est une sorte d'entre deux en termes de nombres de lieux rencontrés, alors que le MST traduit un foisonnement d'expériences. Il est difficile d'en dégager des conclusions sur les caractéristiques des mouvements, tout en notant que ces décalages sont aussi à l'image des structures même des mouvements. En effet, les expériences françaises sont moins étendues que les brésiliennes et le MST a une organisation structurée jusqu'à l'international avec des comités de soutien dans plusieurs pays du monde. Quant au MNCR, sa présence au Brésil est importante. Il existe à l'échelle internationale par le développement de partenariat avec des collectifs du même métier et en participant à l'Alliance Internationale des Récupérateurs. Cette hétérogénéité spatiale en fonction des collectifs a été construite dans cette démarche de suivi des acteurs. Le parti pris était de les laisser mener le choix des lieux d'observation de la recherche sans penser au préalable à des terrains spécifiques que ce soit en termes de nombre,

de type ou de temps passé sur la structure. Ainsi, le décalage est la marque de l'action des collectifs dans la construction de ce dispositif.

II. De la praticienne chercheuse à la praticienne chercheuse apprenante

Dès les premiers pas de la recherche un lien fort se dessine entre la chercheuse et les terrains rencontrés. Il passe tout d'abord par une posture et un questionnement de professionnelle qui prendra par la suite ses distances avec le monde du travail social institutionnalisé pour questionner son métier au sein d'associations et de mouvements sociaux. La spécificité de ces terrains est de se situer à la marge. Ils questionnent un des points de départ historique de la démarche scientifique, la neutralité par la rupture épistémologique (Bachelard, 1938) qui s'est déclinée différemment en fonction des théories. Chez Durkheim (1986) elle se traduit par la préoccupation d'envisager les faits sociaux comme des choses (Durkheim, 1895) alors que chez Weber (1992) nous pouvons la comprendre comme la nécessité de construire une neutralité axiologique en se détachant de tout jugement sur l'objet d'étude tout en soulignant l'importance des références et valeurs du chercheur en tant qu'indispensable grille de lecture pour mettre de l'ordre dans le chaos des idées et des faits sociaux :

« Ne met de l'ordre dans ce chaos que le seul fait que, dans chaque cas, une portion seulement de la réalité singulière prend de l'intérêt et de la signification à nos yeux, parce que seule cette portion est en rapport avec les idées de valeur culturelles avec lesquelles nous abordons la réalité concrète » (Weber, 1992, p. 157).

Bourdieu va plus loin en désignant l'importance des émotions du chercheur dans le processus :

« Ce que je dis là est à peine articulé, mais je vois un lien entre mon impatience, mon énervement, ma révolte, mon indignation et la « lucidité »- je ne sais pas comment appeler ça. Le travail scientifique, cela ne se fait pas avec des bons sentiments. Ça se fait avec des passions ; après il faut les contrôler. [...] Pour travailler, il faut être en colère. Mais la colère ne suffit pas. Il faut aussi travailler pour contrôler sa colère » (Bourdieu 2000).

Les liens construits avec le terrain prennent donc du sens au regard de la place de la subjectivité dans la pratique de la recherche. L'analyse institutionnelle (Lourau, 1970) et la socio-clinique institutionnelle (Monceau, 2009) s'insèrent dans cette préoccupation par l'importance qu'elle donne aux implications qui deviennent des outils pour l'analyse à partir du

moment où elles sont travaillées. La posture de la recherche me semble être un indicateur des rapports aux terrains et ainsi de la subjectivité qui ont teinté l'engagement de chacun dans ce dispositif. Il ne s'agit pas, ici, de représenter les implications des différents acteurs de la recherche mais de voir comment je me suis positionnée dans ma relation au terrain et ses effets à partir d'un apport théorique mis en dialogue avec les pratiques observées dans le quotidien de la recherche et donc au cœur de la construction des données qui fondent l'analyse.

1. Une posture de praticienne chercheuse

Une des spécificités de cette recherche est d'être ancrée dans les pratiques d'une éducatrice spécialisée surimpliquée. La question de départ émerge en contexte professionnel. En cela elle a les caractéristiques de la posture de praticienne chercheuse au sens de Kohn (2001) : un chercheur qui travaille ou un praticien qui cherche sur son propre terrain professionnel, ou dans le même champ. Comme vu précédemment, c'est la surimplication de la chercheuse qui rend ambiguë cette posture de praticienne chercheuse car le choix du terrain de recherche s'est réalisé sur le critère d'une mise à distance de l'action sociale institutionnalisée. La présence de personnes rencontrées dans ce cadre est cependant un indice d'une continuité avec ce milieu professionnel, qui se traduit par une continuité des implications liées à son Institution, ses valeurs, son projet initial. La prise de distance est l'expression du choix de se défamiliariser pour aller questionner un système d'action sociale construit par les acteurs de ce que l'on appelle la précarité.

Ainsi, la posture de praticien-chercheur semble construire une forme de liminalité, concept utilisé par de Saint Martin (2014) à partir de l'approche de Murphy (1990) et développé dans le champ du handicap. Pour Murphy, il s'agit d'un entre-deux qui s'insère dans un processus de passage à un statut plus élevé. Reprenant le concept de rite de passage de Van Gennep (2001) l'espace liminal se situe dans une étape intermédiaire où l'individu n'est ni dedans, ni en dehors de l'espace visé. Le statut de praticien-chercheur peut être questionné pour sa liminalité notamment sous la forme du « doctorant-praticien-chercheur » (de Saint Martin, 2014). Cependant, Turner (1990) associe la liminalité à la création d'une *communitas*, « une communauté non structurée ou structurée de façon rudimentaire et relativement indifférenciée, ou même une communion d'individus égaux qui se soumettent ensemble à l'autorité générale des aînés rituels. » (Turner, 1990, p. 97) dans laquelle opère une suppression des spécificités individuelles : « Il faut que le néophyte soit dans la liminarité une table rase, une page vierge,

sur laquelle on inscrit le savoir et la sagesse du groupe, eu égard à ce qui concerne le nouveau statut. » (Turner, 1990, p. 103). Le concept de praticien-chercheur se différencie ici de la liminalité pensée par cet auteur car il traduit un passage de praticien à chercheur, dans une socialisation aux règles et normes académiques de référence ; il permet de valoriser l'importance de l'articulation entre les savoirs de ce double professionnel.

Le débat théorique sur le sens d'un trait d'union indique une indétermination sur la dynamique des relations entre praticien et chercheur car « d'un mot il fait plusieurs mots et de plusieurs un seul » (Casellas-Ménier, 2001, p. 39). Lavergne le comprend comme une égalité entre les deux points de vue : « L'expression de « praticien-chercheur » signifie qu'une double identité est revendiquée, sans que l'une des deux prenne le pas sur l'autre. » (2007, p. 29). L'évolution de de Saint Martin montre l'enchevêtrement des deux identités évoquées par Kohn (2001). A l'occasion de sa thèse, elle analyse son positionnement par une mise au service de ses compétences de praticienne enseignante pour la chercheuse (2014). Elle renforce cette position en 2019 (de Saint Martin, 2019b) dans une notice sur le praticien-chercheur en soulignant l'importance des compétences de praticien pour le travail du chercheur par la connaissance des implicites du milieu professionnel et par un lien privilégié avec ses acteurs. Cependant, « il est d'abord un chercheur » (de Saint Martin 2019b). En 2022, elle nuance ce propos en revenant sur ces propos de 2019 : « Je serais beaucoup plus nuancée aujourd'hui : le chercheur ne domine pas systématiquement et dans toutes les situations le praticien. » (de Saint Martin, 2022, p. 27).

Ma position est différente car je ne ressens pas de dominante entre les deux positions. Je me rangerais plutôt du côté de l'égalité des statuts décrite par Lavergne (2007) avec un ancrage fort ressenti dans les deux champs, que ce soit dans la pratique du travail social ou dans la pratique de la recherche. Nous retrouvons d'ailleurs ici une trace de l'utopie de la démarche de recherche de trouver dans ces nouveaux espaces de la recherche, la possibilité de continuer mon action de travailleuse sociale. En cela, il se pourrait que j'aie vécu l'utopie de la posture de doctorant praticien-chercheur comme un espace de liminoïdité (de Saint Martin, 2022) qui se distingue de la liminalité par la subversivité de ce qui s'est construit, même si dans le liminal « tout pourrait, voire devrait, arriver » (Turner, 1977, p. 33). Pour Turner, ces espaces « se développent à l'écart des processus économiques et politiques centraux, le long des marges, dans les interfaces et les interstices des institutions centrales et de service- ils ont un caractère pluriel, fragmentaire et expérimental. » (Turner, 1974b., p. 83).

Lorsque je travaillais sur mes terrains de recherche, ma surimplication envers le travail social m'a poussée à me couper de ses espaces institutionnels, cependant, elle m'a aussi poussée

à me rapprocher d'une pensée personnelle d'un idéal dans la lutte contre les exclusions qui passe par l'auto-gestion et l'auto-détermination des individus. Je me suis dirigée vers l'inverse de ce qui me dérangeait dans le travail social, c'est-à-dire, la réalisation d'un contrôle et d'une normalisation des personnes. J'ai trouvé dans les références à l'organisation collective en auto-gestion une critique en pratiques de ce qui m'était demandé en tant qu'éducatrice spécialisée. La praticienne chercheuse apparaît donc dans un regard qui sera certainement « utopique » face aux terrains qui s'est décliné méthodologiquement par l'initiation à la recherche action et le choix de l'ethnosociologie (Lapassade, 1991) en tant que possible pour profiter pleinement du sens de cette surimplication dans la recherche.

2. Recherche et transformation des expériences

La posture de praticien-chercheur fait écho à l'analyse de sa propre pratique de chercheur par Lyet (2017) alors qu'il ne se réclame pas de cette position. Dans le cadre de recherches conjointes multiréférencées, qui fonctionnent sur le principe de la construction de groupes de recherche avec des acteurs concernés pour le travail d'une question. Il lit sa présence dans le collectif par une spécificité par rapport à l'action dont il se distancie. Son rôle dans le groupe consiste à guider la réflexion, produisant ainsi des effets pour l'action des acteurs. Son lien à l'action est réel même si indirect. Il explique ce positionnement aussi par son manque de compétences dans l'action :

« même si j'accepte que la recherche conjointe soit un élément de la stratégie de mes cochercheurs. Je considère en effet qu'en tant que chercheur scientifique partenaire des acteurs sociaux dans un dispositif de recherche où je me positionne dans un rôle d'identification des logiques présentes dans le contexte d'action des acteurs sociaux cochercheurs, je ne suis pas en situation de contribuer directement à la transformation de la réalité, sauf par effet induit comme je l'ai indiqué plus haut, et qu'ils sont bien mieux placés que moi pour le faire, parce que « l'acte » (Mendel, 1998) se construit en situation et procède toujours d'un « bricolage » (Ardoino, 1993) et parce que c'est leur métier et leurs compétences. » (Lyet, 2017, p.91-92).

Ainsi, il souligne une des caractéristiques qui lie le praticien-chercheur à l'action qui est ses compétences pour le faire. Par ma surimplication et mes habitudes de professionnelle de l'action sociale, je suis en proximité et compétente pour agir dans le champ de la lutte contre les exclusions. La recherche action est donc pertinente d'autant plus qu'elle est considérée comme un moyen de favoriser la production de connaissances. Un dialogue peut d'ailleurs se

construire entre un des repères du MST, Rosa Luxemburg, et Kurt Lewin, considéré comme un des pionniers de la recherche action. Sur les murs des espaces du Mouvement Sans Terre, les citations sont nombreuses et parfois avec une certaine récurrence. Ainsi, on y retrouve souvent cette phrase attribuée à Rosa Luxemburg :

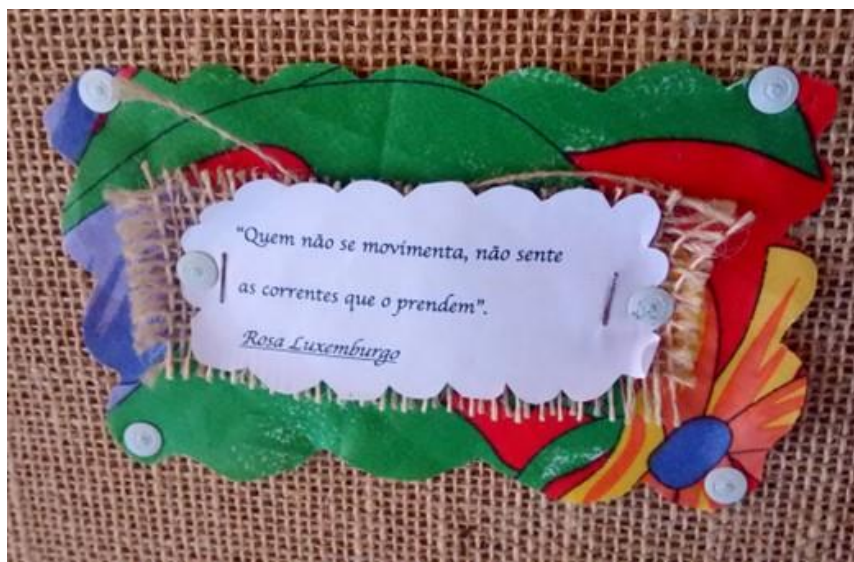


Figure 36 : citation affichée sur les murs d'un centre de formation du MST. Source : photo de l'auteure.

Cette phrase peut se traduire par : « qui ne se met pas en mouvement, ne ressent pas les chaînes qui le prennent »¹³¹, quand Kurt Lewin propose : « Si vous voulez vraiment comprendre quelque chose, essayez juste de le changer » (Lewin, 1948, cité par Dulcire et al. 2018, p. 140). Dans ces deux phrases, nous retrouvons l'idée de l'importance de la transformation et donc de l'action pour la construction des savoirs qu'ils soient ressentis ou objectivés. La recherche-action semble une piste pour construire un équilibre entre le praticien et le chercheur.

Concernant cette recherche, cette dimension s'est ancrée dans trois influences : la recherche intervention liée à l'analyse institutionnelle et à la socio clinique institutionnelle, les méthodologies liées au courant théorique des épistémologies du sud, ainsi que les pratiques du collectif Rues Marchandes. L'analyse institutionnelle se constitue dans la réalité des processus en se donnant pour but : « de faire surgir dans sa réalité concrète (dans la parole des acteurs et non dans une mise en forme scientifique extérieure au langage des acteurs) le caractère

¹³¹ Traduction de l'auteure.

dialectique, à la fois positif et négatif, de tout groupement organisé » (Lapassade, Lourau, 1974, p. 177). Lourau et Lapassade vont jusqu'à faire disparaître le chercheur dans le processus de construction des connaissances car :

« Le savoir social, pour l'analyse institutionnelle, n'est pas produit par les spécialistes seuls ; il n'est pas donné après coup à ceux (en général les responsables, les institutions qui payent) qui ont demandé une enquête. *Le savoir est produit par les acteurs eux-mêmes, et en situation de travail analytique* (l'analyse des institutions étant non plus une spécialité de sociologue, de psychosociologue, de juriste ou de spécialiste de la politique, mais la tâche de tous quelque soit le degré de culture ou de connaissances spécialisées) » (Lapassade, Lourau, 1974, p. 178, surligné par les auteurs)

L'analyse est donc omniprésente « permanente et sauvage par tous les acteurs » (Lapassade, Lourau, 1974, p. 178).

Dans son acception large, l'analyse institutionnelle consiste en une analyse de la société à partir du concept d'institution ; dans un sens plus institutionnalisé, elle consiste en une intervention « dans la pratique sociale des groupes, des organisations au sens de la sociologie des organisations, et des institutions au sens classique. » (Lapassade, Lourau, 1974, p. 174). Elle prend alors le nom de socianalyse dans laquelle le chercheur se donne pour posture « d'inter-venir », de « venir entre » (Monceau, 2015b) pour être au plus près des acteurs et de leurs enjeux et traquer toute opportunité de faire émerger des formes de non savoir en tant que production des jeux de pouvoirs et structurant des dynamiques institutionnelles. La base de l'analyse est donc la recherche des tensions et paradoxes qui tiraillent les groupes sociaux notamment par la mise au travail d'analyseurs. La socianalyse a généré des dispositifs très hétérogènes et qui ont pour point commun l'utilisation des concepts de l'analyse institutionnelle.

La socio-clinique institutionnelle découle de cette tradition de recherche et est formalisée par Monceau (2009). Le dispositif y est central et est garant de la production des savoirs. La démarche est décrite par monceau (2009) selon les huit principes suivants :

- Le travail de la commande et des demandes
- La participation des sujets à la démarche
- Le travail des analyseurs
- L'analyse des transformations qui se produisent à mesure qu'avance le travail
- La mise en place de modalités de restitution

- Le travail des implications primaires et secondaires
- La visée de production de connaissances
- L'attention portée aux contextes et aux interférences institutionnels

Les dispositifs sont forcément collectifs et ont notamment été développés dans le champ de l'enseignement, de l'action sociale et du soin. Par ces principes, nous retrouvons l'importance de la construction des savoirs à partir de la parole des acteurs. La recherche action est ici liée aux transformations qui agissent au sein du dispositif. La visée de production de connaissances concerne le monde académique mais aussi l'univers social des acteurs qui vont s'y nourrir et voir leurs pratiques évoluer.

Quant aux épistémologies du sud, elles sont récentes (Santos, 2006) et les repères en termes de méthodologie sont moins institutionnalisés. Pour cette recherche, leur intérêt a été dans l'appel à la fonction politique de la recherche. Elles ont des points communs avec l'analyse institutionnelle par la place du chercheur qui est proposée. Il s'efface derrière les acteurs mais avec l'action pour horizon. Il se met à la disposition de ces derniers, les accompagnant dans le cadre de leurs luttes pour une transformation sociale émancipatrice. Dans cette optique, les épistémologies du sud sont résolument politiques car ancrées dans les luttes populaires. La sociologie des émergences en est un élément car en s'intéressant à ce qui est activement produit comme inexistant (Santos, 2016) elles traquent les invisibilisations et ouvrent des espaces de reconnaissance. Insérant la science dans une pensée du monde par ses rapports de pouvoir et de domination, le chercheur y réalise le choix de s'engager auprès des groupes sociaux exclus dont la place est illustrée par l'expression de Sud. La sociologie des émergences nécessite un travail du quotidien au sein des luttes sociales et sur un temps long pour pouvoir tout d'abord s'appropriier et penser à partir des référentiels du groupe social qui accueille. Par un travail de traduction interculturelle et une écologie des savoirs, l'objectif est de produire des « façons alternatives de penser les alternatives ». Selon Santos (2018), le chercheur aura ici du mal à obtenir une reconnaissance de la part du monde académique et vivra certainement dans des conditions précaires en raison de son engagement dans l'action et dans des alternatives disqualifiées.

La méthodologie des épistémologies du sud est en construction cependant, nous pouvons en repérer quelques fondamentaux dont l'engagement du chercheur dans les luttes sociales émancipatrices qui passe par une immersion sur un temps long et l'importance d'une

production de savoirs construits à partir des savoirs invisibilisés et dont la finalité est de favoriser les processus locaux de lutte pour une transformation sociale émancipatrice.

Dans le collectif Rues Marchandes, j'ai trouvé un espace de mise en pratique de ces influences sous la forme d'un dispositif en accord avec leurs fondamentaux par la création d'un « tiers espace de la recherche action ». Hugues Bazin est un des fondateurs de ce collectif, sociologue indépendant et ancien éducateur spécialisé. Il est en lien avec les récupérateurs par le biais de l'enquête qu'il a réalisée en 2012 pour l'Unité Société de la Direction du développement social, de la santé et de la démocratie régionale, de la Région Ile-de-France. Depuis cette enquête, il a continué son travail de chercheur par la constitution du collectif avec les récupérateurs. Il utilise le concept de « tiers » pour indiquer que cet espace fonctionne en tant que tiers manquant, c'est-à-dire en tant qu'alternative construite par les groupes sociaux populaires. Le concept d'espace lui paraît plus adapté que le concept de lieu car il n'est pas « prédéfini par une activité ou une fonction » (Bazin, 2018, p. 91) et peut ainsi accueillir toute forme de pratiques. Il pense le collectif Rues Marchandes comme un « tiers-espace scientifique » au croisement des savoirs où les acteurs populaires s'autorisent à mobiliser les outils de la recherche comme support d'émancipation. » (Bazin, 2018, p. 92). La recherche action est pour lui une démarche impliquée qui se distingue de la recherche classique positiviste (Bazin, 2014).

Etant une co-construction d'acteurs, tout dispositif est forcément inédit. Dans le cas du collectif Rues Marchandes, le travail se réalise à partir de trois principes qui fondent le tiers espace pour Paturel et Bazin (non daté), l'auto-saisissement d'acteurs qui choisissent de se mobiliser sur une question qui les préoccupe ; la conjugaison des savoirs par une articulation de chacun qui se veut profondément égalitaire ; le droit à l'expérimentation pour permettre d'ancrer toute recherche dans une réalité concrète et positionner l'expérimentation populaire comme un élément obligatoire dans la construction des politiques publiques.

Le collectif Rues Marchandes est constitué d'une quinzaine de membres. Le nombre est fluctuant en fonction des alliances et des vies personnelles. Il existe de manière informelle sans la constitution d'aucun statut officiel. Les relations entre ses membres fonctionnent sur le principe de l'horizontalité, en auto-gestion et sans hiérarchie. Cela est soutenu par un mélange des différents parcours des membres. Certains sont présents par leurs activités de biffins, d'autres pour leurs liens avec la recherche. Les identités se mélangent avec des chercheurs qui vont se tester à la récupération et des biffins qui se lancent dans la recherche. Cette activité est d'ailleurs une compétence liée à leur métier comme le rappelle Marc lors d'une intervention

dans le premier atelier « Tiers Espace de la recherche-action » à la MSH Sud à Montpellier. Présent dans le collectif par son activité de biffin, il se présente comme un « chercheur en poubelles ». L'horizontalité se traduit aussi par l'organisation systématique d'interventions en binôme avec une personne issue de la biffe et une autre issue de la recherche pour les prises de parole en public.

L'objectif du collectif, qui a été collectivement décidé, consiste en la création de tiers espaces d'expérimentation par la création de marchés biffins. Cependant, comme précédemment signalé, cet espace est resté précaire malgré la tentative d'institutionnalisation par une négociation de deux années avec la même mairie. Lors des échanges j'ai pu constater qu'il était difficile de faire reconnaître un espace qui ne rentre dans aucune case. Le collectif a successivement été renvoyé sur les personnes en charge des activités commerciales, des activités de recherche ou des questions sociales. L'hybridation de ce tiers espace a eu d'autant plus de mal à s'institutionnaliser que la pratique qu'il développe, la biffe, est fortement stigmatisée. Si le collectif a gagné quelques espaces dans le monde académique (MSH Paris Nord, Campus Condorcet, organisation et participation à des forums, ateliers ou conférences...), l'expérimentation ne trouve pas d'espace et la marge semble avoir pour l'instant pris le collectif dans ses lacets.

Le mur institutionnel a aujourd'hui essoufflé le collectif que ce soit en termes de possibilités d'actions mais aussi en termes de moyens pour vivre. En effet, l'engagement de chacun est bénévole et peine à se stabiliser sur du long terme pour des raisons financières concrètes qui sont d'autant plus prégnantes lorsque l'on travaille avec des populations à très faibles revenus. Ainsi, l'on retrouve la difficulté d'être un chercheur engagé au sens de Santos (2006) qui serait, selon Santos voué à vivre dans une « existence extrêmement précaire »¹³² (Santos, 2018, p. 142).

Le lien à l'action est donc une préoccupation de cette recherche dans son utopie ou sa prophétie initiale (Lourau, 1973), pour reprendre un concept cher à l'analyse institutionnelle. Elle s'est traduite par la construction d'une intériorité aux terrains qui a complété mon identité de praticienne chercheuse liée au travail social institutionnalisé par celle de praticienne chercheuse liée aux pratiques de luttes sociales des acteurs de la recherche. En fonction du sens donné au travail social, amenant une différenciation ou pas entre travail social institutionnalisé et mobilisation de personnes précaires, l'identité peut être double ou triple. Il se peut que l'entre-

¹³² Traduction de l'auteure.

deux soit un entre-trois, entre éducatrice spécialisée, militante et chercheuse. Cependant, je n'ai pas fait le choix d'une unique immersion dans les collectifs et j'ai toujours maintenu un lien fort avec le monde académique comme cette thèse le montre. Je me positionne dans la recherche d'un équilibre entre les postures car chacune s'enrichit des apports des autres. Ainsi, la chercheuse évolue aussi en fonction des apprentissages de la praticienne travailleuse sociale et militante. Il en est de même pour la praticienne qui apprend de la travailleuse sociale ou de la militante ainsi que de la chercheuse.

3. Le choix de l'ethnosociologie

Le choix de cet équilibre m'a poussé à un positionnement ardu par la force de ses implications. Ne pouvant faire fi des différents aspects de mes identités en jeu dans cette recherche, j'ai choisi d'objectiver leurs différents apprentissages par l'utilisation d'une approche ethnosociologique. Elle s'est imposée à cette recherche par l'intériorité qu'elle construit avec les terrains, laissant ainsi une grande capacité d'adaptation à leurs réalités et une possibilité pour la recherche action.

Pour définir mon approche, je me réfère principalement au point de vue de Lapassade (1991) qui a dédié un ouvrage à ce courant. Il la définit en marquant une rupture à la sociologie classique, positiviste :

« Le terme « ethnographie » a été utilisé d'abord par les anthropologues pour désigner le travail de terrain (le « fieldwork ») au cours duquel sont collectés des informations et des matériaux qui serviront ensuite à une élaboration théorique, - travail désigné alors par les termes « ethnologie » ou « anthropologie ». Aujourd'hui, certains sociologues utilisent ce même terme pour désigner, non plus – ou pas seulement – le travail de terrain au sens strict, mais, de manière plus large une manière de pratiquer la sociologie qui s'oppose à la conception dominante, appelée ici « sociologie standard » (ou encore, parfois, sociologie positiviste, quantitative, etc.). On parle alors d'ethnosociologie. » (Lapassade, 1991, p. 7).

Ainsi, ce sont les outils et les principes de l'ethnologie ou anthropologie qui sont utilisés dans le champ de la sociologie. Il montre les apports fondamentaux de la sociologie de Chicago et de l'interactionnisme symbolique. Le premier courant va modifier l'approche sur les terrains dits modernes en utilisant une approche traditionnellement liée à l'ethnologie et à son étude des terrains dits traditionnels. Ainsi, l'école de Chicago va regarder la ville et le quartier en utilisant les outils de l'ethnologie, dédiés traditionnellement à l'observation d'un groupe social

considéré comme « tribal ». Elle va faire le choix de baser ses observations sur une immersion dans les groupes sociaux étudiés par le partage de leur quotidien sur une longue durée. L'interactionnisme symbolique, à partir des notions de situation, d'interaction et de symbolique vont renouveler le fondement théorique de l'observation participante et ainsi en modifier l'orientation. Ils envisagent la situation comme l'environnement, le contexte dans lequel l'acteur agit et auquel il donne un certain sens. Elle est remplie des interactions des individus qui orientent leurs actions en fonction de ces échanges au sein d'une situation et en fonction de leurs repères symboliques partagés ou non. Ainsi, Lapassade explicite ce qui, pour ce courant fonde l'observation participante :

« La connaissance des situations et des interactions est donc foncièrement sociale : nous savons ensemble que nous participons à un cours, à un meeting ou à un rituel ; il y a un accord fondamental et premier, fondateur, sur le sens partagé, et cet accord définit et fonde l'appartenance à un groupe, à une communauté. Si je me trouve à l'extérieur de telle communauté et si je veux connaître les significations, les symboles et les valeurs qui y sont partagées par les membres, la tâche, pour moi, enquêteur, sera de tenter de la voir de l'intérieur malgré mon extériorité première. Et pour entrer dans cet univers commun dont il est possible de partager les significations, la voie royale, selon les interactionnistes, c'est justement l'observation participante. » (Lapassade, 1991, p. 20).

Woods donne du sens à la sensation de passage de frontières ressentie dans le cadre de cette recherche et évoquée dans la première partie du manuscrit pour expliciter les implications de la praticienne chercheuse :

« Chacun de ces groupes (supporter, skimmers, élèves de petites classes) construit ses propres réalités culturelles distinctes ; pour les comprendre, il faut traverser leurs frontières et les observer de l'intérieur, ce qui est plus ou moins difficile étant donné notre propre distance culturelle par rapport à un groupe étudié. ». (Woods, cité par Lapassade, 1991, p.7-8).

Ce ressenti de passages de multiples frontières se comprend comme des étapes du dispositif de recherche pour la construction d'une intériorité aux terrains en tant que communautés aux activités et repères symboliques partagés. Cependant, cette intériorité est, dans l'ethnosociologie, tout d'abord, pensée avec le souci d'une distanciation, pour neutraliser les effets d'interférence du chercheur sur les situations tout en ayant conscience de l'impossible neutralité. Selon Adler et Adler, l'ethnométhodologie va faire évoluer ce positionnement avec

la recommandation pour le chercheur de « devenir l'objet qu'il étudie »¹³³ (Mehan et Woods, 1975, cité par Lapassade, 1991, p.37). Ainsi, l'intériorité distancée peut devenir une reconversion aux activités et valeurs du groupe par une participation complète aux situations. En prenant l'exemple d'une de ces recherches sur le hip hop, Lapassade montre aussi les possibles convergences avec la recherche action à partir de la démarche de l'ethnosociologie et la construction d'une observation participante, qu'il a articulé avec une intervention psychosociologique.

L'ethnosociologie est un donc un référentiel en évolution et qui permet de donner du sens au dispositif de recherche construit ici à partir d'une multitude de réalités rencontrées au cours de ce cheminement. Mettant en valeur la dimension sociale de la construction des connaissances, elle permet de compléter cette réflexion sur la posture du chercheur à partir de ses identités de praticien et de chercheur par le positionnement construit dans le lien avec le terrain. Au regard des spécificités des terrains, la posture d'apprenante a guidé le travail ici réalisé.

4. La praticienne-chercheuse-apprenante

Parler de praticien-chercheur-apprenant peut paraître paradoxal dans l'interprétation commune de ces positions. En effet, le praticien, figure de l'action semble s'opposer au chercheur, expert à distance de l'action. Ils seraient ainsi tous deux différents de l'apprenant par les savoirs dont ils sont dotés. En tant que posture de recherche, j'ai trouvé peu de références sur cette notion dont la formulation s'est inspirée des chercheurs ignorants (2015). Perez (2021) utilise ces mots pour penser la posture de chercheurs dans les processus de formation des enseignants qui développent de plus en plus de formations par la recherche. Dans cette recherche, c'est la position d'apprenante qui m'a permis de construire des liens avec les différents terrains de la recherche. Cette posture est liée aux différents temps de la recherche et notamment à l'enquête exploratoire qui s'est déroulée en tant qu'étudiante en master 2 Economie Sociale et Solidaire. C'est le moment de la prise de contact avec l'ensemble des terrains de la recherche et il est imprégné de ce retour aux études et de l'appropriation de ce retour à un statut d'étudiante, d'apprenante. Ainsi, j'ai contacté les collectifs aussi en me

¹³³ « becoming the phenomenon »

positionnant comme une étudiante, curieuse et intéressée pour me former aux pratiques développées dans les différents collectifs.

L'initiation aux différents métiers a été importante dans la construction des liens avec les terrains. Avec les récupérateurs d'Ile de France, cet apprentissage de la biffe est ainsi noté dans le journal de recherche :

« Marché Satellite du 2 mars 2019 :

Cours de biffe :

- Patrick me dit de repérer ce que les gens achètent et comme ça je saurai ce qu'il faut que je ramène la prochaine fois. + plusieurs fois, pas méchamment, quand je suis contente de vendre mes assiettes, il me dit que je les vends en foutant rien vu que je ne suis pas à mon stand et qu'ils doivent m'appeler quand il y a un client.

- Lucia : je la regarde pour le prix des choses et elle répond aux clients. Nous avons des échanges sur le prix des livres avec des désaccords. + Comment emballer, la prochaine fois, il faut que je pense à prendre des sacs et des journaux pour la vaisselle.

En ce qui concerne le MNCR, cela se lie notamment dans les temps de travail avec les récupérateurs en coopérative. J'ai toujours essayé de passer la moitié de mon temps aux tables de tri pour discuter avec les membres de coopératives. J'ai demandé à apprendre à faire le tri des matériaux. Les enregistrements des entretiens faits aux tables de tri sont d'ailleurs parsemés de questions et conseils sur la manière de faire l'activité :

« L'entretien est fait sur la table de tri. J'aide la personne à travailler.

C : Donc, comment est-ce que tu travailles ?

X : Comment est-ce que je travaille ? je travaille avec de la grosse production, tout mélangé le plastique fin c'est là le papier c'est là. Mais le journal tu le mets là. Le papier blanc il est là à côté du plastique.

C : Le carton ?

X : Le carton c'est ici

C : Le plastique fin ?

X : Ce plastique, il est là.

C : Le carton d'œuf ?

X : C'est ici.

C : Et ce plastique ?

X : Non celui-là on ne trie pas.

C : Et après tu vas refaire le tri ?

X : Non ça je ne vais pas le retrier. Je vais le mettre avec le plastique, ou pour le carnaval.

Est-ce qu'on récupère pour le carnaval on le met là ?

C : Tu es là depuis longtemps ?

X : Ça fait 15 ans que je travaille ici »¹³⁴

Par cet apprentissage du travail, j'ai d'ailleurs repéré un geste de métier commun aux récupérateurs et aux petits paysans du MST : biner. Les récupérateurs binent autant que les petits agriculteurs. Avec un râteau ou un objet y ressemblant, ils font ainsi un premier étalage des matériaux contenus dans les sacs poubelles pour, ensuite, réaliser un tri plus fin. Le fait de biner est une des activités de base au sein du MST, comme un rite de passage. J'ai eu l'occasion de m'y former :

« Le 4 février 2020 :

(...) Le lendemain, je *capine*¹³⁵ avec eux... Le soleil est hyper fort, je me sens mal... je transpire. Marcelo m'explique que c'est un service très pesant... il me dit que quand il est arrivé, il avait du diabète et prenait des médicaments. Aujourd'hui, il a toujours du diabète mais ne prend plus de médicaments. (...) cet exercice lui fait du bien. La sueur lui permet d'éliminer toutes les toxines, mais, attention, cela fait mal à la colonne. »

Au sein du MST, la place d'apprenante s'est notamment traduite par la participation à plusieurs formations que ce soit sur une simple journée, ou sur un mois entier dans deux de leurs centres de formation.

La posture d'apprenante a été diffusée durant l'ensemble du processus de cette recherche et a permis de faire avec l'écueil principal de cette recherche lié à la différence de statut entre la chercheuse et les acteurs des différents terrains. Cette recherche s'inscrit, par les places sociales des acteurs en pleine inégalités, qui est d'ailleurs son objet. En effet, j'ai plusieurs caractéristiques de ce qui peut être considéré comme lié à la classe dominante. Je suis blanche, française et je parle donc bien cette langue ; je fais partie du monde universitaire et ma place subalterne en son sein n'est pas visible pour eux. Pour les récupérateurs en Ile de France que j'avais rencontrés en tant qu'éducatrice spécialisée, il n'y a pas eu de déséquilibre. Cette confiance s'est en fait répercutée sur l'ensemble des biffins car j'étais amie avec une de leurs représentantes. Cela a eu un effet jusqu'au Brésil où la confiance des récupérateurs français a permis la confiance des récupérateurs brésiliens. Par contre, avec le MST, les relations ont parfois été plus compliquées et j'ai pu vivre des rejets liés au fait d'être issue du premier monde. Cette expression est très couramment utilisée au Brésil et montre le décalage vécu entre les

¹³⁴ Extrait de retranscription d'un entretien avec un des membres d'une coopérative de récupérateurs au Brésil.

¹³⁵ Biner en portugais.

deux cultures. J'ai par exemple fait le récit d'un de ces moments dans mon journal de recherche :

« Chez les familles paysannes, l'accueil est différent car l'imaginaire est différent. Les Cultures sont différentes ; Ce qui rentre directement en compte est mon origine française. J'ai été vue comme la française pleine d'argent (Cf. remarque d'Elmira pendant la réunion du nucléo qui propose à tout le monde la soirée en ville, tout le monde lui répond que pas d'argent pour cela ... elle dit mais on peut voir avec Clarissa, elle est pleine d'argent... Puis Juliana me présente en disant que je fais des recherches sur les tsiganes, sur les sans terres... Elisa rajoute « tous des fous cela ». Je n'ai pas réagi à ce qu'elle a dit mais je pense que j'aurais pu redéfinir mon contexte de recherche car je ne travaille pas sur les personnes mais bien sur la structure économique que les personnes sont en train de construire.

Cet épisode me force en fait à reréfléchir plus précisément mon projet de recherche. Il souligne une contradiction de la recherche : les personnes se sentent des objets de foire alors que ce ne sont pas les personnes en elles-mêmes qui sont les intérêts de la recherche mais bien leurs actions, leur parcours... dans tout ce qu'il a d'atypique et de résilient. Pour la prochaine fois, il va falloir que je le redéfinisse mieux auprès des personnes... Il s'agit bien de la construction, en collectif, d'un parcours de résilience, de résistance face à une oppression économique. L'intérêt de mon travail est de définir les caractéristiques de ce parcours. »

L'apprentissage a été un outil en tant que chercheuse mais il a aussi été parfois limité par cette caractéristique d'inégalité sociale avec les terrains de la recherche et notamment lié à la disqualification de leurs activités. En effet, je n'ai pas souhaité tout apprendre. Je n'ai jamais réussi à faire la collecte de nuit dans les poubelles avec les récupérateurs d'Ile de France car je n'ai jamais réussi à me confronter au stigmat. Il m'a d'ailleurs une fois marqué lorsque l'on m'a prise pour une biffine à l'occasion d'une réunion. La personne a exprimé sa surprise lorsque je lui parle de la recherche alors qu'elle pensait que j'étais biffine. Ma première réaction a été de rapidement lui dire que non, préférant le statut social de chercheuse à celui de biffine.

La praticienne-chercheuse-apprenante est en fait nourrie par une simple curiosité envers des collectifs qu'elle rejoint car ils mettent à mal ce qui l'indigne au sein de son activité professionnelle. Si le lien aux terrains est fort par cette implication, l'intériorité est construite car la praticienne n'est pas directement sur son terrain professionnel mais bien sur le terrain des collectifs. Pour être acceptée, la posture d'apprenante a permis de rétablir un équilibre dans les représentations de possibles relations de domination. De plus, elle a permis de former la

chercheuse au référentiel des acteurs, à les penser aussi à partir de leurs points de vue, vécus et représentation de leurs situations.

III. Un dispositif d'observation participante

La posture construite à partir des multiples identités en jeu dans cette recherche m'a donc menée à me « laisser prendre » (Favret-Saada, 1977) par les différents terrains de recherche. Cela consistait en un choix préalable de suivre les différents acteurs pour mieux cerner leur univers et pratiques. La définition de l'observation participante donnée par Bogdan et Taylor permet de penser ce dispositif :

« une recherche caractérisée par une période d'interactions sociales intenses entre le chercheur et les sujets, dans le milieu de ces derniers. Au cours de cette période des données sont systématiquement collectées (...). Les observateurs s'immergent personnellement dans la vie des gens. Ils partagent leurs expériences. » (Bogdan et Taylor, 1975, cité par Lapassade, 1991, p. 24).

Pour Lapassade, l'observation participante « désigne, en fait, un dispositif de travail et non une forme particulière d'observation. ». Elle est donc structurante du dispositif de cette recherche et est complétée par la réalisation d'entretiens ainsi que l'analyse de documents personnels et institutionnels mais qui se réalisent à partir des relations construites dans cette observation participante. Je considère que le dispositif est le fruit d'une co-construction avec les acteurs qui est une des dimensions de la Recherche Avec (Bessaoud-Alonso, 2017). Ces interactions sont d'ailleurs mises au cœur du processus de recherche par l'épistémologie quantique-pragmatique tel que défini par Lyet (à paraître) :

« Il n'y a donc pas des observateurs et des observés, tous sont des protagonistes d'une réalité qui procède de leur interaction. Et ce que connaît celui qui endosse le rôle d'observateur n'est pas la réalité de l'observé dans d'autres configurations, mais une réalité commune ici et maintenant qui, ce point est fondamental, a néanmoins à voir avec leurs autres réalités respectives tout en étant distincte. Les protagonistes ne peuvent connaître que ce qui résulte de cette interaction, que ce qui s'actualise de leurs réalités initiales dans cette interaction. Ils ne peuvent pas connaître d'autres interactions qui produiraient d'autres actualisations. Dans le régime quantique-pragmatiste, l'enjeu de la pratique scientifique est, pour les interactants, de construire une capacité à agir/connaître ensemble en permettant à chacun de conduire une enquête où il peut trouver, dans la dynamique interactive, une place où il peut actualiser ses réalités. C'est-à-dire où il peut jouer son jeu et le faire prendre

en compte par l'autre interactant, sans que celui-ci ne lui attribue une place. » (Lyet, à paraître, p. 50).

La co-construction est aussi une éthique que l'observation participante permet de traduire dans une méthodologie. La Recherche Avec est, dans cette recherche, l'engagement de ne pas en faire un espace d'essentialisation des acteurs dans un stigmat, mais de prendre en compte leurs demandes en traduisant ce que j'ai pu observer de leurs stratégies et du sens social de leurs existences. Pour se faire, je m'inscris dans une démarche de socioanalyse (Monceau, 1996) par la réflexivité et les restitutions construites avec les acteurs sur leurs pratiques ainsi que sur la recherche. Je propose maintenant d'entrer dans ce dispositif en utilisant la grille méthodologique proposée par Lapassade (1991) et en analysant les différences dans le déroulement de la recherche sur les différents terrains en fonction des collectifs.

1. Quelle entrée sur les terrains ?

Comme expliqué dans la présentation de la démarche de recherche, l'entrée sur le terrain s'est faite en tant qu'éducatrice spécialisée, avant de débiter la recherche. Elle a commencé par la rencontre avec les récupérateurs d'Ile de France sur le projet d'insertion pour familles issues de bidonvilles. Dans cet espace, j'ai rencontré l'activité de la récupération revende de déchets ainsi que son traitement paradoxal par le travail social institutionnalisé. J'ai aussi pu avoir un premier contact avec l'association de récupérateurs qui m'accueillera lors du temps d'observation que je considère exploratoire réalisé dans le cadre du master Economie Sociale et Solidaire. Dans cette première relation avec les terrains de la recherche une personne a joué le rôle de *gatekeepers* « par son pouvoir statutaire de faire admettre l'ethnographe dans une institution » (Lapassade, 1991, p. 24). Livia, si elle n'est pas la personne qui m'a permis le contact direct avec l'association de récupérateurs, elle a eu un rôle dans la confiance que l'association a pu me donner. Elle faisait partie du conseil d'administration de l'association et a joué comme une garantie pour ma présence. Il faut dire que nous avons une relation particulière par l'accompagnement social que je lui avais proposé pendant cinq années et qui lui a permis l'accès à un logement. Au-delà de cette relation professionnelle, nous avons aussi tissé des liens amicaux. C'est dans le cadre des activités faites avec l'association de récupérateurs que j'ai participé au collectif Rues Marchandes, tout d'abord comme membre de cette association, puis en tant que membre indépendante.

En ce qui concerne le Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables, j'ai encore une fois bénéficié du report de confiance lié à ma participation à l'association française. La rencontre avec le mouvement s'est faite en France, dans le cadre d'une rencontre entre une délégation du MNCR et de membres de l'association à l'occasion de laquelle j'ai fait de la traduction. C'est par ce biais que j'ai été invitée à venir les rencontrer au Brésil. La spécificité des relations avec ce mouvement est d'avoir été fortement favorisée par des rencontres qui semblent être dues au hasard mais qui ont toujours eu lieu sur les espaces du MST, que ce soit pendant la foire annuelle de la culture et de la réforme agraire en 2016 à Belo Horizonte (Minas Gerais) ou dans un des centres de formation du MST. Les relations avec le MNCR sont articulées aux relations avec l'INSEA en raison de leur proximité. Elles ont toujours été fluides et conviviales. Une explication peut être dans l'habitude du mouvement à travailler avec des chercheurs. En effet, dans leurs différents espaces, j'ai croisé plusieurs autres chercheurs, américains ou brésiliens. Le MNCR a des partenariats avec des projets d'extension¹³⁶ d'universités locales. Cette relation avec le monde académique est ancienne et n'a pas été tout de suite évidente comme l'exprime un des fondateurs du mouvement lors d'un entretien :

« Je ne croyais pas dans tout ça, j'étais très utilisé comme un objet de recherche, également dans les associations. Parce que le chercheur vient faire sa recherche, il emmène tout avec lui et il ne reste rien d'important pour résoudre le problème du travailleur, quand il travaille sur son cas. Il y a une tradition au Brésil qui fait que la recherche est ce que l'on partage pour les papiers mais rien ne change dans la vie du travailleur. Il lui reste seulement des photos, et le résultat bénéficie plus au chercheur. Il ne reste rien pour la personne qui est « enquêtée ». Après, la méthodologie de la recherche action a commencé courageusement. Donc nous avons commencé à plus investir dans cette question de la recherche dont nous avons commencé à comprendre un peu plus l'importance. Mais tout le temps où nous étions dans la rue, nous étions vraiment des objets de recherche pour simplement répondre à des demandes de monographies, mais tout cela ne nous servait pas.

Les chercheurs militants ont fait avancer notre lutte. C'est un contrepied face à ces chercheurs qui s'occupent de leurs propres résultats. Donc ces chercheurs ont notre aide

¹³⁶ Les universités brésiliennes développent toutes un service qu'ils appellent « d'extension » et qui met en lien les étudiants et chercheurs avec les populations locales. L'idée est de mettre les compétences universitaires au service de ces populations. Ainsi, j'ai pu participer à un projet de création d'un système d'assainissement dans une occupation. Dans le cadre du MNCR, j'ai rencontré un doctorant qui, dans le cadre d'un projet d'extension, venait pour envisager des améliorations du processus de tri au sein de la coopérative.

totale. Nous sommes une usine, sous la domination du propre travailleur, nous allons produire les matériaux que nous vendons. (...) Avec le gouvernement Lula, nous avons réussi à avoir des équipements. Nous avons réussi à avoir un terrain de la mairie quand elle était du PT et nous avons construit un grand hangar. Nous venons d'avoir la licence environnementale et nous faisons quelques recherches... pour la fabrication de produits avec du matériel recyclable sous la propre domination du travailleur et cela aussi grâce aux chercheurs même s'ils ne sont pas récupérateurs. Nous avons un espace qui est l'observatoire, avec des chercheurs et quelques dirigeants des récupérateurs pour réunir le savoir pratique avec le savoir académique, et avec cela, créer des solutions. »

Cet extrait d'entretien montre bien le processus qui a modifié le positionnement du MNCR face au monde de la recherche, notamment par une évolution méthodologique de la recherche par le biais de la recherche action. Elle est ainsi devenue bénéfique pour le mouvement qui a aujourd'hui l'habitude et qui les accueille favorablement. Cependant, il insiste sur l'importance d'une réciprocité dans ces relations.

Le MST a aussi l'habitude des sollicitations de chercheurs. C'est un mouvement social qui est d'ailleurs très analysé, au sujet duquel il y a de nombreux travaux. Cependant, ils sont sélectifs concernant l'accès à leurs espaces, comme cela a pu m'être dit par la suite, dans le cadre du comité des Amis du MST en France. Pour la relation avec ce mouvement social, la *gatekeepers* a été une amie qui connaît cette association française de soutien au mouvement par ses fonctions professionnelles. J'ai bénéficié de sa confiance dans l'orientation qu'elle a faite pour moi auprès des membres de l'association. Pendant la phase de terrain exploratoire, j'ai passé 6 mois à participer à la vie de l'association. J'ai eu l'occasion de rencontrer et d'accompagner des militants du MST lors de leurs déplacements en France. Au bout de ces six mois, j'ai été accueillie sur leurs espaces, au Brésil, sous le statut de membre du comité des amis du MST, qui réalisait en même temps un mémoire de master. Ce parcours est assez classique au sein du comité des Amis du MST. Chaque année, un ou deux étudiants sont accueillis pour la réalisation d'un stage de master avec la rédaction d'un mémoire. Parfois, cet accueil débouche sur une découverte du mouvement au Brésil. Par ce biais, j'étais considérée comme membre d'une extension du mouvement en France, c'est-à-dire un membre presque à part entière. Les comités d'Amis du MST sont considérés comme des relais de la parole et des intérêts du mouvement à l'étranger.

J'ai demandé à être autorisée à réaliser un travail de doctorat trois années après les premiers contacts, lors de mon premier déplacement au Brésil dans le cadre de la thèse. Ce

voyage a été provoqué par le MST qui m'a invitée à une formation d'un mois dans un de ses centres de formations. A la suite de cette formation, j'ai pu négocier le travail de recherche avec les membres de la coordination internationale qui ont été intéressés par la transversalité du sujet avec les organisations brésiliennes et françaises de récupérateurs. Comme déjà indiqué précédemment, ce sont les coordinateurs du mouvement qui ont choisi le Minas Gerais comme état de référence de la recherche et ses deux lieux précis (un campement et un *assentamento*). Malgré cette intériorité par le comité des Amis du MST, ce sont sur ces espaces que je me suis le plus questionnée sur ma légitimité. Par ce parcours, je considère qu'au moment de débiter le travail dans le cadre du doctorat, j'avais une position de praticienne chercheuse spécifique. Etant considérée comme quasi-membre du mouvement, j'étais dans la situation d'une praticienne qui cherche sur son terrain d'exercice comme défini par Kohn (2001). Ainsi, je me suis retrouvée dans les positions de complices et espions définies par de Saint Martin (2019b). Dans le cadre de cette recherche, la complicité a été un ressort par les connaissances acquises en France avec le comité. Par contre, j'ai parfois eu la sensation d'être espionne en raison de l'ambiguïté de ma position entre membre du comité des Amis du MST et chercheuse. Je me suis aussi parfois sentie traître par rapport à l'utopie initiale de cette recherche et à ma surimplication envers les questions de lutte contre les inégalités sociales.

2. Quelle participation ?

Les modalités d'entrée sur les terrains et la période de recherche exploratoire ont préfiguré les modalités de participation à la vie des terrains. Nous avons vu une différenciation entre observateur participant externe et observateur participant interne (Lapassade, 1991) avec des espaces et des temporalités qui ont parfois fait des jeux de positionnement. Pour le collectif Rues Marchandes, je suis arrivée comme membre de l'association de récupérateurs et donc interne à ce monde social. Pour le MST, la participation au comité des amis du MST m'a parfois rendue presque membre du mouvement. Et pourtant, la visibilité de mes différences (fort accent français, repères et codes culturels différents) me replaçait en tant qu'observatrice externe. Dans ces jeux de positions, Lapassade rappelle la toute relativité de l'intériorité :

« On n'insistera jamais assez sur l'ambiguïté de la notion ethnographique du « dedans », liée au projet de l'interactionnisme symbolique : saisir « le point de vue du membre », « participer », au point de vivre soi-même « du dedans » les valeurs du groupe. En réalité, le seul chercheur qui soit réellement dedans, qui puisse voir vraiment les choses de

l'intérieur, c'est celui qui est déjà membre effectif d'une communauté, d'une ethnie, avant d'y mener une recherche. » (Lapassade, 1991, p. 41).

Le jeu de position entre intériorité et extériorité fait d'ailleurs écho au jeu entre chercheur incognito ou à découvert. En fonction des situations je me suis retrouvée dans l'une ou l'autre des positions, notamment dans les temps publics dans lesquels j'accompagnais les collectifs. J'ai parfois pu prendre la parole en tant que membre de l'association de récupérateurs, ou en tant que membre du collectif Rues Marchandes, j'ai mis le tee-shirt du MNCR et du MST. Il est plusieurs fois arrivé que l'on me prenne pour une récupératrice ou une membre du MST. On m'a d'ailleurs souvent posé cette question : « tu es Sans Terre ? ». Face à l'évidence de ma non-résidence au Brésil, en raison de mon accent, cette question était souvent accompagnée de « Il y a des Sans Terre en France ? ». Ainsi, si je ne correspondais pas aux critères Sans Terre brésiliens, j'aurais pu correspondre à une Sans Terre française. Il en est de même pour les récupérateurs brésiliens qui ont souvent pensé que j'étais récupératrice en France et étaient surpris de ma réponse. Ce jeu se lie donc par les identités qui me sont attribuées. Concernant les récupérateurs d'Ile de France, l'identité de travailleuse sociale m'a d'ailleurs poursuivie pendant tout le terrain de la recherche avec des demandes régulières de coup de main pour des dossiers administratifs.

C'est bien les modalités de participation qui ont généré ces effets. En effet, « « Participer », c'est s'intégrer au groupe, à l'institution. » (Lapassade, 1991, p. 28). Sur les différents terrains, j'ai oscillé entre l'observation participante périphérique, notamment dans les temps de l'enquête exploratoire et les temps d'arrivée sur les différents lieux. Me sentant, dans ces moments-là, plutôt extérieure aux situations et dans un processus de construction d'une intériorité, j'y participais de manière « périphérique » (Lapassade, 1991, p. 32). Pour Lapassade, dans ce type de participation, les chercheurs « participent suffisamment à ce qui passe pour être considérés comme des « membres » sans pour autant être admis au « cœur » des activités. Ils n'assument pas de rôle important dans la situation étudiée ». (Lapassade, 1991, p. 32). Dans ma pratique de la recherche, je me distancie de cette formulation qui me paraît assez utilitariste et enfermant le chercheur dans une position. En effet, ma participation aux activités correspond à ce qui est décrit par Lapassade, participer aux activités sans pourtant y avoir une implication totale. Cependant, je me différencie dans les objectifs. Participer était un moyen de créer de la convivialité et de m'intéresser aux activités des personnes m'accueillant. Cela a aussi été une manière de chercher à construire de la réciprocité car j'ai toujours eu le souci d'organiser un contre don en réciprocité au don que m'ont fait l'ensemble des acteurs de la recherche en

m'accueillant, en passant du temps avec moi, en répondant à mes questions, en me formant à leurs réalités. Jules Falquet (2020) lorsqu'elle exprime être « en dette » a trouvé les mots pour exprimer ce sentiment : « Je suis en dette ». Elle le dit concernant ses terrains de recherche avec les personnes en lutte en Amérique latine (Chiapas au Mexique, Salvador) mouvements paysans, mouvements indiens et les femmes du mouvement zapatiste, lors de la présentation de son livre *Imbrication* au CADTM international (Comité pour l'abolition des dettes illégitimes).

Ce positionnement a progressivement évolué au fur et à mesure de ma présence sur les terrains français de la recherche pour s'orienter, parfois vers une « observation participante active » dans laquelle « le chercheur s'efforce de jouer un rôle et d'acquérir un statut à l'intérieur du groupe ou de l'institution qu'il étudie. » (Lapassade, 1991, p. 35). Cependant, je me distancie encore une fois de cette référence. J'ai eu une présence de plus en plus active au fur et à mesure de ma connaissance avec les récupérateurs d'Ile de France. J'ai parlé en leur nom lors de conférences, j'ai pu prendre part à des votes pour des décisions dans l'association, j'ai organisé des marchés, des événements, j'ai participé à des manifestations... Ainsi, j'ai pris une place dans le quotidien de ces groupes. Il en est de même pour le Comité des Amis du MST en France pour lequel j'ai pris la parole en public, j'ai fait des traductions, j'ai organisé ou participé à des événements. Cependant, la formulation de Lapassade laisserait penser que cette démarche est construite par le chercheur. Il me semble cependant qu'elle soit surtout l'action des acteurs de la recherche. Favret-Saada (1977) l'exprime bien lorsqu'elle dit avoir été prise par son terrain de recherche. En effet, je me suis « laissée prendre », parfois de manière très chronophage mais toujours de manière, je pense, profitable pour la recherche que ce soit en termes d'éthique ou de recueil de données.

Un exemple de cette prise en main par les terrains de la recherche peut être celui du processus judiciaire du campement qui m'a accueillie de manière plus stable et qui a réussi à aller jusqu'à prendre dans ses filets l'institution universitaire par le biais d'un de mes directeurs de thèse. Autre hasard de la recherche, j'ai été présente lors d'une audience de conciliation au tribunal entre les membres du campement et le propriétaire du terrain. Faisant feu de tout bois pour montrer leur crédibilité, les coordinateurs m'ont sollicitée pour que je réalise un courrier certifiant leur participation à la recherche en m'accueillant en tant que doctorante française. Cette attestation ne pouvait qu'être faite par mon directeur de thèse qui a d'autant plus de légitimité qu'il était, à cette époque, aussi directeur du laboratoire de référence. Ce courrier a été joint au dossier de défense du campement qui, ce jour-là, a d'ailleurs obtenu un délai

supplémentaire avec une promesse d'être installés sur un autre terrain de manière définitive dans les six mois. Quatre ans plus tard, cette promesse n'est toujours pas tenue.

Ces terrains de recherche ont été « voraces » pour reprendre une expression de Gilles Monceau et amènent à la question de Lapassade qui a été aussi une de mes préoccupations : « Comment faire à la fois la part de l'implication dans la vie d'un groupe et d'une institution et la part de recul nécessaire, dit-on, si l'on veut rester un « chercheur » ? » (Lapassade, 1991, p. 40). Je compléterai les éléments de cette question par la position de praticien-chercheur qui nuance les enjeux en montrant que la dualité des positions n'empêche pas ni l'une ni l'autre position, mais les enrichit. Cependant, en tant que chercheuse, j'ai ressenti avoir besoin d'espaces de recul et d'objectivation. Dans ma pratique, ils se sont réalisés dans des temps de distance physique avec les terrains, l'accompagnement de mes pairs chercheurs (directeurs de thèse, groupes de recherche, collègues chercheur ou doctorants...), et par les outils de recueil des données (journal de recherche, retranscription d'entretiens, photos, accès aux documents institutionnels ou personnels).

3. Quel recueil des données ?

Pour Monceau, « La pratique de la recherche est aussi pratique d'écriture. » Monceau, 2002, p. 167). Je suis entrée dans l'écriture par le recueil de données. Elle est d'ailleurs une activité importante pour l'analyse institutionnelle qui fait la part belle à ses différents et hors textes (Lourau, 1988). Samson réfléchit l'organisation de l'écriture en tant que dispositif et ainsi, en se référant à Foucault (1977) et Deleuze (1988, 1996) elle en dégage les éléments suivants : « un dispositif a une fonction stratégique ; il est souvent une réponse à l'urgence, il est souvent limité dans le temps et/ou associé à un objectif bien précis (ce qui n'interdit pas sa reconduction). » (Samson, 2018, p. 9).

Dans cette recherche, l'écriture liée au recueil de données s'est inscrite comme un élément du dispositif d'observation participante. Elle fonctionne comme un sous-dispositif si on en conçoit les enjeux et fonctions. Les différents écrits réalisés pendant cette recherche ont tout d'abord permis cette prise de distance avec l'emprise des terrains de la recherche que ce soit par la rédaction du journal de recherche comme pour les retranscriptions d'entretiens. Penser l'importance de les réaliser comme une urgence est assez adapté pour le journal de recherche car, ce qui est en jeu est la mémoire des événements et des échanges avec les personnes. Cette fonction est mise en valeur par Ardoino :

« la première utilité d'un tel matériel : constituer une mémoire pour le chercheur lui-même, une chronique de ses interrogations, des difficultés rencontrées sur le terrain (voire d'aucuns l'ont justement montré, anticiper, à l'occasion, le deuil du terrain, avec tout le déchirement que cela supposera, au moment de conclure la recherche), à d'autres usages » (Ardoino, 1990, p. 6)

Au-delà de la mémoire, il me semble que l'urgence de rédiger un journal de recherche réside aussi dans une tentative de maîtrise par rapport aux liens qui se tissent avec les terrains de la recherche. Il se peut que ce ressenti soit tout à fait personnel, cependant, j'ai trouvé dans le journal de recherche un défouloir, voire parfois un exutoire par rapport à la force des émotions qui ont pu me traverser pendant ces expériences. Il y a d'autant plus d'urgence, il me semble que cet écrit permet de donner du sens à l'action, à ce qui est perçu en immersion dans les situations et ainsi, à pouvoir les dépasser en les problématisant et les mettant en question. Le journal de recherche m'a permis d'orienter mon questionnement, et ainsi, les questions que je pourrai poser aux personnes des différents terrains. Cela a été d'autant plus important pour les terrains brésiliens sur lesquels je suis restée peu de temps et y revenir même ponctuellement demande une logistique assez conséquente en termes de temps ou d'argent.

Ces remarques sont inspirées aussi de Lourau (1988) pour qui le journal de recherche consiste en un Hors Texte, c'est-à-dire qui n'a pas pour objectif d'être rendu public. Ainsi, l'effet Goody est amoindri mais il ne lui échappe pas : « Parfois très intime, le journal enregistre d'abord la temporalité quotidienne d'une quête qui englobe le projet scientifique et lui échappe sans cesse. » (Lourau, 1994, p. 15). Les liens sont forts entre le Hors Texte et le contexte institutionnel pour lequel il est construit car si l'intime est « éjecté dans le Hors Texte » les liens avec le texte qu'il soutient crée un « hypertexte invisible » (Ibid, p. 14) qui est l'espace des transformations de l'écrit et de la pensée en fonction du contexte institutionnel de la recherche : « On nommera donc Effet Goody ce qui dans l'institution de recherche productrice de résultats, de textes institutionnels, téléguide en amont le regard du chercheur, la relation observateur/observé... » (Lourau, 1988, p. 247).

J'ai utilisé ce Hors Texte pour les trois dimensions identifiées par Lourau dans l'analyse d'une série de journaux de recherche (1988), le factuel de ce qui se déroule sur le terrain, les questions que cela me pose et les sentiments déclenchés. Nous retrouvons donc dans mes notes la part de terrain, de recherche et d'intime, liée à l'immersion dans les situations. J'ai essayé le plus possible de prendre des notes chaque soir du terrain de la recherche, cependant, j'ai largement été soumise aux aléas des terrains, à leurs surprises. Ainsi, sur le campement du MST,

il n'y avait l'électricité que par des batteries de voitures. Mon ordinateur était inutilisable et je n'avais bien sûr pas pensé à prendre un cahier ou des stylos... Le journal de recherche s'est donc fait parfois par une prise de notes sur le téléphone portable car j'avais pensé à emmener une batterie de secours que je pouvais charger de temps en temps dans la boutique du campement. Pour le MNCR et le MST, l'immersion dans la vie quotidienne m'a parfois menée à un rythme intense du matin tôt au soir tard, en fonction des événements qu'ils soient liés au mouvement ou qu'ils soient de l'ordre de la convivialité. Il est à noter que j'ai eu la chance d'être accueillie dans des familles sur leurs espaces. Concernant les terrains de recherche en France, j'en maîtrisais les conditions et j'ai pu faire une prise de notes régulière. Ainsi, j'ai constitué un journal de terrain de 250 pages informatisées, complété par 4 cahiers rédigés à la main.

Je les considère comme l'embryon du texte que vous êtes en train de lire car ces notes ont permis l'analyse. Ils en sont d'ailleurs un début par le choix de ce qui y est noté et de comment cela est formulé. Cet exercice régulier permet aussi d'affiner le regard et l'attention. L'écriture permet de faire revivre les événements et, ainsi, d'aller chercher dans sa mémoire les détails qui nous paraissent insignifiants. Ainsi, j'ai pu donner du sens à ces multiples sensations de dépaysement que j'analyse comme des effets de l'intériorité du dispositif d'observation participante. J'ai pu réfléchir aux placements des récupérateurs d'Ile de France sur les marchés, j'ai pu noter les expressions lapidaires mais parlantes de Marc, chercheur en poubelles, gestionnaire des déchets... Au sein du MNCR, j'ai aussi, par exemple, pu me questionner sur cette sorte de plastique, surnommé le *barulinho* (traduction littérale de petit bruit) car reconnaissable par le petit bruit bien spécifique qu'il fait, et qui n'est jamais récupéré. Insignifiant, dédié à la poubelle, il est un analyseur de la tension entre objectifs environnementaux et pression économique subie par les récupérateurs en coopérative. Ainsi, j'ai pu constater que « La rédaction du journal potentialise et problématise les faits ignorés, considérés comme perturbateurs et déviants, considérés comme interdits ou bien de peu d'importance. » (Do Nascimento, Scheinvar, 2012, p. 78).

Au-delà des mots, Samson (2018) fait référence à Delcambre (1997) pour rappeler que l'écriture ne se limite pas à sa forme et est aussi « un dispositif de paroles ». D'ailleurs de Saint Martin (2014) fait de son journal de recherche, son « interlocuteur ». Je l'ai aussi utilisé en y notant mes mots mais aussi ceux des autres, du moins ce que ma mémoire en avait retenu. Ainsi, le journal de recherche m'a permis de recueillir ces « conversations » qui sont des données typiques de l'observation participantes par l'importance des relations sociales qu'elle génère.

Spontanées, elles sont imprévisibles et certaines amènent des éléments fondamentaux pour la recherche, souvent à des moments et des endroits incongrus. J'ai donc souvent utilisé mon téléphone pour noter certains éléments directement ou attendu un moment calme pour noter le contenu de ses échanges. Ainsi, mon journal de recherche contient aussi de nombreuses retranscriptions de discussions.

Le recueil des discours des personnes est aussi passé par des entretiens pour lesquels cette recherche rend impossible une classification entre entretien formel et informel ou structuré et non structuré. Sur l'ensemble des collectifs, j'ai systématiquement utilisé l'entretien pour compléter les observations directes. Je peux repérer 4 types d'entretiens. Il y a eu les entretiens ayant un niveau de formalisation plus élevé qui succédait rarement à une prise de rendez-vous. La majorité de ces entretiens étaient faits sur le vif au moment où je sollicitais les personnes. Les endroits étaient liés à la situation, au dispositif d'observation participante. Curieusement, le terrain où j'ai passé le plus de temps est celui dans lequel j'ai fait le moins d'entretiens, 12 en quatre années d'immersion qui n'étaient bien sûr pas quotidienne. La multiculturalité de groupe a fortement limité l'accès aux échanges en français. De nombreux récupérateurs ont une faible maîtrise du français et je n'ai pas les compétences nécessaires en chinois, roumain, indien, tunisien... Cette liste n'est pas exhaustive. La dernière minute du reportage *Raconte-moi ta rue marchande*¹³⁷ (2015) réalisé par Claire Dehove et Julie Boillot Savarin de Wos Agence des Hypothèses, est une illustration des situations classiques de communication rencontrées avec les récupérateurs d'Ile de France. J'ai ici bénéficié de compétences de travailleuse sociale, habituée à communiquer avec des personnes qui ne parlent pas la même langue. J'avais déjà de bonnes bases dans les possibilités de communication alternative. Les entretiens que j'ai réalisés avec ce collectif ont été menés avec des personnes parlant français. Ils ont presque tous été prévus en avance avec un rendez-vous pris. Ils ont été réalisés soit au domicile de la personne ou dans un café. Un seul entretien n'était pas prévu à l'avance et a été réalisé sur le vif, à l'occasion d'un temps de travail avec Françoise sur la rédaction d'un article pour un dossier sur la biffe dans la revue *Articulations*¹³⁸. Nous nous étions organisées pour passer deux journées pour la préparation de ce dossier et notamment pour construire ensemble un article. Nous avons finalement pris un long temps pour que Françoise nous raconte les

¹³⁷ Disponible en accès gratuit : <https://recherche-action.fr/ruesmarchandes/2015/06/28/haiku-video-raconte-moi-ta-rue-marchande/>

¹³⁸ Revue en ligne sur le travail social, qui se positionne en accord avec le travail social radical : <https://articulations.numerev.com/>

différents éléments de sa vie. Elle a ensuite travaillé son article seule. J'ai pu enregistrer cet entretien qui s'est réalisé sous la forme d'un récit de vie.

Concernant les récupérateurs brésiliens, j'ai été prise par la difficulté de faire de l'observation sur leur lieu de travail. Ainsi, prendre une heure de temps pour faire un entretien leur est coûteux financièrement. Cependant, deux membres de la coopérative ont accepté de le faire dans le réfectoire, un endroit calme pendant le temps de travail. Une a souhaité le faire pour cette tranquillité, l'autre pour la confidentialité de ses propos. Les autres récupératrices ont préféré réaliser les entretiens à la table de tri pendant qu'elles travaillaient. La confidentialité n'était pas garantie car il y a souvent deux personnes à une table de tri, comme montré sur la photo qui suit :



Figure 37 : deux récupératrices en train de travailler à la table de tri d'une coopérative dans le Minas Gerais. Photo de l'auteure.

Pour se faire, j'avais installé un système pour avoir l'enregistreur autour du cou. C'est d'ailleurs un des membres de la coopérative qui a fait l'installation et j'avais les mains libres pour réaliser les entretiens et en même temps aider les femmes dans leur travail. Ce dispositif a été imaginé avec la directrice de cette coopérative. Concernant la deuxième coopérative de

référence pour la recherche, j'ai réalisé les entretiens de manière individuelle, dans le réfectoire ou dans l'endroit qu'ils avaient choisi pour se reposer sur le temps du midi. Certains entretiens ont aussi eu lieu dans le bus, en voiture... J'ai dû m'adapter aux disponibilités des personnes d'autant plus que mon temps de présence au Brésil a été limité.

Concernant les membres du MST, la réalisation des entretiens a souvent été compliquée par le refus de l'enregistrement. J'ai donc fait de nombreux entretiens avec une prise de notes en différé sur le contenu des données. Cependant, tout comme pour les récupérateurs brésiliens, ils ont demandé une adaptation à la réalité quotidienne des personnes. J'ai ainsi pu faire un entretien tout en faisant le désherbage d'un terrain. Pour les personnes qui ont accepté, le plus souvent, nous arrivions à trouver un endroit un petit peu à l'écart, avec une tranquillité sonore. Cependant, de nombreuses fois, il y a eu des interventions de tiers qui entraînent dans la discussion. L'entretien devenait donc collectif. C'est d'ailleurs une modalité que j'ai aussi utilisée, notamment avec le secteur santé d'un des campements, sur leur proposition. J'ai aussi beaucoup utilisé l'entretien sous la forme d'une visite commentée. En effet, la démultiplication des espaces rencontrés dans le cadre de ce mouvement amenait à des visites régulières. Je demandais aux personnes s'il était possible d'en faire l'enregistrement et de leur poser aussi des questions sur leurs activités.

J'ai trouvé un vrai intérêt à cette méthode d'entretiens, en activité, car ils ont permis de s'adapter aux contraintes des personnes et aussi de sortir du rapport scolaire d'un entretien en tête à tête dans un bureau. Les personnes ont ainsi aussi pu choisir ce qui les mettait le plus à l'aise pour répondre. Mon objectif étant de favoriser un dialogue serein. J'ai aussi traqué les mots dans les expressions spontanées par le biais des photos comme pour les inscriptions sur les murs qu'elles soient peu travaillées ou des créations collectives de membres des organisations.



Figure 38 : liste de droits humains, travail de pochoir réalisé par une classe d'un campement du MST. Photo de l'auteur.

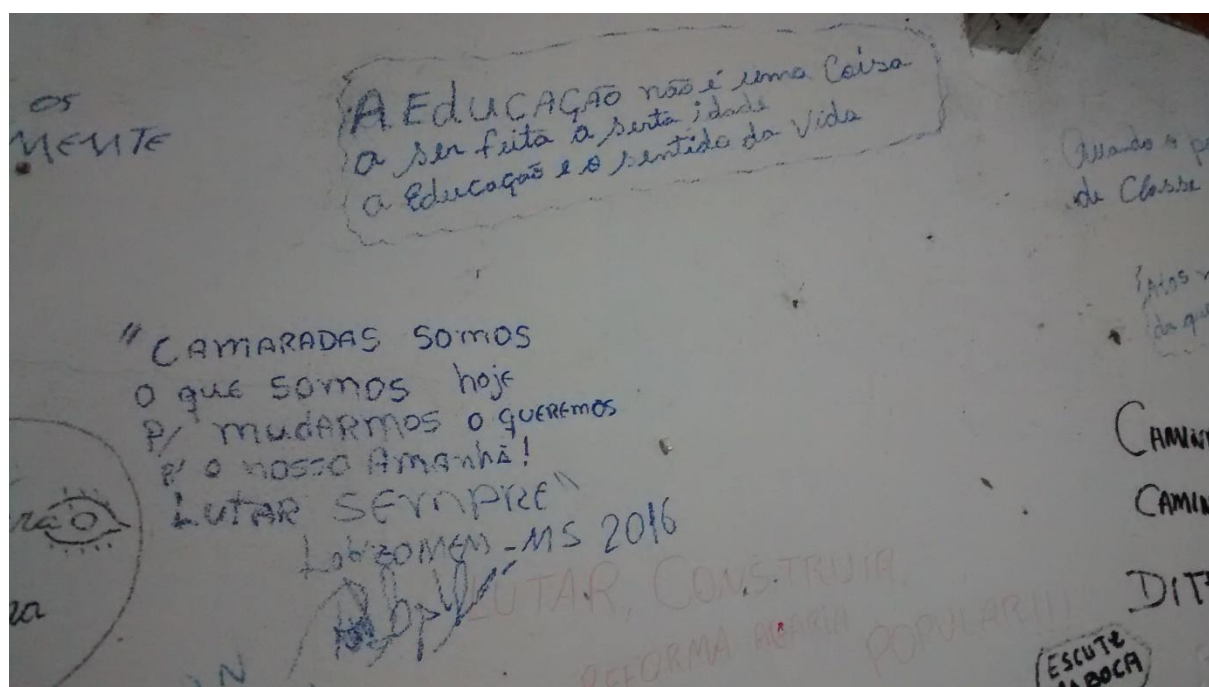


Figure 39 : expression libre sur un mur d'un centre de formation du MST. « L'éducation n'est pas une chose que l'on doit faire, que l'on doit donner. L'éducation est le sens de la vie. ». Traduction et photo de l'auteur.



Figure 40 : photo des inscriptions faites par les biffins pour un repérage des emplacements de chacun pendant le marché mensuel autorisé. Photo de l'auteur.



Figure 41 : photo du hangar d'une coopérative de récupérateurs brésiliens. Ecriture : « une collecte sélective sans récupérateur est du déchet ». Traduction et photo de l'auteur.

Ce recueil de paroles fait partie du recueil de données. Il s'est aussi accompagné de l'analyse de documents institutionnels comme les projets de l'association de récupérateurs, les statuts des coopératives de récupérateurs ou le projet politique pédagogique d'une école située sur un campement du MST. Ce type de documents est riche et fondamental pour l'analyse car elle fonctionne comme une institutionnalisation interne ou publique de la parole des organisations. J'ai aussi bien consulté et analysé la vie numérique des organisations que ce soit par des groupes WhatsApp, les sites internet des organisations ou leur présence sur les réseaux sociaux (Facebook, Instagram...). L'accès à cette parole institutionnalisée est, encore une fois, un choix de la part des collectifs qui ont accepté de les mettre à la disposition de cette recherche. Françoise, biffine en Ile de France m'a d'ailleurs aussi mis à disposition son sac de souvenirs biffins. Elle a pris sa retraite, comme elle le dit, il y a une année. Elle a quitté l'Ile de France pour vivre en province et a arrêté toute activité pour profiter de sa retraite. A son départ, elle m'a donné un sac rempli de documents, tracts, écrits... que j'ai analysés pour la réalisation de la monographie. Lorsqu'elle me l'a donné, elle m'a encore une fois fait une demande d'essayer de faire perdurer cette mémoire. Ainsi, ces documents étaient pour une grande majorité des documents institutionnels, cependant, leur provenance, le fait qu'elle les aient conservés, parfois annotés en font des documents personnels.

Le recueil de données s'est donc construit à partir d'un dispositif d'observation participante qui a permis d'être au plus près des acteurs et de leurs enjeux. Au-delà de l'intérêt en termes d'observation, le dispositif a permis la rencontre entre les acteurs de la recherche.

4. Quelle analyse des données ?

L'analyse des données a, dans cette recherche, consisté à donner du sens à une multitude de notes, de documents, d'enregistrements, en fonction d'un questionnement qui a perpétuellement évolué pendant la recherche. A son départ, il consistait à questionner l'économie des acteurs en tant que levier d'insertion. Par la suite, elle a disparu et est devenue plus large avec une question sur les stratégies des acteurs dans la construction de leurs propres solutions. Il y avait donc ici un postulat de départ lié à l'enquête exploratoire sur des stratégies qui proposent des solutions. A partir de ce postulat, la démarche a voulu être inductive. C'est notamment pour cette raison que questionner le terrain en tant que levier d'insertion a perdu en pertinence. Il s'agissait là de mon point de vue qui ne faisait absolument pas écho avec celui des acteurs. Il y avait même parfois dissonance. Ce travail s'est réalisé sur un temps long, aussi

en raison du déplacement qu'il a occasionné chez la chercheuse et cela, dès l'enquête exploratoire. J'écrivais en conclusion du mémoire de maîtrise qui a été un temps de premiers contacts avec les acteurs de la recherche :

« Cet écrit est certainement lui aussi très utopique, il m'a demandé de me décaler de ma manière de penser. Il m'a été difficile de penser la pauvreté sous une forme d'oppression. J'ai eu une vraie résistance mentale pour comprendre que l'enjeu des organisations n'est pas d'organiser le pouvoir mais de se coordonner et de le disperser. J'ai eu du mal à dépasser mes réflexes de travailleurs sociaux, voyant tout sous la forme d'un problème, pour voir la biffe comme une solution. J'ai eu le vertige pendant le terrain, je me suis confrontée à des nouvelles manières de penser et de s'organiser. On m'a toujours dit que la propriété privée est sacrée, que le communisme est de la dictature. J'ai rencontré des personnes qui pensent, au contraire, qu'il faut abolir cette propriété et communier pour pouvoir avancer. Aujourd'hui encore, des doutes me restent mais là où je suis sûre, c'est que toutes ces pratiques et ces idées nous permettent, quelque part, d'avancer. (Figueira, 2016, p. 105-106).

Ce travail a donc travaillé la praticienne chercheuse apprenante... Qui en a souvent perdu le fil face à une multitude d'espaces avec une approche inductive. La question de recherche est même devenue : A quelle question de recherche les matériaux répondent-ils ? Cette dernière question avait pour but de construire l'analyse à partir des données de terrain, dans une perspective inductive. Lyet (2017) explique que le constructivisme a déjà montré l'importance d'une connaissance qui se construit en interaction avec le réel. Cette recherche se donne comme autre utopie de s'inscrire dans une démarche qui part du réel pour construire de la connaissance. Cependant, être dans une démarche inductive demanderait à s'isoler du monde des théories pour observer les terrains et ce serait ici, mettre de côté l'effet Goody qui montre la limite d'une démarche inductive puriste car :

« nous savons aussi que les ouvrages analogues déjà parus, les jugements que porteront les collègues dans la profession, conditionnent notre travail font le livre déjà en nous, tiennent notre « plume » (nos doigts sur nos deux machines à écrire), orientent chaque phrase, suggèrent une modification du plan ». (Lapassade et Lourau, 1971, p. 9).

J'ai été hantée par les différents cadres et références théoriques dès la construction des matériaux que je considère comme le début de l'étape d'analyse. Si une méthode inductive pure semble périlleuse, l'abduction est un des objectifs de cette recherche en tant que dialogue entre les savoirs des acteurs de terrains et les théories. Cette approche est basée sur le postulat de

départ de la sociologie compréhensive : les personnes ont des savoirs qu'ils appliquent dans leurs gestes du quotidien. L'idée est, ici, de confronter la théorie au terrain et le terrain à la théorie par des allers retours permanents pour construire des apprentissages réciproques dans le champ des pratiques et le champ académique. Ces dialogues ont pu avoir lieu par l'utilisation de l'arène scientifique, sur les conseils de Becker (2004), avec des communications régulières permettant d'avoir un retour académique. Le collectif Rues Marchandes a rendu effectif la possibilité d'un dialogue direct entre le monde académique et les acteurs des terrains de la recherche, notamment par la réalisation de forum ou ateliers donnant une égalité de paroles aux membres du collectif ainsi qu'aux personnes issues du monde académique.

Par contre, la difficulté d'une démarche qui construit des savoirs à partir des terrains est que les axes de travail se dessinent et se redessinent tout au long de la recherche pour ne se figer qu'une fois que le processus est arrêté... Ainsi, tout au long de l'enquête, les questions évoluent et, parfois, les matériaux ne peuvent pas amener de réponses car ils n'ont pas été constitués avec une idée spécifique en tête. L'enquête n'est, en fait, jamais finie, elle est perpétuellement exploratoire et amène à de nouveaux questionnements. Si j'ai parfois atteint la saturation des données, de nouvelles questions continuent d'apparaître qui pourraient encore être explorées. L'observation participante a ancré les données dans des contextes très locaux. Les résultats seront donc très situés dans chaque particularité de la recherche aux contextes géographiques variés (continents différents, un océan à traverser...), et aux contextes sociaux, aux histoires perturbées (colonisation).

Dans la démultiplication de ces particularités, le premier enjeu pour l'analyse a été le rangement des données. En effet, je me suis moi-même perdue dans leur quantité et leur variété. J'ai eu le vertige quand j'ai constaté que je n'arrivais plus à compter ni à positionner les différents espaces de la recherche. C'est d'ailleurs l'approche spatiale qui m'a permis de les organiser. Sur les conseils éclairés de mon directeur de thèse brésilien, j'ai créé un atlas de cette recherche que j'ai organisé par collectif et par lieu. J'ai fait une fiche de synthèse sur chaque espace avec les catégories suivantes :

- Caractéristiques
- Apprentissages et enjeux pour la recherche
- Pistes et questionnements
- Matériaux réunis

Ce système m'a permis d'avoir des repères dans cette multitude, car la recherche a mené à la rencontre avec 46 espaces différents. L'établissement de ce nombre résulte d'une simplification car, par exemple, en Ile de France, certains événements ou réunions n'ont pas été insérés dans ce comptage et ont été considérées comme participant par exemple d'un espace de l'association de récupérateurs. Un exemple de fiche est mis en annexe (2) pour chaque collectif.

Par cette organisation en atlas, j'ai pu commencer à analyser les terrains de la recherche aussi en fonction de leurs dimensions spatiales. J'ai rapidement construit des représentations cartographiées des différents lieux pour commencer à penser la spatialité au sens de Moreira Lopes, d'une "notion sociale" et une "construction symbolique" (Moreira Lopes, de Vasconcellos, 2005). Il se peut que cette partie du travail oscille entre géographie de l'exclusion et géographie de la résistance. Cet atlas a constitué une première trame pour penser les espaces des acteurs en tant que "territoires utilisés", selon la définition de Milton Santos : « C'est l'usage du territoire, et non le territoire lui-même, qui en fait l'objet de l'analyse sociale. Il s'agit d'une forme impure, d'un hybride, d'une notion qui, pour cette raison même, nécessite une révision historique constante ». (Santos, 1996, p. 15). Ce travail de cartographie, dévoile les espaces de la recherche mais surtout les espaces de vie des acteurs. En cela, il concorde avec ma préoccupation éthique et scientifique car, en tant qu'outil de visibilité, ce travail participe à lever le voile d'invisibilité lié à leur disqualification (Passos, Kastrop, Escossia, 2009).

J'ai ensuite regroupé l'ensemble des documents disponibles en fonction des lieux, retranscriptions d'entretiens, photos, enregistrements de réunions... Les journaux de terrains sont, par contre, restés en l'état, organisés par ordre chronologique. J'ai commencé par faire un cahier par collectif mais cette organisation n'a pas tenu et tout comme les terrains se sont mis à dialoguer entre eux, les journaux de recherche sont rapidement devenus un. Le travail d'analyse a donc commencé par cette première organisation qui a généré des écrits intermédiaires notamment par la réalisation des fiches de synthèse. « Un matériau descriptif représente pour un chercheur une assise solide et sécurisante ; mais un matériau ne parle pas de lui-même, et si l'on souhaite en faire un examen plus analytique, une plongée doit être consentie » (Berger & Paillé, 2011, p. 70). La plongée dans ces matériaux s'est faite par le repérage de catégories en fonction des types de matériaux et des collectifs. Pour les entretiens les catégories présentées dans le tableau qui suit sont apparues. Il est composé de 4 colonnes car je n'ai pas retrouvé les mêmes catégories dans tous les collectifs. Ainsi, lorsqu'il y a une croix dans la colonne, cela signifie que la catégorie est apparue en tant qu'unité de sens dans les discours des acteurs.

Tableau 5 : synthèse des catégories d'analyse utilisées dans cette recherche.

Catégorie	Biffins IDF	MNC R	MST
Autonomie et souveraineté populaire	X	X	X
Belles choses trouvées dans les déchets	X	X	
Carnaval de Belo Horizonte		X	
Cosmovision			X
Convergence des luttes	X	X	X
Défis	X	X	X
Education	X	X	X
Exclusion	X	X	X
Pollution du fleuve à proximité		X	X
Fonction sociale de l'activité	X	X	X
Homme au Sac		X	
Invitation à faire un mouvement en France			X
Lien avec la religion		X	X
Lien avec le mouvement social		X	
Liens entre les terrains	X	X	X
Lutte économique	X	X	X
Marché de la porte Montmartre	X		
Mémoire du mouvement			X
Méthodologie de la recherche / liens chercheur-terrain	X	X	X
<i>Mistica</i>	X	X	X
Organisation interne	X	X	X

Parcours de vie	X	X	X
Partenariats, relations externes	X	X	X
Place des mouvements sociaux dans les luttes des individus		X	X
Praxis			X
Précarité des dispositifs	X	X	
Processus de construction des collectifs	X	X	X
Processus juridique			X
Professionnalisation	X	X	X
Santé	X	X	X
Savoirs	X	X	X

Ce tableau met en valeur des différences entre les discours en fonction des collectifs. Nous voyons aussi apparaître des événements abordés de manière récurrentes dans les discours et qui sont en cela devenu des unités de sens à part entière. Nous pouvons noter, par exemple, le processus juridique lié à un campement, la pollution d'un fleuve à proximité des terrains, les relations avec un marché autorisé et géré par une association de travail social en Ile de France... Ces événements deviennent donc des analyseurs pour la recherche.

Concernant le journal de bord, j'ai réalisé un travail de codage en annotant les passages me semblant les plus importants. Le codage n'a pas été systématique sur l'ensemble du texte. Il s'est construit en complément de l'analyse des entretiens et s'est nourri des catégories dégagées tout comme les catégories pour l'analyse d'entretien se sont nourries des catégories du journal de bord. Cette construction de sens s'est aussi articulée avec l'analyse des différents documents recueillis pour la recherche. Nous pouvons ici parler d'une triangulation des données (Berger, Crescentini, Galeandro, Crohas, 2010). Cette étape a contribué à avoir une vision plus globale des éléments saillants dans les données. Ensuite, les écrits se sont multipliés, que ce soit sous la forme de tableaux ou de brouillons pour l'organisation du texte final. Ces écrits ont été relus, retravaillés par couches successives dans un mouvement qui a permis « analyse en mode écriture » (Paillé & Mucchielli, 2008) pour construire le texte de cette recherche. Ce travail a

été cadré par la réalisation de monographies par collectif pour en proposer ensuite une analyse croisée.

Une des difficultés de la recherche a été la traduction, en lien avec sa richesse qui est de participer à un dialogue entre des mondes sociaux variés qui ne peut se réaliser sans la possibilité de mots et de discours en commun. Nous avons vu qu'ils sont au cœur de cette construction de savoirs. Nous les retrouvons jusqu'à l'analyse spatiale, pensée en tant que production de l'homme (Santos, 2012). Pour Althusser, « toute action humaine est impossible sans le langage et la pensée » (Althusser 1994, cité par Lussault 2007). Les espaces sont donc aussi des « jeux de langage » (Wittgenstein 2005, cité par Lussault 2007) en tant que « formes narratives » et « récits d'actions ». Pour Moreira Lopes, toute personne possède un « langage spatial » (2018) participant de notre « mémoire spatiale ». Dans la lignée de Tavares qui propose de lire les espaces de la ville tels des livres (Tavares, 2013), il a, ici, été nécessaire de construire une lecture spatiale des terrains. Cependant, pour l'analyse, il a fallu passer par la traduction de ces mots, qui va au-delà de différences linguistiques liées au français ou au portugais mais qui est bien un travail permanent à faire, avec les acteurs d'explicitation de leurs mots même si la langue est commune. En effet, les différents mondes sociaux ici traversés génèrent des repères, des normes et des codes spécifiques qui s'expriment dans des cultures et des langages. J'ai parfois eu des hésitations sur certains mots ou idées, cependant, le dispositif de recherche par l'observation participante et sur un temps long m'a permis de m'acculturer progressivement à ces codes. Ainsi, j'ai pu passer d'un contexte à un autre pour penser ces terrains de manières articulés dans une démarche de questionnement croisé.

Cette approche se différencie de l'approche comparative car elle ne se fonde pas uniquement sur la recherche de points communs ou de différences entre les terrains et qui, peut mener à reconstruire de l'invisibilité. L'approche par le questionnement croisé se développe récemment dans le champ de la socio-clinique institutionnelle. Kasper la définit ainsi :

« La proposition de l'interrogation croisée des pratiques vise à valoriser la particularité et la singularité des cas, non seulement ce qui semblerait universel car commun aux deux pays. C'est-à-dire qu'il s'agit de mettre en évidence les caractéristiques d'un cas pour qu'il puisse éclairer l'autre cas et permettent ainsi de mieux comprendre chacun d'eux. En suivant cette démarche, les analyses sont plus complexes car elles intègrent la particularité, la singularité et l'universalité.

L'intérêt de l'interrogation croisée est donc d'éclairer et de voir autrement ce que l'on connaît déjà, en le rapportant à un autre cas. L'utilisation du questionnement croisé dans

l'analyse des effets de l'institutionnalisation de la NGP¹³⁹ dans l'attention basique au Brésil et les soins primaires en France déplace le regard porté sur le sens de ce type de gestion, sur l'organisation des soins, sur la relation public-privé et les transformations dans les pratiques professionnelles infirmières. » (Kasper, 2022, p. 57).

Elle nous montre, comment, à partir de son objet de recherche, le questionnement croisé nourrit sa réflexion, notamment en dénaturant le regard par le croisement avec des réalités variées, qui, en fonction de leurs différences, permettent de repenser ce qui peut être vécu comme de l'universel, du particulier ou du singulier. En socio-clinique institutionnelle, un dispositif de restitution croisée est envisagé pour pouvoir construire cette mise en dialogue avec les acteurs. Dans le cadre de cette recherche, je n'ai pas institué d'espace ou de temps dédié à la restitution croisée. Cependant, l'immersion sur les trois terrains l'a favorisée car, m'appropriant les codes, références et enjeux de chaque collectif, je les ai aussi emmenés avec moi et j'ai pu les utiliser pour construire ce questionnement croisé. Cette approche a été d'autant plus riche que mon positionnement d'ancienne praticienne du travail social m'avait menée à l'intériorisation d'universaux qui se sont avérés n'être que des particularités. C'est par la mise en dialogue avec d'autres singularités que mon regard s'est affiné. Comme la multiréférentialité amène à démultiplier les éclairages, le questionnement croisé amène à démultiplier les références et les expériences pour penser.

J'ai eu l'impression que le questionnement croisé a bousculé mes propres résistances à penser autrement que par ma grille d'analyse en m'intéressant aux multiples possibles de mon questionnement que les terrains m'ont permis de voir. Je pense que penser à partir de trois terrains différents m'a permis de relativiser les particularités des collectifs. Cela a peut-être eu des effets éthiques notamment par rapport à un risque d'essentialisation de caractéristiques attribuées à des groupes sociaux dans le cadre d'une recherche. Monceau et Soulière l'évoquent notamment dans le cadre de recherches populationnelles visant à soutenir ou orienter des politiques publiques et qui prennent pour point de départ un phénomène repéré comme problème social. A partir de celui-ci, des caractéristiques sont définies auxquelles les individus « se construisent et se positionnent dans une catégorie sociale « désignée » pour parler d'eux-mêmes, des autres et du monde dans lequel ils vivent selon ces représentations naturalisées » (Monceau, Soulière, 2017, p. 2). Cela traduit un risque d'essentialisation de ce que l'on peut penser comme des particularités d'un groupe social et qui peut mener à participer à construire

¹³⁹ Nouvelle Gestion Publique

ce que l'on a parfois à cœur de dénoncer. Le questionnement croisé semble être un moyen pour mettre à distance cet acte manqué de la recherche.

Conclusion de la partie pratiques de recherche

Le dispositif de recherche ici présenté en montre la dimension réticulaire par la démultiplication de ses espaces qui s'est construit dans un processus d'observation participante avec pour parti pris d'en dessiner le chemin en suivant les acteurs dans leurs activités. La cartographie a permis de localiser les différents espaces mais elle est aussi un outil pour les positionner dans l'univers de cette recherche. La méthode est ici qualitative et inductive. La démultiplication des espaces a entraîné une démultiplication des matériaux et des données. Au-delà d'une impossible exhaustivité, l'enjeu est de réussir à articuler ces données. Le passage à l'écrit a permis d'en réaliser l'analyse par de la construction de catégories. L'articulation a pu se faire par la méthode du questionnement croisé qui permet de mettre en dialogue cette diversité d'expériences tout en prenant en compte leurs différences. Le regard est dénaturalisé pour penser autrement les universalités, particularités et singularités.

Ce dispositif de recherche n'a pas pour unique enjeu une démarche de construction de savoirs. Il structure les liens entre le chercheur et les acteurs des terrains de recherche. Ainsi, il est aussi le garant d'une éthique que ce soit envers le monde académique comme envers les collectifs rencontrés. En effet, expliciter son processus permet au lecteur de connaître les ingrédients de cette recherche et ainsi, de se positionner par rapport à ses résultats. Par rapport aux collectifs de la recherche, penser le dispositif est aussi penser la relation construite avec eux et, ainsi, leur place dans le processus au sein duquel ils m'ont dit vouloir être des Sujets.

**QUATRIEME PARTIE : APPROCHE MONOGRAPHIQUE DE TROIS PROCESSUS
D'INSTITUTIONNALISATION**

La proposition de construire l'analyse à partir de monographies s'est imposée face à la multitude des données et aux différences de contextes entre les collectifs. Elle est une étape à part entière de ce travail que je propose de restituer avant d'achever cette présentation par une discussion des résultats à partir d'un croisement des données de chaque monographie. La monographie soutient le questionnement croisé des expériences en permettant de s'immerger dans les particularités de chaque collectif. Elle est d'ailleurs un outil privilégié de la science sociale de Le Play (Hamel, 2010) et de l'Ecole de Chicago (Dufour, Fortin, Hamel, 1991). Ce dernier est d'ailleurs un courant lié à l'ethnosociologie (Lapassade, 1991). La cohérence méthodologique est accompagnée d'une cohérence des repères épistémologiques dans une continuité entre dispositif d'observation participante et l'outil de la monographie.

La monographie peut avoir plusieurs acceptions, qu'elle soit vue au prisme de l'ethnosociologie ou de la pédagogie institutionnelle, étroitement liée à l'analyse institutionnelle. Pour cette dernière, la monographie est un dispositif consacré dans le cadre de la pédagogie institutionnelle qui a été pensée dans sa lignée. Elle consiste en un outil collectif, permettant une analyse des pratiques des enseignants par la description de situations éducatives (Dubois, 2011). Pour l'ethnosociologie, la monographie trouve ses premières formes dans de larges récits descriptifs réalisées en anthropologie et qui ont le souci du détail et de l'exhaustivité :

« Par « monographie », on entend, dans les domaines de l'anthropologie et de la sociologie, la démarche d'étude d'un phénomène ou d'une situation relative à une société déterminée, impliquant une enquête de terrain et l'observation directe (in situ propices à reconstituer ce phénomène ou cette situation dans sa totalité. » (Dufour, Fortin, Hamel, 1991, p. 22)

La monographie est associée à la possibilité de comparer des expériences locales pour en élaborer une théorisation qui soit représentative. Pour Guéranger, « Du point de vue du raisonnement scientifique, il n'y a donc aucune différence de nature entre la monographie et la comparaison puisqu'il s'agit fondamentalement... de comparer. » (Guéranger, 2012, p. 26). Il en est de même pour Becker, pour qui elles sont des cas (Becker, 2016) permettant une pensée analogique entre plusieurs d'entre eux. Ainsi, la description détaillée d'un phénomène social prend sens, pour ces auteurs, notamment dans la possibilité de mise en parallèle avec d'autres réalités ayant des similitudes. Ainsi, la critique récurrente du peu de représentativité d'une monographie unique pour la théorisation est levée (Dufour, Fortin, Hamel, 1991). Dufour, Fortin et Hamel (1991) montrent que sa pertinence vient aussi du choix de la délimitation de la

monographie qui peut se focaliser sur une situation unique aux caractéristiques représentatives de la question traitée.

Dans cette recherche, à la lecture de la présentation de la démarche et du dispositif, des différences d'échelles sont perceptibles entre les différents collectifs. En effet, le MST et le MNCR sont des mouvements qui agissent à l'échelle d'un pays, voire internationalement alors que les récupérateurs d'Ile de France semblent exercer sur ce territoire plus restreint. Chaque collectif est considéré comme un « cas » (Becker, 2016) en raison de son autonomie sociale et par rapport aux autres. Il a été possible de construire des monographies car les biffins en Ile de France, le Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables et le Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre constituent chacun une communauté de pratiques à l'identité collective identifiée. Nous avons ici pris le parti d'un découpage des monographies en fonction d'unités sociales qui correspondent à des groupes se définissant comme tel par la pratique d'un métier (la biffe, la récupération, l'agriculture) et dans la constitution d'un commun dont le nom est un indice symbolique. En effet, ce commun (Dardot, Laval, 2014) est rendu visible par la référence partagée à un nom d'activité et au nom d'un mouvement social. A la lecture des monographies, il apparaît que le nom de métier (biffin) peut prendre des allures de choix politique.

L'utilisation des monographies, dans cette recherche, se différencie sensiblement des approches traditionnelles car l'exhaustivité n'est pas recherchée. Au-delà du problème concret de format d'une thèse de doctorat, les monographies ont été réalisées dans un souci de précision par rapport aux questionnements se dégageant de la recherche. Ainsi, les stratégies des différents acteurs ont été abordées pour chaque cas à partir d'une grille d'analyse systématisée pour permettre une pensée qui ne se veut pas analogique mais différentielle à partir des caractéristiques de chaque collectif. La comparaison terme à terme n'est pas recherchée car elle pourrait mener à appauvrir les expériences en se focalisant sur leurs similitudes. Le questionnement croisé s'inscrit dans une démarche autre, par une mise en dialogue des données à partir des singularités, particularités et universalités de chaque cas.

La grille d'analyse a été constituée pour nourrir un questionnement des stratégies des acteurs dans la construction de leurs propres solutions à partir de l'économie populaire. Elle a été construite aussi pour des raisons d'organisation et de lisibilité, pour le lecteur, des données recueillies. L'idée est ici de jouer sur les « focales » de la recherche (Becker, 2016) permettant le questionnement croisé. Cette grille a évolué avec une première étape comportant les critères suivants :

1. La mémoire des collectifs
2. Qui sont les acteurs aujourd'hui ?
3. Comment s'organisent-ils ?
4. Quelle territorialité des acteurs ?
5. Quel vécu du processus ?
6. Quels institutants ?
7. Quelles resignifications de l'économie ?
8. Tensions dans l'institutionnalisation ?

Cependant, ces catégories n'étaient pas assez distinctes et les catégories concernant les acteurs, leurs institutants et les resignifications de l'économie ont été supprimées. La question des caractéristiques des membres des collectifs étaient trop proches de la question de leur organisation. Quant aux institutants et aux resignifications de l'économie, ces catégories étaient très proches de celle sur les tensions dans l'institutionnalisation. Si ces thématiques ont été abandonnées en tant que catégories, elles sont tout de même réfléchies dans les monographies. Cette évolution de la grille montre la difficulté de penser les collectifs sans essentialiser les membres, notamment en se questionnant sur qui ils sont, alors que cette caractéristique est en fait très liée à leur appartenance au collectif dans ce qu'ils en ont dit. Ces changements montrent aussi une hésitation sur la qualification de l'instituant dans le cadre de ces collectifs. En effet, cette dimension paraît, à l'analyse des données, être omniprésente et contenue dans les autres catégories. Cela semble, avec du recul, aller de pair avec des terrains qui se définissent comme des mouvements sociaux populaires, pour les cas brésiliens.

La grille d'analyse finalement utilisée est la suivante :

1. La mémoire des collectifs
2. Comment s'organisent-ils ?
3. Quelle territorialité des acteurs ?
4. Quel vécu des processus ?
5. Tensions dans l'institutionnalisation

J'ai décidé de commencer ces parcours monographiques par la mémoire que se constituent les collectifs pour, tout d'abord, penser les racines qu'ils se construisent. Il s'agit ici de voir, dans les données, comment les acteurs racontent leur histoire collective. Ensuite, il m'a semblé important de donner à voir ce que les acteurs disent de l'organisation de leurs activités et ce que j'ai pu en observer. Ainsi, cette partie est dédiée aux pratiques des acteurs dans la gestion de leur collectif en tant qu'espace commun. J'ai fait le choix de traiter la question

de la territorialité des collectifs dans une catégorie particulière pour permettre une visualisation de leurs spatialités qui découle de leur organisation mais aussi des enjeux sociaux dans lesquels ils sont pris. Ainsi, il m'a semblé pertinent de le traiter à la suite de la partie sur leurs organisations en raison des liens entre celles-ci et la dimension spatiale. Je ne pouvais envisager de réaliser les monographies sans donner à voir la part d'humanité de ces processus. J'entends par là la lecture que les acteurs font de ces processus, comment ils les vivent et se les approprient. J'ai voulu ici éclairer la part de subjectivité apparue dans les données. Pour finir, il m'a semblé intéressant de passer d'une dimension individuelle, locale à une dimension globale des collectifs en développant les tensions dans lesquelles ils sont pris. Il s'agit ici de penser les dynamiques de ces collectifs dans leurs résonances avec la société. La spécificité de ces collectifs étant de se constituer dans une lutte, cette dernière partie en questionne les effets mais surtout leurs interférences et frictions pour envisager de possibles éclairages sur les institués de nos sociétés.

Cette trame a donc été pensée pour donner à voir des processus de collectifs considérés « exclus » dans leurs liens avec la société. En résistance à ce statut, les données de la recherche ont montré des stratégies d'ancrage dans une histoire, une communauté, un territoire qui passent par les subjectivités individuelles et qui s'articulent avec des enjeux de société. L'idée de ce parcours est aussi de réfléchir aux dimensions globales qui s'inscrivent dans ces collectifs à partir d'un regard et d'un vécu très local.

A. Biffins d'Ile de France : de la nécessité à la passion du métier

« Biffin

Les narines remplies des émanations

De pourriture

Des poubelles de la ville

Eternelle chasse au trésor

L'argent n'a pas d'odeur

Coprolescente senteur

Par les rues je déambule

Pendant que l'honnête homme dort

Du crépuscule à l'aurore.

Oh !

Vis donc ça !

Le soleil qui s'éveille

Illumine

Les toits et les coupoles d'or.

Immobilisé

Au seuil du Sacré-Cœur

Réchauffé par cette douce lumière

Béatement

Intensément

Je contemple

Heureux, heureux

Comme un con qu'a pas un rond

L'univers flamber sous mes pieds »

ALMO 2009¹⁴⁰

¹⁴⁰ Poème trouvé sur un tract de l'association Sauve Qui Peut « à vos plumes » sans autre indication. Almo est le nom d'un chanteur français.

Les biffins d'Île de France forment un collectif qui peut paraître fragmenté dans son organisation. La pertinence d'une monographie à cette échelle découle de la pratique des acteurs. Ils en font la cohérence car ils participent chacun à plusieurs collectifs, plusieurs espaces. Ils font ainsi vivre des associations, des collectifs informels, des marchés autorisés ou non autorisés... pour lesquels il n'y a pas d'unité revendiquée. Elle se construit autour de l'activité de la biffe et de son identité commune à toutes ces organisations : les biffins. Je propose donc de découvrir cette articulation entre unité et diversité des biffins à partir de ce qui structure cette identité, de l'organisation des acteurs, leur territorialité, leur vécu et les tensions qui se constituent dans ce processus.

I. S'enraciner dans l'Histoire, la culture et les espaces locaux

A partir de cette activité, les biffins déclinent et rappellent leur Histoire en la liant à la construction de Paris et de sa région. La mémoire des collectifs, de certains riverains et des espaces est marquée par l'histoire de la présence de cette activité. Pourtant, cette mémoire semble parfois s'effacer au fur et à mesure de son déroulé. D'ailleurs, la vigilance de Françoise, une biffine historique a permis de prendre en compte des documents de leur histoire récente dont elle a fait l'inventaire. A son départ à la retraite, déménageant en province et arrêtant la biffe, elle m'a légué ces documents dans cette préoccupation de continuer à écrire cette histoire, de ne pas la voir s'estomper. C'est une demande claire de sa part. Elle pense que la recherche peut en être un espace, à défaut de réussir à construire un musée de la biffe comme elle le souhaiterait. Les documents qu'elle me transmet ne sont pourtant qu'une partie de ce qu'elle avait réuni. Elle regrette fortement la perte de photos de biffins qui ont aujourd'hui disparu. L'inventaire est à l'image de l'histoire de l'activité, parcellaire mais évocateur par les éléments qui ont su être conservés.

1. Le choix d'un nom et le choix d'une mémoire

Ce souci de l'histoire se traduit dans le quotidien de l'activité par l'utilisation même du terme de *biffin* par tous les acteurs. Les membres des collectifs mobilisés l'utilisent dans leurs tracts, dans leurs discours publics mais aussi dans les discussions individuelles, privées. Les soutiens des biffins, que ce soient les clients habitués des marchés ou les chercheurs qui travaillent sur ces thématiques utilisent aussi ce terme. En ce qui concerne les journalistes et les politiques, le terme biffin s'est imposé cependant il est en concurrence perpétuel avec le terme de vendeur à la sauvette. Cette double appellation est un marqueur du processus de lutte contre

une criminalisation et une répression de l'activité. C'est dans un contexte de lutte sociale que le terme s'est imposé :

« A l'époque, ça m'a apporté de trouver des objets, de les vendre, de rencontrer les gens des puces. On se connaissait, j'aimais bien ça parce qu'on était tous dans le même bateau. On ne se disait pas biffins à l'époque. C'est au commencement de la lutte des marchés qu'on a déterré ce mot-là en 2008, 2009...

C'est nous, Ben, Hakim et tout ça... On n'aimait pas car ils l'appelaient le marché aux voleurs. On n'aimait pas ça... Donc on a repris les termes chiffonniers, biffins... On a choisi biffins car on était à Saint-Ouen. On était sur la Zone... Il y avait des vieux comme Roland qui disaient qu'il est biffin... Il nous a dit qu'il ne faut pas dire chiffonniers mais biffin. On est biffins. »

Cette auto-dénomination ancre l'identité des acteurs dans la tradition d'un métier dont l'histoire se décide par un témoin direct, Roland le Dean. Dans l'inventaire, son interview par des membres d'une des associations a été retrouvé. Né en 1928 dans le quartier de Clignancourt, il a lui-même été élevé par deux biffines, sa mère et sa grand-mère. Il transmet ainsi un bout de son histoire aux biffins actuels en leur permettant de faire le lien avec leur propre histoire. C'est donc par les témoins directs que l'ancrage se réalise. Le terme biffin fait aujourd'hui consensus et contre-poids par rapport à la criminalisation dont l'appellation *vendeurs à la sauvette* est une illustration.

2. Une mémoire sélective

Cependant, cette mémoire paraît sélective au regard du détail des communications publiques réalisées par les acteurs sous la forme de tracts, mais aussi de lettres au maire de Paris¹⁴¹. Ce tableau référence les utilisations de l'histoire faite sur les tracts retrouvés dans l'inventaire de Françoise :

¹⁴¹ Le maire de Paris à l'époque des courriers était Bertrand Delanoë, membre du Parti Socialiste.

Tableau 6 : référencement des éléments sur la mémoire des biffins présents dans les documents transmis par Françoise

Document	Date	Citation
Tracts Sauve Qui Peut et collectif de soutien aux biffins		
Halte à la chasse aux biffins de la porte Montmartre	Non daté ¹⁴²	« Ce commerce existait depuis très longtemps. Il est même à l'origine de la création des « Puces ». Il a toujours été admis. Aujourd'hui, c'est fini. La police arrive, avec violence »
Soutien aux Biffins de la Porte Montmartre	Septembre 2008 ¹⁴³	« Pourtant, ce sont les biffins qui au cours du siècle dernier ont créé les Puces... »
Daniel Vaillant et les quarante biffins : un mauvais conte de Noël pour nous endormir	Décembre 2008	« Des 40 biffins d'origine, ce sont aujourd'hui plus de 1000 personnes venant de tout Paris qui occupent l'avenue de la Porte Montmartre pour de la vente à la sauvette » - M. Vaillant récrit l'histoire. Il n'y a jamais eu 40 biffins. Sans remonter à « l'origine », c'est-à-dire à la création du marché dit « aux puces » sur la zone des fortifications de Paris (voire plus loin encore dans l'histoire). Si notre association comptait 40 adhérents en 2007, le nombre de biffins était bien supérieur puisque nous indiquions dans notre projet de charte : « cet emplacement sera divisé en cent lots ». »
à Montreuil aussi, halte à la répression !	Non daté	« Leur histoire a plusieurs siècles, ils sont à l'origine des « marchés aux puces » mais aujourd'hui ce qui reste de ces véritables puces populaires subit les assauts de politiques d'urbanisme qui veulent nier l'existence de la pauvreté : répression policière, amendes exorbitantes, aménagement volontaires inadéquats, campagnes de calomnies auprès des habitants afin de monter les uns contre les autres, de faire pourrir la situation. »
Le Mondial des puces des biffins ...	17.02	« Afin de faire reconnaître leur activité – récupérer les objets et vêtements jetés pour les revendre – qui est à l'origine du marché aux puces, et qui devait en rester l'âme... »
Société : pas de Puces sans biffins !	Non daté	« En fait, on se renvoie gentiment la patate chaude alors qu'il suffirait de régler tout simplement le problème, en acceptant de reconnaître que ces gens-là font partie de l'histoire des Puces, puisqu'au début du siècle dernier les Puces ^{se} sont constituées à travers les biffins, les crocheteurs, les récupérateurs, les ferrailleurs. Et pour nous, l'association de promotion et de développement des Puces, on considère que ce secteur de la rue Lecuyer jusqu'à la Porte Montmartre ¹⁴⁴ doit être dédié à ce dernier patrimoine local. »
Les Puces d'une guerre à l'autre. Interview de Roland le Dean	Non daté	« Je suis né en 1928 et j'ai été élevé par deux personnes qui étaient biffines. Perdu leur mari à la guerre, Marchandes de quatre saisons
Le collectif de soutien aux biffins sans place, Lettre à Mr Delanoé, maire de Paris, et à ses élu.e.s du conseil de Paris	Non daté	Rappel historique : Paris est « Terre de Biffe » et le métier de chiffonnier – biffins – reconnu et encadré depuis 1240 – travailleurs agricoles poussés à l'exode urbain à la fin du 19 ^{ème} siècle – et « bénéficiant » du droit de glanage de leurs ancêtres les serfs depuis 1670 – ont rencontré la communauté sociale des chiffonniers – biffins et inventèrent les marchés aux Puces aujourd'hui existant, à la sauvette ou organisée, selon « l'intelligence » ou le « misérabilisme » des politiques locales menés dès lors.... La biffe doit être considérée pour ce qu'elle est : un droit naturel des habitant.e.s des villes et des quartiers populaires.
Adhérez à l'association Sauve Qui Peut 2	Non daté	Les biffins sont à l'origine des marchés aux puces, aujourd'hui, ils viennent de tous horizons »
Avec les biffins, la récupération c'est un art du quotidien !	Non daté	A la fin du 19 ^{ème} siècle, ces biffins, ces « chiftires », « crocheteurs » ou encore « pêcheurs de lune » furent chassés de Paris par de nouveaux édiles : ils

¹⁴² Si de nombreux documents ne sont pas datés, ils ont été diffusés avant la date à laquelle ils m'ont été confiés, en septembre 2020.

¹⁴³ Daté par l'auteure en fonction des faits évoqués sur le tract.

¹⁴⁴ Secteur du marché des biffins autogéré.

Comité de soutien aux biffins		s'installèrent au-delà de la barrière de Clignancourt et créèrent le Marché aux Puces ! »
halte à la répression !	Non daté	« les biffins sont d'ailleurs à l'origine des puces
Projet AMELIOR	Non daté	« Historique : Les biffins, glaneurs ou encore chiffonniers sont des personnes qui exercent l'activité de revente d'objets d'occasion, qui peuvent provenir de la récupération, de leurs biens personnels, ou encore du tri des déchets. La profession de chiffonnier – biffin est reconnue depuis 1240, et le droit au glanage acquis depuis 1670. Les marchés aux puces, eux, jouissent d'un statut officiel depuis 1910. »
Association AMELIOR – les récupérateurs vendeurs parisiens et franciliens ALTERNATIBA – ZERO DECHET – Place de la République	Septembre 2015	« Ces descendants des chiffonniers pratiquent, comme eux, le tri et la récupération à la source »
Guide indigène de la ville	2016	Partie histoire de la biffe
Courrier de Zouari au commissariat du 18 ^{ème}	10.03.08	Nous pensons que notre existence s'inscrit dans ce qui fait les caractéristiques du marché aux Puces de Clignancourt mais aussi dans son histoire. Bien sûr, cet héritage n'est pas partagé par tous. C'est aussi un des objectifs de l'association que d'écouter et d'essayer de trouver des solutions satisfaisantes pour tous. »
Lettre au maire (de Paris ?)	Décembre 2007	« Ce commerce existait depuis très longtemps. Il est même à l'origine de la création des « Puces ». Mais aujourd'hui, on veut en finir avec eux. »

Sur l'ensemble des documents conservés par cette récupératrice, les 13 évocations historiques se réfèrent à l'importance des biffins dans la création des Puces. Seuls deux documents se réfèrent à l'histoire de leur stigmatisation. En effet, il est intéressant de faire dialoguer cette mémoire avec l'histoire connue des multiples exclusions et stigmatisations sociales, économiques et politiques des biffins.

Les biffins d'aujourd'hui ont donc choisi de se relier à l'identité historique du chiffonnier dont les premiers repères sont datés du Moyen-Age (Bedel, 1985). Il est associé à un groupe populaire déprécié : « depuis la nuit des temps, les déshérités glanent dans les déchets des plus nantis tout ce qui peut les aider à survivre » (De Silguy, 1996, p. 61). Le glaneur d'ordures travaille dans la rue et ramasse ce qui peut être revendu. Son statut professionnel et son appellation correspondent à son objet de travail : *loquetier* par la récupération des loques, *pattiers* pour les pattes ou *drillier* pour les drilles (De Silguy, 1996). Il est le premier récupérateur vendeur (Barles, 2011). Au XVIII^{ème} siècle, le chiffonnier ramasse les chiffons. L'appellation de biffin apparaît au XIX^{ème} siècle et est un dérivé du mot « biffe », nom d'un tissé rayé, abîmé. Ce mot devient le nom du crochet utilisé pour le ramassage des déchets intéressants (Cirelli, Florin, 2015).

Ce métier se développe en lien avec les activités économiques globales, les filières de revente et le statut du déchet jusqu'à devenir une vraie figure de la vie parisienne au 19^{ème} siècle (Barles, 2005). Mais son utilité a du mal à trouver une vraie reconnaissance. La figure du

chiffonnier inquiète, il est fortement stigmatisé : « parasite, sale, dépenaillé, violent, alcoolique, inadapté, dégénéré, sans morale » (Gonzales-Lafaysse, 2010, p. 521). Son objet de travail lui colle à la peau : « l'indignité de l'immondice semble lui être transféré analogiquement » (Gonzales-Lafaysse, 2010, p. 521). Faure retrouvera d'ailleurs une description parlante dans un rapport de la *commission des logements insalubres* repris : « ce qui est triste à constater, c'est l'espèce d'orgueil que ces malheureux mettent dans leur abjection, ils semblent heureux de la vie qu'ils se sont faite en dehors de toutes les lois de la société, on les mettrait dans un palais qu'ils en feraient bientôt un repaire aussi affreux, aussi pestilentiel que celui où ils sont nés et où ils veulent mourir. » (Faure, 1977, p.93).

Le travail des récupérateurs a été une opportunité pour les industriels au 19^{ème} (Barles Sabine, 2005). A cette époque, l'activité est financièrement conséquente et est même notée dans une commission municipale relative à la réforme des boues à Paris conclue en 1862 « Cette industrie, dont le mode est repoussant, doit être encouragée à cause des produits utiles qu'elle donne à la fabrication du papier, du carton, du noir animal : le revenu de cette industrie peut être évaluée, sans crainte d'erreur, à 1500 000 francs. » (Barles, 2011, p. 56). En 1996, la récupération des vieux chiffons est évaluée à 116 millions de francs (Fierro, 1996, p. 771). Pourtant, cette période est le début du déclin de cette économie. Avec l'arrivée de la pâte à papier, le travail des chiffonniers n'est plus rentable et sera écarté par l'industrie.

Leurs clients principaux deviennent les particuliers et l'activité se structure dans la Zone, espace non aedificandi (i.e. non constructible), qui correspond à l'actuel boulevard des Maréchaux entourant Paris. En 1844, cet espace, classé zone militaire et laissé à l'abandon par les autorités, devient un lieu habité par les classes les plus populaires ne pouvant pas se loger dans Paris (Granier, 2018). Les chiffonniers investissent ce lieu (Beauchez, Bouillon, Zeneidi, 2017). Ils y organisent régulièrement des marchés : « Désormais, les biffins n'ont plus besoin de courir les rues, de porte en porte, pour revendre leur récolte à des intermédiaires. Des particuliers viennent eux-mêmes jusque dans la zone pour acheter. » (Chouatra, 2014). Ces espaces commerçants vont gagner en notoriété. L'activité se structure dans une hiérarchie économique : « Le ramasseur, le coureur, le placier, le balayeur, le tombelier (aujourd'hui conducteur de benne), le maître chiffonnier..., chacun prend place dans une hiérarchie qui positionne à son sommet ceux qui sont dispensés d'une manipulation de l'ordure. » (Lhuillier, 2005, p.80). En 1919, Paris, avec la loi d'annexion, devient propriétaire de la Zone et va veiller à une formalisation des occupations et délimite des espaces de vente dédiés qui correspondent aux puces actuelles. Les biffins, en bas de l'échelle hiérarchique seront exclus de la nouvelle

organisation de ces marchés. Alors que les brocanteurs et antiquaires s'organisent pour garder un pouvoir sur les marchés via « les placiers », les biffins ne peuvent pas s'acquitter de ces droits financiers. Pourtant les inventeurs des puces, les biffins - récupérateurs sont repoussés à leurs extrémités (Bedel, 1985). Nous retrouvons ici la zone, précédemment évoquée par une biffine historique à propos de leur espace actuel de vente.

Ainsi, historiquement, le statut des biffins oscille entre acceptation pour son utilité économique et stigmatisation liée à son objet de travail ainsi que sa place sociale. Aujourd'hui, la disqualification sociale des acteurs perdure dans l'opinion publique. Elle est très souvent associée à des expressions dévalorisantes comme marché gris, marché de pauvres pour les pauvres, marché de la misère, clandestin. Un recueil d'expressions lors d'une réunion de quartier sur la régulation d'un marché non autorisé a permis de relever les mêmes termes. Les habitants, réunis pour demander l'expulsion du marché, utilisent des dénominations péjoratives : « c'est l'enfer », « c'est la poubelle », « c'est une honte, on n'est pas en France », « il faut envoyer la gendarmerie, c'est le merdier », « on rentre chez nous, on a peur. ». L'activité est associée à une série de délits, agressions, vols et le recours aux forces de l'ordre est demandé. Cette parole trouve un écho dans les médias et les conditions de vécu du stigmaté se perpétuent. La mémoire des biffins met en valeur son rôle dans l'histoire populaire mais intègre peu à son plaidoyer cette persistance de leur stigmatisation et répression. Les deux documents qui vont l'évoquer sont les plus tardifs chronologiquement. L'association AMELIOR a été créée en 2012 et le *Guide Indigène de la ville* (Rues Marchandes) date de 2016 alors que les premiers documents datent de 2006. Ainsi, la mémoire mobilisée paraît avoir évolué en fonction des luttes et de l'appropriation d'une identité biffine.

3. Une mémoire territorialisée

La mémoire territoriale des acteurs est bien vivace comme le montre les secteurs de travail des acteurs. Dans leur *Étude qualitative portant sur les conditions de vie des biffins en Ile-de-France* de 2012, Bazin et Rullac dégagent l'inscription spatiale des marchés biffins dans la mémoire populaire de la ville. En effet, ils superposent le tracé qui relie les différents marchés biffins connus de Paris avec une carte historique de Paris et constatent que les marchés sont sur le tracé de l'ancien « Mur des Fermiers Généraux » qui était une frontière fiscale parisienne en 1787 délimitant la ville et permettant le contrôle du passage et le paiement de taxes pour y entrer. A ses extrémités, ce tracé des différents marchés rejoint une autre frontière du territoire,

historiquement défensive, à la Porte Montmartre et la Porte de Montreuil faisant parties des Portes des anciennes fortifications de Thiers de 1844.

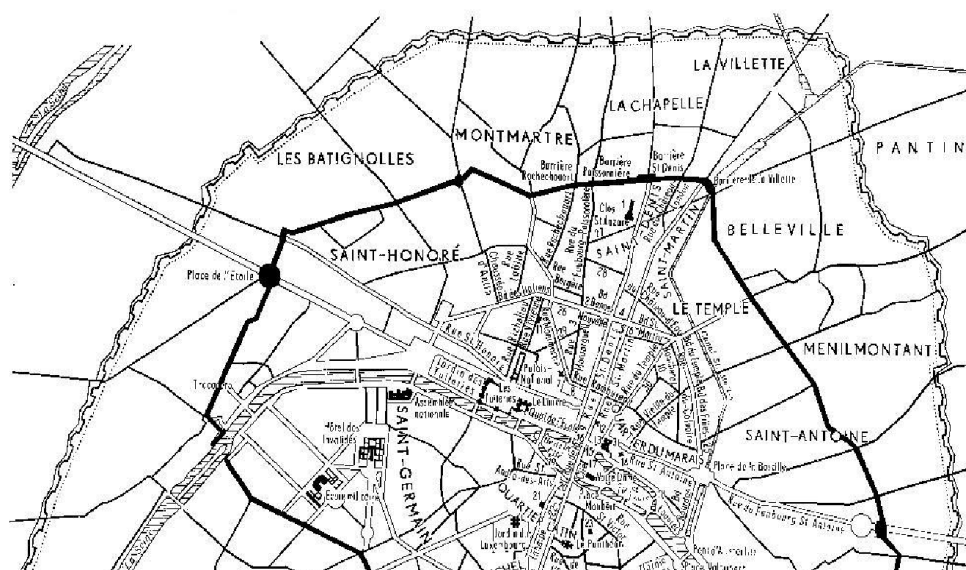


Figure 42 : les enceintes successives de Paris (en gras, le Mur des Fermiers Généraux),
source : Bazin, H., Rullac, S. 2012, p. 65.

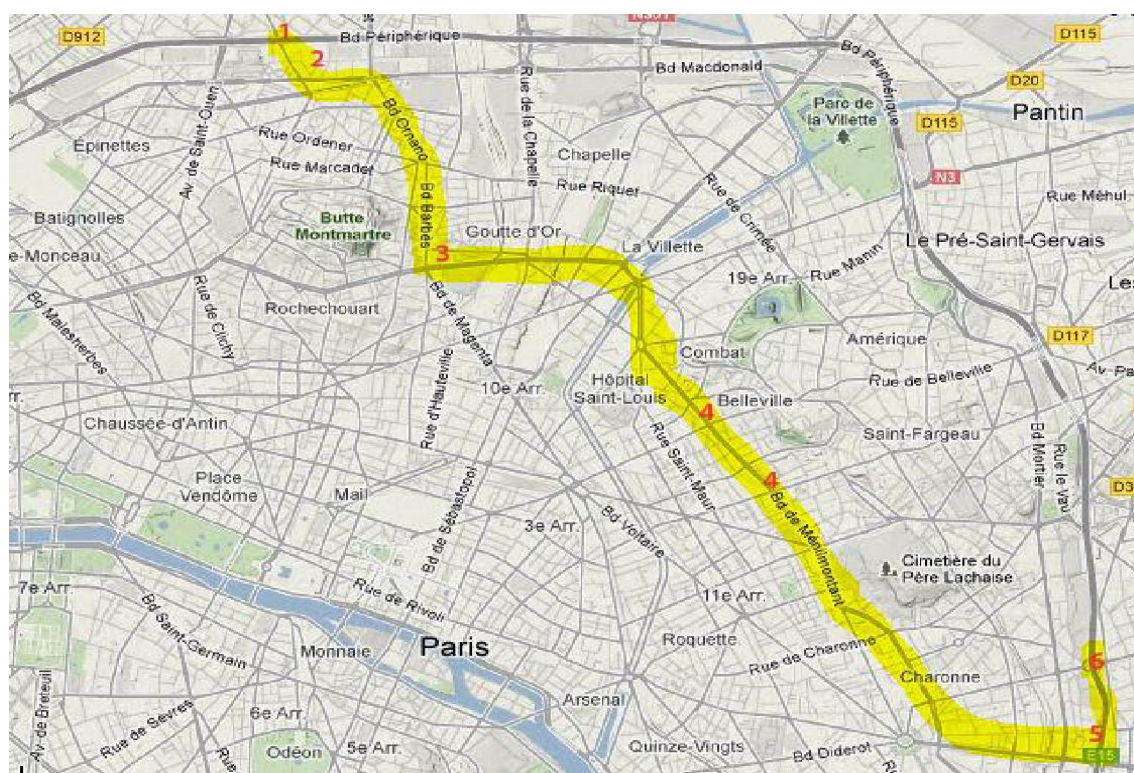


Figure 43 : Paris actuel avec la ligne des marchés biffins (indiqués par des numéros),
source : Bazin, Rullac, 2012, p. 65.

Ce tracé des marchés biffins a été réalisé en 2012. Il est toujours valable. Il ne comprenait déjà pas l'espace de travail de la porte de Vanves qui existe toujours aujourd'hui. Cette mémoire spatiale s'exprime aussi dans la proximité avec les Puces parisiennes, à Porte de Vanves, Porte Montmartre et Porte de Montreuil ainsi que par la présence des biffins à proximité des diverses brocantes ponctuelles de la ville. La preuve par l'espace (Lussault, 2007) est ici faite de la marginalisation de l'activité qui se déroule dans les espaces historiques périphériques de la ville restés des frontières entre quartiers populaires et centre-ville.

Cette même mémoire se retrouve dans la micro-géographie des marchés biffins. En effet, la spatialisation de l'activité a traversé le temps puisque les premiers vendeurs travaillaient déjà à même le sol, exposant leurs produits sur un tissu. L'inventaire des documents conservés par Françoise en montre des illustrations.



Figure 44 : notre marché aux puces (1908), source : Centre d'archives municipales de Saint Ouen, cité par Rues Marchandes, *Les biffins récupérateur-vendeurs, Guide indigène de la ville*, 2016.



Figure 45 : le marché aux Puces (1942) – Monotype – Lavis et rehauts de crayon de couleur 15 X 24 cm. Jean Delpech, source : du 25.02 au 10.03.10, Persépolis expose Jean Delpech, Le Journal de Saint Ouen.

L'œil averti repère dans les deux illustrations précédentes l'agencement de la vente réalisée sur un stand à même le sol, sur un drap ou un des cartons, rappelant les modalités actuelles de travail.



Figure 46 : espaces de vente sur un marché biffin autorisé. Source : page facebook association de biffins.

Cette photo d'un marché biffin autorisé montre que la mémoire se construit indépendamment de sa mise en dialogue pour les récupérateurs d'Ile de France qui héritent des modalités spatiales de leurs ascendants.

4. Une mémoire qui ouvre des perspectives

Cette mémoire de biffine s'est constituée à partir d'un contexte particulier de lutte contre l'augmentation de la répression sur la porte Montmartre. Pourtant, l'élément déclencheur n'est pas directement lié à la biffe en tant qu'activité mais aux conditions de vie d'un groupe de biffins. En effet, une dizaine d'entre eux vivaient sur un terrain vague à proximité des Puces de Clignancourt. Le maire de l'arrondissement, Daniel Vaillant, dans le cadre d'un « nettoyage » des espaces décide de leur expulsion. Cette décision sera le déclencheur d'une indignation locale des personnes concernées, mais aussi des riverains qui les connaissent par le biais de la biffe, et de leurs collègues biffins. C'est pour demander l'annulation de cette décision qu'un mouvement s'est constitué en ouvrant un espace pour les revendications collectives des biffins. Les premiers tracts du collectif associent dans ses demandes les conditions d'activité aux conditions de vie :

« Les exigences présentées portent sur quatre points :

1. Arrêt immédiat, total et définitif de l'opération « benne à ordure », (et de toute destruction des biens des Biffins, opération que par ailleurs chacun sait illégale.

2. Loger les biffins.
3. Leur fournir un lieu de stockage pour leur marchandise.
4. Leur donner la possibilité de commercer. »¹⁴⁵

Cette mémoire s'est donc reconstituée collectivement dans ce mouvement de lutte sociale pour la défense de l'activité. Comme le rappelle Françoise, citée précédemment, les acteurs ne connaissaient pas l'histoire de leur activité et c'est quand ils se sont constitués en groupe de revendication qu'ils en ont pris connaissance et conscience. La mémoire participe ici à la constitution de l'identité collective ainsi que d'une légitimité collective. Au-delà de la valorisation d'un savoir-faire historique et d'un rôle social de créateur des puces, cette mémoire permet de constituer la formulation d'un droit à l'activité. Ce militant l'exprime ainsi :

« Le problème à Paris c'est que les élus ne connaissent pas l'histoire des marchés aux puces et leur rôle dans l'intégration des parisiens démunis, on a le droit de glaner. Mais il faut que les politiques comprennent que ce n'est pas par la répression mais par l'inclusion, c'est le bâton contre le social. »

Cette coutume, historiquement retracée et reconnue, ouvre la possibilité d'une mise en exergue d'un droit au glanage qui paraît être une réactualisation contemporaine de ce que Marx avait pensé comme le droit coutumier de la pauvreté. En 1842, dans la *Rheinische Zeitung* (la Gazette rhénane), il publie cinq articles sur la publication d'une loi par la Diète rhénane sur la « loi relative au vol de bois » qui qualifie pour la première fois le ramassage de copeaux et brindilles dans les forêts comme illégal. Cette loi mène Marx à envisager le droit comme un jeu de coutumes, entre les coutumes des privilégiés et les coutumes du peuple. Il considère que la caractéristique du droit du peuple est de s'exprimer par ses coutumes, d'être un droit coutumier qui doit être reconnu comme de même niveau que le droit exprimé sous forme de loi. Pour lui, ce *droit universel du peuple* peut et doit être le moyen par lequel la pauvreté trouve une garantie pour faire valoir ses droits (Dardot, Laval, 2014).

Ces éléments mettent en perspective les revendications biffines ainsi que leur activité dans l'optique d'une revendication à la coutume, la tradition locale dont la mémoire ne se focalise pas uniquement sur la biffe et s'ouvre sur une culture populaire plus large menant à des propositions de réactivation de ces savoirs. Ainsi, une biffine a eu le projet de réaliser son travail à la manière des marchandes de quatre saisons qui déambulaient dans les rues de Paris avec un chariot rempli de fruits et légumes à vendre :

¹⁴⁵ Tract *Soutien aux Biffins de la Porte Montmartre pourchassés par la police*, mis en annexe (6)



Figure 47 : Place du Palais Royal [(1er arr.)]. Une courageuse marchande de quatre saisons roule une voiture bondée de fruits d'où émerge un de ses petits-enfants : [photographie], Lansiaux, C. septembre 1914.

Cette mémoire ravivée et reconstituée face à une menace pour la continuité du collectif fonctionne comme un enracinement permettant au collectif de se légitimer et de se penser au-delà des difficultés de l'actualité immédiate. Le choix de l'appellation biffin ancre les acteurs dans une histoire qui fonde leur collectif. Nous avons vu que ce lien permet au collectif d'exister et de se projeter malgré une marginalisation qui est elle aussi historique.

II. S'organiser dans la disqualification par la démultiplication des pratiques et des visages de la biffe

A la lecture des différents tracts contenus dans la mémoire biffine transmise par Françoise, nous voyons que la précarité est un marqueur de l'activité. Elle est présente dans les tracts et l'accès à des conditions de vie dignes est une des revendications des acteurs. Elle est d'ailleurs une des caractéristiques qui structurent leur organisation et que je propose maintenant de découvrir.

1. Une activité de survie

Nous avons pu voir que la mémoire des biffins actuels trouve ses marques dans la tradition populaire de l'activité. Au-delà de la ressemblance des gestes professionnels en tant

qu'actions (Sensevy, 2005), des repères se construisent pour leur mise en œuvre identitaire (Daniellou, 2003). L'exclusion économique fait un lien historique entre les acteurs en fonction de l'époque. L'activité actuelle s'inscrit dans une continuité d'un modèle historique de la biffe avec une faible participation au modèle économique dominant. Le lieu de revente privilégié reste les abords des puces et brocantes, sans autorisation officielle pour la grande majorité. L'exclusion du système économique auquel ils sont apparentés historiquement reste donc effective. La précarité économique des biffins persiste. Aux dires des biffins, leur présence augmente d'ailleurs continuellement depuis 20 ans en fonction des crises économiques et migratoires.

En 2012, Bazin et Rullac, à partir d'un petit groupe de vendeurs, constatent que le nombre de personnes vivant en dessous du seuil de pauvreté est de 75 % à 90 % de leur échantillon. Cela concorde avec les motifs d'entrée dans la biffe évoqués par les personnes lors de cette recherche. Les personnes disent commencer cette activité à la suite d'une rupture économique (perte d'emploi, maladie, divorce) :

« Au début, j'étais vendeur à la sauvette parce que, après un accident, mes revenus ont beaucoup descendu. Pour m'en sortir, je vendais à la sauvette, je trouvais des choses dans la poubelle et je vendais, je gagnais de l'argent ».

Les difficultés peuvent aussi être chroniques (retraités, étudiants, absence d'autorisation de travail légal en France) :

« J'ai grandi en famille d'accueil. A cette époque-là c'était très violent. Je faisais des fugues, la police me rattrapait, je reprenais des coups. C'est là que j'ai commencé à vivre dans la rue. Quand on vit dans la rue, il faut subsister. On fait les poubelles »

La biffe peut soit être un complément de revenus soit sa source principale, notamment pour les personnes n'ayant pas de droit au séjour en France suite à un parcours migratoire. Ces personnes représentent entre un quart et la moitié du groupe de biffins présentés par Hugues Bazin et Stéphane Rullac (2012).

L'activité prend place dans la vie des personnes à partir de problèmes économiques mais les témoignages montrent que cette survie se pense aussi en terme psychologiques. La dépression est régulièrement associée au parcours qui mène à l'activité. Elle est une solution pour une survie économique et psychologique.

« Non, justement. Je ne travaillais plus, j'ai eu un 1^{er} cancer ou je travaillais. J'ai repris à mi-temps... puis à temps complet. Mais j'en ai eu un 2^{ème} et ils ne m'ont pas repris. Ils m'ont

mis en invalidité et je ne pouvais plus travailler. Et ça me manquait beaucoup vu que j'étais commerciale. Je travaillais au BHV¹⁴⁶... j'étais continuellement avec du public, avec des clients. Alors, se retrouver malade et plus de travail ! C'est ça qui m'avait sorti de ma dépression aussi ... »

« Moi la biffe, ça m'a un peu sauvé la vie, financièrement et psychologiquement. Au début, je ne m'en suis pas rendue compte tout de suite. J'étais tellement prise dans le truc de survie et de donner à manger à mon fils. C'est comme si j'étais prise dans un tourbillon et que je n'avais pas conscience de moi. C'était la survie »

Réalisée avec peu de moyens c'est ainsi que cette économie peut être pensée comme une économie populaire au sens de Razeto (1996), sans capital et pour assurer la reproduction des besoins de base. Elle est ainsi illustrée par un des récupérateurs français :

« Je parle de ce travail-là [la biffe]. Parce ce que... c'est quoi ton capital ? C'est ton corps. Tu marches, tu fais des poubelles, tu trouves, tu mets de côté, tu prends... Donc, il faut un local, tu peux faire beaucoup de choses, hein ? Mais tu peux faire beaucoup d'argent, mais un argent de ouf ! »

Ce processus est bien résumé par un des biffins : « On crée de rien, quelque chose. ». Par leurs discours, les biffins mettent en valeur la situation de nécessité qui structure l'organisation de leur activité et semble avoir des effets sur son statut social.

2. Une activité aux prises avec la criminalisation

La dimension créatrice et socialisante de la biffe ne fait pas consensus dans la société. Le métier est stigmatisé car associé à son objet, les déchets. Les récupérateurs d'Ile de France parlent d'un mépris qu'ils lisent dans la criminalisation de l'activité ainsi que les différentes actions de répression sur les marchés qui se constituent dans une continuité historique de l'activité. En effet, la biffe est marquée par une série de décrets et ordonnances prononcées contre cette activité. Ainsi, « l'histoire des chiffonniers est en partie celle de leur rapport avec la police. » (Faure Alain, 1977, p.2). Dès 1635, la vente d'objets récupérés, hardes, défroques et occasions est interdite. 1884 est une année de forte mobilisation des biffins contre les arrêtés pris par Eugène Poubelle interdisant le dépôt des déchets directement dans la rue et instaurant la boîte à ordures, ancêtres de nos bennes individuelles actuelles. Confrontés à la limitation de

¹⁴⁶ Bazar de l'Hôtel de Ville, grand magasin historique parisien situé en face de l'Hôtel de Ville.

l'accès à leur matière première, les récupérateurs s'organisent en chambre syndicale, se révoltent et font valoir un droit à la collecte de rue. Ils l'obtiennent mais dans un cadre limité : « Il est interdit aux chiffonniers de répandre les ordures sur la voie publique ; ils pourront faire le triage sur une toile et devront remettre les ordures dans les récipients. » (BMO, 4 mars 1884). Les horaires de sortie des bennes, limitées à la nuit limitent aussi l'activité. En 1921, les poubelles seront fermées et un arrêté sera pris le 30 novembre 1946 pour interdire le chiffonnage traditionnel.

Aujourd'hui, la loi LOPPSI 2 (15 Mars 2011) a fait passer le statut des ventes de l'infraction au délit via la création du délit de « vente à la sauvette » puni de 6 mois de prison et 3750 euros d'amende avec confiscation des produits et moyens liés à l'activité (art. 446-1 du Code Pénal). La collecte est dans une zone d'ambiguïté de la légalité car si les déchets sont considérés par la loi comme des biens vacants : « déchets : toute substance ou tout objet dont le détenteur se défait ou dont il a l'intention ou l'obligation de se défaire »¹⁴⁷. Comme le souligne Malaurie et Aynes, ils sont des choses non appropriées :

« Choses communes ; res nullius ; choses abandonnées ; déchets. - Seules les choses susceptibles d'appropriation constituent des biens. L'absence d'appropriation peut tenir à la nature même de la chose (il s'agit de choses communes), ou à des circonstances de fait (il s'agit de biens vacants) » (Malaurie, Aynes, 2010, pp. 69-70).

L'analyse législative les amène à les définir sous le statut de res derelictae :

« Les objets abandonnés (res derelictae) sont ceux dont le propriétaire a volontairement abdiqué la propriété ; celui qui les trouve peut les prendre ; il se les approprie par voie d'occupation. L'ancien propriétaire ne peut exercer d'action en revendication puisqu'il a renoncé à sa propriété. Situation différente de celle des épaves dont le propriétaire a perdu la possession, mais à la propriété desquelles il n'a pas renoncé. » (Malaurie, Aynes, 2010, pp. 209).

Les récupérateurs utilisent ce statut pour créer une ressource financière pour leur survie par le glanage qui est autorisé. Ils sont dans une démarche commerciale de la vente de ce bien directement au consommateur. Le pas de côté par rapport à la propriété individuelle privée se trouve dans ce qui fonde l'appropriation de ce bien à des fins économiques individuelles. En effet, ce qui amène les récupérateurs à se définir comme propriétaire d'un déchet est l'action qu'ils exercent dessus. C'est par l'acte de récupération, le plus souvent accompagné d'une

¹⁴⁷ Directive n°2008-98 / CE du Parlement Européen et du Conseil sur les déchets du 19.11.2008.

transformation qu'ils se définissent comme propriétaires du bien et donc autorisés à en tirer un bénéfice. La collecte est, par certains aspects, autorisée mais des tentatives d'interdiction existent. Nous pouvons prendre pour exemple, l'arrêté du 16 septembre 2011, pris par le maire de Nogent-Sur-Marne et qui a été suspendu par le tribunal administratif de Melun suite à une requête de la Ligue des Droits de l'Homme¹⁴⁸.

L'ambivalence du statut de l'activité est maintenue par sa stigmatisation. Les discours et politiques concernant les lieux de vente à la porte de Montreuil sont l'exemple d'une tension politique. La municipalité de Montreuil autorise un marché biffin mensuel depuis 2013. Elle valorise le résultat de cette expérience en réunion publique¹⁴⁹, tout en se référant aux valeurs de la ville. Face à la colère des habitants et aux critiques envers leur élu concernant la gestion du marché non autorisé, qui se déroule chaque week-end proche des puces de Montreuil ; dans la même réunion, le maire de la ville leur propose de s'organiser pour demander à la préfecture plus de force policière, pour augmenter la répression. Il invite les habitants à le rejoindre en manifestation qui se tiendra 5 jours après, le 9 février 2019¹⁵⁰.

Cette histoire est donc aussi celle de la criminalisation d'une activité par une utilisation plus ou moins intense et violente de la répression policière. Les biffins sont régulièrement chassés de leur lieu de vente ou interpellés lors des collectes de rue. Une biffine témoigne :

« J'y suis allée quatre ou cinq fois et j'ai arrêté car la police venait et ramassait tous mes bagages et jetais tout parce qu'il y avait des trucs bien. Ils cherchaient la bagarre et après me disaient « donne-moi tes papiers » et mettaient des amendes. Mais moi je ne voulais pas me bagarrer alors je disais « s'il te plaît monsieur, donne-moi mon truc parce que moi j'ai trois enfants et je n'ai pas de maison et je dois payer l'hôtel ». Après j'allais à porte de Montreuil faire le marché tout le temps et une fois un policier m'a frappé très fort et m'a poussé je lui ai dit « Pourquoi vous me poussez ? Moi je ne vole pas, je ne vends pas de drogue, je ne vole pas les personnes, je ne fais pas de bagarre, je ne suis pas alcoolique. Pourquoi vous me tapez ? Dis-moi pourquoi. » Et je lui ai craché dessus. Il a ramassé mes

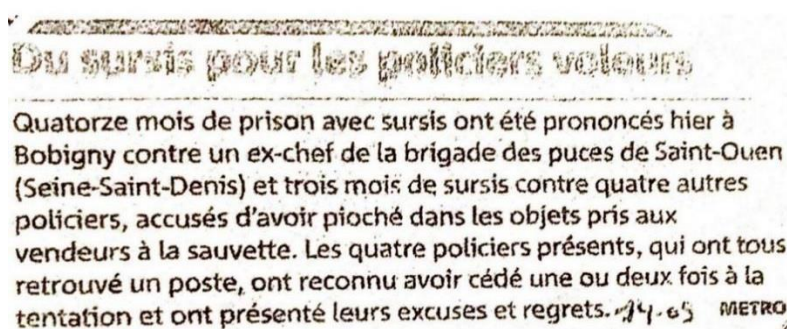
¹⁴⁸ Voir un article publié sur le site de la LDH : <https://www.ldh-france.org/Chiffonnage-a-la-demande-de-la-LDH/> et une série d'articles sur le site de 94citoyens.com consultés en 2020 : <https://94.citoyens.com/2011/le-tribunal-suspend-larrete-anti-chiffonnage-a-nogentsur-marne,22-11-2011.html>)

¹⁴⁹ Réunion publique de concertation sur le « marché à la sauvette » du 14 Février 2019.

¹⁵⁰ <http://www.leparisien.fr/seine-saint-denis-93/montreuil-une-manifestation-contre-les-marches-a-la-sauvette-09-02-2019-8008032.php?fbclid=IwAR23z-tsxjhFLR6wWyNR3pv-d7Cec280HCl7WCcMZfVYA7kZfrhR5-Nd5dE>

bagages et il a mis dans la grande voiture de la police. Je n'ai pas compris et j'ai eu peur d'aller en prison ».

Les récits de violences policières sur ces marchés sont nombreux. Les biffins dénoncent un vol de leurs biens par les forces policières qui, ainsi, ne respectent pas le processus légal des confiscations de matériel. Les observations réalisées sur les marchés non autorisés croisent les dénonciations du comportement des agents de la police par les biffins. La série de tracts transmis dans le cadre de la recherche reprennent la demande d'arrêt des « opérations bennes » qui correspondent à la mise à la benne directe des biens des vendeurs, détruits immédiatement sans inventaire. Le coût de l'opération est dénoncé (10 000 euros à chaque opération pour la location de la benne). Les biffins dénoncent aussi des pratiques de vol de leurs biens de la part des agents de police qui, parfois, opèrent une sélection dans ce qui est détruit et gardent une partie des biens pour leur usage personnel. La revue de presse de Françoise comporte une dépêche dans le magazine parisien gratuit Métro sur la condamnation de policiers pour ces faits :



Du sursis pour les policiers voleurs
Quatorze mois de prison avec sursis ont été prononcés hier à Bobigny contre un ex-chef de la brigade des puces de Saint-Ouen (Seine-Saint-Denis) et trois mois de sursis contre quatre autres policiers, accusés d'avoir pioché dans les objets pris aux vendeurs à la sauvette. Les quatre policiers présents, qui ont tous retrouvé un poste, ont reconnu avoir cédé une ou deux fois à la tentation et ont présenté leurs excuses et regrets. 14-65 METRO

Figure 1 : article issu du recueil fait par Françoise, biffine, et communiqué pour la recherche. Article du magazine parisien Métro, non daté.

La dépêche n'étant pas datée, il n'a pas été possible d'en retrouver la version originale cependant, cet élément confirme la « zone grise » que constituent les marchés auto-gérés ainsi que les conséquences sur le non-respect des droits des biffins.

Le rapport avec les filières de recyclage est aussi mis en avant par les récupérateurs car deux décès ont fait scandale dans le milieu. Une réunion organisée par l'ORDIF¹⁵¹ en Ile de France a mis en avant des tensions. Les représentants des filières de recyclage y ont évoqué le

¹⁵¹ ORDIF : Observatoire Régional des Déchets d'Ile de France.

*problème de la collecte sauvage*¹⁵² sous forme d'un *vol de déchets*¹⁵³ dont elles sont victimes. Ils évoquent les vols dans leurs bornes de récupération et les déchetteries. Ces expressions soulignent certains éléments de ces zones grises par une vision de la collecte comme un « problème », une pratique illégale car de l'ordre du vol. Cependant, la définition juridique du terme déchet précédemment expliquée montre la difficulté d'envisager un vol de déchet par son statut d'objet sans propriétaire. Ces expressions soulignent et synthétisent le difficile rapport de la loi avec la biffe en tant qu'activité rendant visible le flou de certaines de ses frontières.

Les pratiques des filières pour se protéger de ces « vols » sont aux marges de la légalité. Elles ont créé des dispositifs dangereux pour les biffins. Certaines bennes ont été renforcées par des dispositifs anti-intrusions permettant d'y rentrer sans pouvoir en sortir. Deux décès ont été recensés à cause de ces systèmes de protection, le dernier datant du 17 Février 2019¹⁵⁴. Ces dispositifs sont aujourd'hui interdits mais ils ont, pour leur part, questionné le droit à la vie des personnes vivant de cette activité.

La disqualification s'enracine aussi dans les discours politiques comme le montre celui réalisé par un élu lors d'une réunion publique sur la rénovation de la Porte de Montreuil, en réponse à une riveraine se préoccupant des méthodes d'intervention policières sur le marché des biffins, et notamment par rapport à la présence d'enfants :

« Maintenant, il y a clairement un sujet autour de la question des biffins ; et pour ce qui est de Bagnolet, il y a quelques habitants de Bagnolet dans la salle. On a vécu sur la proche porte de Montreuil, en particulier autour du square Vermont des périodes extrêmement difficiles. Je me souviens d'un conseil de quartier du quartier des Coutures, il y a un an où il y avait à peu près 80 personnes. 3 personnes qui défendaient les biffins et 77 qui voulaient les pendre et je dis sans caricaturer parce que la tension dans la salle était quand même extrêmement vive. (...) La sortie de la pauvreté pour eux, ne passe pas par cette activité. C'est une activité de survie. Ce n'est pas une activité qui va permettre de s'extraire de leur condition. Le fait d'organiser leur condition ne solutionnera pas le problème d'origine. J'ai parlé tout à l'heure du square X, nous avons dû réaliser 100 000 euros de travaux pour sécuriser cette place parce que les activités qui s'y tenaient jusqu'à 4 – 5 heures du matin parfois relevaient plutôt du casino, de la prostitution, en même temps que d'autres activités,

¹⁵² Citation du discours d'un représentant d'une filière de recyclage de textile.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ <http://lavdn.lavoixdunord.fr/539495/article/2019-02-18/pourquoi-les-dispositifs-anti-intrusions-dans-les-conteneurs-vetements-peuvent>

avec des agressions, des agressions violentes, donc il y a vraiment une nécessité de réguler ces activités. Maintenant, aujourd'hui, nous sommes défavorables à ce que l'aménagement de la porte de Montreuil intègre un marché aux biffins, parce qu'on a maintenant une expérience assez longue sur cet espace et on sait que la solution ne passera pas par là. »¹⁵⁵

Cet élu fait référence aux travaux réalisés à la Porte de Montreuil alors qu'il est considéré par les biffins comme un lieu historique. Aujourd'hui, l'espace qu'ils utilisaient a été clôturé, remplacé par une recyclerie. Cet élu donne une vision criminalisante de l'activité en la liant à des phénomènes de violence et de prostitution. La référence à une réunion de quartier avec des riverains « voulant pendre les biffins » insiste bien sur l'identification des biffins en problème public, avec un imaginaire agressif. L'expression en « voulant les pendre » ne nie-t-elle pas un peu de leur humanité ?

L'activité de la biffe est donc au cœur d'un rapport complexe avec la société, ses normes et ses lois. L'ambivalence entre criminalisation, stigmatisation et fascination est historique et se prolonge jusqu'à nos jours. Elle met à mal la place des acteurs dans la société ainsi que leur dignité en tant que caractéristique liée aux conditions d'une humanité (Bec, 2013). Cependant, ces tensions, cette répression est structurante pour les biffins qui organisent leurs activités dans une permanente négociation de marges de manœuvre pour exister.

3. Des pratiques de l'interstice au cœur du lien social

Prise en tension entre criminalisation et nécessité vitale d'être réalisée, c'est dans la marge, les interstices qu'elle s'organise. Le Strat (2007), à partir d'une réflexion sur les interstices urbains, les définit comme des espaces qui résistent à la normalisation sociale et son homogénéisation. Ils fonctionnent comme des « réserves de la ville » en tant qu'espaces qui restent disponibles pour les alternatives, ce qui est le cas de la biffe.

Partant de l'absence de biens de départ, la création de la ressource est l'étape essentielle pour les récupérateurs. Comme nous l'avons vu précédemment, elle se constitue à partir d'un bien disponible par son statut ambigu : le déchet. Son appropriation passe par un ensemble de pratiques collectives autour de leur usage, définissant ainsi un droit d'accès. Les biffins questionnent la propriété individuelle par une pratique de construction collective des règles d'appropriation et de gestion des biens. Ils réactivent l'importance de l'usage du bien en

¹⁵⁵ Enregistrement de réunion retranscrite par l'auteure.

opposition à la valeur individuelle de la propriété définie sous la forme d'un droit fondamental et absolu, reflet de la notion de possession que le droit français a inscrit dans la Déclaration des droits de l'homme et du citoyen de 1789 sous la forme d'un « droit naturel et imprescriptible de l'homme », au même titre que la « liberté, la sûreté, la résistance à l'oppression »¹⁵⁶. L'hégémonie de la propriété est affirmée tel un droit « inviolable et sacré »¹⁵⁷. Touchant là un point quasi « sacré » de notre société, cette résistance par l'alternative nourrit les dynamiques d'opposition à l'activité. Une des caractéristiques des acteurs est de trouver les compétences pour s'adapter perpétuellement à ce qui les empêche mais qui aussi, paradoxalement, les structure.

Je propose le schéma qui suit en tant que support pour la compréhension des différents visages de cette activité :

¹⁵⁶ Déclaration des droits de l'homme et du citoyen, article 2.

¹⁵⁷ Idem, article 2.

Biffe Île de France

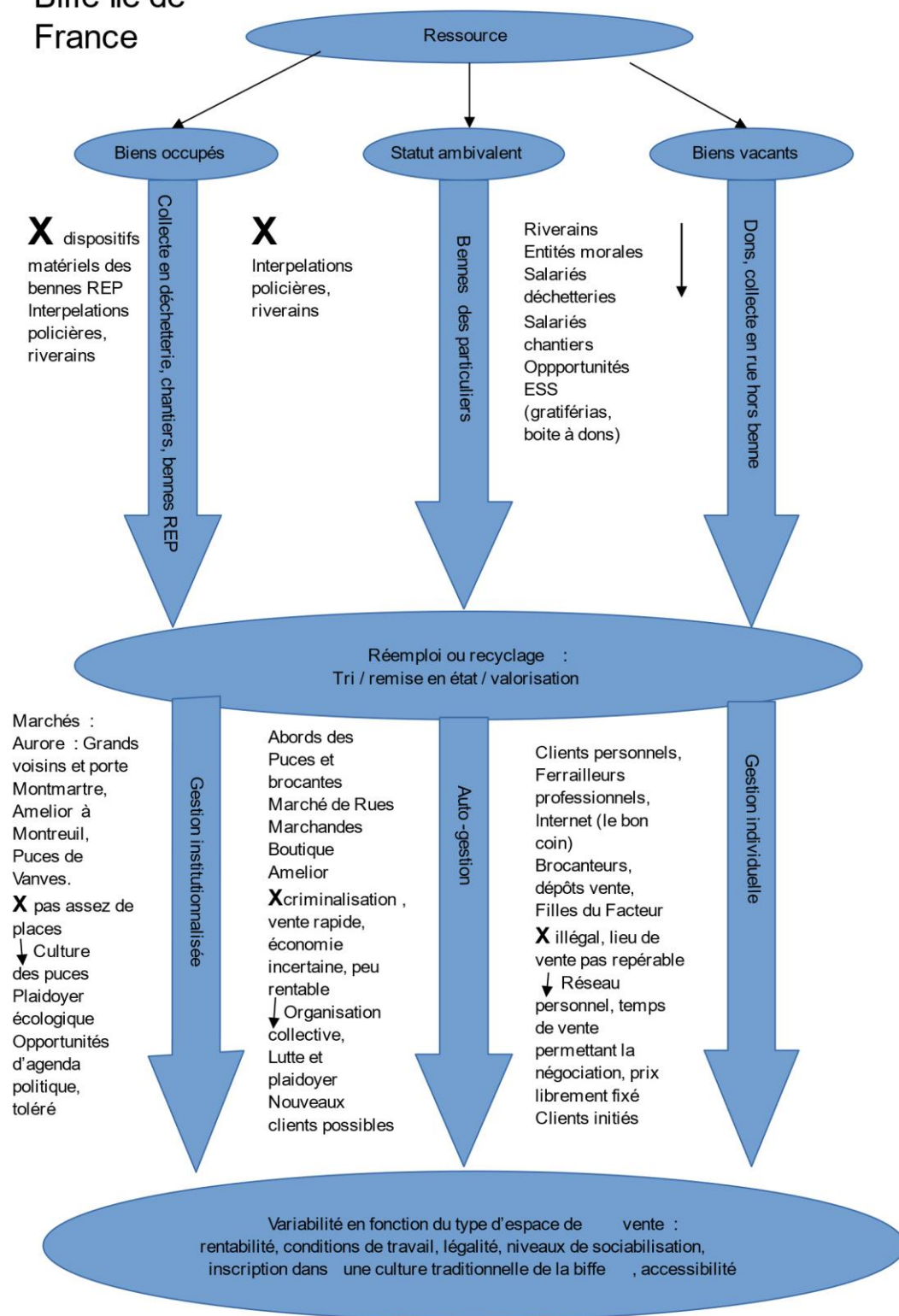


Figure 6 : Schéma représentant les différentes modalités de pratiques de la biffe. Source : document réalisé par l'auteure.

Légende : X : frein / ↓élément favorisant

Ce schéma recense les divers espaces et processus de travail repérés dans l'activité au cours des observations de terrain à partir du parcours de l'objet en tant que point de départ de l'activité. Il est un bien vacant quand il est donné au biffin ou collecté dans la rue, en dehors d'une benne. Récupéré dans la benne d'un particulier, son statut est ambivalent. Lorsque les biens sont dans les bennes des filières de recyclage, ils ne sont plus vacants car ils sont considérés comme des matières premières à recycler. Dans le cas des biens vacants, les personnes ressources vont être les riverains qui donnent parfois directement aux biffins ou déposent les déchets dans la rue. Au même titre, les entreprises peuvent appuyer l'activité des récupérateurs qui, d'ailleurs, déclarent avoir une connaissance des poubelles des supermarchés en fonction de la qualité de ce qui est mis à la poubelle. Dans l'enquête de terrain, j'ai aussi pu observer la marge de manœuvre de certains acteurs avec, par exemple, un salarié de déchetterie mettant de côté des matériaux (ferraille, objets) pour une biffine « habituée ». Les biffins racontent aussi des différences de comportements sur les chantiers en fonction des personnes qui peuvent accepter de leur donner des déchets du chantier. Certains dispositifs de l'Economie Sociale et Solidaire comme les magasins gratuits, les espaces de dons, sont des opportunités permettant de récupérer des objets pour la revente. Dans la situation des biens au statut ambivalents ou occupés, l'activité est freinée par les interpellations policières, par des matériels limitant l'accès au bien comme les dispositifs anti-intrusion sur les bennes des filières textiles. Ce sont parfois les propres riverains qui vont empêcher la récupération par des insultes ou des menaces.

Les objets récupérés sont réparés, nettoyés, remis en état pour l'usage du prochain propriétaire. En cela, l'activité correspond à de la récupération en vue d'un réemploi qui est en deuxième position de la hiérarchie des déchets définie par la Directive n°2008-98 / CE du Parlement Européen et du Conseil sur les déchets du 19.11.2008 :

- « 1. Prévenir la production de déchets
2. Préparer les déchets en vue de leur réemploi
3. Les recycler
4. Les valoriser
5. Les éliminer de manière sûre et dans des conditions respectueuses de l'environnement. »

Dans le cas de la récupération de ferraille, les objets sont des matériaux et ils sont destinés aux filières de recyclage. Les matériaux sont revendus directement aux « ferrailleurs » qui payent de suite, en fonction du poids vendu et du type de matériel. Pour les objets destinés au réemploi, trois types d'espace se dessinent en fonction de leurs modes de gestion. La gestion

peut être individuelle dans le cas des ventes qui se réalisent avec des clients personnels. En effet, certains récupérateurs travaillent avec une clientèle d'habitues qui ont leur contact et les appellent lorsqu'ils sont à la recherche d'un produit spécifique. Cette relation individuelle peut se construire à partir des marchés mais aussi par internet et les sites d'achat revente d'objets d'occasion. La revente peut aussi se faire à des professionnels comme c'est le cas des ferrailleurs mais aussi des brocanteurs et des dépôts-vente. Dans cette modalité, le lieu de vente est peu repérable et la vente est donc peu réprimée. Ainsi, elle se réalise dans un confort de temporalité qui permet une meilleure négociation entre l'acheteur et le vendeur.

Certains espaces sont collectifs et fonctionnent en auto-gestion de la part des acteurs comme sur les marchés non autorisés aux abords des brocantes et des puces. Dans ce cas, la répression est forte. Les conditions de vente sont défavorables à la négociation. La vente doit se réaliser de la manière la plus rapide possible pour le vendeur, le forçant à casser ses prix pour vendre vite, avant l'arrivée des agents de police. Certains espaces en auto-gestion arrivent à gagner en stabilité comme cela a été le cas du marché réalisé dans un squat par le collectif Rues Marchandes. L'instabilité ne se jouait pas, ici à l'échelle du moment de la vente mais à l'échelle de l'inscription du marché sur un territoire. Réalisés cinq fois au même endroit, les observations ont montré la construction de liens avec les habitants du quartier qui revenaient aux différents marchés en tant que clients mais aussi en tant que vendeurs. Cet espace n'a pas perduré en raison de l'expulsion du squat.

Une dernière catégorie d'espaces de travail se dessine avec des dispositifs institutionnalisés comme dans le cas de l'espace de vente intégré aux puces de la Porte de Vanves pour une dizaine de vendeurs. Le « carré des biffins » de la porte Montmartre, géré par l'association Aurore se réalise sous le format « marché » dans un espace pour une centaine de vendeurs. Le marché mensuel géré par une association de biffins est un espace institutionnalisé car autorisé par la ville de Montreuil qui met à disposition son espace de marché. Dans ce dernier exemple, le modèle oscille entre gestion institutionnalisée et auto-gestion car c'est l'association qui l'organise. Ses adhérents et les membres du conseil d'administration y sont en majorité des vendeurs. Des marchés ponctuels sont réalisés en fonction des opportunités locales (brocante sur une ville, invitation sur un espace spécifique...). Dans cette modalité, l'espace est stable sur la journée et les ventes se réalisent dans une socialisation qui n'est pas contrainte temporellement.

Ce panorama montre une diversité d'espaces de vente et d'acteurs liés à cette activité. Nous avons vu les effets des différentes modalités sur les revenus des biffins et sur les liens

sociaux construits. Il est donc, ici, aussi question des acheteurs avec des relations qui peuvent se prolonger au-delà des espaces collectifs, qu'ils soient des particuliers ou des professionnels. La biffe permet donc de tisser un ensemble de liens sociaux pour exister et qui sont en même temps sa raison d'exister. Le parcours de l'objet, allant de l'abandon à son réemploi par de la revente sur des espaces variés, se construit collectivement. Ce réseau d'interrelations paraît parfois s'organiser autour d'une préoccupation et gestion commune de ces objets qui, malgré un effacement répété de l'espace public, structure un commun dans le repérage des interstices de nos sociétés.

4. Une existence par la communauté

En s'auto-définissant, les différents collectifs biffins définissent leur communauté. Dans les divers tracts et documents ils évoquent leurs points communs en tant que biffins par leur activité de récupération revente de déchets, l'utilité sociale de cette activité ainsi que leur commun d'un vécu de la pauvreté. Ces trois aspects ne sont pas systématiquement mis en avant en fonction des espaces de production et de réception des discours. Nous pouvons observer une progression dans le temps des éléments mis en avant dans la constitution du groupe.

L'association Sauve Qui Peut est chronologiquement la première à s'être créée dans le cadre de la lutte de la porte Montmartre de 2006. Dans ses documents de communication, le biffin est défini par son travail de récupération et par la nécessité sociale et économique qui le pousse à le réaliser. L'utilité sociale est formulée en termes de recyclage et de lutte contre le gaspillage. Concernant l'association AMELIOR, créée en 2012 pour représenter les biffins de l'est parisien, le langage a évolué et les biffins sont rattachés aux problématiques environnementales par l'utilisation de termes dédiés comme « réemploi », « développement durable » ... Dans le *Guide Indigène de la ville* (2016) produit par le collectif Rues Marchandes, ces éléments sont enrichis par l'analyse de l'activité dans son rôle culturel, social et économique.

Les acteurs donnent à voir un consensus public autour des limites de leur activité qu'ils questionnent régulièrement dans les échanges privés par l'insertion ou non des ferrailleurs¹⁵⁸. Les avis sont partagés car pour certains, le marché est un espace de référence et seuls ceux qui y travaillent sont intégrés à la communauté. Pour d'autres, c'est le processus de récupération

¹⁵⁸ Les ferrailleurs sont les récupérateurs de métaux.

qui semble prévaloir. Le dissensus est d'ailleurs régulièrement réglé par le rappel que les biffins font aussi de la ferraille et que de nombreuses personnes spécialisées dans la ferraille travaillent aussi sur les marchés. Le marché est un espace important de la définition du collectif.

Il est aussi évoqué de manière récurrente par les acteurs pour définir les frontières du collectif sous la forme d'un intérieur et d'un extérieur. Dans une discussion, une récupératrice me dit d'une personne qu'il n'est pas biffin. Je la questionne, cherchant des critères d'appartenance à cette catégorie. Sa réponse me désarçonne par la mise en valeur de l'importance de l'informalité : « parce qu'il n'est pas dedans ». Pascale précise qu'elle ne l'a jamais vu sur les marchés non autorisés. Elle évoque la catégorie des biffins et ses critères d'appartenance. Le déchet apparaît, lui aussi, comme un critère discriminant pour une appartenance à la communauté. Durant les observations de terrain, j'ai pu entendre plusieurs fois qu'untel ou un autre n'était pas vraiment biffin car il ne faisait pas les poubelles. Dans ces frontières auto-définies par le collectif, nous constatons aussi la centralité de l'objet de travail en tant que bien commun. Lorsqu'une personne paraît exclue du groupe des biffins par la modalité de récupération selon laquelle il travaille, nous voyons se dessiner des règles qui organisent le rapport de la communauté à son objet de travail.

Le collectif semble s'auto-définir dans le choix de ses membres. Les observations montrent cette dimension communautaire par cette possibilité d'appartenance :

« le 2 mars 2019 :

Martine va me dire plusieurs fois, ha ! Ça y est tu t'y mets, tu deviens biffine, quand je lui dis combien j'ai gagné. DONC professionnalité ! Insertion dans le groupe, validation du statut de biffin par les pairs. » (extrait du journal de bord)

Ces autodéfinitions sont accompagnées d'une auto-gestion très présente dans les entretiens notamment sur l'organisation des marchés autorisés et non autorisés. Elle est présente dès les débuts de l'institutionnalisation du collectif sur le marché de la Porte Montmartre en réaction à la répression et dans la conscience de devoir se montrer organisés pour gagner en crédibilité et pouvoir revendiquer la gestion officielle de l'espace. Françoise raconte comment les biffins historiques ont dû faire face à une augmentation rapide du nombre de vendeurs qui a généré des soucis d'organisation du marché. Elle donne à voir l'importance des biffins « historiques » dans la formation des « nouveaux » que ce soit en termes de propreté, de modalités de communication avec les clients et les forces de l'ordre, ainsi que concernant les caractéristiques des objets vendus. Dans le *Guide indigène de la ville*, l'auto-gestion est

expliquée comme un savoir-faire propre au biffin en lien avec son parcours de précarité, d'exclusion qui le mène à se débrouiller :

« Nous laisser faire, autogestion. L'autogestion, c'est notre force, c'est celle qu'on a cultivée dans bien des pans de nos vies. C'est la forme qu'on a donnée à notre économie. Nous l'enlever c'est empêcher notre économie d'exister. Au départ, autogérés, c'était pas forcément choisi. Au, départ autogéré, c'était pour fuir les gestions par le haut qui nous exploitaient, les patrons, qui nous méprisaient, les institutions, qui nous violentaient, les maris. Et puis, autogestion, c'est devenu notre savoir-faire, une part de notre culture comme on disait tout à l'heure. Maintenant, pour bon nombre d'entre nous, autogestion, c'est notre force et c'est notre désir et c'est aussi ça qui fait et fera notre économie populaire. » (Rues Marchandes, 2016, p. 12).

La communauté biffine se constitue donc dans une autodéfinition de ses règles, normes et statuts qui est soutenue par une auto-gestion dont les racines peuvent aussi être pensées comme une nécessaire résistance à leur situation de précarité.

5. Une communauté qui s'agrandit par l'inclusion

Une des règles de fonctionnement de cette communauté est de s'agrandir perpétuellement dans une logique d'inclusion de personnes à qui on explique l'activité :

« Au début, quand je suis arrivé en France, je n'ai pas trouvé de travail. Ce que je n'ai pas compris, quand je suis arrivé, est : « comment ça se fait, que je ne trouve pas du boulot ? ». Même si je n'ai pas des papiers... (...) après j'ai rencontré quelqu'un, un tunisien, qui m'a dit que ça sert à rien de chercher du travail. Et je lui ai dit : « mais comment ça se fait ? Il faut toujours chercher ». Mais il m'a dit : « ça sert à rien de chercher du travail. Voilà ce que tu vas faire. Si tu fais ça, tu ne vas chercher jamais du travail ». Et j'ai commencé à faire ça, les poubelles. Au début, c'était bizarre. Ce n'est pas difficile, hein ? Mais au début, ce n'est pas facile. »

Les récupérateurs ont comme philosophie d'accueillir le plus grand nombre de travailleurs autour de cette activité. Ils sont, quelque part, en opposition avec la logique de monopole que pourrait créer une simple appropriation des biens dans un but lucratif et dans une dynamique de concurrence. L'association de biffins intègre et appuie tous les nouveaux vendeurs sur le marché qu'elle gère, comme l'explique un des administrateurs lorsqu'on lui demande les compétences nécessaires pour rentrer dans l'association :

« Il n'y a pas besoin de savoir-faire, s'il a envie de venir, on va lui expliquer comment. (...) C'est l'envie. Voila. Après on va lui expliquer. Comme moi, avant je ne connaissais rien, jamais je ne croyais aller fouiller dans les poubelles pour vendre avant mon accident. Donc... nous, dans l'association on espère s'agrandir. ».

Le fonctionnement même du marché est significatif à ce sujet. L'association n'a pas fait le choix de la gratuité pour la participation aux marchés mais celle d'un prix abordable à tous, négociable individuellement lors de son déroulement. Les membres de l'association sont présents pour garantir à chacun une place et lorsque l'espace manque, leur travail est de garantir le partage de cet espace. Une phrase souvent utilisée sur le marché : « il faut partager, tout le monde doit travailler. » Si la stratégie n'est pas claire, l'obligation est là :

« Il y a une grande halle et peut être qu'on pourrait faire le marché là-bas. C'est plus grand car sous la halle (...), des fois, il y a 300 personnes et normalement on doit vendre que sous la halle et ne pas déborder et des fois on dépasse car quand les personnes viennent et nous demandent une place, on est obligés de donner une place ».

Cette inclusion fait des espaces biffins, des espaces de multiculturalité. Durant les temps d'observation participante sur un des marchés mensuels autorisés, j'ai été amenée à participer à la collecte des frais de participation au marché auprès des adhérents. J'ai constaté que le prix est calculé en fonction de la taille du stand utilisé par le vendeur. Si les règles sont claires, la négociation fait partie de la culture biffine... Ainsi, ces temps sont riches d'échanges et de communication, mais ils ne se font pas en français. Passant de stand en stand, j'ai pu observer l'utilisation sur ce marché de 12 langues différentes¹⁵⁹ et un français qui, souvent, n'est pas parlé. La communication doit prendre des détours par la gestuelle par exemple ou par l'utilisation de personnes pouvant assurer la traduction dans les deux langues. Si l'association communique en français avec ses membres, que ce soit par SMS, par Whatsapp ou dans les documents écrits, il y a un effet « Tour de Babel » qui est dépassé par le collectif. Un des membres du Conseil d'Administration évoque l'énigme de la communication dans la communauté biffine :

« Il y a la communication avec les biffins qui, j'ai l'impression, marche beaucoup aux bouches à oreilles. Je suis toujours surpris, à 5h du mat, il y a toujours les biffins qui s'installent sur le marché (...) alors que c'est un mini papier qui a été diffusé en disant le

¹⁵⁹ Roumain, romani, chinois, bembara, français, indou, arabe dialectal (algérien, marocain, tunisien), italien, espagnol, bulgare, portugais, anglais.

prochain c'est telle date, mais tout le monde arrive à être au courant. On voit bien que c'est une communauté qui a sa propre façon de communiquer »

Au moment de l'entretien, les dates des marchés étaient annoncées sur place par un papier affiché sur le stand de l'association et par l'envoi d'un SMS la veille. L'inclusion passe donc par l'acquisition de ces moyens de communication mais aussi des repères d'une culture commune que j'ai pu observer car j'y ai été initiée :

« 15 décembre 2018 :

Leçons de vente :

Livia est en train de négocier mes assiettes avec une cliente. Elle lui fait un prix à 50 centimes l'assiette. J'arrive et lui dit que non, plutôt 1 euro l'assiette. La dame part en disant qu'elle va revenir. Livia m'engueule en me disant qu'au premier client, il faut toujours donner sinon tu ne vendras rien de la journée. En effet, je ne vendrais qu'une seule assiette et un pot style grec que Livia m'achète à 1 euro.

Françoise achète à Livia un manteau à 15 euros. Le prix de départ était 20 euros. Livia a accepté de le baisser à 15 euros, comme cela elle pourra vendre toute la journée... !

Françoise m'apprend qu'il ne faut pas piquer les clients des autres... ! Elle a une cliente qui vient la voir et pendant qu'elle regarde son stand, j'arrive et lui demande si elle veut acheter des assiettes. Françoise va directement réagir en me disant que c'est une chose qui ne se fait pas entre biffins de piquer le client de l'autre. Elle prend Livia pour témoin, qui confirme. » (extrait du journal de bord).

Ce rapide exemple montre les repères partagés par les biffins. Un texte du *Guide indigène de la ville* (2016) met d'ailleurs cette culture commune à l'honneur. Dans cet extrait du journal de bord, elle paraît liée à des croyances et à des règles de partage du travail. Dans le texte rédigé par un biffin, elle est présentée comme ce qui fait la force des acteurs dans leur capacité à vivre contre un perpétuel mouvement d'assignation aux marges de la société.

La culture, c'est pas du superflu, c'est notre survie, notre vie !

« La première ressource que nous mobilisons n'est pas économique, elle est culturelle. C'est elle qui nous permet de tenir et d'affronter au quotidien les aléas de l'existence. Que nous soyons Français, retraités, anciens travailleurs immigrés ou venus plus récemment de l'Europe de l'Est, d'Afrique ou d'Asie, jeunes ou vieux, femmes ou hommes, c'est une culture forgée sur le tas, en réponse à nos conditions de vie.

Parce que la culture, ce n'est pas que les livres ou la musique ou la danse, la culture c'est des tas de choses. C'est, par exemple, la famille qui pour nous Roms constitue la cellule de base autour de laquelle s'organisent la biffe et les camps. Pour certains d'entre nous qui vivons dans la rue, parfois depuis l'adolescence, la rue est aussi une culture malgré sa rudesse et sa violence. C'est la culture de celle ou celui qui sait faire ces milles choses qui permettent de s'en sortir, de trouver à manger, un abri, de quoi se chauffer, qui sait ruser, jouer, déjouer, manipuler quand il faut. C'est la culture du geste de celui qui récupère et c'est une culture du fort, pas du faible, on n'est pas faibles. On en a tellement vu, pour beaucoup d'entre nous, on en a tellement bavé, qu'on en sort plus fort même si, en même temps, c'est une lutte de tous les instants.

C'est une culture de lutte, des luttes ordinaires de tous ceux qui se battent, tous les jours pour s'en sortir.

Et c'est pas que des actes. Notre culture à nous, c'est aussi celle de nos paroles. De toutes ces paroles qu'on échange au marché. C'est la culture du marché qui, quand elle peut exister, quand la police est pas là pour venir l'étouffer, est une culture du rire. On rigole au marché, on rigole quand on marchande et on rigole après. On rit pour un temps de trêve. Parce que le marché, c'est pas que le fric et les objets. Le marché, c'est l'échange, l'échange en général et c'est aussi la fête. Même si c'est dur, qu'on n'a pas beaucoup et qu'on est là pour avoir plus, un peu plus, on n'est pas là que pour ça. On est là aussi pour être avec du monde. Pour voir du monde et parler. Pour briser la solitude parce qu'on est seul, certains, très seuls, licenciés, divorcés, un peu alcooliques des fois, et ici, on sort de soi, on bouge à l'intérieur de nous en bougeant avec les autres. C'est comme l'eau, vous voyez, l'eau qui stagne elle est pas bonne à boire, mais l'eau qui coule, qui voit du pays, qui porte des choses avec elles, elle on peut y mettre ses mains et la boire.

C'est tout ça notre culture et c'est beaucoup pour nous.

Pour beaucoup d'entre nous, femmes, c'est ce qui nous a permis de quitter nos maris, violents, jaloux, radins aussi, qui nous empêchaient de sortir, et la biffe et le marché, ça nous a permis de nous affirmer et finalement de divorcer.

Pour beaucoup d'entre nous, hommes, qu'on a licenciés sans respect, c'est ce qui nous a permis de continuer à faire, d'avoir une place, un rôle, d'utiliser nos têtes et nos mains et de nous sentir encore faire partie des utiles au monde.

(...)

Rendre la vie un peu douce et belle, c'est ça aussi la culture, c'est ce qui fait notre vie et pas que notre survie qui fait qu'on est là au marché, biffin et clients de biffin. » (Rues Marchandes, 2016, pp. 6-8)

6. Une communauté en trompe l'œil

Le parti pris de la méthodologie de recherche en immersion avec les acteurs, a permis de percevoir leurs capacités d'adaptation qui se dessinent dans le flou des limites de la communauté. J'ai pu observer à plusieurs reprises des discours qui s'adaptent en fonction des contextes, des compétences, pour se conformer aux attendus des situations. Il ne s'agit pas ici

de remettre en cause une intégrité de la communauté mais de souligner l'impact d'une pression constante sur la possibilité pour les acteurs d'être. Je peux prendre l'exemple de Marc, biffin depuis 15 années et vivant en squat, dans la rue ou dans le bois de Vincennes depuis autant de temps qui, dans les espaces publics, d'échanges avec les élus des mairies, met en avant cette condition sociale pour rappeler les politiques à leurs responsabilités dans les inégalités sociales que les biffins rendent visibles quand on veut bien les apercevoir. Marc sait adapter son discours aux attendus sociaux.

Dans ce jeu de trompe l'œil, nous pouvons aussi repérer la variété des éléments de discours sur l'autodéfinition des biffins dans leurs tracts. Trois profils type s'en dégagent :

- Le *survivant*, exerçant l'activité de récupération revente par nécessité absolue
- Le *héros social*, exerçant l'activité de récupération revente par nécessité absolue et construisant une solidarité en permettant ainsi à d'autres personnes dans une situation à peu près similaire d'acheter des produits à bas prix, tout en contribuant à la protection de l'environnement
- Le *professionnel* à forte utilité sociale de la récupération revente de déchets

Chaque profil semble être engagé en fonction des enjeux. Le *survivant* a notamment été mobilisé par l'association de récupérateurs SQP dans leur revendication d'un espace de marché à la porte Montmartre en 2006. Par cette lutte et ces négociations, l'association SQP a obtenu le Carré des biffins mais en a perdu la gestion qui est réalisée par une autre association, Aurore. Il est à noter qu'il s'agit d'une grande association caritative française qui œuvre notamment dans le champ de la réinsertion. Ainsi, Aurore a gagné la gestion du marché ainsi que la réalisation de l'accompagnement social des biffins. Il semble ici y avoir un écho entre le plaidoyer et la solution proposée. Le profil de survivant insiste sur la précarité des récupérateurs et ainsi, ouvre une porte pour le rendre audible par les politiques publiques. En effet, le contrat social français oblige les pouvoirs publics à mettre en place une solidarité et ainsi, à aider les plus démunis. C'est ce que traduit la proposition d'accompagnement social faite aux biffins en même temps que la création d'un espace de marchés géré par un tiers du secteur du travail social. Mettre en avant le profil du survivant semble avoir rendu acceptable la réalisation de cette activité à partir du moment où elle est spatialement et réglementairement encadrée.

Le profil du *héros social* a, quant à lui été plus mobilisé par la deuxième association, chronologiquement, de récupérateurs qui a elle aussi obtenu la création d'un marché mais avec

la nuance importante qu'elle a pu en avoir la gestion. Les éléments de contexte sont différents car la négociation s'est faite avec une mairie écologiste et donc sensible aux enjeux d'environnement. Ainsi, le profil du héros social est adapté aux attendus de la couleur politique de l'époque. Le marché a d'ailleurs été accordé en 2012 par la mise à disposition d'un espace mensuel sur la ville à l'occasion de l'appel d'offre lié à l'agenda 21. Il s'agit d'un programme d'action pour le développement durable qui a été défini au Sommet de la terre de Rio en 1992. Cet espace s'est donc institutionnalisé à partir d'une préoccupation pour l'environnement et la gestion des déchets. Le profil mobilisé est donc en accord avec les valeurs de l'interlocuteur décisionnaire pour l'attribution d'une autorisation.

Le profil du *professionnel* est, quant à lui, récemment utilisé par cette même association et trouve une concrétisation dans l'accès à un espace de recyclerie géré par l'association. Dans cette optique, le biffin est présenté à partir de ses compétences dans la gestion des déchets, que ce soit en termes de quantité de matériaux recyclés mais aussi en termes de qualité du travail. Cette association fait d'ailleurs régulièrement référence à la reconnaissance du métier par l'Organisation Internationale du Travail (OIT) dans son répertoire de classification des différents métiers¹⁶⁰. Cette professionnalité est mise en valeur par l'utilisation de gilets similaires aux gilets de chantiers :



Figure 48 : gilet de travail d'une association de biffins. Source : site internet de l'association.

¹⁶⁰ Répertoire ISCO (International Standard Classification of Occupations - Classification Internationale Type des Professions), code 9161.

Ainsi, les biffins trouvent une tenue liée au groupe professionnel des ouvriers. Les membres de l'association ont une carte qui, aux dires d'un récupérateur, permet de ne pas avoir de problèmes avec les officiers de police pendant la collecte de nuit. La carte les assure qu'ils sont dans une démarche légalement réglementée. La compétence des récupérateurs a d'ailleurs été reconnue par la victoire de cette même association à un appel à projet géré par le Sytcom, agence métropolitaine des déchets ménagers. Ils ont ainsi obtenu des locaux pour trois ans pour monter un projet de recyclerie. Le profil professionnel mobilisé fait ici écho à cette reconnaissance d'une capacité à gérer les déchets par le réemploi. Ainsi, l'expression de Marc trouve un espace institutionnalisé pour se réaliser : « Nous sommes des gestionnaires des déchets ».

Les multiples visages et facettes de la biffe se réalisent aussi dans la résistance à la répression par la mise en place d'un jeu du chat et de la souris qui mène les biffins à devoir rapidement se transformer. En effet, l'arrivée des officiers de police sur un marché non autorisé fait fuir les récupérateurs qui essaient aussi de ne plus être repérables en se cachant ou en cachant leur matériel. Cette nécessité d'être vus tout en pouvant disparaître les mène ainsi à, parfois, créer des espaces de marché petits, peu repérables en tant que marchés biffins. Ainsi, le trompe l'œil concerne l'élaboration symbolique du métier ainsi que ses espaces de réalisation. Il est conditionné par la « zone grise » de légalité dans laquelle l'activité est positionnée.

III. Exister dans les interstices

Par son histoire et ses pratiques actuelles, la biffe est une activité de l'espace public où elle se réalise dans deux de ses temps : la collecte dans la rue et la vente sur des marchés. Ce sont ces espaces qui sont mis en discussion car ils en sont la partie visible qui, pourtant, comporte peu de territoires et dont la caractéristique est l'instabilité en raison d'une répression sur les marchés non autorisés et du statut précaire des marchés autorisés. C'est par la rue que la biffe intervient dans les espaces publics (Paquot, 2015). Ce sont ces parties fugacement visibles et pourtant marquantes par les décalages et les questionnements qu'elles portent qui sont discutées et réprimées. Le rapport ambivalent de la biffe avec la légalité se traduit par des jeux territoriaux dans les usages des espaces dont nous avons déjà pu saisir l'importance dans la mémoire du collectif.

1. Les Puces, un espace marqueur historique de la marginalisation des biffins

Le territoire est central pour les biffins. Il est un enjeu historique car il est aussi ce que les biffins perdent continuellement. L'histoire des Puces et de la zone est une illustration de ce processus. Les biffins mettent en avant leur rôle historique dans la création des Puces car il les légitime, cependant il ne s'agit pas d'une victoire mais plutôt de la continuité du processus d'inscription spatiale d'une relégation aux marges de la société. Les biffins et les Puces sont intimement liés à l'histoire de la Zone.

Ainsi, Lacombe, en 1928, fait des biffins les acteurs principaux de son film sur la Zone. Les trois images qui suivent sont tirées du film et permettent de penser le territoire biffin de cette époque.

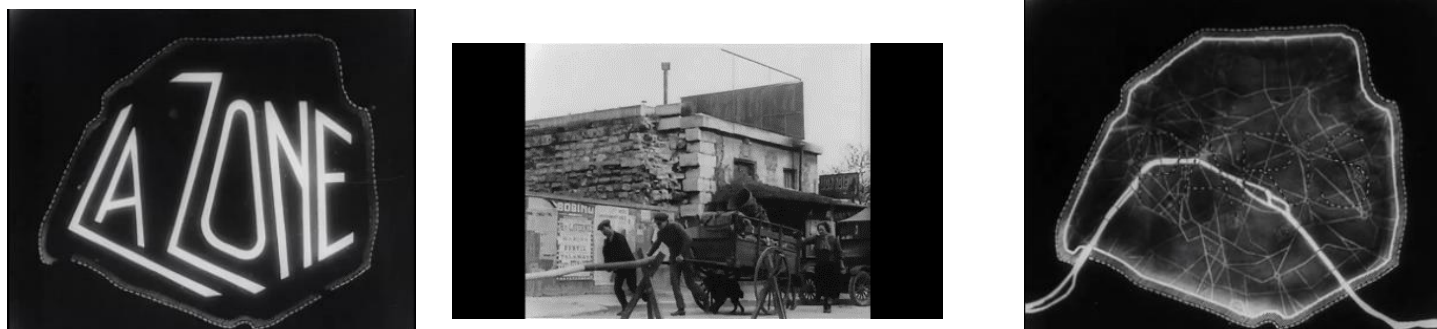


Figure 49 : 3 images du film *La Zone* de Georges Lacombe, 1928, disponible : <http://www.mheu.org/fr/chiffonniers/zone.htm>

Le travail sur la mémoire des biffins fait dans la première partie de cette monographie a permis de retracer ce parcours territorial avec une forte présence des biffins qui va être repoussée en dehors de cette Zone au moment de son annexion à la ville de Paris en 1919. Le processus de formalisation des espaces qui l'accompagne va restreindre les espaces biffins sur des zones délimitées, correspondant aux actuelles puces :

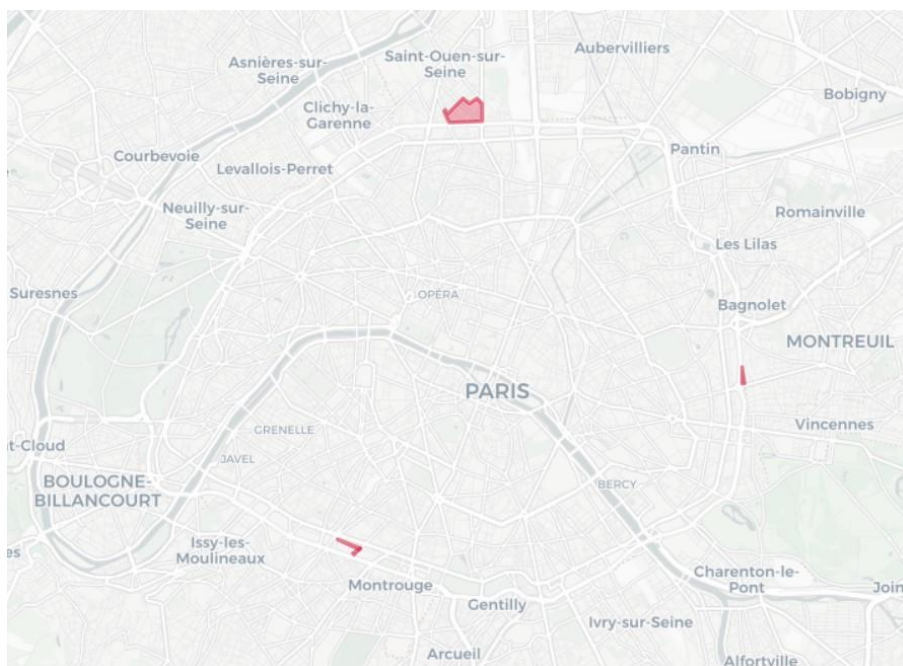


Figure 50 : localisation des zones actuellement réservées aux Puces à Paris dans l'espace historique de la Zone. Source : document réalisé par l'auteur.

Confronter les deux illustrations montre le processus de perte d'accès à l'espace public sur la Zone mais qui est à l'image de la perte territoriale sur l'ensemble de la ville. Les territoires d'activité sont devenus des espaces limités et pour une grande majorité réprimée. Ce processus de perte territoriale se prolonge dans son actualité et pousse les acteurs dans les marges et les interstices urbains pour y travailler.

2. Se construire des territoires visibles et invisibles dans les interstices

Les biffins utilisent l'espace public pour constituer la ressource de départ de l'activité par la collecte, majoritairement dans les quartiers repérés comme riches de la ville, en raison de la qualité de leurs déchets. La rue est aussi l'espace de la transformation de ce travail en biens financiers par la vente. Elle est un espace privilégié car, en tant qu'espace public, elle regorge d'objets non appropriés. Elle est l'espace des croisements, des traversées, des passages des populations, ainsi, elle constitue un vivier de potentiels clients intéressés. Actuellement, la pénalisation de la biffe par le statut de « vente à la sauvette » a augmenté la contrainte qui se traduit par des jeux incessants d'apparition, disparition des biffins en fonction de l'apparition, disparition des forces de l'ordre. L'image du « jeu du chat et de la souris » fait référence pour décrire ces mouvements spatiaux. L'interstice est donc pour les biffins un espace temporalisé.

Sur la porte de Montreuil, les espaces possibles pour la biffe sont plus étendus que ceux des Pucés. Cependant, ils ne le sont jamais en pratique car tous les espaces ne sont pas utilisés de manière simultanée. Les zones bleues représentent les possibilités de repli pour les biffins. Ils se déplacent dans ces zones en fonction de la présence policière. Ce jeu de cache-cache spatial incessant a d'ailleurs mené à la condamnation de certains espaces par l'utilisation de grilles vissées au sol, interdisant l'accès à tous. Analyseur des fonctions de nos espaces publics, la biffe a mis en valeur la possibilité d'un passage d'un idéal d'une universalisation d'accès à l'universalisation d'un non-accès à l'espace public. En effet, ils rendent visible la possibilité d'envisager l'espace pourtant nommé public comme un espace à l'accès interdit à tout public.



Figure 52 : photo d'une rue du quartier de la Porte de Montreuil. Source : site internet association de biffins.

En février 2019, l'importance de la frontière dans la possibilité de stabilisation d'un interstice se dessine car la Porte de Montreuil va connaître le retour de la « Grande Sauvette ». Il s'agit d'une augmentation de la taille et du nombre de vendeurs sur les marchés non autorisés, pouvant aller jusqu'à 2000 personnes aux dires d'un biffin.



Figure 53 : « Grande Sauvette » à la Porte de Montreuil. Source : site internet association de biffins.

L'interstice à la frontière entre deux villes prend toute sa puissance dans une stratégie de résistance à la répression policière car ce territoire se retrouve au cœur d'un conflit entre Paris et Montreuil. La Seine Saint Denis est un département qui a des problèmes de recrutement d'agents de police municipale. Montreuil n'échappe pas à la règle et est constamment en sous-effectif, ce qui n'est pas le cas du 20^{ème} arrondissement de Paris. Ainsi, les récupérateurs se sont installés sur la partie montreuilloise de la porte et ont bénéficié de l'absence de moyens de ce territoire. Le côté parisien de la porte de Montreuil ne laisse pas d'opportunité pour l'installation car les moyens répressifs y sont plus présents. Une organisation spécifique existe d'ailleurs sur certains territoires des biffins comme les puces de Saint Ouen où la mairie du 18^{ème} arrondissement de Paris a obtenu depuis 2018 des moyens supplémentaires pour la répression en créant une Zone de Sécurité Prioritaire autour des Puces de Saint Ouen qui a entraîné la création d'une brigade sauvettes-contrefaçon¹⁶¹. Cette brigade n'intervient pas au niveau des puces de la Porte de Montreuil mais elle est un exemple des politiques publiques mises en place pour la gestion de l'activité des biffins.

¹⁶¹ Annonce que l'on retrouve notamment sur le site internet de la mairie du 18^{ème} arrondissement : <https://mairie18.paris.fr/pages/des-moyens-renforces-pour-la-securite-et-la-tranquillite-publique-12459>

La stabilisation de l'interstice laissant un espace à la « grande sauvette » a pris fin suite à une mobilisation politique initiée par le maire de Montreuil qui s'est jouée dans l'espace public. En février 2019, le maire de Montreuil invite les habitants dans une réunion ouverte concernant le « Marché à la sauvette » qui reprend les différents troubles à l'ordre public imputés à ces marchés ainsi que les tonnes de déchets récupérés lors des interventions policières. Comme je l'ai déjà rapporté plus haut, dans cette réunion, la tension est nette et le lexique violent contre les marchés non autorisés comme le montre le recueil d'expression précédemment présenté¹⁶². Le maire invite les habitants à une manifestation dans la rue quelques jours plus tard à la porte de Montreuil pour demander le soutien des forces de l'ordre parisienne. Suite à ces mobilisations, il semblerait que l'interstice laissé par la non-coordination entre les deux villes ait disparu, et la grande sauvette avec lui. Cet épisode est significatif par la violence des propos tenus en réunion, par l'illustration des conflits posés par l'universalisation de l'accès à l'espace public. Elle illustre le rôle de l'espace public dans la marginalisation des biffins qui est une raison et un moyen de son interdiction.

Les biffins en Ile de France ont donc l'obligation de jouer avec les espaces pour pouvoir exister. Le cœur de leurs stratégies consiste à organiser un jeu de visibilité – invisibilité. Cela se réalise par une présence qui se veut discrète sur certains espaces. Ainsi, certains marchés biffins ne le paraissent pas car ils s'intègrent dans leur contexte. Au cœur de Paris, un petit marché existe à côté du centre Georges Pompidou. Il est constitué de 5 ou 6 vendeurs. Leur présence est irrégulière mais ils sont toujours présents ensemble, et ce sont des vendeurs réguliers. Ce marché a les caractéristiques d'un marché biffin par les objets vendus et les modalités de stand. On peut y trouver des livres d'occasion, de l'artisanat, des bibelots, des affaires de cuisine exposés sur un drap au sol. Cependant, le statut de ce marché n'a pas pu être vérifié auprès des vendeurs ni auprès des forces de l'ordre. Il s'agit peut-être d'un marché autorisé. La stratégie d'une vente discrète va parfois jusqu'à une transformation de l'activité en lui donnant la forme, par exemple, d'un vide-greniers. Cette pratique rare consiste à s'installer par petits groupes dans la rue, sur des tables pour réaliser des ventes. Ainsi, le marché biffins peut se confondre avec une brocante de quartier par le remplacement du drap au sol par la table, caractéristique des vide-greniers.

A l'inverse, les biffins peuvent aussi organiser leur présence dans l'espace pour se rendre massivement visibles. Durant une visite du quartier de la Porte Montmartre, une biffine

¹⁶² Recueil présenté dans le l. b. de cette monographie.

me raconte que les marchés non autorisés y ont une certaine régularité. Le samedi et le dimanche, il y a plus de vendeurs, alors que le lundi il y en a moins. Pour elle, les marchés se déroulent différemment en fonction du nombre de vendeurs. Elle note que lorsque les biffins sont très nombreux, les forces de l'ordre parfois renoncent à la répression car ils n'en ont pas les moyens. Par contre, si le groupe est petit, comme les lundis, les marchés ont du mal à se dérouler car la répression y est plus facile en raison du nombre de vendeurs plus petit. Pour sa part, elle préfère donc venir le samedi et le dimanche.

Le jeu de visibilité, invisibilité représente un enjeu fort pour les acteurs qui malgré l'importance du collectif dans leur travail, souhaite se garder des espaces non repérables, non repérés. Il s'agit ici des bons plans des biffins qui n'ont pas vocation à être dévoilés aux non-initiés mais aussi parfois entre initiés. Le travail de cartographie des différents espaces et modalités de travail de la biffe ne peut donc jamais être exhaustif car il n'est pas désiré par les acteurs. Les processus de recherche sollicitant les acteurs pour une exhaustivité des lieux de vente et de collègues peinent à se mettre en place. Il y a eu plusieurs propositions lors des temps de terrain de cette recherche qui ont toujours amené les mêmes réticences. Pourtant, la visibilité est un levier fort des acteurs pour transformer leurs interstices en espaces publics (Habermas, 1978).

Ainsi, les marges de manœuvre de ce collectif se construisent dans un clair-obscur qui leur a permis historiquement d'exister. Le jeu du chat et de la souris est une caractéristique fondamentale des récupérateurs dans leurs stratégies de travail liée au champ de tensions dans lequel l'activité est insérée. A la marge de la légalité, portant des valeurs et normes qui lui sont propres. Pour s'institutionnaliser, les collectifs alternent entre espaces de visibilité et espaces volontaires d'invisibilités.

3. De l'interstice à l'espace public

L'organisation des biffins en associations, la construction d'un mouvement social en 2006, la place du plaidoyer politique dans la défense des espaces de vente des biffins participent de la constitution de ces interstices en participant à la création d'espaces spatialement délimités. Le carré des biffins de la porte Montmartre est limité à la zone qui est sous le pont. Ses frontières sont explicitement exprimées par des barrières. Le marché mensuel autorisé et géré par une association de biffins est délimité par l'espace couvert de la halle. Cependant, ces espaces se prolongent au-delà de ces symboles d'un cloisonnement par la socialisation qui s'y réalise, les

dynamiques de réciprocité qui s'y construisent ainsi que les alliances volontairement développées par les acteurs pour soutenir leur visibilité et renforcer le poids de leurs discours de légitimation de leur activité.

L'immersion dans le fonctionnement du marché associatif mensuel autorisé pendant une année a permis d'observer son intégration dans un tissu social de proximité. Tout d'abord, cela se réalise dans les relations avec les commerces qui entourent la place. Les membres de l'association sont préoccupés par rapport au voisinage proche du marché et dans l'économie locale comme le montrent les extraits d'entretiens qui suivent :

« Il y a des riverains qui habitent à côté, il ne faut pas faire de bruit, il ne faut pas les déranger donc... »

« Et par rapport à la ville, par rapport aux commerçants qui sont à côté, qu'est-ce que tu penses que ça apporte à la ville, ce marché ? »

Ils sont très contents, parce qu'on achète beaucoup de café, chez eux. Les restaurateurs sont très contents, à la boulangerie, il est très content... J'ai parlé avec eux. Mais pour les riverains, je ne sais pas. Il y a des riverains, toujours, qui se plaignent et il y a des riverains qui sont contents. Il y a toujours des gens qui (il imite une voix fâchée) : « non, gnan gnan... » ... On a des défauts, hein ? »

Le lien avec les riverains se construit aussi dans cet espace par les relations de vente comme l'indique cette remarque d'un biffin « la brocante à Montreuil c'est bien. Il y a beaucoup de clients gentils, qui achètent. Je connais beaucoup de personnes sur la brocante... ». La vente va au-delà d'une logique marchande. Les acteurs créent des alliances à partir de l'activité économique. Les espaces de marchés sont des espaces de lien social qui engagent aussi les clients. Le lien social est le cœur de l'acte de vente et certains deviennent des habitués. Des relations commerciales se construisent sur les marchés mais sont parfois le point de départ de relations qui agissent aussi en dehors. Une biffine me raconte qu'elle a des clients qui la contactent directement par téléphone pour lui demander de récupérer des produits spécifiques. Ainsi, elle répond à des commandes spécifiques. Cette relation n'est pas que dans un intérêt commercial et l'épisode de la pétition sur le marché associatif mensuel autorisé en a montré l'impact. Suite à une promesse de limitation de ce marché à deux fois par an au lieu d'une fois par mois, faite par le Maire de la ville filmé lors d'un conseil municipal, l'association a organisé une pétition qui a eu un retentissement jusque dans les murs de la mairie. Elle a été largement signée et elle est évoquée dans les échanges informels dans une réunion entre élus et membres de l'association comme noté dans le journal de recherche :

« Le 16 décembre 2015 :

Sur la pétition ; Mme X (une élue de la ville) : « Il n'y a pas beaucoup de gens qui sont pour la suppression du marché des biffins. Quand je vois le nombre de pétitions qui circulent dans la ville. ». Une phrase qui traduit la réussite du soutien populaire au projet. »

En 2006, lors de la mobilisation pour le maintien d'un marché sur la porte Montmartre, les riverains avaient eu le même rôle de soutien aux biffins qui est allé jusqu'à la constitution d'un collectif de soutien. Ces deux exemples montrent que, de la relation commerciale, découle aussi un engagement politique de soutien pour le travail des acteurs.

Les entretiens montrent que ce qui guide cette relation vendeur-client n'est pas uniquement la recherche d'un profit mais surtout la création d'un échange par la négociation et la construction d'une solidarité en rendant possible l'accès à un bien par un prix abordable :

« Pour moi, l'idée de l'association c'est d'aider les vendeurs à la sauvette à avoir une place où vendre leurs trucs tranquillement et, en même temps, ça nous permet d'aider... Parce que, les gens qui achètent nos trucs, ce n'est pas des gens riches, des familles nombreuses... Des gens pas riches, voilà. Des gens moyens... ou même pas moyens. Des gens qui ne s'en sortent pas... pour aller dans les magasins acheter des trucs neufs. Donc, on aide ces gens-là et, en même temps, ça nous aide. »

Au niveau identitaire, l'association de biffins qui gère un marché mensuel opère un renversement du point de vue sur l'activité en la pensant comme une solution et non pas un problème. Cette activité construit des solutions face aux inégalités sociales en amenant un revenu par un travail et en permettant la mise en vente d'objets à moindre coût pour des clients eux aussi parfois en difficultés financières. Cette forme de solidarité est d'ailleurs aussi symbolisée en fin de marché avec la mise en place d'un espace de dons. Les récupérateurs peuvent y laisser ce dont ils souhaitent se débarrasser et, en même temps, récupérer des objets qui les intéressent ainsi que les clients ou passants. Cependant, la gratuité fait aussi l'objet de débats car la crainte de dévaloriser les objets vendus est exprimée par certains. Pourtant, la fixation du prix s'insère aussi parfois dans un système de solidarité. Peu de prix sont affichés sur le marché géré par l'association de biffins, et un récupérateur me confie qu'il fixe le prix en fonction du client et prend en compte sa situation. S'il voit une femme seule avec des enfants, qui a l'air d'avoir peu de moyens, il fera un petit prix pour l'aider. Dans le cas contraire, s'il sent que la personne a des revenus suffisants, il gonflera le prix pour essayer de gagner plus d'argent. Le prix est donc librement fixé dans la relation vendeur-acheteur.

Cette solidarité est pensée aussi au-delà des relations humaines et s'insère dans une préoccupation pour la nature. Un récupérateur exprime que, par ce travail, il aide les gens mais il aide aussi la nature. Les collectifs structurés intègrent à leur plaidoyer la fonction environnementale des récupérateurs par le réemploi des déchets. Le récupérateur stigmatisé devient ainsi un héros écologique. Un retournement du stigmate s'opère par ce biais. Se mettant au service de la société, les récupérateurs de l'association de biffins cherchent aussi à se structurer en coopération avec elle par des appels à compétences :

« ce qui nous manque ce sont des compétences administratives de très bon porte-parole des parrains des marraines connus, des compétences d'analyses et de philosophie aussi. C'est la coopérative. C'est des gens compétents dans leurs secteurs qui acceptent de transmettre et d'être en capacité d'apprendre des autres savoirs, de se remettre en question. »

Les alliances sont aussi pensées comme des appuis pour se protéger :

« On avait imaginé ça s'il y avait un problème avec la mairie de Montreuil tous ces partenaires pouvaient venir sur le marché le jour de l'expulsion par les policiers »

« *Tu penses qu'il y aura d'autres associations avec qui l'association pourrait travailler ?* »

Oui, on dit que l'union fait la force. Donc, toujours être 10 c'est mieux que 5, 20 mieux que 10. C'est pour cela que je te dis que j'aime bien... cette idée-là. J'aime bien l'idée de l'association, elle est très efficace. »

Les populations sont aussi mobilisées par le biais des réseaux sociaux notamment avec la page *facebook* de l'association qui informe sur les dates des marchés et les différentes mobilisations politiques, conférences, événements auxquels l'association participe. L'association est aussi régulièrement sollicitée pour des interviews, des reportages. Elle répond à ces demandes dans l'objectif de gagner en visibilité. Cette association s'insère dans les réseaux de l'économie sociale et solidaire et participe de manière régulière à des événements sur l'économie du recyclage. Elle est en contact avec le REFER (Réseau Francilien du Réemploi). Interpellant directement les collectivités territoriales locales, elle crée des alliances avec des mairies. Cependant, ces alliances sont paradoxales car, dans un cas précis, si la mairie soutient l'association, elle l'utilise aussi pour légitimer la répression du marché non autorisé de la porte de Montreuil comme lors de la réunion publique déjà évoquée sur le marché à la sauvette.

Pour construire une légitimité des récupérateurs, le champ scientifique est aussi investi dans un double mouvement. Depuis les mobilisations de la porte Montmartre de 2006, la visibilité de la récupération a augmenté. De plus, le collectif Rues Marchandes, faisant partie

d'un laboratoire associatif, le LISRA hébergé par la MSH Paris Nord, a ouvert des espaces d'échanges, de réflexions, des temps scientifiques sur l'activité. Des journées d'étude ont été réalisées, des colloques qui associaient pleinement les récupérateurs, ils étaient présents dans les tables rondes. Ainsi, la récupération en Ile de France est devenue petit à petit un objet d'étude pour un petit nombre de chercheurs. Quelques thèses ont été réalisées sur le sujet (Balan, 2016 ; Duclos, 2015). J'ai pu remarquer dans les discours des récupérateurs que ces chercheurs étaient investis en tant que personnes. Ils sont appelés par leurs prénoms et les anecdotes correspondent à des temps de vie partagés et non à des observations distanciées. Nous retrouvons ici une vraie capacité de ces acteurs à entrer en lien. D'ailleurs, ils profitent de cette relation pour leur passer commande, comme ils l'ont fait auprès de moi. Ils investissent l'espace scientifique aussi pour faire connaître la mémoire de leur histoire comme l'a fait Françoise au moment de son départ à la retraite.

Ce collectif Rues Marchandes a d'ailleurs permis une articulation momentanée des différentes associations de biffins gestionnaires ou pas de marché ainsi qu'Aurore, gestionnaire du Carré des biffins de la porte Montmartre. Cette articulation n'a pas duré en raison de contradictions entre elles. Les relations avec les pairs se construisent aussi par la participation à l'Alliance Mondiale des Récupérateurs de Déchets¹⁶³. Par ce biais, des échanges de pratiques, des visites sont réalisées, des liens sont construits entre les acteurs des différents pays. L'objectif étant d'unir les forces pour construire une voix collective pour la reconnaissance et la valorisation des récupérateurs. La COP 21¹⁶⁴ a, par exemple, été un moment de mise en pratique de ces liens avec un atelier réalisé pour demander l'intégration du rôle des récupérateurs dans les accords finaux. Un article avait été préparé pour la convention finale sur ce sujet mais il n'a pas été amendé.

Sur le plan économique, les alliances mènent parfois à des situations paradoxales typiques des processus d'institutionnalisation. Si le versant majoritaire des pratiques des biffins est localisé, s'insérant dans une vie de quartier, avec des collectifs organisés, la volonté de se stabiliser mène certains acteurs à construire des alliances avec des acteurs économiques qu'ils dénoncent parfois dans leur propre plaidoyer. Ainsi, une des associations bénéficie actuellement

¹⁶³ <https://globalrec.org/fr/>

¹⁶⁴ Conference of parties n° 21 – Conférence des parties n° 21, qui a eu lieu en 2015 et s'est tenue avec des représentants internationaux dans le cadre Convention cadre des Nations unies sur les changements climatiques.

du soutien financier du SYTCOM qui est aussi gestionnaire des centres de valorisation énergétique d'Ivry-Paris XIII. Ce dernier est un incinérateur et cette technique est décriée par l'association de biffins car elle limite l'accès à leurs ressources. Ainsi, le changement d'échelle les a amenés à faire des compromis avec leur propre part d'instituant.

Les alliances permettent de renforcer le collectif pour lui donner plus de visibilité dans l'espace public. La stratégie est pour une des associations de biffins de se rendre visible et légitime pour obtenir une reconnaissance de la part de la société :

« Nous, on fait ce marché-là, on organise le marché... On fait des manifs..., on fait parler de notre association, par les journalistes... on essaie de contacter les maires et les adjoints des maires, pour qu'ils nous permettent d'organiser plusieurs marchés... Voilà, c'est ça, nos activités. On fait des films aussi, hein ? On a fait un film... bon, ce n'est pas nous mais... il y a un film qui raconte notre histoire, comment on a commencé... Mais le film, il n'est pas ... il n'a pas tout dit, hein ? »

Le plaidoyer est donc intégré aux activités de cette association et les marchés sont aussi utilisés comme des espaces publics (Habermas, 1978) pour mettre en débat les tensions rencontrées par les récupérateurs, qu'elles soient sociales, économiques ou politiques. Il joue un rôle politique tout en étant un enjeu politique avec la création d'un droit à la place. Une des associations de récupérateurs revendique un droit à la biffe, un droit à une place.



Figure 54 : manifestation associations de biffins devant l'Hôtel de Ville de Paris. Source : site internet Rues Marchandes.

Ils évaluent la nécessité d'avoir 15 places de marché par arrondissement. Leur objectif est aussi de faire reconnaître le fonctionnement populaire de leur économie, leur identité de travailleur ainsi que leur fonction sociale en tant qu'acteurs pour la protection de l'environnement. Ce droit se construit en contre-poids par rapport au processus de marginalisation des biffins qui peut mener à des traitements illégaux comme montré dans cette monographie et parfois dénoncée par les acteurs comme une « obsession de propreté sociale »¹⁶⁵ (cf. annexe 3, tract « Soutien aux biffins de la Porte Montmartre »). Par le « droit à la biffe », elle n'est plus un problème invisible, d'exclusion sociale. Son interdiction est vécue comme une injustice poussant les personnes à s'organiser face à cette injustice. Cette discrimination est ainsi définie par un des membres d'une association de biffins : « nous dénonçons le non-accès au droit de vendre sauf à la sauvette ». Ainsi, selon un biffin : « Pour moi, l'idée de l'association c'est d'aider les vendeurs à la sauvette d'avoir une place ou vendre leurs trucs tranquillement ». Cet objectif est lié à la nécessité d'une justice sociale plus globale par une reconnaissance de cette économie car « ce sont des travailleurs de l'économie informelle, nous on souhaite que cette économie, qui répond à des besoins fondamentaux, qui sont de manger, se loger, se soigner, soient reconnus dans l'économie formelle ». La revendication va au-delà de simples demandes de financements : « On dit aux élus nous on veut de la justice, pas de l'argent ».

Les enjeux territoriaux des acteurs articulent des enjeux de dignité, de présence spatiale et de présence sociale qui ne peuvent se réaliser que dans un jeu perpétuel de clair-obscur, de visibilité-invisibilité. L'enracinement territorial des acteurs montre que ce mouvement s'inscrit dans une perte de territoire sur un temps long. Le mouvement est donc central pour les récupérateurs qui le pensent même dans leurs organisations institutionnalisées comme l'association : « Une association c'est en perpétuel mouvement, on n'est pas comme dans une entreprise figée, on a une liberté d'action. ».

¹⁶⁵ Citation du tract « Soutien aux biffins de la Porte Montmartre » mis en annexe (3).

Extrait du *Guide indigène de la ville* :
La rue, c'est pas vide, c'est l'espace de tous !

Pour nous la rue, ce n'est pas comme un lieu vide, pas le lieu de personne. La rue, c'est l'espace de tous. C'est un espace de travail, de rencontres et de vie. C'est dans la rue que nous récupérons et vendons nos objets. C'est aussi parfois dans la rue que nous habitons.

(...)

La rue a toujours été un espace négocié. Pourquoi chacun ne pourrait pas y trouver une place sans qu'elle ne soit la possession de certains ? Contrairement à certains slogans qui revendiquent une « reconquête » du territoire, une « civilisation » des quartiers, nous, on demande simplement quelques espaces pour un temps. Nos marchés sont temporaires. Ils sont, au bout du compte, comme des villes éphémères qui se construisent, comme toute ville, autour du point d'eau que fait la biffe pour ses marchands comme pour ses clients, qui se construisent au matin pour se défaire le soir, que se construisent les week-ends pour disparaître la semaine.

La gêne, les nuisances, la saleté sont invoquées pour nous chasser, mais c'est le fait de nous chasser qui provoque le plus de désordre. Notre présence ne crée pas d'insécurité. C'est sûr, les habitants, souvent, nous trouvent envahissants, salissants, et quelque part on les comprend. Ils nous regardent mal mais c'est parce qu'au fond, on leur rappelle trop qui ils sont, où qui ils ont été. Parce que les habitants des quartiers de nos marchés, au fond, ils sont comme nous. Beaucoup ont beaucoup galéré, beaucoup galère encore, et notre pauvreté leur rappelle la leur. Mais on n'y est pour rien. C'est pas nous le vrai problème. Et si on nous donnait des lieux, et si on nous laissait exister, si on nous laissait nous ancrer un peu, on saurait faire attention comme on fait attention quand on récupère, parce qu'on sait que pour pouvoir continuer de récupérer, il faut laisser propre et tout bien derrière nous, on fait attention. On sait bien respecter les autres et l'espace commun et on sait aussi bien ce qu'on a, nous, à y gagner. Mais comment voulez-vous qu'on fasse attention, à ce qu'on laisse derrière nous, quand on doit partir d'un seul coup de peur de se prendre une amende ou pire encore, de se faire confisquer la marchandise qu'on a passé des heures à récupérer, tout notre travail évaporé en fumée ? »

(Extrait Rues Marchandes, 2016, pp. 9-10)

IV. Du vécu de la répression à la requalification sociale

Nous avons vu que la stigmatisation et la répression sont des marqueurs forts de l'activité des biffins en Ile de France. Elles contraignent leurs spatialités et territorialités ainsi que les manières de vivre l'activité. Ainsi, les éléments de mémoire transmis par une Françoise pour cette recherche concernent pour leur quasi-intégralité les moments de lutte contre cette répression. Nous verrons que cette pensée de la biffe en tant que problème est en décalage avec le vécu des acteurs qui se l'approprient comme une solution.

1. Vivre la violence de la répression et de la stigmatisation

Dans les entretiens, nous retrouvons une honte de l'activité de la biffe dans sa dimension de collecte. Les acteurs la réalisent la nuit en raison des horaires de gestion des poubelles. Cependant, elle permet aussi de leur donner l'anonymat de la nuit, le lien avec le déchet étant largement stigmatisé : « Au début, je ne me vanta pas du tout de faire les poubelles, je ne le disais pas à qui que ce soit. A part à mon frère. ». Cette honte ne dure que les premiers temps. Les entretiens montrent que les personnes s'habituent à l'activité et finissent par en tirer une certaine fierté.

Par contre, la répression est vécue comme une injustice et une violence par les acteurs. Ils dénoncent l'illégalité du vol de leurs affaires, mis à la benne pour destruction sans inventaire. Une biffine a d'ailleurs gardé une rubalise qui a été utilisée par les forces de l'ordre pour empêcher les biffins de récupérer leurs affaires. Avoir gardé cet objet, l'avoir annoté et protégé montre l'importance de la répression dans la vie de cette femme en tant que souvenir fort lié à l'activité.

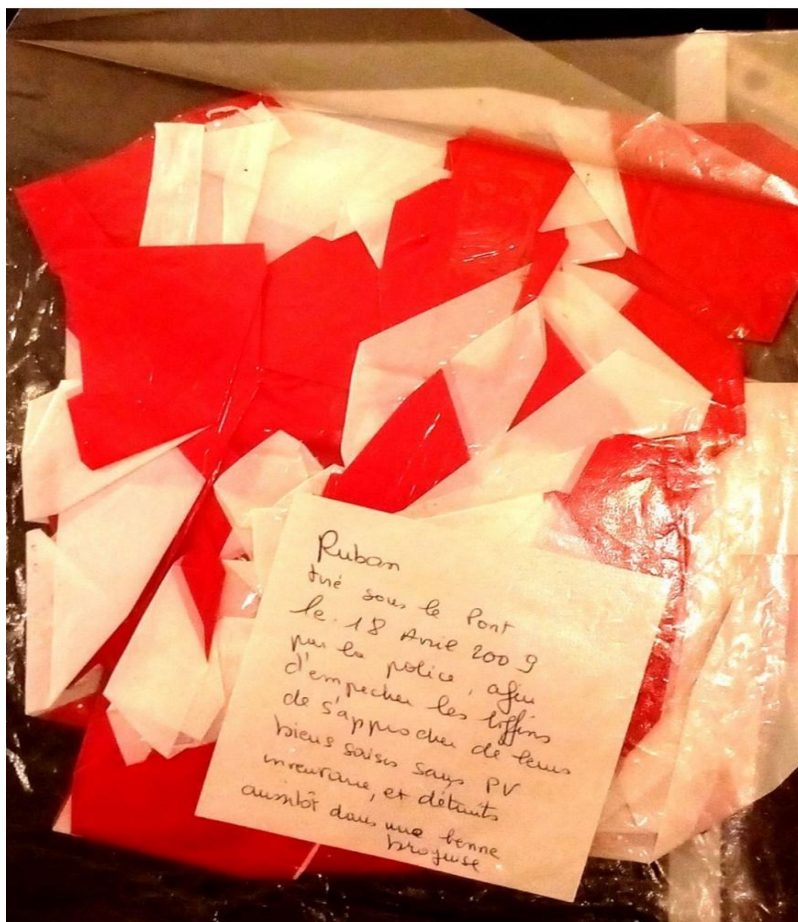


*Figure 55 : photo de la rubalise conservée par une biffine en souvenir de la répression.
Source : photo de l'auteure.*

La répression participe d'un système qui est alimenté et alimente une pensée de la précarité. Les biffins sont vus comme des exclus, des précaires en raison du statut social donné à l'activité. Cependant, ce système est en décalage avec le vécu exprimé par certains acteurs. Une biffine le résume ainsi : « Ils veulent nous insérer mais on n'est pas exclus ». Les entretiens montrent d'ailleurs l'importance de la biffe dans les parcours des personnes.

2. Se reconstruire par la biffe

Les biffins expriment que l'activité s'inscrit dans des parcours de vie marqués par des déclassements. Elle est un élément constitutif de la vie des personnes. Pour reprendre l'image d'une biffine, elle fait partie de l'ensemble des maillons les construisant :

« Ma vie était comme des maillons enfilés les uns après les autres. Comme un puzzle, avec une pièce qui se rapporte à une autre... les maillons de la chaîne, car une succession de choses qui peuvent s'enfiler les uns après les autres. Comme si on avait fait une grande chaîne.

Ils m'ont retrouvée dans une cour de poubelle à Belleville¹⁶⁶. J'étais attachée dans une chaise rue de Belleville et je criais et au bout d'un moment, les voisins ont appelé les services sociaux. Il paraît que ma mère me donnait de temps en temps des biberons. Je ne sais pas ce qu'elle a fait avec les autres. J'étais la 8^{ème}¹⁶⁷.

On m'a parlé de mon cas personnel, mais les autres, je ne sais pas.

La biffe serait un maillon de la chaîne... »

Cette citation illustre la place de l'activité dans la vie de cette femme qui a d'ailleurs été biffine durant toute sa vie. Elle la présente comme ce qui lui a permis de se débrouiller :

« Je me suis débrouillée toute seule. J'étais mineure à l'époque, j'avais 17 ans et demi. A l'époque, la majorité était à 21 ans. Ils me l'ont enlevé [son enfant] sans se préoccuper de ce que je deviendrais. Heureusement que j'avais la biffe pour me débrouiller ».

Pour les biffins, l'activité est présentée comme un moyen de survie qui peut être financière : « Ça fonctionne, financièrement, ça fonctionne ». Pendant le confinement lié à la COVID, Marc exprime un manque de ressources en raison de l'arrêt de l'activité : « La biffe ça me manque, j'ai pas d'argent qui rentre. ». Nous avons pu voir précédemment que cette survie financière s'articule avec une survie psychologique : « Au départ je vendais à la sauvette. C'était un peu tout... l'argent et puis l'ennui... le manque de communication avec les clients. Avec le public. C'était tout l'ensemble. Au départ, la biffe... ». Cette globalité exprimée par Josette comporte l'importance de l'interdépendance qui se construit dans la communauté biffine. Elle la structure dans une nécessité d'organisation collective contre la répression. Elle entraîne une forme de reconnaissance mutuelle au sein du groupe : « Les vendeurs, les adhérents, je les connais tous. Pas leur nom mais, de vue, je les connais. ». Ainsi, la référence à la famille est récurrente dans les discours :

« C'est bien, c'est ça, l'idée. Parce que, dans notre monde, on ne peut pas vivre tout seul. Il faut toujours faire partie de... d'une association. Même si tu vois... la famille, c'est une association. Parce que c'est toujours... avoir quelqu'un, derrière toi, qui te soutient, c'est

¹⁶⁶ Elle évoque le moment où elle a été retrouvée par les services sociaux et placée dans une famille d'accueil.

¹⁶⁷ Elle faisait partie d'une fratrie de 8 enfants.

très important. Tu vois, dans ce monde, il y a trop de gens qui se suicident, hein ? Ces gens-là se suicident parce qu'il n'y a personne à côté d'eux, il y a trop de gens qui consomment des somnifères, toutes ces choses-là, pour dormir. C'est pour ça que je t'ai dit, tout à l'heure, que j'aime bien les associations. C'est très important, c'est très très important. C'est ça qui nous rend humains... Il ne faut pas... Je ne suis pas d'accord avec ce qui a dit l'autre, plus personne ne parle de lui... enfin, dans les milieux philosophiques on parle encore de lui... Mais il a dit « l'autre, c'est l'enfer ». Je ne suis pas d'accord. On parle de lui dans les milieux... C'est Jean-Paul Sartre... Mais l'autre, ce n'est pas l'enfer... ce n'est pas le paradis, non plus ! Tu peux tomber sur quelqu'un de bien, tu peux tomber sur un connard. Mais tu peux trouver du monde qui peut t'aider, qui peut te protéger... (silence) »

Cette famille remplit son rôle de solidarité comme le montre le travail réalisé dans une association par un retraité, anciennement biffin : « Maintenant que je suis à la retraite, ma situation est beaucoup mieux et j'essaye d'aider les gens comme moi, pour qu'ils arrivent et qu'ils s'en sortent, il faut qu'ils vendent. ». Livia évoque aussi cette aide dans ce qui la motive à participer. C'est, pour elle, un retour qu'elle se doit de donner en raison de l'aide qu'elle a elle-même reçue : « C'est important pour moi d'informer les gens car j'ai vu des gens, des associations aidaient d'autres gens et moi je ne peux pas rester sans rien faire car j'ai vécu moi-même des choses dures ». L'aide ne se limite pas à l'activité de la biffe mais a vocation à se réaliser en fonction des problèmes rencontrés par les personnes : « Si on a les moyens, au sein de l'association, il y a des gens qui n'ont pas de logement, qui n'ont rien... Si nous on pouvait les aider... ». Ainsi, l'aide est envisagée aussi sous la forme de la réalisation d'un accompagnement social. La solidarité biffine a aussi pris une forme vitale lors de l'enquête de terrain et a permis à une d'entre elles de prolonger sa survie face au cancer. En effet, Pascale a retrouvé un temps d'énergie et de rémission face à la maladie à partir du moment où ses collègues biffins ont su qu'elle était hospitalisée et se sont déplacés pour la visiter régulièrement.

Dans ce processus de reconstruction qui s'organise à partir de la biffe, la dignité est au cœur du rapport des acteurs car l'activité leur permet une indépendance financière. Ils expriment qu'elle leur permet de ne pas vivre la disqualification sociale liée au statut d'assisté (Paugam, 1991). Ils en dégagent même une certaine fierté : « Et même, maintenant, je paie le loyer, je paie tout, hein ? Je suis tranquille. Donc, je ne cherche plus du travail ! (Rires) J'ai mon travail, juste ce qu'il me faut... J'ai une fierté, mais elle n'est pas mal placée, je n'aime pas demander, je ne suis pas habitué à ça. ». Le refus de l'assistanat s'exprime dans les parcours individuels mais aussi collectifs comme l'exprime Pascale, révoltée par les réponses

alternatives des pouvoirs publics alors que leur demande lui paraît claire : disposer d'espaces de vente :

« Mais nous on s'en fout de leurs subventions ! On n'en veut pas de leurs subventions !

Tout ce qu'on veut, c'est pouvoir vivre ! C'est pouvoir travailler ! ».

La biffe est donc vécue comme une solution par les acteurs pour la socialisation qu'elle leur amène. Elle est un élément d'aide pour une survie financière. Les montants sont petits et peu évaluables mais les entretiens montrent que la richesse de la biffe n'est pas que monétaire. Elle est aussi dans la participation à un groupe social interdépendant et solidaire. Ainsi, les vécus des acteurs sont à l'opposé des images disqualifiantes sur l'activité. Cependant, c'est ce processus qui a généré la création du groupe qui s'est, par certains aspects, professionnalisé.

3. Protection, connaissance et reconnaissance par le collectif

Les espaces collectifs organisés par les biffins en réaction à l'augmentation de la répression sur les marchés non autorisés sont utilisés et vécus comme des refuges car les espaces créés même s'ils se situent dans une zone grise permettent une tolérance pour l'activité sur des temps donnés. Ainsi, le marché mensuel géré par une association de biffins est pensé comme un lieu protégé pour la pratique du métier :

« C'est différent, il n'y a pas la police. A Porte de Montreuil, la police passe. Sur le marché de X, il n'y a pas la police. On reste tranquilles, il n'y a pas de problèmes. Ce n'est pas comme la porte de Montreuil ».

« Si tu compares le marché X, organisé, et la sauvette...360 degrés. Tu es tranquille ! Personne ne te dérange, tu es protégé, par les amis, par l'association... Tu travailles toute la journée, tu paies ta place... tu ne paies pas cher, 8 euros... »

« Si tu es tout seul, tu ne peux pas. Mais si tu es encadré dans une association, ils tolèrent. C'est ça la richesse de la France, c'est l'association. »

Le collectif, ici discuté sous la forme associative amène une protection aux biffins par la création d'espaces de travail. Cependant, les extraits d'entretien montrent qu'il s'agit aussi d'une reconnaissance par la communauté, aussi pensée comme une famille. Une des associations de biffins est aussi présentée comme un espace qui permet de s'insérer, de comprendre le fonctionnement de la société française lorsqu'on y est étranger :

« X est une bonne association parce que j'arrive... Aussi, les associations t'aident à rentrer dans la société française, t'aident à comprendre comment ça fonctionne, la société

française. Parce que, en France, il n'y a pas que les riches. Il y a les pauvres, les gens qui ont besoin de soutien... financier, ou d'un soutien moral. »

C'est par la référence au bonheur qu'une forme d'accomplissement est exprimée comme permise par l'association de récupérateurs : « Donc voilà, on est heureux, on est contents, ça se passe bien... ». Car tout simplement : « c'est ensemble que l'on est plus fort. ».

4. Une résistance et un processus d'auto-formation requalifiante

Les espaces collectifs créés en résistance à la répression peuvent prendre un rôle de valorisation de l'activité, menant les acteurs à structurer des savoirs collectifs et à les rendre publics par la construction de plaidoyer. Dans l'analyse des différents tracts, nous avons vu qu'ils varient en fonction de l'espace de diffusion, du destinataire du plaidoyer et du collectif qui le formalise. Ainsi, la première association créée, Sauve Qui Peut, met en valeur la nécessité économique des biffins à réaliser ce travail, tout en valorisant leur utilité environnementale. L'association qui s'est créée par la suite met en valeur la professionnalité des biffins en se focalisant sur les gestes du métier et sur leur place dans la lutte contre le réchauffement climatique. La nécessité économique de la réalisation de ce travail n'est pas du tout abordée dans les documents de la mémoire de Françoise rédigés produits par la deuxième association. Nous pouvons donc nous demander si le processus de résistance contre la répression n'a pas permis la construction de savoirs qui ont accompagné une forme de conscientisation réflexive sur le travail réalisé par les récupérateurs.

En effet, le plaidoyer met en valeur une fonction sociale qui permet de renverser le stigmate initial vécu par les biffins en les faisant passer du statut de problème d'ordre public à solution d'ordre public. La dynamique de cet écart peut être décrite ainsi :

« Je suis plutôt dans l'expertise du déchet mais pour ce qui est de l'action sociale je pense qu'il faut participer aux réunions publiques. Il y en a, en ce moment, sur la porte de Montreuil et les puces « ce marché mal géré ! » et tous ces biffins que l'on vient gazer le week-end. Notre discours auprès des élus c'est de dire que vous avez un problème à la porte de Montreuil, au contraire, favorisez le marché, institutionnalisez-le et c'est clair qu'il n'y a que l'action d'une association comme Amélior qui viendra soulager les problèmes de la porte de Montreuil. Je trouve qu'à Montreuil l'action de X est tout de suite visible. »

Ils créent un positionnement alternatif par rapport aux considérations communes mettant les biffins soit du côté de l'illégalité, soit du côté de la vulnérabilité, en se présentant comme

des acteurs socialement utiles. Il y a ici une rupture avec les logiques de l'assistancialisme. L'inclusion et l'accompagnement social se réalise entre pairs, par la construction et la gestion d'espaces créant des opportunités pour les personnes. Ces espaces sont vécus comme des refuges permettant de réaliser une activité affectivée.

5. Un travail de passionnés ?

La passion de l'activité se lit dans les mots qu'ils utilisent pour en parler. J'ai pu constater que les biffins développent une poétique sur leur métier. Un biffin décrit l'intimité qu'il partage avec les personnes qui ont abandonné les objets qu'il récupère. Il en fait un des facteurs du rejet de l'activité car les personnes ne veulent pas que les biffins sachent tellement de choses sur eux. La réanimation des objets est aussi une image récurrente : « En même temps, ça fait moins de déchets et les articles, ils vivent une deuxième fois. Au lieu qu'ils soient détruits, ils vivent encore une fois. ». Dans une dynamique de réappropriation des termes utilisés par le travail social pour le définir lui-même, un biffin réinsère les objets qu'il récupère¹⁶⁸. Dans ces images, nous pouvons lire un attachement à l'objet de leur travail car elles leur donnent une âme. Cet attachement se voit aussi sur les stands des vendeurs sur les marchés, sous la forme de l'amour du travail bien fait (Mercier, 2016) :



*Figure 56 : photo d'un stand biffin spécialisé dans la récupération revente de chaussures.
Source : site internet association de biffins*

¹⁶⁸ Vidéo « Patrick Marché des Biffins de Montreuil Association Amelior », disponible sur : <https://www.youtube.com/watch?v=wjR9OK4svGg>

Cet amour de l'objet et du travail bien fait mène de nombreux biffins à se spécialiser. Ainsi, certains ne récupèrent que des chaussures, d'autres que des vêtements, une autre que des bijoux ou que des ustensiles de cuisine. Un biffin s'est aussi spécialisé en fonction de la matière des objets et ne récupère que des jouets en bois. Il ne récupère jamais de plastique qui est, pour lui, un matériel néfaste pour l'environnement, dont on doit se débarrasser. Dans ces espaces autorisés, nous voyons donc une communauté liée par la passion pour un même métier. Une des surprises de la recherche a d'ailleurs été de rencontrer de rares personnes qui font partie des biffins sans nécessité économique vitale de réaliser cette activité. Le critère financier n'est pas pour eux leur raison de travailler. C'est par plaisir qu'ils la réalisent, que ce soit pour le plaisir du réemploi ou pour le lien social sur les marchés. La vente n'est d'ailleurs pas forcément la finalité de tous les biffins. En effet, Pascale me raconte qu'elle amène peu de choses sur les marchés pour qu'il lui reste des choses à vendre pour plus tard. Elle sait d'ailleurs que ce qu'elle propose ne se vendra pas facilement. Une figure est souvent racontée dans le monde biffin, un vendeur qui demande des prix très élevés tout simplement car il ne souhaite pas vendre. Il veut juste venir sur les marchés.

V. Une exclusion en système ?

Les biffins s'organisent donc en réaction à des actions de répression en démultipliant leurs espaces et stratégies allant de la massification à la discrétion. Les collectifs sont multiples. L'île de France compte deux associations loi 1901 et un collectif sans statut administratif. En leur sein, les mêmes acteurs se croisent en fonction des temps proposés. Certains sont présents sur certaines réunions, d'autres sur des temps d'organisation de marchés. Les personnes se connaissent et se reconnaissent. Nous avons vu que les plaidoyers étaient partiellement différents en fonction des collectifs. S'organiser en collectif est vu comme une stratégie de résistance :

« On revendique mais on s'associe et même si le système administratif est plein de tracasseries pour les biffins, les sans-papiers, les mal-logés, c'est difficile mais on n'est pas en Turquie en Russie, on a cette liberté de s'associer que l'on utilise dans le sens de l'organisation, les politiques ne respectent peut-être que la force il faut que l'on respecte la force. Quand on est biffin, bénévole, que l'on n'a pas de local, pas de salariés, on ne parle pas tous la même langue nous n'habitons pas tous la même ville, c'est compliqué de s'organiser mais quand les élus nous refusent le dialogue, on se fédère. »

Le système d'exclusion dans lequel les biffins sont amenés à évoluer met en tension la communauté biffine dans l'organisation de ses modes de résistances et dans la définition de ses propres limites. Nous pouvons analyser ce système à partir de trois tensions structurantes de la place sociale, économique et politiques des acteurs.

1. La force du stigmat

Pour penser la place sociale de la biffe, je propose de prendre l'exemple de la négociation d'espaces d'expérimentation sociale par le collectif Rues Marchandes. Pendant deux années, la longueur des négociations avec une ville de Seine Saint Denis, et n'ayant jamais abouti a mis en valeur la difficulté pour la biffe d'être prise en compte comme un projet de territoire. Basé sur une coopération entre membres de la société civile souhaitant travailler collectivement sur la valorisation de la biffe, le collectif regroupe des biffins, des passionnés ainsi que des chercheurs affiliés au Laboratoire d'Innovation Sociale (LISRA). La négociation collective a défini l'objectif de mettre en place des espaces d'expérimentation de la biffe sous la forme de marchés permettant de questionner l'activité en tant qu'économie populaire territorialisée. L'espace public étant le lieu de vente historique et privilégié des biffins, le collectif a ouvert des négociations avec la municipalité de la ville sur laquelle un marché non autorisé se réalisait sur un squat.

Les notes prises en réunion montrent la force du stigmat lié à la biffe qui ne bénéficie pas d'une légitimation par la dimension recherche du projet. Le collectif Rues Marchandes est vu comme hybride et pouvant dépendre de plusieurs responsabilités. La prise de note pendant une réunion de négociation datant de juillet 2019 fait apparaître de multiples pistes pour appréhender la proposition du collectif. Elle peut dépendre des compétences suivantes, énoncées par ordre d'arrivée dans la réunion :

- Commerce et artisanat
- Ville innovante
- Développement économique
- Cadre de vie
- Culture et patrimoine (la biffe est une activité historique sur cette ville)
- Economie Sociale et Solidaire
- Citoyenneté et démocratie locale
- Enseignement supérieur (pour la dimension recherche)

Un des membres réagit sur la difficulté de trouver la bonne case pour le collectif : « Ce qui est difficile est qu'on ne rentre pas dans une case mais c'est aussi sa richesse mais dépend de la souplesse des personnes en face... ». Notre interlocuteur nous donne une piste sur les raisons de ce jeu de passage de responsabilité en responsabilité :

« La recherche, le sujet des biffins est assez politique. Il y a vraiment une peur. Tous les stéréotypes liés aux biffins et à la récupération ont été évoqués ; Installation des biffins, les produits vendus. La ville va prendre feu ! ».

Il s'agit d'une citation prise en note simultanément qui montre la force du stigmat, même dans le cadre d'un projet légitimé par des institutions académiques (MSH Paris Nord, Campus Condorcet) et des chercheurs indépendants (Collectif Rues Marchandes et LISRA). Il semblerait que le stigmat, au lieu de s'affaiblir sous l'effet de la légitimation du monde de la recherche, a gardé toute sa vivacité et s'est reporté sur le collectif Rues Marchandes, empêchant toute institutionnalisation d'un projet d'expérimentation.

2. La récupération récupérée

Cependant, malgré ce stigmat, certains espaces ont réussi à s'institutionnaliser. Dans le cadre des négociations avec la mairie du 18^{ème}, l'approche qui a permis l'ouverture d'un espace temporairement autorisé a été l'insertion sociale. C'est d'ailleurs cette dimension qui a été l'élément déclencheur des mobilisations de la porte Montmartre de 2006. En effet, c'est une procédure d'expulsion concernant une dizaine de personnes biffines, vivant sur un terrain vague proche du marché non autorisé qui a poussé aux premières mobilisations et organisations collectives des biffins et riverains. Cet élément déclencheur a été suivi d'une série d'échanges avec la mairie que ce soit par des réunions, des courriers, des tracts des manifestations, dans lesquels l'activité était associée à une nécessité économique d'être réalisée et, ainsi, potentiellement porteuse d'insertion sociale.

Nous voyons dans l'organisation et le vécu de leurs espaces qu'ils le pratiquent avec les composantes, et parfois les mots de ce secteur : s'insérer dans la société par la vie associative, se socialiser sur l'espace de marché, s'entraider, faire de l'inclusion sociale en faisant de la place aux uns les autres sur les différents espaces. Les récupérateurs en Ile de France sont associés à la précarité. Ils ont d'ailleurs eux-mêmes un rapport ambivalent avec le secteur du travail social. Certains acteurs vont le refuser en refusant la disqualification sociale liés au statut d'assisté. D'autres veulent le mettre à disposition de la communauté. Par exemple, une des

associations de biffins a décidé de s'outiller par la présence de travailleurs sociaux, mais d'une manière réappropriée. Dans leur proposition, on retrouve ce lien avec le travail de production des membres de l'association dans l'activité imaginée d'un travailleur social salarié :

« La première subvention dans le plan qu'on se donne c'est d'avoir deux encadrants : un directeur et une sorte d'assistante sociale, c'est un peu vache assistante sociale, plutôt accompagnateur social, travailleur social au sens large, qui met les mains dans les déchets ».

Dans cette proposition, le travailleur social est vu comme un acteur de la biffe, lui aussi lié aux déchets et non lié à la précarité. La préoccupation de cette association est d'améliorer la situation économique des biffins mais par la construction d'un système économique qui soit rentable pour eux. Leurs actions sont parfois confondues avec du social, mais il s'agit bien de construire une autre vision de cette situation sociale :

« c'est le retour des déchets par les recycleurs. On nous répond que c'est du social. Nous on n'est pas pour les subventions sociales. On est pour la viabilité économique de la récupération et la transformation vers le recyclage, encore faut-il avoir des travailleurs en droit et des marchés. »

Ils s'inscrivent donc dans la construction d'un système économique encastré dans une logique de justice sociale. Leur activité professionnelle devient une alternative aux inégalités produites par un système économique basé sur la concurrence. La solution qu'ils défendent devient une solution d'ordre public. La communauté biffine propose un modèle qui s'articule avec la valorisation de l'utilité sociale du travail qu'elle réalise. Cependant, la proximité pensée des acteurs en tant que cibles de l'action sociale a, dans le cadre de la mobilisation de la porte Montmartre, été un levier de récupération par le paradigme du travail social.

L'espace aujourd'hui dédié au Carré des biffins était un espace de vente historique de l'activité. Françoise nous raconte le processus d'organisation que la communauté a mis en place pour se donner les moyens de revendiquer une légalisation de l'activité. Elle explique une des caractéristiques des marchés non autorisés qui est une régulation par le propre collectif de récupérateurs avec des règles et normes partagées. Le marché de la Porte Montmartre peut atteindre 1000 à 2000 vendeurs, "la Grande Sauvette". Françoise explique comment le collectif a pu gérer les évolutions du marché dans le temps. Récupératrice depuis son adolescence, elle a noté l'augmentation du nombre de vendeurs et l'arrivée massive de nouvelles personnes comme les chinois, les roumains... Elle raconte qu'auparavant, le marché était petit avec un

collectif de vendeurs se connaissant depuis de nombreuses années, ainsi, les règles et normes étaient respectées de tous. Les nouveaux vendeurs ont modifié cet équilibre et ont généré l'identification de personnes "responsables" du bon déroulé du marché. Ils ont été les personnes relais pour former les nouveaux arrivants avec cette préoccupation de rester bien vus localement. En effet, ce marché est intégré au quartier et les relations avec les habitants sont considérées comme importantes par ces personnes "responsables".

La mobilisation de 2006 met à jour l'impossible légitimation de cette organisation. Dans un contexte d'augmentation de la répression de la biffe, un collectif de riverains s'organise pour demander à garder cet espace de marché. Les propres biffins s'intègrent à cette revendication et organisent de multiples manifestations. Ainsi, la mairie de Paris est prise à partie et s'engage pour une protection de l'espace de vente. Cependant, pour la gestion de cet espace, la Mairie fait le choix d'une association d'action sociale : Aurore. Cette proposition est vécue comme une trahison par certains membres de l'équipe "responsables" du marché traditionnel car leur demande était de pouvoir continuer à s'organiser selon leurs savoirs et règles :

« Ils nous ont présenté Aurore, il y avait des gens qui étaient là, qu'on n'avait jamais vu. C'était inquiétant ... on se regardait entre biffins... C'est qui ces gens-là ? Ils nous ont montré un dossier... Et là on a compris qu'on allait être mangés à une autre sauce. On savait que c'était des travailleurs sociaux. J'en avais déjà entendu parler. On était anéantis. Comment ils pouvaient nous faire ça. Avec le recul, je me rends compte que c'était encore les travailleurs sociaux qui allaient nous enlever notre bébé. C'est tout à fait ça. Ça m'a fendu le cœur. Je suis montée en hystérie. Je ne pouvais plus rien dire... et là, j'ai compris, tout s'est effondré. Pour nous les biffins, les premiers de lignes, ceux qui avaient créé l'association, c'était nous les meneurs... tous les biffins qui étaient là à cette époque, ils ne sont pas allés sur le carré, à part Bensaïd »

Ce contrat passé avec l'association Aurore est d'autant plus révélateur de cette disqualification instituée que la Mairie demande la création d'une équipe de travailleurs sociaux pour accompagner les biffins et éventuellement leur permettre de sortir de la biffe. Ce processus est vécu comme une trahison et les mots sont forts pour décrire l'inscription sur le marché : « Il fallait faire la queue, pour prétendre à avoir un carré sur le carré des biffins, avec un numéro d'écrou, il fallait que tu présentes tes papiers... ». L'invisibilisation est au cœur de ce projet et certains biffins ont renommé l'association Aurore en "Horreur".

Cette récupération de leur activité par l'action sociale est aussi dénoncée par les biffins dans leur exclusion du modèle des recycleries, valorisées et appuyés financièrement par les

collectivités locales dont ils se considèrent exclus. Il est d'ailleurs intéressant d'observer que ce modèle est issu de l'association Emmaüs historiquement construite à partir du savoir des chiffonniers (Brodiez-Dolino, 2008, Bergier, 1992). C'est par les liens que l'Abbé Pierre entretenait avec certains chiffonniers qu'ils lui ont suggéré d'avoir recours à la récupération pour trouver des alternatives de financement pour les communautés. Cependant, Brodiez-Dolino informe que, pour ne pas leur faire de concurrence, il a développé le modèle de la récupération chez les particuliers avec une revente en boutique. Ainsi, les communautés avec leur visage actuel sont imaginées. Une trace de cette coopération se retrouve dans la photo de la plaque d'entrée d'un de leurs espaces qu'ils ont appelés "Emmaüs - communauté de biffins".



Figure 57 : photo d'une plaque à l'entrée d'une communauté Emmaüs. Source : http://emmaus-mundo.over-blog.fr/pages/Histoire_et_valeurs-1086436.html

Malgré ce lien privilégié, l'association aurait refusé la proposition de la mairie de Paris de prendre en charge le marché de la Porte Montmartre, aux dires des biffins et d'un ancien salarié pour le projet du carré. Le modèle des recycleries est parfois vu comme concurrent par certains biffins car il réduit l'accès aux objets pouvant être revendus. Pour s'en défendre, une des associations de biffins développe un plaidoyer sur la différence d'impact environnemental entre leurs modèles en valorisant le leur par une quantité de réemploi de tonnes de déchets beaucoup plus élevés. Ainsi, le travail social semble entrer en tension avec le modèle de la biffe en auto-gestion. Si elle permet l'institutionnalisation de certains espaces, ils semblent ne pas correspondre à l'identité et l'organisation revendiquée par certains collectifs biffins.

3. La discrétion d'une lutte économique

Les préoccupations climatiques d'actualité servent aux biffins dans la construction de leur plaidoyer, cependant, elle les insère aussi dans un jeu économique qui a pour effet de rendre plus rares les déchets. Cette activité s'est structurée sur une ressource abondante et délaissée. L'organisation des biffins dans sa dimension collective amène à dépasser une vision des déchets comme une addition de biens individuels en les voyant comme un tout, une ressource globale. Les récupérateurs français ne considèrent pas l'ensemble de la ressource comme leur propriété individuelle, ils la partagent dans la pratique en essayant d'en « laisser pour les autres »¹⁶⁹ pendant la collecte, en faisant une place pour tous sur les espaces de vente. Ils paraissent construire un ensemble de pratiques coordonnées autour de la gestion de cette ressource au niveau territorial. Ainsi, ils réalisent un pas de côté par rapport à la propriété individuelle privée en se définissant comme propriétaires d'un déchet par l'action qu'ils exercent dessus sous la forme d'un « faisceau de droits » (Orsi, 2014). C'est par l'acte de récupération, le plus souvent accompagné d'une transformation qu'ils se définissent comme propriétaires du bien et donc autorisés à en tirer un bénéfice en fonction de règles construites collectivement sur leurs espaces communs. En cela, ils s'approchent d'une gestion de la ressource en tant que bien commun, ciment de leur communauté.

Le champ de l'économie entre en concurrence avec les biffins, sous la forme d'une économie sociale et solidaire parfois appropriée par des grandes entreprises. A partir de l'augmentation de la préoccupation pour les problématiques environnementales, de la remise en cause de l'impact environnemental du mode de consommation linéaire de nos sociétés "produire, consommer, jeter", le plaidoyer sur l'importance du réemploi et du recyclage s'est développé. Les entreprises œuvrant dans ce secteur en France se sont donc multipliées sous la forme de filières de recyclage. Le bénéfice économique de l'activité n'est pas mis en avant mais plutôt sa fonction sociale. Cependant, la prédominance de cet objectif peut être questionné lorsque l'on observe le parcours des déchets dans le cadre de ces filières. Pour exemple, lors d'une rencontre organisée par l'ORDIF, une filière de recyclage textile précise qu'elle respecte le droit du travail sur tout le parcours du déchet en France, cependant, les textiles n'ayant pas trouvé acheteurs en France sont exportés, notamment en Afrique. A partir de cet envoi, la filière précise que les contrôles ne sont plus effectués et que la filière n'est plus responsable du devenir

¹⁶⁹ Expression utilisée par un biffin.

des produits. Nous pouvons nous questionner sur l'impact environnemental de l'envoi par cargo de tonnes de textiles.

Jérémy Cavé (2016), s'intéressant à ce champ économique dans les pays du Sud montre le développement des tensions entre les acteurs de la récupération populaire et les entreprises de recyclage dont le nombre et le champ commercial se développe face à la raréfaction des ressources. Si son analyse ne concerne pas la France, nous constatons que ce marché est internationalisé et que les acteurs économiques œuvrant en France sont pris dans ses enjeux. Le flou du fonctionnement de ce marché est dénoncé par certains biffins : « les collecteurs actuels sont en situation de monopole, l'état et les éco-organismes prennent de l'argent là-dessus, sans qu'aucune traçabilité ne soit demandée. ». Les récupérateurs expriment des inquiétudes sur la fragilité de leur modèle économique notamment dans l'accès à la ressource dans un contexte paradoxal car valorisant l'activité mais bénéficiant à d'autres acteurs.

Conclusion de la monographie sur les biffins d'Ile de France

Cette monographie permet de voir que les biffins d'Ile de France s'organisent dans une communauté aux multiples visages. Le vécu d'une stigmatisation et répression historique les a menés à développer des stratégies d'adaptation entre massification et discrétion. Cette histoire leur donne des leviers de valorisation de leur activité par leur rôle et ancrage historique sur le territoire parisien notamment dans le cadre de la création des Puces. Présenté comme un moment de victoire, ces Puces peuvent aussi être pensées comme des marqueurs de la perpétuelle lutte territoriale des biffins qui montre, sur du long terme, une dynamique continue de limitation des espaces de vente et de collecte. Ainsi, l'alternative qu'ils organisent devient une part de plus en plus incongrue de notre société. Pourtant utiles en temps de publicisation sur les problématiques d'environnement, de réchauffement climatique, leur utilité sociale n'est pas reconnue si l'on prend comme indicateur l'adaptation des espaces de travail autorisés aux besoins des biffins.

Ayant du mal à être normalisés, la case qui leur est souvent octroyée est celle de la précarité. Ainsi, quelques projets politiques ou associatifs s'évertuent à vouloir les insérer pour régler le problème de la biffe en leur permettant l'accès à d'autres ressources et la possibilité d'arrêter cette activité. Pourtant, l'enquête de terrain rend visible des acteurs en pleine possession de savoirs collectifs, de pratiques partagées allant au-delà d'une problématique de précarité économique. En effet, la communauté peut être vécue comme une famille, un espace

ressource d'entraide, de solidarité, permettant, qui plus est, de subvenir à ses besoins minimums tout en réalisant une activité bénéfique pour la nature et la société.

Cette monographie met en perspective des points de vue et souligne la curiosité d'un système marginalisant une activité historique, ancrée dans la culture des puces du territoire parisien, structurée par une communauté organisée. L'enquête a montré que les biffins s'insèrent dans le tissu social de leur lieu d'activité. Ainsi, elle ne se limite pas aux récupérateurs mais concerne un ensemble d'acteurs locaux, commerçants ou riverains. Les conflits d'usages de l'espace public sont présents. Nous avons vu, par exemple, les tensions que génèrent le marché non autorisé et sa répression à proximité de la Porte de Montreuil. En effet, la répression est organisée pour assurer une tranquillité de l'espace public qui finit par être à tous en le rendant inaccessible par l'installation de barrières. Les biffins montrent que ces conflits d'usages sont parfois renforcés par leur marginalisation qui les positionne entre la vulnérabilité et l'illégalité notamment lorsque la répression les pousse à fuir rapidement, abandonnant leurs produits et renforçant la critique d'une pratique économique sale. Pourtant, les espaces biffins semblent répondre aux attentes de ce que le propre travail social appelle insertion, par des espaces de travail, de lien social et de participation politique. Cette dernière dimension se réalise en Ile de France de manière multiple par les trois collectifs existants ainsi que par les amis de ces collectifs, en résistance à un processus d'inexistence qui traverse et conditionne cette communauté.

B. Les récupérateurs brésiliens : la construction d'une identité collective au service d'un pouvoir populaire

"Ici c'est à nous, vraiment ! Ici c'est à nous ! "

Membre de la Coopersoli

"Ce sont des histoires de récupérateurs qui commencent tous petits, mais la lutte est grande"

Membre fondatrice d'Acamares

Le Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables au Brésil est un mouvement social dont l'échelle semble pertinente pour cette monographie car il constitue une unité d'identité et de pratiques autour de l'activité de récupération-revente de matériaux. Le mouvement existe aujourd'hui à l'échelle du Brésil. Il a cependant commencé dans le Minas Gerais, et plus précisément dans la ville Belo Horizonte et c'est aussi l'espace privilégié pour le terrain de la recherche. Les observations ont pu être faites à partir de 2 coopératives de cette région ainsi qu'à partir d'échanges avec les structures soutien du mouvement. Je-propose donc de suivre le fil de ces observations qui se sont structurées à partir d'une première rencontre en 2016 à Montreuil, en présence des biffins d'Ile de France. Si les trois monographies sont réalisées de manière indépendante, les terrains de la recherche se croisent par les liens entre les membres de chaque collectif. La communauté de pratique est délimitée par une identité revendiquée, qui semble aussi appartenir à un réseau d'acteurs qui se déploie en fonction de la thématique de récupération-revente de matériaux.

En suivant la grille d'analyse commune aux monographies de cette recherche, nous explorerons la mémoire des récupérateurs-revendeurs qui raconte le passage d'une pauvreté absolue à l'organisation collective. Nous verrons ensuite comment les acteurs s'organisent pour permettre à leur objectif de protagonisme populaire d'exister. Le territoire sera une dimension prise en compte dans ce processus de l'exclusion à l'inclusion, qui transforme les hommes en les valorisant. Pour finir, nous analyserons les points de tension qui se dessinent dans la construction d'une économie que les acteurs nomment « de la vie ».

I. La mémoire d'un passage de la pauvreté absolue à l'organisation collective

Tout comme pour la communauté biffine, le MNCR s'est constitué à partir des discriminations, violences et stigmatisations vécues par les récupérateurs de rue en lien avec leur objet de travail, le déchet, mais aussi avec la structuration de leur activité qui se réalise historiquement en majorité dans l'espace public. La mémoire racontée de la genèse de ce mouvement ancre sa structuration dans ce vécu d'une "pauvreté absolue" (Oliveira Freitas, 2005) aujourd'hui organisé pour défendre les droits des récupérateurs populaires dont le statut social se confondait initialement avec les populations faisant la mendicité.

1. Invisibilisation d'un métier par sa proximité avec l'activité de mendicité

Oliveira Freitas (2005) a réalisé une étude socio-historique des récupérateurs de matériaux recyclables de Belo Horizonte à partir des membres de l'association Asmare, fondatrice du mouvement dans la ville de Belo Horizonte (état du Minas Gerais). Par les entretiens qu'elle a réalisés, elle analyse leur situation antérieure à la création de l'association comme relevant d'une « pauvreté absolue » de par les conditions de vie extrêmes, la stigmatisation des récupérateurs et la répression de leur activité. Cette analyse rejoint le discours d'un des fondateurs du mouvement qui explique le stigmate vécu par les récupérateurs de rue avant la création de cette même association et sur le territoire de Belo Horizonte, dans les années 80. Il fait le lien avec leur objet de travail :

"J'ai l'habitude de dire qu'à cette époque, je vivais dans les poubelles, j'habitais dans les poubelles et j'étais traité comme une poubelle. (...) Donc nous étions très liés aux déchets. Dans la conception ici, au Brésil, il y a l'idée que le déchet ne vaut rien. Donc il y avait une aversion envers le récupérateur de déchets. Nous étions appelés récupérateurs de déchets. On ne nous appelait pas récupérateurs de matériaux recyclables. Et donc les gens utilisaient cette expression de récupérateurs de déchets."

Nous retrouvons la disqualification par une proximité des individus avec ce que notre société rejette, ses déchets. Lhuillier et Cochin (1999) montrent la persistance de ce lien entre vagabondage et ordure dans un lien qui signe dans certaines politiques la nécessité d'une purge envers ce qui menace : « Les mendiants, les pauvres, les infirmes sont convoqués au balayage des rues, les forçats entravés se voient attribuer la mission de purification de la ville. Ces dispositions signalent la persistance du principe de l'épurement, la survivance des purges

anciennes mues par la crainte des déchets qui menacent le corps physique et le corps social de quelque inexorable décomposition » (Lhuillier, Cochin, 1999, p. 144-145). Les récupérateurs brésiliens constatent ce lien entre leur objet de travail et leur condition sociale défavorisée : « Nous étions vus avec un imaginaire, avec une perception pleine de préjugés. Il y a beaucoup de préjugés sur le bas de la société ».

Les témoignages permettent à Oliveira Freitas de souligner que, par leurs conditions de vie, ce groupe est largement confondu avec la population de rue pratiquant la mendicité. Elle l'explique par l'organisation de l'activité à cette époque. En effet, la récupération de rue ne donnait souvent pas des revenus suffisants pour que les personnes puissent se loger ou louer un box pour stocker leurs matériaux. Ainsi, ils devaient dormir sur place pour les surveiller. Ils vivaient donc dans la rue, dans les mêmes espaces que les personnes exerçant la mendicité. Ainsi, la stigmatisation s'accompagne de conditions de vie extrêmes en termes de confort normalisé et de dignité. Cela est rappelé par une des membres de la commission pastorale de la rue ayant aidé le mouvement à se structurer. Elle se souvient que :

« La majorité [des récupérateurs] vivait dans la rue. Quand nous avons commencé le travail avec eux. Il y avait une occupation de plus de 70 baraques pour travailler. Ils avaient déjà une organisation. Un partait travailler, l'autre restait pour faire à manger, l'autre pour aller chercher de l'eau. Nous avons identifié que les personnes vivaient pratiquement là. Quelques-uns avaient une maison mais ils avaient des difficultés pour laisser le matériel, ils ne pouvaient pas rentrer chez eux car c'était trop cher. Les conditions étaient très précaires ; certains n'avaient rien. ».

Ainsi, les acteurs ayant structuré le mouvement se souviennent de cette condition initiale disqualifiée par les propres conditions de vie mais aussi d'une manière symbolique par une criminalisation des personnes qui invisibilise leur activité. La mémoire de cette exclusion se construit à partir de la mémoire d'une pauvreté mais aussi de son rejet par les agents de gestion publiques et la société civile.

2. Une exclusion mise en actes

La mémoire des récupérateurs brésiliens est marquée par le problème de leur statut initial au travers de la description des violences quotidiennes qu'ils ont subies. Elles prennent la forme de violences policières et populaires et, ainsi, donnent tout son contenu au concept d'exclusion auquel ils se réfèrent :

« Le matin la mairie nous jetait de l'eau parce que nous étions en train de dormir là. Ils prenaient tout ce que nous avions dans le camion et le jetait à la décharge. Les personnes qui passaient la nuit-là, les jeunes... Quand nous faisons le tri du matériel, souvent, ces jeunes, ils y mettaient le feu »

Cette mémoire des violences vécues souligne qu'elle relève des pouvoirs publics, désignés sous l'appellation générique "la mairie". La société civile est aussi associée à ces actes en tant que "personnes qui passaient la nuit, les jeunes". La précarité des conditions de vie initiales est donc pensée au prisme d'une exclusion qui se traduit par des actes visant à tenter d'éliminer les acteurs du paysage urbain. Elle est remise en mots sous la forme d'une disqualification sociale en tant qu'assignation à vivre à la marge de la société : « Nous nous sentions exclus, que ce soit du marché du travail ou de la société. »

3. Une exclusion mise en images : "l'Homme au sac"

Un des membres ayant structuré le mouvement relie cette disqualification à la légende populaire de "l'Homme au sac", image symbolique d'une diabolisation du récupérateur. Il s'agit de l'histoire d'un homme, déambulant dans les rues avec un grand sac capturant les enfants et les mettant dans son sac. Cette histoire est racontée aux enfants pour leur faire peur, les inciter à rester à la maison, sinon "l'Homme au sac" va les attraper :

« Nous étions vus comme l'homme au sac. L'Homme au sac ici est un *lixeiro*¹⁷⁰ ... les parents parlaient ainsi aux enfants : « Oh ! il y a l'Homme au sac qui arrive. Cela faisait peur aux enfants qui étaient là. Donc, nous étions vus comme des monstres et nous étions traités comme des déchets. »

La mémoire de ce lien entre cette image populaire et le récupérateur est aussi racontée par la fondatrice de l'association Acamares et par une des membres de la Coopersoli car elles ont été confrontées à cette diabolisation alors qu'elles faisaient de la récupération dans la rue. Nous pouvons prendre pour exemple cet extrait d'entretien :

« C : Donc il existe toujours l'homme au sac... !

DA : C'était moi. Elle a dit cela à ses petites filles à propos de moi. Sauf que la petite est venue près de moi avec sa grand-mère et elle disait... J'ai peur, j'ai peur... et j'ai eu peur. Attends un peu, cette petite a peur de moi. Je l'ai attrapé et je lui ai dit : "cette petite dit

¹⁷⁰ Traduction : éboueur, terme fortement connoté car il associe la personne à l'objet de travail, les déchets.

qu'elle a peur, elle a peur... Mais de quoi ? Elle m'a répondu... Non, c'est nous qui lui avons fait peur avec l'histoire de l'homme au sac qui viendrait l'attraper. Ah, Je suis devenue un déchet ! Et là, j'ai perdu mon calme... Une enfant ! C'est une chose qui donne un traumatisme à un enfant »

Cette mémoire expérientielle n'est pas partagée par tous. Certains membres des coopératives connaissent l'histoire et son lien avec le récupérateur mais n'y ont jamais été confrontés directement. D'autres connaissent la légende sans évoquer le lien avec le récupérateur et certains ne connaissent pas la légende. Ce lien entre *Homme au sac* et récupérateur est d'ailleurs repris au niveau médiatique avec un documentaire sur les récupérateurs brésiliens reprenant cette image dans son titre¹⁷¹. L'on retrouve ce lien sur certains sites internet¹⁷². Pourtant, la mémoire semble ici se distinguer de l'histoire qui lie "l'Homme au sac" au "Papa-Figo" (Freyre, 2003 ; Cascudo, 1954) légende sur un homme monstrueux, noir, avec un grand sac, qui capture les enfants pour manger leur foie et qui serait en fait un lépreux cherchant à se soigner de sa lèpre (Freyre, 1955 ; Cascudo, 2012). Cependant, elle illustre l'ancrage mémoriel et expérientiel du mouvement dans la disqualification sociale allant jusqu'à une forme de mythification populaire.

4. Passage de l'individu exclus au groupe professionnel en lutte politique

La mémoire des récupérateurs positionne la Commission Pastorale de la Rue de Belo Horizonte, en tant que communauté ecclésiastique de base liée aux populations de rue comme un acteur majeur dans la constitution du MNCR à partir de la philosophie de la théologie de la libération. Cette philosophie est présentée par un des fondateurs du mouvement comme la base de la construction idéologique du mouvement :

« Dès le début, nous avons une question plus mystique que nous développons, ce n'était pas seulement basiquement la question économique. C'est la question de se préoccuper de l'autre, de l'être humain, de la structure du pouvoir qui est racontée ici, pour contrer le capitalisme. Donc nous avons toujours été préparés pour ça. Nous avons une préparation

¹⁷¹ Documentaire indépendant sur les récupérateurs brésiliens produit sans financement par Rafael Halpern, Felipe Kfourie et Carol Wachockier, ayant gagné plusieurs prix dans les festivals : Mostra Ecofalante (Brésil, SP - 2015), Ekofilm (République Tchèque - 2016), EkotopFilm (République Tchèque - 2016), Filmambiente (Brésil, RJ - 2016), Planeta.doc (Brésil, SC - 2016), Cultura, Arte e Poder (Brésil, MG - 2017) ; accessible gratuitement sur : <https://www.facebook.com/ohomemdosacoofilme/>

¹⁷² <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/blog/curiosidades/6-lendas-urbanas-do-brasil/>
<https://kawaii.com.br/index.php/2017/09/12/o-homem-do-saco/>

venant de l'église (...) Ça a été la Théologie de la Libération. Nous avons bien incorporé cela. »

Un entretien avec une des membres de cette Commission ayant participé activement au travail avec les récupérateurs évoque les dynamiques clés de ce travail réalisé avec une population en situation de « pauvreté absolue ». Dans un contexte d'assimilation des récupérateurs aux populations de la rue, elle exprime l'importance de la philosophie de la théologie de la libération pour sortir d'une vision individualisée des personnes et repérer le groupe social professionnel aujourd'hui constitué autour du MNCR à partir de la création de la première association de l'état, Asmare. Elle affirme ainsi ses liens avec la théologie de la libération :

« Je fais partie de cette histoire de recherche pour la justice, de s'approcher des pauvres. Inquiète pour la justice sociale, je suis venue et j'ai assumé un engagement religieux dans ce sens. Je suis venue pour cela. J'ai travaillé dans une institution qui travaillait beaucoup avec les pauvres en rupture avec la logique d'assistance, dans l'idée de créer une relation plus fraternelle. Quand j'ai commencé, avec l'Église, il y avait des discussions préférentielles pour les pauvres qui se sont développées en Amérique latine. C'est la théologie de la libération qui parle de ça. On a choisi les communautés ecclésiastiques de base pour faire ce travail. Ils ont amené une nouvelle analyse de la bible à partir d'une analyse de la réalité et une contextualisation de cette situation. »

Dans ce processus, l'idée est de réaliser un travail d'accompagnement des populations pour « changer la logique »¹⁷³ car « Ce sont eux qui sont les protagonistes de ce processus. »¹⁷⁴. Se donnant pour référence l'associativisme coopératif de Basaglia (2012), en rupture avec l'assistencialisme, un processus de fermeture des églises et de construction d'une convivialité au quotidien est décrit :

« Nous étions avec la population de rue, les récupérateurs. Nous connaissions ce groupe. A São Paulo, on se questionnait beaucoup. (...) Comment travailler pour créer des groupes avec les populations, pour travailler avec eux, les créer comme des sujets, des protagonistes d'une histoire, avec les droits institutionnels qu'ils avaient, en rupture avec cette logique d'assistance ? On a commencé en 1977, 1978, nous avons lancé un processus, nous avons fermé l'Institution et tous ceux qui sont restés sont allés dans la rue pour commencer un travail de création des communautés avec la population. Et, connaissant la population de

¹⁷³ Membre de la Commission Pastorale de la Rue de Belo Horizonte.

¹⁷⁴ Membre de la Commission Pastorale de la Rue de Belo Horizonte.

plus près et pour la connaître comme des sujets. Ce sont nous qui sommes allés vivre dans la rue sans emmener rien du tout... Travailler à partir d'une autre logique.»

Cette approche permet, dans la mémoire d'une des personnes ayant contribué à la constitution du mouvement social, de les considérer comme un collectif et non de manière individuelle comme fait dans la logique assistencialiste :

"Normalement, vous voyez la population de rue de manière très individualisée, c'est un plus un plus un... les assistantes sociales font ça... Je ne sais pas pour les éducateurs. Les assistantes sociales regardent chaque cas ; nous avons dit non. C'est le peuple de Dieu qui est là. Ils sont des milliers qui sont dans cette situation et ils doivent se voir comme un peuple, une quantité."¹⁷⁵.

Ainsi, le groupe des récupérateurs est identifié dans la variété des populations de la rue en fonction de leur activité et identité :

"Nous avons toujours considéré que les récupérateurs étaient un groupe de la population de rue. Un de ses groupes parce que la rue est très hétérogène. Parce que la rue accueille tout le monde, prison, fous, femmes violences domestiques, sans logement, problème de drogue, prostitution. Tout finit dans la rue. On est pour le peuple de la rue. Le récupérateur a une identité liée au travail et il a une organisation au quotidien il a une routine. Il s'identifie. (...) 43 % des gens à la rue se considèrent comme des récupérateurs même s'ils ne sont pas professionnels."¹⁷⁶.

Pour la personne ayant accompagné les premiers récupérateurs à s'organiser indique que cette identité était repérable et constitutive d'une communauté :

« Quand nous sommes arrivés à Belo Horizonte, il y avait un groupe [Asmare] qui avait une identité de travail, qui était dans la rue, qui se mélangeait aux gens de la rue. Mais avec une identité très forte liée au travail. Il y avait des groupes qui réunissait 30 ou 40 familles. Ils avaient un genre d'organisation de clan. »

Le travail est raconté comme réalisé à partir d'un processus de discussions collectives sur la réalité du groupe existant, ses besoins, ses demandes qui a donné lieu à l'idée de se structurer collectivement pour réagir contre les opérations de nettoyage mises en place par le maire de l'époque. Dans le récit, nous voyons que la membre de la commission pastorale de la rue se met en retrait par rapport à cette organisation collective :

¹⁷⁵ Membre de la Commission Pastorale de la Rue de Belo Horizonte.

¹⁷⁶ Membre de la Commission Pastorale de la Rue de Belo Horizonte.

« On a discuté d'abord des demandes, des problèmes qu'ils avaient. La première demande était le maire qui voulait laver la ville. Il avait un slogan, ils prenaient les chariots des récupérateurs, ils étaient dans une situation dure. Cela est comme ça jusqu'à aujourd'hui. Les récupérateurs ont ramené ces problèmes et là, a commencé le processus d'organisation pour se défendre de cette situation de nettoyage public. Et en même temps, a commencé à se créer une organisation car ils avaient une communauté, ils avaient des chariots... donc... Comment faire avec tous ces chariots ? Ils ont commencé à travailler ensemble. Et là, arrive l'idée de former une association, de s'organiser. La nécessité de s'organiser pour pouvoir affronter. Nous pouvions être un appui pour chercher des alternatives, aider dans le processus mais ceux qui peuvent faire la lutte, c'est seulement vous. »

Ainsi, les premières démarches se construisent pour répondre aux besoins matériels des récupérateurs. Une discussion se tiendra sur le type d'actions à mener, politiques ou économiques ? Pour cela, les syndicats ont été invités mais n'ont pas donné suite en raison de la force du regard sur la désorganisation des récupérateurs de rue :

"Nous avons discuté dans le début si ce serait une discussion plus politique de type syndicat. Ça a été un processus. Pour les syndicats de travailleurs c'était aussi méconnu et ils pensaient que cette population ne s'organiserait jamais. Ils les appelaient les lumpens, qui ne vont pas s'organiser. »

Ce qui a fait écho chez les récupérateurs est la question économique, au-delà de la question de leurs modalités d'organisation :

« La question économique répondait mieux à la demande immédiate des récupérateurs, cette discussion politique est importante mais dans la mesure où vous dites 'nous allons réunir le matériel, nous allons vendre mieux', c'est plus direct, plus rapide... dans laquelle une personne peut entrer plus rapidement et mieux comprendre. L'idée de créer une association, une coopérative était plus viable, elle était plus facile pour eux, pour faire un processus. »

Pourtant, notre témoin indique qu'elle comprend ce début comme une lutte politique même si elle est articulée avec une lutte économique :

« Vous organisez économiquement les personnes mais la lutte est politique ! (..) Parce qu'ils étaient complètement dispersés, ils sont retournés dans le même local pour le réoccuper mais déjà d'une manière plus organisée. En se disant qu'ils ne vont pas en sortir et ils n'en sont pas sortis. Par exemple, ils n'avaient pas d'eau. La 1ère lutte a été de demander un mur. La mairie a envoyé le matériel et ils l'ont fait. Ensuite ça a été pour

l'eau. Chacun continuait à travailler pour soit mais la lutte était politique. Là a commencé l'association plus politique. (...) Tout a été ainsi, tout a été une lutte politique. »

Dans cette articulation entre économique et politique, l'identité de travailleur est présentée comme centrale. Elle a permis au groupe de se constituer en tant qu'acteur économique et politique :

« Quand nous avons commencé à faire des assemblées les propres récupérateurs ne pensaient pas qu'ils faisaient un travail, parce qu'ils n'avaient jamais eu de reconnaissance. Celui qui achetait leur matériel était la personne de la poste, souvent en échange d'alcool ou de drogue. Quand ils ont commencé à percevoir qu'ils avaient de la force, qu'ils étaient des travailleurs... Qu'ils travaillaient 24h par jour... ils ont un parcours quotidien pour la récupération... Cela veut dire que tu es en train de travailler et tu travailles pour qui ? Il y a un bénéfice ? C'est de la matière première pour l'industrie. Qu'ils se reconnaissent comme des travailleurs a été la première étape. »

À partir de ce processus, la coopérative Asmare est constituée le 1^{er} mai 1990 et le MNCR émergera en 1999 lors de la première rencontre nationale des récupérateurs. Il est officiellement fondé en 2001. Cette mémoire racontée des premiers pas de ce mouvement social par une de ses actrices restitue une dynamique d'accompagnement à l'organisation collective à partir d'un pari, mais surtout d'une « option préférentielle pour les pauvres¹⁷⁷ » liée à la théologie de la libération se traduisant par une foi pouvant paraître inébranlable pour construire un chemin avec des acteurs assignés de manière systémique à la marginalisation. Sur ce chemin, « La grande différence est de faire ce passage dans l'identité de la personne. Être quelqu'un de réprimé qui veut être reconnu socialement et qui est fier d'être récupérateur. ».

5. De la lutte des récupérateurs de rue à la lutte des chômeurs

Cette ouverture permise par une expérience pratique de la théologie de la libération et son appropriation par les récupérateurs a ouvert un deuxième pan de l'histoire de ce mouvement. En effet, la mémoire du parcours montre qu'à partir du travail des membres d'Asmare et des luttes du mouvement, une reconnaissance sociale s'est constituée, ouvrant la porte à de nouveaux acteurs : les chômeurs ; mais aussi à de nouvelles aides publiques dans l'incitation à la construction de coopératives de récupération des matériaux appuyées par l'état. C'est dans ce

¹⁷⁷ Expression consacrée par la théologie de la libération pour signifier la force de leur engagement auprès des personnes les plus démunies.

deuxième pan d'histoire que deux terrains de cette recherche s'inscrivent : Coopersoli et Acamares.

Ces deux coopératives ont été créées indépendamment du MNCR et l'ont rejoint par la suite. Cependant, elles s'inscrivent toutes deux dans un mouvement qui s'institue à partir d'initiatives de la population locale articulées avec l'incitation des pouvoirs publics. Le récit de l'histoire de la constitution de la Coopersoli fait par une des membres fondatrices se focalise sur le processus de constitution économique de l'activité à partir de cette proposition faite par une de ses amies de trouver un moyen de création d'un revenu. Le groupe s'est constitué tout d'abord dans une dynamique locale à partir de l'initiative d'une femme qui a mobilisé les femmes sans emploi de son réseau amical et de voisinage pour trouver des sources de revenus. Les membres fondatrices de la coopérative font toutes référence à ce début lié à une amitié qui naît dans le cadre d'une autre lutte antérieure pour une habitation. Pour la grande majorité d'entre elles, elles habitent dans la résidence Conquista da Uniao du quartier d'Itaipu dans la banlieue de Belo Horizonte. Cette résidence est née d'une lutte sociale durant 9 années pour avoir une habitation dans le cadre de la politique de construction de logements de la ville appelée « Orçamento Participativo de Habitacao¹⁷⁸ » débutée en 1989. En 1999, les logements sont livrés par la mairie avec un financement permettant aux futurs habitants de devenir propriétaires pour un tarif modéré. C'est dans le cadre de ce mouvement que les discussions sur la création d'un revenu débutent. Leur premier local sera sur ce terrain vague, à côté des logements :



Figure 58 : Terrain vague sur lequel est situé le premier local du groupe de femmes ayant ouvert la Coopersoli. Source : photo de l'auteure.

¹⁷⁸ Traduction de l'auteure : financement participatif pour une habitation.

Dans ce récit, on perçoit le tâtonnement des actrices autour de la récupération. Elles débutent leur organisation de manière indépendante par la récupération de plastique pour la fabrication de balais. Cependant, elles sont confrontées au problème du peu de bénéfices générés par cette vente :

« Et un jour, Renata est venue me voir et elle m'a dit qu'ils avaient une idée de faire quelque chose pour essayer de travailler... Elle est allée voir... Ils ont décidé de commencer en collectant le PET¹⁷⁹. Seulement le PET. On le lavait et on le coupait pour faire des balais, pour les vendre. Donc nous avons commencé là. On collectait dans la rue le PET. On l'emmenait dans un hangar qu'il y avait dans la résidence. On le mettait là, les femmes venaient là, on le lavait, on le coupait avec des ciseaux et on le vendait à un magasin. La première fois, ça nous a fait gagner 5 réais pour chacune d'entre nous. Donc beaucoup de femmes se sont désistées. Elles n'ont pas voulu rester et nous avons continué. Et après nous avons fait... comme les bouteilles étaient là, nous avons utilisé les bouteilles pour faire du détergent, du désinfectant pour le vendre. Nous sommes allées le vendre et nous n'avons rien gagné. »

La continuité de ce collectif va se construire grâce aux liens tissés avec la mairie dans le cadre du mouvement pour une habitation. C'est par la même dame que le groupe apprend l'intention de la mairie de créer un hangar de recyclage pour des femmes chômeuses avec enfants habitant la ville. Par cette proposition, le collectif se reconstitue avec aussi de nouveaux membres :

« Renata comme elle faisait déjà partie du "mouvement sans maison", elle avait déjà des contacts avec des personnes de la mairie... Ils lui ont raconté qu'ils avaient l'intention de monter un hangar pour faire du recyclage... Que ce hangar ne serait pas ici, il serait à Columbiaria... Renata est partie en se disant qu'elle était intéressée. Elle est venue à ma porte en me disant 'Rosa, ils pensent à monter un hangar de recyclage, est-ce que ça t'intéresse ? On y va ? On va voir ! »

Par cette participation, le collectif arrive à obtenir une adaptation du projet à leur réalité avec un hangar plus proche de leur quartier : « Et c'est comme ça qu'on a réussi à faire que le hangar soit ici, pas à Columbiara mais dans le quartier de Jatoba 4. Et nous sommes venues ici. ». L'appui matériel de la mairie restera présent que ce soit par le don de matériels au début de l'expérience mais aussi par le financement du hangar et de certaines charges, 22 ans après

¹⁷⁹ PET : Polytéréphtalate d'éthylène, sorte de plastique pétrosourcé.

l'ouverture de l'espace. Cependant, la direction du projet a été mise entre les mains des femmes, formées au coopérativisme avant de débiter, elles vont créer officiellement la coopérative deux ans après avoir commencé à travailler, en 2003. Le lien avec le MNCR va se construire par la suite et il n'est pas raconté comme une évidence dans les premiers moments :

« S : Et après il y a eu le mouvement, parce que la Coopersoli s'est aussi affiliée avec le mouvement.

C : *Parce qu'au début vous n'étiez pas avec le mouvement ?*

S : Non.

C : *Comment s'est passé ce lien avec le mouvement ?*

S : Jusqu'à ce que nous fassions la preuve que nous étions une coopérative de récupérateurs... Parce que cette discussion a été bien difficile au début... Parce que le mouvement pensait que les coopératives c'était juste les récupérateurs qui avaient ce chariot dans la rue. Et alors que pour nous, c'était vraiment une opportunité de travail. Nous voulions un travail, la création d'un revenu, une affaire dans laquelle nous croyions. Donc cette discussion... Mais je pense que, pour tout, il faut qu'il y ait des discussions. Nous devons avoir vraiment cette construction parce qu'aujourd'hui nous nous considérons comme le mouvement. Je pense qu'il fallait qu'il y ait ce processus amoureux vraiment... Parce qu'au début, il faut se faire des signes, tomber amoureux, se marier... Et maintenant nous sommes mariés... Donc la conversation est différente. Donc il faut qu'il y ait vraiment ça... Il faut qu'il y ait ce chemin. »

Ce récit illustre la mémoire de cette articulation entre deux moments de l'histoire du MNCR qui débute dans une mobilisation forte des récupérateurs de rue avec l'appui de la Commission Pastorale de la Rue, dans le courant de la théologie de la libération. Ce premier mouvement mène à la création de la première association de récupérateurs du Minas Gerais en 1990, qui est aussi la deuxième coopérative du Brésil¹⁸⁰. Il se base sur un processus de politisation des récupérateurs de rue menant à une reconnaissance sociale locale de leur travail qui montre la capacité concrète de ces acteurs à s'organiser économiquement, socialement et politiquement, comme l'expliquent un des fondateurs du mouvement et une des membres de la Commission Pastorale de la Rue :

« Avec le chômage, beaucoup de personnes se sont mises à faire de la récupération parce que nous avons institué une valeur au recyclage. Tout le monde a vu qu'il était possible de vivre de la récupération. Les chômeurs aussi se sont mis à récupérer. »

¹⁸⁰ La première coopérative de récupération de matériaux recyclables a été créée à Sao Paulo.

« Peur ? Non. C'était très étrange que la population de rue s'organise, personne n'y croyait. Nous avons fait tout un travail de valorisation du travail de récupération par l'art, dans des magasins. Tout cela a fait qu'ils ont été très reconnus dans la ville. Connus parce qu'ils recyclaient, ils faisaient du bien à l'environnement. (...) Les chômeurs ont commencé à reconnaître que la récupération est un travail qui amène un gain, que ce n'est plus un travail indigne, mais un travail qui fait sens, qui a une reconnaissance. Donc les gens commencent à le faire. Quand c'était un métier de dernière catégorie, les gens avaient honte de le faire. Dans la mesure où ils commencent à grandir socialement, à avoir une reconnaissance, tous commencent à s'approcher et n'ont plus honte d'être des récupérateurs, ils ont même une fierté à l'être. »

Héritière de ce processus, la Coopersoli est un marqueur des conquêtes du MNCR en termes de reconnaissance sociale et dans l'appui qu'il a pu gagner pour les récupérateurs par les instances de gestion publique et certains partis politiques. Ainsi, il est souvent dit que le gouvernement Lula a largement appuyé par ses politiques la création de coopératives. Au tout début de son premier mandat, en 2003, les membres du mouvement se souviennent que le MNCR a été le premier mouvement social invité par le président.

Pour les récupérateurs brésiliens rencontrés dans le cadre de cette recherche doctorale, membres du MNCR et des coopératives, la disqualification sociale liée au travail du déchet semble être racontée au passé. Dans les récits de leur histoire, elle est fondatrice en tant que point de départ de leur lutte. Ces récits dessinent la genèse de ce mouvement dans un processus qui a permis un retournement du stigmate lié à leur activité et à leur situation sociale en montrant l'importance de l'articulation entre une lutte économique, politique et sociale.

II. Organiser l'engagement

Ancrés dans la théologie de la libération, les membres fondateurs de ce mouvement ont tout d'abord commencé leur organisation collective par la construction d'un outil économique : l'association Asmare. Ils ont, en parallèle, développé des outils pour une action politique. Ainsi, cette articulation se retrouve aujourd'hui présente dans leur organisation. Pour se faire, ils se fondent sur un des piliers de la théologie de la libération : l'importance de la multiplication par l'inclusion. Ce courant théologique engagé auprès des plus démunis amène aussi la discussion du modèle économique en tant que source des inégalités et réfléchit à des alternatives solidaires, auto-gérées (Souza, 2013). Elle entre en convergence avec l'apparition de l'expression « économie solidaire » en tant que possibilité d'une économie alternative réarticulant action

sociale et vie économique, dans une remise en cause du modèle capitaliste (Gaiger, 2008 ; Andrade, 2017). La mobilisation de nombreux acteurs autour de cette proposition mène à l'envisager sous la forme de la création d'un mouvement social (Veronese, Gaiger, Vieira, 2017). L'organisation des acteurs de la récupération rencontrés dans cette recherche se situent donc à la croisée de ces influences tout en y amenant leur propre engagement.

1. Des multiplicateurs de l'inclusion sociale

Dans ce processus, les membres fondateurs du mouvement relient le souci qu'ils ont eu de faire connaître leurs expériences à leur formation initiale par les membres de la Commission Pastorale de la Rue. Ils entendent ce partage de leur expérience comme un levier pour avancer eux-mêmes en tant que mouvement. À partir de leur propre processus de résistance, ils se donnent pour objectif d'ouvrir des espaces pour inclure le plus de personnes possibles dans le mouvement qu'ils construisent :

« Nous sommes passés par un processus très pesant. Parce que c'est une histoire de résistance vraiment. Nous avons réussi à faire des conquêtes. Nous allons passer ce que nous avons appris comme valeurs aux autres. Donc, je suis devenu sans problème un passeur, un multiplicateur de la théologie de la libération. J'ai l'engagement de passer cela aux autres et les autres vont le passer. Sinon nous n'allons pas réussir à avancer. Donc nous avons compris que plus nous avons de personnes dans les coopératives, meilleur c'est pour nous. »

Ce modèle est pensé à partir de leur propre exclusion initiale qui continue aujourd'hui encore pour les personnes qui cherchent à entrer dans les coopératives : « Au premier niveau, c'était les exclus, les chômeurs, les homosexuels qui n'étaient pas acceptés... les drogués... Nous sommes les exclus. Les groupes qui cherchent les coopératives sont les exclus. ». Les limites de cette exclusion sont définies par les membres du mouvement à partir de l'activité de la récupération en tant que point commun qui les lie aux personnes de la rue : « aujourd'hui tout le public qui vit dans la rue, pour la majeure partie, la seule forme de revenus qu'il a vient de la récupération. Il récupère de manière informelle, mais il est récupérateur. ». Ce lien se structure aussi avec les catégories socio-professionnelles précaires : « Tous les travailleurs qui sont dans le processus de récupération viennent de catégories professionnelles plus inférieures, avec un travail qui est formel mais qui est précaire. » Ainsi, c'est une variété de professions qui sont amenées à entrer dans les coopératives :

« Il y a beaucoup de personnes qui vont travailler à Asmare qui ont une autre profession. Ces personnes ne restent pas. Quand c'est un avocat qui est à la rue, pour une question familiale, psychologique, de santé... Quand il récupère sa citoyenneté, il retourne dans son travail. »

Face à ces divers visages de l'exclusion, le mouvement a fait le choix de l'accueil sur ces espaces de cette diversité qui passe par un processus formation, une acculturation aux règles et fonctionnements des coopératives ici décrit :

« Donc nous sommes tout le temps en train de faire ce travail avec nos groupes parce qu'ils ne peuvent pas rester fermés aux autres travailleurs. Les gens se sentent comme des travailleurs chômeurs, ils sont exclus par beaucoup de monde. Pour entrer dans la coopérative il faut graduellement accepter cette habitude. S'il y a un désir et que la coopérative a un espace pour la placer, immédiatement, la personne est mobilisée pour entrer. Quand il arrive dans l'association, nous avons un espace avec des personnes qui renforcent ses capacités. Tu n'arrives pas dans l'association en travaillant. Il faut que tu connaisses l'histoire, la lutte, toute la trajectoire. Quand il connaît tout ça et qu'il connaît la manière dont nous travaillons, et la manière de tout partager, il commence à parler de sa propre expérience qui était d'un patron qui ne faisait que diriger et qu'il a reçu plus que ce qu'il recevait là. »

Dans cette insertion des personnes précaires aux coopératives, le rôle du mouvement se situe en amont par une capacité à reconnaître les personnes de la rue.

"Il y a beaucoup cela, des personnes qui sont dans la rue pour des raisons matérielles, dans une décadence totale, affaiblies, dont nous apercevons le sujet mais que l'on décide de ne pas voir effectivement. C'est un être invisible pour certains quand on est dans cet état. Qui les voit ? Ce sont nous, les récupérateurs de matériaux parce qu'il va faire de la récupération et on voit qu'il fait la même chose que nous. Donc on va discuter, souvent en buvant une bière, une chose éduquée et tellement éduquée qu'il commence à venir à nos rencontres. Les académiques, les techniciens qui pensent au-dessus, vont faire un diagnostic rapide et participatif pour voir qui est la personne, qu'est-ce qu'elle peut apporter à l'association pour la faire grandir. C'est une association et un réseau de partenariats avec lesquels tu arrives à insérer beaucoup de personnes qui ont cette question de la profession présente en elle."

Le mouvement se donne donc un rôle pour résister au processus d'invisibilisation par la pauvreté et la disqualification. L'accueil qu'ils proposent dans le processus est nommé par les

membres du mouvement en tant qu'inclusion sociale, accompagnée par la propre expérience et les savoirs construits par l'expérience :

"Dans les coopératives nous devons faire cohabiter et essayer de concilier la question économique avec la question sociale. C'est un défi énorme. Beaucoup de fois, tu as des personnes qui n'ont pas l'habitude du processus productif. Vous avez une cible minimum dans les coopératives, travailler. Tu as des personnes qui viennent qui ont des problèmes de drogue, d'alcool. Elle s'est un peu détachée, elle a déjà donné de la valeur à sa consommation d'alcool, de drogue et elle ne veut plus travailler. Elle veut travailler qu'une fois qu'elle a de l'argent pour acheter de la drogue. Donc il y a une grande rotation dans l'organisation. Et l'insertion de ces personnes est très difficile. Il y a un travail énorme pour faire ce travail d'avocat, de psychologue, de pasteur, de tout... Vous devez tout faire dans le sens que vous êtes en train de faire de l'inclusion sociale. Et en même temps, vous avez le défi de générer un résultat économique."¹⁸¹.

Au sein de la Coopersoli, cette inclusion se lit dans le profil des membres de la coopérative. Sur les 25 personnes avec lesquelles j'ai pu faire des entretiens, 4 font partie des membres fondatrices de la coopérative. 15 évoquent leur parcours de chômage avant l'entrée dans la coopérative, que ce soit parmi les membres fondatrices ou les membres ayant rejoint le collectif par la suite. Le choix de cible de la politique publique ayant appuyé à la création de la coopérative sur les femmes avec enfants a marqué cet espace. Ainsi, la difficulté d'accès à l'emploi est expliquée par l'impossibilité de concilier vie professionnelle et garde des enfants. Beaucoup de femmes évoquent la perte de leur emploi au moment de leur mariage ou au moment de la naissance de leurs enfants. Les emplois occupés par les personnes rejoignent l'analyse du membre fondateur du MNCR sur le nombre important de personnes venant de métiers précaires. Les métiers évoqués sont majoritairement les travaux d'employés de maison que ce soit en journée ou en présence continue dans la famille ; ainsi que le travail de cuisinière dans la restauration. Un des membres parle de son travail d'homme à tout faire dans une ferme. La caractéristique de ces parcours est la rupture professionnelle par le licenciement.

Deux des personnes interrogées ont un parcours qui diffère. Le chômage fait partie de leur histoire, cependant, le marqueur de leur entrée dans la coopérative est la construction d'une deuxième chance après un parcours en prison. Au Brésil, la criminalité est fortement liée à la pauvreté. Dans leur discours, ces 2 personnes l'évoquent comme une option économique, un

¹⁸¹ Membre fondateur du MNCR.

mauvais choix fait pour pouvoir vivre. Ils parlent de la coopérative comme d'une possibilité de changer leur vie en la gagnant dignement et en toute sécurité. Ainsi, la Coopersoli est un espace d'accueil de la diversité des personnes précaires, exclues de l'emploi.

2. Les voies de l'inclusion

Pour se faire, il n'y a pas de critères de sélection pour entrer dans la coopérative. Il faut juste en faire la demande en appelant la coopérative ou en venant sur place. La personne responsable du secrétariat tient une liste des demandes sur un cahier. Cependant, elle souligne l'importance des indications par un membre de la coopérative. Sur ce point, le discours est ambivalent car une autre coopératrice en charge de l'administration me dit qu'il est aussi possible d'être accueillie sans avoir été recommandé par un tiers déjà membre. Au moment de l'entretien, il y avait 142 noms sur la liste d'attente, nous voyons donc ici se dessiner un processus de gestion de la pénurie de places par le propre réseau des coopérateurs en favorisant les personnes qui ont des liens avec les membres et qui ont quelques connaissances sur la récupération.

L'inclusion se réalise à partir du réseau des propres membres de la coopérative, tout en priorisant les personnes ayant déjà un lien avec l'activité. D'ailleurs on retrouve fortement cet élément dans les entretiens avec la référence à la personne qui a indiqué le lieu, qui a indiqué la personne. Elle peut être de l'entourage amical, de la famille ou tout simplement issue du voisinage. L'inclusion se construit aussi avec les récupérateurs de rue par la réalisation d'opérations ponctuelles qui permettent de construire des liens avec les espaces stabilisés du mouvement. Dans les entretiens, les membres du mouvement ont évoqué la réalisation d'opérations dans les stades à l'occasion des matchs de football. Les récupérateurs ont été sollicités et rémunérés pour le nettoyage de l'espace et le tri des matériaux sur place.

Lors de l'enquête de terrain, j'ai pu participer à l'opération "Carnaval" dans le centre de Belo Horizonte. L'entreprise AMBEV a signé un contrat avec les différentes coopératives de la région pour la récupération des matériaux pendant le carnaval de la ville. Ainsi, plusieurs points de pesée ont été organisés dans la ville. Une coopérative avait la charge de chaque point et achetait directement les matériaux aux récupérateurs inscrits. Pour ce travail, l'encouragement était financier avec des matériaux achetés à un prix plus élevé qu'habituellement. De plus, il y avait un objectif de base à réaliser quotidiennement jugé bas par les récupérateurs et en cela, facile à atteindre. Pour organiser les équipes, les récupérateurs étaient soit originaires des

coopératives, soit inscrites par les espaces d'accueil des populations de la rue¹⁸². Ainsi, j'ai pu observer que la rencontre se réalise et que certains récupérateurs de rue rencontrent les membres des coopératives, découvrent le MNCR, posent des questions et sollicitent une admission.



*Figure 59 : photo d'un des points de collectes de matériaux pendant l'opération carnaval.
Source : photo de l'auteur.*

¹⁸² Il s'agit d'espaces pour les populations de la rue sous la forme d'accueil de jour donnant la possibilité d'un repas, une douche, d'avoir des informations sur des démarches administratives.



*Figure 60 : photo d'un des points de collectes de matériaux pendant l'opération carnaval.
Source : photo de l'auteur.*

Ce lien avec les récupérateurs de rue est aussi pensé au sein des coopératives par la possibilité d'acheter le matériel directement aux récupérateurs non organisés, non membres de la coopérative ou du mouvement. Coopersoli a dû abandonner cette expérience par faute de trésorerie. Par contre, Asmare continue l'expérience. Elle est ainsi expliquée :

"Le principe est d'acheter le matériel des récupérateurs. Nous avons institué un pilotage avec un fonds de roulement pour donner aux récupérateurs informels, pour commencer une relation en amenant le matériel dans l'association. Et là, il reçoit la même valeur que reçoit un associé mais il n'a pas accès aux autres bénéfices du membre de la coopérative qui sont

la bourse recyclage¹⁸³, la question de l'accès à la sécurité sociale qui se discute actuellement à Brasilia, les donations qui viennent d'entreprises... Il n'a pas accès à ça. Pour avoir accès à cela il faut qu'il devienne membre de la coopérative. Mais le fait de cohabiter sur les opérations est déjà une entrée. C'est la création d'un lien, c'est la première création d'un lien. Il y a un groupe de personnes que nous avons rencontrées, que nous avons formées pour qu'ils soient inclus [dans les coopératives]. Nous allons faire un diagnostic avec notre expertise pour savoir s'il va aller travailler sur l'opérationnel, s'il va en camion dans la rue, s'il va rester pour faire le tri... Pour faire ce qu'il y a de mieux."¹⁸⁴.

J'ai aussi pu noter des échanges entre les structures avec certains membres de la Coopersoli qui viennent d'autres coopératives. Un des membres a choisi de venir pour se rapprocher géographiquement de sa femme. Un groupe de cinq jeunes issus d'une même coopérative dans la région ont décidé de venir car le revenu y est plus intéressant. Une autre personne a décidé de sortir de cette coopérative pour aller dans une association de récupérateurs pour pouvoir être en retraite tout en continuant à travailler. L'inclusion se réalise donc aussi dans une forme de suivi des personnes par les liens existants entre les différents espaces qui leur permet de dessiner une carrière adaptée à leurs vies personnelles allant jusqu'à la possibilité de se mettre en retraite officiellement en tant que récupérateur. Comme l'exprime cette dame, sa carrière professionnelle de récupératrice lui permettra de bénéficier d'un droit à la retraite : « Moi, ce que je voudrais c'est me mettre en retraite en tant que récupératrice. Mon but c'est de me mettre en retraite en tant que récupératrice. Que ce soit à l'intérieur d'une coopérative ou à l'extérieur. Parce qu'avec ma tête... Je ne résiste pas à un autre type d'emploi. Je ne veux pas... ».

L'inclusion des acteurs de la récupération dans le processus est donc pensée et racontée à partir de leur caractéristique en tant que population exclue des possibilités matérielles de vie notamment traduite par la difficulté d'accès à un revenu de subsistance et à des droits sociaux liés à l'emploi. Les espaces construits par le mouvement mais aussi par des initiatives de collectifs locaux articulés avec les pouvoirs publics comme dans le cas de la Coopersoli, rejoignant le MNCR par la suite, se veulent des espaces ouverts et inclusifs. Cet objectif est toutefois en tension dans son application pratique. La place faite aux nouveaux venus se réalise par la construction de liens et l'utilisation du réseau de chaque récupérateur. Elle est possible

¹⁸³ La Bourse Recyclage (Bolsa Reciclagem) est un programme géré par le Secrétariat d'État à l'Environnement et au Développement Durable (SEMAD), qui accorde des incitations financières trimestrielles aux coopératives et associations de collecteurs de matériaux recyclables afin d'encourager la séparation, l'emballage et la commercialisation de matériaux.

¹⁸⁴ Membre fondateur du MNCR.

car les espaces sont leur propriété qu'ils ont constituée en étant perpétuellement vigilant à leur propre rôle dans le processus.

3. Un engagement en principes : auto-gestion et propriété collective

Le mouvement des récupérateurs brésiliens inscrit l'auto-gestion dans ses principes de fonctionnement ainsi que les principes de démocratie directe et d'action directe populaire, comme ils l'énoncent dans leur cahier de formation *Caminhar e resistir, Formação nível 1* :

« Le Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables – MNCR, travaille pour l'auto-gestion et l'organisation des récupérateurs au travers de la constitution de Bases Organiques, dans lesquelles la participation de tout(tes) les récupérateur(trices) qui souhaitent aider à construire la lutte pour ses droits, soit un droit garanti en interne, mais aussi un devoir du récupérateur avec la Base Organique, comme un critère de démocratie directe dans lequel tous ont une voie et un vote dans les décisions, conformément aux critères constitués dans les bases de l'accord »¹⁸⁵ (Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p. 18)

Ils définissent l'auto-gestion comme : « la pratique économique dans laquelle les travailleurs sont les maîtres des outils et des équipements de production. L'auto-gestion est la manière d'organiser le travail sans patrons, avec les décisions, la planification et l'exécution sous le contrôle des propres travailleurs. » (Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p. 19). Elle passe pour eux, par la démocratie directe en tant que « forme de décision prise par la participation collective et responsable de la base. » (Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p. 19)

Le mouvement affiche clairement son organisation dans un processus de partage du pouvoir avec la préoccupation de la participation de tous ses membres à chaque étape du processus. La place de l'activité économique est centrale comme l'indique leur définition de l'auto-gestion. Pour cela, ils s'organisent en communautés appelées « bases organiques » constituées uniquement de récupérateurs membres du mouvement qui en font vivre les valeurs. Ils peuvent correspondre à une coopérative, une association ou à un groupe non formalisé. Le terme organique est défini par le mouvement comme « un bras ou une jambe, c'est une partie organique d'une personne, par conséquent, un organe, la base organique est un bout, un membre

¹⁸⁵ Traduction de l'auteure.

du mouvement. » (Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p. 32). Ils insistent ainsi sur le lien fort de cette base par rapport au reste de l'organisation.

Cette auto-gestion se traduit par la construction d'espaces dont la propriété se veut être collective. Ainsi, les coopératives, associations ou collectifs tendent à fonctionner dans un partage des responsabilités, des tâches et des bénéfices selon les dires d'un membre d'une coopérative : « Il n'existe pas de patron. Nous sommes tous des patrons. Tu dois partager les dépenses, les recettes, toutes les responsabilités que tu as et socialiser le résultat économique de manière égalitaire ou proportionnellement au travail que tu fais. ». Au-delà de l'organisation du travail, ces espaces sont présentés et vécus comme des espaces de liberté :

« Nous disons que les coopératives sont des lieux de "bien vivre" parce qu'elles accueillent tout le monde. Elles accueillent ceux que le système a jeté, le surplus de l'armée... Vous avez là-bas des publics LGBT, qui cohabitent sans aucun problème. Ils ont du travail. Il y a des personnes âgées, des jeunes... Des femmes... La convergence, là, est de garantir un revenu et ils finissent par construire des moyens de convivialité dans un travail auto-géré. Il n'y a pas de patron, où la liberté est présente."¹⁸⁶

"Donc, je n'ai pas besoin d'avoir de richesse. Ma richesse c'est celle-là : être libre ! Avoir ma paix.

C : Ici, tu as ta paix ?

P : Je l'ai par ce que je sais que... Comment est-ce que je peux dire... Ici il n'y a pas de patron. Il n'y en a pas. Il n'y a pas de charge de travail... La charge de travail c'est moi-même. Pour moi, je gagne, du temps que je travaille avec lui [le déchet]. Si je ne gagne pas, c'est par ce que je n'ai pas travaillé avec lui [le déchet]. Que je n'ai pas respecté toutes mes responsabilités... Que je ne me suis pas engagé avec lui [le déchet]. Et donc, s'il y a une réclamation, c'est vraiment avec moi. »

Ces extraits d'entretiens montrent l'articulation entre espace de liberté, responsabilité partagée du travail et appropriation collective des espaces. Le principe de l'auto-gestion lié à l'importance de l'inclusion des travailleurs permet de penser la construction de la mobilisation des récupérateurs. En effet, l'enjeu de gestion collective des espaces croise l'enjeu de maîtrise de ces espaces par les propres récupérateurs. Cette régulation par le collectif dans la gestion des responsabilités est un outil qui permet le rôle des acteurs dans le processus.

¹⁸⁶ Membre de l'INSEA, Institut d'appui technique pour le MNCR créée par la Commission Pastorale de la Rue.

4. Un protagonisme en pratiques dans la production économique

La création de la Coopersoli sous le statut de coopérative est largement associée aux différents mouvements qui s'agrégent autour de l'activité de la récupération avec un premier moment historique d'organisation des propres récupérateurs de rue localement à Belo Horizonte avec l'appui de la Commission Pastorale de la Rue. Dans ce premier moment commence à se réfléchir le modèle économique le plus adapté pour les acteurs. Le choix de la coopérative fait aussi écho à l'apparition de l'économie solidaire dans les années 1980 et la volonté d'affronter un système capitaliste perçu comme générateur de fortes inégalités. Dans ce parcours, la position des récupérateurs locaux est renforcée par les différentes actions et articulations d'Asmare, avec l'appui de la Commission Pastorale de la Rue, envers la mairie locale.

Des conquêtes permettent de commencer à construire une place pour les récupérateurs dans la gestion des déchets. L'arrivée du « Front BH Populaire¹⁸⁷ » aux responsabilités en 1993 va marquer un tournant pour les récupérateurs, illustré par l'arrêt des « opérations de nettoyage » et le développement d'une coopération pour la création de politiques les insérant dans la gestion publique des déchets (Dias, 2006). La Coopersoli est créée dans un contexte de discussion de la création d'un réseau d'articulation des récupérateurs par Asmare, la Commission Pastorale de la Rue et par Caritas, dans le cadre du "Forum Lixo e Cidadania"¹⁸⁸ (Grimberg, 2007). Une dynamique est amorcée avec les pouvoirs publics locaux qui vont soutenir la création de cette coopérative. Asmare étant vue comme un modèle, le collectif est formé au coopérativisme, un local de travail est mis à leur disposition pour impulser l'activité.

Le modèle de la coopérative insère la Coopersoli dans un modèle économique de production qui est en adéquation avec les besoins de ses membres, des femmes au chômage, déjà organisées en collectif autour de la recherche de solutions pour la création d'un revenu de subsistance. D'ailleurs, l'importance de cet objectif se retrouve dès le choix du nom mais dans un modèle dont la spécificité est d'avoir été pensé par ses membres. Cette volonté de rester les protagonistes de l'activité continue d'être revendiquée :

¹⁸⁷ Frente BH Popular, BH signifie Belo Horizonte.

¹⁸⁸ Forum Lixo e Cidadania : Espace de discussion initié en 1998 par Unicef pour lutter contre le phénomène des enfants récupérateurs dans les décharges au Brésil. Ces forums réunissent des acteurs de la société civile, de la société publique ou privé et des organismes d'état pour réfléchir et construire des solutions de gestion des déchets soutenables.

« Donc nous nous sommes assises pour créer ce nom Coopersoli. Coopérative solidaire. Nous avons toujours pensé cela... Il faut que ce soit une coopérative, parce que nous sommes ensemble donc nous sommes en train de créer une coopérative solidaire. Parce que nous souhaitons faire une chose qui porte nos principes, avec un qui aide l'autre. Personne ne va rien faire tout seul. Nous voulons vraiment faire cette chose ensemble. Si l'autre ne sait pas, je vais lui enseigner. Je vais chercher pour tout le monde. Donc nous avons voulu qu'elle soit solidaire, que l'on soit ensemble, qu'elle soit du groupe productif de Barreiro et de sa région. (...)

C : Pourquoi cette expression "groupe productif" tu te souviens ?

S : Parce qu'il faut que ce soit un groupe qui génère des revenus, de la production. Il faut qu'on en crée. Ça a été pensé dans tout ce contexte... Nous avons pensé ensemble, nous nous sommes assises dehors, nous avons discuté de cela. Nous avons appris à faire notre travail donc, aujourd'hui, par exemple, s'il arrive des personnes qui nous disent qu'il faut faire d'une manière, on dit non ! Tout d'abord nous allons discuter, ici, ensemble. Nous allons voir si nous allons vraiment développer cela. Nous allons voir si ça peut être fait... Parce qu'aujourd'hui nous voulons faire quelque chose à notre manière. Ce n'est pas cette chose, toute prête... Ou tu prends quelque chose déjà tout préparé, et tu penses que les gens vont accepter... Nous voulons voir comment est le présent... le décrypter... le sentir... C'est vraiment cela. »

En lien avec l'importance du pouvoir collectif des membres, l'objet de la coopérative énonce, dès ses premiers statuts, l'articulation entre visée sociale et visée économique car "la coopérative a pour objet la défense socio-économique de ses associés"¹⁸⁹. Cette articulation est précisément définie par l'objectif de "porter une assistance technique par soi-même ou par des accords avec des entités spécialisées, publiques ou privées, assistance technico-éducative et sociale à ses associés et aux membres de leurs familles"¹⁹⁰. Le renforcement des compétences des membres est recherché par le "développement de cours et séminaires en fonction des intérêts des associés, avec pour objectif de développer et créer des bonnes conditions pour tous"¹⁹¹. Cette capacitation est aussi développée pour l'inclusion de nouveaux associés en "créant les conditions pour la formation et le développement de nouveaux travailleurs"¹⁹². La coopérative ne "visera pas le bénéfice" et rejoint la lutte plus globale des récupérateurs en "Luttant pour que

¹⁸⁹ Cf. Estatutos da Cooperativa Solidária Dos Recicladores e Grupos Produtivos Do Barreiro e Região Ltda, 2008, traduction de l'auteure.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

ses associés soient respectés dans l'exercice de leur activité, en leur prêtant toute l'assistance nécessaire"¹⁹³. Si cette défense des intérêts est recherchée, elle passera aussi par des accords avec d'autres organisations "sans perdre son individualité et son pouvoir de décision"¹⁹⁴. Cette précision rappelle l'importance de la souveraineté collective des acteurs dans le processus. Elle est ici matérialisée dans des statuts administratifs officiels à la suite d'un processus qui a cherché à la placer en son cœur.

Dans le quotidien de la coopérative, elle se traduit par la gestion administrative collective, définie dans le règlement interne de 2017 : "Art. 2° - AUTO-GESTION La Gestion administrative de l'EES¹⁹⁵ est réalisée par le conseil administratif, avec l'appui du Conseil Fiscal et l'ensemble des coopérateurs par des réunions ou des assemblées"¹⁹⁶. Dantas et Pontes, (2015) citent Motta (1981, p. 133) pour caractériser l'horizontalité du travail dans les EES en tant que sociétés "organiquement autonomes, constituées d'un faisceau d'autonomies de groupes s'administrant eux-mêmes, dont la vie nécessite une coordination mais non une hiérarchisation."¹⁹⁷. Ces différents groupes se coordonnant apparaissent dans la gestion du mode de fonctionnement de la Coopersoli. Un moment important de son histoire a été le changement du mode de rémunération des coopérants qui après 18 années est passé d'une division égalitaire des gains entre les coopérants à un système de rémunération en fonction de la production de chacun. Le récit de ce changement met en exergue l'importance de la participation et de la formation de chacun, le temps pris car considéré comme nécessaire pour la construction d'un consensus ainsi que l'articulation entre les différentes entités de la coopérative. Cet extrait d'entretien donne à voir l'évolution du modèle de gestion ayant été fait à partir des demandes de la base de la coopérative :

« C : Pour toi, qu'est-ce qu'il y a de plus à raconter sur l'organisation de la Coopersoli ?

A : C'est que nous sommes en train d'essayer de l'améliorer parce que, chaque jour, une difficulté apparaît ici, là-bas... Parfois ce sont les jeunes qui se plaignent de quelque chose. Parfois ça ne fonctionne pas, on essaie de changer...

C : Par exemple comment est le paiement ? Comment ça marche ? En fonction de la production ?

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ EES : Empreendimentos Econômicos Solidários - Entreprises Économiques Solidaires.

¹⁹⁶ Cf. Règlement interne de la Coopersoli 2017, traduction de l'auteure.

¹⁹⁷ Traduction de l'auteure.

A : Le paiement, aujourd'hui, il est en fonction de la production. Mais pendant de nombreuses années nous avons travaillé en divisant.

C : *Pourquoi vous avez changé ?*

A : Parce que les personnes pensaient que ce n'était pas juste. Parce que, parfois, il y avait une personne qui faisait beaucoup d'heures... Tu n'arrivais pas à être bien payé. Donc, ils disaient que quelqu'un était en train de gagner sur le dos d'un autre... On a fini par faire ce système par production, parce que, dans les autres coopératives, ils font tous en fonction de la production. C'est seulement la nôtre qui était par division.

(...)

A : Il y a eu des assemblées. Il n'y a pas eu que des assemblées, nous avons eu aussi beaucoup de... Comment on dit ça quand une seule personne essaye de trouver une solution avec les autres personnes qui essaient de l'aider... ?

C : *Une réunion ?*

A : On dit une réunion mais ce n'est pas une réunion... C'est une "capacitation"¹⁹⁸ » ... C'est un jour de « capacitation » pour discuter des problèmes. On a eu une personne de la SLU¹⁹⁹. Renata est venue, elle nous a aidé. Elle faisait l'ordre du jour. On a fait ça avec tous les coopérants. On a discuté, discuté, jusqu'à arriver à un consensus. Ça a pris beaucoup de temps.

C : *Tu te souviens plus ou moins combien de temps ?*

A : Ah non ! Je ne sais pas. Des mois... Ça a pris beaucoup de temps pour arriver au consensus. Un était d'accord, l'autre non, et la discussion reprenait... Jusqu'à arriver au consensus. Nous avons essayé... et nous avons passé toute l'année 2019 avec des difficultés et on en a encore aujourd'hui.

C : *Le choix d'avant, de faire par division, c'est toi qui as choisi ?*

A : Ça a été tout le monde. Au bout d'un moment, ça a fonctionné. »

Cette mise en collectif d'une décision de format de rémunération qui peut paraître plus individualisé car en fonction du travail de chacun est en fait dans la continuité de la collectivisation. En effet, ce système maintient l'importance de la responsabilité des membres de la coopérative entre eux car le calcul du salaire de certains membres ne faisant pas directement le tri (administration, ménage, collecte des déchets...) se fait en fonction de la moyenne de production des trieuses. Ainsi, pour augmenter la rentabilité, l'intérêt du collectif

¹⁹⁸ La capacitation ici évoquée aurait aussi pu être traduite par le terme formation, cependant, il s'agit de mettre en exergue l'importance du renforcement des compétences des individus par ce dispositif.

¹⁹⁹ Secrétariat du Nettoyage Urbain de Belo Horizonte, traduction de l'auteure.

est dans la facilitation du travail des trieuses. Les entités qui ont des tâches différentes sont pensées comme complémentaires et comparées au fonctionnement d'une famille :

« C : *Qu'est-ce que tu penses de l'organisation en coopérative ?*

X : Je trouve ça bien parce que nous avons des personnes pour nous aider à organiser. Parce que, si on était uniquement au tri, qui nous aiderait à nous organiser ? Donc il y a les jeunes filles qui aident en haut, qui nous aident, nous, qui sommes en bas²⁰⁰. Je pense que nous sommes une équipe. Par exemple, nous les aidons et elles nous aident. Si à un moment il faut pousser ces gros sacs là, il y a quelqu'un qui sort et qui aide. Donc je pense que c'est une organisation entre nous tous. (...) La coopérative, je pense que c'est comme des enfants. Parce que, tu as des enfants qui font une chose, tu as l'autre qui utilise autre chose... »

Le fonctionnement de la coopérative est associé à un "engrenage" dans lequel il faut s'articuler, s'entraider pour qu'elle continue à avancer :

"Je fais tout pour aider celui qui est à l'intérieur aussi, parce que tout seul, on n'y arrive pas. Ici non. Quand tu viens ici, tu verras que, quand quelqu'un pousse un sac, il y a toujours une personne différente qui va l'aider. Les gens, ils vont, ils viennent. Ici, la rotation à l'intérieur est vraie. Tu ne peux pas t'arrêter. Parce que, si je laisse un espace vide, tu peux être sûre qu'une chose va arriver pour occuper l'endroit à nouveau. Donc il faut rester tout le temps à tourner, à tirer... Tout le temps... tu ne peux pas t'arrêter. Si tu t'arrêtes, tu te fais baisser.

C : La chaîne ne fonctionne pas.

H : La chaîne doit avancer sinon..."²⁰¹.

Cependant, cet engrenage géré collectivement laisse des espaces pour les individualités. Les membres de la coopérative expliquent qu'elles ont eu la possibilité de choisir leur travail en fonction de leurs intérêts. Ainsi, une a pu se former au travail administratif car elle en avait toujours été curieuse. Et, à l'inverse, une coopérante a toujours refusé de faire ce travail administratif, tout en participant à la coordination :

« Aujourd'hui après beaucoup de lutte, beaucoup de lutte, j'arrive à faire les choses que je fais aujourd'hui. Mais je n'aime pas l'ordinateur. Je ne me suis jamais mise devant un

²⁰⁰ Il y a une spatialisation des différents services dans la Coopersoli. Le local comporte un espace qui est en étage. Le travail administratif se réalise sur cette plateforme, au 1^{er} étage, en hauteur.

²⁰¹ Membre de la Coopersoli.

ordinateur. Je n'aime pas ça. Nous avons fait des cours d'ordinateur. Demande-leur si j'aime ça ou pas !

C : C'est pour cela que tu ne vas pas dans l'administration ?

R : C'est pour ça que je n'y vais pas. Je n'aime pas l'ordinateur. J'ai dit, mon affaire à moi, c'est en bas. J'aime faire les sacs, être avec le camion, peser avec les filles. Je fais le poids... Mais jamais avec l'ordinateur. »

La place à l'individu se lie aussi dans la possibilité laissée par le collectif à l'articulation entre la vie familiale et la vie dans la coopérative. Dans les récits, il est souvent fait référence à la possibilité laissée aux coopérants d'aménager leurs horaires en fonction de leurs besoins, notamment pour la garde des enfants, pour s'occuper de leur famille en cas de problèmes de santé. Cela est d'ailleurs inscrit dans le règlement en tant que motif valable pour s'absenter. Parfois, cela passe même par une organisation systématique du temps de travail comme pour une coopérante qui pendant deux années n'a travaillé que le matin. Cette possibilité crée une reconnaissance envers le collectif et cette récupératrice exprime ses remerciements en entretien : « J'ai l'habitude de dire que si ça avait été une entreprise, ils n'auraient pas accepté cela. Comme c'est une coopérative, les personnes ont compris. Tout le monde a compris et j'ai continué à faire mon travail en gagnant un petit peu d'argent et en aidant mes filles. Cela m'a aidé à les éduquer. Je pense que c'est cela. Je pense que je peux beaucoup remercier chacune d'entre elles [ses collègues]. »

L'organisation du travail est aussi flexible par la possibilité de chacune des trieuses d'organiser son espace et son système de tri. Ainsi, une des trieuses fonctionne en faisant un premier tri en gros, qu'elle affine par la suite. Cela lui permet d'économiser son dos. Ne pouvant pas trop bouger, elle préfère commencer son travail en ayant peu de types de matériaux à trier, puis elle reprend chaque type pour arriver aux mêmes catégories que ses collègues.

Le fonctionnement quotidien de la coopérative est pensé pour la souveraineté de chacun en tant qu'individu, articulée aux impératifs du collectif. Dans cette organisation, le pouvoir de décision des récupérateurs en tant que membres de la coopérative est un principe de fonctionnement dans la pratique mais qui est aussi indiqué dans les statuts administratifs. La Coopersoli se pense aussi en relation avec la catégorie professionnelle des récupérateurs et le mouvement social qui les représente. Son quotidien est donc marqué par l'insertion dans ce mouvement par la participation et l'animation de ses instances de coopération. À partir de cette coopérative, ce sont les articulations du mouvement qui se dessinent dans l'objectif de renforcer ce pouvoir collectif. En effet, le MNCR, les coopératives, pensent des articulations de l'ordre

des échanges de savoirs mais aussi ayant pour objectif la construction d'un poids politique et économique. Ainsi, plusieurs dispositifs ont été créés.

5. Une mobilisation en pratiques par les alliances et les réseaux

Le premier réseau qui a été structuré est la coopérative centrale Redesol en 2002, dans la région métropolitaine de BH (Belo Horizonte). Ses premiers membres ont été la Coopersoli et une autre coopérative qui a fait faillite par la suite. Aujourd'hui, elle est composée de 12 organisations de récupérateurs (coopératives et associations) de la même région. Son objectif est de renforcer les récupérateurs dans l'ensemble de leurs droits et activités. Elle est présente dans les récits des acteurs en tant qu'espace de coordination entre les différentes coopératives pour de l'échange de pratiques et de savoirs :

« Nous faisons des échanges pour connaître la réalité des autres coopératives. De temps en temps Renata nous dit, par exemple, 'Allons dans la coopérative de Oscar !' On prend un bus et on y va pour connaître la réalité là-bas. Parce que tu es là tu es à ta table, tu fais ta partie mais... Voir là-bas, la réalité c'est différent. Donc nous faisons ces échanges pour connaître les coopératives, pour savoir comment est le processus, pour savoir même comment est la manière de payer, la manière de trier... Parce que, des fois, tu vas dans une coopérative et la manière de trier est totalement différente entre notre manière et la leur. Le réseau est beaucoup là-dedans. »

Elle est aussi racontée comme un espace d'entraide comme à la suite de l'incendie d'une coopérative qui a pu être aidée par la réalisation d'une caisse de secours collectée entre les organisations membres. Cette centrale organise aussi un soutien technique dans les moyens de production, ainsi que dans les processus de vente collective des matériaux. Le réseau est pensé comme un moyen pour se renforcer par le collectif :

« M : La Redesol, le partenariat il est comme ça... Les coopératives vont dans des réunions tous les mois. Une fois par mois. On faisait tous les lundis mais maintenant on le fait une fois par mois. Il nous aide à réussir à avoir des équipements, des machines pour les coopératives, des projets... La Redesol essaie d'en avoir pour structurer les hangars. (...) Ce sont des machines. Il y a de temps en temps des conférences. Une fois par an il y a une rencontre de tous les récupérateurs du réseau. C'est en cela que le réseau aide. Il essaie de regrouper de la valeur pour que l'on puisse faire des réunions. Et on essaie de vendre ensemble pour regrouper de la valeur, regrouper les salaires pour les récupérateurs. Le réseau aide dans cette partie. »

La démarche de réseau est forte dans l'organisation des récupérateurs avec la participation et l'animation aussi des forums "Lixo e cidadania", Unicatadores et Unicopas. Ces réseaux sont des articulations économiques et politiques des organisations de récupérateurs et d'acteurs de l'économie solidaires à différentes échelles, allant de la région à la Fédération d'États qu'est le Brésil. Pour développer sa propre capacité de production et de négociation, l'ANCAT est une association qui a été créée par le MNCR. En tant qu'Association Nationale des Récupérateurs de Matériaux Recyclables (ANCAT), leur objectif est de défendre leurs droits et de favoriser le développement de leur économie. L'entretien avec un des membres de cette association souligne l'importance dans cette dynamique de la constitution du récupérateur en tant "qu'agent économique" car les récupérateurs sont les inventeurs et les acteurs principaux du champ du recyclage :

« J : Qui a inventé cette niche économique ? Ce sont les récupérateurs. Qui a inventé ce marché ? Ce sont les récupérateurs. Ce marché s'est développé uniquement grâce aux récupérateurs. Donc leur manière de faire qui est informelle, même si aujourd'hui, elle l'est moins qu'avant, elle est bonne. Elle fonctionne. Et là, il y a un manque, des manques de connaissance au sein des milieux politiques pour percevoir le récupérateur comme un agent économique. Quelqu'un qui puisse ainsi faire la gestion de la collecte sélective dans la ville et être payé pour cela, pour sa compétence. Il y a une discussion très grande avec les entreprises privées qui reçoivent des millions pour pouvoir faire la gestion dans les villes. Elles ont des contrats avec les villes et elles reçoivent des millions pour cela. Et le récupérateur est à peine un agent environnemental, un pauvre petit, un utilisateur de l'assistance sociale caritative. »

Ce membre de l'ANCAT dénonce un décalage entre le rôle du récupérateur dans la filière du recyclage et la place qu'on lui donne, qui passe par un statut de précaire, usager de l'aide social. Appartenant aux propres récupérateurs, comme cela a été exprimé par une récupératrice de l'état de Rio : « c'est à nous, ça nous appartient », l'ANCAT œuvre pour la création de partenariats, le développement de projets pour l'amélioration des conditions de travail des récupérateurs mais aussi pour l'augmentation de leur productivité. Un des salariés de l'association souligne que les avancées actuelles des récupérateurs qui se sont faites au niveau économique, ont été faites par les récupérateurs :

« J : Mais toutes ces ressources que nous avons, tout cela a été obtenu par les récupérateurs. Qui s'assoit pour négocier avec les entreprises aujourd'hui ? Ce sont les récupérateurs. C'est une très grande victoire. Aujourd'hui, qui s'assoit avec les directeurs de Coca Cola, de Nestlé, de Danone, ce sont les récupérateurs. Et ils négocient. C'est cela qui est super. Ils

ont réussi à développer une expertise dans la négociation avec les entreprises qui fait qu'aujourd'hui, les entreprises vont dans les associations. Les adjoints y vont, les directeurs des entreprises y vont, dans les associations et c'est super. Cela vient d'eux, de leur organisation. Cela vient de leur conscience de la nécessité de créer une institution pour les représenter, c'est super. »

Cette négociation se réalise aussi avec les pouvoirs publics, pour la reconnaissance et la rétribution de l'utilité sociale des récupérateurs en tant qu'agents environnementaux. Dans la région métropolitaine, cela se réalise dans les négociations pour les contrats de collectes sélectives qui sont de plus en plus réalisées par les organisations de récupérateurs. Les récupérateurs mobilisent aussi les pouvoirs publics pour avoir des dons de matériaux. Par exemple, la Coopersoli travaille entre autres avec le ministère de l'Économie, avec la Justice Fédérale... Cette position d'influence est aussi renforcée par le développement d'une expertise organique. En effet, le monde académique a aujourd'hui constitué les récupérateurs en un objet de recherche. Cependant, les récupérateurs ont réussi à se construire une place décisionnaire dans ce rapport et dans la création de savoirs sur leurs activités. Un des membres fondateurs du MNCR explique les détours de ces relations avec le monde académique, comme déjà indiqué dans l'explicitation du dispositif de recherche. Il raconte les évolutions des relations entre les récupérateurs et les chercheurs qui ont aussi évolué en fonction du positionnement des chercheurs. Les premiers ne « s'occupent que de leurs résultats » sans rien apporter au récupérateur. La recherche action a changé le rapport et elle est mise au service des besoins des acteurs.

Les partenariats se développent notamment dans le cadre de l'ORIS (Observatoire du Recyclage Inclusif et Solidaire) créée en 2012 à Belo Horizonte composé de l'ANCAT, l'Université d'État de Campinas (Laboratoire Fluxus), la Fondation Avina, la Fondation Banque du Brésil, l'INSEA, l'Institut Sustentar, le MNCR, le "Movimento Nossa BH"²⁰², Parangolé, l'Université Fédérale du Minas Gerais (Groupe AlterAnativas et Groupe d'Études et de Recherche sur la Femme²⁰³), l'ONG Internationale Femmes en Emploi Informel : Globalisation et Organisation (WIEGO). Ces liens se traduisent aussi par des rencontres symboliques comme entre Paul Singer, maître à penser brésilien sur l'Économie Solidaire et les membres de la Coopersoli lors d'une cérémonie en l'honneur de sa carrière scientifique. Ils se traduisent par des livres comme le récent travail d'un membre du mouvement qui a été publié par Dialética :

²⁰² Mouvement Notre Belo Horizonte, traduction de l'auteure.

²⁰³ Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, traduction de l'auteure.

"Do lixo a bicho : a cultura dos estudos e o tripé de sustentação da vida²⁰⁴" (Cardoso, 2021). Ce livre a été relayé avec humour sur les réseaux sociaux par la création d'une thématique parlante sur la curiosité de ce parcours dans un cadre de pensée commun : #vaitercatadordoutor (il va y avoir un récupérateur docteur).

Ce dernier exemple montre qu'au-delà des alliances, il s'agit bien ici du développement de la propre expertise des récupérateurs en tant qu'intellectuels organiques qui ne se traduit pas uniquement par des productions académiques mais surtout par la mise à disposition des savoirs pour les pairs :

« C'est très organique pour eux. Ils venaient de la rue et ils ont commencé à s'organiser. Même s'ils ont eu l'appui de l'académie, de la pastorale, mais ils ont commencé le chemin avec leurs propres jambes aussi. Ils ont commencé à s'organiser à leur manière. C'est très organique. Ce sont vraiment des intellectuels organiques. Ils savent très bien utiliser les discours dans leur sens. Ils le savent très bien. »

Les principes d'auto-gestion et de propriété collective se construisent donc au sein de l'espace de la coopérative par la construction d'une organisation fondée sur une responsabilité des différents membres les uns envers les autres, que ce soit dans la réalisation concrète du travail mais aussi dans le système de rémunération des coopérateurs. Les prises de décisions sont présentées comme basées sur le consensus. La force du collectif ne semble pourtant pas exclure les spécificités de chaque membre de la coopérative comme exprimé dans la liberté d'organisation du travail en fonction de sa santé ou des impératifs de sa vie familiale qui doit s'articuler avec le système de partage des gains de la structure. Ces principes peuvent être vus comme un point de départ pour la construction d'espaces développant le pouvoir des acteurs qui dépassent l'échelle locale par l'ensemble des réseaux et alliances construites dans ce mouvement.

III. Transformer les territoires : de l'exclusion au commun de l'inclusion

Le rapport au territoire des acteurs est un marqueur du processus d'organisation collective en construction à partir de l'activité de la récupération de matériaux recyclables. Le positionnement des acteurs par rapport à ce territoire paraît d'ailleurs s'être modifié lui aussi au fur et à mesure du processus, en lien avec la pratique de leur pouvoir en tant qu'acteurs.

²⁰⁴ Proposition de traduction du titre par l'auteure : Du déchet à l'animal : la culture des études et le trépied soutient de la vie.

1. Un territoire ressource

Le territoire, pour les récupérateurs apparaît tout d'abord comme un espace ressource leur permettant d'obtenir des moyens de subsistance. La rue est fondatrice du mouvement à Belo Horizonte car elle était l'espace de travail et de vie des membres fondateurs du MNCR. C'est de la rue qu'ils tiraient et tirent encore aujourd'hui, leurs moyens de survie par la collecte des matériaux recyclables et la revente qui se faisait dans un premier temps auprès des ferrailleurs privés. Le regard du récupérateur sait repérer la ressource. Elle se trouve dans les poubelles, au pied des arbres, derrière les murets, dans chaque recoin de ce territoire. Elle apparaît sous des formes variées, elle peut être en carton, en papier, plastique, métal, aluminium, en cuivre qui est une des formes les plus recherchée.

Pour comprendre le rapport du récupérateur au territoire, il est nécessaire de transformer son propre regard sur ce territoire. Dans le cadre de cette recherche, il m'a été possible de participer à la collecte de rue lors du carnaval de Belo Horizonte en février 2020 financée par Ambev²⁰⁵, une entreprise partenaire de l'ANCAT ayant passé des contrats avec les coopératives pour la récupération des matériaux pendant ce temps festif. Noyée dans une foule de personnes faisant la fête, j'avais l'objectif de collecter un maximum de carton et de canettes car ils étaient les deux matériaux les plus rémunérés. Le carton permettait par son poids d'atteindre rapidement l'objectif minimal de la journée de 20kg de matériel. Une fois les 20kg atteints, chaque récupérateur recevait 80 réais²⁰⁶. Les matériaux en plus sont payés au kilo et en fonction du matériel (1 réal pour le plastique mélangé, 4 réais pour les canettes). D'après le journal de terrain, le carton était payé au même prix que le plastique. Comme on dit en brésilien, les récupérateurs sont *espertos*²⁰⁷ et connaissent certains trucs pour atteindre les objectifs de poids plus rapidement, notamment cette différence de poids entre le plastique et le carton. Par contre, la gestion concrète de cette opération ayant été faite par les travailleurs des coopératives, ces connaissances sont partagées et les trucs et astuces régulés. Concernant le travail de la récupération de rue, voici un partage d'expérience noté dans le journal de recherche :

“15 et 16 février 2022 :

²⁰⁵ Ambev est une entreprise brésilienne qui produit de 30 marques de boissons, alcoolisées ou non.

²⁰⁶ Équivalent de 15 euros au 24.08.22, variable en fonction du taux de change.

²⁰⁷ Terme très courant utilisé pour signifier que la personne sait s'y prendre, qu'elle connaît les rouages d'un système et sait y naviguer. Peut être traduit par "rusé" mais dans le contexte de cette recherche, il est intéressant de noter qu'il a la même racine que le mot expert en français. Cependant, expert est traduit par "especialista" ou "perito".

Il se met à pleuvoir, nous rentrons vite à la tente. Je les aide à récupérer des trucs sur le chemin. C'est vrai que c'est une drôle d'activité et une fois que l'on se met dedans, pas si dérangement... Juste une obsession qui se développe pour le moindre bout de plastique et la moindre bouteille. Le fait de ramasser donne une sensation agréable de trouver quelque chose d'exceptionnel... Cela devient comme un mécanisme, un automatisme.

Au final, ils n'auront pas fait 20 kg chacun, même pas pour un. (...) Le lendemain matin, ils arrivent en ayant suivi mon conseil, avec un chariot de supermarché rempli de cartons... Le carton, ça pèse, et le carton mouillé encore plus. Je les retrouve le soir, ils sont heureux, ils ont fait les 40 kg, ont gagné le paiement des journées.... et ont hâte de recommencer le week-end d'après."

On lit dans cet extrait un certain plaisir à faire ce travail qui est expliqué par l'activité elle-même. La réalisant de manière exceptionnelle en tant que chercheuse, je l'ai vécue sous la forme d'un jeu rappelant un petit peu une chasse au trésor avec un lien particulier qui se constitue avec l'environnement sous la forme d'une ressource. Pour les récupérateurs, dans les entretiens, elle est présentée comme une source de subsistance. Cette transformation de l'environnement en moyen de subsistance est pensée avec intérêt dans les souvenirs d'un récupérateur en coopérative sur le travail de son propre père :

« Il y avait mon père qui travaillait beaucoup, mais c'est un petit peu différent. Quand il y a eu la crise économique, ça a été une époque très difficile. Donc il y a eu des moments où il faisait la collecte pour vendre. Mais il récupérait seulement un seul produit. Il y avait beaucoup de canettes dans la rue, donc il les collectait et ensuite il les vendait. J'étais beaucoup plus jeune et... pour une personne jeune... tu sais on est comme ça... Je trouvais ça bizarre qu'il sorte, qu'il fasse la collecte et qu'ensuite il le vende, pour transformer cette chose en argent. Une chose qui était dans la rue. Il amenait de l'argent. J'ai trouvé ça très intéressant. Tu trouvais beaucoup de choses dans la rue. »

Dans cet extrait, la fonction ressource du territoire est mise en exergue en insistant sur la transformation de ce qui y est trouvé en argent. Ainsi, la rue est un espace qui permet de vivre et de faire vivre sa famille : "Je peux te dire que, dans la rue, j'ai fait vivre ma famille (...). Cela m'a même permis de nourrir ma famille à la campagne.". La ressource peut aussi se constituer en bienfait pour la santé. Le "plaisir" de l'activité en elle-même est parfois racontée dans le cadre des coopératives. Certains récupérateurs évoquent un bienfait pour leur santé : « C'est parce que je me sens bien. Cela m'aide beaucoup. Quand je restais à la maison je ne me sentais pas très bien. C'est bon pour la tête. C'est bon pour la manière de penser, pour ne pas avoir de mauvaises pensées. Donc c'est bon de faire ce travail. Ce travail soigne la tête."

Cependant, ces aspects positifs sont exprimés de l'intérieur des coopératives avec une organisation différente du travail de récupération de rue fait de manière indépendante. Les récits sur ces conditions de travail expriment surtout la difficulté du travail, la fatigue physique et son peu de sécurité en comparaison avec le vécu de l'intérieur de la coopérative.

"Il y a, avec ceux qui sont dans la rue, ils marchent... Pour eux, il n'y a pas d'heure de repas... Ils n'ont pas une heure pour s'arrêter. Ils doivent faire leur propre argent. Ici non. On s'arrête, on gagne. On peut faire peu de choses, mais on gagne. C'est chacun son rythme. (...) Je pense à ceux-là, qui vont de droite à gauche pour faire de la récupération, avec leur chariot... Qu'ils ramènent dans leur maison. C'est une grande tristesse. Ici non ! Il y a beaucoup de gens qui viennent pour chercher du travail. Je pense qu'il faudrait donner plus d'opportunités aux personnes. »

Le travail de rue est associé à l'expérience d'une souffrance :

À qui ça plairait ? Qui aime souffrir ? Récupérer dans la rue, c'est une souffrance, ma fille. J'ai fait cette expérience-là ! J'ai souffert en faisant de la récupération dans la rue. Il y a la pluie, j'ai souffert. Tu comprends ? Je pense que les gens qui récupèrent dans la rue, ils souffrent. En fait, ça va dépendre de son état d'esprit... Qui aime souffrir... Parce que c'est une souffrance... C'est pour ça que nous avons monté une coopérative pour faire ce travail."

Cette récupératrice montre l'importance des coopératives pour sortir de la rue et de ses violences car le territoire est une ressource mais le rapport à l'activité est ambivalent dans la construction de sa subsistance. Dans une réalisation ponctuelle, comme celle réalisée lors du carnaval, elle peut être vécue du côté plaisir. Par contre, après un mois d'immersion et d'activité, le témoignage est autre : "Pour les récupérateurs, ce qui a été dur est la difficulté de leur travail. Le tri est hyper fatigant et dans cette chaleur..."²⁰⁸. Cette difficulté est racontée par les récupérateurs et notamment dans le cadre du travail de rue. Ainsi, la coopérative est présentée comme un espace de travail permettant des meilleures conditions face à cette difficulté d'un territoire qui tout en étant une ressource est vécu dans un rapport contraint, source de souffrance.

2. Un territoire contraint

Rossi, dans sa thèse de doctorat sur l'histoire du MNCR (2021), dégage la situation particulière dans le rapport des récupérateurs avec les services de la mairie de Belo Horizonte,

²⁰⁸ Extrait du journal de terrain.

emblématisée par les "opérations de nettoyage" de la ville. Il s'agit d'opérations menées par les services municipaux pour supprimer de l'espace public les acteurs considérés comme indésirables dont les récupérateurs de rue font partie. Elle dégage de son travail de terrain l'importance d'une d'entre elles qui a mené à la mobilisation des récupérateurs de la future coopérative Asmare en août 1988. Cette opération est aussi évoquée par la membre de la Commission Pastorale de la Rue ayant accompagné la mobilisation pour leur violence mais aussi pour leur pérennité dans le temps, jusqu'à aujourd'hui :

« Il y avait un maire qui voulait laver la ville. Sa devise était de déambuler dans la ville avec un petit balai pour nettoyer la ville ! Son slogan faisant référence au " petit balai qui nettoie la ville !". Et les récupérateurs étaient touchés parce qu'ils prenaient leurs chariots et ils nettoyaient la ville, tout le temps et ce jusqu'à aujourd'hui. Ces opérations existent jusqu'à aujourd'hui. (...) »

Nous avons vu que la mémoire des récupérateurs fait aussi référence à des actes de violence provenant d'une partie de la population civile locale. Ainsi, il pose la question de l'acceptation de la présence des récupérateurs sur ce territoire par les habitants. Ceci est relaté dans les autres entretiens et est à mettre en lien avec leur stigmatisation décrite dans la mémoire des acteurs mais qui est aussi dite au présent : "Le message que je pourrais leur transmettre²⁰⁹ est de lutter pour leurs droits et se battre pour ça parce qu'il y a des endroits... Je ne sais pas si là-bas ça arrive, mais il existe des préjugés, des discriminations contre les personnes qui travaillent dans la rue. ». L'acceptation des récupérateurs dans l'espace public et les relations qui sont construites avec le voisinage est donc ambivalent. Les récits évoquent des moments violents mais aussi la construction de relations d'entraide. Une récupératrice de la Coopersoli raconte l'histoire d'une situation qu'elle a vécue qui souligne cette dualité :

"Quel est le défi du récupérateur ? Il y en a beaucoup. Tout d'abord affronter le temps, là, dehors. Le soleil, la pluie, les rejets de l'être humain. Cette chose que tu m'as demandé... Comment on dit ça ? L'humiliation. Je crois que le récupérateur est vu comme s'il n'était personne. Tout le monde veut le voir comme s'il n'était personne, pas un être humain. Parce que pour parler de ce que par quoi je suis passée aujourd'hui... Les gens regardent par le coin de la fenêtre. Ils jettent un œil... C'est très intéressant de voir leur réaction. Un jour, je récupérais dans la rue. J'ai ouvert une poubelle pour pouvoir prendre dedans. J'ai pris une

²⁰⁹ Ce membre de la Coopersoli s'adresse par le biais de l'entretien aux récupérateurs français.

bouteille. J'ai pris mon chariot et j'ai continué mon chemin. Il y en a un qui m'a couru après. Imagine une personne qui peut faire ça ! Il m'a insulté sur tout le chemin...

C : pourquoi ?

X : Parce qu'il disait que j'avais déchiré la poubelle. Que c'est moi qui avais laissé la poubelle là. Pour que je revienne, pour que je range ça... Ce n'est pas comme ça qu'on travaille... Pour que j'assume et que je revienne pour ranger tout ça... Donc, je me suis dit 'Ne discute pas, va-t'en.' et je suis partie. Et quand je suis rentrée chez moi, j'ai beaucoup pleuré, dans ma maison. Je ne l'ai pas laissé percevoir que j'étais triste. Celui-là... Et quand je suis rentrée dans ma maison, j'ai parlé avec mes enfants : 'Ce que nous avons aujourd'hui, ici, c'est 2 réais²¹⁰. Nous allons déjeuner, prendre un petit déjeuner, et dîner avec ça.

(...) La fin de l'histoire : je suis retournée dans la rue, ce monsieur, celui qui m'avait fait peur, il m'a rattrapé. (...) Il m'a dit qu'il voulait me demander pardon. Et tu sais qu'est-ce qui est arrivé à la maison ? Il m'a donné un sac rempli de vêtements, une aide alimentaire mais il m'a fallu presque trois gros chariots pour la transporter. Avec le temps, mes enfants n'ont plus jamais eu faim, et j'ai été désorientée de voir à quel point il a fait attention à nous. Ça a été la manière qu'il a trouvé pour me remercier, par rapport à ce qui était arrivé, parce qu'il a vu que ce n'était pas moi qui avais fait ça. J'ai toujours cherché qui avait déchiré la poubelle. »

Pour les récupérateurs de rue, ce territoire est d'autant plus contraint qu'ils sont pris dans des relations économiques d'exploitation par les ferrailleurs qui rachètent leur matériel. Le prix d'achat est moins élevé que dans une coopérative :

"Les récupérateurs qui vivent dans la rue, la majorité d'entre eux ne veulent pas rentrer dans une coopérative ou une association parce qu'ils n'auront pas d'argent tous les jours. L'argent y est donné tous les 15 jours ou tous les mois. Ils veulent l'argent tout de suite parce qu'ils veulent fumer, ils veulent boire. Ils vivent dans la rue donc ils veulent manger. Ils ont besoin de l'argent tous les jours. Donc, ils font la récupération ensuite ils vont au ferrailleur, ils vendent et ils prennent l'argent.

C : Mais ils vendent...

R : Moins cher. Ils sont très exploités, très exploités. Parce que s'ils étaient dans une coopérative, qu'ils mélangeaient leur matériel avec le mien, le sien, celui d'un autre, ils

²¹⁰ Équivalent de 40 centimes d'euro.

vendraient pour trois fois plus cher. Mais on ne peut pas payer directement. Et, tu sais, ce qu'ils veulent, c'est tout de suite."

Ce tarif de vente est d'autant plus dérisoire quand le ferrailleur utilise la drogue pour créer un lien de dépendance avec le récupérateur :

« si tu ne fumes pas et que je te donne une cigarette, tu vas fumer mais tu vas en vouloir une autre et après je vais pouvoir te vendre et tu vas vouloir acheter parce que c'est pas cher chez moi. C'est la même chose pour le ferrailleur. C'est la même chose. Ça existe mais, ici, il y en a peu... Mais dans le centre de la ville il y en a beaucoup. Ils te volent. Je te donne de la drogue, de la cocaïne, du crack, de l'herbe. Ils payent avec cela. Ils ne payent jamais avec des aliments. C'est seulement de la drogue. C'est vrai."

Le rapport au territoire peut être d'autant plus violent qu'il est ambivalent, entre tentatives d'effacement de la présence des récupérateurs dans un contexte de nécessité pour eux d'utiliser cet espace pour vivre. Pourtant, c'est à partir de ces tensions qu'un processus d'organisation s'est construit pour la construction d'une présence collective et légitime dans la ville.

3. Un territoire commun

Dans la ville de Belo Horizonte, la création de la coopérative d'Asmare est le premier pas vers une appropriation légitime du territoire par les récupérateurs sous la forme d'un commun que ce soit au sens d'Ostrom sur la gestion des biens, les matériaux recyclables, en « commun » qui découle d'un ensemble de règles instituées par le collectif qui le gère. Mais aussi au sens de Dardot et Laval, sous la forme d'un « agir commun » qu'ils érigent en principe politique d'autogouvernement. Ils construisent ce principe en donnant un éclairage étymologique sur le terme « commun » : « On comprend surtout que les termes « communis », « commune », « communia » ou « communio », tous formés sur la même articulation de cum et de munus, veuillent donc désigner non seulement ce qui est « mis en commun » mais aussi et surtout ceux qui ont des charges en commun. » (Dardot, Laval, 2014, p. 23)

Le premier sens de charge est compris dans le sens de responsabilité politique. Ils sortent de la vision d'un lien créé par la fonction et redéfinissent ainsi le terme :

« le terme de « commun » est particulièrement apte à désigner le principe politique d'une co-obligation pour tous ceux qui sont engagés dans une même activité. Il fait en effet entendre le double sens contenu dans munus, à la fois l'obligation et la participation à une

même « tâche » ou une même « activité » – selon un sens plus large que celui de la stricte « fonction ». Nous parlerons ici d’agir commun pour désigner le fait que des hommes s’engagent ensemble dans une même tâche et produisent, en agissant ainsi, des normes morales et juridiques qui règlent leur action. Au sens strict, le principe politique du commun s’énoncera donc en ces termes : « Il n’y a d’obligation qu’entre ceux qui participent à une même activité ou à une même tâche. » Il exclut par conséquent que l’obligation trouve son fondement dans une appartenance qui serait donnée indépendamment de l’activité. » (Dardot, Laval, 2014, p. 23)

Le groupe lié à la coopérative Asmare, se regroupant autour de la récupération des matériaux, transforme, par cette activité, un territoire d'exclusion en commun. Cela se traduit par le processus collectif de revendication politique d'un droit à un espace de travail organisé collectivement, en résistance aux « opérations de nettoyage ». La première lettre au maire pour obtenir de l'eau pour revendiquer leur espace en est la première pierre :

“Ici, les personnes vivaient au bord du fleuve. On leur rendait visite, on faisait du lien et, une nuit, la police est venue les expulser. Elle a tout pris, volé, tout cassé... Et ils sont restés sans rien. Donc nous avons commencé à chercher les groupes éparpillés dans la ville. La première chose que l’on a faite... Un des groupes était très indigné de ce qui était arrivé car 'Nous sommes des travailleurs, personne ne nous écoute, nous n’avons rien fait de mal !'. Ils voulaient parler de ça à la mairie. Je leur ai proposé de faire une lettre ouverte. C’est la 1^{ère} lutte politique qu’ils ont faite. Ils ont fait la lettre et ont appelé les groupes de droits humains qui pouvaient les aider et ainsi ils ont commencé à se politiser et ils n’ont jamais arrêté.”

Si ce commun collectif s'initie à partir d'un territoire limité qui est l'espace historique de travail de ces acteurs, la lutte politique qui les unit, bénéficiant de dynamiques idéologiques et des priorités d'agenda politique (Rossi, 2021) va se démultiplier et générer de nouveaux espaces amenant la création de règles concernant les territoires de collecte qui n'excluent pas le récupérateur de rue non organisé dans une association ou une coopérative :

« En dehors de l’association, la politique est que le recyclage n’est pas la propriété de l’association. Il est la propriété de la ville. Si vous le mettez dehors, il n’y a pas d’association qui peut dire que le matériel est le sien. Il y a un accord entre les associations qui divise les territoires, alors, dans ta main, non, il n’est lié à aucune association... Donc il [le récupérateur non organisé] peut aller sur tous les territoires et prendre le matériel. »

Le principe du *rodizio*²¹¹ de coopératives est un exemple parlant de cette régulation et du partage de la ressource. Les récupérateurs nomment ainsi le mode de gestion des matériaux amenés par un décret du gouvernement obligeant les entrepreneurs de travaux publics à amener leurs déchets aux coopératives du mouvement. Les coopératives se sont organisées pour y avoir accès à tour de rôle. Cette collaboration est d'autant plus symbolique qu'elle se réalise dans un contexte de baisse de la ressource :

« Aujourd'hui, peu de matériel arrive dans la coopérative mais nous avons beaucoup de charges, beaucoup de coopératives ont fermé. Il y a un matériel qui aide beaucoup les coopératives, c'est un décret public de Lula²¹² qui dit que tous les matériaux des immeubles publics doivent aller dans les coopératives. Ce matériel aide beaucoup. Nous faisons des *rodizios* de coopératives... elles tournent tous les 2 mois avec ce matériel. C'est une très bonne distribution »

Ce principe lié à une gestion collective des matériaux donnés par la ville de Belo Horizonte s'est aujourd'hui développé par la conquête de contrats de collecte des déchets signés avec la mairie. En effet, les coopératives et associations liées au MNCR sur le territoire sont, depuis 3 années en charge de la collecte des déchets sur certains quartiers de la ville.

Tableau 7 : répartition des secteurs par coopérative pour la collecte des déchets faites pour la mairie de Belo Horizonte.

COOPERATIVE	QUARTIER
COOMARP PAMPULHA	CASTELO
COOMARP PAMPULHA	BURITIS
COOPERSOLI BARREIRO	BURITIS
COOPEMAR	GUTIERREZ
COOPEMAR	BURITIS
ASMARE	BURITIS
COOPESOL LESTE	CIDADE NOVA
COOPESOL LESTE	CIDADE NOVA
COOPESOL LESTE	SERRA
COOPESOL LESTE	SAVASSI
COOPERSOLI BARREIRO	BARREIRO DE BAIXO
COOPERSOLI BARREIRO	BARROCA/GRAJAÚ/GUTIERREZ
COOPERSOLI BARREIRO	STO AGOSTINHO/BARRO PRETO
COOPEMAR	SÃO PEDRO

²¹¹ Littéralement ronde. Utilisé ici pour décrire le système de répartition tournant entre coopératives pour l'accès aux dons de matériaux.

²¹² Diminutif de Luiz Inacio Lula da Silva, président du Brésil de 2003 à 2011.

ASMARE	LUXEMBURGO
COOMARP PAMPULHA	BETÂNIA/BAIRRO DAS INDÚSTRIAS
COOMARP PAMPULHA	BELVEDERE
ASSOCIRECICLE	LOURDES/STO. AGOSTINHO
ASSOCIRECICLE	PADRE ESUSTÁQUI/CARLOS PRATES
COOPESOL LESTE	SANTA LUCIA/SÃO BENTO
COOPESOL LESTE	BARROCA/GRAJAÚ
ASMARE	SION
ASMARE	LUXEMBURGO

Les quartiers des collectes sont partagés entre les coopératives. La collecte réalisée sur un quartier par une coopérative précise n'est pas forcément à destination de cette propre coopérative, qui peut être amenée à livrer les matériaux dans une autre coopérative : « Nous amenons aussi des choses [matériaux recyclables] sur les autres coopératives. Notre chauffeur les amène pour nous, mais il peut aussi en amener pour M., pour N., donc ce n'est pas uniquement ici [dans la coopérative]. Le plus souvent il en emmène pour M. Et M. aussi, elle collecte pour elle et pour nous. ».

À partir du territoire local historique d'Asmare, un réseau d'acteurs de la récupération s'est créé et s'est regroupé dans des réseaux plus larges. La RedeSol en est une institution sur la région métropolitaine de Belo Horizonte.

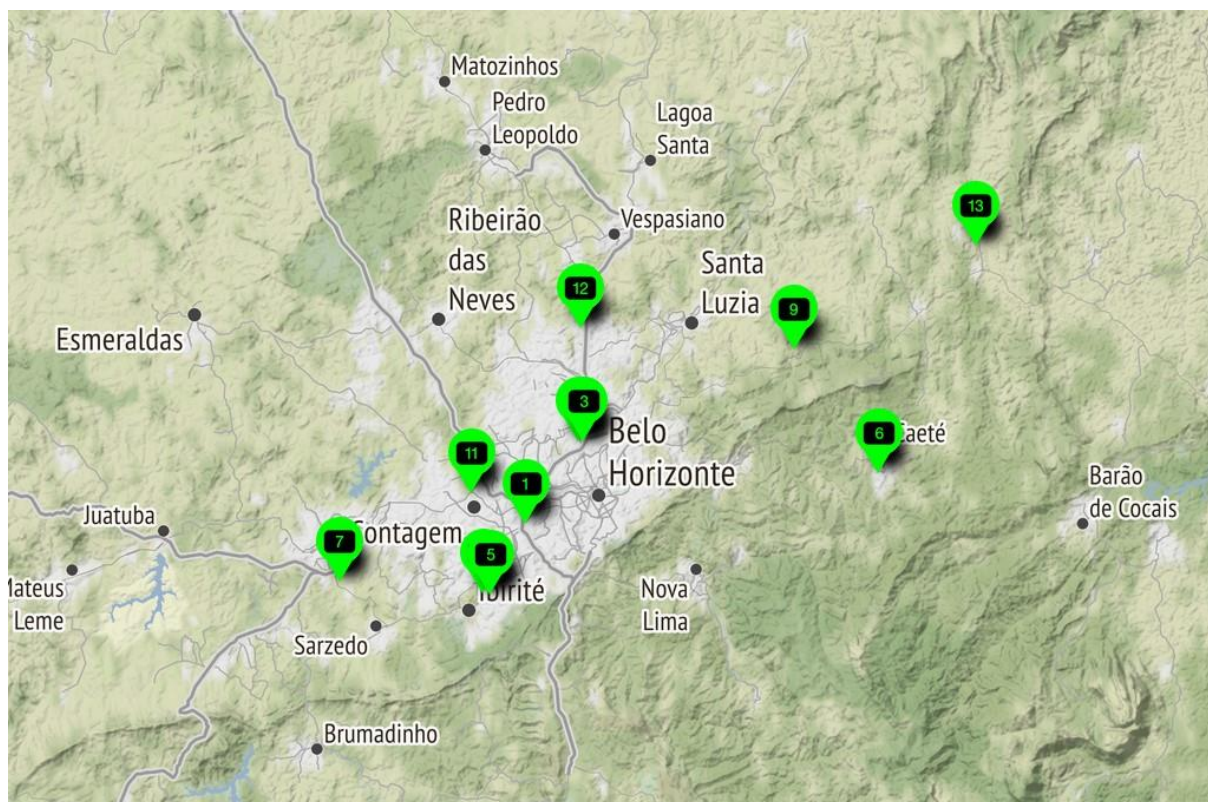


Figure 61 : localisation des membres de la Redesol. Document réalisé par l'auteure avec <https://umap.openstreetmap.fr>

1. Associarecycle-BH - Associação dos Recicladores de Belo Horizonte
2. Coomarp Pampulha - Cooperativa dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis da Pampulha Ltda - Unidade I – Antônio Carlos
3. Coomarp Pampulha - Cooperativa dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis da Pampulha Ltda - Unidade II – Caldas da Rainha
4. Coopemar Oeste - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste de Belo Horizonte
5. Coopersoli-Barreiro - Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos produtivos do Barreiro e Região
6. Agea - Associação dos Gestores/Catadores Ambientais de Caeté
7. Ascapel - Associação de Catadores de Pedro Leopoldo
8. Ascacon - Associação dos Catadores de Papel e Materiais Recicláveis de Congonhas
9. Associação Mãos Amigas - Associação Mãos Amigas dos Catadores de Materiais Recicláveis de Sabará
10. Comarb - Associação dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis de Baldim
11. Coopercata - Associação Rede Solidária de Contagem

12. Coopervesp - Associação de Recicladores e Grupos Produtivos da Vila Esportiva Região - Vespasiano

13. Unicicla - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Nova União

Cet exemple de territoire construit par un réseau de coopération économique et politique s'articule avec l'organisation du MNCR à l'échelle de la Fédération d'Etats du Brésil. Dans ce cadre, nous voyons un territoire commun se constituer par des liens qui sont des articulations politiques non hiérarchiques. Leur organisation spatiale est schématisée par un organigramme qui a la spécificité d'être circulaire :

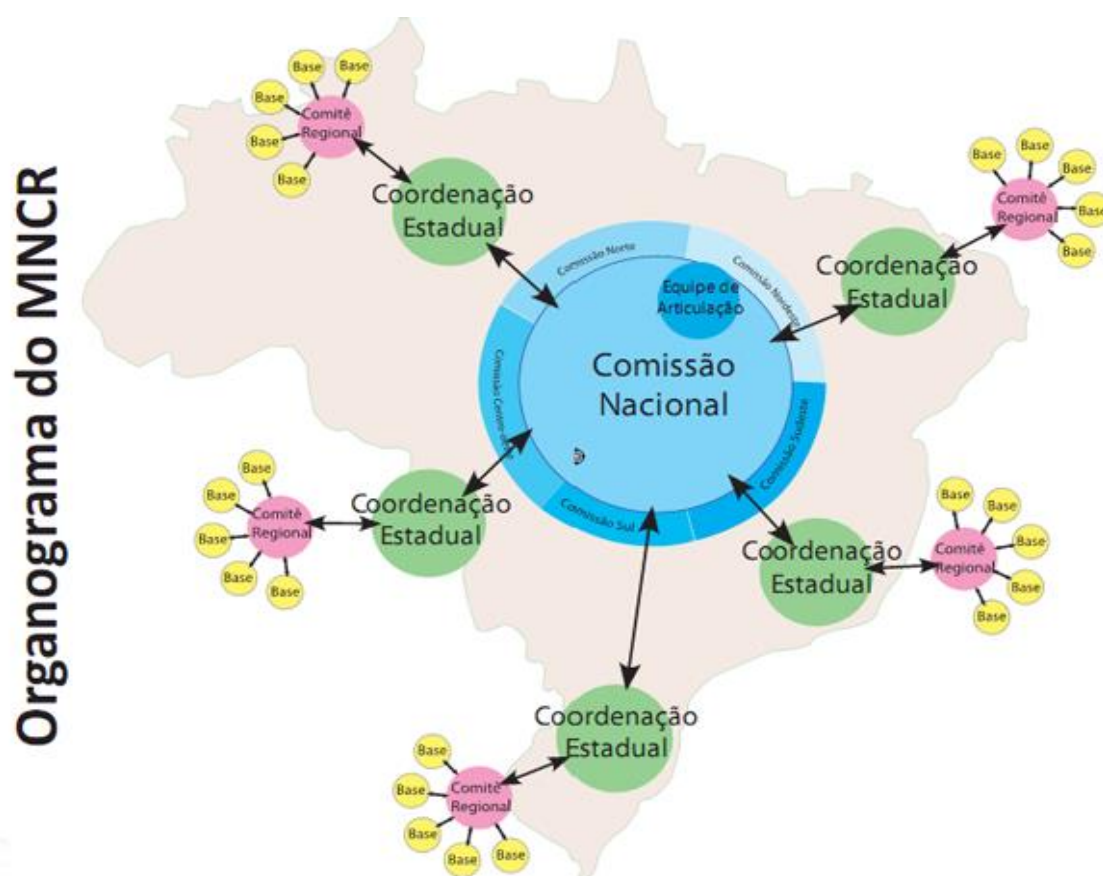


Figure 62 : Organigramme du MNCR. Source, Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p. 36-37.

Les "bases" sont les espaces locaux d'organisation des récupérateurs. Elles peuvent correspondre à des associations, des coopératives ou des collectifs sans structure formelle. Le passage aux échelles géographiques supérieures se réalise de manière systématique avec la désignation de deux représentants par chaque unité de base, permettant la circulation des informations entre chaque unité et à des échelles différentes. Les comités régionaux sont «

l'espace idéal pour les actions communes avec les bases en difficulté ou les luttes sociales locales. »²¹³ (Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p.18). La coordination d'état a la « fonction de planifier et d'organiser la lutte au niveau de l'état, en traçant des objectifs de croissance et d'appui aux difficultés régionales où il y aurait besoin. »²¹⁴ (Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p.18). Le niveau national est « l'instance maximale de décision du MNCR et a des missions et des demandes des récupérateurs de tout le Brésil. »²¹⁵ (Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p.18). Cet organigramme permet de sortir de la représentation d'un processus d'organisation descendant. Il schématise les relations entre chaque instance de manière bilatérale et sous forme d'une constellation d'instances avec une commission nationale centralisatrice. Aucun lien de hiérarchie n'est énoncé. C'est l'aller-retour entre les bases organiques, les commissions et les secteurs qui garantit le fonctionnement de la démocratie directe en tant que principe de l'organisation. Ce principe est aussi assuré par la pratique de l'action directe populaire sous forme d'un engagement de la part des membres à participer à la vie du mouvement, de ses luttes et dans la construction de ses revendications :

« L'action directe est un principe et une méthode qui porte le sens du protagonisme du peuple auto-organisation, c'est à dire que c'est le peuple qui doit faire directement les transformations, avec l'exercice de ses propres forces, union, organisation et action, sans vivre en attendant que les autres fassent pour nous, qui cela tombe du ciel comme un miracle ou un présent, sans que nous fassions d'efforts pour cela ; l'action directe peut être d'une personne pour le groupe, du groupe pour la base, de la base pour le mouvement, et du mouvement pour la société. »²¹⁶ (Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p. 21)

L'intérêt de la construction des règles de ce collectif et de son fonctionnement réside donc dans l'institutionnalisation par la base favorisée sur une échelle qui ne se limite pas au local mais a bien vocation à placer la voie des récupérateurs dans l'espace public à un niveau national à partir d'une massification du mouvement. L'échelle internationale se construit à partir des liens avec les autres organisations dans d'autres pays, fondée sur l'appartenance à une commune activité, pour des apprentissages et des luttes collectifs comme le décrit un des membres du mouvement :

"Nous faisons beaucoup d'échanges. Mais nous avons aussi des travaux ensemble car nous créons ensemble une législation américaine des récupérateurs. Nous avons fait un

²¹³ Traduction de l'auteure.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

secrétariat de réseau qui est divisé, avec le Brésil, le Chili... Dans ces espaces, nous discutons la question du continent. Nous sommes en train de commencer. On échange beaucoup avec les récupérateurs de l'Inde, de l'Afrique du Sud, du Maroc. Nous allons dans cette direction mais la structure qui existe est plus en Amérique latine. Nous avons l'habitude de copier dans l'autre ce qui est bon et apprendre ce qui est mauvais pour ne pas se tromper. La lutte est toujours la même pour tous les travailleurs exclus, la lutte est la même. Ce qui change beaucoup parfois est la culture. Par exemple, dans notre cas, on veut dire récupérateurs. Souvent quand on va dans un pays, ils appellent des personnes récupérateurs mais le récupérateur qui est là n'est pas le même qu'ici. Dans le sens où c'est une question culturelle. Le récupérateur de la Colombie n'est pas le même récupérateur qu'ici. Mais il y a une catégorie dont nous comprenons que l'essence qui nous unit est le travail. Nous ne cherchons pas des affinités dans nos différences mais dans ce qui nous unit."

Nous pouvons dire que le MNCR voit grand. Cette vision entre en dialogue avec les récupérateurs d'autres pays et continents. Le fondement de cette organisation internationale est d'aller au-delà des différences pour chercher les points communs. C'est d'ailleurs l'activité de récupération dans toute sa diversité qui fait lien. Cette échelle s'articule dans l'organisation GlobalRec qui relie des organisations dans plusieurs pays et sur plusieurs continents, liés depuis octobre 2022 par une constitution.

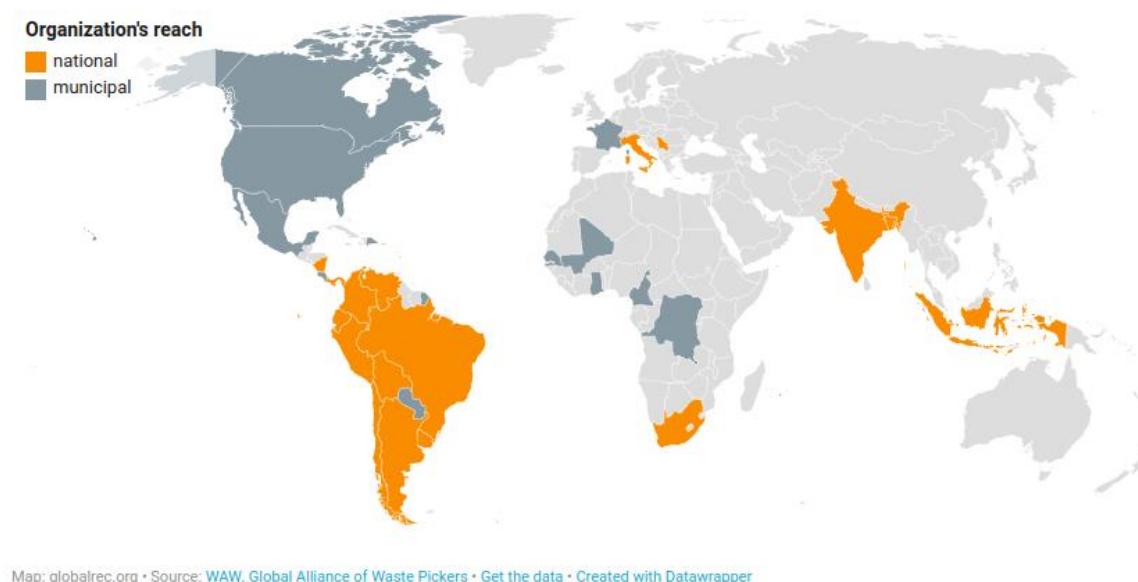


Figure 63 : carte des membres du réseau Globalrec. Source : <https://globalrec.org/fr/ou-sommes-nous/>

La dimension locale d'Asmare sur la ville de BH est donc dépassée par un réseau structuré d'acteurs de la récupération. Ici, les deux collectifs de la recherche en Ile de France et dans la région métropolitaine de Belo Horizonte coopèrent pour une traversée des frontières étatiques et symboliques autour de la construction de leurs droits. Autre temps symbolique de cette internationalisation du mouvement, la rencontre mondiale des mouvements populaires organisée par le Vatican pour une discussion collective sur leurs situations et perspectives (Czerny, Foglizzo, 2015). Ainsi, par ce processus d'organisation collective, les récupérateurs brésiliens ont construit un territoire commun au réseau et à la voie internationale transformant un territoire excluant en territoire inclusif.

IV. Un parcours de valorisation sociale

Si ce processus induit une transformation du territoire et de l'activité, les entretiens réalisés avec les récupérateurs indiquent que son vécu marque des transformations dans le parcours des personnes. L'activité est la porte d'entrée dans les collectifs, cependant, les acteurs mettent en paroles un mouvement qui, s'il renforce la sphère professionnalisante de l'activité, touche aussi aux sphères sociales de l'activité. Les récits des acteurs lus dans leur subjectivité sont autant d'éléments pour la penser.

1. S'initier

Le stigmatisme initial d'une profession touchant aux rebuts de la société est évoqué dans ces récits sous la forme d'une disqualification sociale menant à une marginalisation de la part de l'entourage amical ou de voisinage mais aussi parfois de la part de la famille :

"C : Et le préjugé ça n'a pas été difficile dans la rue ?

X : Assez. Tu es récupératrice, tu es une porcherie, tu es folle. Peu de personnes viennent dans ma maison. Ils ne viennent pas dans ma maison parce que je suis un porc.

C : Et ça continue aujourd'hui encore ? Ça s'est amélioré ?

X : Non, ça c'est un petit peu amélioré... Mais pas comme ça... Je n'ai pas souffert directement... Je pense que c'est à cause d'un manque de conscientisation. La société est très sûre de ce qu'elle sait, de ce qu'elle a. Et elle n'est pas très bien avec les choses que nous faisons."

"M : Je souffre des préjugés de la famille de mon mari que tu vas connaître aujourd'hui. Ils pensent que c'est un sacrilège (...) Ce sont des agressions...

C : Ce sont des agressions ?

M : 'Faire cela à mon fils est une 'agression', de faire ce travail... Mais je travaille. (...) Et socialement, il est marié avec moi. Et je reste avec les récupérateurs, je suis devenue une récupératrice. Pour eux, c'est une agression. Il y a des cousins qui ont un peu plus de sensibilité et qui sont un peu plus proches de moi mais le traitement est complètement différent. Ils pensent qu'ils ont une autre position sociale. »

Cette difficulté de statut social lié à l'activité s'accompagne de la propre difficulté physique du travail. Il est souvent qualifié de "pesant" dans le sens d'un travail physique fatigant. Les récits de problèmes de santé après un temps de travail sont récurrents. Par exemple, une des fondatrices de la coopérative Coopersoli, présente depuis 23 ans, se souvient qu'elle mettait au début 20 minutes à pied de chez elle à la coopérative. Par la suite, elle a senti une certaine fatigue et a fini par mettre entre 40 minutes et une heure pour le même trajet. Aujourd'hui, ayant trop porté de poids, elle a un problème au genou et ne peut plus faire le trajet à pied jusqu'à la coopérative. Elle ne peut plus porter de poids et doit se déplacer en voiture. Deux autres coopérantes ont évoqué des problèmes de colonne vertébrale. Une autre parle du ralentissement de son rythme de travail avec l'âge... De plus, l'omniprésence des déchets dans l'activité est vue comme une source d'insalubrité. Les récupérateurs se sentent en première ligne par rapport aux déchets et vulnérables face à des bactéries ou des maladies. Ainsi, l'on retrouve dans les récits une première impression inquiétante de ne pas supporter le travail :

« C : Au début tu n'as pas eu peur de faire de la récupération ?

X : Non, je n'ai pas eu peur. Je me suis dit que je n'allais pas le supporter, que je n'allais pas y arriver. Quand je suis arrivé pour faire le test, j'ai pensé que je n'y arriverai pas ! Le temps est passé, le temps est passé et je suis resté. Et ça a bien fonctionné. Ça va faire une année, Ça va faire une année que j'étais là-bas puis je suis venu ici. »

Certains rappellent leurs leviers pour tenir dans cette activité. "Il faut avoir de l'humilité", d'autant plus que cette activité ouvre la possibilité de se construire une forme d'indépendance financière face à laquelle le stigmatisme semble s'annuler :

"Je n'ai pas eu peur, parce que, quand on est plus jeune, on n'a pas peur de rien. C'était pour avancer, pour réussir... J'étais au chômage, j'en avais besoin. C'était une opportunité que je devais prendre. Je me suis posée, je suis vraiment restée.

C : Et le préjugé la honte parce que ça a commencé avec la récupération de rue ?

A : Au début on a commencé à faire la récupération dans la rue. Dans les premiers jours j'étais un petit peu timide. Avec un petit peu de honte, tu sais... Mais je n'avais pas d'options, je ne connaissais pas, c'est un tout petit peu... Ça a duré 2 ou 3 jours et ça s'est arrêté. J'avais pris le truc, je parlais avec tout le monde. Je n'avais plus de honte. Je le faisais normalement, je ne me préoccupais pas de qui m'a vu, qui ne m'a pas vu... Je ne regardais pas. J'étais en train de travailler, et c'est ce qui importait. J'étais en train de courir, en train de lutter pour avoir de quoi vivre."

L'importance de la récupération dans la vie des personnes est dite comme se situant dans cette possibilité de vivre, faire vivre sa famille, éduquer ses enfants, s'ouvrir des possibilités :

« X : La récupération, dans ma vie, ça signifie... Aujourd'hui, cela signifie tout. C'est ma survie, c'est ma dignité, c'est la conquête de mes objectifs pour construire une famille, pour me marier, pour nous acheter des bons vêtements, pour acheter des choses pour la maison. Donc ça signifie tout. La récupération pour moi, c'est un petit peu comme je t'ai dit. Il n'y a pas un travail, il y a des travaux qui sont meilleurs que les autres, mais, le meilleur travail c'est celui que tu as. Celui qui te donne un salaire, qui te permet une organisation pour ta maison. »

"M : J'étais au chômage. (...) Je ne savais pas quoi faire, je ne savais pas où travailler et quand N. m'a parlé, je me suis dit que c'était une opportunité et je suis venue. Grâce à Dieu ça m'a beaucoup aidé. Tu sais, j'ai réussi à faire beaucoup de choses. J'ai réussi à payer la garde d'enfants dans ma maison, j'ai pu acheter une télévision, j'ai réussi à faire beaucoup de choses grâce à la récupération. Pour moi la récupération est très importante et j'aime le faire. (...) La récupération pour moi, ça m'a ouvert des horizons. »

Ainsi, l'incertitude économique antérieure est dépassée par l'organisation en coopérative qui, au-delà de permettre des moyens de survie, donne l'accès aux droits sociaux comme la retraite et la garantie d'être payé. Si le salaire reste petit et non soumis à une obligation de salaire minimum, la chasse aux trésors de la récupération permet parfois de le compléter. Cependant, le plus beau trésor de ce processus est présenté comme l'amitié :

« C : Et, quel est l'objet le plus joli que tu ais trouvé dans les matériaux ?

F : La chose la plus jolie que j'ai trouvée dans les matériaux... Les amitiés. Tu sais, les gens, ils ont ce truc là... Ils viennent discuter avec moi. Comme je suis nouvelle, ils sont tous venus me voir pour discuter... Mon Dieu ! Toutes ses amitiés ! Elles sont très belles ces amitiés. Et s'il y en a une qui se sent mal, tout le monde s'en préoccupe. Je trouve ça très

bien. Je trouve ça très bien. Mais aussi on se dispute parfois entre les tables, avec les voisins. Mais personne n'en tient rigueur à l'autre... C'est bon, je trouve ça très bien, c'est l'union. »

Tout comme chez les récupérateurs français, cette union est symbolisée par l'image de la famille : "c'était plus un genre de petite famille" renforçant ce vécu d'une entraide. C'est donc collectivement que cet espace devient, pour les personnes, un lieu pour vivre dignement :

« X : Ce que j'aime.... Le salaire... Je pense que c'est la dignité, j'aime travailler avec dignité, d'une manière tranquille, bonne. Je suis en train de faire une chose qui est juste. »

« C : *Qu'est-ce que c'est que la récupération dans ta vie ?*

X : C'est de la dignité, c'est nettoyer la nature, soigner l'environnement. C'est ce que j'ai déjà dit, c'est la chose que je fais avec amour. J'aime le faire. Ce n'est pas une porcherie. Ce n'est pas sale. Il faut juste qu'on nous laisse faire, qu'on nous donne un espace pour le faire et la chose arrive. C'est la chose la plus douce que j'ai eu dans ma vie. Dieu m'a déjà montré le lieu, le chemin pour ma famille. Je pense que le chemin est celui-là. Tu y vas et ça va te donner de la force. »

Ce chemin vers la construction d'une dignité qui marque souvent une rupture dans les parcours de vie des personnes est donc vécu dans un dépassement de la réalisation d'une activité au statut social stigmatisé accompagné par le collectif des espaces du mouvement. Ainsi, ces espaces permettent aux récupérateurs un dépassement de cette disqualification aussi exprimé sous la forme d'un rite initiatique :

« P : Maintenant, je dis que je suis un récupérateur heureux parce que je suis déjà passé par tellement d'étapes... pour arriver jusqu'ici. J'ai affronté beaucoup de barrières.

C : *Tu veux parler de ces barrières ?*

P : Ces barrières, je t'en ai déjà parlé. C'est la compréhension, la connaissance, le dépassement vraiment, dehors : 'Ah ! Cette personne, elle travaille avec les déchets !'. Ils ne savent pas ce qu'est le déchet ! Qui sont les personnes et quelles sont les qualifications des personnes ? Ils pensent que ceux qui travaillent avec les déchets sont des personnes qui n'ont pas de responsabilités, que ce sont des personnes qui n'ont pas de toit, que ce sont des personnes avec qui ils n'ont rien à voir. Et j'ai vu tellement de personnes sans qualification, se qualifier dans ce travail. »

La dignité s'alimente de ce renforcement des récupérateurs par le collectif de la coopérative que ce soit en termes de pouvoir économique qu'en termes de savoirs et de qualification.

2. Se professionnaliser

Les récits du vécu du processus de participation à la Coopersoli montrent que cet espace de dignité se construit aussi à partir de savoirs spécifiques au métier de récupérateur qui sont transmis dans les coopératives. Un apprentissage se met en place comme le décrit cette récupératrice en précisant que c'est ce qui a fait la différence avec le travail dans la rue.

« X : À cette époque-là ça ne m'intéressait pas. Je préférais continuer à tenter toute seule pour voir ce que ça donnerait. Je récupérais mais je ne savais pas les noms. Je savais plus ou moins ce qui était facile pour moi... C'était le carton, mais je n'enregistrais pas les noms quand je recyclais. Mais je n'avais pas l'envie de savoir quel était le nom des matériaux, les différences. Quand je suis entrée dans la coopérative, j'ai compris. Je n'avais pas... Comment on peut dire... le savoir. Je faisais le travail mais je ne le comprenais pas. (...) Donc quand je suis entrée dans la coopérative j'ai appris. »

Le processus de professionnalisation se dessine dans ces différents savoirs et qualifications acquises par l'expérience et par les formations organisées par le mouvement ou par les partenaires. Ainsi une des membres fondatrices a retrouvé 24 attestations de participation à des formations depuis 2005. Ces attestations correspondent à des formations qui peuvent être techniques, sur la réalisation du travail de tri et de recyclage ou sur la gestion d'une coopérative. Elles sont aussi politiques concernant la mobilisation des acteurs, la construction d'une économie populaire solidaire et le renforcement politique des femmes. Ce nombre n'est pas exhaustif car il correspond uniquement aux attestations retrouvées par une des membres de la Coopersoli. Elle affirme qu'il y en a eu plus mais ne peut pas se souvenir précisément de combien. Le nombre d'attestations retrouvées montre l'importance du processus de formation dans la coopérative et dans le mouvement. Cela fait écho à cette qualification des membres de la coopérative qui ont permis de la faire grandir. Le travail dans la coopérative est décrit comme un processus d'apprentissage qualifiant sur lequel tient le développement de la coopérative : « Après, il y a eu le broyeur, et nous avons commencé... Comment on dit ?... Nous avons commencé à nous qualifier, nous qualifier... Et nous avons grandi. ».

Cette professionnalisation est un défi au cœur du métier des récupérateurs autour de la création de valeur. En effet, par leur travail, les récupérateurs se vivent comme acteurs d'un processus qui donne de la valeur aux matériaux, aux personnes et à leur travail :

« En travaillant on donne de la valeur. Le travailleur donne de la valeur. Le récupérateur de rue, les personnes qui sont en train de recycler ici, les personnes dans les décharges... C'est comme ça que nous apprenons à donner de la valeur à ces personnes parce que, celui

qui est dehors, en train de prendre les déchets, en fait avec notre travail, on donne de la valeur à ces personnes. Parce que ces personnes sont sales, parce qu'elles passent la journée entière en étant sales, parce qu'elles sont dans les déchets. Ici on prend de là, du mélange, on prend dans les sacs, on prend dans les mélanges et on apprend à donner de la valeur à ces personnes qui sont là, dehors et qui prennent directement dans les déchets. Parce que si elles sont là dehors en train de prendre dans les déchets, c'est qu'elles sont en train de nettoyer notre extérieur, parce que nous sommes toujours en train de salir. Donc j'ai appris à donner de la valeur. »

Pour cette récupératrice, donner de la valeur est intimement lié à la reconnaissance sociale de l'activité. Elle l'entend comme un don de valeur aux déchets en les transformant en matériaux, à la nature en la nettoyant mais aussi aux propres récupérateurs qui gagnent en valeur par ce travail. Leur professionnalisation amène donc le défi de la reconnaissance sociale et salariale de la valeur de ce travail. La reconnaissance de cette valeur est un des défis principaux pour eux :

« P : C'est ça... valeur dans les deux sens. Un de reconnaissance parce que c'est un travail très important pour le monde, pour notre pays, c'est logique. Et une reconnaissance de la valeur... Parce que le récupérateur, il est très... Son salaire est très bas. Tu comprends ? S'il n'y a pas un projet, un partenariat avec une ville, avec un état... Alors ce qu'il gagne ne va pas s'améliorer. Alors que, dans la situation, ils méritent un salaire digne. Tu comprends ? Des ressources, avoir une assistance. Des choses qu'ils n'ont pas, ils ne sont pas reconnus. Tu comprends ? »

Ce défi est soutenu par les apprentissages individuels des personnes sous la forme d'une confiance en soi permettant de prendre soin de soi en tant qu'individu et de grandir :

« Elle dit toujours aux jeunes filles 'Vous devez faire attention à vous', et parfois on est tellement dans ce quotidien... À faire attention à nos enfants, à faire attention à la maison... Mais il faut aussi qu'on s'occupe de nous. Et ça, je l'ai appris avec elle [une des fondatrices de la coopérative]. J'ai appris à faire attention à moi. Je suis vivante, je suis une personne, je suis belle... Et donc, il faut que je fasse attention. Donc nous avons aussi appris un petit peu cela... Que nous devons faire attention à nous. Donc je trouve cela aussi très bien. Et c'est ça, je pense que nous avons beaucoup appris. Parfois, les jeunes filles disent 'Mon Dieu, nous étions tellement petites et maintenant nous sommes grandes' et nous allons continuer à grandir. »

La dignité de l'activité de la récupération est, dans le cadre du mouvement, liée à son utilité environnementale. C'est un point qui est largement valorisé dans les formations du

MNCR comme le montre le cahier de formation sur les droits humains et les récupérateurs de matériaux recyclables (MNCR, PANGAEA, 2008). En réponse à la question « Qui nous sommes ? », il est souligné que « Nous, les récupérateurs, sommes fiers d'être de véritables défenseurs d'une vie humaine saine, d'aider à préserver les ressources naturelles de l'environnement » (MNCR, PANGAEA, p. 8). Ainsi, la professionnalisation est liée au processus identitaire des récupérateurs qui a commencé dès le début du mouvement, quand les récupérateurs ont commencé à se penser comme des travailleurs. Aujourd'hui, le MNCR forme les récupérateurs aux savoirs qu'ils pratiquent quotidiennement ainsi qu'à une valorisation par le retournement du stigmate qui fait passer les individus du statut de mendiants au statut de professionnels à forte utilité environnementale. Cet extrait d'entretien montre que les récupérateurs s'approprient cette valorisation :

« Quand on me demande où je travaille, je dis que je travaille dans une coopérative de recyclage, dans la Coopersoli. Je n'ai pas peur d'en parler aux autres et d'être rejeté parce que je ne fais rien de mauvais. Je ne fais rien de mauvais, et, en plus, je fais quelque chose de juste, et j'aide la planète. Parce que tu imagines s'il n'y avait pas de coopérative de recyclage... Tout ça serait du déchet. Ce serait du déchet et le monde serait plus pollué. Les fleuves, les égouts seraient plus pollués. Beaucoup de choses qui viennent ici iraient aux déchets au lieu de venir ici. Et ce n'est pas tout le monde qui a cette conscience du recyclage, de séparer. »

La professionnalisation passe donc par un processus de formation technique, mais aussi politiques, notamment sur la fonction environnementale de l'activité. Elle est un élément clé du processus de valorisation que vivent les acteurs des différentes organisations.

3. Proposer une place

Au-delà d'une profession, les acteurs racontent que participer à ce mouvement leur permet de se trouver un espace de vie qui solutionne leurs besoins considérés traditionnellement comme fondamentaux (alimentaire) ainsi que le besoin social d'avoir une place. Une récupératrice dit s'emparer de cet espace car il lui redonne une humanité. Nous retrouvons encore une fois cette fonction de résistance à la violence d'un parcours disqualifié :

« Moi, j'ai eu beaucoup de séparations, on n'avait rien à manger... et parfois, il y avait de la nourriture qui arrivait et je n'avais pas le droit de manger... Il fallait que je mange les

restes²¹⁷... Donc, la Coopersoli, elle te montre toutes les opportunités avec des personnes... Ici, tu as le droit de parler, de montrer que nous sommes des personnes. »

Cet espace leur permet parfois de se construire une nouvelle vie. Cela se comprend notamment dans le discours de deux membres qui sont arrivés après un parcours dans le monde de la criminalité : "Je peux te le dire que c'est une fierté d'être ici. Il y a beaucoup de gens... je leur dis que j'ai beaucoup de fierté d'être ici. Je me sens fier d'être ici à l'intérieur. Aujourd'hui je n'ai plus besoin de courir, je n'ai plus besoin de me cacher de la police... ». Un autre récupérateur déclare un changement de vie : « mais grâce à Dieu ce travail ici a beaucoup changé ma vie. En premier il y a eu ce lieu et en deuxième il y a eu Flavia. Et je ne veux pas retourner dans l'autre monde ». Le discours montre que ce mouvement est même désirable, en opposition à l'image stigmatisée qui y est communément associé. Cette désirabilité permet donc de s'afficher en tant que membre du mouvement, notamment en portant les différents signes identitaires du mouvement comme le tee-shirt :

« Quand je m'en vais je pars de cette manière-là (*montre son tee-shirt du mouvement*). Si on me demande d'enlever mon tee-shirt, je suis tout nerveux. J'aime être comme ça... J'aime marcher comme ça. Je me sens bien comme ça. J'enlève ces vêtements seulement au moment de prendre une douche. Je viens toujours avec ce tee-shirt sauf que je le lave tous les jours. Tous les jours je le lave quand je prends mon bain ! Je sue dans ce tee-shirt... ce tee-shirt, c'est le premier tee-shirt que j'ai eu ici. (...). Pour moi, c'est un drapeau, c'est un trophée. Tu comprends ? Parce que, dans ce monde, j'ai gagné beaucoup de trophées mais le meilleur que j'ai eu, est celui-ci. »

L'espace de la Coopersoli est racontée comme un espace qui donne une chance à autrui. Il a été important pour les personnes qui l'ont fait vivre. L'objectif est qu'il continue à avoir ce rôle aussi pour les générations futures, pour leur permettre un espace de rêve :

"Pour moi, la Coopersoli m'a donné une chance. Et je vois cela comme la meilleure chance que j'ai eu dans ma vie. Je veux laisser pour ceux qui vont arriver par la suite, parce que nous avons tous un rêve et qu'ils ne s'arrêtent pas de croire dans le rêve. Parce que rêver, c'est très bien, mais il faut faire en sorte qu'il devienne réalité. Et ce rêve auquel j'ai cru, je vais toujours m'en occuper parce que c'est en ce rêve que je crois... De voir mes filles bien, de voir la Coopersoli bien... Tu sais... De voir mes compagnons bien. Et je remercie beaucoup les personnes comme toi d'être avec nous, parce que tu crois dans notre projet

²¹⁷ La personne fait ici référence à son travail de domestique qu'elle faisait avant d'entrer dans la coopérative et qui se rapprochait d'un travail esclave.

(pleure)... Parce que nous avons besoin d'avoir des personnes comme ça. Parce que certains jours, là où il y a des petites personnes, on découvre qu'il y a des personnes qui s'occupent de beaucoup de choses que parfois nous ne percevons pas. Et c'est eux qui donnent une valeur à la chose. »

Dans ce discours, la récupératrice associe la part de rêve à la matérialisation du processus inhérent au mouvement de don de valeur. Il a déjà été discuté précédemment, et associé au rêve, il permet aussi de projeter une continuité à l'existence de ces coopératives qui sont vécues par les acteurs comme des espaces affectifs. Nous retrouvons la métaphore du mariage dans le discours qui suit :

"S : Je vais toujours pleurer... Pour raconter cette histoire sans pleurer, ce n'est pas possible. Je pense que c'est aussi une manière de remercier, d'être émue et souvent pour remercier vraiment... Parce que, ce que je vais te raconter c'est comme un mariage, C., que tu fais et dans lequel il va y avoir les pour et les contre. Et dans toutes les histoires de chacun, il y a ça. Tu as un compagnon et il y a des jours où tu as envie de partir mais non, nous avons une direction... C'est comme tout dans la vie... Quand tu vois les personnes qui racontent une belle histoire après une cinquantaine d'années, par quoi ils sont passés pour y arriver ? Il y a une histoire, ça ne peut pas être autrement... Tout n'est pas merveilleux. Nous avons parfois des hauts et des bas. Ce qui est important est que nous continuons fort, que nous continuons en emmenant ce bagage, cette chose qui est à nous."²¹⁸.

C'est ici l'image de la famille qui revient et qui semble prendre le pas sur la fonction économique de ces emplois. Cet extrait rappelle à la difficulté physique du travail tout en rappelant ses bénéfices dans la construction d'une famille. Les coopératives sont donc, dans les discours recueillis, vécus comme des espaces qui permettent de se construire une place économique, sociale et politique. Le processus d'insertion dans le mouvement des récupérateurs brésiliens, par les coopératives est raconté par les membres comme un processus ambivalent car à la fois soutenant et en même temps parfois stigmatisant en raison de l'activité. Cependant, c'est bien le propre de ce processus d'accompagner les personnes dans le passage des différentes barrières et étapes de ce travail, la première étant la lourde disqualification liée au lien avec le déchet et au statut social de la majorité des professionnels. Ce dépassement se construit dans des espaces collectifs décrits comme des espaces d'entraide mais aussi d'apprentissages. La formation se réalise dans le processus et dans des temps de formations spécifiques. Ces multiples renforcements personnels sont ce qui cristallise les différents espaces du mouvement

²¹⁸ Membre fondatrice de la Coopersoli.

comme des espaces laissant une chance. L'inclusion et la multiplication sociale pensée par la théologie de la libération se lisent dans ces témoignages. Ce rite initiatique accompagné permet la réalisation d'un processus de retournement du stigmat initial qui ne se limite pas au plaidoyer officiel du mouvement mais est aussi vécu et intériorisé par ses acteurs.

V. Exister dans l'invisibilité

Malgré un parcours qui semble aujourd'hui stabilisé et dans lequel la stigmatisation paraît plutôt se conjuguer au passé, les observations de terrain ont mis en exergue des tensions dans ce processus d'institutionnalisation de la reconnaissance d'une activité associée à la marginalité.

1. Des professionnels stigmatisés

Si les récupérateurs expriment que, dans ce processus de professionnalisation lié à leur intégration dans une coopérative, ils ont pris conscience de la valeur de leur travail en tant que métier, ils ont réussi à l'instituer dans la société pour son utilité sociale. Ils l'expriment tout d'abord par le sentiment que les mobilisations, les espaces de dialogue, la visibilité qu'ils ont donné à leur activité a permis une démultiplication de leur reconnaissance au sein de la société civile ainsi qu'auprès des gestionnaires publics :

« Donc nous avons commencé à amener la société à être en contact avec la question du recyclage mais dans un autre contexte. Donc nous avons commencé à faire quelques interventions ludiques montrant comment on faisait la récupération, dans les espaces de formation des opinions comme l'université, l'assemblée... et à partir de là notre thème s'est multiplié, cette idée de voir le récupérateur comme un travailleur. Et cela a augmenté, augmenté, augmenté... (...) le mouvement travaille dans les sphères nationales, ça a commencé à se dire pour que le gouvernement fédéral élabore au niveau de l'état et par conséquent que l'état le fasse au niveau des villes. Sortir de cette logique de nous voir comme des déchets pour nous voir comme des travailleurs. Et ils ont commencé à nous voir comme un service public. Aujourd'hui, les récupérateurs sont reconnus grâce à un grand partenariat avec la société et les gestionnaires publics. ».

Les acteurs recréent donc cette dynamique de construction collective au sein de la société en y amenant leur vision et leurs solutions. En ce sens, ils considèrent la société comme

un commun. Par la valorisation de leurs valeurs collectives appliquées à la société, ils élaborent une autre manière d'y faire société en étant protagoniste de sa construction. Au-delà d'une valorisation de leurs activités, leurs actions sortent du périmètre professionnel et il s'agit bien pour eux de valoriser cette culture construite collectivement : « En vérité c'est une culture que tu vas implanter. Il y a toutes ces dimensions ; nous avons travaillé toutes ses dimensions ensemble, d'environnement, culturelles... donc tu vas faire s'élargir cette vision ». Par ce processus, la reconnaissance acquise est basée non seulement sur une valorisation de leur activité mais aussi sur un retournement du stigmate initial qui leur collait à la peau. En effet, saisissant le contexte des problèmes de gestion des déchets au Brésil et la médiatisation de la thématique du réchauffement climatique, ils se positionnent comme une solution. Le renversement est radical car le processus leur permet de passer du statut de problème d'ordre public au statut de solution face à des enjeux d'actualité, considérés centraux par une partie de la société brésilienne.

Rossi (2021) montre comment cette reconnaissance a été construite par les membres du mouvement mais aussi par une conjoncture politique qui a permis un dialogue et un appui du gouvernement Lula. Marqueur de l'institutionnalisation de cette reconnaissance, en 2014, le métier de récupérateur de matériaux recyclables a été intégré dans le registre des métiers brésilien²¹⁹. Le métier est aussi aujourd'hui reconnu par l'Organisation Internationale du Travail²²⁰. Des instances de dialogues et de négociations ont été créés comme le CIICS (Comité Interministériel de l'Inclusion Sociale et Economique des Récupérateurs de Matériaux Réutilisables et Recyclables) avec la participation des représentants du MNCR. Par son étude de terrain, elle a pu retracer l'importance des interactions entre le MNCR et les participants à cet instance composée d'acteurs de la société civile et d'acteurs étatique. Par cet investissement, le mouvement est entré au cœur de la vie gouvernementale. Il a obtenu des passerelles pour transmettre ses propositions, notamment concernant une législation liée à la reconnaissance de la récupération. Ainsi, plusieurs lois et décrets ont été produits ainsi que des projets financés pour renforcer les activités des récupérateurs :

- 2006 : décret présidentiel pour la collecte sélective solidaire (Décret n. 5.940/2006) qui rend obligatoire le don des matériaux recyclables de l'administration publique fédérale aux associations et coopératives de récupérateurs.

²¹⁹ Classificação Brasileira de Ocupações, code 5192.

²²⁰ Code 9361.

- 2007 : Politique Nationale pour l'Assainissement de Base (Política Nacional de Saneamento Básico, PNSB) instituée par la Loi Fédérale n. 11.445, qui a levé les difficultés juridiques et rendu possible la réalisation de contrat de service entre les pouvoirs publics municipaux et les coopératives ou associations de récupérateurs. Aujourd'hui²²¹, à Belo Horizonte, six coopératives sont en contrat avec la mairie pour la réalisation de la collecte sélective sur 25 quartiers.

- 2010 : Politique Nationale de Gestion des Déchets (Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS) qui reconnaît l'importance des récupérateurs dans la politique de gestion des déchets brésilienne et incite les municipalités à travailler en priorité avec les coopératives ou associations.

- 2007 à 2016 : Programme associatif Cataforte réalisé en trois phases, il a été financé par des fonds publics en vue de soutenir les récupérateurs en termes de formation, d'appui technique, de développement de nouvelles structures et renforcement de celles déjà existantes. Le budget global indiqué par Rossi (2021) sur les 3 phases est de 240 millions de réais, correspondant à environ 46 millions d'euros. C'est la troisième phase du programme qui est la plus financée, à partir de 2014, et portant sur la professionnalisation des structures pour augmenter leur compétitivité sur le marché du recyclage. Le budget annoncé est de 200 millions de réais (Rossi, 2014) équivalent à 38 millions d'euros.

- 2010 : Programme associatif Pró-Catador ouvert par deux appels gouvernementaux pour le financement d'actions de renforcement, de formation, de développement et de création de structures pour les récupérateurs. A la différence du projet Cataforte, le public visé sont les récupérateurs n'ayant pas encore d'organisation formalisée et travaillant le plus souvent dans les décharges.

Si cette articulation avec les instances publiques ainsi que l'officialisation de la place du récupérateur dans l'organisation de la gestion des déchets est une conquête, elle semble s'instituer par des tensions. En effet, Rossi (2021) montre par son travail d'entretiens avec les participants aux espaces de négociations que, si la participation du MNCR dans la construction des propositions a été forte, sa participation dans les projets opérationnels est plus compliquée. La montée en puissance des financements dans le cadre des trois phases du projet Cataforte est un indicateur de l'intérêt pour cette activité, cependant, les normes juridiques des appels à candidature pour la mise en œuvre des projets a écarté les organes de représentation du mouvement de leur mise œuvre à l'échelle nationale. L'ANCAT n'a pas pu se positionner en

²²¹ Situation en août 2022.

tant que maître d'œuvre principal national des projets pour des raisons administratives. Un doute est ici mis en valeur par Rossi sur le réel bénéficiaire de ces projets. Etant donné les tensions, des questions sont apparues pour savoir si ses projets étaient destinés aux organismes maîtres d'œuvre ou pensés dans l'intérêt des récupérateurs. Le processus de normalisation de la machine administrative met les récupérateurs à la marge.

Si les luttes organisées par le mouvement ont permis un renversement du stigmate, faisant passer les récupérateurs de problème à solution, un des membres de l'ANCAT propose une analyse des raisons de cette limitation récurrente du pouvoir des acteurs. Il souligne l'importance de la médiatisation des problèmes environnementaux dans la reconnaissance du mouvement social qui a permis aux récupérateurs de gagner une place en tant qu'agents environnementaux. Cependant, le stigmate de leur condition sociale résiste et il réapparaît lorsqu'il s'agit de les envisager comme des acteurs économiques malgré leur rôle d'inventeurs de cette « niche économique » :

« Il y a une discussion très grande avec les entreprises privées qui reçoivent des millions pour pouvoir faire la gestion dans les villes. Elles ont des contrats avec les villes et elles reçoivent des millions pour cela. Et le récupérateur est à peine un agent environnemental, un pauvre petit, un utilisateur de l'assistance sociale caritative. »

Nous retrouvons ici la disqualification sociale évoquée par Paugam (1991) qui fige les identités dans une dévalorisation liée à une situation de dépendance à des dispositifs d'aide publique. Cette notion de « pauvre petit » par son emphase indique le déséquilibre d'un certain rapport de force symbolique et économique. La sensation d'être « petit » est partagée par les récupérateurs mais elle fait partie de leur lutte : « Il y a des gens qui disent que c'est dur d'arriver à quelque chose, que ce sont juste les grands qui y arrivent... Mais les petits, aussi, de temps en temps, ils arrivent à avoir des petites choses. Donc il faut aller les chercher. ».

2. Deux modèles en tensions : thanato-économie versus économie de la vie

Cette stratégie d'aller à la conquête d'une reconnaissance, de droits sociaux, a commencé par la construction d'une force économique en fonction des valeurs et principes du mouvement. Le modèle du MNCR entre en tension avec le système économique dominant dans lequel il essaye de se construire une place. Les récupérateurs tentent de répondre collectivement à leur propre situation de « pauvreté absolue » (Oliveira Freitas, 2005) par la construction d'un

système dont ils sont les acteurs et qui leur permette de répondre à leurs besoins de base (alimentation, logement, santé, place sociale). Leur démarche étant collective, nous avons vu qu'elle est fondée sur le principe d'inclusion et d'accueil de l'autre dans le processus, tout en valorisant une activité utile et saine pour l'environnement. Cependant, cette visibilité gagnée dans la lutte entre parfois en tension avec la primauté de la rentabilité économique dans une économie de marché dominante.

La démultiplication d'intérêts pour le travail des récupérateurs démultiplie aussi le nombre d'acteurs la réalisant. Cela crée une tension dans son organisation par un phénomène de concurrence dans la collecte des matériaux. En effet, les coopératives et associations se professionnalisent et se développent majoritairement dans les hangars. Elles ont un cadre d'horaires de travail à respecter et se trouvent parfois en concurrence avec les récupérateurs de rue qui ont plus de souplesse, arrivent en premier et prennent les matériaux les plus nobles. La concurrence est ainsi décrite :

« Tu trouvais beaucoup de choses dans la rue, alors que, aujourd'hui, non. Aujourd'hui la population a augmenté, et aujourd'hui il y a beaucoup de personnes qui défendent cela. Il y a beaucoup de récupérateurs. La spéculation a doublé dans le monde d'aujourd'hui. Aujourd'hui tu ne vois plus... En fait c'est presque... Tu vois une canette là et tu vois 5 mains pour la prendre... Une canette. C'est celui qui est le plus futé qui la prend. »

L'augmentation de la concurrence est expliquée par le nombre massif de chômeurs et le manque de place dans les coopératives : « Avec tous ces chômeurs, les coopératives ne vont pas avoir les moyens de tous les accueillir. ». Ceux-ci vont donc directement dans les décharges, faisant diminuer drastiquement les ressources. Dans la rue, il y a une succession d'acteurs qui récupèrent les matériaux en fonction de leur moment de passage sur le territoire :

« Le meilleur matériel, le premier qui le prend est la mairie. C'est après qu'il y a le récupérateur informel. Donc, il y a un échelonnement dans la qualité des matériaux. Le meilleur est pris par le professionnel de la mairie qui sont les métaux qui ont de la valeur, l'aluminium, l'électronique, les belles choses... Ils les prennent en premier, les choses que les habitants jettent. Ensuite vient l'informel qui prend des cannettes... et le troisième est l'association qui prend le papier, le carton et les verres, ce qui a moins de valeur. Cela est réellement un problème, mais nous n'avons pas encore trouvé de solution. »²²².

²²² Membre fondateur du MNCR.

La concurrence dépasse l'échelle locale et s'insère dans une dimension structurelle internationale. En effet, si le déchet est un bien vacant, il est un bien très convoité surtout dans le contexte actuel de crise d'épuisement des matières premières. Comme le souligne Jérémie Cavé (2015), au travers de son étude de la situation de récupérateurs en Inde et au Brésil, le contexte actuel favorise un conflit autour de cette ressource dont le potentiel économique est de plus en plus connu. Ainsi, des nouveaux acteurs entrent en jeu :

« L'émergence de stratégies industrielles consistant à identifier une partie des déchets comme ressources de substitution à des matières premières vierges de plus en plus chères indique que le champ de la récupération est en train de muter. Avec un quart seulement des déchets produits à l'échelle mondiale qui n'est pas enfoui, le potentiel de développement des activités de « valorisation » des ordures est en effet colossal. Ainsi, le secteur de la gestion des déchets est en voie de marchandisation. Loin du modèle fragile de la « collecte sélective municipale », tel que nous le connaissons en France, c'est en réalité un véritable marché mondial d'extraction de matières « secondaires » qui est en train de voir le jour » (Cavé, 2015, p. 135-136)

Cavé, en s'intéressant à la situation des récupérateurs au Brésil et en Inde par le prisme de l'appropriation des déchets en tant « qu'objets *précisément définis par leur abandon ?* » (2015, p. 30) dégage ce déséquilibre des forces économiques et la stratégie de dévalorisation des entreprises dominant le secteur :

« les récupérateurs.trices informel.le.s, parce qu'ils sont désormais imbriqués dans la globalisation industrielle, sont taxé.e.s d'archaïsme et d'illégalité par des acteurs infiniment plus puissants, qui ne s'étaient jamais souciés, jusque-là, des montagnes d'ordures qui dévastent notre planète. Or il y a quelque chose de profondément révoltant dans l'idée que les déchets, symptômes – s'il en est – de la faillite du système capitaliste, soient aujourd'hui le lieu d'une énième dépossession en vue d'une extension des logiques d'accumulation au profit de quelques-un.e.s » (Cavé, 2016, p. 141)

Ce déséquilibre est dénoncé par le MNCR lorsqu'il décrit le fonctionnement de la chaîne de production du recyclage. Ce schéma, issu d'une vidéo pédagogique du mouvement l'illustre avec une partie bleue qui correspond au travail réalisé par les récupérateurs et une partie rouge qui correspond aux bénéfices issus du recyclage.

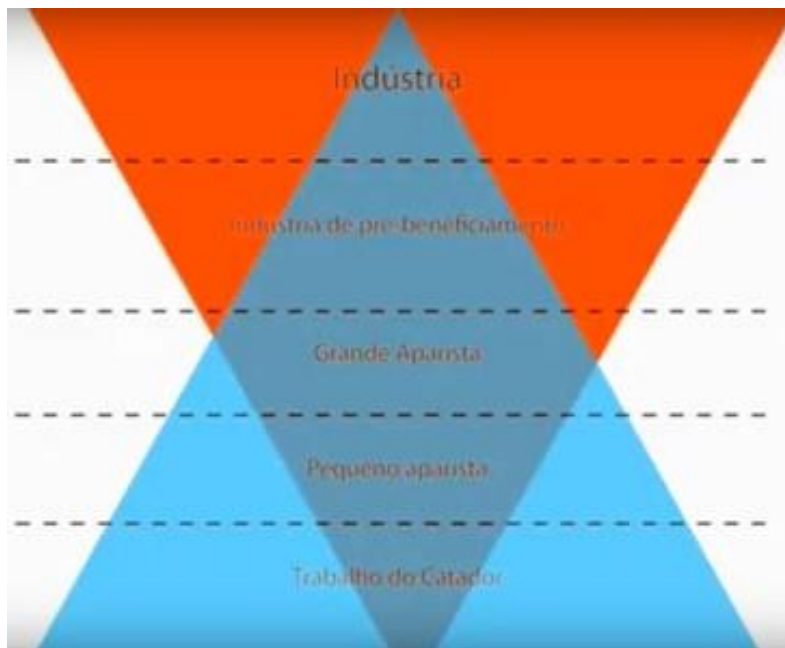


Figure 64 : schéma du déséquilibre entre les récupérateurs de matériaux et les entreprises de recyclage. Source : vidéo de formation du MNCR, https://www.youtube.com/watch?v=f03caxg_6ms

Ils schématisent ici le déséquilibre entre le travail fourni par les récupérateurs et leur rémunération pour mettre en valeur leur exploitation qui est considérée comme du travail esclave : « 90% de ce qui arrive dans l'industrie brésilienne passe par les mains des récupérateurs mais seulement 10% des bénéfices leur reviennent. C'est pour cela que l'on dit que c'est un travail esclave. ». Dans cette lutte de David contre Goliath, le MNCR propose de gérer la tension par le propre principe d'inclusion. La pénurie de matériaux est comprise comme le signe de la nécessité d'étendre encore plus l'activité car il y a des matériaux pour tout le monde : « nous croyons à la chose suivante : aujourd'hui notre collecte sélective ne touche que 3% de la ville. Donc, si on agrandit la collecte, il y a de l'espace pour tout le monde. ». Il y a, ici, une tentative d'articuler les deux défis des récupérateurs entre économie et social : « Dans les coopératives nous devons faire cohabiter et essayer de concilier la question économique avec la question sociale. ».

Les coopératives sont des lieux d'accueil de tous et des solutions sont cherchées pour tout profil de travailleur. Ainsi, le défi de l'inclusion d'une personne au rythme de travail très bas est aussi réfléchi. Un travail est réalisé pour l'intégration et le maintien des droits des personnes âgées et handicapées à l'activité :

« Si tu as un handicap, tu es âgé, tu ne vas pas produire comme un jeune donc à cause de cela, on te met dehors... Cela ne peut pas être un critère dans un travail autogestionnaire car c'est un défi. Vous un avez un secteur pour les personnes âgées, tu institues cela, elle a un plus petit capital productif mais elle ne va pas arrêter d'être un membre de la coopérative, avec les mêmes droits que les autres membres. »

Les espaces des coopératives sont donc des espaces qui vont au-delà de la production économique par les valeurs qu'elles essayent de rendre concrètes (solidarité, inclusion, autogestion...). Cependant, dans cette dynamique la question de la rentabilité économique constitue un frein. Pour s'adapter au rythme des récupérateurs de rue, la Coopersoli a essayé de leur acheter leur matériel sans bénéfice mais ce système a dû être arrêté par manque de trésorerie. Il y a donc une tension claire qui s'institue entre les deux projets, économique et social. Il entre aussi en tension avec le projet environnemental. Les entretiens et observations montrent que les récupérateurs se sont appropriés leur importance que ce soit en terme de nettoyage de la ville, pour la rendre plus agréable mais aussi à une échelle plus large, en tant qu'acteurs de la lutte contre le réchauffement climatique. Le principe du marché interfère avec cet objectif car ce sont les possibilités de vente des matériaux qui fixent leur statut. Me formant au tri des matériaux lors de l'enquête de terrain, je me pose une question de manière récurrente : « qu'est ce qui est du matériel recyclable et qu'est ce qui est du déchet ? ». Un des critères pour le définir est le principe de marché car un matériel qui n'a pas d'acheteur devient du déchet : « A partir du moment où on trouve un acheteur, on accepte. Ce que l'on ne sépare pas, c'est parce que nous n'avons pas d'acheteur. Quand il y a un acheteur, nous faisons le tri. Ça, tu le mets au déchet. ». La différenciation entre les matériaux en fonction de leurs prix de vente peut mener à des stratégies favorisant la récupération de certains matériaux plutôt que d'autres. Le critère de sélection n'étant pas tout le temps l'impact environnemental du matériel mais surtout son prix : « Il y a des gens qui n'aiment pas trier les gobelets en plastique. (...) Comme on travaille en fonction de notre production, beaucoup de personnes n'aiment pas le trier parce que ça ne fait pas beaucoup de poids. ».

Le modèle économique des récupérateurs est en perpétuelle réflexion car mû par la nécessité de continuer à pouvoir exister. Une des pistes de travail se pense actuellement par le biais de l'éducation dans le cadre du centre de formation CICLOS récemment ouvert et toujours en évolution :

« Notre idée du CICLOS, est que les gens puissent voir un écosystème intégré campagne-ville, parce qu'aujourd'hui, les luttes rurales sont très liées aux luttes de la ville et nous

voyons beaucoup de synergies des solutions. Par exemple, au Brésil, 55% des déchets sont organiques. Aujourd'hui, on les jette n'importe où et cela crée un problème climatique sérieux. Au-delà d'impacter le climat, ils contaminent aussi les sources d'eau qui sont rares, ils contaminent le sol... Enfin... Ils sont vecteurs de maladies, donc, ils posent une série de problèmes. S'ils sont recyclés, ils peuvent retourner dans la campagne. Ils peuvent fertiliser la terre, récupérer la vie de la terre et amener des aliments plus sains. (...) Donc, qui est notre public ? Ce sont les petits agriculteurs qui, aussi, doivent apporter la dimension macro de leur travail et le récupérateur urbain qui a aussi cette dimension. Ils se réunissent et créent des solutions que nous appelons des technologies sociales en tant que formes singulières pour créer un nouveau modèle qui réponde à la vie, une nouvelle économie. »

L'espace économique est donc un espace de tensions pour le MNCR car il est le moteur du mouvement et en même temps, un défi pour la mission sociale et écologique que le collectif s'est appropriée et pour les pratiques qu'ils mettent en place depuis la création des premières coopératives. Ainsi, le processus est une lutte pour l'institution d'une alternative : « Ce modèle qui est dehors, qui est du capitalisme, qui est irréalisable ici. Nous croyons en une économie alternative. Ce ne sont pas des nouvelles économies mais des économies alternatives. Ce modèle qui est institué, c'est très dur de se battre contre mais nous sommes en train d'essayer. ».

3. Tensions et normalisations

Dans la gestion de ces tensions, le principe d'équivalence élargi (Lourau, 1973) entre en jeu par le processus de normalisation qui s'impose aux récupérateurs dans le cadre de l'institutionnalisation de leurs activités. On en lit des signes, par exemple, dans la mise en place des contrats de collecte sélective. Au sein de la Coopersoli, les coopérateurs ont l'obligation de porter le tee-shirt de la coopérative, du mouvement ou de leur réseau Redesol. Cependant, dans le cadre du contrat de collecte signé avec la ville, les récupérateurs doivent porter l'uniforme des éboueurs de la ville. Cela est compris par l'importance qu'ils soient repérés comme réalisant une collecte.

Lors de la collecte du carnaval de 2019, cet élément identitaire du mouvement a aussi été invisibilisé. Les récupérateurs participants ont dû porter les tee-shirts fournis par l'entreprise finançant l'opération (Ambev). Ces détails peuvent être significatifs au regard de l'importance énoncée de la construction d'une identité collective positive liée au métier de récupérateur et qui s'exprime en partie dans ses symboles inscrits sur les drapeaux, les tee-shirts et casquettes.



Figure 65 : photo d'une manifestation du MNCR à l'occasion du 7 juin, journée mondiale des récupérateurs. Source : <https://ancat.org.br/7-de-junho-dia-de-mobilizacao-e-celebracao-para-os-catadores/>

Il s'agit ici d'un questionnement de chercheuse car les acteurs ne le questionnent pas et semblent le vivre comme une valorisation de leur travail. Les tensions observées vont parfois jusqu'à questionner la prophétie initiale du mouvement. Une des membres de la coopérative lit un projet du gouvernement comme la volonté de faire rentrer tous les récupérateurs de la rue dans les coopératives ou les associations en faisant des recensements et des programmes d'incitation :

« Ce recensement était pour savoir combien il y a de récupérateurs dans la rue qui sont en dehors des coopératives. Parce qu'en vérité, le gouvernement veut mettre tous les récupérateurs dans les coopératives, dans les associations. Ils ne veulent pas de récupérateurs dans la rue. Ils veulent des récupérateurs dans les associations. Et leur plan est de faire des contrats avec les coopératives pour faire ce travail. »

Son discours peut questionner par rapport à l'objectif initial du mouvement qui est la défense des droits des récupérateurs ainsi que l'accès à des conditions de travail dignes. On peut questionner cette démarche gouvernementale d'inclusion incitée des récupérateurs à sortir de la rue pour aller travailler dans les hangars de récupération en tant que nouvelle forme d'expression des « opérations de nettoyage ».

Conclusion de la monographie sur les récupérateurs brésiliens

L'analyse du processus construit par le MNCR d'institutionnalisation de leur présence territoriale physique et symbolique montre la continuité de la tension fondatrice du mouvement en tant que nécessité d'exister, de vivre qui s'est structurée en réaction à un processus d'effacement des acteurs que les images stigmatisantes qui leur sont associées et les pratiques de criminalisation des récupérateurs de rue ont montré. Ce parcours monographique permet de cerner les enjeux pour les acteurs que ce soit au niveau individuel mais aussi collectif. Construite à partir des discours des acteurs et des observations de terrain, ce travail montre l'importance du retournement du stigmatisme dans le processus ainsi que la permanence de ce stigmatisme.

Penser le mouvement en tant que dynamique instituante met en valeur les tensions dans lesquelles il s'insère. Ainsi, l'étude de terrain, les discours des acteurs mettent en valeur l'importance du stigmatisme, de son renversement par la construction d'une culture professionnelle alternative dans la force du mouvement d'invisibilisation auquel ils sont soumis. Cette invisibilisation s'appuie sur des représentations culturelles liées à la disqualification sociale des acteurs qu'elle articule à des stratégies économiques qui entrent en conflit avec le modèle en construction par les récupérateurs. Dans cette monographie, nous pouvons observer les dynamiques paradoxales existantes entre plusieurs mondes qui cachent leurs complexités par le ressenti d'un rapport binaire, et pour lesquelles l'invisibilisation d'un groupe social mène à une résistance qui met en exergue sa force et son importance.

C. Les Sans Terre : l'institutionnalisation politique et territoriale d'une lutte sociale

« Ici nous nous sentons plus valorisé, plus valorisé. Pourquoi ? Parce que nous dépendons d'eux et ils dépendent de nous. Donc, c'est une dépendance les uns aux autres. Nous dépendons d'eux et eux, ils dépendent de nous. Et dans la mesure où tu les aides, tu te sens ainsi valorisé. Et dans la mesure où il t'aide, il te valorise aussi parce que tu sais que quelqu'un t'a aidé parce que tu le mérites. C'est très bon. C'est vraiment très bon. »

Une militante du MST

Le MST est un mouvement social considéré comme majeur au Brésil par les membres d'autres mouvements sociaux rencontrés lors de cette recherche. Il a aujourd'hui 38 ans d'existence et participe à la vie politique du pays. Son rayonnement est international par sa participation à des fédérations d'organisations paysannes comme la Via Campesina. De plus, il est repéré par les autres mouvements sociaux brésiliens comme une référence en termes de formation et de construction d'une lutte sociale liée aux problèmes d'accès à la terre qui a aussi entraînée la création d'outils économiques et éducatifs pour ses membres. A ce jour, le MST déclare sur son site internet²²³ avoir permis l'accès à la terre pour 350 000 familles, la création de 100 coopératives, 96 agro-industries, 1900 associations. En ce qui concerne l'éducation, 2000 écoles publiques ont été construites dans leurs espaces. 200 000 enfants, adolescents et adultes ont eu accès à une éducation de base. 50 000 adultes ont pu être alphabétisés. 2000 étudiants ont eu des cours techniques supérieurs et plus de 100 cours universitaires créés en partenariat avec des universités publiques de tout le pays.

Cette dimension pose la question de la pertinence du périmètre pour la monographie. Tout comme pour les précédentes, c'est l'unité de pratiques qui la rend possible avec des acteurs qui se revendiquent de l'appartenance à ce collectif dont l'activité centrale est l'accès à la terre pour permettre aux petits agriculteurs de pouvoir produire. Ici, l'activité change par rapport aux autres collectifs et c'est ce qui rend intéressant son apport pour un questionnement croisé. Ce

²²³ Site internet du MST : <https://mst.org.br/>

choix découle d'un intérêt de la part de la chercheuse pour le collectif mais aussi d'une intuition qui a rapidement été confirmée par les acteurs sur les liens entre les trois mouvements sociaux dans lesquels est menée la recherche. La confirmation s'est faite par l'observation de relations entre eux. Ces trois collectifs sont parfois amenés à participer aux mêmes espaces. De plus, il y a une cohérence en termes de parcours des acteurs avec des membres brésiliens qui vont participer aux deux mouvements brésiliens rencontrés dans le cadre de cette recherche. Il semblerait qu'une résonance se construise autour de la notion de pouvoir populaire clairement exprimée entre les deux mouvements brésiliens et qui fait résonance avec les pratiques des récupérateurs.

I. Une mémoire instituante des origines du MST

En tant que mouvement social désormais institué, le MST constitue perpétuellement sa propre mémoire. Elle est d'ailleurs un enjeu important au regard de l'attention qui lui est portée. En effet, les membres du mouvement sont formés à l'importance du recueil et récit des différents événements que le collectif va vivre. De nombreux ouvrages, travaux de recherche sont partagés notamment sur leur site internet. Nous aborderons ce processus de constitution d'une mémoire en nous questionnant sur ses effets en termes d'identité du collectif et de ses membres. Ainsi, nous soulignerons l'ancrage que le mouvement met en valeur dans une histoire des luttes paysannes mais aussi au mouvement de la théologie de la libération pour leur rôle fondateur dans le mouvement. Ainsi, nous verrons quels valeurs et principes sont institués par cette mémoire.

1. Faire de l'unité à partir de la diversité historique des luttes pour la terre

Le MST structure sa lutte à partir d'éléments historiques sur le droit de la terre au Brésil et d'une analyse politique des dynamiques nationales et internationales. Le plaidoyer du mouvement l'ancre dans une mémoire d'injustices et de violences envers les communautés traditionnelles et les petits agriculteurs. Ainsi, sur le site internet du mouvement son histoire est racontée en remontant au 16^{ème} siècle, à partir de la colonisation portugaise qui a initié le développement de la monoculture en agriculture et du travail esclave. Le mouvement en lui-même, se définit comme une continuité (Stedile 2003) des actions menées par Sepé Tiarajú qui a guidé sa communauté Guarani contre le Traité de Madrid (1750) officialisant leur expropriation. Ils pensent leurs liens avec la résistance des "quilombos", ces communautés qui

se créent dans le Brésil colonial par des esclaves en fuite que leur peau soit noire ou pas (Caldart, Pereira, Alentejano, Frigotto 2012). Ils énoncent leur proximité avec les “canudos” de l’état de Bahia (Brésil) massacrés par l’armée brésilienne sous l’impulsion des grands propriétaires terriens locaux. Une guerre contre cette communauté s’est déroulée de 1896 à 1897 en faisant 25 000 morts chez les « canudos » (Bombinho 2002).

Ils situent les racines de leurs propositions actuelles dans un héritage des Ligues Paysannes qui ont défendu les droits des paysans entre 1955 et 1964 dans l’état du Pernambouc (Brésil) en réactualisant leur proposition de Réforme Agraire. On la retrouve dans leur programme (Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre, 2015). En ce qui concerne la forme du mouvement, leur nom les inscrit dans la continuité du Mouvement des Agriculteurs Sans Terre (MASTER), mouvement social localisé dans l’état de Rio de Janeiro, luttant à partir de 1962 pour l’accès à la terre notamment par la pratique de l’occupation de terres (Eckert 1984). Le MST a d’ailleurs maintenu cette pratique d’occupation des terres en tant que point de départ local des luttes par la création d’espaces de production agricole et politique.

Ce mouvement se situe donc dans la continuité d’un ensemble de luttes sociales liées à un processus présenté comme historique de vols de terres aux communautés traditionnelles indigènes, aux descendants d’esclaves ainsi qu’aux petits agriculteurs. En effet, le mouvement analyse l’importance de la loi sur la terre de 1850, réorganisant l’ensemble des propriétés et utilisée par les propriétaires terriens pour accaparer des terres par la pratique du “grillage” (*grilagem de terras*). Cette pratique consiste à falsifier des documents de propriété, leur donnant l’aspect vieilli en mettant les documents dans une boîte avec des grillons. Cette analyse concorde avec le constat de Marin (2001) qui repère que c’est à cette période que la concentration des terres au Brésil a augmenté. La situation perdure jusqu’à aujourd’hui puisqu’en 2006, 80% des terres de plus de 100 hectares étaient détenues par 1% de la population (Marin, 2006). La mémoire construite par le MST souligne que le modèle des grands propriétaires terriens de l’époque est aujourd’hui caduc car déstabilisé par la révolution verte au 19^{ème} siècle dans une logique de développement de l’agrobusiness sous la forme de monocultures extensives de soja et de maïs, avec une utilisation de pesticides, dédiés à l’exportation et mis en place par de grandes entreprises et des consortiums internationaux.

S’appropriant cette histoire, le MST se construit par sa mémoire, une unité dans sa diversité en s’inscrivant dans la continuité des luttes pour la terre qui concernent aussi bien les petits agriculteurs que les communautés traditionnelles. Le mouvement définit la base de son organisation à partir de la constitution d’une ligne abyssale d’exclusion au sens de Santos

(2006) générée par des processus de négation du droit à l'existence des personnes sur leur territoire. La dénonciation des structurations terriennes s'accompagne d'une dénonciation de leurs modèles économiques en rendant visibles les phénomènes d'esclavage des ouvriers agricoles sur certaines exploitations ainsi que la destruction des terres et la production de maladies par l'utilisation de pesticides d'ailleurs traduits littéralement par le mot "poison" en portugais (« veneno »). Ce mouvement social remet donc l'échelle individuelle de l'agriculteur dans ses liens avec les dynamiques économiques et politiques historiques.

Le mouvement rappelle à la mémoire collective la stigmatisation de l'ouvrier agricole par les images du *boi fria*²²⁴ et du *jeca tatu*²²⁵ auxquelles il oppose les images des acteurs et des amis des luttes paysannes en les insérant dans ses multiples espaces. Ainsi, des personnages comme Portinari, Olga Benário, Luiz Carlo Prestes, Paulo Freire, Milton Santos, Celso Furtado, Chico Mendes, Gregorio Brezzara, Hugo Chavez, Oscar Niemeyer, Frida Kalho, Patativa do Assare... sont présents dans leurs espaces en tant que références pour l'identité collective du mouvement par des affiches, des citations, des noms d'espaces...

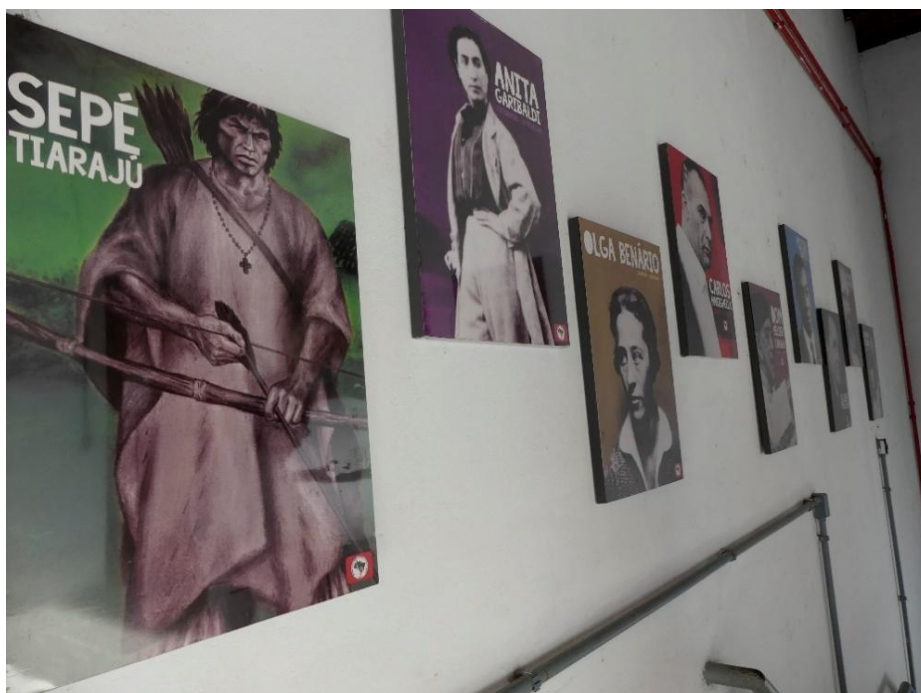


Figure 66 : photo d'une série de posters d'hommage à des militants, dans un espace de formation du MST.

²²⁴ Traduction littérale : bœuf froid. Expression courante pour nommer les ouvriers agricoles au Brésil, aux conditions de travail déplorables, proche de l'esclavage. D'après une ancienne *boi fria* rencontrée pendant cette recherche, le terme *fria* (froid) vient des repas qui sont pris en plein champ sans possibilité d'être réchauffés.

²²⁵ Expression courante brésilienne qui trouve ses sources dans un personnage fictif mi-homme mi-animal qui a été pensé en référence à une image disqualifiante de l'agriculture familiale au début du 20^{ème} siècle.

Cette mémoire habite le mouvement par une présence physique et des hommages récurrents dans le quotidien du mouvement. Cet ancrage dans une continuité des luttes pour la terre permet au mouvement de se construire des repères pour une unité malgré ses diversités. Une mémoire collective s'est constituée dans un processus de conscientisation d'oppressions liées à la terre dont certains membres du mouvement actuels en racontent les prémices.

2. Théologie de la libération et conscientisation

Le MST fait référence à l'appui de l'église, dans la philosophie de la théologie de la libération, comme un élément décisif dans la création de l'organisation. Les premiers pas vers la théologie de la libération m'ont été donnés lors d'un échange sur Paris avec un des membres du Mouvement Sans Terre, dans sa présentation de la genèse du Mouvement. J'ai croisé cette référence à plusieurs reprises par la suite, que ce soit dans le cadre du temps de formation à la connaissance du Mouvement Sans Terre proposée par le MST pour les invités, ou dans les divers échanges avec les Sans Terre. Un des membres de la coordination de l'Etat de Rio Grande du Sud va évoquer la participation des prêtres de la théologie de la libération pour leur rôle important dans le processus de création des écoles de formation. Je retrouverai cette philosophie par l'hommage à un de ces prêtres dans le nom donné à un campement de l'Etat du Rio Grande du Sud. Un des témoignages les évoque directement comme levier de son engagement dans le mouvement Sans Terre :

« A cette époque, la Commission Pastorale de la Terre et la théologie de la libération étaient bien forts. Donc, ils faisaient beaucoup de formations avec les jeunes et nous sommes entrés dedans. Les campements commençaient déjà à Anoni et près d'ici aussi. Nous avons donc pris conscience que nous devons y aller. ».

Il fait le lien entre le travail de conscientisation lié à la théologie de la libération et sa participation aux tous premiers campements²²⁶, dont celui d'Anoni, créé en 1985. Cette importance est confirmée par Joao Pedro Stedile, un des membres fondateurs du Mouvement et actuellement membre de la coordination nationale, dans l'interview qu'il donne à Bernardo Mançano Fernandes. Pour lui, « La Commission Pastorale de la Terre était l'application pratique de la Théologie de la Libération, ce qui a apporté une importante contribution à la lutte

²²⁶ Le campement est la première étape du processus de revendication de l'accès à la terre au sein du MST. Après un repérage d'une terre adéquate pour la production et pouvant être revendiquée dans le cadre de la Réforme Agraire brésilienne, les militants intéressés par cette terre y entrent, s'installent et y commencent un travail de production agricole.

des paysans à travers le prisme idéologique. Les prêtres, les agents pastoraux, les religieux et les pasteurs discutaient avec les paysans de leur nécessité d'organisation. » » (Stedile, Fernandes, 2003, p. 25, 26). Il précise qu'il s'agit d'une rupture avec une pensée traditionnelle de l'église puisqu'elle a « arrêté de réaliser un travail messianique et de dire au paysan : « Garde espoir parce que tu auras de la terre au ciel » (idem). Au contraire, elle a commencé à dire : « Tu as besoin de t'organiser pour lutter et résoudre tes problèmes ici même sur Terre » (idem). Pour Stedile, « la Commission Pastorale de la Terre a effectué un travail important de prise de conscience des paysans. » (idem).

Si l'embryon du MST, le MASTER (Mouvement des Agriculteurs Sans Terre) reste dans une inscription locale, le changement d'échelle et la prise de conscience d'une nécessité de coordination nationale sont présentés par Stedile (Stedile, Fernandes, 2003) comme l'effet du travail communautaire de base réalisé par la théologie de la libération. Confrontés à la pauvreté de masse au Brésil, le *pobretariado*²²⁷, des prêtres brésiliens décident de faire de cette pauvreté leur priorité en optant pour une "option préférentielle pour les pauvres". Cette théologie se constitue initialement par ce que Löwy (1998) appelle un mouvement social de christianisme de la libération qui se construit à la marge de l'Eglise par la multiplication de pratiques des chrétiens envers la masse populaire pauvre du pays. Des échanges se constituent avec des prêtres communistes français. Une partie de l'Eglise brésilienne se saisit de cette philosophie en théorisant une relecture de la bible qui, entre autres, présente l'exode comme un processus de libération de l'homme sur terre. La philosophie de base de la Bible est réinterprétée en une invitation pour l'homme opprimé à se libérer sur terre sans attendre de se libérer au ciel.

Pour se faire, les théologiens de la libération optent pour une connaissance du monde et des raisons de cette pauvreté de masse. Ils sont sensibles à la sociologie marxiste et l'intègrent à leur pensée, en cela ils sont régulièrement catégorisés comme communistes. Ce sera la principale critique de leur institution en tant que négation de la théologie pour une approche politique. Cependant, ils se distinguent du marxisme en ne se positionnant pas dans un déterminisme lié aux superstructures. Ils vont travailler sur les subjectivations des oppressions pour accompagner cette libération. En cela, ils sont proches de Freire et de la pédagogie des opprimés (1974). Si Freire ne se réclame pas de la théologie de la libération, il est parfois présenté comme affilié à cette théologie (Cheza, Saavedra, Sauvage, 2017). Les pratiques des chrétiens inscrits dans cette théologie vont consister à se rapprocher des masses populaires pour

²²⁷ Terme utilisé dans les années 50 par les syndicalistes. Il englobe les notions de pauvre et de prolétariat.

les accompagner dans la conscientisation de leurs oppressions. Pour cela, ils vont utiliser les espaces des communautés ecclésiales de base en tant qu'espaces pour construire ce travail. La dictature va renforcer ce mouvement car, en supprimant l'ensemble des espaces publics de dialogue, elle fait de ces communautés le dernier espace possible de libre expression. Elles s'articulent avec la création de commissions pastorales sur des thématiques, pastorale de la terre, de la rue... C'est la commission pastorale de la terre qui va soutenir la création du MST.

Le rôle de la théologie de la libération est présenté comme fondamental pour le MST par son appui dans la conscientisation d'une indignation collective ainsi que dans la structuration actuelle du mouvement. Ce courant religieux est pensé comme ayant soutenu la constitution d'une identité collective par l'apport d'une spiritualité au sein du mouvement, aujourd'hui importante dans les liens entre les membres du mouvement par ce qu'ils appellent la *mistica*. Elle est présentée comme le cœur qui fait battre la lutte du Mouvement par un attachement affectif de chacun au mouvement mais aussi des membres les uns envers les autres. Elle est un des fondements de l'unité du mouvement et trouve donc sa source dans la mémoire de cette spiritualité liée à la théologie de la libération.

3. Instituer la solidarité et la coopération à partir de la mémoire de la nécessité et de la répression

L'histoire du MST génère aussi des mémoires locales qui mettent en valeur les principes qui sont vus comme l'essence du mouvement. Ainsi, les entretiens articulent l'importance structurante des conflits armés sur les occupations à la réalisation d'une résistance collective qui a comme point de départ la nécessité et comme principe la coopération, notamment dans le cadre des récits des premières occupations qui fondent l'analyse qui suit. Elle se réfère notamment à un entretien collectif fait avec les membres d'une des premières occupations ainsi qu'aux témoignages de membres considérés comme « historiques » car actifs depuis le début du mouvement. Il s'agit ici de réfléchir à ce qui reste en mémoire chez les premiers militants pour réfléchir à ce qui est transmis que ce soit à l'échelle globale du mouvement ainsi qu'à l'échelle des échanges individuels.

Historiquement, les membres du mouvement se souviennent qu'ils ont intégré le mouvement par nécessité, pour survivre. Lorsque les participants aux premières occupations évoquent leur situation antérieure à leur entrée dans les organisations, ils soulignent leur besoin

matériel et une nécessité financière. Les membres du Mouvement Sans Terre vont parler de l'impossibilité d'accès à la terre :

« Ma famille était très grande, la terre était très petite. »

« Avec le terrain que mon père avait, ce n'était pas suffisant pour nous entretenir à partir de lui. »

« J'habitais à Irai, sur un petit bout de terre, j'avais mes enfants qui étaient déjà grands, qui avaient besoin de travailler et je n'avais pas de quoi acheter des terres. ».

Les témoignages montrent que la nécessité va, pour les acteurs, au-delà de ce que l'on pourrait appeler un simple besoin. S'il s'agit parfois d'améliorer ses conditions de vie, il s'agit principalement pour les personnes de pouvoir vivre. Cela s'entend dans les entretiens de plusieurs manières. La façon la plus claire et directe est la nécessité de ne pas mourir que l'on retrouve dans les entretiens comme lorsque cette militante évoque son lieu de vie avant d'arriver sur le mouvement : « Si j'étais restée là où j'étais, je crois que je serai morte. C'était très dur. Je travaillais, je travaillais et je ne faisais pas assez pour manger. Il y avait peu de terre. Et je n'avais pas de quoi acheter plus de terre. Et donc le truc a été de camper, gagner un bout de terre pour pouvoir vivre ». Cette idée est très forte aussi dans le rappel d'une phrase très souvent utilisée par une membre du mouvement sans terre assassinée lors d'une occupation. Elle disait régulièrement cette phrase à une de ses camarades qui était sujette à la peur, pour lui donner de la force : « Quelle mort ? Je préfère mourir en luttant que de mourir de faim avec mes enfants. ».

Recueilli et retranscrit dans le cadre de cette recherche, 30 ans après son assassinat sur le campement, ce témoignage prend d'autant plus de force. Il apporte un éclairage sur la source de l'énergie mobilisée par les personnes pour la quête d'une terre dont la fonction première est présentée comme étant la vie. Ainsi, l'on comprend, que la nécessité matérielle survient dans un contexte lié à la nécessité de survivre et de s'alimenter exprimée sous la forme d'un « grand besoin » qui unit :

« Quel est le secret qui a fait tenir le Mouvement ? Le plus grand secret a été la nécessité. Le plus grand nombre des familles étaient des familles qui ont perdu la terre à cause du gouvernement. Qui avaient un petit bout de terre et qui ont fini par le perdre. Quand est arrivée cette question de la plantation de soja, les agriculteurs ont commencé à acheter des tracteurs... et ont fini par tout perdre, perdre la terre, tout perdre. Et de là, est né le grand besoin. ».

Cette nécessité s'accompagne d'une mémoire de la violence de la criminalisation et de la répression sur les premières occupations dont le récit prend parfois des allures de guerre qui traduit la force de l'inscription dans les mémoires : « Je n'ai eu peur qu'un jour qui a été le jour du massacre. Quand ils sont rentrés, une foule de personnes. Ce jour-là j'ai eu peur. Ils n'ont tué personne mais il y a eu beaucoup de coups, beaucoup de sang, beaucoup de prison. C'était plein d'hélicoptères au-dessus de nous. ». Certains moments sont cependant marqués par la mort, et notamment celle de Rose dont une militante se souvient qu'elle disait préférer mourir en luttant à mourir de faim :

« Le jour d'après, le matin tôt, elle est arrivée, elle était en train de faire un cimarron²²⁸ et le camion l'a attrapé alors qu'elle faisait son cimarron, à la sortie de la route. Le camion fou est venu en haut de la foule, en haut des tracteurs, les tracteurs ont explosé. Cela a tué Rose et deux autres agriculteurs jeunes eux aussi. Elle avait environ 32 ans. Jusqu'à aujourd'hui, ces morts sont impunies. Le type est sorti d'en haut du camion. Nous ne sommes pas des bandits, si nous l'étions, le type serait resté là, mais nous l'avons laissé sortir libre au milieu du sang, des morts, de l'injustice qu'il avait faite. Et jusqu'à aujourd'hui, cette mort est impunie. C'est très douloureux. »

Pourtant c'est dans cette violence qu'une mémoire de la solidarité trouve un berceau. La protection du collectif se réalise en intelligence contre la répression aussi dans le cadre de situations violentes :

« En vérité, dans la ferme Noni, ce sont les femmes qui sécurisaient l'occupation. Nous y allions avec nos enfants dans les bras qui pleuraient et beaucoup de mères pleuraient aussi. Quand nous savions que la police venait, nous allions devant pour ne pas les laisser entrer. Nous laissions les hommes derrière parce que sinon ils allaient les prendre. Nous allions avec les enfants dans les bras pour faire la barrière. En 5 minutes, notre barrière était prête. ».

La résistance à la violence physique s'articule à une résistance face aux souffrances de la nécessité, de la faim qu'elle engendre. Le partage se rappelle donc à la mémoire aussi dans l'organisation collective de cette survie : « Tu n'as pas idée de comment c'était. On partageait l'huile, une cuillère par famille et les familles étaient grandes. Et tu devais survivre avec ce que tu avais. Ce que tu avais était là. C'était isolé, personne ne pouvait sortir pour travailler. Il fallait rester là. Parce que si on se dispersait, on ne savait pas ce qui allait arriver aux autres. On ne pouvait pas se disperser. On faisait la garde pendant 48 h, vraiment. Nous gardions la ferme

²²⁸ Boisson typique du sud du Brésil qui se fait avec du mate.

nuits et jours. ». La mise en collectif est mise à l'honneur lorsqu'une militante raconte le processus de construction d'une coopérative du Sud du Brésil qui fonctionne aujourd'hui dans un partage de l'ensemble des moyens de production et des bénéfices en fonction du temps de travail de chacun. Elle se souvient comment le groupe s'est construit dès le campement en tant qu'espace de nécessaire solidarité et de création de liens sociaux resserrés, comparés à des liens familiaux :

« Nous avons commencé à faire une expérience collective là, dans le campement. Nous avons commencé à faire la cuisine ensemble, les matelas, les baraques, tout. Nous avons fait une baraque pour chacun et un grand. La cuisine aussi. Cela a été un avantage parce que tu ne passes pas toute ta journée dans la cuisine. On s'est divisé et chaque jour, il y avait deux personnes.

Qu'est-ce qui vous a motivé à travailler en collectif ?

La motivation fut aussi parce que le mouvement était en train de travailler le coopérativisme, le collectif. Nous avons donc commencé à discuter les avantages qu'il y avait. Et nous avons commencé à faire les expériences dans le campement. Et aussi, nous avons commencé à avoir des relations affectives fortes. Nous avons grandi comme des frères, là. Nous avons des relations, comme une famille. A faire comme une famille. Nous ne nous sommes jamais séparés. Nous vivons encore ensemble jusqu'à aujourd'hui. ».

Dans cette mémoire, la genèse de la coopérative se réalise à partir d'une solidarité de la résistance dans le campement. Ces bribes sont aussi localisées que le sont les entretiens et les contextes de chaque occupation. Cependant, elles montrent comment, rétrospectivement, les personnes repensent, décrivent et analysent les premiers temps du mouvement. Nous y voyons l'importance de principes de solidarité, de coopération en résistance à la mémoire de processus violents dans les relations avec les forces de l'ordre et avec les propriétaires fonciers lors des premiers campements. Le MST a ainsi constitué une trame d'analyse de son existence ainsi qu'une ligne d'horizon pour son futur qu'il réactualise de manière perpétuelle par une praxis qui intègre un travail sur la mémoire de chaque espace et temps du mouvement ancré dans une lutte qui est physique, que ce soit dans le conflit mais aussi dans la situation de nécessité qui est dite comme à la source de l'organisation collective. Le discours d'une des personnes ayant participé aux tous premiers campements nous donne une clé pour comprendre l'importance de cette mémoire car elle permet de perpétuer les savoirs du mouvement mais aussi l'indignation qui mobilise les acteurs par rapport au processus de lutte sociale historique dans lequel ils s'inscrivent.

II. L'organisation d'un horizon politique

S'il a commencé dans des espaces localisés, le MST est aujourd'hui un mouvement social de masse qui s'organise à l'échelle du Brésil. Il fonctionne à partir de règles, normes, valeurs et principes institués par leur transmission et mise en pratique sur les différents espaces du mouvement. Un point commun avec les autres collectifs de la recherche est qu'il se constitue en résistance à l'exclusion. Ce mouvement semble se distinguer par son ampleur dont l'organisation est un enjeu par le nombre de personnes engagées et le territoire concerné.

1. Une résistance à l'exclusion

La nécessité racontée par les membres historiques trouve actuellement une continuité dans les observations, les témoignages et entretiens avec les membres du mouvement. Ils font référence à des difficultés économiques les menant jusqu'aux espaces du mouvement en tant que solutions concrètes. Le champ lexical de la pauvreté peut être utilisé et la base sociale du mouvement peut être présentée comme de l'ordre de l'exclusion : « La base du mouvement est ça, des personnes qui sont précaires, qui n'ont pas accès à la terre, à l'éducation ... ». Ainsi, il y a une cohérence entre les différents terrains de cette recherche par rapport à des situations dont certaines caractéristiques correspondent au paradigme de l'exclusion. Nous pouvons prendre pour exemple une femme qui a rejoint un campement pour sortir de son quartier laissé à l'abandon et trouver des conditions de vie meilleures : « Dans le quartier où j'habitais, il y avait de la drogue à chaque coin de rue et ce n'est pas possible d'élever des enfants dans ces conditions. ».

A cette précarité s'associe un référentiel d'images populaires autour du petit agriculteur qui les disqualifient. Susana Bleil, dans le cadre de sa thèse sur le Mouvement des Sans Terre, dégage de ses recherches « le stigmate du travailleur rural : bête, incapable, paresseux et analphabète » (Bleil, 2009, p. 77). Elle situe l'origine de ce stigmate dans la formulation forte de la nation brésilienne autour des principes d'Ordre et Progrès inscrite sur le drapeau brésilien. Elle décrit l'indifférence des études sociologiques au sujet du monde rural. Elle en donne un sens en s'appuyant sur le travail de José de S. Martins, un des rares sociologues brésiliens à avoir étudié cet espace, qui fonde cette indifférence sur une fausse idée que le travailleur rural est « étranger à la politique et c'est mieux [pour tous] qu'il reste ainsi. » (Martins, 1983, p. 12). Ainsi, il analyse que l'unique vision politique envisagée pour le travailleur rural est « une

présence passive et subordonnée » (Martins, 1983, p. 12). Bleil définit donc l'invisibilité sociale des travailleurs ruraux en citant l'étude de Sigaud :

« [Les paysans sont] associés à ce qui est archaïque et à ce qui est vieux, et étant donné qu'ils n'ont pas de rôle déterminé dans la société, leurs organisations, leurs actions politiques et les événements qu'ils produisent échappent à la perception et à la réflexion » (Sigaud, 1989, p. 176-177).

Bleil évoque aussi un traitement médiatique des paysans qui équivaut à « l'action de nier leur pleine existence sociale » (Sigaud, 1989, p. 175). Elle se réfère à José de S. Martins pour inscrire la force de cette discrimination qui va jusqu'à laisser des traces dans le vocabulaire brésilien :

« Tous les mots qui désignent le travailleur rural dans la langue brésilienne ont un double sens. *Caipira* ou *caboclo* dans le Sud, *caçara* à São Paulo, *tabaréu* dans le Nordeste, sont des appellations données à ceux qui vivent loin des villes, hors de la civilisation et dans un état de bêtise. Ces mots sont associés à des individus paresseux, qui n'aiment pas travailler. Ces individus ne sont pas des étrangers mais ils n'ont pas non plus de place dans la société. Ce sont des exclus (Martins, 1983, p. 22 et 25 » (Bleil, 2009, p. 78)

Pour illustrer ce processus, elle en dégage l'incarnation dans l'image du Jeca Tatu, personnage fictif créé au début du XX^{ème} siècle par J. B. Monteiro Lobato dans un des journaux principaux de l'époque, *O Estado de São Paulo*, dans une lettre de réclamation appelée *Velha praga* »²²⁹ (le vieux fléau) autour de la pratique des petits paysans utilisant le brûlage des terres pour cultiver. Ce courrier sera publié et aura une notoriété nationale jusqu'à intégrer le terme dans le vocabulaire brésilien : « Depuis lors, le mot Jeca, ou le mot double, Jeca Tatu est couramment utilisé dans la langue brésilienne, associé à l'individu impoli, inculte, ayant mauvais goût et paresseux : le pou « de la terre », un homme à la frontière de l'animalité, considéré comme un parasite et dégénéré. » (Bleil, 2009, p. 79).

Le MST se structure dans un ensemble de références qui font de ses objets, la lutte pour la terre et la défense des droits des petits paysans, des éléments marginalisés économiquement et symboliquement. Un système d'exclusion se dessine ici sur lequel le mouvement porte une lumière et organise une résistance.

²²⁹ Traduction de l'article par Bleil (2009) mise en annexe (7).

2. Faire mouvement en s'organisant

L'organisation du MST est un élément central de cette résistance car elle se construit dans un processus formatif et transformatif pour l'existence d'un sujet collectif Sans Terre structuré. Un des membres du mouvement insiste sur l'importance des modes d'action du mouvement pour la construction des valeurs et du projet qu'il défend :

« Le propre mode d'organisation est déjà la construction d'une autre forme d'organisation du pouvoir, d'organisation de la vie sociale, de gestion des questions sociales. Pour nous, c'est très important tout ce processus d'organisation par ce que c'est lui-même, le propre processus d'organisation, pour utiliser une expression française, qui va former d'autres citoyens. C'est par la formation politique, la formation de nouveaux rapports sociaux que les gens apprennent, en faisant, par la pratique. On dit que la propre organisation est l'école de la formation de nouveaux sujets. Le changement ne viendra pas d'en haut. Cela vient de la propre vie quotidienne, de comment les gens s'organisent, comment les gens organisent le pouvoir, la division du pouvoir, la forme de lutte, la participation. C'est pour ça que ce n'est pas une question formelle. La transformation vient du propre processus d'organisation. Ce n'est pas uniquement une question pragmatique, c'est aussi une question de conception d'organisation sociale, de conception de valeurs, de références... C'est pour cela que l'on dit depuis le début que le propre processus d'organisation est l'école de formation du mouvement, ce n'est pas l'espace physique de l'école. La lutte et l'organisation sont les espaces de formation de cette nouvelle société ».

Ainsi, l'objectif est de mettre en pratique une transformation sociale dès l'organisation interne du mouvement qui se réalise dans une praxis intégrée à un processus pédagogique. Elle se veut être porteuse d'une adéquation entre les valeurs collectives et les pratiques dans un modèle articulant les groupes de base et le passage à l'échelle nationale. En perpétuel mouvement, il n'existe pas d'organigramme officiel. Cela est expliqué par la priorité donnée à l'adaptation aux besoins et la création des nouvelles activités. Stedile l'évoque ainsi :

« Nous n'avons jamais eu la préoccupation d'avoir un organigramme exact, d'ailleurs il n'a jamais existé d'organigramme du MST. Les choses sont arrivées en accord avec la nécessité. Nous avons plusieurs activités, mais elles ne se caractérisent pas toutes comme secteurs, parce que quelques-unes sont davantage nationales, d'autres plus portées au niveau des états. Par exemple, nous effectuons parfois une confusion au niveau du Secrétariat des Relations Internationales. Les uns pensent que c'est un secrétariat, d'autres que c'est un secteur. Le principal c'est de développer l'activité. Le nom que nous lui donnerons n'a pas d'importance. » (Stedile, Fernandes, 2003, p. 112).

Lors de l'enquête de terrain, j'ai rencontré plusieurs manières de schématiser l'organisation, tel un indice de la réappropriation des règles par chacun. On m'a décrit un organigramme de manière classique sous forme d'une organisation de représentativité des unités de base partant du bas, la base, et allant vers le haut, correspondant aux unités de coordination. Le type de modèle d'organigramme utilisé par le mouvement des récupérateurs brésiliens m'a aussi été présenté, sous forme d'une constellation d'unités s'articulant avec en leur centre les unités de coordination faisant lien. Un troisième modèle me semble intéressant car il symbolise le décalage entre un système démocratique et un système représentatif. Il est symbolisé sous la forme d'un processus d'organisation classique descendant mais dans lequel la base sociale (le peuple) est en haut. Toutes ses représentations ont pour point commun de permettre de s'inscrire dans la tradition de la démocratie directe que l'on retrouve aussi formalisée au sein du Mouvement social de récupérateurs brésiliens. Des aller-retours permanents sont organisés entre la base sociale du mouvement et les instances de coordination.

J'ai pu retrouver ces représentations globales dans les explications données sur le fonctionnement d'un des centres de formations du mouvement qui formalise les aller-retours par le concept de la double démocratie. Le terme de « double » est une représentation du processus bilatéral de la communication et de la décision. Le mouvement veut aussi se réaliser aussi de manière horizontale et tous les deux ans, les attributions de postes aux différentes coordinations sont rediscutées. Le fonctionnement de cette école permet aussi de comprendre la gestion du pouvoir au sein du mouvement. En effet, il s'agit d'un espace de formation des membres du mouvement, et donc, de construction d'une philosophie ayant vocation à être pratiquée au sein de l'organisation. Nous retrouvons la mouvance des places avec la création d'instances de coordination à chaque niveau de l'école. Chaque service se décline dans un *nucleo*²³⁰ de base dont l'articulation se fait par un système de désignation de deux coordinateurs, dans un souci de parité de genre (un homme et une femme). Les différents services et coordinations se croisent et cela amène à ce qu'ils appellent la « pédagogie de commander tout en étant commandé » puisqu'une personne désignée comme responsable sur un service sera amenée à coordonner les actions du directeur de l'école. Cette pédagogie montre une philosophie du partage du pouvoir.

²³⁰ Terme dont la traduction correspondrait au mot groupe mais qui l'appauvrit de son sens de centre névralgique de l'organisation, porteur de la dynamique centrale d'une organisation, un noyau.

Le mouvement trouve une structuration dans ses principes qui sont les lignes directrices qui m'ont été présentées lors d'une formation de découverte du mouvement. Ils ont été présentés comme valables pour l'ensemble des espaces du mouvement :

- *La direction collective* : correspond au processus de représentation de chaque unité qui ne se fait jamais de manière individuelle mais par binôme.
- *La division des missions* : personne ne peut centraliser toutes les tâches, chaque militant a une mission.
- *La discipline* : dans tous les secteurs, les missions doivent être réalisées.
- *La planification* : toutes les actions sont évaluées de manière régulière et collectivement.
- *La critique et l'auto critique individuelle et collective* : chacun doit être capable de recevoir les critiques et les prendre en compte, il en est de même pour l'entité collective.
- *Les études* : tous les militants doivent passer par une formation politique.
- *Le lien avec la base* est la condition de survie du mouvement.

Ils sont éclairants sur la gestion du pouvoir qui est collectif mais pour autant régulé par une organisation précise des tâches et une philosophie permettant le fonctionnement de l'organisation. Cela se construit dans le processus de formation des membres qui est vu comme une garantie du respect des valeurs du mouvement comme expliqué dans cet extrait d'entretien :

« Cela vient du processus. Vous avez une direction nationale, qui a beaucoup de clarté politique, idéologique et dans les endroits où tu vois que des problèmes arrivent, tu peux déclencher un mécanisme d'intervention. Ce n'est pas d'en haut vers le bas, si tu as des milliers de personnes en processus de formation... Ici, la formation de la militance est unique pour tous. Si tu as une pratique qui ne correspond pas, la militance commence à la questionner. Donc ce processus de conscience de la militance est la grande garantie. ».

Le processus d'organisation partant de la base, on constate une diversité de fonctionnement au sein de ses unités. Chaque unité respecte les principes du mouvement mais semble les réinterpréter d'une manière différente. Il n'y a pas de modèle de fonctionnement préétabli. Stedile exprime ainsi cette diversité : « En maintenant la ligne politique, nous proportionnons la liberté sous la forme de son implémentation et, comme je l'ai déjà dit, en accord avec la réalité de chaque état. Nous sommes centralisés dans notre ligne politique ; le mode d'application, quant à lui, est complètement décentralisé. » (Stedile, Fernandes , 2003, p. 107).

La cohérence se constitue dans la réalisation d'activités par secteurs sous la forme d'espaces de réflexion et de construction du projet de société par le collectif. Chaque unité du mouvement : campement, *assentamento*, ou coordination, construit ces secteurs avec la désignation de 2 coordinateurs dans le respect de la parité. Les secteurs suivants sont énoncés sur le site internet du mouvement social et ont pu être observés lors des temps d'immersion réalisés pendant la recherche :

- *Front de masse* : considéré comme primordial. Il est en charge de l'accompagnement des personnes dans la lutte. Il œuvre à la massification et à l'organisation de l'action de lutte de base qu'est le campement.
- *Formation* : ce secteur a en charge la formation politique des militants, qui vient compléter la lutte elle-même considérée comme le principal vecteur de cette formation.
- *Éducation* : responsable des actions d'éducation populaire du mouvement au niveau des campements et des *assentamentos* en tant qu'élément essentiel de la conscientisation des personnes pour le processus de lutte. Leur principal défi est la lutte contre l'analphabétisme.
- *Production* : traduit l'importance pour le Mouvement Sans Terre de pouvoir établir de nouvelles relations de production. Il participe de l'outillage des paysans, maintenant une continuité de la lutte une fois la terre acquise.
- *Communication* : objectif de construction des moyens de communication internes et externes du mouvement tel un contre-pouvoir contre les médias hégémoniques.
- *Projet* : chargé de la recherche des ressources financières en fonction des priorités du mouvement.
- *Genre* : doit favoriser le dialogue, créer des matériaux de travail pour permettre à chacun de militer de manière égalitaire, sans discrimination de genre.
- *Droits humains* : instance défendant juridiquement les membres contre les processus de violence et de criminalisation. Ils œuvrent aussi dans le processus de réalisation de la Réforme Agraire en lien avec les coordinations des Etats.
- *Santé* : veille à ce que l'État respecte le droit à la santé des membres de ses membres. Ils sont un organe de pression pour le respect de ce droit par les instances publiques qui passe aussi par la souveraineté, la sécurité alimentaire et des conditions de vie dignes.
- *Finances* : Secteur ayant la charge de récolter des fonds pour la réalisation des activités.
- *Relations Internationales* : construction internationale du mouvement, son articulation avec les luttes dans le monde de la classe travailleur.

Le Mouvement Sans Terre s'est donc créé un ensemble de fonctionnements pour s'articuler sur le vaste territoire brésilien qui est largement basé sur la conscientisation de ses membres. Malgré l'absence d'entité administrative officielle pour le mouvement, l'institutionnalisation de ses règles, normes, valeurs et principes est forte et repose sur le processus de formation interne pour une cohérence en dépit de la démultiplication des espaces et des personnes engagées dans le processus.

3. Organiser la transmission des principes et valeurs

Cette organisation s'accompagne du développement de valeurs permettant au collectif de fonctionner en interdépendance. Elles sont symbolisées par la référence au *compagniérisme* ainsi expliquée par une membre du mouvement : « L'union, le *compagniérisme*, l'amour des familles, le respect, il vient un tas de choses derrière mais ce qui fait avancer est le *compagniérisme* ». Ce concept ne m'a pas été défini clairement mais son sens apparaît dans l'expression de ce qui n'est pas du *compagniérisme*. Il entre bien dans le cadre des valeurs communes énoncées de partage, de respect et de solidarité. Chacun veille à leur application en exprimant de manière presque systématique que « ce n'est pas du *compagniérisme* », en cas d'écart de conduite. Cela traduit une forme de contrôle du respect des règles que l'on retrouve dans chaque espace dans une ambivalence entre un processus d'exclusion du collectif en cas de manquement et la volonté de maintenir les personnes dans le collectif comme expliqué dans le cas de problèmes d'homophobie : « si une action d'homophobie est identifiée, la personne doit être expulsée car le projet social que nous construisons ne comprend pas l'homophobie. Donc si la personne agit d'une manière ou elle n'accepte pas, avec intolérance et violence, et que la violence se reproduit par l'intolérance, elle n'est pas disposée à construire notre projet social. ».

Cependant, chaque espace s'approprie la mise en pratique de ces valeurs en fonction de ses propres réalités locales. Les règles de fonctionnement sont travaillées et appropriées différemment dans chaque espace dans un processus permanent et omniprésent de formation caractéristique du mouvement. Par exemple, la question du modèle économique de la production agricole est posée par le mouvement et construite dans ce processus praxistique. La production agricole réalisée dans le cadre du MST articule dimension pédagogique et politique. Tout comme la lutte politique, la rencontre des membres du mouvement avec cette dimension se réalise tout d'abord dans les campements car le secteur production est un des premiers à y être installé. Il y fait l'objet d'une organisation qui est individuelle, chacun peut produire sur le

lot de terre qui lui est attribué permettant ainsi une survie alimentaire pour les familles. Elle peut aussi être un complément de revenus quand il y a une possibilité de vente qui se réalise souvent dans la rue, aux abords du campement ou dans les réseaux de revente organisés par le campement ou le mouvement. Des marchés de la réforme agraire sont organisés aux différentes échelles du mouvement (local, état, fédération). Des chaînes de vente du MST, les "Armazem do Campo" sont gérés par le MST et consistent en des boutiques dans les villes qui vendent les produits issus du mouvement. L'activité économique est accompagnée par un processus de formation qui l'outille pour se structurer. Ainsi, les *assentamentos* et certains campements ont créé des coopératives.

Sur le campement de référence pour les observations menées dans cette recherche, l'articulation entre éducation et production est réalisée dans le cadre du projet de formation à l'agroforesterie sur le potager des *Margaridas*²³¹. Ce projet est né de l'école du campement par une idée de son vice-directeur, aussi membre du mouvement, pour développer un projet de formation à la production au-delà du potager de l'école géré par les apprenants. C'est par le biais de soutiens extérieurs locaux (deux associations d'habitants) qu'il a été mis en contact avec deux ingénieurs en agroforesterie ayant gagné un financement pour un projet de formation. Le travail s'est réalisé avec le potager des femmes pour la possibilité de s'appuyer sur le collectif œuvrant déjà à une production. Ainsi, ce groupe a accès à une formation théorique et pratique sur l'agroforesterie qui a aussi permis une production abondante mais a posé le problème des réseaux de commercialisation.

La praxis est construite dans les échanges entre théorie et pratique également dans l'organisation du campement, avec des espaces dédiés à la production collective en incitant à développer un modèle économique coopératif. Les coordinateurs du secteur production ont la mission d'inciter et faciliter ces organisations. Ainsi, sur certains espaces, la coopération est devenue totale comme observé sur un *assentamento* déjà évoqué précédemment. Le mouvement praxistique est aussi de la pratique vers la théorie. Il se lit dans l'importance des travaux de recherche menés par les membres du mouvement à partir de leur pratique de militants. Les centres de formation accompagnent cette création de savoirs qui permet aussi de faire évoluer les pratiques. Ce travail de réflexion a d'ailleurs mené à modifier les propres normes du mouvement comme le montre l'exemple de la prise en compte de l'homophobie en est un

²³¹ Le nom du potager, *Margaridas* a été donné en référence à la marche annuelle des femmes paysannes. C'est un hommage à Margarida Maria Alves, une dirigeante des luttes paysannes au Brésil, assassinée en 1983.

exemple. C'est seulement en 2015 qu'a eu lieu le premier séminaire sous le nom de LGBTQI+²³² Sans Terre. Un membre de ce collectif LGBTQI+ explique la résistance du mouvement à cette question dont la prise en compte est le fait de l'organisation des membres concernés :

« Nous avons réussi à introduire dans le MST une norme sur les LGBTQI+ disant que le mouvement est ouvert sur la question. Nous criminalisons l'homophobie dans le MST. Donc il y a une norme dans le mouvement disant que l'homophobie est interdite au même titre que les violences contre les femmes. (...) Je pense que nous avons réussi à consolider cela dans l'imaginaire de notre organisation qui a aussi sa manière d'être conservatrice, de paysans machistes. Nous avons réussi à construire un bon débat dans l'organisation. ».

Au sein du mouvement, l'institutionnalisation des règles, normes et valeurs se transmet sur les différents espaces par le biais de la formation et dans une articulation entre théorie et pratique. Cependant, cet institué est lui aussi en mouvement avec de nouvelles règles et normes qui peuvent être rediscutées comme pour le cas de l'homophobie.

4. Horizons politiques de l'institution

Ce processus permet la construction d'une voix collective qui propose des alternatives, des horizons pour le mouvement. La recherche montre qu'ils ont évolué au fil du temps, en relation avec l'évolution de la propre caractérisation construite par les acteurs de leurs situations. Aux origines du mouvement, le cœur de la proposition était un processus de lutte pour avoir accès à la terre passant par la revendication de la mise en place de la Réforme Agraire en occupant des terres improductives.

Le mouvement s'est constitué à partir de la nécessité de se construire des espaces de production agricole pour permettre à ses membres de vivre de leur métier, de construire une économie mais aussi une société. Par les devises des différents congrès qui regroupent des représentants du mouvement à l'échelle du Brésil, nous voyons que cet objectif premier s'est enrichi d'un projet social de réforme agraire défini autour de droits humains fondamentaux et formalisé dans un document officiel du mouvement (MST, 2015). A chaque congrès, une devise est retenue pour symboliser les défis du mouvement. Ainsi, la devise du premier congrès du

²³² Lesbiennes, Gays, Bisexuels, Trans, Queer, Questioning, Intersexes, Et les autres.

MST, en 1985, était focalisée sur l'accès à la terre : « L'Occupation est l'Unique Solution »²³³. Lors du 6^{ème} et dernier congrès de 2014, le mot d'ordre s'est ouvert sur ce projet de société : « Lutter Construire la Réforme Agraire Populaire ! »²³⁴.



Figure 67 : photo du 6ème congrès du MST. Source : site internet du mouvement, <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>

Dans ce projet social, nous retrouvons la force de la pensée de théologie de la libération et ses inspirations marxistes avec l'avènement de l'homme nouveau pour la construction du socialisme. Le protagonisme populaire est ici fondamental et est exprimé en tant que nécessité de la construction d'un pouvoir populaire comme l'illustre bien le refrain de l'hymne du mouvement :

« Viens, luttons
Le poing levé
Notre force nous la fait édifier
Notre patrie
Libre et forte
Construite par le pouvoir populaire »²³⁵

²³³ Traduction de l'auteure de la devise originale : "Ocupação é a Única Solução".

²³⁴ Traduction de l'auteure de la devise originale : « Lutar, Construir Reforma Agrária Popular ! »

²³⁵ Traduction de l'auteure.

En tant qu'objectif du mouvement, la construction d'un pouvoir populaire a une ligne d'horizon correspondant à la réforme agraire populaire. Cependant, certains membres disent souvent que son processus n'est pas prédéfini. Il se construit chaque jour par les échanges collectifs, les formations, la construction de l'identité Sans Terre, ce qui en fait des éléments clés du processus d'institutionnalisation du MST. Nous retrouvons d'ailleurs la marque de ce processus en formation dans les différentes formes d'appropriation dans les entretiens. En effet, en fonction des sources, les discours sont diversifiés. Les membres des coordinations se réfèrent à l'instituant collectif de la Réforme Agraire Populaire quand les acteurs moins investis dans des responsabilités pour le mouvement vont s'approprier l'instituant en fonction de leurs réalités individuelles, à partir de cette possibilité d'accès à une terre et à l'accès à des conditions de vie dignes. Ainsi, le mouvement articule, dans son processus, un projet social global à la construction de solutions concrètes pour les classes populaires.

Si le modèle agricole produit parfois des excédents de production alimentaire, il est aussi solidaire car cette production est mise au service de la souveraineté alimentaire des classes populaires. La solidarité se construit entre les différents espaces de l'organisation avec une redistribution alimentaire pour les espaces collectifs ou les campements qui en auraient besoin. Ainsi, les centres de formation reçoivent de l'alimentation provenant des *assentamentos* et campements. Au début d'une occupation, alors que la production n'est pas encore effective, une solidarité se met en place et des dons sont envoyés de la part des *assentamentos* ou campements voisins. La crise du COVID a permis d'élargir et de rendre visible cette solidarité. Face à l'augmentation de la pauvreté pendant les différentes périodes de confinement, le mouvement a réalisé des distributions alimentaires gratuites pour les populations aussi en dehors du mouvement. Ces distributions peuvent être analysées comme un palliatif à l'absence de souveraineté alimentaire mais aussi comme une porte d'entrée vers les différents outils et espaces du mouvement, une invitation à participer. Ce modèle est aussi solidaire avec la nature, avec la terre car des espaces de formation ont été créés pour développer la production en agriculture biologique, des coopératives de soutien technique forment les paysans et les incitent à passer à un modèle respectueux pour l'environnement, pour leur santé et celle des consommateurs.

III. Un mouvement social et territorial

Le MST, par le rapport central qu'il construit à la terre, développe des compétences spatiales fortes. Son organisation articule échelle locale et internationale au sein desquelles le mouvement crée des espaces pour ses membres. S'attaquant à la notion de propriété privée, ils s'insèrent dans un champ de tensions dont découlent des mouvements locaux entre construction de frontières ainsi que de passerelles.

1. Un mouvement qui se structure à partir de son territoire

L'ouverture d'espaces par l'occupation de terres est fondamentale pour la mobilisation de la base sociale du mouvement. Elle se constitue à partir des occupations fondées sur un interstice juridique. La reconnaissance de la fonction sociale de la terre comme un élément de sa propriété est inscrite dans les articles 184 et 186 de la constitution brésilienne :

« Art. 184. Il appartient à l'Union d'exproprier pour intérêt social, aux fins de réforme agraire, les immeubles ruraux qui ne remplissent pas leur fonction sociale, moyennant une juste et préalable indemnité versée en titres de la dette agraire avec clause de préservation de leur valeur réelle ; les titres de la dette agraire sont remboursables en 20 ans au plus à partir de la seconde année de leur émission et leur utilisation est définie par la loi. (...) »

Art. 186. La fonction sociale est remplie lorsque la propriété rurale remplit simultanément, selon les critères et degrés établis par la loi, les conditions suivantes :

- I - mise en valeur rationnelle et adéquate ;
- II - utilisation adéquate des ressources naturelles disponibles et préservation de l'environnement ;
- III - respect des dispositions qui réglementent les relations du travail ;
- IV - exploitation favorisant le bien-être des propriétaires et des travailleurs. »

Héritage des luttes paysannes de l'époque, ces articles ouvrent un espace juridique pour le mouvement de conquête de la terre. Il leur permet une légalisation de leurs actions autour de la notion d'un bien qui serait devenu ainsi vacant. Elle est un des leviers de la réforme agraire légale mise en place par le rachat de terres non productives par l'INCRA, organe d'état qui en est gestionnaire. Pourtant, cette loi n'est pas en tant que tel un fondement pour le mouvement, mais plutôt une opportunité car le MST se positionne en initiateur de lois et de droits comme le souligne Joao Pedro Stedile : « La loi suit le fait social, elle ne le précède jamais. » (Stedile,

Fernandes, 2003, p. 138). La construction du fait social est réalisée entre autres par ce mouvement dans leur action fondamentale de l'occupation des terres improductives.

Pour se faire, le MST organise un repérage des terres non productives, mobilise les populations environnantes et, si les populations sont intéressées, il organise l'occupation avec l'accompagnement de coordinateurs expérimentés dans ce type d'installations. Le processus est ainsi décrit par un des coordinateurs du mouvement d'un état du Nord de Brésil :

« les conditions pour réaliser l'occupation : le front de masse doit connaître la propriété, savoir qui est le propriétaire, savoir la quantité de terre. Voir si c'est une terre adaptée pour la production agricole et l'élevage de manière sûre. Il y a aussi la question de la localisation. Voir s'il y a de l'eau ou pas. S'installer dans un endroit où il n'y a pas d'eau est crucifier les familles. Donc nous devons y faire attention. Il y a aussi la préoccupation de la préservation. S'il n'y a pas de préservation, le lendemain, cela arrête d'être un patrimoine sain et cela devient un foyer de maladies. Nous devons y faire attention. Mais les premiers pas sont ça. Connaître, savoir la quantité, à qui ça appartient, combien de familles peuvent en bénéficier. S'il y a une possibilité de désappropriation ou pas. »

Il présente un processus réfléchi avec un repérage préalable des conditions des terres pour l'ensemble des familles qui vont s'y installer. Dans ce processus, l'état de productivité de la terre est pris en compte et ainsi la possibilité de prise en compte dans le cadre d'une désappropriation par l'INCRA. Sur les occupations, une organisation à part entière se construit dans les principes du mouvement. On y retrouve le fonctionnement en secteurs. Dès l'installation, les espaces pour la production sont réservés. La construction des baraques de chacun se fait dans un système d'entraide. Les tâches sont partagées par le collectif autour des besoins alimentaires, de l'organisation de la sécurité du site qui se fait de manière tournante. Par cet ensemble d'actes ils vont valoriser leur droit à l'usage de la terre.

Si les occupations sont fondées par un texte juridique, elles se réalisent pour réactiver ce droit et en confirmer la concrétisation. La massification des occupations sont nécessaires pour une plus grande visibilité de la revendication tel une « forme de lutte contondante, ne laissant personne rester « au-dessus du mur »²³⁶, obligeant tous les secteurs de la société à dire s'ils sont en faveur ou contre. Sans aucune possibilité d'escamoter le problème social. »²³⁷ (Stedile, Fernandes, 2012, p.115). Ainsi, plus le nombre de familles est grand, plus l'occupation a de poids et de visibilité dans l'espace public. Le mouvement met en marche un ensemble de

²³⁶ Expression brésilienne au sens de doute, hésitation, indifférence.

²³⁷ Traduction de l'auteur.

processus de solidarité entre les diverses unités qui ne se limite pas aux ressources alimentaires mais se traduit aussi par le soutien des coordinateurs de l'État et à l'appui technique des volontés humaines pour l'installation. L'occupation ne se fait qu'une fois un nombre conséquent de familles réuni. La massification est assurée par le secteur du front de masse qui va se mettre en contact avec les habitants voisins du terrain, organiser des réunions et inviter les personnes à y participer. Pour le MST, l'occupation de la terre est « l'essence du mouvement » (Stedile, Fernandes, 2003, p. 139) car elle est « la principale forme de pression de masse que les paysans possèdent pour qu'ils puissent, d'une manière pratique, faire avancer la réforme agraire et obtenir l'accès direct pour travailler la terre. Du travail, une école pour les enfants et l'opportunité de produire. » (Stedile, Fernandes, 2003, p. 139-140).

Elle constitue le premier acte des membres du mouvement pour l'accès à une ressource. Les membres du mouvement construisent l'appropriation des terres par la constitution d'un collectif ayant une stratégie réfléchie autour de la production possible sur la terre et de ses attributs pour des conditions de vie tenables. Il ne s'agit pas d'occupations spontanées et courtes. L'objectif est bien de s'inscrire dans un processus d'installation à long terme pour permettre une production viable et des conditions de vie dignes. Son appropriation passe par l'ensemble des pratiques du groupe dans l'espace. Elle est un acte politique qui traduit le fonctionnement du mouvement en collectif dans le sens de la constitution d'un commun agissant (Dardot, Laval, 2014). Pour Stedile, « L'occupation donne ce sens d'unité aux personnes, de lutter pour un même objectif. Passer par le calvaire d'un campement crée un sentiment de communauté, d'alliance. C'est pour cela que l'occupation par un seul homme ne marche pas » (Stedile, Fernandes, 2003, p.137).

Le territoire est donc la base du mouvement car il lui permet d'exister et de mettre en pratique son projet politique au cœur d'espaces singuliers aux airs d'hétérotopies par l'affrontement de la propriété individuelle privée qui s'y met en place ainsi que les valeurs de coopération et de solidarité.

2. Des territoires en tensions

Le Mouvement Sans Terre se positionne donc dans un conflit autour de la ressource d'autant plus frontal que la terre est, le plus souvent, associée à un propriétaire identifié. Au Brésil, les enjeux de terres sont marqués par les violences. Selon la Commission Pastorale de la Terre (Comissão Pastoral da Terra, 2020), il y a eu, en 2019, 1833 conflits ruraux pour la

terre ou pour l'eau, engageant 859 023 personnes. La même année, il y a eu 1254 conflits liés uniquement à la terre, engageant 578 968 personnes. Dans le cadre de ces conflits, la Commission Pastorale de la Terre a recensé 32 assassinats, et 30 tentatives d'assassinat, 201 menaces de morts, 24 personnes torturées, 107 personnes emprisonnées et 82 agressions. Girardi (2022) précise que ces violences sont réalisées par les grands propriétaires terriens, par les fermiers et entreprises rurales et parfois même par l'Etat, avec des violences policières lors d'expulsions. Il repère que les victimes sont les « pauvres de la campagne » majoritairement des petits paysans, des « sans-terre », des indigènes et des membres de communautés quilombolas. Les « sans-terre » sont donc insérés dans ces conflits liés à la dimension socio-territoriale du mouvement.

Nous retrouvons ce processus dans les entretiens avec les militants du mouvement qui racontent ainsi la haine qu'ils peuvent ressentir envers eux : « Dehors, il y a beaucoup de gens qui nous détestent. Nous avons beaucoup d'ennemis, beaucoup. Nous avons des menaces fortes. Avec une camarade, ça m'est arrivé, jusqu'à dire qu'on va nous brûler. C'est la police, c'est des personnes qui ne veulent pas que nous revendiquions nos droits ». Cette tension est aussi instrumentalisée et exacerbée par certains hommes politiques aux dires d'un militant : « La droite faisait une manifestation et Bolsonaro faisait un discours devant un millier de personnes à Brasilia, incitant le peuple à prendre les armes contre le Mouvement Sans Terre. ». Le mandat de Bolsonaro, de 2019 à 2023, période à laquelle cette recherche a été menée, est une période inquiétante pendant laquelle le mouvement a évoqué des violences localisées : « Pour l'instant, il y a une criminalisation qui est locale et non globale. Le MST a 7 militants en prison et 5 sous mandat d'arrêt mais il n'y a pas de preuve que ce soit lié au coup d'état. ». Cependant, les membres du mouvement ont exprimé la crainte d'une officialisation de cette criminalisation notamment par le vote d'une nouvelle loi anti-terroriste qui ferait du MST une organisation terroriste. Ils font aussi référence à un discours du ministre de la Justice référençant le Mouvement Sans Terre comme une organisation terroriste :

« Le nouveau ministre de la justice qui a été nommé a déjà dit aujourd'hui que le mouvement sans terre, la centrale syndicale, ont été classés comme des terroristes. Cela montre une direction extrêmement forte de la part du gouvernement. On a déjà vu cela dans le Paraná, une semaine avant le vote par les députés, le 17 avril, le jour des 20 ans du

massacre d'Eldorado dos Carajas²³⁸, deux paysans ont été tués dans l'état du Paraná. La semaine dernière, deux autres militants ont été tués dans le Nordeste du Brésil. ».

Le MST est donc positionné au cœur de tensions pour la terre qui ne se limitent pas aux conflits avec les propriétaires mais se répercute dans les luttes politiques nationales comme l'a montré la période de la présidence de Bolsonaro. Le territoire est donc le point de départ de l'existence du mouvement et paraît aussi être son horizon par une massification qui le ferait résister à cet ensemble de violences. Pour un des militants, se massifier devient un enjeu principal pour exister :

« Le plus grand défi est de massifier la solution pour cela, parce que ce sont des milliers de personnes engagées. Ce que le mouvement fait, c'est en organiser quelques milliers. Aujourd'hui, nous sommes 4 millions de familles sans terre dans tout le Brésil. Ce n'est pas que la solution soit lente. Nous croyons que, si nous massifions la lutte, la solution devient plus rapide, parce qu'elle oblige aussi l'État à être plus rapide. (...) dans notre cas, massifier signifie incorporer d'énormes contingents de population, en engager des millions. C'est les libérer, c'est-à-dire, construire la dignité pour tout le monde. ».

La dimension territoriale du mouvement est donc marquée par ces tensions liées à la propriété de la terre. Elles sont économiques et politiques. Elles se répercutent sur la spatialité du mouvement car son existence passe par ses espaces physiques. La massification est une stratégie qui marque le mouvement spatialement par la démultiplication des espaces à construire. Plus localement, ces tensions conditionnent aussi les espaces notamment dans une dynamique de protection.

3. Des territoires de frontières : la construction d'un gouvernement dans l'état ?

Ces processus se comprennent aussi au regard de la construction d'une identité forte de Sans Terre qui passe par la construction d'espaces aux règles et normes propres, par une autonomisation de l'activité économique et le développement d'une culture et d'un langage propre. Ces éléments peuvent être lus comme la construction de frontières entre le mouvement et la société. On y entend souvent dire qu'il s'agit d'un monde dans le monde, un gouvernement dans l'état. Des limites sont d'ailleurs clairement construites dans certains espaces du

²³⁸ Le massacre d'Eldorado dos Carajas a eu lieu le 17 avril 1996 dans la municipalité d'Eldorado dos Carajás, dans l'État du Pará au Brésil. 19 paysans ont été tués sur un campement du MST par les forces de police de l'état. Le 17 avril est aujourd'hui la date de commémoration de la journée mondiale des luttes paysannes en l'honneur des victimes de ce massacre.

mouvement. Je propose de penser ce phénomène à partir de la position interstitielle du campement de référence de cette recherche, qui en fait un espace cloisonné, aux multiples frontières, spatialement inscrites.

Ce campement a un positionnement particulier tout d'abord car il se situe sur un territoire investi par les entreprises minières. Le nom de l'état, Minas Gerais qui signifie mines générales est directement héritier de la présence historique de cette activité. La particularité de ce campement est de se décaler de la lutte envers les grands propriétaires terriens agricoles pour s'insérer dans un conflit avec ces entreprises. En effet, le propriétaire de la terre revendiquée est une entreprise minière. Le propre positionnement est intéressant car nous voyons que de multiples frontières y apparaissent. Elles sont visibles dès l'arrivée sur le campement, à ses points d'entrée par la force de repères identitaires :



Figure 68 : photo d'une entrée d'un campement du MST. Photo de l'auteure.

La délimitation d'un espace appartenant au MST y est clairement identifiée par la présence des symboles du mouvement, 4 drapeaux et la représentation du symbole du MST sur la porte d'entrée. Nous retrouvons la force de cette identité à l'intérieur du campement par les représentations des mêmes symboles, comme le montre la photo qui suit :



Figure 69 : photo de l'accueil d'un campement du MST. Photo de l'auteure.

Les limitations du campement sont aussi soutenues par l'organisation d'une surveillance permanente des trois portes d'entrée par les membres. Ils ont pour mission de contrôler les personnes entrantes en notant leur nom sur un registre et en vérifiant si la personne y est bien autorisée. Ce contrôle se réalise à chaque accès possible par la route. Concernant les limites du campement, elles ne sont pas formalisées par des grilles mais elles sont régulièrement surveillées par un système de ronde de surveillance. La photo aérienne qui suit permet de visualiser ces différentes frontières qui ne sont pas uniquement le fait du MST.

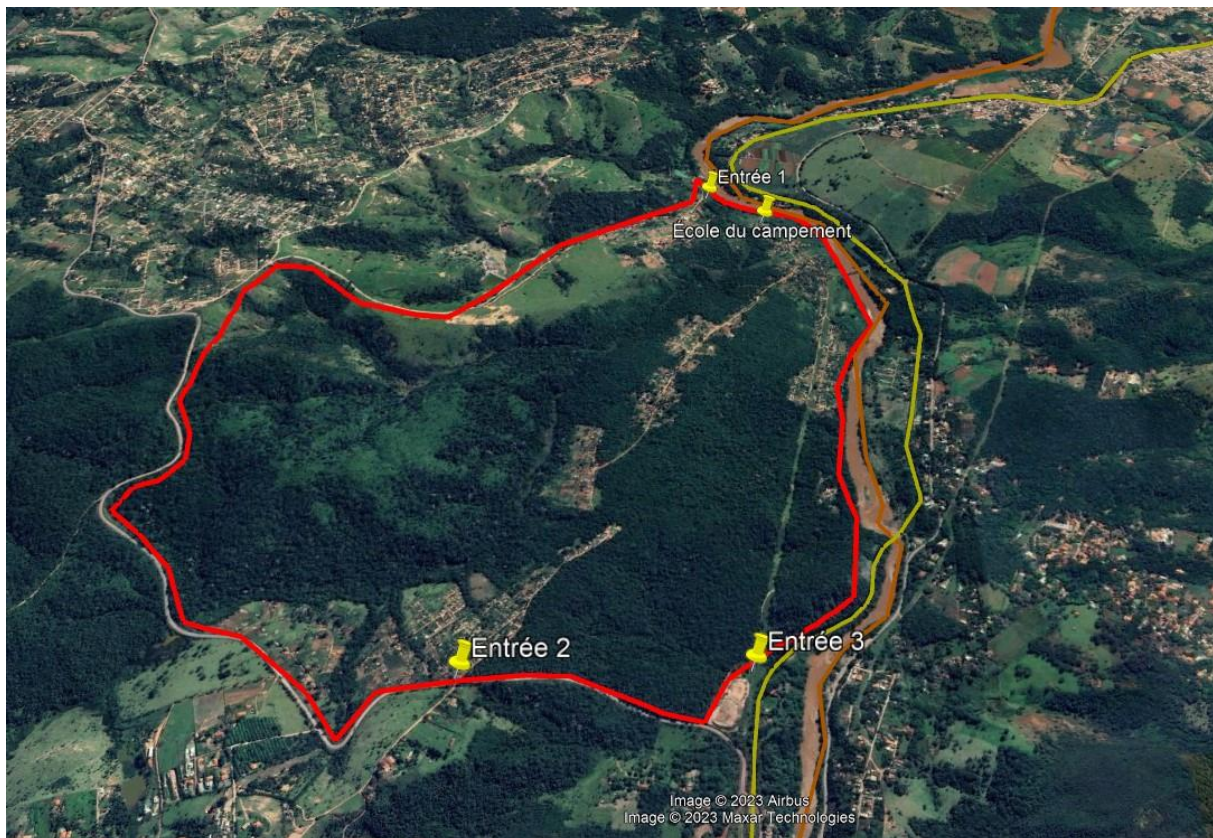


Figure 70 : photo aérienne des limites du campement. Réalisé par l'auteur à partir de Google Earth Pro.

En effet, une ligne symbolique longe l'espace. Il s'agit de la ligne de chemin de fer de transport de minéraux qui longe le fleuve et le campement sur son autre rive. L'activité minière a aussi ajouté une frontière par la pollution du fleuve Paraopeba qui se trouve le long du campement et que l'on peut visualiser en marron. En 2015 et 2019, deux barrages de stockage des déchets de l'industrie minières sont rompus dans cette région, déversant 55 millions de tonnes de déchets de minerai de fer pour l'un et 12 millions de mètres cube de déchets pour l'autre, sous la forme d'une coulée de boue de métaux lourds, hautement polluants qui tue toute vie biologique sur son passage. Le campement dont il est ici question se situe le long du fleuve Paraopeba qui a été pollué en 2019. La responsabilité de l'entreprise minière est engagée pour le manque d'entretien de ses barrages. Par cette responsabilité, l'accident est requalifié de crime par ses victimes.

Avant ce qui est considéré comme un crime par les habitants, le fleuve était le point de passage le plus pratique pour avoir accès aux transports en commun et se déplacer localement.

Les personnes le traversaient à pied ou en barque. Depuis qu'il est pollué, le passage a été condamné car dangereux pour la santé. Pendant deux années la barque a cessé de fonctionner. Elle a fini par reprendre mais certaines personnes préfèrent passer par le haut du campement car toucher l'eau du fleuve serait prendre un énorme risque sanitaire. Avec cette pollution c'est une frontière symbolique qui a été renforcée. En effet, dans plusieurs entretiens, l'image biblique du fleuve Jourdain, délimitant l'accès à la Terre Promise par Moïse, est utilisée. Ainsi, ce fleuve est pensé comme le passage vers la Terre Promise qu'est l'occupation.

Ces frontières sont intériorisées par les membres du campement qui ne cessent d'utiliser les expressions "à l'intérieur" et "à l'extérieur" pour définir leurs positions et des mondes différents. Cette appropriation a d'ailleurs été mise à l'épreuve lors de l'arrivée de la police à ses frontières, sans document officiel, et vécue comme une tentative d'intimidation pour que les personnes quittent le campement. Cet épisode est parlé dans les entretiens comme une violation de leur espace privé qu'ils ont d'ailleurs défendu ardemment en matérialisant leur propriété par des feux. Une phrase des entretiens résume cette stratégie : « Le peuple mettait le feu pour dire que c'est à nous. ». Cependant la réaction des habitants du campement a été différente en fonction du secteur. En effet, la police s'est positionnée aux trois entrées du campement. Dans les deux entrées de la partie basse, les membres du campement ont ardemment bloqué leur passage notamment en mettant feu à du bois sur la route. Dans la partie haute, les forces de police sont restées à l'entrée et n'ont pas essayé d'aller plus loin dans le campement. Il n'y a pas eu d'affrontement ni d'intimidation. Les contacts sont restés calmes. Dans les échanges informels, j'ai pu découvrir qu'une des habitantes dans la partie haute a un fils qui fait partie de la police et qui était présent ce jour-là sur la partie haute.

Par ses frontières, son identité, ses règles et normes spécifiques, cet espace a les aspects hétérotopiques des « lieux réels, des lieux effectifs, des lieux qui sont dessinés dans l'institution même de la société, et qui sont des sortes de contre-emplacements, sortes d'utopies effectivement réalisées dans lesquelles tous les autres emplacements réels que l'on peut trouver à l'intérieur de la culture sont à la fois représentés, contestés et inversés, des sortes de lieux qui sont hors de tous les lieux, bien que pourtant ils soient effectivement localisables. » (Foucault, 2004, p. 15). Cependant, nous voyons que ce monde n'est pas un isolat et que des liens existent avec la société ne serait-ce que par l'inscription de chacun de ses membres dans ses réseaux locaux mais aussi par la mise en place d'alliances diverses et variées. Ainsi, ces frontières sont des délimitations mais aussi des zones de passage ancrant l'hétérotopie du campement et du mouvement dans la société.

4. Des territoires d'alliances et de réseaux : la société civile

Pour se constituer, l'histoire du mouvement montre l'importance des alliances dès ses débuts. C'est par l'appui des chrétiens de la théologie de la libération qu'il s'est constitué. Cette alliance perdure. Une de ses figures symboliques, Leonardo Boff, est régulièrement présent dans les congrès et rassemblements du MST. Le père Freitas, membre de la Commission Pastorale de la Terre, se rend régulièrement sur le campement de référence de la recherche et donne son appui, que ce soit dans le processus juridique ou dans la communication sur la vie du campement. Ainsi, le campement gagne en légitimité et augmente sa visibilité. Cette alliance a aussi permis une forme de protection car ce père a mobilisé toute une série d'acteurs qui se sont rendus sur le campement lors de la venue des forces de l'ordre. Les liens avec la théologie de la libération se concrétisent aussi dans les liens avec la Commission pastorale de la terre qui œuvre à l'échelle de la fédération d'états et divulgue chaque année un état des lieux des conflits pour l'accès à la terre. Les relations avec la théologie de la libération montrent que différentes échelles croisent les territoires du mouvement, du local au national.

Les alliances aussi variées soient-elles, se construisent dès l'échelle du campement par des pratiques d'inscription dans le tissu social local pour acquérir une légitimité et limiter les risques d'expulsion ou d'affrontements. Cela peut commencer dès le choix du terrain qui peut se faire en lien avec l'INCRA et parfois même avec le propriétaire terrien : « l'INCRA, mais comme le propriétaire a déjà donné une autorisation pour qu'on rentre... c'est positif. Le propriétaire a demandé à l'INCRA d'accélérer le processus car il veut vendre car il a des dettes. ». Ainsi, le processus est apaisé car l'occupation se fait sur la base d'une convergence d'intérêts. Cette forme de protection est aussi recherchée par la construction de bonnes relations de voisinage. Un militant explique qu'elle est nécessaire pour pouvoir vivre sur la terre : « Nous avons fait très attention à avoir des bonnes relations avec les voisins. C'est une lutte mais l'objectif de la conquête est de rester ici pour vivre. Donc nous avons besoin de convivialité, de bonnes relations. ». Cela est exprimé même lorsque les voisins sont des policiers : « en face du terrain, il y a un poste de police de l'autoroute. Ils nous ont observés quand nous nous sommes installés. J'ai donc demandé à un compagnon d'aller nous présenter. Cela les a rassurés. Nous n'avons pas de problème avec eux. Ils nous ont même aidés pour l'eau. Je leur ai dit que nous sommes tous frères et fils de Dieu. Nous pouvons partager le point d'eau. ».

Le mouvement semble faire feu de tout bois pour construire des alliances avec la société brésilienne. Cela passe par les coopératives de commercialisation des différents espaces du mouvement qui permettent aux producteurs de diversifier les lieux de vente. Si la grande

majorité vend ses produits en circuit court sur des marchés locaux alimentaires, les coopératives de commercialisation ont réussi à intégrer le marché public, par exemple, dans le cadre d'un partenariat avec la CONAB²³⁹, entreprise publique de gestion des politiques agricoles et d'alimentation. Par cet intermédiaire, ils vendent leurs produits pour les cantines scolaires et pour le programme national « zéro faim » lancé par le gouvernement Lula.

Les liens avec le territoire se construisent aussi à partir d'espaces de dialogues avec la société dans toutes ses classes. Le MST a pour base sociale la classe populaire, cependant, il se donne pour objectif de maintenir des échanges avec la classe moyenne, notamment à partir des activités du mouvement : « Il faut faire attention à ne pas jeter la classe moyenne car elle est stratégique pour notre projet. ». Une des pistes pour ce dialogue est la souveraineté alimentaire et notamment en questionnant les populations sur « quel type de nourriture veulent-elles manger ? Sont-elles disposées à mourir du cancer ou à appuyer la réforme agraire, un besoin pour que toute la population ait accès à santé. ». Ainsi, des membres de la société civile sont mobilisés pour soutenir le mouvement, notamment dans le milieu artistique. Historiquement, des célébrités l'ont appuyé. Chico Buarque a réalisé un album dont les bénéfices ont été reversés au mouvement pour la création de l'Ecole Nationale Florestan Fernandes. Cette école a aussi été appuyée par le photographe Sébastien Salgado qui a suivi le parcours du mouvement pendant quelques années et a notamment couvert photographiquement le massacre de Carajas. Il a aussi donné au mouvement une exposition photo qui a permis en partie de financer la construction de l'ENFF (Ecole Nationale Florestan Fernandes). Le soutien par des collectifs issus de la société civile se réalise aussi localement comme pour le campement de référence de la recherche qui a l'appui de deux associations de riverains locaux. Au regard du développement de l'éducation au sein du mouvement, de nombreux liens ont été créés avec des universités brésiliennes. Des universitaires participent aux formations du MST. Des chercheurs sont accueillis sur les terrains du mouvement et réalisent des publications en commun. Cette recherche a d'ailleurs aussi eu un rôle dans le processus juridique du campement de référence par la production d'une attestation de partenariat pour la réalisation de la recherche qui a été versée au dossier juridique du campement.

Ces multiples passerelles et jeux d'alliances avec la société civile s'insèrent également dans une stratégie d'occupation de l'espace public qui utilise des nuances du visible à l'invisible par l'agitation propagande (Estevam, Costa, Boas, 2015). Il s'agit ici de développer des moyens

²³⁹ CONAB : Companhia Nacional de Abastecimento - Compagnie Nationale d'Alimentation

d'occupation de l'espace public pour créer le débat, pour faire bouger la société, par la réalisation d'une « Série d'activité de formation, séminaires... jusqu'à la formation de brigade d'agitation propagande d'interventions artistiques pour parler au plus grand nombre. ». Le Théâtre Invisible²⁴⁰ est, par exemple, utilisé pour ouvrir des espaces de dialogue avec la société. Par exemple, pour faire la promotion d'une de ses foires, n'ayant pas d'accès aux médias, des militants se sont installés dans les espaces publics et en ont vanté les mérites. Ils ont engagé le dialogue avec les passants pour les en informer sans s'affirmer du Mouvement Sans Terre. Par un jeu d'invisibilité, ils ont donc réussi à dépasser le stigmate qui pèse sur le mouvement pour entamer un dialogue avec la société. Le mouvement a d'ailleurs créé ses propres médias (site internet, chaine YouTube ...) en tant qu'espaces de résonance vers la société.

5. Des territoires d'alliance et de réseaux : les acteurs de la vie politique

Au regard de la fonction politique du MST, des alliances sont aussi construites avec des partis politiques, des élus locaux, des maires et députés, notamment affiliés au Parti des Travailleurs car le MST a eu un rôle clé dans sa création. Pourtant, ce partenariat est décrié par certains membres qui rappellent que l'indépendance par rapport aux politiques partisans est un principe organisateur. Si un militant se lance dans la vie d'un parti, il doit quitter le mouvement. Une autre critique porte sur une ambivalence des engagements des partis politiques qui peuvent instrumentaliser l'appui du MST pour gagner en popularité et, en même temps, n'en réalisent pas les revendications lorsqu'ils sont élus. Ainsi, il est souvent rappelé que sous le gouvernement du PT, le nombre d'officialisation de terre a été plus bas que durant d'autres gouvernements. A la sortie du gouvernement Bolsonaro, les liens entre le MST et le PT semblent s'être renforcés. Le MST a été très actif pour soutenir Lula²⁴¹ et Dilma Rousseff²⁴² lors des procédures juridiques qu'ils ont subies. Au sein du mouvement, il est souvent rappelé que Lula, étant le président choisi par le peuple, il doit être soutenu. Localement nous

²⁴⁰ Le Théâtre Invisible fait partie du répertoire classique de l'agitation propagande des luttes sociales. Il s'agit de rendre invisible la forme théâtrale pour rendre visible. Ainsi, des acteurs peuvent jouer une scène sans permettre d'en voir sa dimension théâtrale, dans l'optique de rendre visible une violence ou une oppression. Cette pratique s'inscrit dans le courant du théâtre de l'opprimé pensé par Augusto Boal (2007 [1980]).

²⁴¹ Luiz Inácio Lula da Silva a été président brésilien de 2003 à 2011 au nom du Parti des Travailleurs. Il a été soupçonné de corruption et de blanchiment d'argent en 2016 dans l'affaire Petrobras, puis condamné à douze ans de prison et déclaré inéligible. Il est libéré en 2019 suite à un recours. En 2021, le Tribunal suprême fédéral fait état d'une partialité du juge Sergio Moro et annule ses condamnations pour « vice de forme ».

²⁴² Membre du Parti des Travailleurs, elle a été présidente du Brésil de 2011 à 2016. Elle a été destituée pour maquillage des comptes publics par le Sénat le 31 août 2016, au terme d'une procédure controversée.

retrouvons ces mêmes alliances qui ont pu être observées de manière d'autant plus directe qu'un des temps d'immersion s'est fait en période électorale.

Le mouvement est aussi en contact permanent avec les autres mouvements sociaux populaires brésiliens. Ces convergences ont un objectif politique pour la revendication des droits des travailleurs. Ainsi, le mouvement participe au "Frente Brasil Popular" qui regroupe toute une série de mouvements sur des thématiques différentes. L'Ecole Nationale Florestan Fernandes est un outil pour la construction de ces liens car de nombreux mouvements sont invités à s'y former. Dans mon étude de terrain, j'ai été amenée à rencontrer certains de ces mouvements et j'ai pu observer un respect pour le MST considéré comme le « père de tous les mouvements brésiliens ». Les autres mouvements sociaux, dans les entretiens, se positionnent comme faisant partie de la famille du MST. Ils expriment son importance en tant que modèle et appui pour la constitution de leur propre organisation. Ainsi, ils se positionnent comme le fils du MST, le cousin, le neveu du MST...

A l'échelle plus locale, ce soutien peut être réciproque comme le montre les liens entre le campement de référence de l'enquête de terrain et le Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables. Cette relation est aussi basée sur une proximité entre personnes qui se connaissent en dehors de ces deux organisations. Ce contact privilégié a permis de mobiliser le réseau des coopératives de recyclage locales pour qu'ils soutiennent l'installation du campement. Cela s'est fait par un apport de compétences. La coordinatrice d'une autre coopérative a participé à des réunions pour la structuration de l'école du campement, elle a aussi invité des membres du campement à une formation des femmes. L'appui a aussi été matériel et les coopératives ont fait des dons de matériaux pour la construction et l'ameublement de l'école.

Le MST a une place centrale dans la structuration d'un réseau de mouvements sociaux pour la construction de ce qu'ils nomment un pouvoir populaire au Brésil. Cette influence en dépasse les frontières puisque ce mouvement est un des fondateurs de la Via Campesina, fédération d'organisations de luttes pour les droits des paysans développant l'agriculture familiale. Le mouvement envoie aussi des brigades dans plusieurs pays du Sud en soutien aux populations locales (Haïti, Guinée, Vénézuëla...). Il semble qu'une famille de mouvements existe, à laquelle les trois terrains de cette recherche participent. Le mouvement des récupérateurs brésiliens est lui aussi un ami du mouvement Sans Terre. Des acteurs des trois terrains se rencontrent une fois par an lors de la rencontre annuelle des mouvements populaires organisée par le Pape à Rome. Cette dimension internationale se construit aussi

commerciallement. Par exemple, une des coopératives de production de jus de raisin du MST a un partenariat de vente avec le programme d'alimentation du Venezuela.

Cet ensemble de stratégies ont permis au MST de dépasser sa stigmatisation en se créant un visage valorisé qui, s'il n'est pas reconnu de manière absolue, leur permet parfois d'obtenir le respect et l'admiration des populations et de traverser des frontières et des territoires symboliques :

« Je vais faire un marché dans la zone sud, dans la zone riche et c'est drôle parce que l'année dernière, il y une dame qui est venue au stand qui a pris du riz emballé... et elle m'a dit, ce riz est des Sans Terre, je lui ai dit que je fais partie, je suis des Sans Terre. Elle m'a fait une embrassade comme ça ! Elle m'a dit que ça faisait tellement longtemps qu'elle voulait trouver un marché des Sans Terre, qu'elle nous admire beaucoup, notre travail, notre production de riz. Elle a entendu que nous sommes les meilleurs producteurs d'Amérique latine. Je suis allé chez elle dans la zone sud. Je lui ai ramené des choses. Dans sa maison, qu'est-ce que je vois ! Il y avait le drapeau du mouvement Sans Terre dans sa maison, dans la zone sud ! Et cette personne avait beaucoup d'admiration alors qu'avant non. ».

Ce croisement de territoires permet de faire passer le mouvement d'un territoire d'assignation à un territoire valorisé (Di Méo, Buléon, 2005). Pour le MST, si le territoire a pour point de départ l'occupation en tant qu'espace local de mobilisation, il est extensif. En effet, les alliances passées sont des leviers pour que le mouvement puisse se consolider, se massifier et gagner en visibilité. Ces alliances s'articulent à sa diversité en se transformant en un vaste réseau qui se déploie dans le monde entier. Ainsi, le territoire marginal de personnes exclues de leurs territoires, sans terres, assignées devient un territoire organisé et produit dans une stratégie qui prend sens dans la construction d'un pouvoir populaire latino-américain (Mendez, 2015).

IV. La formation du sujet Sans Terre

Cet ensemble territorialisé tient sa cohérence par la force de son identité de Sans Terre. Ici, le global semble contenir le local par un processus qui a la caractéristique de reposer sur la mise en cohérence de forces individuelles. Nous allons donc questionner le rapport que les membres construisent avec le mouvement dans ce qu'ils expriment de leur vécu du processus d'insertion au sein de cette organisation.

1. Intégrer le MST, une nécessité ?

Malgré les différences de structuration avec les deux autres collectifs de cette recherche, nous retrouvons dans le MST l'importance de la nécessité dans le processus d'entrée dans le mouvement. Elle est exprimée en fonction de besoins matériels, pour assurer une survie : « Nous avons donc pris conscience que nous devons y aller ; parce que sinon on aurait dû rester sur la terre avec nos frères. Avec le terrain que mon père avait, ce n'était pas suffisant pour nous entretenir à partir de lui. (...) nous avons dû y aller ». Pour les membres du campement de référence de cette recherche, l'arrivée sur le campement est présentée comme un moment fort dont ils font référence de manière précisément datée. Ils la présentent comme une opportunité leur ayant permis de sortir de situations économiques et sociales compliquées. Ainsi, une des membres raconte que cela lui a permis de ne pas dormir dans la rue. Elle s'est retrouvée dans le dénuement le plus total après un licenciement pour des raisons de santé qui a entraîné son expulsion de son logement :

« Le 9 mars, ça va faire 2 ans que je suis ici. Je me souviens que c'était à la fin du mois de février, et au début du mois de mars. Donc je lui ai dit [à une amie] que mon contrat se finissait au mois de juin mais que je ne peux pas payer le loyer, l'eau, l'électricité. Elle m'a dit mais Larissa, pourquoi tu ne vas pas chez les Sans Terre ? Je lui ai dit que je ne savais même pas ce que c'était. Je ne connais pas, je ne sais rien. Comment c'est ce truc ? Et elle a parlé, elle a parlé, et j'ai trouvé ça tellement compliqué parce qu'il y a des coordinateurs, il y a des dirigeants... J'ai trouvé ça tellement compliqué. Je lui ai dit c'est vraiment compliqué. Je ne lui ai pas dit je l'ai juste pensé que c'était compliqué. Mais elle m'a dit tu ne sais pas où aller, alors qu'il y en a un à X et un à Y. Celui de Y, c'est la ville la plus près. (...) Je suis venue sans aucun argent. Je suis arrivée ici. J'étais déboussolée quand je suis arrivée ici. J'avais besoin de quelqu'un pour ne pas m'effondrer. Je suis arrivée, j'ai rencontré un jeune homme plein de courage à la porte d'entrée. Je lui ai expliqué ma situation, il m'a dit d'aller là-bas au secrétariat. Je ne sais même pas son nom. Je sais juste qu'on l'appelait le *mineiro*²⁴³. On l'appelait le *mineiro*, *mineirinho*²⁴⁴... Aujourd'hui il est à Z, lui et sa femme. Je lui ai expliqué, « monsieur j'ai été expulsée, je suis au chômage. Expulsée... je n'ai pas d'endroit où habiter et j'ai besoin d'un petit endroit pour m'installer parce que je n'ai pas d'endroit où habiter, monsieur ». Je lui ai raconté que j'avais peur de

²⁴³ Traduction littérale : minier, nom donné aux habitants de l'état du Minas Gerais, sur lequel se situe le campement Patria Livre.

²⁴⁴ Idem avec l'ajout du diminutif -inho qui amène un ton affectif au mot auquel il est ajouté.

dormir en dessous des ponts, que des gens pourraient me tuer, me violer... Il y avait tout ça. Alors, il m'a dit, « Madame ce qu'il y a le plus ici c'est la terre. Vous pouvez venir. ». ».

Le chômage est un événement récurrent dans le récit des personnes : « Je suis venue ici parce que j'étais dans le besoin. Ils m'ont licencié sans même me payer même pas ce qu'ils me devaient pour le travail que j'ai fait, ils ne m'ont pas payé, ils m'ont tout volé. ». Pour d'autres, le processus passe par un appauvrissement lié à la perte d'emploi des proches, et à une augmentation des charges de la famille. Ainsi, une dame explique être venue car elle n'arrivait plus à payer son loyer depuis que son fils avait perdu son travail. Pourtant, elle a un emploi à proximité par lequel elle est d'ailleurs arrivée sur le campement :

« C : Et comment tu es arrivée ici ?

E : Là-bas à l'hôpital, il y a des collègues à moi qui sont venus ici, qui travaillaient à l'hôpital de V. J'ai discuté avec eux de mes difficultés et ils m'ont dit « mais pourquoi tu ne vas pas là-bas pour demander un petit bout de terre ? » Je suis venue et je suis restée. »

Le campement a aussi été une solution face à une situation de dépendance à autrui, notamment par l'hébergement : « C'était un enfer de vie que je vivais avec elle qui me faisait des reproches. (...) Ça a été 4 mois de souffrance. Et le temps est passé, mais, même comme ça j'y suis restée 4 mois. Je suis partie le 12 avril. Le 13, j'ai dormi chez mon frère et le 14 avril j'étais ici. Ça va faire 2 ans au mois d'avril. ». La situation de précarité à régler est parfois pour autrui comme dans la situation de cette dame, entrée dans le campement pour tenter d'avoir une terre pour sa sœur :

« Quand j'ai entendu parler du campement je n'avais pas beaucoup de connaissances et je n'en ai pas encore beaucoup parce que je suis encore dans une phase de formation. Je suis venue à la recherche d'un petit bout de terre. Comme tout le monde, j'imaginai que tu arrivais ici tu prenais un terrain et c'était bon. Mais ce n'est pas comme ça. Quand nous sommes arrivés, on nous a expliqué que ce n'était pas une terre gagnée, que ce n'était pas une terre conquise et que nous allions conquérir cela par le biais de revendications et par le collectif. Et quand je suis venue ici, mon objectif principal était la terre. Je suis venue en pensant conquérir un endroit pour ma sœur plus jeune qui est célibataire, mais qui n'est pas irresponsable. C'est juste parce qu'elle est jeune, parce qu'elle voulait vivre. J'ai toujours eu cette préoccupation parce que nous sommes cinq, 2 filles et trois garçons. Et les hommes dans notre famille sont très machos. Donc je me préoccupe beaucoup pour elle. ».

Malgré le positionnement urbain du campement qui est proche de la région métropolitaine de Belo Horizonte, les problèmes de logement ne sont pas les seules motivations

et le lien à la terre reste une motivation forte pour les personnes qui s'y installent. Par exemple, une dame a quitté son logement, en ville pour retrouver un lien à la terre. Ainsi, elle arrive à dépasser son propre préjugé sur le mouvement et se laisse prendre par l'accueil du campement :

« J'ai toujours voulu avoir une terre, j'ai toujours voulu avoir une terre pour planter. Et un jour, j'étais très triste parce que j'habite dans un quartier qui est de la classe moyenne haute, et il est très en hauteur, il y a beaucoup de circuit électriques... et on ne voit personne dans la rue parce que les gens partent de leur maison avec un portail électronique et ils sont déjà dans la voiture il n'y a personne. (...) Et j'ai regardé la place comme ça et j'ai aussi regardé Dieu et j'ai parlé avec Dieu en lui disant que je voulais une terre pour planter parce que je ne supporte déjà plus être tellement emprisonnée comme ça. (...) Soudainement, ma belle-fille m'a appelé. Apparemment Dieu avait déjà fait quelque chose parce que cela faisait longtemps qu'elle ne m'avait pas appelé. Ça faisait 15 mois. Elle m'a dit « mais toi qui veut tellement travailler avec les plantations pourquoi est-ce que tu ne vas pas là-bas avec ma mère dans le MST ? ». J'avais cette vision que tout le monde a. J'avais cette vision ennuyeuse, avec de la force, des gardes, des problèmes... J'avais cette vision et je me suis dit non je ne vais pas là-bas En aucune manière. Quand elle m'avait parlé j'avais cette vision que j'avais entendu que j'avais vu à la télévision. Parce que la télévision dit toujours des choses agressives. (...) Quand je suis arrivée ici. Ma petite, j'ai été très bien accueillie. Comme vous ici. Tout le monde m'a accueilli, je suis d'abord venu ici pour visiter et Luisa était coordinatrice depuis peu. Luisa m'a dit non, je vais te donner un terrain. Elle avait déjà choisi un terrain pour moi. Et le jour d'après, il y avait une lutte je ne savais même pas qu'est-ce que c'était que cette lutte. On m'a demandé d'y aller donc j'y suis allée »

Une autre est venue pour suivre son mari et a été convertie à cette lutte : « Ecoute, je vais être sincère, la première fois que je suis venu au MST je me suis dit mon Dieu, mon mari est fou ! Aujourd'hui, quand je ne viens pas ça me manque. Au début, je ne voulais rien savoir de cette histoire. Je me disais que mon mari était fou. ». Un autre membre fait référence à une mystique du lieu. Elle décrit un appel lié à des convictions ainsi qu'à des croyances. Elle a fait un rêve qui lui a montré ce lieu. Elle a senti que les personnes avaient besoin d'elle ici et elle est venue. Cette personne dit sa motivation à être sur le campement car elle a toujours été dans une démarche d'aider et c'est ce qu'elle fait ici. Elle aide le collectif.

Parfois, la rupture s'inscrit dans un parcours de vie choisi et réfléchi de longue date : « En vérité, je suis déjà fan du MST depuis 10 ans. La première femme de mon mari, enfin du père de mes enfants est *assentado*. (...) Je connaissais déjà le MST quand ça s'est ouvert ici. Donc je suis venue ici pratiquement dès le premier jour. Ça a ouvert le 26 ici. Mon fils est

venu est le 4 août je suis venue ici. (...) Je suis de la forêt ma fille j'ai été conçue dans la forêt, mes grands-parents vivaient dans la forêt. (...) J'ai tout largué. »

En tant que chercheuse, j'ai ici trouvé une surprise car je m'attendais à ce que les motivations des personnes soient uniquement guidées par la nécessité. Cependant, le récit des premiers rapports entre le MST et ses membres montrent sa place en tant que dernière solution face à des situations de grande pauvreté mais aussi la venue de certains par volonté d'engagement dans le projet du mouvement. La précision des dates d'arrivée sur le campement donne une indication sur l'importance de cet espace dans les parcours de vie individuels qui peut aussi être mis en lumière par ce que les acteurs disent des apports de cette insertion dans le MST.

2. Rester dans le MST pour dépasser la nécessité

Individuellement, les membres du mouvement font référence à une amélioration de leurs conditions de vie grâce au mouvement. Au Brésil, une personne issue de la rue dit avoir trouvé un toit sur le campement qu'elle a rejoint depuis 5 mois : « C'est meilleur ici, tu as un lieu pour dormir, qui te protège de la pluie. ». Les membres du mouvement sans terre font largement référence au gain de la terre : « Tu m'appelles sans terre mais maintenant je ne suis pas sans terre. Maintenant, j'ai un petit bout de terre. ». Cet espace leur permet de produire pour vivre : « Il faut planter pour manger parce qu'aujourd'hui les choses sont très chères. Ça ne permet pas de faire de la richesse mais ça permet de vivre ». Cette conquête n'est pas qu'individuelle, elle est pensée pour la génération familiale future : « on permet aussi cela, que nos enfants aient un accès à la terre. ». Ainsi, le mouvement semble répondre à la nécessité première précédemment évoquée.

Cependant, les gains ne s'y limitent pas et la recherche a réservé quelques surprises notamment autour de la santé. Elle est un élément qui a été très présent dans les entretiens avec une participation au mouvement qui a pu guérir les personnes de pathologies chroniques comme la dépression ou le diabète. La socialisation dans le mouvement a permis à une des membres de retrouver un équilibre psychique. Le travail agricole par l'effort physique qu'il demande a permis de faire disparaître les problèmes de diabète d'une personne. La santé fait d'ailleurs partie de l'argumentaire du mouvement qui milite pour une agriculture familiale en agroécologie pour une alimentation des populations qui soit saine et souveraine. Nous

retrouvons ce gain dans les discours qui se réfèrent tout d'abord à la possibilité de manger mais aussi à l'accès à une nourriture de qualité :

« Aujourd'hui nous avons une vie, notre manière de vivre aujourd'hui est beaucoup plus saine. Avant, quand tu avais faim, tu mettais un truc dans le micro-ondes. Tu le réchauffais, tu le mangeais. Aujourd'hui je n'utilise même pas du gaz. Aujourd'hui, je n'utilise que du bois et tout ce que je mange presque tout vient de ce que je produis. Ma nourriture, c'est ce que je plante et que je produis. ».

Le gain se comprend aussi en termes de repères et d'apprentissages. Un militant l'exprime au sens de la découverte de la lutte sociale du MST qui lui permet de se forger des repères de moralité : « C'est mieux d'être dans le mouvement parce que tu apprends beaucoup de choses. Tu sais comment est la lutte, ce qui est juste, ce qui est mauvais. ». Le mouvement a aussi apporté l'accès à des savoirs plus traditionnels et notamment aux études. C'est une possibilité qui est développée par le mouvement pour ses membres :

"Pour moi, ce que j'ai gagné, c'est la question des études. Quand je suis entrée dans le mouvement. Il y a eu une offre de formation pour un groupe faisant partie de l'équipe d'éducation. Je me suis donné le défi d'étudier. L'*assentamento* a payé mon billet pour que j'aie étudié. Donc j'ai continué, j'ai fait un diplôme de pédagogie, ensuite j'ai fait une autre spécialisation en agroécologie, de quatre ans. Et cela me satisfait beaucoup pour le secteur dans lequel je travaille aujourd'hui ».

D'une manière plus générale, un mot est souvent rattaché au mouvement dans les discours : la possibilité. Nous retrouvons dans les entretiens cette idée de création d'opportunités. Une membre indique qu'elles font grandir :

« Et pour moi qui ait des enfants, pour moi, ça a été la meilleure chose que j'ai faite de ma vie. Je les ai sortis de la ville. Dans le quartier où j'habitais, il y avait de la drogue à chaque coin de rue et ce n'est pas possible d'élever des enfants dans ces conditions. Cela est sans compter la richesse que le mouvement nous apporte. Si nous prenons les fruits de tout ce que le mouvement tente de nous offrir, il ne nous reste plus qu'à grandir. Et mes enfants ont une grande expérience comme adolescents. Ce ne sont que des bonnes choses, des choses de la campagne. Ils ne connaissent pas les choses terribles dehors. Ici, c'est leur monde ».

Un des membres évoque que le mouvement lui a tout donné. Il utilise avec humour la métaphore des vacances pour illustrer cette réussite :

« Pour moi, en vérité si je ne m'étais pas campé dans le mouvement, aujourd'hui, je n'aurais rien parce que je vois que si j'étais resté ou j'habitais, je n'aurais pas ce que j'ai aujourd'hui pour consolider ma famille et les opportunités que j'ai aujourd'hui. Parce que je n'avais rien. Pour dire la vérité, quand je suis arrivé, j'étais déjà marié. Donc je suis venu dans le campement avec ma femme, nous avions un matelas pour une personne et deux ballots. Et je fais des blagues avec ma femme parce qu'avant, on dormait à deux sur un matelas pour une personne et aujourd'hui on dort dans un grand lit et je lui dis regardes nous sommes en vacances ! ».

Ainsi, le mouvement est devenu tout pour lui : « Et après le mouvement est devenu tout pour moi. En vérité, tout ce que j'ai aujourd'hui a été à travers du mouvement. ». Ce qui est en jeu dans le regard des personnes va au-delà de la réponse à des situations de nécessité et se situe dans la construction d'une « vie meilleure ». Les discours mettent en valeur une lutte pour des conditions de vie dignes qui n'a pas été vaine. Il s'agit, bien sûr, de quelques témoignages noyés dans une multitude de personnes engagées dans ce processus. La recherche n'a pas pu prendre en compte les discours des personnes qui en seraient sortis. Cependant, ces extraits d'entretien nous renseignent sur l'efficacité de ce qui était le besoin de base. Toute la richesse de ces opportunités semble être basée sur le fait d'être le fruit de la construction des personnes elles-mêmes. Elles sont donc des choses « méritées », comme le Mouvement Sans Terre le dit souvent, le fruit d'une lutte liées à une dignité :

« Qu'est-ce que vous avez gagné dans cette lutte ?

Moi, c'est ma dignité. Je suis convaincue que je n'ai rien fait de mal. J'ai occupé la terre, mais je ne suis pas une voleuse de terres. Je n'envahis pas la terre. J'ai occupé un espace où j'avais et j'ai le droit de vivre avec dignité. Et beaucoup de familles que je vois, des compagnonnes qui aussi ont lutté pour la terre, qui aujourd'hui ont où vivre, où élever leurs enfants avec de l'espace, où il y a de l'herbe pour jouer. ».

3. Sublimation identitaire par l'identité Sans Terre

Cette dignité a une dimension aussi collective car elle passe par la constitution d'un sujet Sans Terre qui est le cœur du mouvement en tant qu'entité de lutte politique mais aussi en tant que processus de transformation sociale basé sur la pédagogie du mouvement. Contre les divers stigmates du petit paysan, l'organisation collective permet de dégager une identité valorisée de Sans Terre qui se traduit par la création d'une série de symboles le mettant en

scène. Dans cette mise en scène, la lutte s'articule avec l'activité de production comme nous pouvons le voir sur le drapeau du mouvement.



Figure 71 : drapeau du Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre (MST).

La machette, qui est l'outil de base du travailleur rural est aussi une arme de lutte. La couleur rouge du drapeau fait référence au sang des compagnons interprété comme le sang de chaque compagnon versé dans la lutte. La couleur verte du Brésil est interprétée de deux manières, comme une représentation de la nature et l'importance de lutter pour elle ou comme la référence à la couleur de l'espoir qui s'agrandit à chaque conquête d'une terre. Cette lutte doit être réalisée par un homme et une femme, c'est une histoire de famille. Homme, ou femme, il est ici représenté que tous les *lutadores* sont égaux dans cette lutte ; malgré un débat récurrent sur les différences de symbolisation en fonction du genre. J'ai pu entendre des critiques sur le fait que ce soit l'homme qui ait le point levé et la faucille, laissant paraître la femme en retrait. Ces symboles sont omniprésents dans les activités des organisations. On retrouve les drapeaux des mouvements dans chaque réunion, chaque activité qu'ils réalisent. Les symboles sont déclinés en tee-shirts et casquettes pour signifier leur appartenance au mouvement : « j'étais avec la casquette et le tee-shirt du MST. Quand je vais dans les marchés, je mets la casquette et le tee-shirt. ».

Le Mouvement Sans Terre formule aussi une identité symbolique dans le visuel des occupations par l'uniformisation des structures des baraques sur les campements avec l'utilisation d'une bâche noire recouvrant les constructions. Elle est même devenue une expression à part entière dans le mouvement : « Vivre en dessous de la bâche noire. ». L'occupation étant une étape essentielle de la lutte des Sans Terre, cette formule peut aussi être comprise comme mettant en exergue un moment d'un parcours initiatique au sein du

mouvement : « C'est de la souffrance parce qu'être sous la bâche noire, ce n'est pas facile d'y rester d'autant plus avec la famille mais tu le supportes. ». Elle est un marqueur d'engagement.

Cette bâche, qui est utilisée pour sa résistance à la pluie et par son coût modeste est d'ailleurs présentée par le mouvement comme :

« plus qu'une baraque, c'est un rite de passage, un chemin pour la conquête de la terre. C'est un symbole de la lutte pour la réforme agraire que plus de 130 000 familles campées dans tout le Brésil portent. La Bâche noire est l'image de la lutte quotidienne du Mouvement contre les grandes propriétés terriennes, la ségrégation et les injustices sociales qui punissent tellement ce pays. »²⁴⁵ (MST)



Figure 72 : photo des "launa preta", bâches noires utilisées pour les baraques sur les campements. Source : site internet du mouvement.

Au-delà des symboles, une culture spécifique au mouvement s'est construite au fur et à mesure de son existence par le foisonnement de chants et musiques qui sont d'ailleurs mis en valeur tous les 2 ans lors du festival de la Réforme des arts et de la Culture de la Réforme Agraire.

²⁴⁵ Traduction de l'auteure, cf. : <http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>.



Figure 73 : affiche du festival national des arts et de la culture de la Réforme Agraire.
Source : site internet du mouvement.

Le MST dispose aussi d'un hymne que tous les membres du mouvement connaissent, qui est chanté régulièrement lors des ouvertures ou fermetures des réunions, des temps de formation, au cours des manifestations. Ils ont aussi créé des mots d'ordre que les personnes crient en groupe à l'appel d'un des membres. Les plus souvent rencontrés dans le cadre du Mouvement Sans Terre sont :

- « Lutter, construire la réforme agraire populaire ! »
- « Sans féminisme, il n'y a pas de socialisme ! »
- « Patrie libre, nous vaincrons ! »
- « Qu'est-ce que l'on veut ! Terre travail et justice ! »
- « Éducation des campagnes, un droit que nous aurons tout de suite ! »
- « MST la lutte va l'emporter ! »²⁴⁶

Les *misticas* sont des temps très importants dans la création d'une identité commune et la symbolisation de la lutte du mouvement Sans Terre. Ils sont hérités de la théologie de la libération. Ils se réalisent en interne du mouvement ou sur la place publique, sous forme de théâtralisation de la lutte par l'expression d'un sentiment commun pour la construction d'un idéal décrit comme tel par Stedile :

²⁴⁶ Traduction de l'auteur.

« Par l'influence de l'église, nous avons la *mistica* comme un facteur d'unité, une manière de vivre les idéaux, mais, étant une liturgie, elle était très chargée. Avec le temps qui passe – tout est un processus de construction – nous nous sommes rendu compte que si tu laisses la *mistica* se formaliser, elle meurt. La *mistica* ne fait sens que si elle fait partie de ta vie. Nous ne pouvions pas avoir de temps exclusif pour elle, comme les Congrès ou les Rencontres Nationales ou d'État. Nous devons la pratiquer dans tous les événements qui réunissent des personnes, étant donné qu'elle est une forme de manifestation collective d'un sentiment. Nous souhaitons que ce sentiment évoque la direction d'un idéal, qui ne soit pas juste une contrainte. »²⁴⁷ (Stedile, Fernandes, 2012, p. 132)

Ainsi, les *misticas* sont réalisées de manière régulière, par les membres du mouvement. Elles font partie de tout le registre symbolique construit tels des processus d'identification par les personnes et pour les personnes. Elles forgent l'identité du groupe et permettent la construction d'une autre image de soi, en retournement du stigmate vécu initialement. Cet ensemble de symboles est primordial pour la construction des groupes et de leur idéologie. Stedile en amène une traduction : « Ce qui construit l'unité et l'idéologie de la vision politique sur la réalité est l'utilisation de symboles, qui vont construire l'identité. Ils matérialisent l'idéal, cette unité invisible. »²⁴⁸ (Stedile, Fernandes, 2012, p. 134)

L'identité de lutte se réalise aussi par un travail permanent de création de l'identité de chaque sous-groupe, sous structure du Mouvement Sans Terre. Chaque collectif doit se désigner un nom, une identité qui fait référence à des *lutadores*²⁴⁹ historiques et marquants. Ainsi sur les campements, les *assentamentos*, les écoles de formation, quand vous arrivez sur un lieu il y a toujours un temps d'échange sur le nom de ce lieu, la personne à qui il rend hommage. On retrouve cela dans le processus de formation du Mouvement. Chaque classe, chaque promotion se donne une identité qui passe aussi par le choix d'un nom. Elle réalise un ensemble de symboles la définissant qu'elle synthétisera dans une plaquette en bois et du matériel de leur choix allant du gobelet, au tee-shirt, CD...

Le Mouvement Sans Terre place la nécessité initiale au cœur de son identité en se constituant autour des termes "Sans Terre". D'ailleurs, le nom entier du mouvement est

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Terme qui pourrait se traduire par militant mais qui par sa racine étymologique autour de la lutte, y donne plus de force.

Mouvement *des travailleurs ruraux* Sans Terre mais l'expression « travailleur rural » disparaît dans l'usage courant. La phrase de cette membre d'une coopérative illustre bien cette auto-définition : « je me suis toujours pensée avec une identité Sans Terre, depuis que je suis dans le mouvement. ». Les membres du mouvement l'expriment tel une identité corporelle, ainsi totalement intériorisée : « Je suis dans le mouvement depuis que j'ai 8 ans dans un campement, l'*assentamento* s'est fait quand j'avais 18 ans. Je pense que toute l'histoire du mouvement mise à part d'être une belle histoire de résistance, de lutte, elle est une histoire qui, pour les gens qui y sont, crée vraiment une identité comme mouvement. Et j'ai cette identité beaucoup dans la peau. ». J'ai retrouvé cette identification lors d'une réunion sur un *assentamento*. Présentant le comité de soutien des Amis du Mouvement Sans Terre en France, une personne a réagi en m'intégrant à sa famille car être Sans Terre est une chose qu'il porte dans son sang.

Un des membres du mouvement installé sur sa terre depuis une vingtaine d'années exprime ainsi tout le paradoxe d'être appelé « sans terre » alors qu'il l'a déjà conquise : « Tu m'appelles sans terre mais maintenant je ne suis pas sans terre. Maintenant, j'ai un petit bout de terre. ». C'est un autre membre du mouvement qui apporte une réponse. Il souligne que cette identité de condition sociale d'être Sans Terre, par tout ce processus est en fait devenue une identité politique :

« Je suis de la deuxième génération du mouvement. Il y a des gens aujourd'hui qui sont là depuis le début. Les principes du mouvement, les objectifs, lutter pour la terre, pour la Réforme Agraire et pour la transformation sociale, sont là depuis le début. La base du mouvement est d'organiser le Sans Terre, qui n'a pas de terre. Et après qu'il ait une terre, il continue à être dans le mouvement ? Ou il est dans un autre mouvement ? Pour répondre à cette question... C'est pour cela que le mouvement est composé d'*acampados* et d'*assentados*, et le Sans Terre *assentado* devient une entité politique. Parce que ma condition aujourd'hui n'est pas sans terre, j'ai une terre pour produire mais je continue à m'auto-définir comme un Sans Terre. Mais la société, ne me regarde plus comme un sans terre, parce que j'ai une terre. Je suis devenu une identité politique plus qu'une condition sociale. ».

Par ce processus, les personnes se sont donc construit une identité alternative à la disqualification sociale initialement vécue. Elles disent avoir dépassé cette disqualification par la subjectivation d'une identité Sans Terre dont le paradoxe en montre la force. L'appellation par travailleurs ruraux indiqué dans le nom complet du mouvement est le signe d'une volonté première de référer aussi les membres à un métier, à une classe sociale. Cependant, la

disparition des deux mots "travailleurs ruraux" dans le langage courant et dans son acronyme (MST) indique une mise en valeur du fait d'être Sans Terre qui s'exprime à partir d'un manque : le manque de terre. Les constructions du mouvement, ses symboles et sa culture montrent que ce manque, s'il est un point de départ, n'est pas le cœur de cette identité. Elle ne se structure pas sur un vide mais structure un collectif actif valorisé. Ses membres y font référence avec fierté en se déclarant être Sans Terre. Cette phrase "je suis Sans Terre" revient souvent en tant qu'auto-détermination. On me l'a d'ailleurs aussi souvent posée : "Tu es Sans Terre ?". Cette monographie permet de la comprendre comme un repère identitaire subjectivé qui ne consiste pas à s'approprier un manque mais à s'approprier une lutte sociale, politique et économique.

V. La difficile désinstitutionalisation de la vulnérabilité

En tant que mouvement social, le MST permet d'observer la cohérence de plusieurs éléments auxquels il résiste. Ainsi, les dimensions politiques, économiques et sociales de la coopération entrent en tension avec celles de son opposé, la concurrence qui semble entraîner dans son sillon le paradigme de l'exclusion. Nous verrons que cette résistance ne va pas sans tensions que ce soit dans la mise en place d'espaces d'accueil inconditionnels, dans la difficulté d'une relation d'aide émancipatrice qui passe par une lutte que le mouvement recentre dans un système économique.

1. Articuler nécessités collectives et spécificités individuelles dans l'accueil de la diversité

Les entretiens et observations montrent que le mouvement forge une appropriation des valeurs, des principes et références qui transforme les individus : « En fait, nous entrons pour la terre, mais après nous apprenons d'autres choses. Ce n'est pas seulement la terre, il y a d'autres valeurs. Un changement de vie, un changement d'alimentation... ». L'engagement des acteurs semble proportionnel à cette appropriation et les responsabilités affectées paraissent en être un indicateur. La transformation va jusqu'au cœur de l'identité des membres du mouvement qui est vu comme une famille, un repère : « Le MST est une famille. ». Il devient l'espace de vie des personnes. Une phrase est souvent employée dans le campement de référence de cette recherche : "Qui a besoin d'une terre reste sur cette terre". Il est ici fait référence à une des règles que j'ai pu observer sur plusieurs campements de la nécessité d'une présence régulière sur son lot et dans le collectif.

Cette règle paraît agir différemment avec l'évolution du mouvement. En effet, un coordinateur m'explique que les premières occupations étaient souvent en pleine campagne, dans des espaces assez retirés, ainsi, l'occupation était permanente. Cette question se pose différemment sur le campement ici choisi car, la ville étant proche, de nombreux membres travaillent en ville et y ont aussi parfois une maison. Ils font donc des allers-retours entre la ville et le campement. La présence est pourtant importante et évaluée de manière régulière par les coordinateurs de chaque quartier qui repèrent les baraques abandonnées. Un statut spécifique a été créé pour les personnes qui passent la semaine en ville en raison de leur emploi et le week-end sur le campement pour participer à la lutte du mouvement : les *dimancheiros* (*domingueiros*). Au sein de la coordination, ils sont pensés comme un appui important pour la massification du campement et en même temps compliqué car ne participant pas intégralement de la lutte.

Les membres des campements sont sollicités pour un engagement fort qui correspond à un changement de vie mais parfois dur à mettre en place pour ces mêmes militants. J'ai entendu dire que le mouvement sépare les couples et que les militants lui donnent leur vie. L'insertion dans le processus de formation collective du sujet Sans Terre est parfois en décalage avec la vision première que les personnes se font du campement. Concernant le campement privilégié pour la recherche, dans les discours, il est souvent fait référence au malentendu initial. A son ouverture, une rumeur disait qu'il y avait "des personnes" qui donnaient des terres : « Ça a fait une vraie fièvre dans ma ville, dans une ville qui est à côté. Ils disaient partout qu'il était arrivé à un groupe de personnes qui donne des terrains. « Je veux un terrain, je veux gagner un terrain ! ». Il y avait des bus remplis de personnes qui arrivaient. Ici il y avait 5000, 10 000 personnes dans cette ferme ! ».

Beaucoup sont venus avec cette idée là et ont découvert une fois sur place qu'il ne s'agissait pas de gagner une terre instantanément mais de la gagner en participant au projet du mouvement. Ils parlent ensuite d'une bascule dans l'appropriation de leur participation en exprimant le passage d'une lutte pour soi-même à une lutte pour le collectif. Certains la disent sous le registre d'un travail social pour l'insertion des exclus du campement, d'autres sous la forme d'une lutte pour l'autre, pour le collectif. Nous pouvons prendre cet extrait pour illustration :

« On s'engage tellement dans les luttes avec le MST, tellement. Nous voyons tellement la souffrance des personnes que nous finissons par arrêter de lutter pour nous-même pour lutter pour les personnes. Tu comprends ? Par exemple ici, ma plus grande souffrance dans

ce processus d'expulsion, ma plus grande souffrance était pour ceux qui n'avaient pas de maison. Parce que si quelqu'un arrive ici et me dit que je dois partir, j'ai une maison où aller, j'ai un endroit où aller. Mais il y a Larissa qui n'en n'a pas, il y a Fabio qui n'en n'a pas. Il y a beaucoup de personnes qui n'en n'ont pas, il y a vraiment beaucoup de personnes qui n'en n'ont pas. Donc nous finissons par arrêter de lutter pour nous-même et nous commençons à lutter pour les autres. Qui entre dans le MST, n'en sort pas parce que le MST, pour nous, c'est comme ça. Ça finit par devenir un type d'assistance sociale. On finit par devenir ça. »

Ce décalage est un analyseur de la praxis pour la formation du sujet Sans Terre, sujet collectif et politique, en même temps ancré dans des individualités. Ainsi, les normes liées à cette lutte sont intériorisées. Si le campement semble se construire sous la forme d'un isolat spatial, l'identité, les normes et les valeurs spécifiques peuvent mener à penser le mouvement comme un espace social, culturel, économique et politique spécifique, générant ses propres normes sociales. Le mouvement est vu comme un espace d'accueil d'une diversité de personnes et de problématiques comme l'exprime cette militante :

« Parce que le MST c'est ça, l'objectif du MST, c'est ça. C'est de réintégrer les personnes. C'est pour ça que nous accueillons tout le monde et que nous sommes discriminés. Nous adoptons beaucoup de causes et parfois le MST est discriminé. À l'extérieur, il est vu avec des yeux différents. Parfois, nous sommes mal vus pour cela. Parce que nous ne jetons pas les gens dehors, nous les accueillons et nous tentons de les réintégrer. Sauf que, quand il n'y a vraiment pas moyen...Ce que nous disons, c'est que malheureusement nous allons devoir arrêter avec vous. Cela est déjà arrivé. C'est déjà arrivé que l'on dise à une personne qu'il n'avait pas adhéré aux normes du mouvement... »

Cet extrait d'entretien souligne une tension entre un accueil inconditionnel des personnes dans les espaces du mouvement et la possibilité pour certains de s'y maintenir en raison des normes et règles qui y sont pratiquées. Cependant, dans son discours, les règles qui mènent à remettre en question la place de la personne dans le mouvement font consensus au niveau du Brésil et ne sont pas spécifiques au MST. Par contre, sur le campement de référence de la recherche, une militante constate que le fonctionnement a mené à une mise à l'épreuve des personnes et de leur engagement dans le mouvement opérant une sélection des membres du campement : « En vérité c'est parce qu'il y avait beaucoup de personnes et toutes avec des styles différents. Ça a été un petit peu comme un tamis avec le temps. Avec le temps les gens sont partis. En fait ça finit par tamiser un petit peu les personnes. ».

Avoir le point de vue des personnes qui ont quitté le campement n'a pas été possible pour cette recherche. Cependant, un des départs du campement est lu comme un problème d'intégration dans le profil Sans Terre : « il n'a pas appris à être Sans Terre. Le jour où il est parti, il s'est même excusé, auprès du front de masse, auprès des coordinateurs. Il s'est excusé il a demandé pardon parce qu'il n'a pas réussi à s'intégrer dans le profil. Il n'a pas réussi à s'intégrer dans le profil. ».

Les entretiens et observations mettent donc en valeur la difficulté d'un mouvement de masse, incluant les populations dans toute leurs diversités pour la construction d'une justice sociale en pratique. Nous voyons que l'articulation entre accueil universel et nécessité de mise en mouvement collective par le respect de règles et de normes liés au projet des Sans Terre mène aussi à la création de nouveaux espaces que tous ne sont pas en capacité de se saisir. Cette tension fonctionne comme un analyseur pour le mouvement en mettant en valeur une limite qui est en même temps garante de l'alternative au cœur du mouvement.

2. Construire la justice sociale en alternative à l'assistencialisme

La monographie montre que le projet du mouvement d'accès à la terre et de justice sociale le mène à accueillir une diversité de personnes, certaines venant par nécessité et d'autres par passion. Il est intéressant de voir que la solidarité dans le collectif peut être vécue comme la mise en place d'une forme de travail social. Ainsi, il semblerait que le paradigme de l'exclusion s'invite sur le terrain des Sans Terre alors qu'il n'en est pas un de ses axes revendiqué d'action.

L'exclusion apparaît en filigrane dans le discours du MST autour de l'exploitation des classes populaires, le non-respect de leurs droits. Si le statut de Sans Terre rappelle dans son appellation les catégories existantes en France de Sans Domicile Fixe, Sans emploi, Sans place, le plaidoyer qui constitue cette identité ne s'inscrit pas dans une catégorisation liée à des politiques sociales typiques de l'évolution de la protection sociale en France. En effet, l'existence des Sans-Terres est conjoncturellement analysée par la constitution de sa propre histoire et l'analyse des dynamiques l'ayant créé. Ainsi, les phénomènes d'exploitation qui l'ont constitué sont rendus visibles à partir de leur propre point de vue. Cette identité est explicitée, elle n'est pas limitée à un état de vulnérabilité. Elle est montrée comme le fruit d'un processus qui, en repérant les dynamiques qui le constituent lui donnent des outils pour résister à ce processus. Nous retrouvons ici la marque de la théologie de la libération dont la praxis

constituait à accompagner l'opprimé dans la prise de conscience de son oppression pour qu'il construise sa propre libération. C'est à partir de cette conscientisation que cette voix collective a construit un horizon pour sa propre libération qui a évolué lui aussi dans le temps.

La notion d'exclusion apparaît de manière différente en fonction des points de vue et des processus de construction des discours. Elle se transforme entre les différentes échelles de production des données et de l'appropriation des acteurs mais se parle au sein du MST avec, en son cœur, une dynamique de construction du protagonisme des personnes dans une situation de négation sociale de leurs possibilités concrètes et matérielles à vivre dans une injustice face à ceux qui en ont les moyens : « Eux avec une cravate et nous en bas d'un pont. Cela me révolte. Il va falloir bouger ce pays. Celui qui va faire ces changements est le peuple organisé avec le sang des grands « lutteur » qui nous ont laissé un leg pour notre lutte. ». La différence de conditions de vie est dénoncée comme une absurdité face à la quantité de terres disponibles : « Quand j'ai voyagé, j'ai vu qu'il y a tellement de terres vides et tellement de monde en bidonvilles ». La lutte contre la pauvreté est exprimée comme un horizon du mouvement « penser ce que nous ferons après pour ce futur du Brésil et pour la défense du plus pauvre. ».

Le projet social du mouvement est aussi en évolution notamment en raison de l'urbanisation de ces campements. Cette évolution est très minoritaire mais la création de campements proches des villes est une nouveauté pour le MST qui amène des nouvelles problématiques. Ces espaces deviennent des refuges pour les personnes habitant dans la rue :

« Avec l'augmentation de l'urbanisation, les villes se rapprochent et le mouvement voit arriver les personnes de la rue. Quand nous avons ouvert le campement aux personnes en situation de rue, ils tremblaient d'abstinence, où la société les exclut, là, dehors. Et nous comme mouvement social, on ne peut pas les laisser. Et aujourd'hui tu en vois quelques-uns ici qui travaillent. Cela te donne de la force pour poursuivre. C'est bien que ça vaut la peine. Donc c'est très bon. »

Le mouvement est donc confronté à des problématiques sociales nouvelles pour lesquelles le travail social est repéré comme un outil pertinent. Les militants ont donc été soutenus dans leurs projets de formation au travail social car elle correspond au repérage d'un besoin comme l'explique ce militant :

« Pendant 5 ans, j'ai étudié les politiques sociales. Ils se sont aperçus que c'était une question urgente pour le mouvement. Des personnes ont compris que les politiques sociales peuvent aider dans les *assentamentos*. Et c'est très demandé. Par exemple, ici, ces questions de sécurité sociale, de retraite. Les personnes n'ont pas de notions des droits qu'elles ont et

cela n'arrive pas jusqu'à elles d'aucune manière. Elles doivent aller le chercher donc il y a un professionnel qui les aide quand c'est nécessaire. ».

Ces travailleurs sociaux sont parfois intégrés aux coopératives d'assistance technique dont le rôle est d'aider les membres du mouvement à organiser leur production. Ils vont construire des actions autour de cet objectif comme organiser l'échange de semences. Mais ils se définissent plus comme des acteurs de la lutte du Mouvement : « C'est pour aider aussi le mouvement comme un tout avec ces questions politiques, sociales, des politiques sociales, et la question de l'organisation ». Ainsi, ils construisent le rôle du travailleur social en lien avec cette lutte pour faciliter l'accès des personnes à leurs droits : « Je pense que le travail d'assistant social, comme tout autre travail dans l'aire sociale, est très important parce que tu arrives à avoir la vision, à lutter avec les familles pour qu'elles arrivent à avoir accès à ces ressources. ».

S'ils racontent leur travail par des orientations des familles vers les dispositifs sociaux existants : « Nous faisons cela aussi, on oriente les gens vers le CRAS²⁵⁰. On oriente les personnes vers les moyens disponibles. » ; leur priorité semble se tourner vers la construction du collectif. Un de leurs outils est le travail d'animation et d'organisation dans la construction d'un collectif de revendication de leurs droits, à faire respecter ou à créer. Les extraits d'entretien qui suivent illustrent la pratique du travail social dans un contexte de mouvement social. Ils ont été faits avec des travailleurs sociaux intervenant dans le mouvement ou membre du mouvement et formés au travail social.

« Comme l'*assentamento* est très grand, environ 500 familles, nous essayons de travailler ce principe de collectif de la Réforme Agraire, du mouvement comme un tout. Et comme l'*assentamento* a 15 ans, les gens ont un peu perdu de ça. Du principe de la collectivité, de travailler en groupe, elles sont très fermées. Nous essayons de récupérer cela dans notre travail. »

« Quand tu vas dans les *assentamentos*, tu vois la situation de vulnérabilité des familles. Ce n'est pas une question de lutte pour la réforme agraire parce qu'ils sont déjà dedans mais à cause de la manière dont certaines mairies laissent les familles. Tu appelles les maires, les conseillers et tu leur demandes pourquoi ils ne donnent pas une infrastructure, un accès, par exemple à des routes de qualité pour les familles. Le principal argument du maire est qu'il n'a pas l'obligation de faire des routes pour les *assentados*. Celui qui a l'obligation est l'état, le gouvernement fédéral. Tu vois la contribution en impôt que les

²⁵⁰ CRAS : Centro de Referência de Assistência Social – Centre de Référence d'Assistance Sociale, organisme public local chargé de mettre en œuvre les politiques sociales.

familles payent, même si elles ne payent pas d'impôts pour la terre, toute la commercialisation des produits se passe dans la ville et donc, automatiquement, les mairies ont l'obligation de donner une infrastructure de base pour les *assentamentos*. La manière d'amener cela chez les familles est de manière répétitive, on se réunit en groupe, tu les attires, tu leur montres que si elles ne se plaignent pas, s'il y a des activités en groupe, ils vont devoir faire quelque chose. Si tout le monde de l'*assentamento* ne veut pas aller à la mairie, tu fais une action et la signature de toutes les familles représente l'officialisation pour le maire. Automatiquement, il doit donner une réponse aux familles pour dire s'il va faire, comment il va faire par écrit. ».

Ainsi, ils déterminent leurs pratiques par rapport au droit en opposition à l'assistencialisme qui est associé à l'octroi d'une faveur : « ce à quoi la personne peut avoir accès dans le secteur classique est un droit et non une faveur ». De plus, ils soulignent les conflits d'intérêts et pressions dans lesquels sont pris les travailleurs sociaux financés par le système public : « Malheureusement les assistantes sociales sont peut-être plus limitées dans le sens où elles ne peuvent pas faire certaines actions car elles ont des pressions des maires, des personnes qui travaillent avec des mandats publics parce qu'elles veulent faire des faveurs. ».

Les travailleurs sociaux membres du MST soulèvent donc toute la problématique de l'assistencialisme autour de la création d'un lien de dépendance parfois tellement fort qu'il relève de l'aliénation. Ce travailleur social militant l'illustre en montrant l'impact et la possible instrumentalisation de certaines aides pour orienter les choix politiques des individus :

« Sur l'assistencialisme ? Je vois deux aspects. La famille ou la personne devient dépendante d'une politique sociale... elle sait qu'elle va avoir de l'argent chaque mois pour vivre. Il y a eu, une fois, une action du tribunal qui a déterminé que toutes les familles qui reçoivent cette bourse²⁵¹ ne peuvent pas faire une seule mobilisation ou faire partie du mouvement. Dans les *acampamentos*, les parents ont dû retirer les enfants de nos écoles itinérantes. Cela a été comme une bombe, les familles sont parties. Les écoles itinérantes se sont arrêtées qui était un de nos outils d'éducation et de formation. Cela crée une dépendance tellement grande que cela ne permet pas que la personne la famille voit plus loin que ce petit monde qui est l'assistencialisme. ».

Cette autre travailleuse sociale souligne l'impact de cette dépendance aussi sur la possibilité des personnes de penser leur monde, la société dans laquelle ils vivent : « Cela

²⁵¹ Référence à la *bolsa familia*, ou « bourse famille », l'équivalent des allocations familiales françaises d'un montant équivalent à 70 euros par famille et par mois.

finir par être une dépendance des familles qui commencent par penser à ça et après penser aux politiques sociales qui n'arrivent pas. Penser sur la société, penser sur la réalité, est une connaissance qui a été niée historiquement à quelques personnes. ».

Ainsi, c'est par la lutte qu'ils redéfinissent la notion d'autonomie et d'émancipation : « Mais c'est le processus de lutte qui cherche l'autonomie, l'émancipation pour ne pas rester dépendant de faveurs comme cela se fait. ». Pour cela, ils réalisent un travail de conscientisation pour que les personnes se construisent leurs solutions notamment en utilisant les possibilités que leur ouvre le MST, en partant de leurs réalités :

« Le principal point que je discute avec les familles est que, si vous avez des bonnes conditions de vie basées sur la forme agroécologique, quand vous avez la connaissance de vos droits, et de comment y avoir accès, tu réussis à avoir une meilleure qualité de vie et automatiquement tu vas vers l'autonomie et tu as une émancipation. Alors, si je reste dépendant du système, des conventions de production, comme malheureusement dans les plus grandes entreprises avec cette question des agrottoxiques et plus, je ne vais pas réussir à changer cette structure. Parce que si je suis du mouvement, si je suis *assentado* et que je fonctionne dans le travail du mouvement, automatiquement je dois avoir conscience des actions et de l'importance de la qualité de vie. Avoir accès à la santé, à l'éducation, avoir une production basée sur l'agroécologie ».

Le terme de conscientisation est utilisé en tant qu'élévation des consciences dont ils sont acteurs : « C'est un travail qui va émanciper la conscience, l'être humain, tenter de contribuer dans ce sens. La compréhension du travail est dans le sens d'une élévation de la conscience. ».

En tant que praticienne chercheuse issue du travail social institutionnalisé en France, un point me questionne : le rapport à la légalité. J'ai donc cherché à avoir leurs points de vue sur la difficulté d'un positionnement éthique du travailleur social dans le cadre d'une lutte entraînant des actes parfois illégaux. Ils se décalent de ce questionnement car cela n'entre pas dans le cadre de leur définition de la lutte :

« C : Pensez-vous que d'accompagner les familles dans la lutte avec des actes parfois, illégaux est le rôle d'un travailleur social ? »

Non, certainement je ne peux pas accompagner. Mais peut être que si un mouvement reste arrêté, attendant, s'il ne se mobilise pas, il ne fait pas d'occupations, il n'y aurait pas eu d'accès à la terre et à la Réforme Agraire comme aujourd'hui. Malheureusement, les politiques publiques n'auraient pas rendu disponible une telle structure pour les familles *assentadas*. Il y a encore beaucoup de luttes, de mobilisations pour accéder à certains droits,

pour avoir la Réforme Agraire et avec la Réforme Agraire vient l'éducation, la santé, tous ces autres droits donc je ne crois pas que ce soit illégal. ».

Pour avoir un autre point de vue sur ces pratiques, j'ai questionné deux membres *assentados* du mouvement en présence d'une assistante sociale qu'ils connaissent. La réponse d'un d'entre eux est parlante sur le décalage entre le terme d'assistante sociale et le travail qu'elle réalise. Il n'a pas compris le sens de ma question, le mot, alors qu'ils se voient très régulièrement :

« C : Assistante sociale ? qu'en penses-tu ?

X : Je n'ai pas compris ce que tu as dit. »

Après avoir redéfini le mot assistante sociale, les deux personnes m'expliquent par des exemples que ce travail de solidarité se fait au sein des familles *assentadas* :

« Par exemple, il y a un monsieur qui est malade, qui boit beaucoup, sa famille ne veut pas s'en occuper et au final c'est moi qui m'en occupe. Ils voulaient le mettre à l'asile, l'oublier jusqu'à ce qu'il meure. Et je l'ai ramené là parce que je ne supporte pas une personne qui pleure et dont personne ne s'occupe. Et je le contrôle parce qu'il buvait beaucoup d'alcool dès son enfance. Il a toujours bu. Depuis qu'il a 7 ans, il boit trop de cachaça²⁵². Donc ça a été compliqué. Il ne boit plus de cachaça. Je lui donne du vin. Parce que si tu arrêtes, ça te tue. Et il est tranquille. Il travaille, il aide. Il ressemble beaucoup à mon frère, je l'aime bien. Il est retraité. Il a de quoi vivre. On fait attention à lui. »

« Nous, ici, quand quelqu'un est malade, et n'a pas de quoi s'en sortir, nous nous réunissons, nous faisons un repas pour collecter de l'argent pour donner à cette personne. Dimanche dernier, il y a un *assentado* qui est tombé de l'escalier, qui s'est cassé les deux jambes, nous avons fait un repas pour récupérer de l'argent pour lui. En peu de temps, je crois que nous avons fait quatre repas pour donner aux personnes. C'est peu, mais ça aide. ».

L'exclusion est donc une thématique que le MST aborde par le biais de la proposition de construction d'une justice sociale, pour son éradication. Le paradigme de l'exclusion est rejeté dans sa dimension assistancialiste. Si le mouvement incite les formations au travail social, dans le cadre du mouvement, ce modèle n'est pas développé. Nous voyons donc une tension se dessiner dans les relations avec le travail social car par sa diversité de pratiques, il peut être une limitation politique pour les membres du mouvement ou un support d'organisation collective. Les travailleurs sociaux insérés dans le mouvement soulèvent cette ambivalence en montrant

²⁵² La cachaça est un alcool fort confectionné à base de canne à sucre.

les possibles impacts d'une dépendance à des politiques sociales qui vont à l'encontre du projet du MST de construction d'un pouvoir populaire. Dans leurs pratiques, nous voyons qu'ils œuvrent tels des organisateurs communautaires, en soutien aux revendications et aux luttes des membres du mouvement. Nous retrouvons ici l'influence de la théologie de la libération et de la pédagogie des opprimés (Freire, 1974) par la pratique du renforcement des personnes dans la conscientisation de ce qui les opprime et l'organisation d'une lutte contre ceci.

3. Un modèle économique en tensions

L'exclusion est aussi pensée au sein du MST sous le prisme d'un déséquilibre des pouvoirs dans le secteur économique. Le projet du MST a une dimension fondamentalement économique par l'objectif de permettre aux petits agriculteurs de réaliser leur métier souverainement en ayant accès à la terre. Ainsi, l'injustice sociale est aussi une injustice économique. Le MST se positionne donc aussi au cœur d'un rapport de force entre agriculture familiale et agro-business : « C'est un affrontement permanent. (...) Dans la production, il y a une dispute entre les 2 modèles : l'agro-business essaye d'augmenter ses objectifs et a besoin de moins en moins de travailleurs. La distribution des revenus agricoles sont faits de manières inégales dès la commercialisation et dès les subventions. En termes de subvention, l'agriculture familiale reçoit 10% de ce que reçoit les multinationales, c'est dire si la concurrence est déloyale. ». Cependant, cette lutte ne se fait pas avec les mêmes armes et les observations ont montré que l'affrontement n'est pas direct mais consiste plutôt à faire exister une économie qui se différencie des principes dominants de libre concurrence, production infinie de richesse et fixation de la valeur en fonction des règles du marché.

Les observations réalisées ont montré des spécificités du modèle économique du MST dans les discours et pratiques de ses membres. Le travail de l'agriculture est souvent vu comme un idéal à conquérir, chargé d'une fonction de vie. Nous retrouvons cette fonction de vie dans l'attachement des personnes à la terre qui permet l'activité, la production agricole : « Je suis très heureuse de lutter pour la terre car la terre est mère. La terre est la vie. La terre créée. La terre est la nature. Regarde ce que la terre fait dans cette motte de terre que j'ai pris dans ma main dans le potager quand nous y sommes allées. Cela pour moi est la vie. Je t'ai demandé de la sentir pour que tu sentes qu'elle a une odeur de terre. ». Cette fonction est soutenue par l'alimentation qui en est retirée : « La terre produit la nourriture, produit les fleurs. Regarde une fleur, la fleur du fruit de la passion. Quand tu bois un jus de fruit de la passion, souviens-toi de la fleur du fruit. C'est une fleur très belle. ». C'est par cette fonction que les espaces du

mouvement peuvent répondre à la nécessité première des personnes : « Une fois que j'ai été *assentado*, c'est sorti pour manger, et pour vivre plus ou moins » ; « Il faut planter pour manger parce qu'aujourd'hui les choses sont très chères. Ça ne permet pas de faire de la richesse mais ça permet de vivre. ».

L'agriculture familiale est donc vue par certains membres du mouvement à petite échelle, permettant de subvenir aux besoins de chacun. En cela elle correspond à la définition de Razeto (1996) d'une économie populaire réalisée sans capital de départ. Cependant, le MST semble compléter cette définition en explicitant l'importance d'un mode de production garantissant le pouvoir du travailleur sur l'ensemble de la chaîne de production dans le but de sortir de la logique capitaliste, vécue comme une forme d'oppression du travailleur. Le Mouvement Sans Terre exprime cela comme le pilier de la structuration de la production : « le pilier de la coopérative sont les travailleurs ». Leur mode de production doit être un outil pour leur objectif de transformation de la société : « Comme mouvement nous nous organisons pour coopérer, produire, commercialiser et affronter, aussi dans l'économie. ». Leur outil est de dominer la chaîne de production pour s'insérer dans le marché à grande échelle et sortir de la logique d'une économie de petite dimension :

« Une chose est de faire cette économie de petits projets, de produire des petites choses liées aux états, aux gouvernements, ces choses-là ; une autre chose est d'affronter, d'organiser les chaînes de production qui affrontent le capital. Ce sont deux choses différentes. Il faut dominer les usines, il faut dominer l'agro-industrie. Je vais produire mes petits produits, mes petits services pour mes voisins. C'est une économie courte mais qui ne dispute pas le marché. Il faut penser un système qui, par exemple, arrive à alimenter avec un tas de nourriture, une société de nourriture. Ça ne peut pas être seulement une niche. C'est clair qu'elle est importante contre les intérêts.... Mais quel est le système que tu organises si tu veux prendre le contrôle du système capitaliste d'exploitation... (...) il faut qu'il y ait de la coopération agricole, il faut qu'il y ait de la technologie, il faut qu'il y ait d'autres aspects. Comment faire pour que le contrôle reste aux paysans ? Dominer toute la chaîne productive ».

Cette économie populaire n'est donc pas vouée à le rester dans le cœur de certains militants. Ainsi, le mouvement a structuré une série d'outils pour développer le poids économique de ses espaces comme les coopératives et les réseaux de commercialisation. Tout l'enjeu du mouvement est de construire un modèle qui soit en accord avec ses valeurs. La coopération est une perspective qui est soutenue car elle permet de ne pas séparer personnes et

bénéfices : « La coopérative achète les produits des paysans sauf que sa relation est autre ? Il fait partie de la coopérative. Si la coopérative fait des bénéfices, lui aussi fait des bénéfices ».

L'économie devient un lien entre l'ensemble des membres du Mouvement est organisé par la coopération. En pratique, nous pouvons l'observer dans la mutualisation quasi systématique des moyens de production sur les espaces du mouvement. J'ai pu par exemple observer des groupes d'intérêts au sein d'un même *assentamento*, qui sont des unités d'organisation d'un nombre limité de familles en fonction de ce qu'ils produisent. Une famille peut être dans plusieurs groupes puisque la production est variée. Ces groupes organisent le partage des moyens de production car coopérer est une nécessité : « planter du riz, ce n'est pas facile. Il faut beaucoup de machines. Il faut connaître les machines. Tout seul, planter du riz, tu n'y arrives pas. ». Le mouvement a créé, sur la majorité de ses unités locales, des coopératives de commercialisation qui achètent la production individuelle des agriculteurs et se chargent de sa revente. Cela permet de faciliter l'activité de commercialisation individuelle. Les personnes travaillant au sein de ces coopératives sont rémunérées sous la forme de salariat par le travail des producteurs et sont un maillon supplémentaire de la division des tâches pour la viabilité économique des *assentamentos*. Elles fonctionnent comme le « parapluie » des producteurs :

« Nous avons eu cette compréhension qu'il ne suffisait pas de distribuer la terre, il fallait une organisation, il fallait viabiliser économiquement les *assentamentos* parce que le meilleur outil du point de vue économique et politique était la coopérative. ».

Ils construisent aussi une dynamique collective de gestion des réseaux de commercialisation par une régulation de leur production. Lors d'une réunion de coordination d'un *assentamento*, un temps a été pris pour définir les quantités de production par groupe de producteurs et en fonction des prix de revente des produits. Ils m'ont expliqué que cela leur permet de jouer sur les prix de revente des produits. S'ils produisent trop le produit perd de sa valeur et inversement.

La coopération est parfois pratiquée de manière totale comme sur une coopérative du Sud, déjà évoquée dans cette monographie.

« Pour la gestion de la coopérative, nous avons des secteurs, il y a la zone des porcs... En fait c'est tout un processus qui change tous les 2 ans. Je peux te dire comment ça marche aujourd'hui. Nous avons les porcs, l'abattoir. L'abattoir fait ses réunions tout seul mais pas pour les cochons, nous faisons les réunions tous ensembles parce que c'est une production à moitié industrialisée. Nous avons fait les industries séparées de la production mais ça n'a

pas bien marché. Donc on a recommencé à travailler en lien. Nous avons 5 personnes de la direction, c'est une direction collective. Chaque secteur a deux coordinateurs. Nous n'avons pas réussi à faire un homme et une femme parce que nous sommes moins de femmes et les femmes qui sont là ne souhaitent pas assumer cela. Mais les jeunes arrivent, ils assument plus. Par exemple, l'abattoir, dans lequel il y a beaucoup de gens, qui est plus compliqué, les femmes ne souhaitent pas être coordinatrices pour diriger. Et les femmes sont plus administratives, pour suivre. Mais elles ne le sont pas toutes. Les femmes sont dans la crèche, le bureau et la boulangerie, et en cuisine. »

On retrouve le modèle d'organisation du Mouvement Sans Terre sous la forme de secteurs qui sont, dans le cadre de la coopérative, une organisation en fonction des secteurs de production. On retrouve le principe de la direction collective et le principe de l'incitation à une parité homme femme dans les coordinations : « Les décisions se prennent dans les secteurs, ensuite, elles vont dans la coordination, dans la direction... Nous faisons des planifications sur l'année entière. Les décisions sont prises en assemblée et nous faisons ce que nous avons décidé. ». Les décisions sont donc prises dans un modèle de fonctionnement par la base. C'est la base qui décide et fait connaître ses décisions au collectif créant ainsi un aller-retour sous la forme du principe de la double démocratie :

« Tous les 2 ans nous faisons toute une évaluation et nous changeons ce qui a besoin. Nous demandons aussi qui veut changer de travail, et on le change sauf si elle est nécessaire là, on ne la change pas. Nous changeons parfois mais nous nous organisons plus en fonction des intérêts des personnes. Il y a des personnes qui n'aiment pas le tracteur, qui préfèrent faire un travail plus lourd que de prendre le tracteur. »

Cette organisation montre la valeur de la libre adhésion de chacun aux tâches avec une nécessaire articulation entre l'intérêt individuel et l'intérêt collectif. La possibilité de changer de tâches tous les 2 ans confirme la nécessité d'organiser un jeu de places permettant à chacun de trouver sa bonne place :

« Mais la valeur, que tu travailles à la crèche ou en cuisine, c'est la même. Les femmes, les hommes, les jeunes de plus de 16 ans, c'est la même chose. Pour les jeunes aussi, nous ne faisons pas de différence de montant. C'est à l'heure travaillée mais il n'y a pas de contrôle. Chaque année, nous faisons une collégiale pour savoir ce que nous allons produire et ce que nous allons distribuer. Le salaire est mensuel. Les bénéfices, une partie est divisée et l'autre partie est réinvestie. Nous faisons un budget, nous allons à la banque et nous voyons pour un crédit et c'est bon. La banque nous aide toujours plus car nous avons un revenu. »

Le principe d'égalité est appliqué au sens strict du terme par les membres dans une division égale entre les membres, quelque soit le travail fourni :

« Dans les relations aussi, il faut travailler. Dans notre compréhension, il faut compter sur la main d'œuvre, sur les personnes handicapées... aujourd'hui avec les jeunes, c'est un peu plus parce qu'il y a aussi des jeunes qui n'ont pas d'initiatives, qui ne travaillent pas, il faut parler avec eux pour qu'ils travaillent plus. Nous avons toutes ces relations internes. Il y a ceux qui donnent plus de force et qui poussent les autres ; Comment faire pour que les personnes fassent le même travail ? Nous avons fait une expérience neuve une fois, de s'asseoir et de faire des évaluations des tâches, savoir si elles ont été remplies ou pas, essayer de donner plus d'argent à qui travaillait plus... mais ça a empiré les choses parce que chaque personne pense qu'il travaille plus que l'autre. La difficulté est la responsabilité de chaque travailleur. Se sentir responsable dans son travail car tout est à nous ici. Le capitalisme aussi... nous vivons dans un autre système et il nous rattrape toujours. »

Ainsi, cette égalité de salaire questionne par rapport à la question de l'égalité de travail et de la productivité. Le collectif, par tâtonnement a décidé de ne pas baser la valeur du travail sur la quantité mais sur le temps de la tâche. Il est intéressant de voir que l'évaluation du travail de chacun n'a fait qu'empirer la situation. Les membres de la coopérative sont donc dans une démarche de valorisation de l'individu en tant que membre du collectif et donc responsable du collectif. Ils attribuent cela à la notion d'une propriété collective en indiquant que « tout est à nous ».

Le lien convivial est aussi un vecteur important dans le fonctionnement de cette coopérative. Les repas sont partagés mais aussi le lieu de vie puisque chaque membre habite sur le lieu de production, dans une maison individuelle mais à 50 mètres les uns des autres. Cependant, ce modèle amène quelques difficultés notamment en termes de relations humaines qui sont ainsi présentées :

« Dans notre campement, trois coopératives ont été faites. La nôtre et deux autres qui n'ont pas continué. Parce qu'il y avait des fortes discussions pour faire des coopératives. Nous avons commencé à 60 et après nous avons proposé aux personnes de se joindre à nous. Mais il y a des gens qui ne supportaient pas de rester dans un collectif. Il y a une personne qui a essayé de faire un groupe avec ses 5 frères et jusqu'à aujourd'hui, il n'a pas réussi. Ils n'ont pas accepté et les personnes qui avaient des familles plus grandes, c'était très difficile. Ils n'ont pas réussi à accepter les objectifs en commun. Ils voulaient décider seuls de ce qu'ils devaient faire. Le capitalisme est tellement fort ; l'individualisme.... Et ce n'est pas facile de vivre en collectif.

Comme nous étions tous jeunes, tout le monde aidait un peu, avec un peu de conscience... nous nous sommes encouragés pour faire un collectif. Mais c'est difficile Aujourd'hui c'est encore pire pour faire un groupe. Il faut tout diviser, tu ne peux pas faire ce que tu veux. Il faut accepter l'opinion des autres. ».

Dans cet extrait, la membre de la coopérative exprime bien les difficultés d'articulation entre les nécessités des individus et du collectif. Elle l'explique par un individualisme créé par le fonctionnement capitaliste. La coopération s'en décale et amène les personnes à construire une autre logique, celle de la coopération.

Ce témoignage nous apprend que la coopération va au-delà d'un fonctionnement économique au sens de création de richesses. La production au sein de cette expérience ne se situe pas de manière centrale sur l'accumulation de capital mais bien sur un partage égal du capital produit. La production passe par un réseau d'échanges commerciaux. Toute son importance est que les personnes ne la situent pas comme tel et bien comme la production d'un lien social et d'un espace de vie alternatif. Tel un indice de l'importance du lien social dans ces rapports de production, l'activité est réalisée en famille. Le modèle économique du MST s'ancre aussi dans la société par la valorisation de l'utilité sociale du travail réalisé. Le Mouvement sans Terre inclut la dimension écologique dans son organisation en l'inscrivant comme un objectif de son programme de Réforme Agraire qui est un programme de réformes politiques. En effet, ils érigent la terre en bien commun et ainsi s'engagent à la respecter. Cela passe notamment par : « S'assurer que la priorité soit donnée à la production d'aliments sains, dans des conditions environnementales durables, pour tout le peuple brésilien et pour les besoins des autres peuples » (MST, 2013).

Cette préoccupation s'inscrit aussi dans les actes puisque chaque *assentamento* crée une aire de protection environnementale dans laquelle la production agricole est interdite. Un des *assentamentos* visité expérimente actuellement à partir de cette aire une organisation permettant d'y développer l'élevage de bétail pour l'alimentation. Cela est un exemple de développement de solutions pour une agriculture saine et respectueuse de l'environnement. Les secteurs de production et les coopératives d'assistance technique réalisent ce travail de sensibilisation des paysans à l'agriculture biologique. Le modèle n'est pas adopté de manière systématique par les agriculteurs mais cela est une de leurs préoccupations, ils innovent et cherchent la création de produits entièrement naturels. Le Mouvement développe de nombreuses formations dans le cadre de ces centres autour de l'agriculture biologique. Il y a de nombreuses réussites au sein du

Mouvement notamment dans la production de jus de raisin et de riz biologique. Ils valorisent ces modes de production en développant des solutions écologiques contre la monoculture des multinationales de production agricole très présentes au Brésil. Ils partagent ces aliments et les mettent à la disposition de la population brésilienne dans le cadre des marchés de producteurs. En proposant des aliments sains, ils sont eux-aussi une solution d'ordre public.

Si le processus du mouvement permet à une partie des acteurs de dépasser une situation de précarité par la construction d'espaces de production économiques, ce dépassement est en tension. En effet, le temps passé avec les membres de la coopérative s'organisant en tout collectif a mis en valeur un paradoxe dans la compréhension de la loi de Réforme Agraire brésilienne²⁵³. Celle-ci définit, à l'article 19, les personnes ayant accès à la terre dans le cadre de la Réforme Agraire. Ce sont notamment les personnes ayant été expropriés de leurs terres ainsi que les « travailleurs ruraux en situation de vulnérabilité sociale »²⁵⁴. Ils doivent justifier de cette situation par une inscription au Cadastre Unique pour les Programmes Sociaux du Gouvernement Fédéral (CadÚnico) qui est un programme social national recensant les personnes pouvant bénéficier d'aides sociales en raison de leurs bas revenus fixés par le décret n°11.016, du 29 mars 2022 comme les familles ayant une rente mensuelle de moins de la moitié d'un salaire minimum par habitant (article 5).

Ainsi, la loi de la Réforme Agraire au Brésil est un outil qui passe par le travail social brésilien institutionnalisé. Elle est réservée aux personnes dites « vulnérables » économiquement. Cette catégorisation poursuit parfois les acteurs. Les membres de la coopérative du Sud du Brésil fonctionnant en tout collectif ont aujourd'hui des revenus au-dessus de ce seuil avec des marqueurs extérieurs d'un confort de vie comme des maisons en briques et des voitures. Dans cette tension économique entre un modèle coopératif et un modèle capitaliste basé sur la concurrence et le marché, les membres de la coopérative considèrent aujourd'hui être rattrapés par ce système qui continue de les assigner à une position de vulnérabilité. Ils déclarent que l'INCRA leur a signifié qu'ils ne correspondaient plus aux critères de la Réforme Agraire car ils avaient aujourd'hui, trop de revenus :

« Le capitalisme aussi... Nous vivons dans un autre système et il nous rattrape toujours. Par exemple, en ce moment, l'INCRA est en train de chercher à tout nous prendre. Ils disent que nous sommes en irrégularité, qu'ils vont prendre nos ressources, parce que nous avons

²⁵³ LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 – Loi n°8.629, du 25 février 1993.

²⁵⁴ Traduction de l'auteure.

des voitures. Nous devons être misérables. En tout cas ils essayent. Imagine, si tu as un bon revenu, ils ne supportent pas... Il y a cette pression du gouvernement et du système capitaliste. Il y a un million de ressources et nous non. »

Les stratégies identitaires et économiques de formation du sujet Sans Terre favorisent le retournement du stigmat sans toutefois l'annuler. L'effet de catégorisation en tant que « personnes vulnérables » continue à jouer mettant en péril les possibilités d'accès à un confort de vie et une sortie de la pauvreté par une logique symbolique d'un dispositif dédié aux personnes à faibles revenus, en attendant de ces personnes qu'elles ne s'enrichissent pas par ce biais. Cette situation montre la force de la catégorisation même au Brésil, ayant une protection sociale publique qui peut paraître développée au regard du système français, avec le envers les populations en situation de pauvreté.

Conclusion de la monographie sur les Sans Terre

Cette monographie montre les multiples visages du mouvement et de ses membres, acteurs stigmatisés, acteurs économiques, acteurs solidaires, politiques qui s'actualisent en fonction des contextes et objectifs des actions. Acteur caméléon, il a développé tout au long de son histoire la capacité à évoluer et à s'adapter dans cette articulation entre individualité et voix collective structurée par la création de l'identité forte de Sans Terre. Depuis 39 ans, le mouvement s'est déployé à l'échelle du Brésil et à l'international. Il a démultiplié ses espaces, campements, *assentamentos*, coopératives, centres de formations... Il s'est construit une cohérence par l'institutionnalisation d'une organisation collective régie par des normes, des valeurs et des principes qui se transmettent depuis ses débuts. Pourtant, cette organisation a choisi le mouvement et la transformation. Ainsi, il est en perpétuelle évolution comme le montre l'apparition de nouvelles thématiques par exemple sur le genre, les LGBTQI+ Sans Terre ainsi que sur l'économie solidaire. Les membres du mouvement expriment sa capacité à "embrasser toutes les causes" dans un statut qui lui permet de multiples transformations. En effet, l'organisation en mouvement social n'a pas de statut officiel. Les membres n'ont pas d'affiliation légale avec le mouvement. Ainsi, il peut prendre localement de multiples formes pour se mettre en mouvement à distance de cadres officialisés. Une de ses spécificités est d'attribuer à chacun une tâche, une mission pour construire ce mouvement collectif qui joue avec les frontières et les tensions dans lesquelles il s'insère. Cherchant à être visible, il conserve une part d'invisible.

Il ne faut pas tout en dire car ce jeu est ce qui lui permet un équilibre entre ce qui l'institue et ce qu'il vise à institutionnaliser.

Cette organisation est en adéquation avec la construction d'un pouvoir populaire tel que théorisé par Mendez (2015), une force collective fonctionnant aussi par infiltration dans les différents espaces et institutions de la société. Le mouvement le construit par une inscription de son existence sur différents territoires par la création d'espaces aux caractéristiques hétérotopiques, qui fonctionnent comme des « contre-espaces » mettant en pratique localement le projet du mouvement. L'économie en est aussi un champ d'action dans lequel il a acquis une dimension internationale par sa production. Le pouvoir populaire construit par le MST semble donc fonctionner par l'occupation d'espaces aux dimensions interstitielles par leur localité et par la possibilité qu'ils laissent aux individus à leur tour d'exister. Par son ampleur et son histoire, il permet de rendre visible la fragilité d'un argumentaire visant à décrédibiliser l'agriculture familiale en montrant qu'elle peut être une solution pour les individus et pour la société. Elle peut même être rentable et permettre un confort de vie lorsqu'elle est faite dans une dynamique coopérative. Il rend aussi visible la force de l'assignation à la pauvreté par les tentatives d'interdiction de certains espaces porteurs d'une réussite économique.

CINQUIEME PARTIE : DE LA SURVIE A LA VIE QUALIFIEE

« Comme il m'est difficile de voir ce que j'ai sous les yeux ! »

Ludwig Wittgenstein, *Remarques mêlées*, traduit de l'allemand par G. Granel, Mauvezin,
TER, 1990, p.55.

« Nous ne sommes pas des pauvres, nous sommes des appauvris »

Parole d'un paysan rencontré au Sénégal

La lecture des trois monographies met en évidence la diversité des terrains de cette recherche, construits à partir d'un questionnement sur l'économie populaire en tant que levier d'insertion. C'est par ce questionnement initial et les activités des acteurs que la cohérence de cette recherche a cheminé malgré une diversité qui n'était, tout d'abord, que peu visible pour un œil conditionné par le paradigme de l'exclusion. L'invisibilisation produite par ce paradigme aura été d'autant plus puissante que son empreinte a été double avec l'exercice du métier d'éducatrice spécialisée pour l'insertion « d'exclus » du logement, de l'emploi et l'influence d'un ensemble de théories parfois implacables sur les disqualifications sociales. Cernée, la praticienne-chercheuse a eu du mal à penser. Les pages suivantes ont été d'autant plus difficiles à rédiger que les terrains et les observations se sont dérobés à ce paradigme. Ils ne le mettent pas en échec mais ils semblent évoluer à côté. Il est pourtant arrivé que certains membres des collectifs se l'approprient. Le mot exclusion est apparu dans les échanges, cependant, il faisait écho à une manière de penser les situations que les pratiques des acteurs semblaient contredire. A l'opposé, certains acteurs rejettent ce paradigme explicitement, avec une forme de colère car ils le ressentent comme une attaque.

La spécificité de cette recherche est de se positionner du point de vue des acteurs. J'ai donc été emmenée, transportée, dans les méandres de collectifs à la marge de la société, mais aussi à la marge de la marginalisation par l'exclusion. Cette position mène à questionner ce paradigme qui est apparu, à partir de leur point de vue, comme un système qui s'auto-alimente et, ainsi, se reproduit. Une fois le regard décalé, ce sont toutes les dynamiques de résistance à ce paradigme qui se sont dévoilées. Elles apparaissent dans les mondes construits et mis en sens par les acteurs. Après m'être intéressée aux différents collectifs indépendamment, je propose de les croiser pour analyser ce que nous disent leurs écarts et proximités. L'exercice sera ici de

mettre en perspective leurs points de vue à partir de questionnements qu'ils soulèvent lorsqu'on les pense conjointement et en rapport avec des éléments théoriques multiréférencés.

I. Des processus singuliers au-delà de la précarité

Le suivi des acteurs dans cette recherche a amené sur des terrains très diversifiés en termes de contextes et d'organisations des collectifs. Ce qui en a structuré la logique est leurs propres positionnements et la réalisation d'une économie populaire. A la lecture des monographies, l'exclusion apparaît comme un éclairage possible de la dynamique de chaque collectif car ils en ont certaines caractéristiques. Cependant, c'est aussi une approche dont ils se détachent, qu'ils instrumentalisent parfois et qu'ils dépassent. Cette approche dialogique des monographies permet de voir comment les acteurs se positionnent par rapport à ce paradigme de l'exclusion. Pour cela, je propose de réfléchir à leurs stratégies singulières qui, pourtant, semblent dessiner un processus aux caractéristiques communes de dépassement de la précarité dans lequel les jeux identitaires ont une place centrale. Les trois collectifs seront questionnés au prisme de leur institutionnalisation en termes de normalisation ainsi que d'articulation entre projet social et rentabilité économique.

1. Dépassements de la précarité

Les monographies permettent de saisir le processus de dépassement de la précarité du point de vue des acteurs. En effet, c'est un élément récurrent découlant de l'analyse des observations qui se traduit par une mise en mots des acteurs sur les gains liés à leur participation aux collectifs. Ils se sont saisis de l'espace de la recherche pour expliciter des processus qui les distancient de la disqualification par l'exclusion. Le questionnaire croisé des trois expériences permet d'identifier les traits d'un dépassement de la précarité par une série de besoins auxquels ces collectifs peuvent répondre.

En lien avec l'économie populaire, nous retrouvons dans les trois collectifs la référence à l'organisation de la survie qui passe par le besoin fondamental, biologique, de l'alimentation. Cependant, les acteurs ne limitent pas la satisfaction de leurs besoins de base à cet aspect biologique et l'élargissent à l'importance d'un logement et à la possibilité de financer l'éducation des enfants. Ces collectifs leur permettent de construire une vie au quotidien qui est aussi associée à la santé mentale. Au-delà de la reproduction des besoins primaires, la

socialisation, la participation aux collectifs est expliquée comme un moyen de dépasser aussi les problèmes psychiques. Certains acteurs de chaque collectif disent avoir été guéris de la dépression.

Ces aspects sont complétés par une dimension éthique de l'engagement des personnes. Certains membres disent ne pas être là par nécessité économique mais par intérêt pour l'activité ou par volonté de réaliser des valeurs personnelles, de participer à une lutte sociale. Cependant, ces récits sont à la marge des activités pour les récupérateurs français et brésiliens. Ils y ont le plus souvent une participation ponctuelle. Par contre, les entretiens réalisés avec les membres du MST montrent que certains s'y engagent pour être en accord avec leur projet de vie, leurs valeurs, par aventure, voire par appel mystique. Dans ces cas, dans leurs récits, les personnes disent avoir été « saisies » par le mouvement.

Nous trouvons aussi une différenciation entre les terrains français et brésiliens dans la vision des apprentissages permis par ces collectifs. Les membres du MST et du MNCR formalisent leur importance dans les processus auxquels ils participent. Ils les voient comme une évolution personnelle souvent mise en mot par le verbe « grandir ». Par contre, les récupérateurs d'Ile de France n'ont pas évoqué cette dimension. Pourtant, les observations ont montré l'existence d'une transmission de savoir-faire notamment sur la pratique de leur métier. Nous ici voir un effet des soutiens dont ont bénéficié les collectifs et notamment, pour les acteurs brésiliens, un effet des apports de la théologie de la libération. Si les collectifs se différencient dans leurs discours sur les apprentissages, tous tous expriment leur fierté à réaliser leur activité par les mots dignité et fierté qui sont aussi paraphrasés par l'expression de « vivre sans demander ».

Le dépassement de la précarité va donc au-delà d'une simple résolution des besoins primaires des personnes, bien que celle-ci soit présentée comme fondamentale par les acteurs. D'ailleurs, dans le MST, on dit souvent que la première étape et la plus importante pour un mouvement social est d'apporter des solutions concrètes avant de proposer des projets politiques. C'est ce que réalisent l'ensemble des collectifs par l'organisation d'espaces d'économie populaire. Cependant, ces collectifs ne se limitent pas à la réalisation d'une activité économique. Ils sont vécus comme des espaces de lien social, permettant une vie saine et en accord avec les valeurs de chacun. Ici se trouve une différence entre les mouvements des récupérateurs français et brésiliens et le MST. Ce dernier mouvement agrège aussi des membres disant être venus pour accomplir un projet personnel de lutte sociale et politique. Ainsi, le

dépassement de la précarité semble se réaliser par une résolution des besoins primaires et la construction d'une place sociale alternative à celle proposée dans la pauvreté.

2. Renversements et jeux identitaires

Ces nouvelles places se dessinent notamment par la construction d'identités sociales (Dubar, 2022) au cœur de ces processus. En tant qu'identité *pour soi* et *pour autrui* (Dubar, 2022), les monographies montrent leurs forces pour constituer des collectifs. Elles se structurent à partir de la mémoire, du plaidoyer et des symboles utilisés. Le croisement de deux activités différentes (agriculture et récupération) permet de comprendre qu'au-delà de l'activité économique, il y a une dimension de statut social qui est importante dans la disqualification sociale liée à l'économie populaire. En effet, cela donne du recul avec la force du lien aux déchets que Cavé rappelle : « Les ordures renvoient à un monde de l'ombre, refoulé. Matières en état de dégradation ou de dissolution, les ordures nous sont anxiogènes, et nous cherchons à les éloigner de notre vue, car la notion de « rien » nous gêne. » (Cavé, 2015, p.22). Il est donné comme une des raisons de la stigmatisation par les récupérateurs français et brésiliens. Pourtant, nous voyons que cette activité n'en a pas le monopole par des images qui définissent identitairement les récupérateurs mais aussi les petits paysans. Ainsi, les récupérateurs sont associés à l'Homme au sac²⁵⁵ au Brésil ou à un personnage inquiétant en France. Les petits paysans ont aussi leur stigmatisme dont une des figures est le Jeca Tatu²⁵⁶ (Bleil, 2009).

Les monographies montrent que ces images stigmatisantes correspondent à des identités *pour autrui* dans le sens où elles proviennent d'identifications qui viennent de l'extérieur du groupe social. Les acteurs ne s'y identifient pas. Au contraire, ils les dénoncent et réalisent un travail de reconstruction identitaire qui leur permet de renverser le stigmate par la construction d'identités *pour soi* qui les valorisent. Elles sont la base d'identités sociales plus ou moins fragiles en fonction des collectifs et de leurs contextes mais toutes instituant par ce dépassement d'identités stigmatisantes. Les éléments saisis varient en fonction des espaces locaux, des contextes menant à des identités différenciées. Les récupérateurs du MNCR se rapportent à une identité professionnelle tout d'abord par la construction d'une identité *pour soi* de travailleur qui s'est constituée en identité sociale par la reconnaissance de son utilité sociale

²⁵⁵ Cf. monographie sur le MNCR, personnage populaire qui attrape les enfants pour les mettre dans sa besace.

²⁵⁶ Cf. monographie sur le MST, personnage populaire mi-homme mi-animal illustrant la paresse et l'inculture dans la paysannerie.

au niveau local, national et international. Les coopératives de la région métropolitaine de Belo Horizonte ont signé des contrats avec les pouvoirs publics pour la réalisation des collectes. Le métier a été reconnu dans le registre des métiers brésiliens ainsi que dans celui de l'Organisation Internationale du Travail.

Cette reconnaissance internationale ne semble pas se répercuter sur les récupérateurs d'Ile de France pour qui le processus de reconnaissance local est limité. Pourtant, le nom qui les définit et qui est repris dans cette recherche, biffin, est une illustration de la reconnaissance qu'ils ont gagné en tant qu'acteurs historiques de la vie culturelle parisienne. La monographie a souligné qu'ils ont choisi ce terme car il institutionnalise la mémoire de leur inscription dans l'histoire des chiffonniers, inventeurs des marchés aux Puces de Paris. Par ce biais, ils s'affilient à un groupe professionnel à la reconnaissance aléatoire dont ils réaffirment dans ses versions les plus récentes le rôle en tant que solution écologique. Concernant le MST, l'identité est forte par la création du sujet Sans Terre dont la dimension professionnelle s'est estompée derrière la dimension politique tout en restant un élément constitutif appuyé par le développement de coopératives techniques et de commercialisation. Cette articulation des dimensions politiques et économiques participe à leur reconnaissance comme l'a montré un des extraits d'entretien de la monographie dans lequel une habitante explique son admiration pour les Sans Terre pour la qualité de leur production. Ainsi, leur identité sociale prend forme par cette utilité en tant qu'acteurs de la souveraineté alimentaire populaire.

Les monographies montrent aussi des différences dans les processus d'institutionnalisation de ces identités. Si celle du MNCR semble être stabilisée dans les coopératives de référence de la recherche, nous avons vu que celles du MST et des biffins sont mises en tensions par la criminalisation. Les biffins, lorsqu'ils sont confrontés à la lutte contre l'exclusion, se conforment aux attendus en revendiquant l'accès à un travail, à un logement, à des droits sociaux. Dans ces situations, j'ai pu observer qu'il leur arrive de rendre invisible leur activité de biffins ou, au contraire, ils l'utilisent parfois pour responsabiliser les pouvoirs publics en rappelant qu'ils sont des individus pour lesquels l'État ne remplit pas son contrat social. Dans les situations de répression, les observations ont montré qu'ils peuvent réagir en mettant en avant cette identité professionnelle mais aussi à l'opposé, en rendant invisible leur activité. Nous retrouvons ici une stratégie du MST de jeu d'illusions identitaires par le théâtre invisible qu'ils utilisent lorsque le contexte leur impose une discrétion. La criminalisation des occupations de terre les oblige à une démarche incognito. Pourtant, elle les mène aussi à des actions de mise en visibilité massive de leur identité comme lors de manifestations publiques.

Par ces jeux identitaires, nous voyons que les leviers de dépassement du stigmat initial utilisés sont l'ancrage dans une mémoire collective qui constitue le collectif mais qui va au-delà en désignant une place et un rôle social pour les biffins d'Ile de France. Cette place peut aussi se construire par l'autodéfinition et la valorisation d'une utilité sociale à partir d'activités réalisées en tant que groupes professionnels. C'est bien l'articulation des deux qui semble permettre une reconnaissance des acteurs. Dans ce panorama, chaque collectif produit ainsi son identité politique en opposition à l'assignation à un statut d'exclu. Le MST semble se différencier par l'institutionnalisation du sujet Sans Terre qui fonde cette valorisation sur l'origine même de leur exclusion, le nonaccès à la terre. Le renversement est ici parlant par ce jeu de mots qui est aussi un jeu de places et d'identités sociales.

3. Exister dans les interstices

Les tensions institutionnelles s'expriment aussi dans les spatialités²⁵⁷ des acteurs, matérielles et symboliques. Elles sont, pour eux, des enjeux forts en termes de possibilité de réalisation de leurs activités économiques et donc de possibilités de vie. Nous avons vu que les acteurs profitent des interstices sociaux pour développer leurs solutions. Nous retrouvons cette pratique dans les trois collectifs qui se structurent à partir d'espaces et de ressources aux statuts ambivalents. Ainsi, les récupérateurs utilisent le statut de biens abandonnés des déchets, quant aux membres du MST, ils se réfèrent à l'improductivité d'une terre pour en revendiquer l'usufruit. Par leurs actions, ils transforment ces éléments en ressources et mettent ainsi en valeur leur dimension interstitielle car situés dans un entre-deux. En urbanisme, les interstices correspondent à des espaces vacants car sans construction ni fonction définie (Tonnelat, 2003). Ainsi, pour Tonnelat « ces espaces ne sont pas définis par ce qu'ils sont mais par leur entourage spatial et/ou temporel, qui les constitue comme des « vides entre » » (Tonnelat, 2003, p. 135). Le plus souvent, ces espaces ont la caractéristique de pouvoir s'insérer dans un jeu de visibilité-invisibilité propice à la réalisation d'activités nécessitant une discrétion sociale. Ces espaces peuvent donc être utilisés comme des refuges pour des personnes sans-abris ou des espaces d'activités économiques en marge des règles et normes officielles, comme le font les acteurs rencontrés lors de cette recherche.

²⁵⁷ Spatialité est ici entendu en tant qu'articulation entre individu et espace. Il s'agit de penser des rapports aux espaces (Lussault, 2007).

C'est dans ce type d'espaces que les biffins réalisent leur activité. La discrétion qu'ils procurent leur permet d'échapper à la répression. Cependant, cette invisibilité peut devenir visibilité quand le nombre de personnes et la fréquence d'utilisation dérange. Ici se souligne la particularité des espaces interstitiels d'être dans un entre deux qui permet des appropriations qui doivent rester temporaires. Ainsi, une biffine observe que le marché non autorisé de la porte Montmartre peut, par moment, réunir 1000 personnes. Paradoxalement, elle a constaté que, dans ce cas, la répression était moindre sûrement en raison du nombre de biffins. Nous retrouvons aussi à la porte de Montreuil des marchés non autorisés qui apparaissent chaque semaine et prennent ponctuellement une forme plus étendue de « grande sauvette ».

Les biffins utilisent un interstice qui est aussi géopolitique entre deux villes à la Porte de Montreuil dont la gestion est partagée entre la ville de Paris et la ville de Montreuil. L'interstice leur permet ici de jouer sur les responsabilités en termes de sécurité publique et de profiter de moments de tensions entre les deux villes sur les moyens à mobiliser pour la répression des espaces de marché qui génère des pauses dans la répression. L'entre deux permet une marge de manœuvre pour travailler. Les biffins en font une opportunité. Nous voyons ici la matérialisation des tensions institutionnelles qui traversent les différents acteurs de la biffe. Nous y voyons s'organiser un processus d'institutionnalisation à partir d'une négociation entre l'institué d'un espace dédié aux riverains sur lequel la vente sans droit ni titre est interdite et l'instituant des pratiques biffines, qui, poussés par la contrainte de l'absence d'espaces de vente autorisés s'en créent. Cependant, l'instituant apparaît ici fugace et les tensions entre institué et instituant se traduisent par ce jeu du chat et de la souris, course poursuite perpétuelle entre les vendeurs et les forces de l'ordre.

Sur les autres terrains de la recherche, la matérialisation des tensions institutionnelles s'exprime différemment. Pour les espaces liés au MST, c'est l'improductivité de la terre qui fait interstice. Dans le cas du campement de référence de la recherche, l'interstice est constitué par une terre sur laquelle il n'y a pas de production agricole et dont le propriétaire au moment de l'occupation est poursuivi pour corruption. Cette terre a donc, au moment de l'occupation, un statut ambivalent car sa fonction sociale, c'est-à-dire la production agricole dans le respect des règles de la constitution, n'est pas remplie. La monographie réalisée montre que l'enclavement du campement traduit la force des tensions auxquelles il est soumis. Les frontières y sont nombreuses et construites par les propres membres ainsi que par l'activité minière dans le cadre de la rupture du barrage. Les entrées et sorties sont marquées identitairement. Ainsi, il y a une délimitation qui est construite et qui spatialise cette contre-

institution. Comme nous l'avons vu précédemment, les membres du campement distinguent deux mondes, celui de l'intérieur du campement et celui de l'extérieur. Ils expriment les différences par une organisation, des valeurs et une identité différente. La contre-institution qui se matérialise dans le campement n'utilise pas des moyens d'affrontement physique, cependant, par l'organisation d'une visibilité, elle questionne l'institué.

Pour le mouvement des récupérateurs brésiliens l'enquête a permis d'observer l'institutionnalisation du mouvement par la création d'un compromis entre les valeurs de solidarité, de partage et l'insertion dans un système économique qui fonctionne sur le principe de rentabilité. Cela se traduit par l'espace des coopératives qui fonctionnent par la vente des matériaux aux entreprises de recyclage, mais aussi par des espaces ponctuels comme l'action de récupération réalisée à l'occasion du carnaval et financée par une entreprise de production de boissons. Le processus de mobilisation des récupérateurs brésiliens a permis l'institutionnalisation d'espaces dont ils ont la gestion. Ils ne constituent aujourd'hui plus des interstices car ils ont été territorialisés par les différents acteurs. Cependant, le point de départ de la mobilisation est bien interstitiel étant donné que leurs premières luttes se sont constituées contre les opérations de nettoyage organisées par les gestionnaires publiques. La rue était ici un entre deux pour les récupérateurs, entre la possibilité et l'éradication d'une existence spatiale.

Nous voyons que l'interstice, comme le décrit Tonnelat est ici « un lieu de liberté et de respiration » (2003, p. 135). Il est constitué comme tel par les différentes organisations, qui, par leurs pratiques, montrent leur ambivalence, les positionnent dans un entre-deux, entre institué et instituant. Le vide est une opportunité pour que les acteurs puissent s'y exprimer, y exister en fonction de leurs propres règles. Ainsi, l'interstice leur permet de s'y tenir debout quand l'ordre dominant les assigne à une dévalorisation sociale. Le mot interstice retrouve d'ailleurs ici sa racine latine de *stare*, *status* « se tenir debout » (Rey, 1993).

Nous voyons qu'en fonction des stratégies des acteurs, certains espaces existent car ils restent des interstices comme lorsque les biffins d'Ile de France maintiennent une activité non déclarée aux abords des marchés. Cependant, dans les dynamiques d'organisation collectives, nous observons aussi pour les acteurs l'importance de les institutionnaliser. Cela passe par une territorialisation identitairement marquée. Dans chaque collectif, nous retrouvons la présence de symboles. Le drapeau de l'association de récupérateurs gestionnaire de marchés y est toujours présent, le MST met en scène les éléments identitaires sur les espaces qu'il revendique, les récupérateurs du MNCR signalent cette appartenance souvent à l'entrée des coopératives ou à l'intérieur. La stratégie est donc ici, pour les acteurs, de s'approprier l'entre deux de ces

espaces pour en faire leurs territoires en réaction à l'institué d'une stigmatisation qui les a poussés dans ces mêmes interstices. Nous retrouvons ici la démarche si bien énoncée par une récupératrice brésilienne : « Nous donnons de la valeur ». Nous pouvons l'entendre comme une valeur aussi pour les acteurs qui réalisent ce travail qui passe ici par se donner des espaces et en faire ses territoires.

4. Normalisation ou construction d'un pouvoir populaire ?

La construction d'une résistance par les acteurs à l'assignation à un statut social disqualifié trouve donc son origine dans la nécessité d'une survie alimentaire mais elle va aussi au-delà en fonction des stratégies et modes d'action des acteurs. Elle se constitue sur des registres, dans des dimensions et stratégies différenciées tout en trouvant son origine dans une contrainte liée à la pauvreté. Des modes d'action variés s'exercent pour dépasser des statuts sociaux institués qui ne permettent pas, aux dires des acteurs de vivre. L'analyse institutionnelle donne une grille de lecture pour penser ces différentes stratégies en distinguant modes d'action institutionnels, non-institutionnels et contre-institutionnels (Lourau, 1973, pp. 31-33).

Pour Lourau et Lapassade (1974), l'institution n'a pas de matérialité prédéfinie car son contenu correspond à la « forme que prend la reproduction et la production de rapports sociaux dans un mode de production donné. » (Lourau, Lapassade, 1974, p. 170). Ainsi, elle constitue un ensemble des rapports générant la production de formes sociales qui, dans cette recherche, assignent les acteurs à une place sociale invivable. Les acteurs ont présenté cette place sociale comme une articulation d'empêchements à vivre matériellement et symboliquement par l'assignation à la stigmatisation se traduisant par des violences physiques et symboliques. La matérialité institutionnelle est ici multiple car elle s'exprime au travers des individus qu'elle traverse (de Saint Martin, 2014). Pour Lourau, l'institution est, en cela, « ventriloque » (Lourau, 1969, cité par de Saint Martin, 2022, p. 59). Elle peut donc être saisie par les signifiants qu'elle produit, qui sont en perpétuelle évolution en fonction de ses différents moments, institué, instituant et institutionnalisation. Ils constituent la dynamique de l'institution que Monceau métaphorise comme étant un « tissu de contradictions évolutives » (Monceau, 2003, p. 15).

Les individus étant impliqués dans l'institution, ils sont un appui pour la saisir notamment dans le champ de la pauvreté et de l'exclusion dans lequel ce tissu semble être composé de multiples dimensions. Analyser les stratégies des acteurs peut permettre d'en saisir les enjeux et dynamiques. Pour la France, l'enquête a initialement permis de repérer le poids

du paradigme de l'exclusion à travers le propre parcours de la chercheuse. Concernant le Brésil, l'enquête a pu déterminer certaines forces en présence par l'observation des stratégies de résistance des acteurs de terrain. Ainsi, nous pouvons repérer des modes d'action institutionnels, non-institutionnels et contre-institutionnels (Lourau, 1973) en fonction de leurs stratégies à l'œuvre face à cette nécessité commune de dépasser une assignation à la pauvreté. Pour Lourau, les modes d'action institutionnels consistent en des stratégies qui renforcent les normes, valeurs et dispositifs institués. En cela, ils renforcent le système producteur de cet ordre établi ici présenté par l'assignation à la pauvreté tout en affichant l'objectif contraire. Les modes d'action non-institutionnels adoptent des formes d'opposition à ce système qui peuvent aller de la lutte organisée à la résistance clandestine, quotidienne et peu visible. Lourau (1973) comprend les mouvements de désistements d'une institution comme participant de ce type de mode d'action. Les actions qui relèvent de la contre-institution vont s'y opposer par la construction d'alternatives pratiques et concrètes. Pour Lourau, il s'agit ici de « caractériser des expériences de vie collective qui sont une critique en acte du système » (Lourau, 1973, p. 33). Contrairement aux oppositions non-institutionnelles, une alternative concrète est mise en pratique.

A la lecture des apports des monographies sur les modalités d'organisation des acteurs, il est intéressant de constater que les pratiques d'économie populaire font de leurs organisations des contre-institutions. En effet, elles mobilisent toutes trois ce mode d'action en construisant des espaces de pratiques alternatives à la légalité plus ou moins contestées. Les biffins d'Ile de France utilisent la zone grise générée par la loi sur les déchets ainsi que les réglementations sur les vides greniers pour se créer des espaces de travail. De même, le MST utilise les dispositions de la réforme agraire pour développer des campements qui sont des bases pour leur organisation populaire. Les récupérateurs brésiliens, au sein des coopératives ont construit des modalités organisationnelles inclusives. Chaque collectif établit un jeu avec la légalité pour construire une reconnaissance de ses pratiques et une remise en question du système qui a généré leur exclusion. L'activité économique y est centrale car elle situe les acteurs dans l'action. En effet, pratiquer la récupération ou l'agriculture oblige les collectifs à se mettre en action. C'est la contrainte d'une survie alimentaire qui en est le moteur. Le choix d'organiser l'activité économique à partir de valeurs d'inclusion liées à un projet social, constitue d'autant plus ces espaces en contre-institutions. Pour chaque collectif, il s'agit de créer des espaces de solidarité, de partage et de soutien pour sa communauté. Il y a ici une critique en acte de l'institué par le renversement de la place sociale initialement attribuée.

Cependant, les monographies montrent aussi l'importance des modes d'action institutionnels pour stabiliser ces espaces. L'objectif des collectifs est aussi d'institutionnaliser leurs pratiques institutantes. Pour cela, des jeux d'alliances et des passerelles se construisent avec l'institué étatique. Les collectifs doivent constituer des argumentaires pour qu'une intelligibilité réciproque puisse se réaliser. Lourau donne une lecture de cette stratégie par le principe de l'équivalence élargi qui s'exprime dans l'effet Mùhlmann en tant que « le processus par lequel des forces sociales ou marginales, ou minoritaires, ou anomiques (ou les trois à la fois) prennent forme, sont reconnues par l'ensemble du système des formes sociales déjà là. L'institué accepte l'instituant lorsqu'il peut l'intégrer, c'est-à-dire le rendre équivalent aux formes déjà existantes. » (Lourau, 1973, p. 25). Ainsi, dans le cadre de stratégies institutionnelles, nous voyons que les acteurs cherchent à se rendre intelligibles au-delà de la place sociale qui leur est assignée.

Nous avons pu voir que les biffins d'Ile de France vont créer un jeu à partir des représentations liées à l'exclusion en mettant en avant leur situation économique pour se rappeler à la responsabilité des gestionnaires politiques. De même, un biffin utilise parfois sa situation personnelle lors de ses interventions publiques, dans des réunions officielles comme une réunion de présentation du plan de sécurité sur la porte Montmartre pour rappeler aux gestionnaires publics que l'activité existe aussi car ils ne remplissent pas leurs responsabilités en termes d'insertion sociale. Si les biffins d'Ile de France développent d'impressionnantes capacités à vivre à côté de l'institué en réalisant des marchés de manière discrète, cachée, ils se mobilisent aussi pour obtenir des espaces de travail autorisés. Les espaces gagnés sont à l'image de l'ambivalence entre action institutionnelle et non-institutionnelle avec un marché qui est symboliquement resté entre les mains des collectifs par la gestion laissée à une association représentante de la communauté et un autre marché donné en gestion à une association du secteur du travail social. Ce deuxième espace est considéré comme un échec par certains récupérateurs.

Le MST met en place la même stratégie par la création d'espaces aux référentiels sociaux consensuels. Elle le réalise dès l'occupation de terres par le repérage de celles correspondant aux attendus de la constitution brésilienne de non-respect de sa fonction sociale pour une prise en compte dans le cadre de la réforme agraire légale. Cette conformité peut aller jusqu'à la mise en place de négociations avec le propriétaire terrien qui est parfois intéressé par une revente de sa terre à l'INCRA. Pourtant, le plaidoyer officiel critique cette réforme agraire au Brésil en tant que factice. Les chiffres de la concentration de terre étant élevés, Stedile

(2012), membre du MST, indique qu'elle ne peut être considérée comme effective au Brésil. Il la définit comme une politique de création d'*assentamentos*²⁵⁸. Cependant, le MST est un des acteurs majeurs de cette politique. Le principe d'équivalence élargi se retrouve aussi, par exemple, dans le processus de normalisation des productions agricoles du mouvement par la création de réseaux de revente en circuits courts. Ainsi, l'action du mouvement se rend intelligible pour la société. Elle est toutefois instituante par rapport à la place initiale des membres du mouvement en leur construisant une place différente dans ce système institué. Cette place ne se cantonne pas à celle de petit producteur et certaines expériences se sont développées jusqu'à avoir une dimension économique internationale comme pour la production de riz biologique qui fait du mouvement le premier exportateur de riz biologique d'Amérique Latine.

Cette stratégie est très présente dans les modes d'actions des récupérateurs brésiliens qui ont tout d'abord, avec l'appui de chrétiens liés à la théologie de la libération, cherché à modifier leurs conditions de vie et de travail. Ainsi, ils ont cherché à bouleverser leur place sociale assignée. Pour se faire, ils ont cherché à modifier les représentations sur leur statut en s'exprimant en tant que travailleurs et pas en tant que mendiants ou habitant de la rue. Ils ont continué à développer une stratégie de positionnement économique des structures liées au mouvement, notamment par la création de l'ANCAT qui est un soutien technique pour améliorer la productivité des associations et coopératives ainsi que pour solliciter des financements auprès des gestionnaires publics, des fondations. Son rôle est aussi de construire des partenariats qui se font parfois avec des entreprises multinationales²⁵⁹. Ainsi, il n'y a pas de rupture avec un ordre économique établi qui a généré l'exclusion des récupérateurs mais plutôt des actions pour la construction d'une place dans cet ordre.

Dans le cadre des trois collectifs nous voyons cependant que la rupture avec un ordre établi se fait en interne par des pratiques économiques d'inclusion ainsi que par un processus de formation d'un sujet collectif. Le principe d'équivalence élargi ainsi que l'effet Mùhlmann peuvent être discutés car l'institutionnalisation par une conformité à l'institué semble s'inscrire dans une stratégie des acteurs en lien avec la prophétie initiale des collectifs créés qui est de construire une place sociale valorisée à des communautés liées par des activités économiques

²⁵⁸ Littéralement installation, mais dans le cadre du MST, il est le nom donné aux terres conquises officiellement par la lutte. Les paysans ont un droit d'usufruit individuel sur chaque lot de terre. L'*assentamento* correspond à l'ensemble local des terres, divisé en lots individuels.

²⁵⁹ Partenariats qui se réalisent notamment dans le cadre de la « plateforme de logistique inversée » au Brésil : <https://ancat.org.br/>

spécifiques (récupération de déchets, petite agriculture). Dans cette recherche, la dynamique instituante des collectifs se prolonge dans la construction d'alliances pour l'acceptabilité des membres des collectifs et la modification de l'institué. Mendez (2015) met en valeur cette stratégie concernant les mouvements sociaux brésiliens par la construction d'un pouvoir populaire. Il étudie les influences et les expériences pratiques qui ont existé sur le continent latino-américain et souligne une redéfinition du sens de pouvoir en tant qu'un pouvoir que l'on construit et « non comme un objet dont on s'empare » (Mendez, 2015, p. 26) par la construction d'espaces d'expérimentations émancipés des oppressions, autonomes et articulés entre eux. Les populations subalternisées sont le cœur de ce processus car ils en sont les acteurs. Pour Mendez, « l'horizon utopique » de ces expériences est « l'autonomie intégrale » (2015) ; « Être autonome, pour le peuple comme pour un individu ou une société toute entière, est d'avoir la capacité de remettre en question en permanence sa propre loi d'existence. Sans cette possibilité, le sujet populaire est condamné à rester dans la subordination. » (2015, p. 313). Ainsi, les stratégies institutionnelles et contre-institutionnelles des acteurs peuvent aussi être interprétées comme des outils de construction de ce pouvoir populaire qui a la spécificité de chercher à s'infiltrer dans l'ensemble des dimensions sociales pour les modifier (Mendez, 2015).

5. Tensions dans l'articulation entre projet social et rentabilité économique

Dans les trois monographies, nous voyons que les collectifs résistent à une assignation à un statut social dévalorisé par l'organisation collective d'une pratique économique. Ainsi, nous voyons dans le champ de tensions liés à ces collectifs, une articulation entre place sociale et pratiques économiques. Le questionnement croisé permet de remettre en question la constitution de cette place sociale dévalorisée par le type d'activité. En effet, pour les récupérateurs, le stigmate est souvent pensé comme en lien avec l'objet même de travail, issu des déchets. Cependant, nous voyons que l'activité d'agriculture familiale est, elle aussi, stigmatisée. Lorsque les images mythifiées du biffin voleur, de l'Homme au sac, sont énoncées, elles ont à voir avec l'image du *Jeca Tatu*²⁶⁰ qui illustre un système de représentations disqualifiantes de l'ouvrier agricole. Le questionnement croisé permet ici de comprendre que

²⁶⁰ Cf. monographie sur le MST, personnage populaire mi-homme mi-animal illustrant la paresse et l'inculture dans la paysannerie.

ce qui se joue dans les places sociales des acteurs va au-delà du type de leur activité. Elle est d'abord liée au peu de bénéfices qu'ils en retirent et au statut social qui en découle.

Nous voyons ici que la place sociale des acteurs de ces activités est liée à leur rentabilité économique. Cette articulation est d'ailleurs une des stratégies des acteurs qui, par leurs activités, construisent une survie économique basée sur un déplacement de leur statut social initial. En effet, les entretiens montrent que, pour ces économies populaires, la rentabilité est une dimension importante mais elle est présentée comme de même, voire de moindre importance que la dimension sociale. Dans chaque organisation, nous trouvons des acteurs qui font référence à la notion de famille pour en évoquer l'importance dans leur vie. Dans le cadre du MST et des biffins en Ile de France, j'ai d'ailleurs pu rencontrer des personnes expliquant leur venue pour accomplir un projet de vie ou tout simplement pour passer un bon moment. Ainsi, un membre du MST m'a dit être venu pour l'aventure ; j'ai aussi entendu parler d'un biffin assez connu sur le marché de la porte Montmartre pour les prix très élevés qu'il pratique lui permettant de ne pas vendre et de toujours avoir des objets en stock pour pouvoir revenir sur son stand.

Dans les trois organisations, nous voyons que la dimension sociale est fondamentale. Elle se traduit, chez les récupérateurs d'Ile de France par l'importance de la sociabilité entre biffins ainsi que de la construction d'une solidarité par l'entraide, par la recherche de réponses aux besoins individuels de chacun comme l'illustre la recherche de financements de la part de l'association de biffins pour un travailleur social. Les récupérateurs brésiliens soulignent l'importance des relations sociales construites dans les coopératives. Il en est de même pour le MST. Ainsi, la dimension communautaire de ces collectifs se renforce. Ils cherchent d'ailleurs à se renforcer par l'inclusion perpétuelle de nouveaux membres qui est vue comme une forme de solidarité mais aussi une nécessité dans la lutte exercée pour un droit à l'activité. L'inclusion se fait solidarité lorsque les membres de l'association de biffins se poussent pour faire de la place à toute personne voulant vendre sur les espaces de marché qu'ils ont négocié. Les récupérateurs brésiliens en coopérative cherchent à construire des passerelles avec leurs collègues travaillant dans la rue. Le MST est présenté comme un mouvement accueillant et faisant une place à tous types de personnes.

Cependant, cette inclusion s'inscrit aussi dans une nécessité liée à la lutte des acteurs. Le MST rappelle l'importance pour lui d'être un mouvement de masse. C'est ce qui construit sa force politique. Les récupérateurs du MNCR ont aussi besoin de cette massification pour rendre visible leurs actions. Les biffins d'Ile de France sont parfois embarrassés par leur nombre

qui augmente car certains vendeurs préféreraient pouvoir rester discrets et anonymes. D'autres ont constaté que le nombre élevé de vendeurs était une forme de protection contre la répression des marchés car face à un grand nombre de vendeurs, les forces de l'ordre décident parfois de ne pas intervenir.

Si l'inclusion appuie le projet social des acteurs, elle est contrainte par la dimension économique des projets. L'analyse de ces trois collectifs en montre la force car elle semble être ce qui peut mettre en péril les expériences. Les récupérateurs d'Ile de France soulignent la baisse de l'accès à la ressource en raison de la multiplication des bennes et du développement d'un nouveau statut des déchets qui passe de rejet à ressource. Les récupérateurs brésiliens énoncent les difficultés financières de certaines de leurs coopératives. Ils sont soumis aux aléas des prix des matériaux. Une des coopératives souhaiterait soutenir les récupérateurs de rue en achetant directement leurs matériaux à un meilleur prix que celui pratiqué par les ferrailleurs privés, cependant ce n'est pas possible car la coopérative n'a pas assez de trésorerie. L'accueil de récupérateurs âgés ou ayant une cadence de travail basse en raison de problème de santé est réalisé mais elle est limitée par la nécessité de rentabilité de la coopérative. Pour le MST, l'inclusion est un réel appui à la fonction sociale du mouvement qui en se développant, accroît la mise en commun de certaines ressources. Pour ce mouvement, l'enquête n'a pas permis d'observer d'éléments de limitation de la dimension sociale par la rentabilité économique car ce champ est pleinement investi par les acteurs en tant qu'espace de lutte pour le développement d'un pouvoir populaire.

Cette tension entre social et économie permet de lire la force de l'institué d'une place sociale stigmatisée. En effet, nous voyons que les biffins d'Ile de France peinent à se faire reconnaître comme des acteurs historiques et environnementaux importants pour la ville de Paris. Leur activité n'est intelligible pour les gestionnaires publics qu'à partir du moment où elle est présentée sous le prisme de la précarité. L'expérience Rues Marchandes tente de construire une légitimité aux acteurs par l'utilisation de la recherche sur une activité populaire. Malgré une affiliation à la MSH Paris Nord, la réalisation de colloques et de travaux écrits, la légitimité de la recherche semble tout de même annulée par le stigmate de l'activité des biffins. Concernant le MNCR, il est raconté que, malgré les nombreuses conquêtes du mouvement dans la reconnaissance du métier comme l'insertion dans le registre international des métiers de l'OIT ainsi que dans le registre brésilien, la reconnaissance en tant qu'agents économiques n'est pas encore acquise. Les membres d'une coopérative affiliée au MST voient l'usufruit de la terre

qu'ils ont conquis remis en question car ils ne seraient plus dans les critères de la Réforme Agraire brésilienne légale en raison des revenus élevés qu'ils tirent de leur agriculture.

L'assignation à une force sociale dévalorisée montre ici sa force par le retour de l'institué malgré des déplacements opérés par les acteurs pour se construire une place sociale alternative. Cette analyse est appuyée par une mise en dialogue entre les différentes expériences. Si leur point de départ est commun, les monographies montrent aussi leurs diversités enrichissant l'analyse de la construction de processus de dépassement de la précarité par les acteurs. Nous avons pu constater que si les acteurs résistent à cette assignation par des pratiques économiques et sociales, l'essentialisation de leurs places résiste à ces stratégies. L'analyse institutionnelle permet ici d'observer les forces en puissance qui poussent à questionner le paradigme de pensée initial de la recherche par l'exclusion. La confrontation avec les praxis des acteurs montre un décalage entre les effets de normalisation du paradigme de l'exclusion et la richesse des solutions construites pour y échapper. Un mot est mis par les acteurs au centre de ces tensions : la vie.

II. Passages du paradigme de l'exclusion à celui de l'oppression

La recherche met à jour des tensions dans les processus mis en place par les collectifs, signe de leur résistance à un paradigme de l'exclusion qui semble les attraper pour les assigner à une place disqualifiée. Ce paradigme était le point de départ de cette recherche, avec un questionnement initial ancré dans le travail social institutionnalisé et des économies populaires pensées comme des leviers potentiels d'insertion. Les acteurs ont montré les limites de ce modèle de pensée dans des contextes variés tout en l'intégrant à leurs discours et analyses, tel un point de repère pour leurs activités. Je propose maintenant de le questionner à partir de ses empreintes sur le regard, la pensée et les pratiques des collectifs de cette recherche. Ainsi, nous essayerons d'esquisser les traits d'une alternative qui se dessine dans les résistances ici en jeu.

1. Empreintes de l'exclusion

En tant que paradigme, l'exclusion laisse une empreinte sur les personnes qui le mettent en pratique. Ce concept constitue un modèle d'organisation sociale par une définition de places hiérarchisées donnant ainsi corps à des normes sociales. Dans le secteur spécifique de l'accès au logement, nous avons vu la définition de critères pour ses exclus comme des individus sans

logement, de peu de revenus, sans travail, ayant besoin d'une assistance pour pouvoir vivre l'ensemble de leurs droits fondamentaux. Nous y apercevons le négatif de ce qui caractérise les populations « incluses », dans une vie normée, installées dans un logement, avec un salaire élevé pour un travail valorisé permettant une vie indépendante. Il serait intéressant de pouvoir approfondir les caractéristiques de ce modèle par une analyse de la grande diversité des objectifs individuels et des dispositifs d'insertion. Cela n'est pas le choix de cette recherche. Cependant, un moment de la recherche permet de questionner une forme de subjectivation du champ dans une articulation entre intériorisation et extériorisation de ses normes et valeurs.

Lors de l'enquête exploratoire réalisée dans le cadre d'une formation en master, j'ai pu travailler en binôme avec une ancienne collègue, ayant suivi la même formation d'éducatrice spécialisée et ayant travaillé dans la même association que moi. Nous avons fait le constat de notre incapacité à penser la biffe en Ile de France autrement que par le prisme du paradigme de l'exclusion. Les membres de l'association de biffins nous ont interpellés car nous parlions de la biffe comme d'un problème. J'associe ce tic de langage et de pensée à une intériorisation d'un modèle de pensée des situations sociales « différentes » sous la forme de problèmes à résoudre. Il me semble qu'ici, nous retrouvons l'incorporation de treize années de pratique professionnelle de l'accompagnement social auprès de personnes vues comme « défavorisées » nous revenant tel un boomerang par leur revendication à être reconnus comme étant à l'opposé de cette disqualification sociale. Les biffins nous l'ont répété, la biffe n'est pas un problème mais une solution. Par ce biais c'est leur statut qu'ils font évoluer de la place de problèmes d'ordre public à celle d'agents socialement utiles. Pour illustrer notre résistance à l'intégrer, voici une copie du pense-bête que nous avons rédigé ensemble pour nos journaux de recherche :

Extrait du journal de bord, le 15 février 2016 :

« La biffe est la solution.

Les biffins sont des personnes déjà insérées.

- leur action professionnelle

- réseau social

- action citoyenne car membres d'une association qui est sur un modèle démocratique (républicain) de redistribution à travers la cotisation et la réutilisation des fonds pour le développement de l'association (ordi, camion) de l'intérêt collectif des biffins

Donc l'Etat par la non-reconnaissance de leur statut de citoyen, travailleurs, d'acteurs sociaux, les exclut.

Objectif : L'Etat doit s'adapter...

Ils sont déjà adaptés par leur fonctionnement à la société républicaine

Local : Ils sont déjà citoyens de la ville de Montreuil.

National : L'Etat doit leur donner la possibilité, le droit aux biffins d'être citoyens au niveau national, c'est à dire participer pleinement au fonctionnement redistributif de notre république.

Donc : système de solidarité entre citoyens

Qu'est-ce que le modèle républicain ? Aujourd'hui ?

Pourquoi le travail social ? »

Face aux remarques des biffins, nous avons eu la sensation d'avoir vécu une forme de conditionnement dans nos manières de penser et de pratiquer la société, une sensation d'avoir gardé une empreinte liée à notre parcours professionnel. Ainsi, nos implications de praticiennes ont été bousculées par l'approche des biffins, déplacement occasionné par une nouvelle posture pour nous, celle de chercheuses. Ce moment a les caractéristiques de la liminalité car, sur ce bout de papier, nous avons noté ce passage de la place de praticien à la place de chercheuse (de Saint-Martin, Pilotti, Valentim, 2014). Cependant, je parle bien ici de praticienne-chercheuses car, si nous avons à ce moment, commencé à nous approprier la posture de chercheuse, nos implications nous liaient toujours au monde du travail social. Pour ma part, ce lien reste fort aujourd'hui. Il nourrit la chercheuse tout en étant nourri par elle. Par ce travail sur nos implications, nous avons dégagé un réflexe de pensée ancré dans le paradigme de l'exclusion. Comme Paugam l'a analysé, le regard que ce paradigme construit peut être vécu comme une disqualification sociale (1991) par les personnes à qui est attribué ce stigmate d'exclus. Cela permet de voir que dans ce paradigme, c'est le problème qui domine entraînant une invisibilité de ce que les acteurs disent vivre et du sens qu'ils donnent à leurs stratégies et situations.

Nous retrouvons ici la ligne de partage entre les inclus et les exclus évoquée par Xiberras (1993) qui se structure aussi à partir d'une invisibilisation que Santos (2006) théorise par une ligne abyssale formée par une histoire des idées qui invisibilise chaque côté de la ligne pour son autre côté. Les frontières du champ de l'exclusion apparaissent lorsque le praticien-chercheur, interpellé par les acteurs de la recherche doit transformer son regard. Dans le moment de la recherche retranscrit plus haut, il est apparu que le biffin, inclus dans le champ de l'exclusion, était perçu comme un individu défavorisé, en situation de difficulté, qu'il faut accompagner pour la réalisation de ses besoins en termes de parcours de vie qui ne peut se résoudre que par un processus d'insertion. Le travail de recherche a permis de dégager la

nécessaire transformation de cette perception pour penser autrement. Il a ainsi mis à mal la pertinence de la question de départ sur le potentiel de cette économie en tant que levier d'insertion. Ce résultat de la recherche a ici fonctionné comme un préalable posé par l'enquête exploratoire pour penser l'ensemble des terrains de la recherche.

2. Limites et anomalies de l'exclusion

Les observations de la recherche ont permis de constater que les biffins peuvent passer d'une identité de personnes précaires, défavorisées, à une identité professionnalisée lorsqu'on les pense à partir d'un point de vue extérieur au champ de l'exclusion permettant de percevoir leurs espaces d'autodéfinition. Il est intéressant de voir que cette identité revendiquée souffre d'une distorsion lorsque l'activité est perçue à partir du point de vue de certains gestionnaires politiques. Elle devient ainsi une activité économique aux contours administratifs illégaux. Les biffins deviennent des délinquants comme le montre l'évolution juridique de l'activité qui est passée du statut d'infraction au statut de délit avec la création du délit de vente à la sauvette de la loi LOPPSI 2 du 15 Mars 2011. Cela confirme l'importance des paradigmes dans la constitution des phénomènes sociaux ainsi que de la culture de référence dans laquelle on s'inscrit pour les définir. Nous retrouvons ce même jeu identitaire avec les récupérateurs de matériaux recyclables qui ont pu institutionnaliser ce nom en résistance à l'appellation *lixeiro*²⁶¹ qui les lie identitairement aux déchets. Nous avons vu que l'identité Sans Terre prend aujourd'hui un sens politique qui permet de réinterpréter cette condition sociale d'exclusion de la terre par l'appartenance à un mouvement social instituant son opposé : la redistribution des terres par une réforme agraire populaire.

Ces variations identitaires marquent les frontières de phénomènes sociaux différents concernant pourtant les mêmes individus. Ainsi, le paradigme de l'exclusion montre ici ses limites en termes de système. En tant qu'ensemble de pratiques, d'actions, de dispositifs réalisés dans un but précis, il présente des aspects systémiques. Le groupe d'études « La philosophie au sens large » animé par Pierre Macherey, dans son compte-rendu de séminaire du 19/03/2008 sur l'ouvrage de Kuhn, *La structure des révolutions scientifiques* (Macherey, 2008) note cette similitude entre paradigme et notion de système ainsi qu'un paradoxe du travail de Kuhn. Réfléchissant aux « révolutions » de la science, Kuhn montre comment le paradigme produit

²⁶¹ Traduction : éboueur, terme fortement connoté car il associe la personne à l'objet de travail, les déchets.

des répétitions et de la circularité. Ainsi, il se constitue en système qui, pourtant, génère des révolutions. Pour Kuhn, c'est le propre du paradigme que de ne pouvoir se reproduire de manière indéfinie et c'est ce qui le différencie du système car le paradigme est « une unité qui ne se réduit pas complètement à des éléments qui la composent logiquement et qui pourraient en tenir lieu. » (1983, p. 31). Il est constitué d'une part d'implicite qui se met à jour de manière progressive et récurrente par le développement d'anomalies.

Un écho se construit avec le paradigme de l'exclusion qui semble générer ses propres anomalies. Le terrain de la recherche a permis de l'observer plus précisément au travers de l'expérience des biffins par cet ancrage de praticienne chercheuse. Les observations permettent de voir que le paradigme de l'exclusion évacue, au-delà de la dimension identitaire, une partie des stratégies des personnes car elles ne rentrent pas dans ses repères possibles. L'activité des récupérateurs en est donc déviante. Cela semble se répercuter dans le traitement qui en est fait dans la gestion de l'ordre public. La biffe est pénalisée et l'on s'aperçoit que cette prise en compte produit de l'exclusion et de la précarisation par les conséquences matérielles des mesures prises. Par exemple, la répression sur les espaces de vente non autorisés oblige les biffins à brader leurs produits maintenant ainsi leur économie dans un niveau de rentabilité financière très bas. Les amendes, les confiscations de leurs biens sans inventaire limitent fortement leurs ressources économiques ainsi que les possibilités d'une organisation cohérente de ces espaces de marché. La violence est ici parfois physique comme l'ont exprimé certains biffins pendant les entretiens, ainsi que des habitants lors d'une réunion publique sur l'aménagement de la ville de Montreuil. La violence est symbolique lorsque les acteurs du champ de la lutte contre l'exclusion sont utilisés comme un espace frontière pour l'acceptabilité de l'activité si elle est vue comme temporaire, contrainte par la pauvreté, et en voie de résorption par la réalisation d'un accompagnement social. C'est l'orientation prise par le Carré des Biffins de la Porte Montmartre qui est vécu par certains biffins comme une trahison et une désappropriation supplémentaire d'un de leurs espaces de travail et de vie.

Les terrains brésiliens de la recherche ont créé un effet de loupe sur ces anomalies par l'échelle des activités développées au niveau national et international. Une activité qui est traditionnellement regardée comme une activité de la misère car de petite échelle devient une activité formalisée, construite par un groupe professionnalisé ayant aussi une dimension internationale politique ainsi que commerciale dans le cas du MST. Le regard se modifie sur les enjeux et les possibles de la biffe, économie populaire et disqualifiée. Paugam (1991) définit la disqualification sociale liée à la précarité comme venant du besoin d'assistance. Nous voyons

que, pour les biffins d'Ile de France, malgré leur stigmatisation par l'essentialisation d'un statut social d'exclus, l'importance de l'assistance est relativisée par une activité qui leur permet justement de s'en détacher. Le constat de Paugam de l'incapacité des personnes précaires à s'organiser collectivement en raison de la force du stigmatisme et du refus d'être associé à cette identité (1991) semble être contredit par les pratiques de ce collectif.

3. La résistance au paradigme de l'exclusion

Monceau présente la résistance dans le champ de l'analyse institutionnelle comme une « force sociale s'actualisant en opposition à une autre force sociale appelée puissance. » (1997, p. 50). Ni le champ de l'exclusion, ni l'activité de récupération-revente de déchets n'apparaissent au premier abord comme des forces sociales, des puissances. Cependant, les anomalies du champ montrent une forme de résistance de la part des biffins à un modèle qui les assigne à la position d'exclus. Les interactions entre le monde de la biffe et le travail social sont récurrentes. Elles ne sont pas anecdotiques. Au-delà du projet de la ville de Montreuil, de cette expérience de recherche qui les lie, les espaces de croisement se multiplient. Nous pouvons nous référer au projet du Carré des biffins sur la porte Montmartre et à l'ancrage historique des activités de l'association Emmaüs (Bergier, 1992 ; Brodriez-Dolino, 2008). Ainsi, nous constatons que sur les trois sites historiques des biffins sur l'ancien territoire de la Zone, deux espaces procèdent de cette articulation. Aux abords des puces de Saint Ouen, le marché auto-géré par les biffins a perdu un espace qui a été donné en gestion à l'association Aurore pour qu'elle en organise l'activité. Sur la porte de Montreuil, pour limiter les espaces possibles de vente pour les biffins, la mairie de Paris a cherché un opérateur pour s'installer sur la place centrale de la porte. C'est Emmaüs Coup de Main qui y a ouvert une recyclerie. La puissance du paradigme de l'exclusion s'impose ici aux biffins.

L'analyse institutionnelle permet de se questionner sur les dynamiques qui se construisent entre la biffe comme une activité d'économie populaire et comme activité de la misère. Nous voyons que le travail social institutionnalisé s'impose aux biffins par la récupération et l'encadrement de leurs espaces et de leur activité. Ainsi, territorialement grignotés, certains s'inquiètent du développement de l'activité par des acteurs des politiques d'insertion. Marc, biffin, n'est pas passé à côté de la place prise par la recyclerie Emmaüs Coup de Main sur la Porte de Montreuil. Il a aussi constaté la multiplication des bornes de dépôts fermées de produits usagés à destination des filières de recyclage et dit régulièrement son

inquiétude en termes d'accès à son matériel de travail, le déchet. Quant à Pascale, elle-même biffine, le parallèle récurrent réalisé entre recyclage des déchets et recyclage des individus provoque chez elle des pics de colère que j'ai pu observer notamment à la sortie d'une réunion organisée par le REFER (Réseau Francilien du Réemploi) avec une des associations de récupérateurs d'Ile de France et diverses associations de réinsertion utilisant les activités du recyclage et du réemploi. Sa réaction est lapidaire : « Ils veulent tout le temps nous insérer, mais nous on le veut pas ! On n'a pas besoin d'être insérés nous, on est déjà insérés ! ».

Elle montre ici une limite du paradigme de l'exclusion tout en évoquant la stratégie d'une partie des biffins qui est de résister au modèle par l'insertion sociale en travaillant à la définition de leur activité, à la constitution de leurs mémoires professionnelles, à la constitution d'espaces d'organisation collective et de travail. Cette stratégie se développe à côté du paradigme de l'exclusion et à côté de la répression dans une dynamique non-institutionnelle (Lourau, 1973). La dialectique de la résistance de Monceau (1997a) permet de repérer les différentes stratégies des biffins dans ce champ de tensions. Ils sont tour à tour dans une dynamique défensive, offensive et intégrative.

La monographie a mis en valeur la lutte des récupérateurs en 2006 face à la menace d'expulsion de certains d'entre eux de leur espace de vie dans un square, ainsi que face à une augmentation de la répression sur leurs espaces de vente. Pour s'en défendre, ils organisent un mouvement social et se structurent en association. Si cette défense se fonde sur une nécessité de survie face à l'extrême de la répression ainsi que sur une forme d'intransigeance par la défense de l'activité de la biffe et de leur mode de vie, la dynamique de destruction de la puissance caractéristique du mouvement défensif (Monceau, 1997a) n'est pas affirmée. Elle n'est pas portée sous la forme d'une voix collective. Par contre, elle apparaît dans certains moments de la recherche comme lorsque Danielle me raconte sa relation avec une autre chercheuse qui avait été marquée par ses invectives envers la maire du 18^{ème} arrondissement. Elle lui criait de sortir de son palais car « les gueux, le peuple est dans la rue ! ». A ce moment, sa posture est défensive au sens de Monceau (1997) via une invective dans un rapport de force avec la maire, qui symbolise ici la puissance.

Cette résistance se fait intégrative lorsque les récupérateurs instrumentalisent leurs caractéristiques de la précarité pour se rappeler à la responsabilité des gestionnaires politiques. Ainsi, ils résistent au modèle de l'insertion sociale en s'appropriant son discours et en l'utilisant pour soutenir leur propre lutte pour l'accès à des espaces de travail. Pourtant, cette stratégie s'est modifiée avec la constitution d'une dynamique offensive par l'évolution du discours des

acteurs et la constitution d'une nouvelle forme de puissance passant par la légitimation de l'identité professionnelle et la revendication d'un rôle social en tant qu'acteurs écologiques. Ils se distinguent ici du modèle de l'exclusion qui tend à s'imposer dans la définition de leur identité en formalisant une identité et des pratiques alternatives. Leur organisation collective ainsi que ce positionnement en tant qu'alternatives pour la société leur permet de se positionner en tant que puissance, c'est-à-dire un groupe social revendiquant un rôle politique.

4. L'alternative du paradigme de l'oppression

Au Brésil, le rapport au paradigme de l'exclusion se pose différemment car il ne semble pas être le prisme dominant pour les acteurs. En effet, les monographies ont montré un point commun de la mémoire des acteurs sur la genèse des mouvements : le rôle de la théologie de la libération. Leur approche de la pauvreté est opposée au paradigme de l'exclusion par la prise en compte de la personne et l'aide qui lui est proposée. Nous avons vu précédemment que Löwy (1998) présente la théologie de la libération comme un mouvement social de christianisme de la libération pour sa « capacité de mobiliser les gens en vue d'un but commun » (Löwy, 1998, p. 54). Ce qui fait rupture avec le paradigme de l'exclusion se situe dans le processus de conscientisation qui est construit avec les personnes en fonction d'une relecture de la Bible. Löwy présente ainsi la pensée de Gutiérrez, théoricien de la théologie de la libération, :

« Il insistait en premier lieu sur la nécessité de rompre avec le dualisme hérité de la pensée grecque : il n'existe pas deux réalités, l'une « temporelle » et l'autre « spirituelle », ou deux histoires, l'une « sacrée » et l'autre « profane ». il n'y a qu'une seule histoire, et c'est dans cette histoire humaine et temporelle que doit se réaliser la rédemption, le royaume de Dieu. Il ne s'agit pas d'attendre le salut d'en haut : l'Exode biblique nous montre « la construction de l'homme par lui-même dans la lutte politique historique ». Il devient ainsi le modèle d'un salut non pas individuel et privé, mais communautaire et « public », dont l'enjeu n'est pas l'âme de l'individu en tant que telle, mais la rédemption et la libération de tout un peuple asservi. Le pauvre, dans cette perspective, n'est plus un objet de pitié ou de charité mais, comme les esclaves hébreux, l'acteur de sa propre libération. » (Löwy, 1998, p. 71)

Cette pensée marque une opposition avec la pensée du christianisme classique puisqu'il s'agit pour les pauvres de se réaliser sur terre et non au ciel dans un mouvement de lutte pour leur propre réalisation. De plus, la forme de charité ici pensée opère un renversement de perspective par rapport à une vision traditionnelle faisant des pauvres ses objets. Pour la théologie de la libération, l'enjeu est de faire de cette charité une dynamique de conscientisation

et de libération du pauvre, par le pauvre, de ses propres dominations en tant que sujet et acteur du processus. Nous avons aussi vu que cette pensée s'articule avec celle de Paolo Freire et la pédagogie des opprimés (Freire, 1974).

Cet ancrage met en valeur un élément clé qui différencie paradigme de l'exclusion et paradigme de l'oppression : la place centrale des acteurs. En effet, les monographies ont montré des similitudes dans les trois terrains de la recherche en termes de confrontation des personnes à la pauvreté. Nous pouvons ici reprendre la définition de Simmel, utilisée par Paugam pour définir la pauvreté. Simmel trouve dans la nécessité d'assistanat un prisme pour définir ce groupe social hétérogène :

« les individus qui, sous différents statuts ou occupations, sont dans une telle position ne sont pas regroupés de quelque manière dans un tout sociologique particulier, différent de la couche sociale à laquelle ils appartiennent. Ce n'est qu'à partir du moment où ils sont assistés – ou peut-être dès que leur situation globale aurait dû exiger assistance, bien qu'elle n'ait pas encore été donnée – qu'ils deviennent membres d'un groupe caractérisé par la pauvreté. Ce groupe ne demeure pas uni par l'interaction de ses membres, mais par l'attitude collective que la société, en tant que tout, adopte à son égard. » (Simmel, 1998, p.98).

Au regard de la théorie de Paugam, la disqualification sociale est un des éléments de cette attitude collective de la société renforcée par les pratiques d'assistance qui fondent le paradigme de l'exclusion. Penser la pauvreté par l'oppression permet d'ouvrir un espace alternatif de lutte contre l'exclusion. L'assistance n'est plus le cœur des pratiques. Nous avons vu qu'elle est d'ailleurs décriée par les membres des collectifs brésiliens et français. Par exemple, un biffin explique l'importance de cette activité car elle lui permet une autonomie économique, elle lui permet de ne pas avoir à demander. Concernant les acteurs brésiliens, nous retrouvons cette dimension par la difficulté exprimée à demander du secours à la famille, aux proches. Les aides sociales étant limitées, l'assistance publique n'amène pas de moyens suffisants pour vivre. Elle est d'ailleurs pensée comme un moyen d'aliénation des populations par un des membres du MST qui est aussi travailleur social. L'indépendance et l'autonomie économique est un élément de discours important pour les acteurs de ces économies populaires. L'assistance semble être lue comme un moyen d'instauration d'une domination sur les individus.

Cette critique de l'assistance est rendue possible par le paradigme de l'oppression qui permet aux individus une relecture de leur situation. La théologie de la libération permet aux « exclus » de repenser leur situation. Il ne s'agit plus pour le peuple, le *pobretariado*, de subir

la disqualification de la société mais bien de la réfléchir comme une oppression, une injustice qui indigne et pousse à l'action. Cette pensée paraît fondamentale pour les mouvements brésiliens en tant que levier d'action, de mobilisation pour la construction d'alternatives concrètes. Ici, l'indignation devient un moteur pour la construction des collectifs et la réalisation d'alternatives en s'opposant à l'institué de l'exclusion qui renvoie la responsabilité de leurs situations aux exclus. L'indignation permet de définir des responsabilités collectives et sociales, levant les freins à l'organisation collective de personnes « exclues » repérés par Paugam (1991).

Mieux formée au paradigme de l'oppression par les terrains brésiliens, il a permis à la chercheuse de donner du sens aux pratiques des biffins notamment dans ce renversement de leur situation par leur obstination à présenter leur activité, la biffe, comme une solution et non comme un problème. A partir de l'indignation, les biffins structurent quelques espaces de revendications pour un droit à la biffe, un droit à la place²⁶². Dans ce mouvement, le stigmate de la disqualification sociale est neutralisé permettant ainsi une identification collective valorisable et la construction de processus pour dépasser la pauvreté. Les jeux entre les paradigmes de l'oppression et de l'exclusion permettent de voir dans l'exclusion, une possible forme d'oppression qui, en même temps, génère des formes de vie par les mouvements de résistance instituants qu'elle génère.

III. L'analyseur vie : une surprise de la recherche

A la fin de cette recherche, la praticienne chercheuse a ressenti un malaise éthique concernant certains outils théoriques choisis et l'analyse des éléments de terrain qu'ils amènent. Le cadre théorique lié au paradigme de l'exclusion est apparu comme une contrainte ne permettant pas de rendre compte des vécus et enjeux exprimés par les acteurs de l'économie populaire ici concernés. L'analyse institutionnelle a permis d'en montrer les limites pour s'intéresser aux points de vue des personnes. L'exclusion a été un cadre à dépasser avec l'appui de l'analyse institutionnelle permettant de réfléchir aux forces alternatives qui se traduisent par des théories ainsi que des pratiques. Dans cet exercice, une des difficultés consiste au repérage d'un cadre théorique alternatif permettant d'enrichir le sens de ce travail de recherche. Ainsi, il y a eu une étape de « balades exploratoires » auprès de différents auteurs et thématiques. Une

²⁶² Expression utilisée par les biffins pour revendiquer un droit à l'accès à des places dans les marchés, brocantes et puces pour pouvoir travailler.

question a retenu mon attention par son absence dans le paradigme de l'exclusion, la question de la vie. Rétrospectivement, j'ai constaté qu'il correspond à un de mes premiers ressentis forts des terrains brésiliens avec la confrontation à des vies qui n'ont pas de prix, sans valeur.

Fassin (2018) s'intéresse à cette question en articulant vie biologique et vie biographique. Ainsi, il construit une proposition théorique lui permettant d'articuler ses deux champs disciplinaires, la médecine et la sociologie. Travaillant sur la manière dont les vies sont traitées, il montre l'importance de l'articulation entre ces deux dimensions à partir de situations de vie contraintes, maltraitées comme celles des réfugiés. Cette loi contemporaine qu'il dégage en termes d'inégalité dans le traitement des vies entre « faire vivre » et « laisser mourir » met des mots sur certaines de mes expériences de praticienne du travail social ainsi que sur des processus de constitution de vies inégales (Fassin, 2005). Elle fait écho à l'apparition de la vie dans cette recherche en tant qu'élément fondateur pour les membres des collectifs. La vie s'insère ici de manière impromptue dans un champ de luttes sociales, économiques et politiques. Elle est aussi pensée par le paradigme de l'exclusion. J'ai choisi de la travailler tel un analyseur en raison du décalage tout d'abord ressenti puis objectivé par l'enquête entre les sens qui lui sont donnés par les différentes institutions en présence.

1. La vie, un analyseur ?

La vie ne peut être pensée comme un analyseur si on se réfère uniquement au champ lexical utilisé dans les discours issus du paradigme de l'exclusion car elle y a sa place. Il y a une forme de consensus lexical entre les discours des acteurs des collectifs concernés par la recherche et ce paradigme. Cependant, il semble ne pas y avoir le même sens ni la même utilisation du mot « vie » en fonction des acteurs. J'ai donc fait un petit retour en arrière sur le projet d'insertion où j'ai exercé en tant qu'éducatrice spécialisée. J'ai collecté des traces des discours de ses opérateurs²⁶³. L'analyse des documents réunis a permis de repérer une instrumentalisation de la notion de vie. Elle est utilisée comme un élément de cadrage des dispositifs (règlement intérieur de vie collective, règles de vie quotidienne, règles de vie collective) ainsi que pour définir les espaces et lieux du travail social (lieux de vie, espaces de vie commune, cadre de vie, unités de vie). L'instrumentalisation se cristallise dans les noms

²⁶³ La liste des acteurs et documents utilisés est mise en annexe (4).

donnés à des dispositifs du travail social²⁶⁴. La notion de vie est aussi utilisée sous la forme d'un indicateur pour la définition des publics destinataires de l'action sociale²⁶⁵.

Cette notion permet donc aussi aux acteurs de penser les différentes dimensions de la vie de ces personnes pour y définir les champs d'action du travail social²⁶⁶. Le travail social se veut donc inscrit dans le quotidien et les différentes dimensions de la vie des personnes. De même, la temporalité du travail réalisé se pense aussi au travers de la vie (la longue durée dans le mûrissement d'une vie d'adulte, au long de la vie de la personne accueillie, tout au long de la vie, soutenir dans la vie de tous les jours, traiter les conflits de la vie quotidienne). La vie fait partie des objectifs énoncés vers une évolution qui se traduit en termes de « projets de vie », « choix de vie » pour « vivre conformément à la dignité humaine ».

Des dissonances apparaissent pourtant dans les différentes utilisations du mot vie. L'analyse des lois et rapports d'orientation pour la mise en place des politiques publiques soulignent le développement de recettes toutes faites pour la mise en œuvre du travail social. Ainsi, l'amélioration de la participation à la vie sociale passera par le développement des pratiques sportives et culturelles et l'accès aux vacances (CNLE, 2001-2003). La vie est donc ici pensée et construite de l'extérieur, à distance des personnes concernées. Cependant, la voix du Conseil National des politiques de Lutte contre la pauvreté et l'Exclusion sociale²⁶⁷ (CNLE) reconnaît l'impact des lois sur les vies des personnes et sollicite des études sur l'impact des

²⁶⁴ Eléments recensés par l'analyse des discours : Le Conseil de vie sociale, l'Observatoire de la vie étudiante, les opérations Ville Vie Vacances, l'enquête nationale Information et Vie Quotidienne (IVQ), le Contrat d'insertion dans la vie sociale (CIVIS).

²⁶⁵ Eléments recensés par l'analyse des discours : La vie à la rue, vie difficile selon la citation d'une personne accueillie, les niveaux de vie, les conditions de vie, âge d'intégration de la vie active, rupture dans les conditions de vie, espérance de vie, indicateurs de l'articulation vie familiale vie professionnelle, vie politique ou vie économique, circonstances de leur vie, contexte de vie des personnes, patients n'ayant pas leur autonomie de vie, personnes accueillies dont l'âge et l'état de santé ne permettent plus de vivre de façon autonome.

²⁶⁶ Eléments recensés par l'analyse des discours : Respect de la vie privée (ne pas s'y immiscer), vie relationnelle ; accompagner dans « les démarches de la vie quotidienne », accompagnement vers la fin de vie, actes de la vie courantes, améliorer les conditions de vie, assistance dans les divers actes de la vie, assistance dans les actes quotidiens de la vie, aide à la vie active, respect du droit à une vie familiale, accompagnement à la vie sociale, amélioration de la participation à la vie sociale (développer les pratiques sportives et culturelles et l'accès aux vacances, Bourses Solidarité Vacances), vie professionnelle, prendre en compte l'ensemble du cadre de vie, faire face aux charges de la vie courante, articulation entre vie familiale et vie professionnelle, informations juridiques nécessaires à la vie quotidienne, présenter les fondements institutionnels et sociaux de la vie, la qualité de vie.

²⁶⁷ Le CNLE est une instance française représentative des principaux décideurs et acteurs, institutionnels et associatifs, impliqués dans les politiques de lutte contre la pauvreté et l'exclusion sociale, créé en 1992. Il est rattaché au Premier ministre.

différents textes et politiques sur la vie des personnes en situation de vulnérabilité. Nous rentrons dans l'effectivité d'une vie des personnes concernées auxquels il est d'ailleurs attribué, en 2006, dans le rapport du CNLE, une marge de manœuvre par la prise en compte des choix de vie des personnes. Dans ce rapport, il est indiqué que ce libre choix doit être respecté.

Ces différents discours proposent une normalisation et une construction a priori, sans valorisation d'une collaboration avec les personnes concernées. Ces discours de l'exclusion n'échappent pas aux analyses de Kuhn (1983) sur les paradigmes qui en montre l'aspect presque systémique car ils sont porteurs d'anomalies. Nous en retrouvons une concernant la vie au sein du rapport d'activité de 2008 de l'association opératrice du projet d'insertion point de départ de la recherche, dans un encart rédigé par un foyer d'hébergement²⁶⁸. Il est le seul acteur parmi les nombreuses structures de cette association à institutionnaliser une parole sur la dimension de plaisir à la « vie » qu'il va accompagner et notamment en développant un travail sur la vie affective et sexuelle des personnes qu'elle accueille. Ce centre d'hébergement propose ici de s'intéresser à la vie intérieure des personnes pour s'opposer à une logique de survie. La dissonance est un indice de la fonction analyseur de la vie. En effet, pour Lourau :

« l'analyse institutionnelle, parce qu'elle cherche à découvrir l'action de l'institué (de l'Etat, du système économique, de l'idéologie dominante) dans toutes les organisations, ne saurait privilégier les « propriétés homéostatiques » des ensembles sociaux. Ce qu'elle vise à découvrir, au contraire, c'est le négatif non intégré, non « récupéré », non dépassé, par l'intermédiaire des analyseurs qui provoquent l'impensé de la structure sociale à se manifester. » (Lourau, 1973, p. 26)

Le négatif non intégré de la notion de vie au sein du paradigme de l'exclusion se situe dans l'absence de parole des personnes concernées. La vie est un analyseur par le silence de leurs voix. Pourtant, l'enquête de terrain réalisée montre sa présence dans la mise en sens des acteurs. Elle va d'ailleurs parfois dans le sens des discours d'acteurs institutionnalisés ici analysés, en évoquant l'importance du prix de la vie en tant que prix financier à payer pour pouvoir vivre. L'analyseur vie est intéressant dans cette recherche car il permet d'informer sur ce qui se construit dans la survie et la vie d'acteurs destinataires des politiques de lutte contre l'exclusion. Il est aussi intéressant épistémologiquement parlant car il permet d'articuler analyse institutionnelle et épistémologies du sud en rendant visible un pan de ce que l'on peut

²⁶⁸ Structure d'hébergement qui accueille des personnes adultes en situation de handicap dans le cadre d'un ESAT (Etablissements ou Services d'Aide par le Travail) développant 4 activités : un domaine zoologique, un restaurant, les espaces verts et la forêt, un atelier agricole.

supposer être fondateur d'une ligne abyssale rendant mutuellement illisible deux mondes en tensions, du Nord et du Sud (Santos, 2006). La métaphore de la ligne d'invisibilisation, dite abyssale par l'ampleur de la séparation qu'elle produit, est une référence que Santos (2006) utilise dans les épistémologies du sud pour illustrer les limites générées par des processus de domination qu'il décrit comme historiquement et épistémologiquement ancrés.

2. Définir la vie

Fassin (2018), en parcourant les multiples définitions de la vie, nous en montre la complexité à partir de deux de ses dimensions, le biologique, « vie comme fait de nature » et le biographique, « vie comme fait d'expérience » (Fassin, 2018). Il cite Canguilhem pour mettre en valeur la tension entre ces dimensions : « Peut-être n'est-il pas possible, encore aujourd'hui, de dépasser cette première notion : est vivant, est objet de la connaissance biologique, tout donné de l'expérience dont on peut décrire une histoire comprise entre sa naissance et sa mort. » (Canguilhem, 1990, corpus 23). Canguilhem nous dit la difficulté de penser de manière conjointe ces deux dimensions que Fassin illustre par le développement de recherches scientifiques distinctes sur ces questions. Pour théoriser cette dualité, Canguilhem s'inspire de la pensée d'Aristote qui montre que la langue grecque utilise deux mots pour parler de la vie : la *zôë* en tant que « simple fait de vivre » commun à tout être vivant ; et le *bios* en tant que « façon de vivre propre à un individu ou un groupe » (Agamben, 2002, p. 9). Hannah Arendt reprend aussi cette distinction :

« Bornée par un commencement et par une fin, c'est à dire par les deux événements suprêmes de l'apparition et de la disparition dans le monde, cette vie suit un mouvement strictement linéaire, causé néanmoins par le même moteur biologique qui anime tous les êtres vivants et qui conserve perpétuellement le mouvement cyclique naturel. La principale caractéristique de cette vie spécifiquement humaine, dont l'apparition et la disparition constituent des événements de ce monde, c'est d'être elle-même toujours emplie d'événements qui à la fin peuvent être racontés, peuvent fonder une biographie. » (Arendt, 1961, p. 143).

Temporellement bornée, la vie est déterminée par sa dimension biologique. Cependant, elle est aussi nourrie par le biographique qui peut donc être un objet de recherche pour les Sciences Humaines. L'analyse des différents projets de recherche la concernant maintient cette difficulté d'articulation avec la vie biologique. Fassin (2018)

montre que la vie n'est majoritairement pas un objet en soi pour l'anthropologie mais plutôt un média pour penser d'autres thématiques comme la famille, la religion, les institutions politiques. La vie biologique est approchée, en anthropologie par les *social studies of science* qui s'y sont intéressées à la manière des sciences biologiques, physiques, voire informatiques. L'anthropologie sociale et culturelle aborde, quant à elle, la vie dans sa dimension vécue par des monographies sur les conditions et traditions de vie de groupes sociaux locaux. Seule l'anthropologie médicale semble avoir tenté de relier ces deux dimensions (Fassin, 2018). Fassin fait référence à Ingold (2010, 2011) dans son projet de « donner vie à l'anthropologie » en s'intéressant à la vie dans sa multiplicité et dans ses mouvements avec l'utilisation du concept de lignes de vie et leurs prises avec l'histoire, leurs mouvements, leurs liens avec la société. Kohn propose quant à lui, d'aller « au-delà de l'humain » pour penser la vie sous toutes ses formes, animales ou végétales (Kohn, 2007, cité par Fassin, 2018, p. 28). Pitrou propose de prendre « la vie comme objet » en invitant à l'étude des représentations sociales des différentes caractéristiques vitales et biologiques telles que « la croissance, la reproduction, la dégénérescence, la cicatrisation, l'adaptation » (Pitrou, 2014, cité par Fassin, 2018, p. 29).

Pour Fassin (2018), ces projets ne prennent pas en compte la tension entre biologique et biographique. Il propose un cadre conceptuel pour tenter de réunir les éléments de ces approches sous la forme d'un « puzzle reconstitué », une « composition anthropologique formée de trois éléments dont l'assemblage fait apparaître, tel un puzzle reconstitué, une image : l'inégalité de la valeur des vies. » (Fassin, 2018, p. 32). Les éléments de cette composition sont les formes de vie, les éthiques de la vie et les politiques de la vie. De cette différenciation entre *bios* et *zôë*, Fassin construit un projet scientifique dans lequel son parcours personnel semble être une clé puisqu'il a tout d'abord été médecin avant de se former en sociologie. Dans ses recherches, il souligne la pertinence de cette approche par des analyses de parcours de vie pour en dégager comment les vies sont considérées et traitées. Le cadre théorique qu'il choisit ainsi que ses terrains de recherche font écho avec les données de l'enquête.

Fassin s'intéresse aux vies contraintes, précaires. Dans son livre de 2018, il travaille plus spécifiquement sur ceux qu'il appelle les « nomades forcés » en France et en Afrique du Sud, aussi plus communément appelés réfugiés, migrants, demandeurs d'asile ou étrangers en situation irrégulière. Ces situations questionnent directement les politiques des différents états comme il le souligne :

« Que l'attitude de nombre d'États à l'égard des réfugiés semble réduire l'existence de ces derniers à sa plus élémentaire expression ne signifie pas qu'eux-mêmes s'y laissent ainsi réduire. La regrettable confusion entre les deux tend à participer de la dévalorisation de la vie des réfugiés à laquelle ils opposent pourtant avec ténacité la résistance de leur dignité. Et il en est de même pour tous les individus qui se trouvent confrontés aux dures épreuves d'une vie précaire. » (Fassin, 2018, pp. 105-106).

Il ouvre ici une perspective pour l'analyse des données de terrain. Le cœur de l'analyse de Fassin concerne la manière dont les vies sont traitées. Nous proposons d'utiliser ce cadre théorique d'une dualité de la vie entre biologique et biographique pour s'intéresser à ces processus de résistances des acteurs face à des assignations sociales disqualifiantes. L'économie populaire est un point de départ pour réfléchir à ce qui se construit dans ces vies empêchées.

3. Prix et valeur des vies « exclues »

Un consensus se dessine entre les acteurs des politiques de lutte contre l'exclusion et les destinataires de ces accompagnements à leurs projets de vie sur l'importance de la dimension matérielle de la vie. L'instrumentalisation de la vie dans les discours des acteurs du champ social amène une tendance à réduire son essence aux conditions nécessaires pour la vivre. L'analyse de discours précédemment présentée a montré la définition de caractéristiques pour des vies « précaires » en tant que personnes qui ont besoin de soutien pour pouvoir vivre. A partir des documents de l'enquête, nous avons vu que ces critères se centrent sur des éléments matériels comme les conditions de vie, le fait de vivre à la rue ou les niveaux de vie pensés en lien avec l'intégration professionnelle. L'autonomie de vie est aussi un critère utilisé comme dans le cas des « personnes accueillies dont l'âge et l'état de santé ne permettent plus de vivre de façon autonome » (CNLE, 2006-2008). Ainsi pensée, la précarité s'articule à la définition de Simmel (1988) du groupe social des pauvres par le besoin d'assistance, qu'elle soit mise en place ou non. Il évoque ici la dimension biographique de la vie et le pouvoir de chacun sur cette biographie.

Du côté des solutions, les acteurs des politiques de lutte contre l'exclusion mettent en action l'analyseur argent (Guillier, 2001/2002) en proposant de répondre à ce besoin en partie par une aide financière aux personnes. Dans son rapport de 2001-2003, le CNLE propose de « créer un niveau minimum de ressources indispensables pour vivre » (CNLE, 2001-2003) ainsi

que de « garantir à toute personne les ressources nécessaires pour vivre conformément à la dignité humaine » (CNLE. (2001-2003). Les personnes considérées comme en perte d'autonomie en raison d'un handicap sont aussi concernées par cette démarche avec l'indication de l'actualisation du rapport de 2003-2005 d'apporter « la garantie aux personnes handicapées du libre choix de leur projet de vie grâce à la compensation des conséquences de leur handicap et à un revenu d'existence favorisant une vie autonome digne, la participation à la vie sociale par l'organisation de la cité » (CNLE, 2003-2005, p. 15). L'assistance est ici pensée comme une aide financière pour pouvoir payer le prix de la vie nécessaire non seulement à son déroulé biologique mais aussi biographique lorsque la vie sociale et l'autonomie sont cités.

Ce prix de la vie est aussi évoqué par les acteurs de cette recherche et semble être au cœur de ce qui structure leurs actions collectives. Ce prix à payer par nécessité se traduit par la volonté de survivre au sens de rester en vie. L'économie populaire en tant que telle est une référence dans les discours de chaque collectif. Ainsi, Françoise, une biffine française explique que la biffe fait partie des moyens pour subsister dans la rue : « Quand on vit dans la rue, il faut subsister. On fait les poubelles... Après on rencontre des biffins qui nous montrent où travailler. ». Nous avons vu que les récupérateurs ont commencé à s'organiser pour résister à une situation de pauvreté absolue (Oliveira Freitas, 2005) mettant en péril leur vie biologique. Nous retrouvons ce prix à payer aussi dans les discours des membres qui ont rejoint le MNCR sans avoir fait de récupération de rue antérieurement. Ils évoquent l'importance de l'activité dans l'accès à des revenus pour leur subsistance ainsi que celle de leur famille. Cette nécessité se retrouve dans les discours de certains membres du MST comme une obligation à rejoindre le mouvement pour pouvoir survivre.

Intégrant dans leur discours la nécessité de payer ce prix pour pouvoir vivre grâce à leurs activités économiques, les acteurs de cette recherche évoquent indirectement une valeur de la vie articulant les dimensions biographiques et biologiques. Ils renversent d'une certaine façon l'approche de Fassin qui en met à jour les inégalités par leurs évaluations financières, notamment en termes de calculs des réparations en cas de meurtre ou de décès. Il se réfère à Simmel (1987) qui retrace les sommes dues par les familles dont un membre a commis un homicide. Fassin prend aussi l'exemple des réparations pour les victimes de l'attentat du World Trade Center aux Etats Unis en 2001. Il constate que le calcul de la valeur de la vie par le manque à gagner financier pour les familles a entraîné des différences majeures :

« Les indemnisations aux familles varièrent de 788 000 dollars pour les catégories modestes à 6 millions pour les classes supérieures. En moyenne, la réparation pour le décès

d'une femme représentait 63 % de la somme équivalente pour un homme. » (Fassin, 2018, p. 126)

La valeur sacrée de la vie est remise en cause par ces pratiques d'évaluation. Les données de la recherche la remettent elles aussi en question en rappelant l'existence d'un coût nécessaire pour la vivre. Si ce coût peut paraître similaire pour chacun, l'inégalité se situe dans les modalités d'accès différenciées aux possibilités de le payer. Pour les membres des collectifs liés à cette enquête et qui organisent leur activité pour survivre, l'enquête a montré que l'accès aux ressources nécessaires est empêché par un système stigmatisant. Fassin le décrit ainsi :

« Pour exclure ou exploiter des individus ou des groupes, on doit justifier ses actes vis-à-vis des autres et vis-à-vis de soi-même. La dévalorisation des individus ou des groupes concernés sert de justification au traitement qu'on leur impose. » (Fassin, 2018, p. 144).

Ce constat croise les trois monographies avec une particularité des mouvements brésiliens. Alors que les observations de terrain montrent qu'ils ont institué leurs activités, dans les notes de journal de terrain, nous retrouvons des éléments sur un malaise concernant la valeur des vies de leurs membres :

« 18 Octobre 2019 :

Je crois que le retour du Brésil a été très dur. J'ai eu un gros coup de fatigue et peu d'envie de retourner au Brésil. Toutes les personnes qui m'ont demandé comment cela s'est passé, je leur ai répondu fatigant.

Je leur dis que ce qui a été fatigant est la violence du pays. Je crois que je me la suis prise en pleine tête.

Dans les choses à noter et qui m'ont marquée il y a cet échange avec Claire. Elle me demande comment s'est passé le Brésil, je lui dis comme à tous, fatigant ... Car là-bas, il y a eu beaucoup de violence. Là-bas la vie n'a pas de prix... quel lapsus, ce n'est pas dans le même sens qu'en France ; la vie de ceux que j'ai rencontrés sur le terrain n'a pas de prix car elle n'a aucun prix, elle ne vaut rien. »

Les notes suivantes se réfèrent à l'observation des conditions de vie des membres d'une des coopératives m'ayant accueillie. Le terrain s'est réalisé dans une période de fortes pluies comme décrit dans le journal :

« 27 janvier 2020 :

Il reste un mois, mais le temps passe si vite. C'est un autre monde.

J'ai survécu aux inondations. 44 morts et 19 disparus. 2 récupérateurs de la coopérative ont perdu leur maison. Il y a une des jeunes qui travaillent dehors et le petit jeune au grand sourire, qui s'était coincé un bout de verre dans le doigt. Leur maison est tombée à cause de la pluie. Les glissements de terrain au Brésil sont fréquents... et meurtriers, mais comme dirait le curé de la cérémonie à la mémoire des morts de Brumadinho²⁶⁹, ce n'est pas la pluie qui tue les gens, ce sont les politiques publiques... !

En effet, les politiques de logements sont inexistantes, pas de gestion de l'urbanisme, ou, que dans les quartiers riches. Les quartiers occupés²⁷⁰ ne sont pas pris en charge et c'est là que les maisons s'écroulent, mais pas que... aussi dans les quartiers pauvres, à flanc de colline.

Dans cette région, cette pluie est dangereuse pour les pauvres, c'est à dire une large majorité de la population. »

Ayant peu de revenus, les membres de la coopérative voient leur vie mise en danger par leur lieu d'habitation. Ils résident le plus souvent dans des quartiers à risque en termes d'inondations qui sont annuelles. Comme noté dans le journal de bord, deux membres de la coopérative m'ayant accueillie ont perdu leur maison suite à des glissements de terrains, ce qui illustre ces conditions de vie. Les membres du MST ne sont pas épargnés par cette absence de valeur de leurs vies comme le montre la situation du campement de référence de la recherche sur les bords du fleuve Paraopeba. Le crime²⁷¹ du barrage de la municipalité de Brumadinho a entraîné une pollution du fleuve qui semble avoir des conséquences sur la santé des habitants. Les habitants m'ont montré des blessures qu'ils disent voir apparaître et disparaître sur leur peau. Juste après la rupture du barrage, il y a eu une épidémie de dengue²⁷² en raison des déséquilibres dans l'écosystème local. Je n'ai pas réussi à réunir d'informations objectivées sur l'impact de la catastrophe sur la santé des habitants, cependant, d'un point de vue français, il est intéressant de noter l'absence de proposition de protection notamment pendant la période des inondations pendant laquelle le niveau du fleuve a monté et entraîné la pollution de toute la partie basse du campement où l'école est située. Malgré son statut officiel, il n'y a pas eu

²⁶⁹ Il est ici fait référence à la rupture du barrage minier de Córrego do Feijão, le 25 janvier 2019, dans la municipalité de Brumadinho et qui a fait 270 morts et pollué le fleuve Paraopeba.

²⁷⁰ Les quartiers occupés au Brésil sont des quartiers qui se construisent sans autorisation ni titre officiel, dans lesquels les aménagements de voirie publique ne sont pas pris en charge par les collectivités locales.

²⁷¹ Appellation populaire pour la rupture du barrage en raison de la mise en danger par l'entreprise par sa négligence en termes d'entretien de l'exploitation.

²⁷² Maladie transmise par les moustiques dont une variante peut être mortelle.

d'appui de la part des collectivités locales pour enlever la boue qui empêchait son utilisation. Ce travail a été fait par les membres du campement malgré le risque sanitaire lié à la toxicité de cette boue.

La situation des biffins en Ile de France peut paraître moins surprenante car leur vie biologique ne semble pas en jeu directement. Cependant, les observations de terrain demanderaient à être complétées par un travail spécifique sur leur santé. Sans possibilité de les compter, j'ai pu observer que les problématiques de santé sont présentes dans le discours des acteurs avec une représentation disant que les biffins ont la santé fragile et sont plus malades que la normale de la population en France. Pour exemple, lors d'un échange informel, un des membres d'une association de biffins me disait qu'une grande partie de ceux présents à la création de l'association sont aujourd'hui décédés. Ainsi s'exprime indirectement le vécu de « vies nues » dont le quotidien consiste à l'organisation d'une subsistance par la réalisation d'une activité pénalement condamnée.

A partir d'Agamben, ces vies apparaissent comme des « vies nues » qui sont positionnées à l'opposé de la sacralisation de la vie par « une limite au-delà de laquelle la vie des hommes, parce qu'elle cesse d'être politiquement pertinente, [...] n'est plus qu'une "vie sacrée" » (Agamben, 1997, p. 150). Il les appelle ainsi car elles perdent toute protection et souveraineté face à de potentielles violences qui, elles, peuvent, par contre, se réaliser en toute souveraineté. Ces vies, pour Agamben, sont « tuables ». Il les situe à l'extrême opposé d'une forme de vie politiquement pertinente, qu'il appelle « vies qualifiée ». Fassin montre que la violence peut se réaliser par procuration (2018) à partir du moment où elle est soutenue par un imaginaire stigmatisant. Le « laisser mourir » en tant que stratégie politique de différenciation entre les différentes vies s'enracine dans ce système (Fassin, 2018). Pour Fassin, « Dans l'inégalité par exclusion, la personne est considérée comme sans utilité sociale, et peut même représenter un coût social ; sa vie n'a pas de valeur pour la société. » (Fassin, vie, p. 144). Nous trouvons ici un sens aux vies qui sont liées à cette recherche dont nous avons pu observer la prise avec des logiques d'exclusion par la stigmatisation et la criminalisation. Si les systèmes de protection sociale proposent, en France, sous certaines conditions, d'aider à payer le prix de ces vies, ce cadre théorique met en tension ce système avec l'importance de la souveraineté des vies. Ainsi, une vie dont le prix ne peut pas être payé directement par les individus est une vie sous conditions. Par la recherche de moyens pour le faire, les acteurs de cette recherche posent indirectement deux questions : la qualité et la souveraineté de leurs vies.

4. Bien vivre et souveraineté

La vie biologique est donc un enjeu pour les acteurs, qu'ils conditionnent à une vie biographique construite à partir des différentes activités d'économie populaire. Dans ce processus, la survie est positionnée comme centrale mais elle est liée à la notion de bien vivre entendue comme vivre mieux. Cette notion apparaît dans le discours des acteurs brésiliens et français mais dans des contextes différents. Pour les récupérateurs d'Ile de France, le bien vivre semble lié à la construction d'une solidarité au sein du groupe social des « pauvres » auquel ils s'identifient. Un biffin retraité décrit ainsi le travail fait par l'association et par ses membres, eux aussi biffins : « ce que l'on fait est pour aider les gens. Ils vendent pour vivre. Ils récupèrent dans la poubelle pour vivre ou alors pour mieux vivre des fois. ». Le mieux vivre se dit aussi par la réalisation de l'activité alors qu'elle n'est pas nécessaire pour vivre : « C'est étonnant parce que je n'ai pas besoin pour vivre mais j'y vais quand même, j'y vais, je viens. ». Si la personne est elle-même étonnée de cette attirance, il est ici difficile d'interpréter ce qui en est le ressort, cependant, cela traduit un sentiment d'amélioration de la vie. Cet étonnement croise d'autres observations de terrain auprès des biffins d'Ile de France qui notent l'intensité des relations sociales et de l'entraide au sein du groupe. Bazin et Rullac (2012) construisent d'ailleurs un des profils types des biffins par l'image du « retraité sociable » qui participe aux espaces de vente en tant qu'espaces de socialisation. Les observations liées à la recherche montrent que cette caractéristique est transversale à l'ensemble du groupe. Articulé à la dimension de survie, nous retrouvons la référence à la socialisation par la participation à une famille de manière récurrente, quel que soit l'âge ou la situation familiale.

Les membres des collectifs brésiliens inscrivent ce mieux vivre dans une dimension de lutte sociale. Pour une des membres du MST, vivre bien se construit au sein du mouvement car il permet de relever des défis dont notamment celui de l'alimentation et de la vente de produits sains. Pourtant, elle s'en détache car, pour elle, ce « vivre bien » commence par l'opportunité de s'alimenter correctement :

« La difficulté aujourd'hui c'est de vendre, c'est l'écoulement. C'est un défi, vraiment, parce que (...) tu te mets dans la rue, tu fais la publicité en disant 'Viens acheter ! C'est un bon produit ! C'est moi-même qui l'ai planté et qui l'ai cueilli !' C'est vraiment un défi. Il faut avoir de la force, du courage. Il faut l'avoir dans le sang. Parfois ça ne me tente même pas de vendre. Je me dis que je ne veux même pas réunir de la richesse. Je me préoccupe beaucoup pour la nourriture, pour vivre bien. ».

Etant occupante d'un campement, elle décrit un des éléments de la lutte du Mouvement Sans Terre à partir de ce moment spécifique, l'occupation des terres, considérée comme le cœur de la lutte. Par ce discours, elle signifie l'importance qu'elle donne à sa participation à ces processus pour avoir une bonne vie. Si pour cela, « il faut avoir de la force, du courage », c'est en écho à une des appellations que se donnent les membres du mouvement de *lutadores*, terme qui peut se traduire par militant mais qui, par sa racine étymologique autour de la lutte, y donne plus de force et fait du militant un lutteur, un héros populaire.

Le Mouvement des récupérateurs brésiliens est aussi vu comme un espace pour construire des vies meilleures comme le décrit un des membres de l'Institut de recherche (INSEA) ayant accompagné la structuration du mouvement social. Pour lui, le bien vivre s'ancre dans les valeurs des coopératives entre solidarité et souveraineté des membres de la coopérative :

« Nous disons que les coopératives sont des lieux de "bien vivre" parce qu'elles accueillent tout le monde. Elles accueillent ceux que le système a jeté, le surplus de l'armée... Vous avez, là-bas, des publics LGBT, qui vivent sans aucun problème avec les autres membres. Ils ont du travail, il y a des personnes âgées, des jeunes... des femmes... La convergence, là, est de garantir un revenu. Ils [les membres des coopératives] finissent par construire des moyens de convivialité dans un travail auto-géré dans lequel il n'y a pas de patrons et où la liberté est présente. »

Cependant, les membres de coopérative positionnent, eux aussi, le quotidien de ces coopératives dans un processus de lutte ayant un prix aussi pour leur vie biologique :

« Récupérer, pour moi, c'est laisser du poids de côté. C'est traiter des maladies incurables parce que tu penses qu'il n'y a pas de remèdes. Des fois, donc, tu vois des gens à côté de leur maison qui sont là, en train de pleurer, se disant qu'ils n'ont pas de moyens. Qui se disent 'Quelle tristesse, je ne peux pas faire si, je ne peux pas faire ça...' Tu sais, qu'ils sont là, en train de se lamenter, attendant que les choses viennent du ciel. Tu as des jambes, des bras, une tête pour penser, un cœur pour vivre, et bien, on va dans la lutte ! Tout le monde ici... Regarde comment c'est bon... Tu es fatigué, tu as mal aux jambes. »

Cette coopérante explique que la lutte est, pour elle, un moyen d'utiliser pleinement ses ressources pour vivre. Sa ressource principale étant son corps. Nous retrouvons ici ce qui fonde l'économie populaire en tant qu'activité qui se réalise sans capital et dont la finalité n'en est pas l'accumulation mais la production et la reproduction des moyens nécessaires à la vie.

Nous voyons que cette lutte, au sein de laquelle les coopérantes s'appellent des « guerrières »²⁷³ a un coût physique. Bien vivre est lié à une lutte qui pèse sur le corps. La position du campement de référence de la recherche liée au MST amène aussi cette question du prix biologique à payer dans la lutte. Dans le journal de bord, nous retrouvons une trace de la difficulté à comprendre l'importance de ce prix pour ce mouvement social :

« 16 Août 2019 :

Sur la situation du campement X²⁷⁴, je sens Flavia sur la défensive quand je lui demande pourquoi le mouvement laisse le campement dans le même endroit, au vu des risques de santé pour les personnes... elle me répond que partir n'est pas une solution surtout dans le contexte actuel, il faut lutter pour garder ce qui a déjà été conquis et le campement en fait partie. »

Cet échange n'est pas à comprendre comme une injonction à rester sur le campement. Il donne du sens à la situation des personnes du campement qui se plaignaient de problèmes de santé liés à la pollution du fleuve tout en restant dans cet espace. Mes observations n'ont pas permis d'évaluer le risque sanitaire pour les personnes. Elles ont juste permis de voir un questionnement de ce risque par les personnes dans leurs discours. La pollution du fleuve a d'ailleurs entraîné le départ d'un grand nombre de familles, mais le campement a continué d'exister. Le prix à payer pour une vie bonne peut ici paraître se payer au prix de sa propre vie. Cette dimension se lit aussi dans les termes de « luttteurs », de « guerrières ». En mettant en valeur ce qui est mobilisé pour payer le prix de cette vie, cette symbolique permet aussi de voir la valeur qui est donnée à cette vie. Fassin (2018) avait d'ailleurs observé cette dimension souveraine des vies contraintes par la possibilité que certains se laissent de la sacrifier. Il présente le suicide comme un moyen extrême d'exercer leur souveraineté sur leur vie.

Le bien vivre semble, au sein de ces collectifs, s'articuler entre la nécessité de subvenir à des besoins biologiques comme l'alimentation et des besoins liés à la possibilité de se construire une place sociale. Ainsi la participation aux collectifs est mise en avant par sa fonction de socialisation. Si les brésiliens n'articulent pas la notion de vie et de socialisation de manière directe dans leurs discours, cette dimension est présente car les coopératives de récupérateurs sont des lieux où l'on se fait d'abord des amis, le MST fonctionne comme une famille. Vie biologique et place sociale paraissent donc être liées comme l'indique aussi la

²⁷³ Le terme brésilien précisément utilisé est *guerrera*.

²⁷⁴ Campement du MST de référence pour la recherche

présence spatiale des acteurs qui luttent chacun pour l'appropriation de ces places. Cela se traduit chez les récupérateurs d'Ile de France par l'incessant ballet avec la police, ce jeu du chat et de la souris. Les récupérateurs du MNCR ont sanctuarisé leurs places au sein des coopératives. La première étape de la lutte des membres du MST est d'instituer spatialement leur place dans les espaces des campements. Les observations ont fait la preuve par l'espace (Lussault, 2007) d'une lutte qui se réalise pour une vie sociale et biologique dont la matérialisation passe par l'accès à un territoire en tant que place individuelle et collective.

5. Construire et exister en société : d'une thanato-économie à une économie de la vie

Il n'y a pas que des vies individuelles en jeu dans ces collectifs. L'analyse institutionnelle, en percevant que « le local contient le global » (de Saint Martin, 2019a, p. 14) permet de penser les stratégies des acteurs dans leur utilisation du global pour développer leur local. La lecture des monographies montre que la construction d'un mieux vivre individuel s'articule avec la construction d'une place sociale qui se reconstitue dans l'interaction de l'échelle individuelle avec celle de la société. Le processus qui se dessine malgré la diversité des expériences observées pendant la recherche, permet aux acteurs de passer de « vies nues », « privées de valeur politiques » et donc « tuables », à des vies qualifiées auxquelles on confère une valeur politique (Blondel, Delzescaux, 2018). Pour cela, nous avons vu que l'élément déclencheur est un jeu de déconstruction-reconstruction identitaire pour former un groupe social de référence. Ainsi, les différents stigmates liés à cette articulation d'une activité économique et d'un statut social marginal peuvent être extériorisées et transformées en identités positives de travailleurs et d'agents économiques à fortes utilités sociales.

Les récupérateurs organisés en mouvement social au Brésil expriment leur fierté d'être récupérateurs car ils sont membres d'un groupe professionnel au service de l'environnement et de la société. Ils l'expriment par le souhait de « se mettre en retraite en tant que récupératrice » ou par la fierté de participer au nettoyage de la ville. Pour les récupérateurs d'Ile de France, la dimension environnementale est forte et s'accompagne d'un processus de professionnalisation qui fait dire à l'un d'entre eux qu'ils sont des « gestionnaires de déchets ». La requalification des vies des membres du MST passe par l'incorporation de l'identité Sans Terre dont la dimension politique existe, entre autres, par la proposition d'un projet de réforme agraire populaire. Ainsi, pour les trois collectifs, la requalification de leur vie passe par la valorisation de leurs activités individuelles ; trier les matériaux issus des poubelles ; chercher des objets à

réparer, nettoyer et revendre ; cultiver des produits alimentaires sains ; à l'échelle de la société. Les récupérateurs rappellent leur fonction environnementale. Les membres du MST mettent en avant leur lutte pour une justice sociale, environnementale et pour la souveraineté alimentaire populaire. La requalification de leurs vies passe par la prise de conscience et la diffusion de leur rôle social, environnemental et politique. Ainsi, un processus de valorisation collective s'enclenche, le groupe peut se constituer en minorité active, la construction d'une reconnaissance débute, les vies peuvent se qualifier et la revendication d'une justice sociale devient entendable (Fraser, Honneth, 2003).

La reconnaissance passe donc par la possibilité d'une rupture avec le statut social de « pauvres » ouverte par les pratiques d'économie populaire dans la construction d'une dignité. Le statut de personne en situation de dépendance (Simmel, 1998) est dépassé par les possibilités que les collectifs se construisent pour survivre. La dignité est un terme utilisé dans les discours d'acteurs dans les trois contextes en référence à la possibilité d'une indépendance, la possibilité de pouvoir trouver des solutions par soi-même sans avoir à demander, sans être dépendant d'autrui ou d'un système d'aide sociale. La requalification de ses vies passe par la restauration d'une souveraineté des personnes sur leurs propres individualités. Encore une fois, la souveraineté individuelle s'articule avec l'échelle globale par une économie populaire qui ouvre des possibilités de souveraineté sur leurs vies par la résolution de leurs besoins mais aussi sur la manière dont les vies sont traitées par la lutte collective pour une justice sociale. L'économie populaire prend ici une dimension historiquement ancrée. L'économie n'est plus à entendre comme un système économique des « précaires » mais comme un espace de luttes populaires. Le terme populaire prend ici le sens que lui donne Noiriel dans le cadre de sa fresque historique de la France "d'en bas", en tant que de ce qui est "relatif au gouvernement des hommes" dans un "enjeu de lutte constant" (2018, p.9).

Par l'économie populaire, le considéré « pauvre » travaille à la construction d'une survie dans le double sens rappelé par Fassin (2018) de continuer à vivre et de vivre après la mort. La vie biologique se construit par la subsistance, cependant, nous voyons aussi la construction d'une vie biographique tenace et souveraine qui semble prendre le pas sur la vie biologique par l'inscription sociale des activités des acteurs.

« Dans ce moment tragique [référence au dernier interview de Derrida à un journaliste alors qu'il se sait mourant], survivre, au sens à la fois de « continuer à vivre » et de « vivre après la mort », *fortleben* et *überleben*, autrement dit être présent dans le monde pour quelque temps encore et demeurer présent au monde à travers l'œuvre laissée, mêlait la vie physique

qui s'éteignait et la vie sociale qui la prolongeait, réhabilitant la première au rang de la seconde. » (Fassin, 2018, p. 107)

Maia de Souza exprime l'existence aussi dans ce sens lorsqu'elle s'intéresse aux biographies de jeunes enfants accueillis dans un foyer pour jeunes démunis entre 1875 et 1894. Elle montre comment, dans les archives, certains d'entre eux ont réussi à sortir « de la clandestinité et ont pris leur propre nom et, comme l'a dit Heloisa Starling (2021) dans une conférence récente : le nom empêche la mort. ». (Maia de Souza, 2021, p. 1032).

Ce deuxième sens de continuer à vivre est une préoccupation des acteurs et participe de cette dimension politique donnée à leurs vies. « L'œuvre » des acteurs des collectifs de la recherche est une construction de leur quotidien qu'ils ont la volonté de prolonger par des objets perdurant dans le temps. Chaque collectif alimente d'ailleurs un site internet qui permet de retracer son histoire. Cependant, nous voyons que les mémoires se constituent ici à des niveaux de formalisation différents entre les mouvements car, sur le site internet des collectifs français, on ne trouve pas d'encart spécifique sur leurs ancrages. Pourtant elle se construit au quotidien par les acteurs, que ce soit dans les espaces de communication ou dans un contenant moins attendu comme le sac plastique dans lequel Françoise conserve jour après jour des traces de ces vies, faute de mieux car, pour elle, leur place est dans un musée. Il faudrait faire un musée de la biffe.

Les mouvements brésiliens ont, de leur côté institutionnalisé ce travail de construction d'une mémoire. Cette démarche est importante pour eux, comme me l'a souligné une des fondatrices d'une coopérative à propos de ce travail de recherche, pour raconter leur expérience, transmettre leur lutte et pour que cela reste disponible pour les générations à suivre. Sur le site internet du mouvement, cette mémoire se constitue par une histoire du MNCR, par le recueil des différents travaux, écrits, événements concernant le mouvement ainsi que par un mémorial en hommage aux membres décédés. C'est dans le Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre que la mémoire semble avoir été la plus institutionnalisée. Nous y retrouvons l'omniprésence des hommages aux membres décédés. En effet les campements, les *assentamentos*, les centres de formation, ont pour tradition d'être nommés en hommage à un « lutteur ». Les formations du mouvement transmettent cette mission de recueil de la mémoire. J'ai pu observer que, dans différentes classes et dans différents instituts de formation, des apprenants étaient désignés pour la réalisation de cette mission. Ils devaient recueillir et noter les différents éléments du quotidien du groupe classe et le remettre à disposition ensuite à l'ensemble de ce même groupe. Cette formation est à l'image de l'ampleur du travail de

communication réalisé par le mouvement sur ses activités de l'échelle locale à l'échelle internationale.

Conclusion de la partie : De la survie à la vie qualifiée

La survie de ces collectifs dépasse donc la dimension biologique de la notion pour s'inscrire dans une démarche de construction de vies qualifiées dont la valeur politique se traduit par des actions qui interagissent avec la société. Dans ce processus, le questionnement croisé a permis de voir qu'à partir de la fonction de production et reproduction de la vie, un monde de coopération et de socialisation se construit comme le met en exergue Tavares (2018), en référence à la pensée de la féministe italienne Silvia Federici (2017) qui affirme « que c'est au travers des activités de reproduction que nous produisons notre existence et apprenons à coopérer, en résistant à la déshumanisation qui nous entoure, en apprenant à (re)construire le monde comme un lieu de création, de créativité et de soin. Pour tous. »²⁷⁵ (Tavares, 2018, p. 120).

Nous avons aussi vu l'importance de la possibilité d'une identification valorisable pour la construction d'une reconnaissance sociale. Cependant, comme le suggère Honneth dans son débat avec Fraser (Fraser, Honneth, 2003) elle est une étape qui rend possible la revendication d'une justice sociale. Les acteurs de ces collectifs amènent à penser cette revendication comme un processus dont la dimension fondamentale est l'inscription sociale. En tant que vies qualifiées, c'est la possibilité d'action et d'une place sociale qui est au cœur de leurs constructions. Cependant, la survie qui se construit veut être souveraine par la possibilité de dépasser la vie biologique. S'il y a des différences de dimension et de structuration entre le collectif français et les collectifs brésiliens, les diverses alliances et espaces partagés entre ces mouvements montrent que cette volonté de souveraineté se tisse en transversalité.

²⁷⁵ Traduction de l'auteure.

Conclusion générale de la thèse

Pour la praticienne chercheuse et apprenante que j'ai été, ce travail de recherche est allé au-delà d'un exercice académique qui viserait une insertion dans le monde de la recherche. Le dialogue avec ses institutions et leurs membres a été fondamental pour sa réalisation, cependant, le cœur de ce projet, me semble, rétrospectivement, être la rencontre de personnes issues de mondes sociaux différents et parfois très distants. Elias illustre l'interdépendance des membres d'une société par la métaphore d'un filet qui « n'est rien d'autre que la réunion de différents fils » (Elias, 1991, p. 57) pour lequel « ni l'ensemble de ce réseau, ni la forme qu'y prend chacun des différents fils ne s'expliquent à partir d'un seul de ces fils, ni de tous les fils en eux-mêmes ; ils s'expliquent uniquement par leur association, leurs relations entre eux. Cette relation crée un champ de force dont l'ordre se communique à chacun des fils » (Elias, 1991, p. 57). C'est cette interdépendance qui a permis la réalisation de ce travail, ancré dans un questionnement de professionnelle de l'action sociale sur un de ses fils pourtant paradoxal, son articulation avec l'économie populaire. A partir de là, un chemin s'est construit et a mené à de multiples relations. La recherche a évolué en fonction de ces rencontres, tout comme la chercheuse qui, prise dans ce champ de force, n'a eu d'autre choix que de s'y former et de s'y transformer.

Sous la forme d'un « suivi de recherche » un réseau d'acteurs en lien et en jeu s'est dessiné, composé d'ouvriers du monde de l'économie populaire ainsi que du monde de la recherche. Par ce biais, des territoires se sont développés aussi à l'international. Le déploiement est allé jusqu'au Brésil avec la rencontre des membres du MST et MNCR ainsi que la co-tutelle réalisée avec l'Université Fédérale de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brésil) concrétisée par l'accompagnement du professeur Moreira Lopes. Ce partenariat universitaire a permis un équilibre des ancrages théoriques que ce soit en France ou au Brésil, concordant avec les territoires de cette recherche pourtant, parfois, déséquilibrés dans les représentations et relations entre individus. Si le chemin parcouru a été par moments évident car ponctué d'heureux hasards comme les rencontres successives non programmées avec le MNCR, il a aussi parfois été acrobatique par la distance et les représentations de cette diversité de mondes sociaux. La co-tutelle a, me semble-t-il, permis de rééquilibrer une des caractéristiques de ce projet qui est de se situer sur une ligne historique d'exclusion entre deux continents dont j'ai pu percevoir des traces liées à la colonisation mais aussi liées à l'actualité des relations internationales politiques et économiques. Ainsi, l'accueil au Brésil d'une femme blanche, française pour une activité de

recherche n'a pas toujours été évident. L'ancrage dans une institution de recherche publique brésilienne a été important dans la régulation de ces relations. Cette co-tutelle a d'ailleurs enrichi les échanges et croisements théoriques liés à un travail de recherche collectif aussi réalisé en co-direction. Le réseau ainsi constitué a permis un croisement des apports liés à la géographie de l'enfance, à l'analyse institutionnelle et aux recherches conjointes multiréférencées. Le soutien théorique dont a bénéficié cette recherche est donc à l'image du croisement des expériences de terrain.

Dans cette recherche, le voyage a joué un rôle clé pour déplacer le regard et l'analyse vers un autre référentiel que celui de l'exclusion. Les différentes expériences rencontrées ont permis de dénaturer le regard de la chercheuse et de le confronter au paradigme brésilien de l'oppression par les racines de deux mouvements sociaux brésiliens, la théologie de la libération et la pédagogie des opprimés de Paulo Freire. Cette dénaturalisation du regard a été appuyée par la place donnée aux acteurs dans une méthodologie collaborative inspirée, entre autres, des épistémologies du sud (Santos, 2016) pour lesquelles l'enjeu fondamental est la participation de la recherche aux transformations sociales construites par les acteurs de terrain. Ainsi, ce ne sont pas les acteurs qui sont invités à participer à la recherche mais la recherche qui est invitée à participer à la vie des terrains sur lesquels elle se développe. C'est d'ailleurs une des formes que la méthodologie a pris dans le cadre de cette recherche. J'ai toujours participé à la vie des terrains dans le partage de leur quotidien et en fonction des étapes qu'ils traversaient aux moments de ma présence. Cependant, j'ai aussi invité les acteurs à participer à la construction de la recherche notamment en suivant leurs choix en termes d'espaces de référence pour la recherche. Ainsi, les observations ont été réalisées sur des espaces qu'ils considèrent comme représentatifs de leurs pratiques. Les échanges et discussions informelles ont parfois permis des restitutions perlées (Monceau, 2003). J'ai pris en compte et exploré les références théoriques des acteurs. Ainsi, leur participation se lit de manière feutrée, jusqu'au travail d'analyse des données. Cette méthodologie a permis de construire un regard à partir du point de vue des acteurs. Ce parti pris peut être questionné pour la proximité qu'il construit avec les terrains de la recherche et une possible connivence avec leurs objectifs. Je suis moi-même incapable d'en déterminer précisément l'intensité, cependant, la démarche a toujours été discutée avec mes directeurs de thèse et mes collègues chercheurs. Ils auront, j'espère, joué le rôle de garde-fous. Toutefois, c'est aussi ici ce qui fonde la valeur de ce travail de recherche, en tant qu'analyse ancrée dans un point de vue particulier basé sur les représentations des acteurs des terrains, donnant à voir une partie de ce qui s'y construit et s'y vit.

En termes de résultats, la dimension politique des activités des collectifs de cette recherche vient questionner de manière directe le travail social institué en France. Tel un chemin de recherche qui se finalise, les questionnements et déclencheurs de la recherche trouvent des éclairages. Cette sensation de malaise d'une praticienne de l'action sociale confrontée à ses paradoxes semble prendre sens. Dans le cadre de mon travail, en partageant le quotidien d'acteurs pris en charge socialement au titre de la lutte contre l'exclusion, j'ai pu ressentir les anomalies de ce paradigme notamment par les pratiques économiques de ces « bénéficiaires », interstitielles et imprévues dans le « monde chevelu et multiforme de l'intervention sociale » (De Jonckheere, 2013). De Jonckheere parle ainsi, de l'intervention sociale, comme d'un « objet chevelu » « en raison de sa forme indéfinissable et de ce qu'elle est un composé d'éléments divers et multiples, comme des concepts, des croyances, des valeurs, des expériences, des normes et des prescriptions diverses. [...] Dès lors, s'intéresser à l'intervention revient à s'intéresser aux forces sociales qui l'affectent. Nous ne pouvons prendre l'intervention comme objet de connaissance sans décrire l'ensemble des prescriptions, des idées qui l'enveloppent, mais aussi les interstices lézardant cet apparent monolithe, qui ont pour effet que le social ne détermine pas seulement l'intervention, mais laisse des espaces indéterminés dans lesquels des actions imprévues peuvent s'immiscer » (De Jonckheere, 2013, pp. 35-36). Ici, c'est l'économie populaire qui s'est immiscée et a mis en tension le paradigme de l'exclusion par une souveraineté qu'il semble avoir des difficultés à accompagner.

Le rapport de chaque collectif avec le travail social est particulier. Nous retrouvons dans les témoignages des récupérateurs français, la trace d'un travail social contrôlant les individus, séparant les familles comme Françoise nous le raconte par le récit de sa vie. Dans l'actualisation de ce rapport, la position de praticienne-chercheuse a permis de voir l'utilisation de ce secteur par les biffins. Étant connue au sein de ce groupe tout d'abord comme une « assistante sociale », ce statut s'est vite diffusé et j'ai été sollicitée pour la réalisation de dossiers, la lecture de courrier. Ainsi, j'ai pu voir de près leur utilisation récurrente du travail social, mais aussi leur manque d'accès aux services et prestations financées. Leurs sollicitations sont aussi à l'image d'une pénurie de lieux de conseils pour ces démarches. J'ai aussi pu constater la dimension rationnelle de ce dispositif par la recherche de solutions concrètes à des problèmes concrets comme trouver un logement, avoir le paiement de son Allocation Adulte Handicapé, toucher le RSA... La tension avec les biffins apparaît lorsque le travail social est utilisé pour les réduire au statut d'utilisateurs de ce dispositif. Ainsi, l'expression de la violence ressentie par Françoise lors de l'ouverture du Carré des Biffins de la porte Montmartre en est une illustration car, en

prenant la gestion de ce marché, l'association Aurore a, en quelque sorte, déstructuré la souveraineté des biffins qu'ils se constituent par le biais de cette activité en devenant les gestionnaires de leurs espaces de travail et en renforçant la disqualification sociale de l'assignation au statut de « pauvre » (Paugam, 1991).

Pourtant, les collectifs nous montrent des alternatives dans la mise en place de ce travail social par la possibilité de le construire de manière souveraine. Nous voyons que chaque collectif tente de se réapproprier les missions du travail social pour les mettre à sa disposition, notamment par l'entraide qui peut s'apparenter à du travail social communautaire. Nous avons pu voir que les récupérateurs brésiliens réalisent aussi le travail d'insertion de leurs pairs au sein de leurs coopératives par des systèmes de partage des bénéfices qui permet un équilibre en fonction de la situation de chacun. De même, lors d'un échange avec un des membres du MST sur le travail social, il me dit que ce travail est réalisé par les « Sans Terre » eux-mêmes. En prenant l'exemple d'une personne âgée dont il s'occupe, ainsi que les collectes qui peuvent être faites pour aider un camarade dans le besoin. Il me présente ainsi l'action sociale réalisée au sein de la communauté. Les biffins, par le système de formation, d'entraide voient se constituer des référents comme Livia qui est devenue une personne ressource pour les autres lorsqu'ils parlent la même langue, qu'elle oriente et conseille dans leurs démarches.

Nous avons vu que ce travail social se structure aussi de manière salariée au sein des trois mouvements. Une des associations de récupérateurs d'Ile de France a pour projet de recruter un travailleur social pour ses membres. L'expérience de l'association ANCAT qui finance ses propres travailleurs sociaux en est aussi un exemple. Dans ce cadre, le travail social est différent de celui auquel j'ai été formée en tant qu'éducatrice spécialisée. Lorsque je questionne un travailleur social de l'ANCAT sur son travail, il me répond que sa mission est d'accompagner les membres du mouvement dans l'organisation et la gestion de leurs activités. Le MST finance des formations de travailleur social à certains de ses membres. Nous pouvons lire ici une stratégie pour rétablir l'équilibre des relations qui est dénoncé par certains membres du MST. Il s'agit d'une piste pour neutraliser la relation de dépendance induite par la relation d'aide et permettre au travail social de se réaliser sans ambiguïté en fonction des besoins de ses destinataires. Ce positionnement bouleverse le paradigme de l'exclusion car l'utilisateur deviendrait le financeur de l'action sociale qui lui est dédiée.

Des courants semblent d'ailleurs s'inspirer de cette critique en acte comme le travail social radical (Faisca, Paturel, 2021). Les récupérateurs brésiliens évoquent la possibilité de

réaliser un travail social « post consommation » à l'image de leurs valeurs et objectifs. Au travers de ces propositions, nous pouvons relire l'importance de la souveraineté pour passer de vies nues à des vies qualifiées. En effet, elles nous rappellent au faible pouvoir des acteurs dans la construction des solutions qui les concernent dans le champ de l'exclusion en France alors que ce sont des espaces de vie qui leur sont destinés. Ainsi, nous voyons deux organisations de la vie qui paraissent antinomiques. Du côté du champ de l'exclusion, la vie semble être déjà écrite par les projets et dispositifs alors que dans le champ de l'économie populaire, elle semble devenir une vie à écrire collectivement. Ainsi, les vies qualifiées deviennent des vies instituant pour des institutions qui les ont déqualifiées.

Avoir pensé l'exclusion comme un paradigme a permis de mettre en valeur sa tendance à assigner ses destinataires à une place sociale défavorisée, disqualifiée. Penser en tant que paradigme met en valeur la circularité des pratiques qui renforcent ce contre quoi elles sont censées lutter. Nous voyons des tensions qui s'expriment de l'intérieur du paradigme, comme dans le cas d'un ancien responsable sur le Carré des biffins géré par l'association Aurore qui évoque « l'illusion de l'insertion » ainsi que la capacité de la biffe à bouleverser les représentations du pauvre qui le fondent. Pour lui, le biffin met à mal la vision de la pauvreté en tant qu'inadaptation individuelle et questionne la dimension sociétale de cette pauvreté. Cette recherche a montré que les anomalies se révèlent d'autant plus lorsque l'on décale son point de vue pour observer ce qui a notamment été permis par le voyage et le croisement des expériences. Si, pour Kuhn, l'anomalie peut « amener éventuellement un changement de paradigme. » (1983, p. 99), l'objectif de cette recherche n'a pas été de le prôner mais d'aller voir ce qui se constitue à côté. Telles des anomalies du paradigme de l'exclusion, les résistances des acteurs ont montré qu'il ne peut pas être universel et qu'il ne produit pas uniquement des individus isolés en perte de repères mais aussi des collectifs en reconstruction identitaire. Je souhaite ici convoquer la parole de Danielle qui revendique un droit à vivre en fonction de ses propres repères : « Nous on s'en fout de leurs subventions ! Ce qu'on veut c'est pouvoir vivre ! C'est pouvoir travailler ! ».

Elle pointe ici un analyseur, la vie, qui éclaire les enjeux de ces collectifs. Ce travail de recherche a confirmé que les économies populaires abordées ont pour fonction de permettre une survie que l'on limite traditionnellement à des besoins vitaux comme l'alimentation et la santé. Le questionnement croisé des expériences a montré que les espaces créés par les collectifs la dépassent car ils sont aussi vécus comme des alternatives pour une socialisation renforcée dont un des leviers est l'appartenance à des identités collectives valorisées. La survie semble

trouver une redéfinition par un élargissement à l'importance de la construction d'une place sociale souveraine. La survie se comprend ici au sens d'exister. Les observations ont montré les liens intimes entre vie biologique et vie biographique. Un bien vivre est construit par les acteurs qui se dérobe à la pensée car les normes en sont particulières dans chaque collectif. Si Fassin (2018) indique que les théories critiques n'ont jamais travaillé sur ce que serait une bonne vie, la souveraineté est mise en avant par les acteurs pour la définir. Dans ces processus, nous avons pu observer des vies requalifiées qui sont aussi des vies instituanes car elles bousculent les ordres établis. En cela elles sont doublement dérangeantes pour l'ordre institué, que ce soit en termes de vies nues mais aussi de vies qualifiées.

Au terme de ce parcours, l'empreinte du paradigme de l'exclusion continue de s'exprimer dans mes implications me poussant à questionner la pertinence de cette recherche dans le rôle social qu'elle pourrait avoir en référence à la pensée de Foucault (1971). Il montre la participation de la mise en discours de la recherche dans le fonctionnement d'un certain ordre du monde. Ainsi, au moment d'en faire le bilan, une de mes premières interrogations a porté sur le rôle de cette recherche dans le renforcement du paradigme de l'exclusion. Si les résultats amènent à sa remise en question, ce paradigme a été structurant pour la recherche comme il est un élément structurant du travail social. En lui donnant plus de visibilité, lui aurais-je donné plus de force ? Cependant, cette recherche montre aussi la richesse des pratiques qui existent à côté de ce paradigme, notamment inspirées par les influences du paradigme de l'oppression. S'il est très présent et théorisé au Brésil, il me paraît peu réfléchi dans les théories françaises. Pourtant, cette recherche montre que l'on en trouve des traces en France aujourd'hui, comme c'est le cas de l'affirmation du travail social radical (Faisca, Paturel, 2021). Il me semblerait intéressant de continuer cette recherche en suivant les liens et les réseaux qui se structurent dans la pensée d'une lutte contre l'oppression, notamment dans leurs ramifications avec le travail social, rendant visible des théories et des pratiques pour y repenser la construction de vies souveraines et, ainsi, qualifiées.

Bibliographie

- de Alcântara Aragão, W. (2019). *O contradiscurso do MST à mídia hegemônica : a invasão da Florestan Fernandes*. Extraprensa, 12, esp., p. 323 – 346.
- Adler, P. et Adler, P. (1987). *Membership roles in field Research*. Sage Publications, USA.
- Agamben, G. (1997). *Homo sacer I. Le pouvoir souverain et la vie nue*. (1995) traduit de l'italien par M. Raiola, Paris, Le Seuil.
- Agamben, G. (2002). *Moyens sans fins. Notes sur la politique* (1995). Rivages Poche, coll. « Petite Bibliothèque ».
- Agulhon, M. (1970). *La République au village*, Plon.
- Althusser, L. (1994). *Sur la philosophie*. Gallimard.
- Amiguet, O. et Julier, C. (2004). *Les enjeux contradictoires dans le travail social*. Érès. <https://doi.org/10.3917/eres.amigu.2004.01>
- Andrade, M. T. (2017). *O programa Cataforte e o trabalho dos catadores de recicláveis : as ambivalências da economia solidária no limiar da precarização*. (Doutorado em Sociologia - Doctorat en Sociologie), Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Arborio, A. M. Fournier, P. et de Singly, F. (dir.). (2015). *L'observation directe*. Armand Colin.
- Ardoino, J. (1990). *Les avatars de l'éducation. Problématiques et notions en devenir*. PUF.
- Ardoino J. (1993). L'approche multiréférentielle (plurielle) des situations éducatives et formatives. *Pratiques de Formation-Analyses*, 25-26[3] , 15-34.
- Assmann, H.(1971). *Opresión-liberación : desafío a los cristianos*. Tierra Nueva.
- Autès, M. (1999). *Les paradoxes du travail social*. Dunod.
- Avenel, C. (2016). Le travail social au défi du développement social. *Vie sociale*, 13, 115-137.[1]
- Azevedo, F. (1944). *A cultura brasileira*. Comp. Editora Nacional.
- Bachelard, G. (1938). *La Formation de l'esprit scientifique : contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Vrin.
- Bacque, M. H. Biewener, C. (2013). *L'empowerment, une pratique émancipatrice ?* La Découverte.
- Badache, R. (2019). Éducation populaire (*popular education – educación popular*). Dans : Agnès Vandeveldt-Rougale et Pascal Fugier (dir.), *Dictionnaire de sociologie clinique* (pp. 224-228). ERES.

- Bagguley, P. (1991). *From Protest to Acquiescence ?* Macmillan.
- Bajoit, G. (1988). Exit, voice, loyalty... and apathy. *Revue française de sociologie*, 29, 325-345.
- Balan, H. (2016). *Redéfinir la place de l'informel à Paris : la controverse sur les biffins et les « marchés de la misère »*. Thèse de doctorat en géographie, sous la direction de Raymonde Séchet, université de Rennes 2.
- Barel, Y. (1982). *La marginalité sociale*. PUF.
- Barles, S. (2005). *L'invention des déchets urbains : France 1790-1970*. Champ Vallon.
- Barles, S. (2011). Les chiffonniers, agents de la propreté et de la prospérité parisiennes au XIXe siècle (pp. 45-67). Dans Delphine Corteel (dir), *Les travailleurs des déchets*, ERES,
- Barremblitt, G. (2012). *Compêndio de analise institucional e outros correntes, teoria e pratica*. Record.
- Baudrillard, J. (1990). *La transparence du mal*. Galilée.
- Bayart, J.-F. Mbembe, A. Toulabor, C. (1992) *Le politique par le bas en Afrique noire : Contribution à une problématique de la démocratie*. Karthala.
- Bazin, H. et Rullac, S. (2012). *Étude qualitative portant sur les conditions de vie des biffins en Ile-de-France*. Association Aurore. <https://romeurope.org/wp-content/uploads/2016/08/les-biffins-etude-qualitative.pdf>
- Bazin, H. (2014). *Enjeux d'un tiers-espace scientifique. Éléments méthodologiques et épistémologiques en recherche-action*. Document électronique, www.recherche-action.fr.
- Bazin, H. (2018). La centralité populaire des tiers-espaces. *L'Observatoire*, 52, 91-93. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/lobs.052.0091>
- Beauchez, J., Bouillon, F. Zeneidi, D. (2017). Zone : l'espace d'une vie en marge. *Espaces et sociétés*, 171 (4), 7-18.
- Bec, C. (2013). Usages et mésusages de la notion de dignité (pp. 37-51). Dans Association provençale pour la recherche en histoire du travail social (APREHTS) éd., *Institutions, acteurs et pratiques dans l'histoire du travail social*. Presses de l'EHESP.
- Becker, Howard S. (1985). *Outsiders*. Métailié.
- Becker, Howard S. (2004). *Écrire les sciences sociales. Commencer et terminer son article, sa thèse ou son livre*. Economica.
- Becker, Howard S. (2016). *La bonne focale : De l'utilité des cas particuliers en sciences sociales*. La Découverte. <https://doi.org/10.3917/dec.becke.2016.01>
- Bedel, J. (1985). *Les puces ont cent ans : histoire des chiffonniers brocanteurs et autres chineurs du Moyen-Age à nos jours*. Gabel.

Benarrosh-Orsoni, N. (2011). Bricoler l'hospitalité publique : réflexions autour du relogement des Roms roumains à Montreuil, *Géocarrefour*, 86 (1), <http://journals.openedition.org/geocarrefour/8261>

Benioff, M. Southwick, K. (2003). *Compassionate Capitalism, How Corporations Can Make Doing Good an Integral Part of Doing Well*. Career Press.

Bennani-Chraïbi, M. et Fillieule, O. (dir.). (2003). *Résistance et protestation dans les sociétés musulmanes*. Presses de Sciences Po.

Berger, E. Crescentini, A. Galeandro et C. Crohas, G. M. (2010). La triangulation au service de la recherche en éducation. Exemples de recherches dans l'école obligatoire. *Actes du congrès de l'Actualité de la recherche en éducation et en formation (AREF)*, Université de Genève.

Bergier, B. (1992). *Compagnons d'Emmâus : sociologie du quotidien communautaire*. Editions ouvrières.

Bergier, B. (2010a). *Les affranchis : étiquetés SDF, drogués, marginaux, inemployables : ils s'en sont sortis !* L'Harmattan.

Bergier, B. (2010b). *Pas très cathodique, enquête au pays des "sans télé"*. Erès.

Bergier, B. (2016). *Sans "mobile" apparent : un quotidien "sans portable", "sans smartphone"*. Chronique sociale.

Berndt, C. (2015). Behavioural economics, experimentalism and the marketization of development. *Economy and Society*, 44 (4), 567-591.

Bertaux, D. (1980). L'approche biographique : sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Nouvelle série, 69, "Histoires de vie et vie sociale", 197-225, Presses Universitaires de France. <http://www.jstor.org/stable/40689912>

Berthoud, A. (2010). Travail et pauvreté chez Marx. *Cahiers d'économie Politique*, 59, 141-162. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/cep.059.0141>

Bessaoud-Alonso, P. (2008). *Les enjeux éducatifs des mémoires algériennes coloniales et post-coloniales : fabrication et construction des subjectivités*. Thèse de doctorat en Sciences de l'Education, Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis.

Bessaoud-Alonso, P. (2017). *Les dispositifs dans la "recherche avec" : regards croisés en éducation*. L'Harmattan.

Bleil, S. (2005). Avoir un visage pour exister publiquement : l'action collective des sans terre au Brésil. *Réseaux*, 129-130, 123-153. <https://www.cairn.info/revue--2005-1-page-123.htm>.

Bleil, S. (2009). *Engagement corps et âmes, Vies et luttes des Sans terre dans le Sud du Brésil*. Thèse en vue d'un Doctorat de Sociologie, présentée à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

Bleil, S. (2012). *Vie et lutte des sans terre au sud du Brésil : une occupation au Paraná*. Karthala.

Blondel, F. et Delzescaux, S. (2018). 2. La vie nue, ou la vie « qui ne mérite pas d'être vécue ». Dans F. Blondel et S. Delzescaux (dir), *Aux confins de la grande dépendance: Le polyhandicap, entre reconnaissance et déni d'altérité* (pp. 67-97). Érès.

Blumer, H. (1946). Collective Behaviour. In Lee (éd.), *New Outline of the Principles of Sociology*, Barnes and Noble.

Boal, A. (2007 [1980]). *Théâtre de l'opprimé*. La Découverte.

Boff, L. et Boff, C. (1985). Le cri de la pauvreté. Dans *Théologies de la libération : documents et débats* (pp.133-140). Cerf.

Bogdan, R. Taylor, S. J. (1975). *Introduction to qualitative research methods : A phenomenological approach to the social sciences*. J. Wiley.

Boltanski, L. et Chiapello, E. (1999). *Le Nouvel Esprit du capitalisme*. Gallimard.

Bombinho, M. P. das D. (2002). *Canudos, história em versos*. Hedra, Imprensa Oficial do Estado e Editora da Universidade Federal de São Carlos. (2 ed.)

Boniface, S. (2013). Démarche clinique, la forme d'une révolte. Dans Kohn, R. C. (sous la coordination de). *Pour une démarche clinique engagée* (p. 11-23). L'Harmattan.

Bonjean, O. (2011). *De l'or dans nos poubelles*. Carbonnier-Quillateau.

Bourdieu, P. (1980). *Le sens pratique*. Minuit.

Bourdieu P. (1987). *Choses dites*. Minuit.

Bourdieu, P. (1998). *Contre-feux*. Liber.

Bourdieu, P. (2000). A contre pente. Entretien réalisé avec P. Mangeot, S. Grelet, V. Patouillard et J. Revel, *Vacarme*. URL : <http://vacarme.eu.org/article224.html>.

Brant, V. C. et Singer, P. (e outors) (1975). *São Paulo : crescimento e pobreza*. Vozes.

Brant, V. C. et Singer, P. (1980). Da resistência aos movimentos sociais. Dans Singer, P. Brant, V. C. *O povo em movimento*. Vozes/Cebrap.

Briceno, R. (1974). *Hacia una teoria materialista des espacio*. Escuela de Sociologia, Univ. Central de Venezuela.

Brodiez-Dolino, A. (2008). *Emmaüs et l'abbé Pierre*. Les Presses de Sciences po.

Caldart, R. S. (2000). *Pedagogia do Movimento Sem Terra : escola é mais do que escola*. Vozes.

Caldart, R. S. Pereira, I. B. Alentejano, P. Frigotto, G. (2012a). *Dicionário da Educação do Campo*. EPSJV, Expressão Popular.

Caldart, R. S. (2012b). Pedagogia do Movimento. Dans Caldart, R. S. Pereira, I. B. Alentejano, P. Frigotto, G. (2012a). *Dicionário da Educação do Campo*. EPSJV, Expressão Popular, p. 5548-555.

Caldart, R. S. [et al.] (2013). *Escola em movimento no Instituto de Educação Josué de Castro*. Expressão Popular.

Cambuim, A. A. da Rocha, R. L. Bunchaft, A. (2009). *Caminhar e resistir, Formação nível 1*.

Canguilhem, G. (1943), *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et la pathologique*. réédité dans Canguilhem, G. 2005, *Le normal et le pathologique* (pp. 1-167)., Presses Universitaires de France,

Canguilhem, G. (1990), Vie. *Encyclopædia Universalis*, corpus 23.

Capul, M. Lemay, M. (1996). *De l'éducation spécialisée*. Érés éditions, 2004.

Cardoso, A. (2021). *Do lixo a bicho : a cultura dos estudos e o tripé de sustentação da vida*. Dialética.

Cardoso, F. H. et Faletto, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Zahar.

Cascudo, L. de C. (1954). *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Instituto Nacional do Livro, MEC.

Cascudo, L. de C. (2012). *Geografia dos mitos brasileiros*. Global Editora.

Casellas-Ménière, M.-F. (2001). Histoire d'un trait d'union. Dans M.-P. Mackiewicz (coord.), *Praticien et chercheur* (p. 39-40). l'Harmattan.

Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Fayard.

Castel, R. (2004). « Cadrer l'exclusion », in KARSZ, Saul (dir.), *L'exclusion : définir pour en finir* (p. 35-47). Dunod

Cavé, J. (2015). *La ruée vers l'ordure : conflits dans les mines urbaines de déchets*. Presses Universitaires de Rennes.

Cavé, J. (2016). *La ruée vers l'ordure : À qui appartient la res derelicta ?* Mouvements 2016/3, 87, 135-136.

Champagne, P. (1990a). *Faire l'opinion*. Paris, Minuit.

Champagne, P. (1990b). La manifestation. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52-53.

Les chercheurs ignorants. (2015). *Les recherches-actions collaboratives : une révolution de la connaissance*. Presses de l'École des hautes études en santé publique.

Cheza, M. Saavedra L. M. et Sauvage P. (sous la direction). (2017). *Dictionnaire historique de la théologie de la Libération*. Lessius.

- Cholet, R. et Hecht, J. (2006). Avant-propos. *Romantisme*, 133 (3), 3-14.
- Cirelli, C. et Florin B. (sous la direction de). (2015). *Sociétés urbaines et déchets. Éclairages internationaux*. Tours, Collection Villes et territoires, Presses Universitaires François Rabelais.
- Clément, A. (2010). Le droit des pauvres dans l'œuvre de Nicolas Baudeau. *Cahiers d'économie Politique*, 59, 69-88. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/cep.059.0069>
- CNBB, Conférence Nationale des Évêques Brésiliens. (1982). *Communautés ecclésiales de base dans l'Eglise du Brésil*, 3, Document 25.
- de Cock, L. et Pereira, I. (2019). *Les pédagogies critiques*. Agone.
- Coelho, F. (2014). *A alma do MST ? A prática da mística e a luta pela terra*. Dourados-MS : Editora UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados).
- Colin, P. Quiroz, L. (2023). *Pensées décoloniales : une introduction aux théories critiques d'Amérique latine*. Zones.
- Comissão Pastoral da Terra. (2020). *Caderno conflitos no campo Brasil 2019*. Goiânia, CPT.
- Coragio, J.L. (2008). *Economia Social y Solidaria. El trabajo antes que el capital*. Ediciones Abya-Yala.
- Cormack, P. Gudman, R. 2(009). *Responsible Capitalism. Essays on Morality, Ethics and Business*. First.
- Costa, B. B. (2016). Paulo Freire: educador-pensador da libertação. *Pro-Posições*, 27, 1 (79), 93-110.
- Da Costa, D. (2013). The “rule of experts” in making a dynamic micro-insurance industry in India. *The Journal of Peasant Studies*, (40) 5, 845-865.
- Czerny, M. et Foglizzo, P. (2015). La rencontre mondiale des mouvements populaires au Vatican. *Études*, 6(6), 67-79. <https://doi.org/10.3917/etu.4217.0067>
- Dagbert, M. (2015). *Développement social et travail social collectif, Rapport du groupe de travail national des Etats généraux du travail social*. La Documentation Française.
- Damon, J. (2018). Chapitre premier. Richesse(s) et pauvreté(s) de la notion d'exclusion. Dans : Julien Damon éd., *L'exclusion* (p. 7-38). Presses Universitaires de France.
- Daniellou, F. (2003). De la rotation sur les postes à la santé au travail. Synthèse du colloque « La rotation, est-ce une solution ? ». *PISTES*, 2(5).
- Dantas, M. E. C. et Pontes, F. S. T. (2015). Empreendimentos solidários e suas estratégias para o desenvolvimento local : estudo de caso da comunidade de Ipoeira, Severiano Melo-RN. *Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional*, 11(3), <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v11i3.1967>.
- Dardot, P. et Laval, C. (2014). *Commun : essai sur la révolution au XXIème siècle*. Editions La Découverte / Poche.
- Declerck, P. (2002). *Les naufragés : avec les clochards de Paris*. Pocket.

Delcambre P. (1997). *Ecriture et communications de travail. Pratiques d'écriture des éducateurs spécialisés*. Presses Universitaires du Septentrion.

Demeulenaere, P. (2003). *Homo œconomicus: Enquête sur la constitution d'un paradigme*. Presses Universitaires de France. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/puf.demeu.2003.01>

Dias, S. (2006). Coleta seletiva e inserção cidadã: a parceria Poder Público/ASMARE em Belo Horizonte. Dans Pedro Jacobi (dir.). *Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos : Inovação com Inclusão Social*, Annablume.

Di Méo, G. Buléon, P. (2005). *L'espace social : une lecture géographique des sociétés*. Armand Colin.

Douglas, M. (1989). *Ainsi pensent les institutions*. Usher.

Dubar, C. (2022). *La socialisation : Construction des identités sociales et professionnelles*. Armand Colin.

Duboeuf, F. (1999). *Introduction aux théories économiques*. La Découverte. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/dec.duboe.1999.01>

Dubois, J. L. (2009). La pauvreté : une approche socio-économique : Entretien avec Jean-Luc Dubois. *Transversalités*, 111, 35-47. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/trans.111.0035>

Dubois, A. (2011). Écrire des monographies : une modalité d'analyse clinique de situations d'enseignement pour les enseignants débutants. *Nouvelle revue de psychosociologie*, 11, 161-175. <https://doi.org/10.3917/nrp.011.0161>

Dubost, J. et Lévy, A. (1980). L'analyse sociale. Dans Ardoino, J. (et al.) *L'intervention institutionnelle*. Payot.

Dubrulle, L. (2017). Quand la charité fabrique des hommes. *Transversalités*, 143, 141-156. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/trans.143.0141>

Duclos, M. (2015). *Horizons d'égalité : le combat des biffins parisiens*. Thèse en vue d'un Doctorat Migrations et relations interethniques, présentée à l'Ecole doctorale Economies, Espaces, Sociétés, Civilisations : pensée critique, politique et pratiques sociales (Paris), en partenariat avec l'Université Paris Diderot - Paris 7.

Duclos, M. (2020). *Les braconniers des poubelles. À la rencontre des biffins*. Syllepse.

Dufour, S. Fortin et D. Hamel, J. (1991). *L'enquête de terrain en sciences sociales. L'approche monographique et les méthodes qualitatives*. Document produit en version numérique par Jean Marie Tremblay, bénévole, professeur de sociologie au Cégep de Chicoutimi, disponible : http://classiques.uqac.ca/contemporains/hamel_jacques/enquete_de_terrain_sc_soc/enquete_d_e_terrain.html

Dulcire, M. et al. (2018). Chapitre 9 - Recherche-action en partenariat et innovation émancipatrice. In *Innovation et développement dans les systèmes agricoles et alimentaires* [en

ligne]. Versailles, Éditions Quæ (généré le 31 janvier 2020). <http://books.openedition.org/quae/25461>

Durkheim, E. (1976). *Le suicide*. PUF.

Durkheim, E. (1978). *De la division du travail social*. P.U.F.

Durkheim, E. (1986). *Les règles de la méthode sociologique*. PUF (1^{ère} éd. 1895).

Dussel, E. (2000). *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Vozes.

Duvignaud, J. (1986). *L'anomie*. La Découverte.

Eckert, C. (1984). *Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí.

Elias, N. (1991). *La société des individus*. Fayard.

Ellison, R. (1969). *Homme invisible, pour qui chantes-tu ?* (traduit de l'américain par Robert et Magali Merle). Grasset.

Eloy, L. Sidersky, et P. Tonneau, J. P. (2009). Questions foncières et politiques de réforme agraire au Brésil. *Géoconfluences*, 2009.

Eme, B. et Laville, J. L. (2006). Économie solidaire. Dans J.-L. Laville et A. Cattani, *Dictionnaire de l'autre économie*. Gallimard, collection Folio Actuel.

Escobar, A. (2018). *Sentir-penser avec la Terre. L'écologie au-delà de l'Occident*. Le Seuil.

Estevam, D. Costa, I. C. et Boas, R. V. (2015). *Agitprop : cultura politica*. Expressão Popular.

Faisca, E. et Paturel, D. (2021). Vers le travail social radical. *Articulations*, 1, disponible : <https://articulations.numerev.com/numeros/531-revue-1-vers-le-travail-social-radical>

Falquet, J. (2020). *Imbrication. Femmes, race et classe dans les mouvements sociaux*. Le Croquant.

Falquet, J. (2020). *Présentation du livre Imbrications – Femmes, race et classe dans les mouvements sociaux*. Conférence dans le cadre des Rencontres d'automne 2020 du CADTM (Comité pour l'abolition des dettes illégitimes). Vidéo disponible : <https://www.cadtm.org/Video-Imbrications-Femmes-race-et-classe-dans-les-mouvement-sociaux>

Fanon, F. (2002). *Les damnés de la terre*. 1^{ère} éd. 1961 Maspero, La Découverte.

Fassin, D. (2005). 1. L'ordre moral du monde Essai d'anthropologie de l'intolérable. Dans : Patrice Bourdelais éd., *Les constructions de l'intolérable* (p. 17-50). La Découverte. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/dec.bourd.2005.01.0017>

Fassin, D. (2018). *La vie : Mode d'emploi critique*. Le Seuil.

Faure, A. (1977). Classe malpropre, classe dangereuse ? *Recherches*, 29, 79-102.

- Favret-Saada, J. (1977). *Les mots, la mort, les sorts*. Gallimard.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva*. Elefante Editora.
- Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Vozes.
- Fierro, A. (1996). *Histoire et dictionnaire de Paris*. Robert Laffont.
- Figueira, C. (2016). *Et si tout était commun ? Paroles et actions des biffins d'Ile de France, des récupérateurs de matériaux recyclables du Brésil et des paysans Sans Terre du Brésil*. Mémoire de master 2, sous la direction d'Anna Dubeux, CNAM
- Figueira, C. (à paraître). Théologie de la libération et mouvements sociaux : le devenir d'une "Option préférentielle pour les pauvres". Dans : Meziani, M. Mazereau ; P. Figueira, C. (à paraître). L'autonomisation des professionnels et des publics dans les mondes formatifs. Approche socio-historique, *Les Sciences de l'éducation - Pour l'Ère nouvelle*.
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours : leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Gallimard.
- Foucault, M. (1972). *Histoire de la folie à l'âge classique*. Gallimard.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir : naissance de la prison*. Gallimard.
- Foucault, M. (2004). Des espaces autres. Conférence du 17 mars 1967. *Empan* 2/2004, 54, 12-19.
- Foucher, I. (2012). *Pouvoir d'agir : éléments de définition et méthodes*. Revue *La tribune Fonda*, 215.
- Fragonard, B. (1993). *Cohésion sociale et prévention de l'exclusion*. Paris, La Documentation française.
- Fraisse, L., Guérin, I. et Laville, J. (2007). Économie solidaire : des initiatives locales à l'action publique. Introduction. *Revue Tiers Monde*, 190.
- Fraser, N. Honneth, A. (2003). *Redistribution or Recognition ? A Political-Philosophical Exchange*. trad. Joel Golb, James Ingram et Christiane Wilke, Verso.
- Freire, G. (1933). *Casa grande e senzala*. Maia E. Schimit.
- Freire, P. (1971). *L'éducation pratique : pratique de la liberté*. Editions du Cerf (1ère éd. portugaise en 1967).
- Freire, P. (1972). L'éducation : domestication ou libération ? Dans : *Perspectives* (revue trimestrielle de l'éducation de l'UNESCO), (2) 2, 193-202.
- Freire, P. (1973a). *Une pédagogie de la liberté*. Dans : *Preuves* (Cahiers mensuels du congrès pour la liberté de la culture) 14, 47-55.

Freire, P. (1973b). Éducation, Libération et l'Église. Dans : Théologies noires et sud-américaines de libération, *revue Parole et Société*, 5-6, 515-544.

Freire, P. (1974). *Pédagogie des opprimés*. Maspero.

Freire, P. (1975a). L'éducation en vue de la libération. Dans : *revue du Conseil oecuménique des Églises (COE)*, 19, Genève, juillet, 3-5.

Freire, P. (1975b). *Educação política e conscientização*. Sá da Costa.

Freire, P. (1978). *Os cristãos e a libertação dos oprimidos*. Edições Base.

Freire, P. (1991). *L'éducation dans la ville*. Edition Paideia (éd. originale : (1991). A educação na cidade. Cortez Edictora).

Freire, P. (2003). *Cartas à Cristina : reflexões sobre minha vida e minha práxis*. Direção, organização e notas de Ana Maria Araújo Freire, 2. Ed., Editora UNESP.

Freire, P. (2006). *Pédagogie de l'autonomie*. éd. érès. Edition originale : *Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra, 1996.

Freire, P. Freire, A. M. A. (2018). *Pedagogia da libertação em Paulo Freire*.

Freyre, G. (1955). *Assombrações do Recife Velho*. Record, 1987.

Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife-Pernambuco-Brasil, Global Editora.

Fugier P. (2013). Le principe de neutralité axiologique et le rapport au savoir scientifique des professeurs de sociologie. *Spiral-E - Revue de Recherches en Éducation*, 51, 59-70.

Fukuhara, K. (2019). Nouvelle gestion publique (*new public management - nueva gestión pública*). Dans : Agnès Vandeveld-Rougale éd., *Dictionnaire de sociologie clinique* (p. 434-436). France: ERES.

Furtado, C. (1967). *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Gadotti, M. (1996). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. Instituto Paulo Freire, Brasília, UNESCO.

GAIGER, L. I. (2008). A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálisis*, 11, Florianópolis, 1.

Gaillard, N. (2021). Conférence gesticulée. La magie du travail social. Dans : M.A.I.S. éd., *Pouvoir d'agir... Inclusion... Inclusif...: Quel travail social se fait, se dit ou se tait sous ces mots ?* (p. 126-126). Nîmes : Champ social. <https://doi.org/10.3917/chaso.mais.2021.02.0126>

Gisti (Groupe d'information et de soutien des immigré.e.s), Romeurope (Collectif national droits de l'Homme Romeurope). Décembre 2013. *Fin de la période transitoire pour les ressortissants roumains et bulgares. Quelles conséquences ?* https://www.gisti.org/IMG/pdf/hc_periode-transitoire.pdf, consulté le 04.01.2020.

- Galeano, E. (2010). *Paroles vagabondes*. Lux Editeur.
- Gamson, W. (1975). *The Strategy of Social Protest*. Wadsworth Pub., Belmont, Cal.
- Garcia, G. (2012). *La cause des "sans" : sans-papiers, sans-logis, sans-emploi, l'épreuve des médias*. Presses universitaires de Rennes.
- Gates, B. (2008). *Creative capitalism*. Contribution au 2008 World Economic Forum, Davos, <http://www.gatesfoundation.org/media-center/speeches/2008/01/bill-gates-2008-world-economic-forum>, dernier accès le 3 octobre 2016.
- Gilon, C., et Ville, P. (2002). Les analyseurs de l'Eglise : analyse institutionnelle en milieu chrétien (1972). Interventions socianalytiques : les analyseurs de l'Eglise (1996). In Lamihi, A., Monceau, G. (dir.). (2002). *Institution et implication. L'oeuvre de René Lourau*, (p. 73-83). Syllepse.
- GIRARDI, E. P. (2008). Atlas da Questão Agrária Brasileira. *Núcleo De Estudos, Pesquisas E Projetos De Reforma Agrária (NERA)*, Universidade Estadual Paulista (Unesp), disponible : <www.atlasbrasilagrario.com.br>.
- Girardi, E. P. (2022). *A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil : análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017*. Cultura Acadêmica Editora.
- Goffman, E. (1975). *Stigmate*. Minuit.
- Gomes, de S. L. A., Chaponay, H. de. (1990). Église et société au Brésil : le rôle des communautés ecclésiales de base et des pastorales populaires. In *Tiers-Monde*, tome 31, n°123, Religion, pouvoir et société dans le Tiers Monde, p. 585-600, doi : <https://doi.org/10.3406/tiers.1990.3938>, https://www.persee.fr/doc/tiers_0040-7356_1990_num_31_123_3938
- Gohn, M. da G. (1982). *Reivindicações populares urbanas*. Cortez.
- Gohn, M. da G. (1985). *A força da periferia*. Vozes.
- Gohn, M. da G. (2001). *Movimentos sociais e educação*. Cortez editora (1^{ère} éd. 1992).
- Gohn, M. da G. (2007). *Teorias dos movimentos sociais : Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola (1^{ère} ed. 1997).
- Gonzales-Lafaysse, L. (2010). Les chiffonniers bordelais à la fin du XIX^{ème} siècle. *Ethnologie française* 3/2010 (40).
- Grimaldi, Y. Chouatra, P. (2014). *De seconde main : vendeurs de rue et travailleurs sociaux face à face dans la crise*. L'Harmattan.
- Grimaldi, Y. et Chouatra, P. (2012). Le Carré des biffins de la porte de Montmartre, une rupture avec l'idée de fatalisme. *VST - Vie sociale et traitements*, 113, 7-11. <https://doi-org.proxybib-pb.cnam.fr/10.3917/vst.113.0007>

Grimberg, E. (2007). *Coleta seletiva com inclusão dos catadores : Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. Experiências e desafios*. Instituto Pólis.

Grosfoguel, R. Cohen, J. (2012). Un dialogue décolonial sur les savoirs critiques entre Frantz Fanon et Boaventura de Sousa Santos. *Mouvements*, 72, 42-53. <https://doi-org.proxybib-pb.cnam.fr/10.3917/mouv.072.0042>

Guéranger, D. (2012). La monographie n'est pas une comparaison comme les autres: Les études de l'intercommunalité et leur territoire. *Terrains & travaux*, 21, 23-36. <https://doi.org/10.3917/tt.021.0023>

Guérin, I. (2015). *La microfinance et ses dérives : émanciper, discipliner ou exploiter ?* Paris-Marseille, Demopolis-ird.

Guérin, I. (2020). Business social et « bas de la pyramide » : la marche forcée du capitalisme social. Dans : Maïté Juan éd., *Du social business à l'économie solidaire : Critique de l'innovation sociale* (p. 93-114). Éres. <https://doi-org.proxybib-pb.cnam.fr/10.3917/eres.lavil.2020.01.0093>

Guillier, D. (2001/2002). Petite histoire de l'analyseur argent. *Les Cahiers de l'implication*, n°5, p. 9-25.

Gutiérrez, G. (1974). *Théologie de la libération : perspectives*. Editions Lumen vitae.

Gutiérrez, G. (1975) *Teología de la liberación. Perspectivas*. Ediciones Sígueme.

Gutiérrez, G. (1985). *Teología de la liberación : perspectivas*. 2^{ème} ed. (1^{ère} éd. 1975), España : Ed. Sígueme.

Gutiérrez, G. (1986). *La force historique des pauvres*. trad. Francis Guibal et Claude Geffré, Cogitatio fidei 137, ed. du Cerf.

Habermas, J. (1978). *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Payot, coll. Critique de la politique, (réédition de 1993).

Habermas, J. (1989). *La souveraineté populaire comme procédure. Un concept normatif d'espace public*. Lignes, vol. 7, no. 3, p. 29-58.

Hamel, J. (2010). Défense et illustration de la tradition monographique dans les sciences sociales au Québec. *Les Études Sociales*, 151, 39-52. <https://doi.org/10.3917/etsoc.151.0039>

Hammond, A. Kramer, J. Tran, J. Katz, R. et Walker, C. (2007). *The Next 4 billions. Market Size and Business Strategy at the Base of the Pyramid*. Washington, International Finance Corporation/World Bank Institute.

Harendt, H. (1961), *La Condition de l'homme moderne*. trad. Georges Fradier, Calmann-Lévy.

Harnecker, M. (2003). *MST-Brésil : la construction d'un mouvement social*. Centre Europe, CETIM.

Hedjerassi, N. (2016). À l'école de bell hooks : une pédagogie engagée de la libération. Dans *Recherches & éducations* [Online], 16 | Octobre 2016, Online since 30 June 2017, connection

on 03 August 2023. URL: <http://journals.openedition.org/rechercheseducations/2498>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rechercheseducations.2498>

Herreros, G. (2015). RAC : résistance et action collective. In Les chercheurs ignorants (Dir), *Les recherches actions collaboratives : une révolution de la connaissance* (p. 268-276), Presses de l'EHESP,.

Hirschman, A. (1995). *Défection, prise de parole et loyauté*. Fayard (1re éd., Harvard University Press, 1970).

Hmaid, B. A. (2004). Exclut et exclusion, *Cahiers de la Méditerranée*, n° 69, mis en ligne le 10 mars 2006, consulté le 07 septembre 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cdlm/715>

Hobbes, T. (1669). *De cive*. Apud D. Elzevirium.

Honneth, A. (2005). Invisibilité : sur l'épistémologie de la « reconnaissance ». *Réseaux*, 129-130, 39-57. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/>

Horne, J. et Savoye, A. (1988). À la jonction du travail social et de la sociologie : les social surveys américains. *Vie Sociale*, 5-5.

Huang, J. (2016). *Do it Yourself Development: Ambiguity and Relational Work in a Bangladesh Social Enterprise*. PhD thesis, London School of Economics and Political Science.

Hugues, E. (1971). *The sociological eye. Selected papers*. Aldine.

Hurtado López, F. (2017). Universalisme ou pluriversalisme : Les apports de la philosophie latino-américaine. *Tumultes*, 48, 39-50. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/tumu.048.0039>

Ingold, T. (2010). Footprints through the weather-world : Walking, breathing, knowing. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 16 (1), S121-S139.

Ingold, T. (2011). *Being Alive : Essays on Movement, Knowledge and Description*. Routledge.

Isaurralde, M. (2017). L'accès aux services en réseau par le microcrédit : un palliatif au retrait de l'État et du service public ? *Revue internationale des études du développement*, 230, 193-214.

Jacquier M. et J., Granier A. (2018). *La Zone*. Galerie Lumière des Roses, Montreuil.

Jaeger, M. (2017). *Guide du secteur social et médico-social*, Malakoff, DUNOD, 10^{ème} édition.

de Jesus, C. M. (1960). *Quarto de despejo*. Rio de Janeiro, Editora Paulo de Azevedo LTDA.

de Jésus, C. M. (1961). *Casa de Alvenaria*. Rio de Janeiro, Editora Paulo de Azevedo LTDA.

de Jésus, C. M. (1963). *Pedaços da fome*. Editora Aquila LTDA.

de Jésus, C. M. (1963). *Proverbios*. Edição Popular.

- de Jésus, C. M. (1986). *Diario de Bitita*. Rio de Janeiro, Editora Nova Frontera.
- de Jésus, C. M. (1996). *Antologia pessoal*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ (Universidade Federal de Rio de Janeiro).
- De Jonckheere C. (2013). Constitution du travail social en tant que discipline. Problèmes épistémologiques et politiques. In Affuts [Coord.], *Quels modèles de recherche scientifique en travail social ?* Presses de l'EHESP, p. 21-43.
- Kasper, M. (2022). *Répercussions de la Nouvelle Gestion Publique sur les pratiques infirmières dans l'attention basique au Brésil et les soins primaires en France*. Doctorat en santé de l'Université de São Paulo. Doctorat en sciences de l'éducation et de la formation de CY Cergy Paris Université.
- Kemp, V. H. Tarchi Crivellari, H. M. (2008). *Catadores na cena urbana, construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Keynes, J. M. (1936). *Théorie générale de l'emploi, de l'intérêt et de la monnaie*. Réédité en 1969, Payot.
- Kohn, E. (2007). How dogs dream : Amazonian natures and the politics of transspecies engagement. *American Ethnologist*, 34 (1), p. 3-24.
- Kohn, R. C. (2001). Les positions enchevêtrées du praticien-qui-devient-chercheur. dans M.-P. Mackiewicz (sous la coordination de), *Praticien et chercheur* (p. 15-36), l'Harmattan,.
- Kohn, R. C. Nègre, P. (2003). *Les Voies de l'observation*. Repères pour les pratiques de recherche en sciences humaines. L'Harmattan.
- Kolling, E. J. Vargas, M. C. Caldart, R. S. (2012). MST e educação. In Caldart, R. S. Pereira, I. B. Alentejano, P. Frigotto, G. *Dicionário da Educação de Campo*, EPSJV, Expressão Popular.
- Kowarick, L. F. (1975). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Paz e Terra.
- Kowarick, L. F. (1987). Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo. in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3, vol. 1, ANPOCS.
- Kriesi, H. (1993). Sviluppo organizzativo dei nuovi movimenti sociali e contesto politico. *Rivista italiana di scienza politica*, 23, 1, 67-117.
- Kuhn, T. S. (1983). *La structure des révolutions scientifiques*. Traduit de l'américain par Laure Meyer, 1^{ère} édition en 1962, Flammarion, coll. « Champs ».
- L'Abbate, S. Mourão L. C. Pezzato, L. M. (2013). *Análise institucional e Saúde Coletiva*. Hucitec.
- Lagroye, J. (1997). *Sociologie politique*. Presses de Sciences Po/Dalloz.
- Lallement, J. (2010). Pauvreté et économie au XIX^e siècle. *Cahiers d'économie Politique*, 59, 119-140. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/cep.059.0119>
- Lapassade, G. (1971). L'analyse institutionnelle. *L'Homme et la société*, 19, 185-192.

- Lapassade, G., Lourau, R. (1974). *Clefs pour la sociologie*. Seghers.
- Lapassade, G. (1991). *L'ethnosociologie : les sources anglo-saxonnes*. Méridiens Klincksieck.
- De Lavergne, C. (2007). La posture du praticien-chercheur : un analyseur de l'évolution de la recherche qualitative. *Recherches qualitatives - hors-série- n°3*. Actes du colloque « Bilan et perspectives de la recherche qualitative », p. 28-43.
- Laville, J.L. Sainsaulieu, R. (1997). *Sociologie de l'association*. Desclée de Brouwer.
- Laville J. L. et Cattani A. (2005). *Dictionnaire de l'autre économie*. Desclée de Brouwer.
- Laville, J. L. (sous la direction de). (2013). *L'économie solidaire : une perspective internationale*, Pluriel.
- Laville, J. L. Pleyers, et G. Bucolo E. (dir.). (2017). *Mouvements sociaux et économie solidaire*. Desclée De Brouwer.
- Lefébure, P. Lagneau, E. (1999). Les mobilisations protestataires comme interactions entre acteurs sociaux et journalistes. Communication au *6e Congrès de l'Association française de science politique*, Rennes, septembre 1999.
- Lefebvre, H. (1974). *La Production de l'espace*. Éditions Anthropos.
- Lenoir, R. (1974). *Les Exclus. Un Français sur dix*. Seuil.
- Leroux, P. (1985). *De l'humanité*. Librairie Arthème Fayard.
- Lesbaupin Y. (1997). Communautés de base et politique au Brésil. In Archives de sciences sociales des religions, n°97, 1997. *Religion et politique en Amérique Latine*, p. 33-45, doi : <https://doi.org/10.3406/assr.1997.1121>, https://www.persee.fr/doc/assr_0335-5985_1997_num_97_1_1121
- Lévi-, C. ([1962] 2008). La pensée sauvage. Dans *Oeuvres*, La Pléiade.
- Lhuillier, D. (2005). Le Sale Boulot. *Travailler*, 14.
- Lomnitz, L. (1998). *Como sobreviven los marginados*. Mexico, Siglo XXI.
- Lourau, R. (1969). *L'instituant contre l'institué*. Anthropos.
- Lourau, R. (2003 [1970]). *L'analyse institutionnelle*. Minuit.
- Lourau R. (1973). Analyse institutionnelle et question politique. In *L'Homme et la société*, N. 29-30, 1973. Analyse institutionnelle et socianalyse, p. 21-34, consulté le 16.09.22 : www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1973_num_29_1_1831
- Lourau, R. (1978). *L'État inconscient*. Éditions de Minuit.

- Lourau, R. (1988). *Le journal de recherche : matériaux d'une théorie de l'implication*. Méridiens Klincksieck.
- Lourau, R. (1990). Implication et surimplication. *La revue du Mauss*, 10, 110-119.
- Lourau, R. (1997). *Implication transduction*. Anthropos.
- Lourau, R. (2003). *L'analyse institutionnelle*. Minuit (1ère éd.1970)
- Lourau, R. (2004). Pequeno manual de Análise Institucional. Dans S. Altoé (coord.), *René Lourau. Analista institucional em tempo integral* (p. 122-127)., HUCITEC
- Löwy, M. (1998). *La guerre des Dieux : religion et politique en Amérique Latine*. Editions du Félin.
- Löwy M. (1999). Le concept d'affinité élective en sciences sociales. In *Critique internationale*, vol. 2. La formation de l'Europe. p. 42-50, doi : <https://doi.org/10.3406/criti.1999.1539>, https://www.persee.fr/doc/criti_1290-7839_1999_num_2_1_1539
- Löwy, M. (2000). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 7. ed. Cortez.
- Löwy, M. (2003) Postface, Origines du Mouvement des travailleurs sans terre [MST] du Brésil. In Stedile, J. P. et Fernandes, B. M. *Gens sans terre*. Pantin, Le Temps des Cerises, p. 187-197.
- Löwy, M. (2018). Les sources religieuses du Mouvement des travailleurs ruraux sans terre du Brésil. *Tumultes*, 50, 73-82. <https://doi.org/10.3917/tumu.050.0073>
- Lussault, M. (2007). *L'homme spatial : la construction sociale de l'espace humain*. Éditions du Seuil.
- Lyet, P. (2016). La mobilisation d'approches de plusieurs disciplines dans les recherches conjointes : une des dimensions de la mise en discussion de points de vue différents sur la réalité. *Forum*, 148(2), 25-35. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/forum.148.0025>
- Lyet, P. (2017). *Recherches conjointes multiréférentielles et hybridation dans le secteur du travail éducatif et social. Contribution à la « reconstruction » épistémologique et méthodologique en sciences humaines et sociales*. Note de synthèse en vue de l'habilitation à diriger les recherches en sciences de l'éducation (70ème section du CNU), Université de Cergy Pontoise.
- Lyet, P. (2018). La contribution de la sociologie à la pluralisation des institutions par la construction d'une compréhension multiréférentielle de problèmes d'acteurs. Dans Laforgue, D. (sous la coordination de). *Le faire sociologique : épreuves et horizons d'une recherche impliquée*, Chambéry, Université Savoie Mont Blanc LLSETI.
- Lyet, P. (à paraître). Les recherches conjointes, une épistémologie quantique-pragmatiste de l'expérience de l'interaction entre chercheurs et acteurs sociaux concernés. *Les dossiers de sciences de l'éducation*.

- Mac Pherson, C. E. (1978). *Democracia liberal*. Zahar.
- Macherey, P. (2008). *Compte-rendu de séminaire du 19/03/2008 sur l'ouvrage de Kuhn, La structure des révolutions scientifiques*. Disponible : <https://philolarge.hypotheses.org/files/2017/09/19-03-2008.pdf>
- Mader, P. (2016). *The Political Economy of Microfinance : Financialising Poverty*. Londres, Palgrave.
- Maffesoli, M. (1988). *Essais sur la violence banale et fondatrice*. Méridiens Klincksieck.
- Maia de Souza, M. Z. (2012). Encontros Na Oficina De Uma Historiadora. *Revista Práticas de Linguagem*, v. 10 n° 2, p. 148-161.
- Maia de Souza, M. Z. (2021). O nome impede a morte : trajetórias de vidas de meninos desvalidos. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 06, n. 19, p. 1021-1034.
- Malaurie P. Aynes L. (2010). *Les biens*. Deffrénois/Lextenso éditions.
- Mardellat, P. (2010a). Introduction : Pauvreté et misère, quelle place et quelle signification dans l'histoire de la pensée économique. *Cahiers d'économie Politique*, 59, 5-24. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/cep.059.0005>
- Mardellat, P. (2010b). Pauvreté et assistance aux pauvres dans l'œuvre de Roscher. *Cahiers d'économie Politique*, 59, 163-184. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/cep.059.0163>
- Martin, J. Y. (2003). *Les Sans-Terre du Brésil : géographie d'un mouvement socio-territorial*, L'Harmattan.
- Martins, J. de S. (1998). *O cativo da terra*. Editora Hucitec, 1^{ère} éd. 1979.
- Martins, J. de S. (1983 [1981]). *Os camponeses e a política no Brasil*. Vozes.
- Marx, K. (1965-1968). *Œuvres Économie*. t. 1 et 2, Gallimard, coll. « La Pléiade ».
- Massé, P. Bernard, P. (1969). *Les dividendes du progrès*. Editions du Seuil.
- Maurer, S. et Pierru, E. (2001). Le mouvement des chômeurs de l'hiver 1997-1998 Retour sur un « miracle social ». *Revue française de science politique*, 51, 371-407. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/rfsp.513.0371>
- Maxwell, J. A. (1999). *La modélisation de la recherche qualitative : une approche interactive*. Ed. universitaires de Fribourg.
- Mendel, G. (1998). *L'acte est une aventure, du sujet métaphysique au sujet de l'actepouvoir*. La Découverte.
- Mendez, H. (2015). *Le pouvoir populaire : la pensée de la transformation sociale en Amérique latine*. L'Harmattan.

Mercier, O. (2016). *L'action communautaire, un défi pour le travail social. Les biffins de l'association Amelior*. Mémoire en vue de l'obtention d'un master 2 travail social, action sociale et société, innovations sociales et conduite du changement, Spécialité E.S.S Economie sociale et solidaire, CNAM, sous la direction d'Elisabeta Bucolo.

Milliot, V. (2011). Les biffins ou l'organisation de la misère ? *Territoires*, ADELS [Association pour la démocratie et l'éducation locale et sociale], 46-49.

Mills, C. W. (1997). *L'imagination sociologique*. La Découverte.

MNCR, PANGA, (2008). *Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis. Cartilha de Formação*.

Monceau, G. (1996). L'intervention socianalytique. *Pratiques de formation / Analyses*, 32, p. 25-38.

Monceau, G. (1997a). Le concept de résistance en éducation. *Pratiques de formation/analyse*, 33.

Monceau, G. (1997b). *Le concept de résistance en éducation : conceptualisation descriptive et opératoire*. Thèse de doctorat en Sciences de l'éducation, sous la direction de René Lourau, Université Paris 8.

Monceau, G. (2002). Actes manqués de la recherche (1994). In Lamihi, A., Monceau, G. (dir.). *Institution et implication l'œuvre de René Lourau*, (p. 161-170), Syllepse.

Monceau, G. (2003). Pratiques socianalytiques et socio-clinique institutionnelle. *L'Homme et la Société*, 147, 11-33. <https://doi.org/10.3917/lhs.147.0011>

Monceau, G. (2009). *Socio-clinique institutionnelle et éducation. Parcours, théorisations et méthodologie*. Note de synthèse en vue de l'habilitation à diriger les recherches en sciences de l'éducation (70^e section du CNU), Université Paris 8 Vincennes Saint Denis.

Monceau, G. (2010). Analyser ses implications dans l'institution scientifique : une voie alternative. *Estudos e pesquisas em psicologia*, UERJ, RJ, Ano 10, n°1, p. 13-30, disponible : <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a03.pdf>

Monceau, G. (dir.). (2012). *L'analyse institutionnelle des pratiques. Une socio-clinique des tourments institutionnels au Brésil et en France*. L'Harmattan.

Monceau, G. (2015a). Chapitre 1. La recherche-action en France : histoire récente et usages actuels. Dans : Les chercheurs ignorants éd., *Les recherches-actions collaboratives : Une révolution de la connaissance* (p. 21-31). Presses de l'EHESP.

Monceau, G. (2015b). Transformations sociales et recherche-intervention. Dans Marcel J.-F. (Coord.), *La recherche-intervention par les sciences de l'éducation*. Educagri éditions, p. 209-222

Monceau, G. Soulière M. (2017). Mener la recherche avec les sujets concernés : comment et pour quels résultats ? *Éducation et socialisation* [En ligne], 45 | 2017, mis en ligne le 01

septembre 2017, consulté le 31 décembre 2020. URL : <http://journals.openedition.org/edso/2525>

Monceau, G. (2017). *Enquêter ou intervenir : Effets de la recherche socio-clinique*. Champ social. <https://doi.org/10.3917/chaso.monce.2017.01>

Monceau, G. (2018). Le changement, objet et effet de la socio-clinique institutionnelle. Le cas d'une recherche-intervention dans le domaine de la parentalité. Dans : Broussal, D. Bernard, K. Marcel, J.F. Salma, P. H. (sous la direction de). *Recherche(s) et changement(s), dialogues et relations*, Cépaduès.

Montaigne, M. de (1595). *Essais, livre II*.

Moreau de Bellaing, L. (2000). Economie de la pauvreté et économie de la misère. *Socio-anthropologie*, 7, <http://journals.openedition.org/socio-anthropologie/100>

Moreira, G. L. (2017). *A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST*, thèse de doctorat, Université Fédérale du Minas Gerais, Brésil.

Moreira Lopes, J. J. de Vasconcellos, T. (2005). *Geografia da infância*. FEME Edições.

Moreira Lopes, J.J. Bueno Fernandes, M. L. (2018). O guardador de fósseis e uma criança. In *Educação em foco*, 23, 3, 1031-1045, set. / dez. 2018, editora UFJF.

Moreira Lopes, J. J. (2021). *Percorrendo o Brasil : desafios e potencialidades nos itinerários da educação das infâncias na IFES*. Webinaire du 10.12.21, disponible : <https://www.youtube.com/watch?v=dUwiumt2wf4>

Morin, E. (1986). *La méthode-3*. Seuil.

Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre, (MST). (2013) *Programme agraire du MST*.

Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre (MST). (2015). Proposition d'un programme de réforme agraire populaire. *Recherches internationales*, 102, 117-132. <http://www.recherches-internationales.fr/RI102.html>

Movimento dos Atingidos por Barragens, (2021). *Dois anos do crime da Vale em Brumadinho*. Disponible sur : <https://mab.org.br/publicacao/balanco-dos-dois-anos-do-crime-da-vale-em-brumadinho/#>

Murphy, Robert F. (1990). *Vivre à corps perdu : le témoignage et le combat d'un anthropologue paralysé*. Plon. (1ère édition américaine : 1987).

Do Nascimento, et M-L. Scheinvar, E. (2012). Formation professionnelle et outils de l'analyse institutionnelle en formation de psychologues. In Monceau G. (dir.). *L'analyse institutionnelle des pratiques : une socio-clinique des tourments institutionnels au Brésil et en France* (p. 71-81). L'Harmattan,

Nasse, P. (1992). *Exclus et exclusions. Connaître les populations, comprendre les processus*. La Documentation française.

Ndiaye, A. (2017). MAC & ACRA, deux figures coopératives de pérennisation des activités de mécanique de rue, des pratiques de l'économie populaire ordinaire à une variante plus circulaire et moins précaire. Conférence *Economie populaire, sous capitalisme ou alternative socio-économique ?* Maison des Sciences de l'Homme Paris Nord.

Neveu, É. (2019). *Sociologie des mouvements sociaux*. La Découverte. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/dec.neveu.2019.02>

Nicolas-Le Strat, P. (2007). Multiplicité interstitielle. *Multitudes*, 31(4), 115-121. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/mult.031.0115>.

Nicolas-Le Strat, P. (2020). Dispositif. Dans *Almanach*, publication sur le site internet de l'auteur, <https://pnls.fr/dispositif/>

Noronha, C. U. (2012). Teologia da Libertação : origem e desenvolvimento. Dans *Fragmentos de cultura*, Goiás, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Noiriel, G. (2006). *Introduction à la socio-histoire*. La Découverte.

Noiriel, G. (2018). *Une histoire populaire de la France : de la guerre de Cent Ans à nos jours*. Agone.

Nussbaum, M. (2000). *Femmes et développement humain : l'approche des capacités*. Des Femmes, (Réédition en 2008).

Offerlé, M. (1994). *Sociologie des groupes d'intérêt*. Montchrestien.

Olivera, M. (2016). Un projet « pour les Roms » ? Bricolages, malentendus et informalité productive dans des dispositifs d'insertion et de logement. *Lien Social Et Politiques*, 76, 224-252.

De Oliveira, F. (1972). *A economia brasileira; crítica à razão dualista*. Estudos Cebrap no.2.

Oliveira Freitas, M. V. de (2005). *Entre ruas, lembranças e palavras : a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. PUC Minas.

Olson, M. (1978). *Logique de l'action collective*. PUF (1^{ère} éd., Harvard University Press, 1966).

Orsi F. (2014) Réhabiliter la propriété comme bundle of rights : des origines à Elinor Ostrom, et au-delà ? *Revue internationale de droit économique* 2014/3 (t. XXVIII), 371-385.

Ostrom, E., (2010). *Gouvernance des biens communs : pour une nouvelle approche des ressources naturelles, révision scientifique de Laurent Baechler*. De Boeck.

Pain, J. (2019). Transversalité : (transversality – transversalidad). Dans : Agnès Vandeveld-Rougale et Pascal Fugier (dir.). *Dictionnaire de sociologie clinique* (p. 663-666). Eres.

Paquot, T. (2015). *L'espace public*. La Découverte, <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/dec.paquo.2015.01>

Pascal, H. (2014). *Histoire du travail social en France. De la fin du XIX^{ème} siècle à nos jours*. Rennes, France, Presses de l'EHESP.

Passeron, J. C. et Bourdieu, P. (1964). *Les héritiers : les étudiants et la culture*. Éditions de Minuit.

Passos, E. Kastrup et V. Escossia, L. (sous la coordination de), (2009). *Pista de método da cartografia : pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.

Pasteur, L. (1922-1939). *Oeuvres de Pasteur, Tome 7, réunies par Pasteur Vallery-Rado*. Masson et Cie.

Paturel, D. Bazin, H. (non daté). Tiers Espace de la recherche action. Appel à contribution permanent publié dans la revue *Articulations*. Disponible : <https://articulations.numerev.com/appels-a-contribution/133-carnet-1-tiers-espace-de-la-recherche-action>

Paugam, S. (1991). *La disqualification sociale, Essai sur la nouvelle pauvreté*. PUF, coll. Quadrige.

Paugam, S. (1996). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Éd. la Découverte.

Peloso, R. (org.) (2012). *Trabalho de base : seleção de roteiros organizados pelo Cepis*. Expressão Popular.

Pereira, I. (2017). *Paulo Freire, pedagogo des opprimé-e-s : une introduction aux pédagogies critiques*. Libertalia.

Perez, J.-M. (2021). Étude sur l'influence du « chercheur-apprenant » dans des recherches collectives en éducation. *Questions Vives* [En ligne], N° 36, mis en ligne le 15 mars 2022, consulté le 21 mai 2022. <https://journals.openedition.org/questionsvives/pdf/6444>

Perrin, A. (2020). Le grand récit du social business. Dans : Maïté Juan éd., *Du social business à l'économie solidaire : Critique de l'innovation sociale* (p. 71-91). Érès. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/eres.lavil.2020.01.0071>

Piketty, T. (2015). *L'économie des inégalités*. La Découverte. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/dec.piket.2015.01>

Pitrou, P. (2014). La vie, un objet pour l'anthropologie ? Options méthodologiques et problèmes épistémologiques. *L'Homme*, 212, 159-189.

Polak, P. Warwick, M. (2013). *The Business Solution to Poverty*. San Francisco : Berret-Koheler Publisher.

Polanyi, K. (1983). *La Grande Transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Traduction française, Gallimard.

Prado, C. J. (1969). *História econômica do Brasil*. Editora Brasiliense.

Prahalad, C.K. (2010). *The Fortune at the Bottom of the Pyramid : Eradicating Poverty Through Profits*. Upper Saddle River, NJ, Wharton School Publishing.

Razeto, M. L. (1993). *Empresas de trabajadores y economia de mercado*. PET, Chili.

Razeto, M. L. (1996). *Los caminos de la economia popularia*. Santiago de Chile, Ediciones Vivarium.

Rey, A. (dir.) (1993). *Dictionnaire historique de la langue française*. Le Robert, 2010.

Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras.

Ricardo, D. (1817). *The Principles of Political Economy and Taxation*. Traduction française de la 3^{ème} éd. (1821), Des principes de l'économie politique et de l'impôt, Flammarion, 1992.

Robert, C. (2007). *Éternels étrangers de l'intérieur : les groupes tsiganes en France*. Desclée de Brouwer.

Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa intervenção institucionalista. *Psicologia e sociedade*, 26 (1), 44-52.

Rossi, F. C. R. (2021). *Sujeitos de sua própria história : a trajetória do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Brasil (2001-2016)*. (Thèse de doctorat). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Rouzel, J. (2018). Introduction. Ce qui demeure et ce qui change dans les métiers de l'éducation spécialisée. Dans : Rouzel, J. *Le travail d'éducateur spécialisé : Éthique et pratique* (p. 167-171). Dunod.

Rouzel, J. (2020). *Le quotidien en éducation spécialisée*. Paris, Dunod.

Rues Marchandes. (2016). *Les biffins récupérateurs vendeurs, guide indigène de la ville*. Disponible sur http://recherche-action.fr/ruesmarchandes/download/etude_sur_les_biffins_en_ile_de_france/Guide-biffins-edition-A4.pdf

Rullac, S. et Bazin, H. (2014). Les biffins et leurs espaces marchands : seconde vie des objets et des hommes. *Informations sociales*, 182.

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Paz e Terra.

Sader, E. Gentili, P. (orgs.) (1995). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Ed. Paz e Terra.

Sader, E. Paoli, M. C. (1988). Sobre "Classes populares" no pensamento Sociológico Brasileiro : notas de leitura sobre acontecimentos recentes. Dans : Cardoso, R. (Org.). *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*, Editora Paz e Terra.

de Saint-Martin, C. Pilotti A. Valentim S. (2014). La réflexivité chez le Doctorant-Praticien-Chercheur. Une situation de Liminalité. *¿ Interrogations ?*, 19 (Implication et réflexivité – II. Tenir une double posture), <http://www.revue-interrogations.org/La-reflexivite-chez-le-Doctorant>

de Saint Martin, C. (2014). *Que disent les élèves de CLIS I de leur(s) place(s) dans l'école ? Un empan liminal* (Thèse de doctorat en Sciences de l'Education et de la Formation). Université de Cergy Pontoise.

de Saint Martin, C. (sous la coordination de). (2019a). *Analyser les implications dans la recherche et en formation*. L'Harmattan.

de Saint Martin, C. (2019b). Praticien-chercheur: (researcher practitioner – praticante investigador). Dans : Agnès Vandeveld-Rougale éd., *Dictionnaire de sociologie clinique* (p. 476-479). Érès. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/eres.vande.2019.01.0476>

de Saint Martin, C. (2022). *Des dispositifs socio-cliniques institutionnels pour penser l'inclusion : de l'empan liminal à la liminoïdité*. (Note de synthèse en vue de l'habilitation à diriger des recherches en sciences de l'éducation et de la formation). CY Cergy Paris Université.

Samson, D. (2018). *Écrire la recherche « avec » et effet goody : De quelques apports de l'analyse institutionnelle*. <https://rechercheavec.com/ecrire-la-recherche-avec/>

Santos, B. de S. (2016). *Épistémologies du sud : mouvements citoyens et polémique sur la science*. Desclée de Brouwer.

Santos, B. de S. (2018). *The end of the cognitive empire ; the coming of age of epistemologies of the south*. Durham, Duke University Press.

Santos, M. (1984). *Pour une géographie nouvelle*. Publisud.

Santos, M. 2012. *Por uma geografia nova : da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 1^{ème} éd. en 1978, Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).

Santos, T. de. Souza, F. H. de, Antônia, M. (2007). Educação do campo e MST. *Olhar de Professor*, vol. 10, núm. 2, 2007, 211-226, Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, Paraná, Brasil.

Sarria Icaza 1. et Tiriba L. (2005). Économie populaire. Dans J.-L. Laville et A. Cattani, *Dictionnaire de l'autre économie*. Desclée de Brouwer.

Savoye, A. (1994). *Les débuts de la sociologie empirique*. Méridiens-Klincksieck.

Savoye, A. (2003). Analyse institutionnelle et recherches socio-historiques : quelle compatibilité ? *L'Homme et la Société*, 147 (1), 133-150.

Scherer-Warren, I. E. Krisckhe, P. (1987). *Uma revolução no cotidiano*. Brasiliense.

Schmink, M. & Wood, C. (2010). Chapitre 12. Les Seringueiros d'Amazonie. Dans : Jean-François Tourrand éd., *L'Amazonie: Un demi-siècle après la colonisation* (p. 163-173). Versailles: Éditions Quæ. <https://doi.org/10.3917/quae.doris.2010.01.0163>

Schön Donald A. (1994 [1983]), *Le praticien réflexif. À la recherche du savoir caché dans l'agir professionnel*. Les Editions Logiques.

Schwittay, A. 2011. The marketization of poverty. *Current Anthropology*, 52, S3, S71, S82.

Sen, A. (2000a). *Repenser l'inégalité*. Éd. du Seuil.

Sen, A. (2000b). *Un nouveau modèle économique. Développement, justice, liberté*. éditions Odile Jacob, édition anglaise : Development as Freedom, Knopf.

Sensevy, G. (2005). Sur la notion de geste professionnel. *Lettre de l'Association Internationale pour la Recherche en Didactique du Français*, 36(1), 4-6.

Servet, J.-M. (2013). Le social business et la société de consommation pour les pauvres. Comment une nouvelle philanthropie prétend solvabiliser le bas de la pyramide. Dans I. Guérin, (sous la direction de), *À quoi et comment dépenser son argent ? Hommes et femmes face aux mutations globales de la consommation* (p. 15-40), L'Harmattan,.

Servet, J.-M. (2015). *La vraie révolution du microcrédit*. Odile Jacob.

Sigaud L. (1989). A presença política dos camponeses : uma questão de reconhecimento. In Aspásia Camargo et Eli Diniz (org.), *Continuidade e mudança no Brasil da nova república*. Vértice.

De Silguy, C. (1996). Histoire des hommes et de leurs ordures : du Moyen-âge à nos jours. Le Cherche-midi.

da Silva Coelho, A. Malafatti, F. (2021). Paulo Freire e o cristianismo da libertação : contribuição do conceito de visão social de mundo. Dans Dossiê : Paulo Freire (1921-2021): 100 anos de história e esperança, *Práxis Educativa*, 16, 1-16.

da Silva Rêses, E. Pereira, M. L. P. (2013). Paulo Freire e a pedagogia da libertação. Dans *ComCiência*, 146, Campinas, mars.

Simmel, G. (1998). *Les pauvres*, (1ère édition en allemand, 1908), PUF, coll. Quadrige.

Simmel, G. (1987). *Philosophie de l'argent*. trad. Sabine Cornille et Philippe Ivernel, PUF.

Simpfendörfer, W. (1989). *Paulo Freire — Erziehung als Praxis der Freiheit* [Paulo Freire : l'éducation, pratique de la liberté]. In : Simpfendörfer, W. *Ökumenische Spurensuche*. Portraits. Stuttgart, Quell.

Smith, A. (1776). *An Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Londres : W. Strahan and T. Cadell.

Solari, S. (2010). Catholic perspectives on poverty and misery : from nineteenth century French catholic social economists to the contribution of jesuits. *Cahiers d'économie Politique*, 59, 185-203. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/cep.059.0185>

Sommier, I. (2001). *Les nouveaux mouvements contestataires à l'heure de la mondialisation*. Flammarion.

Souza, A. R. 2013. *Os laços entre Igreja, Governo e Economia Solidária*, São Carlos; Edufscar.

Souza, J. 2017. *A Elite do Atraso. Da Escravidão à Lava Jato*, Editora Leya.

Stedile, J. P. (org.) (1997). *A reforma agrária e a luta do MST*. Vozes.

Stedile J. P., Fernandes B. M. (2003). *Gens sans terre, La trajectoire du MST et la lutte pour la terre au Brésil*. Le Temps des Cerises.

Stedile, J. P., Fernandes, B. M. (2012). *Brava Gente, A trajetória e a luta pela terra no Brasil*. 2^{ème} édition, Expressao Popular, coedição Fundação Perseu Abramo.

Stendhal, (1952). *Lucien Leuwen*. éd. annotée par H. Martineau, Gallimard.

Svampa, M. (2008). Notas provisórias sobre la sociología, el saber académico y el compromiso intelectual. In Gérard Athabe. *Entre dos mundos. Reflexividad y compromiso*, Buenos Aires, Prometo libros. Disponible : <https://maristellavampa.net/notas-provisorias-sobre-la-sociologia-el-saber-academico-y-el-compromiso-intelectual/>

Tarrow, S. (1998). *Power in Movement, Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge University Press (2e éd.).

Tavares, M. T. G. (2013). Os “Pequenos” e a Cidade: o Papel da Escola na Construção do Direito à Cidade. *Contexto & Educação*, Vol.22 (78).

Tavares, M. T. G. (2018). Os movimentos sociais e a formação política de mulheres na luta por creches : a experiência do “artreche em São Gonçalo. *Contrapontos : revista de educação da Universidade do Vale do Itajaí*, Vol.18 (2), p.105-121.

Tavares, M. T. G. Larangeira, C. (2016). A cidade como um livro de espaços : lendo e pensando a cidade com a(s) infância(s) em São Gonçalo. *RevistAleph*, Ano XIII, Número 26.

Tilman, F. (2005). "L'analyse institutionnelle", *Le Grain, Atelier de pédagogie sociale*, www.legrainasbl.org/index.php?option=com_content&view=article&id=118:lanalyse-institutionnelle-i-fondements&catid=9&tmpl=component&print=1&layout=default&Itemid=103

Tilly, C. (1976). *From Mobilization to Revolution*. Addison-Wesley, Reading.

Tilly, C. (1986). *La France conteste de 1600 à nos jours*. Fayard.

Tonnelat, S. (2003). Interstices urbains, les mobilités des terrains délaissés de l'aménagement. In : *Chimères. Revue des schizoanalyses*, N°52. Gygès dans l'interstice... p. 134-154, doi : <https://doi.org/10.3406/chime.2003.1703>, https://www.persee.fr/doc/chime_0986-6035_2003_num_52_1_1703

Touraine, A. (1978). *La Voix et le Regard : sociologie des mouvements sociaux*, Éditions du Seuil.

Toynbee, A. (1884). *Lectures on the Industrial Revolution in England*, Whitefish, MT, Kessinger Publishing, 2004.

Tuan, Y. F. 1980. *Topofilia*, Difel.

Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (1978). *Los obispos Latinoamericanos entre Medellín y Puebla*. San Salvador, UCA (Universidad Centroamericano).

Van Gennep, A. (2001). *Les rites de passage*. Picard. (1ère édition : 1909).

Vandeveldt-Rougale, A. et Fugier, P. (2019). *Dictionnaire de sociologie clinique*. France: Érès. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/eres.vande.2019.01>

Verdès-Leroux J. (1978). Les "exclus". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. 19, « La guerre à la pauvreté ». 61-65.

Via Campesina. (non daté). *L'itinéraire du féminisme paysan et populaire à La Via Campesina*. Téléchargé le 01.08.23, disponible : <https://viacampesina.org/fr/wp-content/uploads/sites/4/2021/11/VI%CC%81A-CAMPESINA-feminismo-campesina-y-popular-DIGITAL-FRANCAIS2.pdf>

Viguié, F. (2013). Chapitre 3 / Lutter pour les droits des exclus. Un militantisme encadré par l'état. Dans : Bruno Frère éd., *Résister au quotidien* (p. 87-110). Presses de Sciences Po. <https://doi-org.proxybib-pp.cnam.fr/10.3917/scpo.frere.2013.01.0087>

Vivès. 1943. *De l'assistance aux pauvres*, Valero.

Weber, M. (1992). *Essais sur la théorie de la science*. Plon/Pocket (1^{ère} éd. en 1965).

Wefort, F. (1978). *O populismo na política brasileira*. Paz e Terra.

Xiberras M. 1993. *Les théories de l'exclusion. Pour une construction de l'imaginaire de la déviance*, Méridiens-Klincksieck.

Yunus, M. (2008). *Vers un nouveau capitalisme*. J.-C. Lattès.

Rapports :

Association des Cités du Secours Catholique, ACSC. (2008). *Rapport d'activité 2008*.

Bazin H. et Rullac, S. 2012. *Étude qualitative portant sur les conditions de vie des biffins en Île-de-France*. Association Aurore. Disponible : <https://www.yumpu.com/fr/document/read/17154156/etude-qualitative-sur-les-biffins-mipes>

Conseil National des politiques de Lutte contre la pauvreté et l'Exclusion sociale, CNLE. (2001-2003). *Plan national d'action français contre la pauvreté et l'exclusion sociale*. Disponible : https://www.cnle.gouv.fr/IMG/pdf/PNAI_fr.pdf

Conseil National des politiques de Lutte contre la pauvreté et l'Exclusion sociale, CNLE. (2003-2005). *PNAI 2003-2005 – Bilan et d'actualisation*. Disponible : https://www.cnle.gouv.fr/IMG/pdf/actualisation_2005.pdf

Conseil National des politiques de Lutte contre la pauvreté et l'Exclusion sociale, CNLE. (2006-2008). *Rapport sur les stratégies pour la protection sociale et l'inclusion sociale*. Disponible : https://www.cnle.gouv.fr/IMG/pdf/RAPPORT_PNAI_2006-08-2.pdf

Rullac, S. et Weiss, C. et al. (2012). *Réalisation d'une cartographie localisant les lieux de vente de récupérateurs-vendeurs sur le territoire francilien*. Association Aurore/BUC ressources/CERA.

Documentaires :

O Homen do sacco, Documentaire indépendant sur les récupérateurs brésiliens produit sans financement par Rafael Halpern, Felipe Kfourie et Carol Wachockier, ayant gagné plusieurs prix dans les festivals : Mostra Ecofalante (Brésil, SP- 2015), Ekofilm (République Tchèque - 2016), EkotopFilm (République Tchèque - 2016), Filmambiente (Brésil, RJ - 2016), Planeta.doc (Brésil, SC - 2016), Cultura, Arte e Poder (Brésil, MG - 2017) ; accessible gratuitement sur : <https://www.facebook.com/ohomemdosacoofilme/>

Sitographie :

Histoire du chiffonnier :

<http://www.mheu.org/fr/chiffonniers/>

Sur le lien entre Homme au sac et récupérateur :

<https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/blog/curiosidades/6-lendas-urbanas-do-brasil/>

<https://kawaii.com.br/index.php/2017/09/12/o-homem-do-saco/>

Collectif Rues Marchandes :

<http://recherche-action.fr/ruesmarchandes/>

LISRA

<http://recherche-action.fr/labo-social/>

Site internet MNCR

<https://www.mncr.org.br/>

Site internet ANCAT

<https://ancat.org.br/>

Site internet INSEA

<https://www.insea.org.br/quem-somos/>

Site internet MST :

<https://mst.org.br/>

Illustrations

Figure 1 : Localisation du projet d'insertion, photo réalisée avec l'aide du logiciel Google Maps le 08.06.23.	83
Figure 2 : Photo du site d'accueil des familles (Benarrosh-Orsoni, 2011)	85
Figure 3 : photo des logements sociaux construits en partie à destination des familles du projet. Source : site internet du bureau d'étude ayant travaillé sur le projet	90
Figure 4 : photo des logements associatifs construit dans le cadre du projet. Source : site internet de l'association gestionnaire	90
Figure 5 : Photo d'un des marchés de l'association de récupérateurs en Ile de France. Source : page facebook de l'association.....	94
Figure 6 : document de communication sur l'atelier public de recherche action organisé par Rues Marchandes en 2016. Source : site internet Rues Marchandes	96
Figure 7 : message posté sur le compte twitter du MST, « la police envahit l'ENFF_Officiel #Toutlemonde appuie le MST #Lutterestundroit (traduction de l'auteure). Source : de Alcântara Aragão, 2019.....	115
Figure 8 : Les espaces et les temps des inférences. Source : Kohn, Nègre (2003, p. 166)	130
Figure 9 : The world Economic Pyramid, la Pyramide Economique Mondiale (traduction de l'auteure) (Prahalad, 2010).....	173
Figure 10 : Campagne HEC. source : Etudiant Le Figaro en ligne.....	176
Figure 11 :parodie d'une affiche HEC. Source : Le Figaro Etudiant	177
Figure 12 : Une typologie des organisations liées au mouvement social. Source : Kriesi, 1993, cité par Neveu, 2019.....	187
Figure 13 : citation photographiée sur les murs d'un des centres de formation du MST. Photo de l'auteure.....	217
Figure 14 : photo d'un marché biffin dit "à la sauvette". Source : journal en ligne 20 Minutes, article "Insécurité rue Dejean : « Attaquer la mairie et l'Etat pour les mettre face à leur responsabilité »", 9 mai 2016. https://www.20minutes.fr/paris/1842355-201605	220
Figure 15 : Photo d'un marché biffin autorisé . Source : site internet association de biffins	221
Figure 16 : intervention policière sur un marché non autorisé. Sources : site internet association de biffins	221

Figure 17 : document de communication pour le forum débat organisé par Rues Marchandes en 2016. Source : site internet du collectif Rues Marchandes.....	223
Figure 18 : décoration d'entrée du marché réalisé au squat Satellite. Photo de l'auteure.....	224
Figure 19 : document de communication sur le marché réalisé au sein du squat Satellite. Source : site internet Rues Marchandes.	224
Figure 20 : photo d'un marché réalisé par le collectif Rues Marchandes sur le squat Satellite. Photo de l'auteure.	224
Figure 21 : localisation des terrains de recherche liés aux récupérateurs d'Ile de France. Source : document réalisé par l'auteure sur umap / openstreetmap.....	226
Figure 22 : Photo d'une mobilisation du MNCR. Source : site internet du mouvement.....	228
Figure 23 : photo d'une coopérative de récupérateurs liée au MNCR à Belo Horizonte, Minas Gerais. Source : photo de Gilberto Chagas.	230
Figure 24 : Illustration du projet de centre de formation CICLO géré par l'INSEA. Source : site internet de l'INSEA.....	230
Figure 25 : photo prise sur le centre de formation CICLO. Source : photo transmise par l'INSEA.	231
Figure 26 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle du Brésil. Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap	232
Figure 27 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle de la région de Belo Horizonte. Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap	232
Figure 28 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle du centre ville de Belo Horizonte. Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap	233
Figure 29 : Photo des drapeaux du MST. Source : site internet du MST.....	235
Figure 30 : photo d'un campement organisé par le MST. Source : site internet du MST.	236
Figure 31 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle internationale. Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap	238
Figure 32 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle de la France. Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap	239
Figure 33 : localisation des terrains de recherche lié au MNCR à l'échelle du Brésil. Document réalisé par l'auteure avec l'aide du logiciel Openstreetmap/Umap	240
Figure 34 : Familles en occupations de 1988 à 2006. Source : Girardi 2008.	241
Figure 35 : familles en assentamento de 1988 à 2006. Source : Girardi, 2008.....	242

Figure 36 : citation affichée sur les murs d'un centre de formation du MST. Source : photo de l'auteure.	247
Figure 37 : deux récupératrices en train de travailler à la table de tri d'une coopérative dans le Minas Gerais. Photo de l'auteure.....	269
Figure 38 : liste de droits humains, travail de pochoir réalisé par une classe d'un campement du MST. Photo de l'auteure.	271
Figure 39 : expression libre sur un mur d'un centre de formation du MST. « L'éducation n'est pas une chose que l'on doit faire, que l'on doit donner. L'éducation est le sens de la vie. ». Traduction et photo de l'auteure.	271
Figure 40 : photo des inscriptions faites par les biffins pour un repérage des emplacements de chacun pendant le marché mensuel autorisé. Photo de l'auteure.....	272
Figure 41 : photo du hangar d'une coopérative de récupérateurs brésiliens. Ecriture : « une collecte sélective sans récupérateur est du déchet ». Traduction et photo de l'auteure.....	272
Figure 42 : les enceintes successives de Paris (en gras, le Mur des Fermiers Généraux), source : Bazin, H., Rullac, S. 2012, p. 65.	294
Figure 43 : Paris actuel avec la ligne des marchés biffins (indiqués par des numéros), source : Bazin, Rullac, 2012, p. 65.	294
Figure 44 : notre marché aux puces (1908), source : Centre d'archives municipales de Saint Ouen, cité par Rues Marchandes, Les biffins récupérateur-vendeurs, Guide indigène de la ville, 2016.....	295
Figure 45 : le marché aux Puces (1942) – Monotype – Lavis et rehauts de crayon de couleur 15 X 24 cm. Jean Delpech, source : du 25.02 au 10.03.10, Persépolis expose Jean Delpech, Le Journal de Saint Ouen.	296
Figure 46 : espaces de vente sur un marché biffin autorisé. Source : page facebook association de biffins.....	297
Figure 47 : Place du Palais Royal [(1er arr.)]. Une courageuse marchande de quatre saisons roule une voiture bondée de fruits d'où émerge un de ses petits-enfants : [photographie], Lansiaux, C. septembre 1914.	299
Figure 48 : gilet de travail d'une association de biffins. Source : site internet de l'association.	318
Figure 49 : 3 images du film La Zone de Georges Lacombe, 1928, disponible : http://www.mheu.org/fr/chiffonniers/zone.htm	320
Figure 50 : localisation des zones actuellement réservées aux Puces à Paris dans l'espace historique de la Zone. Source : document réalisé par l'auteure.	321

Figure 51 : localisation des espaces du marché de la porte de Montreuil. Zone rouge : Puces de Montreuil. Zones bleues : espaces possibles de marchés biffins non autorisés. Document réalisé par l’auteure.	322
Figure 52 : photo d'une rue du quartier de la Porte de Montreuil. Source : site internet association de biffins.	323
Figure 53 : « Grande Sauvette » à la Porte de Montreuil. Source : site internet association de biffins.	324
Figure 54 : manifestation associations de biffins devant l’Hôtel de Ville de Paris. Source : site internet Rues Marchandes.	331
Figure 55 : photo de la rubalise conservée par une biffine en souvenir de la répression. Source : photo de l'auteure.	335
Figure 56 : photo d'un stand biffin spécialisé dans la récupération revente de chaussures. Source : site internet association de biffins	340
Figure 57 : photo d'une plaque à l'entrée d'une communauté Emmaus. Source : http://emmaus-mundo.over-blog.fr/pages/Histoire_et_valeurs-1086436.html	346
Figure 58 : Terrain vague sur lequel est situé le premier local du groupe de femmes ayant ouvert la Coopersoli. Source : photo de l'auteure.....	359
Figure 59 : photo d'un des points de collectes de matériaux pendant l'opération carnaval. Source : photo de l'auteure.	367
Figure 60 : photo d'un des points de collectes de matériaux pendant l'opération carnaval. Source : photo de l'auteure.	368
Figure 61 : localisation des membres de la Redesol. Document réalisé par l'auteure avec https://umap.openstreetmap.fr	391
Figure 62 : Organigramme du MNCR. Source, Cambuim, da Rocha, Bunchaft, 2009, p. 36-37.	392
Figure 63 : carte des membres du réseau Globalrec. Source : https://globalrec.org/fr/ou-sommes-nous/	394
Figure 64 : schéma du déséquilibre entre les récupérateurs de matériaux et les entreprises de recyclage. Source : vidéo de formation du MNCR, https://www.youtube.com/watch?v=f03caxg_6ms	410
Figure 65 : photo d'une manifestation du MNCR à l'occasion du 7 juin, journée mondiale des récupérateurs. Source : https://ancat.org.br/7-de-junho-dia-de-mobilizacao-e-celebracao-para-os-catadores/	413

Figure 66 : photo d'une série de posters d'hommage à des militants, dans un espace de formation du MST.....	418
Figure 67 : photo du 6ème congrès du MST. Source : site internet du mouvement, https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/	434
Figure 68 : photo d'une entrée d'un campement du MST. Photo de l'auteure.....	441
Figure 69 : photo de l'accueil d'un campement du MST. Photo de l'auteure.	442
Figure 70 : photo aérienne des limites du campement. Réalisé par l'auteur à partir de Google Earth Pro.....	443
Figure 71 : drapeau du Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre (MST).....	456
Figure 72 : photo des "launa preta", bâches noires utilisées pour les baraques sur les campements. Source : site internet du mouvement.	457
Figure 73 : affiche du festival national des arts et de la culture de la Réforme Agraire. Source : site internet du mouvement.	458

Tableaux

Tableau 1 : synthèse des demandes liée à l'association de récupérateurs en Ile de France....	124
Tableau 2 : Synthèse des demandes liées au collectif Rues Marchandes	125
Tableau 3 : Synthèse des demandes liées au MNCR	126
Tableau 4 : synthèse des demandes liées au MST	127
Tableau 5 : synthèse des catégories d'analyse utilisées dans cette recherche.	277
Tableau 6 : référencement des éléments sur la mémoire des biffins présents dans les documents transmis par Françoise	290
Tableau 7 : répartition des secteurs par coopérative pour la collecte des déchets faites pour la mairie de Belo Horizonte.	389

Acronymes : explicitation et traduction²⁷⁶

- **AC !** : Agir ensemble contre le Chômage !
- **ANCAT** : Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - Association Nationale de Récupérateurs et Récupératrices de Matériaux Recyclables
- **APEIS** : Association pour l'emploi, l'information et la solidarité des chômeurs et travailleurs précaires
- **BAD** : Banque Africaine de Développement
- **BH** : Belo Horizonte
- **BOP** : Bottom Of the Pyramide – Bas De la Pyramide
- **CADTM** : Comité pour l'abolition des dettes illégitimes
- **CadÚnico** : Cadastre Unique pour les Programmes Sociaux du Gouvernement Fédéral
- **CDSL** : Comité des sans-logis
- **CESF** : Conseillère en Économie Sociale et Familiale
- **CGT** : Confédération Générale du Travail
- **CHRS** : Centre d'Hébergement et de Réinsertion Sociale
- **CIISC** : Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – Comité Interministériel de l'Inclusion Sociale et Economique des Récupérateurs de Matériaux Réutilisables et Recyclables
- **CML** : Comité des mal logés
- **CMP** : Central dos Movimentos Populares – Centrale des Mouvements Populaires
- **CNAM** : Conservatoire National des Arts et Métiers
- **CNLE** : Conseil National des politiques de Lutte contre la pauvreté et l'Exclusion sociale
- **CNRTL** : Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales
- **COP 21** : Conference of parties n° 21 – Conférence des parties n° 21
- **COOPERSOLI** : Cooperativa Solidária Dos Recicladores e Grupos Produtivos Do Barreiro e Região Ltda (limitada) - Coopérative Solidaire Des Recycleurs et Groupes Productifs de Barreiro et sa Région Limitée (à responsabilité sociale limitée)
- **CMU** : Couverture Maladie Universelle

²⁷⁶ Traduction de l'auteur.

- **CRAS** : Centro de Referência da Assistência Social – Centre de Référence d’Assistance Sociale
- **DAL** : Droit Au Logement
- **Dd !!** : Droits devant !!
- **EES** : Empreendimentos Econômicos Solidários - Entreprises Économiques Solidaires
- **EMA** : Écoles, Mutations, Apprentissages
- **ENFF** : Ecole Nationale Florestan Fernandes
- **ESS** : Économie Sociale et Solidaire
- **GlobalRec** : Global Alliance of Waste Pickers - Alliance Mondiale des Récupérateurs de Déchets
- **GRUPEGI** : Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância - Groupe de Recherche et d'Etudes en Géographie de l'Enfance
- **HEC** : école des Hautes Etudes Commerciales
- **INCRA** : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Institut National de la Colonisation et de la Réforme Agraire
- **INSEA** : Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - Institut Nenuca pour le Développement Durable
- **IRTS** : Institut Régional de Travail Social
- **ISCO** : International Standard Classification of Occupations – Classification Internationale Type des Professions
- **LGBTQI+** : lesbiennes, Gays, Bisexuels, Trans, Queer, Questioning, Intersexes, Et les autres
- **LISRA** : Laboratoire d’Innovation Sociale par la Recherche Action
- **MAB** : Movimento dos Atingidos por Barragens - Mouvement des personnes Atteintes par les Barrages
- **MNCP** : Mouvement national des chômeurs et précaires
- **MNCR** : Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - Mouvement National des Récupérateurs de Matériaux Recyclables
- **MOUS** : Maîtrise d’Œuvre Urbaine et Sociale
- **MSH Paris Nord** : Maison des Sciences de l’Homme Paris-Nord
- **MST** : Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra - Mouvement des travailleurs ruraux Sans Terre
- **OIT** : Organisation Internationale du Travail
- **ONG** : Organisations Non Gouvernementales

- **ORIS** : Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária - Observatoire du Recyclage Inclusif et Solidaire
- **PET** : Polytéraphthalate d'éthylène
- **RCM** : Recherches Conjointes Multiréférentielles
- **REDESOL MG** : cooperativa central Rede Solidária dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais - coopérative centrale Réseau Solidaire des Travailleurs des Matériaux Recyclables du Minas Gerais
- **REFER** : Réseau Francilien du Réemploi
- **RMI** : Revenu Minimum d'Insertion
- **SLU** : Secretaria de Limpeza Urbana de Belo Horizonte - Secrétariat du Nettoyage Urbain de Belo Horizonte
- **SQP** : Sauve Qui Peut
- **UFJF** : Universidade Federal de Juiz de Fora – Université Fédérale de Juiz de Fora
- **USAID** : United States Agency for International Development – Agence des États-Unis pour le développement international

Annexes

1. Manifeste du LISRA
2. Exemple de fiche créé pour l’atlas de la recherche
3. Tract « Soutien aux biffins de la Porte Montmartre »
4. Tableau de synthèse des documents utilisés, par acteur, pour l’analyse de discours sur l’exclusion.
5. Tableau de synthèse des matériaux de la recherche
6. Tract « Soutien aux biffins de la Porte Montmartre pourchassés par la police »
7. Traduction de l’article sur le Jeta Catu

Manifeste du Lisra

La recherche-action en laboratoire social tel qu'elle est instaurée par le LISRA depuis une quinzaine d'années correspond à des besoins urgents pour les populations de se saisir des outils de la recherche afin de développer ses propres expertises en réponse aux **crises actuelles**, d'inventer et d'expérimenter des formes d'organisation sociale respectueuses du vivant.

Le LISRA s'adresse en priorité aux *acteurs populaires* et participe à l'émergence de *centralités populaires*, lieu de croisement des savoirs (techniciens, scientifiques, pragmatiques), de formation réciproque et d'expérimentation par la recherche-action.

Nous entendons par « **populaire** », cette prise de conscience d'être situé voire dominé dans un rapport social de production et reproduction et la possibilité d'en modifier l'orientation historique par la constitution de **minorités actives**. En cela cette dimension populaire se distingue d'une version chosifiée d'un « peuple », mais s'entend comme une construction sociale permanente de populations se recomposant et s'affirmant dans une dynamique de transformation sociale.

Acteur-chercheur n'est ni un statut ni une profession, mais une démarche réflexive instruisant sa propre expérience comme matériaux d'une production de savoir réinvestie dans sa pratique provoquant ainsi un processus en spirale. Cette « recherche en acte » ou **réflexivité** garantit la pertinence et l'efficacité du savoir tout autant qu'une recherche appliquée ou une recherche fondamentale.

Cependant, les conditions de production de savoir sont différentes, car elle nécessite dans ses situations d'implication socioprofessionnelle la négociation d'un « **tiers espace** » **réflexif**. Cela conduit à travailler sur le rapport entre l'« instituant » et l'« institué », c'est-à-dire entre espaces d'expérience qui élaborent ses propres normes (autonomie) et les cadres de travail dont les normes viennent de l'extérieur (hétéronomie).

À ce titre le fonctionnement organisationnel et décisionnel du LISRA emprunte à une vie en réseau inter-régional d'acteur-chercheurs dont chaque initiative peut représenter un point nodal. L'entrée et l'orientation dans l'association sont déterminées par la possibilité de développer une **axiologie** en recherche-action selon les axes épistémologiques, méthodologiques et stratégiques décrits dans le présent texte.

L'orientation stratégique du LISRA se décline en plusieurs axes complémentaires :

- Accompagnement d'expérimentations sociales par la recherche-action et la structuration d'initiative sur les territoires.
- Valorisation des savoirs par l'écriture réflexive dans la mise en place d'ateliers régionaux de recherche-action et ouverture de passerelle vers la formation.
- Développement de recherches collaboratives en partenariat avec des institutions pour le renforcement d'un tiers-secteur de la recherche et des dispositifs appropriés.
- Valorisation du rôle de la culture comme outil de transformation sociale et forme de résistance.
- Mobilisation et animation d'un réseau national.

La dimension du « **tiers** » permet d'appréhender cette situation complexe en dépassant la dichotomie entre acteur et chercheur, recherche et action. Le tiers produit un décalage où chacun est invité à faire un pas de côté vis-à-vis de sa posture sociale et professionnelle habituelle. Cela permet de modifier les critères qui donnent une valeur à la production de savoir, autrement dit, les **critères d'évaluation** des dispositifs scientifiques et opératoires.

Le **laboratoire social** est l'un de ces dispositifs qui correspondent à ce processus (écriture réflexive, ateliers de recherche-action, formation-action, entretien autobiographique, enquête conscientisante, etc.). Il contribue à l'identification et l'élaboration de lieux sur les territoires que les acteurs-chercheurs peuvent solliciter au service de leurs démarches. Nous aidons dans la mesure du possible à la négociation et la pérennisation de ces lieux d'**accueil inconditionnel** dépassant les logiques verticales sectorielles et disciplinaires au sein des structures de toute nature dans le cadre de partenariat pouvant amener à des recherches collaboratives (exemple de la Maison des Sciences de l'Homme Paris-Nord).

Les laboratoires sociaux peuvent être provoqués dans la négociation d'une commande institutionnelle ou naître initialement comme « zones temporaires autonomes », par un **auto-missionnement** des acteurs engagés dans une situation donnée. Prenons l'exemple du collectif « Rues Marchandes » : il répond à la situation des récupérateurs-vendeurs de rue, comme réalité sociale qui convoque une recherche-action stratégique dont la production de savoirs est réappropriable par les principaux intéressés, sous forme d'expérimentations sociales permettant de dégager des alternatives en termes de cadre de pensée et d'action (en l'occurrence, dans cet exemple en termes d'économie populaire).

La reconnaissance de centralité populaire conduit à un décentrement des lieux de pouvoir / savoir, à un autre rapport du centre à la périphérie en tant que tiers espaces, plaçant les territoires délaissés et les populations invisibles au centre de nouvelles formes **d'université populaire** et de modes opératoires impliquant une vision politique, un engagement, un rapport à la durée.

À ce titre les laboratoires sociaux doivent prendre en compte les conditions de précarité dans lesquelles sont plongés les travailleur(se)s intellectuel(le)s et plus généralement tous les porteurs de dispositifs associatifs et coopératifs qui misent sur l'intelligence sociale, aussi bien dans le domaine des sciences humaines et sociales que dans les mouvements sociaux.

Le LISRA veut contribuer à la **mise en récit** de ces expériences individuelles et collectives qui permet à la fois de se réapproprier une histoire (écrire et ne pas être écrit par...) et de valoriser la production de savoir à travers différents supports (plate-forme recherche-action.fr, publications, séminaires, forums).

C'est aussi la possibilité pour chaque personne ou collectif en légitimant la posture d'acteur-chercheur de reconstituer une cohérence existentielle, de créer des zones d'autonomies et d'émancipation indépendamment des formes concurrentielles et productivistes imposées par les modèles économiques. Ainsi, les savoirs issus des pratiques au même titre que la culture libre, les besoins sociaux et environnementaux font partie de ce bien commun essentiel nécessitant un autre mode de gestion et d'organisations que celui de la marchandisation.

L'innovation sociale comme nous l'entendons a pour but de répondre concrètement aux besoins fondamentaux par une démarche créative et coopérative. Cette démarche se veut à l'inverse d'une logique de « disruption » qui n'est que la transmutation du capitalisme d'une forme industrielle à une forme **cognitive** et son extension à de nouveaux marchés (solidarité, santé, social, recherche, culture...) par l'emprise du modèle entrepreneurial sur tous les champs de l'activité humaine et la **numérisation** de toutes formes culturelles.

Les modalités de cette production de savoir issue l'expérimentation sociale ne peuvent donc être détachées d'une **analyse critique** des rapports sociaux dans lequel sont produits ces savoirs. En d'autres termes, il ne peut y avoir de justice sociale globale sans justice cognitive globale, c'est-à-dire sans reconnaissance de la pluralité des savoirs et des modes de production de connaissances en commençant par la valorisation et le libre accès des savoirs et des savoir-faire issus de la pratique et de l'expérience, une décolonisation de la recherche et du

développement au service de formes endogènes, déconcentrées, autonomes de la pensée et de l'action.

Caractéristiques :

Association de récupérateurs qui se trouve dans la municipalité de X, où le barrage a cassé. Les membres de l'association touchent donc de l'argent de la part de l'entreprise X en tant qu'atteints par la cassure du barrage. Ils touchent l'équivalent d'un salaire minimum par mois pendant un an.

Association qui s'est créée avec des personnes issues de la santé mentale. Cela est donc encore présent dans le lieu et il reste des personnes qui ont des problèmes de santé mentale.

Association qui n'a pas été choisie par le MNCR pour accueillir la recherche.

Une visite pendant le voyage en 2019.

Apprentissages et enjeux pour la recherche

C'est la première fois que l'on me parle de l'activité de récupérateur comme soin en santé mentale. Apparemment a eu des bons résultats.

Pistes et questionnements :

Lieu qui permettrait de questionner le lien avec la catastrophe de X, en écho au campement X. Depuis le versement de l'indemnité, de nombreuses personnes ont arrêté de travailler dans l'association. Permettrait de questionner l'effet de cette indemnité... Aussi voir si elle est à la hauteur du préjudice.

Lieu qui a un lien fort avec la santé, la récupération comme activité thérapeutique, intéressant à questionner dans l'optique d'une activité émancipatrice... qu'est ce qui rend cette activité thérapeutique ? l'absence de chef, le fait de travailler ensemble, recréer du lien social, sortir à minima de la précarité financière, être protagoniste de son travail ?

Les personnes étaient-elles récupératrices de rue avant d'entrer dans la structure ?

Une des personnes de l'association a vécu sur un campement MST et est partie à cause de l'éloignement de la ville alors qu'elle avait un fils malade. Intéressant d'en savoir plus sur pourquoi ?

Matériaux réunis :

- La personne qui a fait la visite a refusé l'enregistrement par timidité.
- notes dans le journal de recherche

Soutien aux Biffins de la porte Montmartre, menacés d'expulsion pour cause de coupe du monde rugby Rassemblement/manif ce soir à 18h

À proximité de la porte Montmartre, Paris 18e, une dizaine de "biffins" (vendeurs à la sauvette aux puces, ou chiffonniers), qui depuis 5 ans ont installés leur abris et leur gagne pain, ont été priés par la police de deguerpir dans un délai de trois jours, pour cause de coupe du monde du rugby. Comme tant d'autres sans abris qui ces derniers temps ont été évincés de leur tente ou de leur habitat précaire cet été, il sont victimes de ce nettoyage social entrepris par les autorités pour donner une image "propre" de la capitale, alors que la crise du logement, les loyers chers, et la spéculation font leurs ravages.

Les biffins de la porte Montmartre ne font rien de mal au contraire. Depuis qu'ils y sont installés, le calme et la propreté sont revenus dans la rue Paul-Louis Valéry Radot. Ils ne gênent personne, simplement ils font tâche dans le paysage. Nuits et jours, ils se relaient pour récupérer les objets abandonnés sur le trottoir par les Parisiens, puis ils les revendent aux puces. C'est leur gagne pain, et la seule alternative qu'on leur offre c'est la précarité et la destruction des biens qu'ils ont stocké dans la cabane qu'ils ont construit, avec l'arrivée au petit matin de la police et des agents de la ville de Paris qui détruisent et jettent tout dans la benne à ordures. Ils ont déjà connu ça à plusieurs reprises, notamment lorsqu'il y avait le projet de JO à Paris ... Pourtant ce sont les biffins qui au cours du siècle dernier ont créé les puces ...

Solidaires des biffins de la porte Montmartre, nous exigeons du Préfet de police et de la Mairie l'arrêt de toute intervention policière et qu'on les laisse en paix, jusqu'à ce qu'une solution négociée et acceptée par les intéressés soit mise en place par les autorités.

vigilance et mobilisation en cas d'intervention de la police !

Rassemblement porte Montmartre, samedi 8 septembre à 11h Angle rue Paul-Louis Valéry Radot/Avenue de la Porte Montmartre (après le terminus Bus)

Solidaires des sans abris, des habitants de bidonvilles, et des hébergés dans des hôtels, qui sont aussi les victimes de l'obsession de propreté sociale des institutions dans le cadre de la coupe du monde, nous appelons au cours de l'événement international à des initiatives d'interpellation afin que les sans toit soient logés décemment et durablement au lieu d'être chassés comme des pestiférés. Nous appelons le monde du rugby à la solidarité avec les sans logis. Nous exigeons que les amendes établies contre des sans abris sous les tentes soient immédiatement annulées, et que soit tout de suite mis fin au harcèlement dont ils sont l'objet.

Les biffins, Droit Au Logement, CDSL, le comité de soutien avec les habitants du quartier ...

Contact : DAL 01 42 78 22 00

Tableau de synthèse éléments sur l'exclusion

Association gestionnaire du site – échelle du projet
Documents de travail sur le projet
Document de travail sur le projet rédigé par l'équipe cadre
Document de travail fiche de poste travailleur social
Contrat de mise à disposition de la caravane
Règlement
Association gestionnaire du site – échelle de l'association
Projet associatif de 2007
Rapport d'activité de 2008
Club de prévention
Site internet (histoire, valeurs, métiers, maraudes mixtes tsiganes, prévention spécialisée)
Cadre législatif du projet MOUS (Maîtrise d'œuvre Urbaine et Sociale)
Circulaire du 2 août 1995 relative aux MOUS pour l'accès au logement des personnes défavorisées - Financement du logement social
Cadre législatif de la prévention spécialisée
L'article L 121-2 du code de l'action sociale et des familles
Arrêté interministériel du 04 juillet 1972
Cadre législatif Cité Myriam ACSC
Loi Dalo
Cadre législatif club de prévention et association gestionnaire du site
Loi n° 98-657 du 29 juillet 1998 d'orientation relative à la lutte contre les exclusions
Loi n° 2002-2 du 2 janvier 2002 rénovant l'action sociale et médico-sociale
Textes d'orientation sur les politiques sociales
2007, lettre de mission de Sarkozy à son ministre des solidarités
Plan de relance pour l'accès à l'hébergement
Chantier national prioritaire 2008-2012 pour les personnes sans abri ou mal logées
Plans nationaux pour l'inclusion sociale
Conseil national des politiques de lutte contre la pauvreté et l'exclusion sociale
Observatoire national de la pauvreté et de l'exclusion sociale (ONPES)
Schémas départementaux d'organisation sociale et médico-sociale
Mairie
Archives du Sénat (1 article)
Compte-Rendu du Conseil de Quartier du 7 Octobre 2014
Convention triennale d'objectifs signée entre la ville et l'association gestionnaire

TABLEAU RECAPITULATIF DES MATERIAUX DE LA RECHERCHE

violet : acteurs militants avec taches de coordination particulières

vert : acteurs non militants mais participants aux collectifs

rouge : temps publics

bleu : personnes ressources extérieures aux collectifs

orange : travailleurs sociaux

gris : temps de formation

Lieu	Matériel
Récupérateurs - France	
Association de biffins - 2015/201	- journal de recherche - photos Entretiens : - Entretien Livia (biffine militante) - Entretien Joël (biffin - membre du CA) - Entretien Malik (biffin militant) - Entretien Dorian (biffin) - Entretien Paul (membre du CA non biffin) - Entretien Sébastien (ex-président de l'association non biffin) Réunions : - 24.03.16 : réunion de travail de rédaction des nouveaux statuts de l'association - 18.04.16 : réunion avec les services techniques de la ville sur le fonctionnement du marché mensuel - 27.04.2016 : Extraits de l'AG de l'association - 02.05.16 : temps de travail avec une association de biffins, Rues Marchandes et Make Sens pour la création d'une cartographie de la biffe - 26.05.16 : rencontre publique sur le réemploi et l'insertion organisée par le REFER à la maison du réemploi, place de l'Hôtel de Ville - 22.06.16 : réunion de conseil de quartier interquartier - 26.04.16 : débat au cinéma sur le film Racontes-moi ta rue marchande Temps politiques : - 24.02.16 : rencontre avec le cabinet du préfet de région Ile de France - 01.03.16 : rencontre avec une adjointe au maire du 10^{ème} arrondissement, le jour de mobilisation internationale des récupérateurs Autres : - page facebook du président de l'association et notamment les photos de la mobilisation de l'association pour les retraites de décembre 2019.

	- documents de l'association, bilans, projets, documents de communication...
Filières officielles de traitement des déchets - Réunion ORDIF du 16.02.16	- Enregistrement de la réunion
Réunion publique contre le marché de la porte de Montreuil	- 04.02.19 : Enregistrement de la rencontre publique
Collectif Rues Marchandes	- Journal de recherche - Photos Entretiens : - Entretien avec Pauline - Entretien avec Josette - Entretien avec Marc - Entretien avec Josette Réunions : - 16.06.16 : réunion - atelier du collectif Rues Marchandes à la MSH Paris Nord - 21.12.18 : réunion d'organisation Rues Marchandes - 04.03.19 : réunion d'organisation Rues Marchandes - 16.04.19 : réunion d'organisation Rues Marchandes / Satellite Ateliers : - 19.11.19 : Rencontre cinéaste Rencontres - débats : - 2016 : Forum à la MSH Paris Nord - 27.03.19 : Débat pour l'exposition à l'ESS'pace café associatif et co-working à Paris - 18.10.19 : débat au festival de Pédagogie Sociale de l'association Intermèdes Robinson - 19.11.19 : séminaire Recherche Action MSH Paris Nord Temps politiques : - 29.10.2019 : Réunion la chargée de mission développement local d'Aubervilliers, présentation et négociation d'un espace pour la recherche action Autres : - 2016 : guide biffins - Mails et échanges
Marché de la porte Montmartre	Entretiens : - 18.02.16 : Entretien avec un des tous premier responsable du carré des biffins de la porte Montmartre - 12.04.16 : entretien avec Mr Bensaïd, association Sauve qui Peut, biffin vendeur historique sur le carré
Projet insertion	Autres :

	- documents administratifs liés au projet... peut-être des mails... - article de Martin Olivera sur le projet
Sauvette	- journal de recherche, notes... Photos... visite accompagnée
Synthèse	12 entretiens, immersion de 6 mois dans l'association de biffins, immersion de 4 ans dans le collectif Rues Marchandes, participation à 11 temps de présentation publiques, participation aux réunions internes des collectifs (10), consultation de la littérature grise (documents institutionnels, projets associatifs), utilisation des documents publics des collectifs (sites internet, réseaux sociaux, productions écrites).
Récupérateurs - Brésil	
Coopérative - Rio de Janeiro	- journal de recherche - Photos - Juillet 2019 : enregistrement visite
Coopérative - Belo Horizonte	- Journal de recherche - Photos de la coopérative - Photos du quartier (incinérateur) - Photos de la décharge - Documents institutionnels (projets de coopérative à Mario Campos, note d'appui à l'association, présentation forum Régional Lixo e Cidadania) - Presse : revue Educappe Enregistrements : - Entretiens avec 8 membres de l'association - Entretiens de contextes (barrages, incinérateur, décharge, politiques locales, IGBE) - Visite enregistrée du Centre social de la ville - Temps de la coopérative (repas, départ d'une coopérante) - De nombreux entretiens avec la présidente de la coopérative (contexte, gestion, relations politiques...) - Visite du projet de construction d'une maison pour une ancienne membre de la coopérative - Un enregistrement sur la passion de la récup...
ANCAT - Belo Horizonte	- Juillet 2019 : Discussion dans le bus avec Hugo sur la coopération et les récupérateurs
Association - Belo Horizonte	- Journal de recherche - Photos
Association - Brumadinho	- Journal de recherche - Photos
ASMARE - Belo Horizonte	- Journal de recherche - Photos
CICLO - Fazenda Esmeralda	- Journal de recherche
Commission pastorale de la rue	- Journal de recherche - Entretien 22.07.16 avec Me Alves qui a accompagné les récupérateurs dès le début de leur organisation en collectif

COOPERSOLI - Belo Horizonte	- Journal de recherche - Documents institutionnels (statuts, fiche de paye, justificatif paiement de la retraite, circuit de collecte, contrat de la collecte, liste des acheteurs, bilan de production, règlement intérieur) - Enregistrement visite du 04.07.19 - 23 entretiens avec des membres de la coopérative - 4 entretiens avec Renata, la présidente - Enregistrement d'une formation animée par Michèle au ministère de la fazenda - Enregistrement d'un temps de pause - Carnaval (15 entretiens avec des récupérateurs de rue + une réunion d'organisation du carnaval)
Coopérative - Belo Horizonte	- Journal de recherche - Enregistrement visite de Juillet 19
Extension UFMG	- Enregistrement discussion avec X sur le chercheur militant
INSEA	- Journal de recherche - 25.06.19 : Notes sur la rencontre et présentation de la recherche - Enregistrement entretien Leandro sur le projet éducation en 2020 - Réunion ORIS de Mars 2020 sur la recherche de financement en présence de WIEGO
MNCR	- Journal de recherche - 17.06.16 : enregistrement de la visite de la délégation brésilienne à Paris - Entretien L. du 22.07.16 : Joao, membre fondateur du MNCR - Entretien du 17.07.19 : coordinateurs Rio de Janeiro - Discussion X en voiture - Réunion d'organisation de la recherche - Réunion de préparation d'un échange entre récupérateurs français et brésiliens - Renata parcours de vie
Synthèse	35 entretiens, immersion de trois semaines sur une des coopératives et deux semaines sur une autre coopératives, notes d'observation dans un journal de terrain, participation à des réunions publiques ainsi qu'à des réunions d'organisation, participation à des temps de formation, photos.
Agriculteurs du MST - Brésil	
Campement urbain	- Enregistrement de la visite
Assentamento	- Photos
Assentamento	- Aout 2019 : enregistrement de la visite - Aout 2019 : Enregistrement de la réunion nucléo da Serra - Aout 2019 : Enregistrement réunion certification bio
Assentamento	- 19.08.16 : enregistrement de la visite - 19.08.16 : entretien assistante sociale de l'assentamento
Assentamento	- Photos
Campement	- 10.08.16 : enregistrement de la visite du campement

Campement	- 10.08.16 : Enregistrement de la réunion d'arrivée sur le campement - 13.08.19 : Enregistrement de la réunion de campagne des élus de la ville
Campement	- 05.07.19 : Enregistrement de la réunion d'accueil + visite du campement + visite de l'aldeia indigène - 10.01.19 : Entretien MAB (Mouvement des personnes Atteintes par les Barrages) sur la situation des barrages dans le Minas en lien avec la situation du campement - Agrofloresta : visite de la plantation avec Ana + entretien avec un formateur - Photos + enregistrement de la musique du carnaval 2020 - Documents institutionnels (bilan d'occupation, normes et principes du MST) - Ecole : documents pédagogiques, exemple de matériaux scolaires, entretien avec le directeur, entretien avec le coordinateur éducation, entretien avec la prof d'arts plastiques, projet de l'école + entretien avec le responsable de la création de l'école, document de la rencontre des sem terrinha - Entretiens avec 8 membres - Enregistrement visite 2019 + un bout de celle de 2020 - Lutte contre la minération : un entretien de contexte, enregistrements de l'anniversaire de la rupture du barrage - Procédure d'expulsion : Audience (enregistrement de la réunion de préparation de l'acte, photos, enregistrement de l'acte ...) / documents juridiques de la conciliation / enregistrement + photos lors de la visite du juge - Santé : réunion avec le secteur santé, entretien avec X, infirmière retraitée partenaire.
Centre de formation	- 19.08.16 : entretien avec un assentado - Aout 2019 : Notes sur une formation communication - Aout 2019 : réunion de campagne politique sur le centre de formation
Coopérative technique	- Aout 2016 : visite de la coopérative - Aout 2016 : récit de l'histoire de la première occupation
Coopérative de production	- Photos
Coopérative de production	- Aout 2016 : entretien sur l'histoire et le fonctionnement
Coordination	- Printemps 2016 : Entretiens, notes de journal de recherche - Février 2020 : Rencontre nationale de la coordination du MST (photos).
Centre de formation	- Aout 2016 : notes sur une formation d'accueil et de présentation du mouvement - Mai 2019 : notes sur une formation pour militants. Pas d'enregistrements
Foire d'art et culture de la réforme agraire - Belo Horizonte	- Été 2016 : enregistrement de 3 temps publics (ouverture, fermeture, discours d'un des représentants historiques du mouvement)
Centre de formation	- Juin 2016 : histoire de l'école - Aout 2016 : cours sur 3 pédagogues russes - Aout 2016 : cours sur les révolutions, exposés d'élèves - Aout 2016 : entretien avec une militante du MAB

	- Aout 2016 : entretien avec un militant du secteur genre-LGBT - Aout 2016 : rapide présentation de la radio de l'école - Aout 2016 : enregistrement audio de 3 misticas - Aout 2016 : enregistrement de la visite, présentation de l'école
Secrétariat d'un état	- Aout 2016 : entretien avec un travailleur social du mouvement - Aout 2016 : entretien avec un responsable secteur politique
MST en France Événements enregistrés auxquels des militants MST ont participé	- 16.05.16 : réunion du collectif de solidarité France Brésil - 04.06.16 : émission Radio Libertaire - 05.06.16 : interview coordinateur MST pour le MD18 - 01.07.16 : colloque Sénat - 13.05.16 : conférence Brésil et démocratie au siège du PC - 03.06.16 : conférence MST au MRAP - Hiver 2016/2017 : tournée des femmes du MAB et MST en Seine Saint Denis - été 2016 : atelier MST aux universités du CRID - Septembre 2019 : co-conférence Dilma Rousseff / MST à la Fête de l'Humanité - 13.10.18 : formation MST pour l'association FAL
Comité des Amis du MST en France	- 15.11.18 : Atelier sur l'Histoire du MST aux Filles du Facteur - Notes de journal de terrain - Photos
Formation politique France	- notes, CR de réunions
Synthèse	16 entretiens, immersion de 4 années dans le Comité des Amis du MST en France, immersion découverte d'un mois et demi sur plusieurs espaces du mouvement, immersion de trois semaines sur un campement et deux semaines sur un assentamento, notes d'observation dans un journal de terrain, réalisation d'entretiens informels, participation à des réunions publiques ainsi qu'à des réunions d'organisation, participation à des temps de formation, photos.

2008

Soutien aux Biffins de la porte Montmartre pourchassés par la police

A proximité de la porte Montmartre, Paris 18^{ème}, une dizaine de Biffins, vendeurs à la sauvette aux puces ou chiffonniers, ont installé leurs abris et leur « gagne-pain ». Début septembre, la police leur a demandé d'évacuer le campement dans un délai de trois jours et a menacé de le détruire en cas de non exécution (pour cause de ...coupe du monde de rugby)!

Cette menace peut se renouveler à tout moment.

POURTANT LES BIFFINS DE LA PTE MONTMARTRE NE FONT RIEN DE MAL.

Nuit et jour ils se relaient pour récupérer sur les trottoirs les objets abandonnés, les recycler et les revendre. C'est leur gagne-pain.

Spontanément, lorsque cette menace a été connue, des habitants du quartier, des membres d'associations, l'Amicale de locataires CNL, le conseil de quartier, le DAL, et un élu de proximité, ont entrepris une action pour s'opposer à cette expulsion et ont obtenu qu'une délégation soit reçue à la mairie.

Suite à cette première action, la menace a été suspendue, mais pourtant rien n'est réglé.

Aussi une lettre a été adressée à Monsieur Vaillant, Maire du 18^{ème}, lui demandant de recevoir le comité de soutien. Les exigences présentées portent sur quatre points :

1. **arrêt immédiat, total et définitif de l'opération « benne à ordures », (et de toute destruction des biens des Biffins), opération que par ailleurs chacun sait illégale.**
2. **loger les biffins**
3. **leur fournir un lieu de stockage pour leur marchandise.**
4. **leur donner la possibilité de commercer**

N'oublions pas que les biffins jouent un rôle économique et social en recyclant des objets qui sans eux auraient été détruits au frais des contribuables, revendant au bénéfice de populations défavorisées.

ET POUR ETRE DANS LA LEGALITE DE COMMERCER, ILS SONT PRETS A PAYER UN EMPLACEMENT.

Nous attendons la réponse de Monsieur le Maire

Soyez nombreux à nous soutenir et à nous rejoindre

Pour l'arrêt de la chasse aux Biffins

Le Comité de soutien : les Biffins, DAL, Amicale des locataires CNL, Conseil de Quartier, Habitants du Quartier.

Contact : DAL 01 42 78 22 00

Quatorze mois de prison avec sursis ont été prononcés hier à Bobigny contre un ex-chef de la brigade des puces de Saint-Ouen (Seine-Saint-Denis) et trois mois de sursis contre quatre autres vendeurs à la sauvette. Les quatre policiers présents qui ont tous retrouvé un poste, ont reconnu avoir cédé une ou deux fois à la tentation et ont présenté leurs excuses et regrets. Ils ont

Lettre de réclamation de J. B. Monteiro Lobato, « *Velha praga* » (le vieux fléau), publiée dans le journal *O Estado de São Paulo* – Traduction et annotations de Susana Bleil.

« Le vieux fléau »²⁷⁷

« Tout le monde, chez nous, est abasourdi par les prouesses infernales des belliqueux « avons » allemands au point que plus personne n'a d'yeux pour discerner les maux familiers.

Que vienne donc une voix de l'intérieur du pays pour dire aux gens de la ville que si au dehors le feu de la guerre se répand implacablement, un feu non moins destructeur dévaste nos forêts, avec une fureur non moins germanique [...].

Notre montagne est victime d'un parasite, un pou de la terre, propre au sol brésilien [...]. Nous pourrions, par analogie, le classer parmi les variétés du « *Porrigo decalvans* », le parasite du cuir chevelu qui provoque la « pelada »²⁷⁸, car là où il vit, la terre se dépouille de sa chevelure végétale jusqu'à tomber dans une morne décrépitude, nue, aux sommets pelés[...].

Ce funeste parasite de la terre est le CABOCLO²⁷⁹, espèce d'homme inculte, à deminomade, inadaptable à la civilisation, mais qui vit en marge dans la pénombre des zones frontières. À mesure que le progrès s'approche avec la voie ferrée, l'Italien, la charrue, la valorisation de la propriété, il va, reculant en silence, avec son chien, son mortier, le fusil à pierre et le briquet, afin de rester toujours frontalier, muet et indolent. Crispé dans une habitude de pierre, il recule pour ne pas s'adapter [...]. Il attaque la forêt. Il arrache et abat, ne faisant grâce à aucun bois, fût-il le plus beau [...]. Une fois le défrichement effectué, et venu le temps des brûlis, le briquet entre en action. Mais ici le « sarcopte » se fait renard [...].

Il trouve toujours un alibi pour prouver qu'il n'était pas là le jour de l'incendie [...]. Quelques minutes plus tard crépite la première flamme, timide, dans une souche bien sèche ; [...] Elle prend corps, grandit, grossit, se tord de manière effrénée et, maîtresse du lieu, se déchaîne à grand bruit avec une violence infernale, dévorant les troncs abattus, grillant les

277 En portugais : *Velha praga*. Le mot *praga* signifie « une grande quantité de choses qui sont nuisibles ou désagréables ». Francisco S. Barbosa, *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 2002, p. 1247. En langue française, cela signifie : « vieille vermine ou vieille calamité ». Le texte a été traduit en français à la fin des années 1960, cf. J. B. Monteiro Lobato, « Vieille calamité », in J. B. Monteiro Lobato, *La vengeance de l'arbre et autres contes*. Paris, Éditions Universitaires / Unesco, coll. « Unesco d'oeuvres représentatives série ibéro-américaine », 1967 [Traduction du portugais du Brésil par Georgette Tavares Bastos], p. 183-189.

278 L'infection du cuir chevelu. C'est l'auteur qui souligne.

279 En majuscules dans le texte. Le mot *caboclo* signifie : métis, indigène du Brésil.

frondaisons élevées, lançant vers le ciel des flots de fumée étoilée de flammèches. C'est le feu de la forêt ! [...].

Qui est l'incendiaire ? D'où est parti le feu ? On cherche à savoir, on découvre le Néron : c'est un pauvre diable de paysan à la barbe rare, caché dans un lopin de terre objet de litige. Et maintenant ? Que faire ? Le poursuivre en justice ? Il n'existe pas de recours légal contre lui. Le seul châtement possible, bon marché et déjà établi comme coutume, est de « le chasser »²⁸⁰.

Ce précepte est curieux : « le caboclo, on le chasse ! »²⁸¹. On le chasse, comme on écarte un chien importun, ou une poule que l'on jette hors de la cour. Et le caboclo lui-même est si bien habitué à ce traitement qu'il est courant de l'entendre dire : « Si je fais telle chose, vous ne me chasserez pas ? » [...]. Dès septembre, [...] le caboclo plante dans la terre en cendres un peu de maïs, des haricots et du riz ; mais la valeur de sa production est nulle en présence des maux qu'il a semés par lui pour préparer un bout de terrain.

Le cabloco est une quantité négative. Il dévaste 25 hectares de terre pour recueillir de quoi vivre misérablement pendant l'année. Il calcule l'importance des ensemencements d'après le maximum de sa résistance aux privations. Ni plus, ni moins. De quoi traîner une existence misérable sans aller jusqu'à mourir, lui, la femme et le chien – et tout va très bien ; ainsi fit le père, le grand-père ; ainsi feront les enfants au ventre enflé qui, en ce moment, jouent nus près de la cabane.

Quand la terre est épuisée, le paysan nomade change de lieu. À l'endroit abandonné restent la mesure et le champ de sapé [...]. La terre absorbe de nouveau des fragiles matériaux de la chaumière et, comme il n'a même pas planté un oranger, plus rien ne rappelle le passage de Manoel Peroba, de Chico Marimbondo, de Jéca Tátu ou d'autres pauvres ignorants, de douloureuse mémoire pour la nature environnante ».

280 C'est l'auteur qui souligne. En langue portugaise, le mot « tocar », est souvent utilisé pour le traitement des animaux. Synonyme d'effrayer [par exemple des boeufs en criant et en utilisant un fouet]. Antonio Houaiss et M.de S. Villar, Dicionário..., op. cit., p. 2728.

281 C'est l'auteur qui souligne.